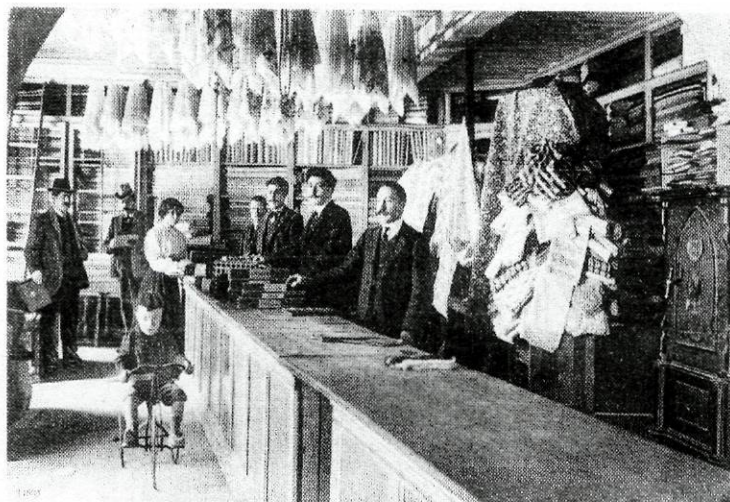
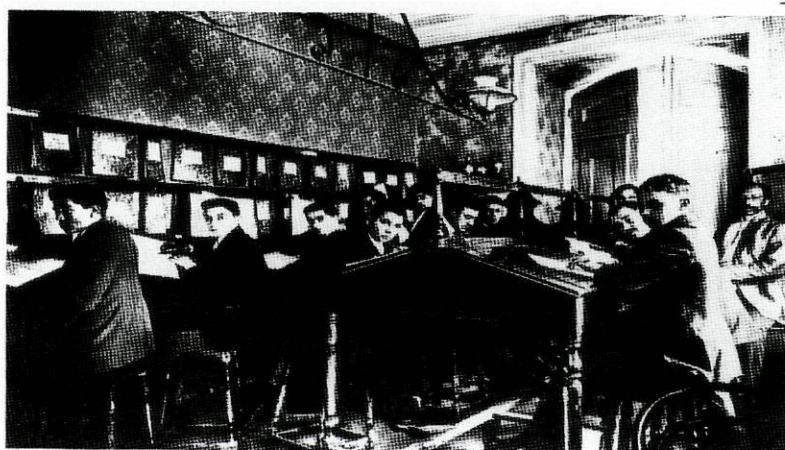


UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras



O CAIXEIRO E A INSTRUÇÃO COMERCIAL NO PORTO OITOCENTISTA

**Percursos, práticas
e contextos profissionais**



Mestrado em História Contemporânea

José Manuel Pereira
Porto 2001

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras

**O CAIXEIRO E A INSTRUÇÃO COMERCIAL NO PORTO
OITOCENTISTA**
Percursos, práticas e contextos profissionais

Orientador – Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

José Manuel Pereira
Porto 2001

"Le négociant a rarement été présenté comme le héros principal des temps modernes"

...

"Dans l'histoire de l'éducation, c'est certainement l'un des exemples les moins connus et l'un des plus complexes."

ANGIOLINI, Franco ; ROCHE, Daniel (Dir.) –
Cultures et formations négociantes dans l'Europe moderne.
Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences
Sociales, S.d., pp. 11 e 24.

INDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	3
1 – INTRODUÇÃO.....	5
1.1 - A Investigação ou como o caminho se faz caminhando.....	5
1.2 – Como da teoria se constrói a problemática.....	15
1.3 – À Procura do Facto e do Factor.....	17
2 – PESQUISA E MÉTODOS DE LEVANTAMENTO.....	21
2.1 – O Percurso metodológico.....	21
2.1.1 – O Estudo de caso.....	21
2.2 – Em busca das fontes.....	23
2.3 – O Plano de trabalho.....	28
2.4 – Os Obstáculos.....	32
PRIMEIRA PARTE – DO PORTUGAL OITOCENTISTA AO PORTO COMERCIALMENTE... REGENERADO.....	35
1º Capítulo – O Portugal de <i>antanho</i>	37
1.1 – À Descoberta do Século XIX.....	37
1.2 – Mudar rapidamente devagar na Primeira metade do século XIX... ..	40
1.3 – A Caminho da Regeneração.....	44
1.4 – O Porto visto por dentro num século que já lá vai.....	51
1.4.1 – Um cais de saída numa cidade chegada!.....	51
2º Capítulo – Cidade Comercial: montra de um mercado de trabalho.....	61
2.1 – Nascida para o comércio.....	61
SEGUNDA PARTE – A ACTIVIDADE CAIXEIRAL.....	73
1º Capítulo - De Marçano, a Caixeiro.....	75
1.1 – Ao encontro das origens.....	75
1.1.1 – Do Brasil como primeiro porto... Ao Porto como segundo Brasil.....	83
1.1.1.1 – Uma raça estranha essa dos Caixeiros-Viajantes.....	94
1.2 – Da sua vivência Janotista.....	96
1.3 – Do Balcão da loja à reputação da Sociedade... Nova Euterpe.....	99
1.4 – “A nossa Casa... Comercial”.....	104
1.5 – Caixeiro... Precisa-se.....	108
1.5.1 – O Perfil necessário e as necessidades perfiladas.....	108
1.6 – Mestres que foram Caixeiros.....	113
2º Capítulo – A Regulamentação da carreira caixeiral.....	117
2.1 – O Código Comercial Português e os Caixeiros.....	118
2.1.1 – Do Código de Ferreira Borges a Veiga Beirão.....	118
2.2 – O Guarda-livros.....	131

TERCEIRA PARTE – A PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE SABERES COMERCIAIS NO PORTO OITOCENTISTA.....

137	
139	1º Capítulo – A Cultura no Porto no séc. XIX
139	1.1 – Um Porto cultural numa sociedade burguesa
139	1.1.1 – Escolaridade e níveis de cultura
142	1.1.2 – Falar do Porto
144	1.2 – Ideias e práticas culturais ao serviço da instrução comercial
151	2º Capítulo – A Instrução e a educação não formal no sector do comércio
151	2.1 – As Academias, as Sociedades e as Associações
154	2.2 – A Leitura no Porto Oitocentista
156	2.2.1 – Livrarias, Livreiros e Editores
158	2.2.2 – Gabinetes de Leitura
161	2.2.3 – Bibliotecas Públicas e Escolares
164	2.2.3.1 – A Biblioteca do IICP
167	2.3 – A Imprensa Especializada
170	2.3.1 – Os Jornais comerciais e de instrução comercial
178	2.4 – Exposições Agrícolas e Industriais e Ex-posições Comerciais
180	2.4.1 – Os Museus Comerciais
	3º Capítulo – Instrução Comercial nas Associações e Escolas
	Particulares
187	3.1 – O Papel das Associações: das propostas às realidades
189	3.1.1 – A Associação Comercial do Porto
194	3.1.1.1 – Escola Comercial Oliveira Martins (primeira fase)
197	3.1.2 – O Ateneu Comercial do Porto
199	3.1.3 – Associação de Classe dos Empregados de Comércio
200	3.1.4 – União dos Empregados de Commercio do Porto
201	3.2 – As Escolas Privadas
202	3.2.1 – Seminário-Colégio da Irmandade da Nossa Senhora da Lapa
203	3.2.2 – Colégio de Nossa Senhora dos Remédios
203	3.2.3 – Colégio de Educação e Instrução Primária e Preparatória
203	3.2.4 – Colégio de Nossa Senhora da Guia
204	3.2.5 – Colégio Barbosa Gama
204	3.2.6 – Escola Prática de Comércio Alcantara Carreira
205	3.3 – Ensino Comercial Prático Portuense
205	3.3.1 – Escola Prática Comercial Raúl Dória
210	3.4 – A (não) comercialização do ensino comercial

QUARTA PARTE – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL.....	213
1º Capítulo – A Difusão de conhecimentos pela Literatura Contábil.....	215
1.1 – Primórdios da literatura comercial.....	215
1.2 – Manuais escolares.....	232
1.3 – Da vulgarização das colecções populares ao método fácil de aprender... sem mestre.....	235
2º Capítulo – Os Grandes Temas e Debates do Ensino Comercial.....	241
2.1 – Primeiras tentativas de ensino.....	241
2.1.1 – O Ensino Comercial como evolução sócio-económica.....	241
2.1.2 – Caminhos e atalhos... percorridos.....	244
2.1.3 – O Estado e a instrução profissional.....	248
2.2 – Finalmente... a discussão que deu luz!.....	250
2.2.1 – Passos... lentos na instrução comercial.....	250
2.2.2 – Rodrigues de Freitas e a instrução comercial.....	253
2.2.3 – Bernardino Machado na democratização do Ensino Comercial.....	262
3º Capítulo – O Ensino Comercial Público do Porto Oitocentista.....	265
3.1 – A Emergência do Ensino Comercial.....	265
3.2 – Da Implementação da Aula do Comércio à criação da Academia Politécnica do Porto (1759-1837).....	268
3.3 – O Instituto Industrial e Comercial do Porto e a Institucionalização do Ensino Comercial (1886).....	293
3.3.1 – O Decreto de 30 de Dezembro de 1886 e a organização geral do Ensino Comercial.....	295
 CONCLUSÃO.....	 309
 FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	 323
 ABREVIATURAS.....	 349
 ANEXOS.....	 351
- Mapas, Quadros e Gráficos (Anexos A a D).....	353
- Lista da Legislação do Ensino Comercial (Anexo E).....	361
 ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	 377
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	377
ÍNDICE DE QUADROS.....	378

AGRADECIMENTOS

Cumpre-nos o dever de endereçar algumas palavras a todos os que, de uma ou outra forma, nos ajudaram através da colaboração prestável, atenta e amiga a percorrer labirintos e transpor obstáculos até então desconhecidos ou mais ignorados. Sob o risco de involuntária omissão, pretendemos manifestar o nosso reconhecimento aos que contribuíram com o seu generoso esforço, permitindo-nos destacar, por ser de inteira justiça, os seguintes elementos:

- Ao Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, orientador desta dissertação, devemos a disponibilidade, o rigor teórico e metodológico com que sempre acompanhou o nosso trabalho, lançando-nos continuamente na introdução de inúmeras leituras fundamentais da bibliografia especializada em que se apoia este estudo. A ele, devemos a ideia agora consolidada que investigar não é mais que procurar/buscar o caminho que da teoria nos conduz à prática. Registamos pois, um inesquecível agradecimento pela reconhecida sageza, confiança e apoio académico que sempre soube (em)prestar e que tão bem sabe entusiasmar e cativar nas almas quantas vezes perdidamente desorientadas.

- À Xana, paciente esposa que, durante estes três anos e ao abrigo de uma forjada e inovadora licença doméstica, nos dispensou das desgastantes tarefas caseiras, afinal, remanescente versão desse Marçano e Caixeiro que tanto nos preocupava. Um alívio... agradecido, maior agora que nos espera a vingança de uma curta *emancipação masculina*, regaladamente usufruída neste sabático descanso.

- À minha família, onde os filhos dos homens nunca foram meninos.

- Às poucas Instituições deste país que sabem qual a diferença entre um Arquivo vivo e um Arquivo Morto (e eternamente sepultado...).

Uma palavra muito singular de gratidão é devida a um conjunto de pessoas amigas, as quais, cada uma à sua maneira e em diferentes aspectos, encorajaram,

com a sua presença, e enriqueceram, com os seus comentários, achegas, palpites e sugestões, este trabalho.

Não podemos esquecer igualmente aqueles, e foram muitos, que se habituaram nos últimos meses a sentir a nossa ausência, fazer crescer a rarefação social em seu redor, ver em nós uma forçada retirada do convívio, longe e arredado dos bons copos e das já institucionalizadas *escapadinhas* de fim-de-semana à portuguesa, agora regular e devotadamente retido nas trezentas e muitas páginas de tinta, imprimindo ideias que se questionam e questões que não se tem ideia.

Esses, julgando-nos viver um outro mundo, *quid sapit* uma outra realidade, confortaram-nos incessantemente, orgulhosa e continuamente convencidos que pareciam estar que o nosso trabalho era *giro, engraçado, inovador, atraente... apaixonante...* Fizeram-nos sentir, mais fortes, importantes e destinatários. Afinal, apenas procuravam lembrar que estavam connosco, apesar de, em vez da tradicional saudação de *Como Vai o Tempo?, a Vida? e Lá Por Casa, Tudo Bem?*, perguntam, na esperança de partilharem o alívio da mesma preocupação: *Se Já Acabamos a Tese?, Se a Entregamos?, Se Já a Defendemos?!* A um tímido não, lá nos voltam a consolar, amenizando com garantidos e eficazes tratamentos de choque. Afinal, não temos razões de preocupação, outros, diziam-nos, casos houve e há, assombrosamente bastante piores, tinham desistido... eclipsado!

Ah! Bons amigos... Ela aí está... a TESE. Agora que finalmente chegamos ao início do Dia D - Dissertação, Defesa e Demonstração.

A muitos outros que a memória já não pode reter... o nosso reconhecido agradecimento.

1 - INTRODUÇÃO

"Até hoje que eu saiba ou que me lembre, ninguém perdeu o seu tempo a historiar a vida desta criança, desde o abandono forçado do lar até à sua transformação em caixeiro, e no entanto, que belas e extraordinárias páginas se poderiam escrever a seu respeito, de tal maneira é grande o estoicismo do seu sofrer, forte, vigoroso, o auto-domínio do seu querer, e belo, formoso, mesmo o porte moral do seu honrar."¹

1.1 - A INVESTIGAÇÃO OU COMO O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO...

Aceitar um desafio é, não raras as vezes, motivo para enfrentar riscos, dissabores, incompreensões, desesperos e aborrecimentos. Contudo, desafios há cujas dificuldades e obstáculos encontrados são o estímulo-antídoto para prosseguir e encorajar numa tarefa que se antevê morosa, metódica e principalmente necessária.

E este, cremos, será um deles.

Neste sentido, foi a necessidade e o reconhecimento de colmatar a falta de estudos sobre o enquadramento social, cultural e educativo da classe caixeiral e nomeadamente da figura do Marçano e do Caixeiro na vida profissional e instrução comercial no Porto Oitocentista que permitiu avançar com o presente projecto científico.

A instrução comercial aparecendo ao longo da História - quer como uma necessidade de resposta ao mercado de trabalho quer como factor de desenvolvimento e crescimento do comércio, - é igualmente o resultado de uma evolução sócio-económica que vai caracterizar o Porto do séc. XIX, reservando-lhe os primeiros passos neste domínio. Os poucos estudos que existem, embora nos evidencie uma preocupação em abordar alguns enquadramentos legais e normativos, mais resultantes de teorias e ideias de acesas discussões parlamentares, estão longe de poder responder e explicar as razões e a essência que fundamentaram, emergiram e consolidaram a instrução comercial portuense, inicialmente preso às ancestrais

¹ ALMEIDA, Henrique – *O Marçano e o Caixeiro do século XIX: uma obra*. Porto: Edição do Autor, 1959. p.9.

práticas do saber empírico, herdadas dentro do restrito espaço comercial, numa clara obediência ao saber tradicional, de *pedagogia caseira*, bem longe das escritas que muito poucos conheciam e praticavam.

Aliás, para meados do séc. XIX, José Ferreira Borges, em jeito de desabafo, dá-nos conta do estado em que se encontra ao abandono os estudos sobre a matéria comercial: "*Nós, forçoso é confessá-lo, somos a única nação que não tem escritores comerciais.*"² Século e meio depois, Rogério Fernandes Ferreira parece fazer eco das palavras de Ferreira Borges:

"Cá em Portugal, pouca atenção se tem prestado à História da Contabilidade.

...
É pouco, surpreendentemente pouco, escandalosamente pouco, o que nós, contabilistas portugueses, conhecemos acerca do que relativamente à contabilidade pública e à contabilidade privada se pensava e se fazia em épocas menos próximas.

Contam-se efectivamente pelos dedos os contabilistas que se interessam pelo assunto. E alguns deles ocupam-se tão somente do que costuma designar-se, à francesa, por 'petite histoire'. Tratam designadamente, sem sequência, de circunstâncias e ocorrências que, por vezes, não passam de pormenores sem cabimento na história geral da contabilidade portuguesa."³

O panorama da História do Ensino/Educação, já há muito, vem evidenciando a falta de instrumentos bibliográficos, capazes de possibilitar – no tempo e no espaço – uma análise objectiva e cientificamente séria e correcta do panorama do ensino comercial português. António Nóvoa referindo-se ao lugar da História da Educação, diz:

"Este *ensino* nem sempre tem estado articulado com a *investigação* devido, em grande parte, à dupla marginalização da História da Educação: no seio da História jamais se lhe reconheceu um estatuto autónomo, o que dificultou um investimento científico estável e consistente – na melhor das hipóteses, verificaram-se algumas 'passagens breves' por este campo (as quais, reconheça-se, deram por vezes origem a trabalhos de grande qualidade e interesse); no seio das Ciências da Educação sempre se olhou com desconfiança para uma disciplina que não podia dar respostas imediatas aos problemas escolares e pedagógicos."⁴

Representa também, este estudo, o nosso contributo para um projecto mais vasto que visa, cremos, o conhecimento histórico do ensino/aprendizagem das práticas de escrituração comercial⁵ e da História do Ensino Comercial no Porto do séc. XIX. De facto, - e com algumas raras excepções - a historiografia e a doutrina sobre a actual temática é relativamente escassa, muito superficial e, não raras vezes,

² BORGES, José Ferreira – prefácio do *Dicionário Jurídico-Comercial*, 1856. p. VI.

³ FERREIRA, Rogério Fernandes – Contabilidade: passado e presente, olhando a futuro. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vol. LIV, n.º 216, (4º 1997). pp. 520.

⁴ NÓVOA, António – Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal. *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedad Espanola de Historia de la Educación, 1993. p 11.

apresentada fora dos precisos contextos, percursos e identidades que importa conhecer, relacionando-os com os saberes informais vulgarmente mais solicitados. O próprio Franco Angiolini e Daniel Roche depois de reconhecer que “*le négociant a rarement été présenté comme le héros principal des temps modernes*”⁶ não esconde essa lacuna ao considerar a pouca prestação no âmbito da História da Educação: “*Dans l’histoire de l’éducation, c’est certainement l’un des exemples les moins connus et l’un des plus complexes.*”⁷

Se, entre nós, somente nas últimas duas décadas começamos a assistir a um interesse crescente pelas questões que directamente mais se relacionam com o ensino, nas suas mais diversas dimensões⁸ mas sempre longe da problemática da instrução comercial, é nomeadamente nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX⁹ que podemos localizar e identificar algum interesse por parte dos investigadores portugueses.¹⁰ Adolfo Coelho (1870/80),¹¹ Francisco António Correia, Laurindo Costa, Raúl Dória e Humberto Beça (1910/20), dedicam algumas atenções à problemática do ensino comercial. Os escritos na imprensa efectuados pelo publicista, professor e republicano Rodrigues de Freitas (1879, 1880, 1881), os estudos de Marques Leitão (1899) e os relatórios de António Arroio (1911) constituem, actualmente, contributos importantes para o conhecimento do ensino técnico comercial deste período. Já na segunda metade do século XX, os estudos e análises sobre a História do Ensino/Educação, conhecem um renovado desenvolvimento. Nestes, mais recentes, têm-se destacado entre nós, alguns estudiosos que embora não centrem as suas preocupações no ensino comercial, a ele se vão referindo. Rómulo de Carvalho (1950/1980), Luís de Albuquerque (1960), Joaquim Ferreira Gomes (1970/80/90), Áurea Adão (1980), Francisco Santana, António Nóvoa, Rogério Fernandes, Rui Grácio, João Barroso, Sérgio Grácio, Maria Cândida Proença e Mário Alberto Nunes Costa (1980/90) e, mais recentemente, Luís Alberto Marques Alves (1990)¹² são os responsáveis pela visível produção de conhecimentos que sobre a matéria tem vindo a

⁵ Entendemos que um Estudo de Caso constituirá sempre, independentemente da sua relação com o meio, o contexto e a estrutura social, a parte do todo identificado. A esta questão dedicaremos, nas páginas seguintes, algumas considerações.

⁶ ANGIOLINI, Franco; ROCHE, Daniel (Dir.) – *Cultures et formations négociantes dans l’Europe moderne*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales. S.d., p. 11.

⁷ *Idem. Ibidem*, p. 24.

⁸ MENDES, José Amado – Caminhos e problemas da historiografia portuguesa. *História da História em Portugal: sécs XIX-XX*. TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 411.

⁹ GOMES, Joaquim Ferreira – A Investigação em História da Educação em Portugal. *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedad Española de Historia de la Educación, 1993. p. 55.

¹⁰ No último quartel do séc. XIX, uma plêiade de professores, historiadores, políticos e investigadores têm-se pronunciado frequentemente sobre a temática do ensino comercial, mas de forma fraccionada, pouco analítica e raramente crítica.

¹¹ Entre parênteses registam-se as décadas de maior produção de conhecimento.

¹² Outros autores, como Rodrigo Manuel de Everard Martins (1930/50), Jaime Lopes Amorim (1930/70), Martin Noel Monteiro (1940/70), Vasco Pulido Valente (1970/80), Maria Filomena Mónica (1970/90), A. A. Banha de Andrade (1980), Stephen Stoer (1980/90) e António Candeias (1990) têm apresentado estudos vários nesta matéria.

público, nomeadamente no último quartel do século XX. De todos eles, buscámos leituras precisas que nos permitisse enquadrar o ensino e as necessidades da instrução comercial no Portugal da Regeneração. Particular relevo merecem os estudos de Francisco António Correia, Laurindo Costa e Humberto Beça¹³ que, contemporâneos do séc. XIX, legaram-nos diferentes e importantes abordagens, imprescindíveis para sua a compreensão. Embora sendo um autor do nosso tempo, a obra de Joaquim Ferreira Gomes ajudou-nos a entender quais os sentidos em que se direccionaram os estudos e a historiografia sobre a Educação em geral e o ensino comercial em particular, após meio século de abstinência de pesquisa científica.

António Nóvoa em *A Imprensa de Educação e Ensino* refere que “*diagnósticos sucessivos, feitos na segunda metade do século XX, têm posto em relevo a fragilidade da História da Educação em Portugal.*”¹⁴ A esta denúncia, partilhada por alguns estudiosos¹⁵ acrescenta que “*no ar, deixaram a pergunta ainda por responder: como é possível pensar a educação hoje, e projectá-la no futuro, sem uma compreensão exacta de que foram os percursos do passado?*”¹⁶

Embora não seja correcto concluir-se a inexistência de uma produção historiográfica na área da educação face às significativas obras e estudos valiosos efectuados ao longo das últimas duas décadas, nomeadamente no que diz respeito à história institucional e às ideias pedagógicas,¹⁷ poder-se-á afirmar que em relação ao ensino comercial, e em face do pouco que existe, muito há a fazer.

Francisco Santana, em 1987, no âmbito das Comunicações do 1º Encontro de História da Educação em Portugal, apresenta algumas pistas de pesquisa bibliográfica em relação ao ensino comercial.¹⁸ No entanto, dos 110 anos a que se refere na sua resenha bibliográfica que cobre o período de 1759 a 1869, fica muito aquém das balizas cronológicas do presente estudo, apontando a evolução do ensino comercial na cidade de Lisboa. Referenciando algumas fontes documentais de limitada consulta, é nomeadamente nos fundos arquivísticos à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Cartório da Junta do Comércio), Arquivo Histórico e Biblioteca Central do Ministério das Obras Públicas que Francisco Gingeira Santana deposita a esperança

¹³ A Humberto Beça e à sua obra, temos dedicado a pesquisa nos últimos anos. A sua morte prematura impediu-o de dar continuidade a uma extensa (mas mal conhecida) obra no âmbito da escrituração comercial juntamente com a experiência no ensino público e privado da cidade do Porto durante as primeiras duas décadas do século XX. A par de Raúl Dória, a sua extensa lista de obras publicadas no âmbito dos manuais escolares, serviram de base na aprendizagem de várias gerações de Caixeiros e Guarda-Livros formados nas escolas do Porto.

¹⁴ NÓVOA, António (Dir.) – *A Imprensa de Educação e Ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. p. XXXI

¹⁵ NÓVOA, António (Dir.) – *Op. Cit.* p. XXXI. É o caso de Rómulo de Carvalho, Luís Albuquerque, Joaquim Ferreira Gomes e Rui Grácio.

¹⁶ NÓVOA, António (Dir.) – *Idem. Ibidem.* p. XXXI

¹⁷ ADÃO, Áurea – A História do ensino secundário-liceal português: balanço da investigação realizada nas últimas décadas. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 97.

¹⁸ SANTANA, Francisco Gingeira – Fontes para o estudo dos primórdios do ensino do comércio. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. pp. 203-212.

de se poder aceder ao desconhecido mundo bibliográfico sobre os antecedentes do ensino comercial. No seu *Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio* e ao referir-se à Aula de Comércio, Francisco Santana consciente do importante espólio bibliográfico existente, desabafa: “*Um dia chegará em que esses elementos se ordenarão num todo coerente e não destituído de algum interesse para o conhecimento dessa escola pioneira, antecessora de todo o nosso ensino comercial.*”¹⁹ Nuno Daupias d’Alcochete afirma que no Núcleo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, “*avultam umas dezenas de livros de registo e de pastas de documentos relativas às escolas de ensino comercial e industrial.*”²⁰ Maria do Rosário Antunes indica o Arquivo Histórico do Ministério da Educação onde importante acervo documental aguarda melhores dias.²¹

O facto de não existir uma historiografia sobre o ensino comercial entre os períodos da década de 20 e década de 70 do século passado, poderá ser explicado por diversas razões, das quais salientamos cinco aspectos fundamentais:

- ❑ A separação institucional do Ensino Industrial face ao Ensino Comercial e as naturais preocupações na consolidação prática e efectiva dos Cursos Comerciais saídos das Reformas de 1918 e o lento processo burocrático de autonomia e ruptura com práticas e saberes anteriores;
- ❑ A tardia implementação da Contabilidade como saber autónomo e o gradual afastamento, curricular e pedagógico, em relação aos anteriores e tradicionais Cursos de Comércio (Curso Elementar, Curso Médio e Curso Superior);
- ❑ As diferentes Reformas e “Anti-Reformas” operadas no Estado Novo, e que retardaram a linha de rumo pretendida face à criação e surgimento de novas profissões sobre a prática e escrituração da Contabilidade, ora como Ciência, ora como actividade aos serviço das pequenas, médias e grandes empresas;
- ❑ O gradual desaparecimento das disciplinas das Ciências Humanas e Sociais dos planos curriculares dos cursos de Contabilidade. Os planos foram suportando, nas últimas décadas, uma maior carga de cadeiras de componente contabilística. Daí se ter esquecido e perdido o seu papel na História, remetendo o seu estudo para melhores ocasiões.²²

¹⁹ SANTANA, Francisco Gingeira – *Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio*. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa, Câmara de Comércio, 1974. p. 3.

²⁰ ALCOCHETE, Nuno Daupias d’ – Uma fonte importante para a História da Educação em Portugal. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 215.

²¹ ANTUNES, Maria do Rosário – Breve notícia sobre a existência do Arquivo do Ministério da Educação. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. pp. 217-224.

²² Em relação à investigação na área da História do Comércio e da Contabilidade, em Portugal, Armandino Rocha, em entrevista à Revista Eurocontas, refere: “*Quase 90% dos assuntos contabilísticos são direccionados para a fiscalidade... há a parte histórica da Contabilidade, que tem estado muito abandonada no nosso país. Já se estuda História da Contabilidade há mais de 20 anos, mas só há três ou quatro anos é que se criou um Centro de Estudos de História da Contabilidade. Já se chegou à conclusão que em todas as áreas do conhecimento humano é importante conhecer o passado para se saber o real significado do presente e qual a dinâmica para o futuro. E esta é mais uma área de investigação.*” Cfr. *Revista Eurocontas*, Ano V, nº47, (Mar. 1999). p. 6. Sobre o estado em que actualmente se encontram os estudos da investigação da Contabilidade em Portugal, o *Jornal de Contabilidade* publica os resultados de um inquérito efectuado que demonstra a inexistência de trabalhos científicos nesta área. Cfr. GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha – Ensino da História da Contabilidade e sua actualidade em Portugal. *Jornal de Contabilidade*. Ano XXIII, nº 262 (Jan. 1999), pp. 8-17. Ver também GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha e outros – História e teoria da contabilidade: resultados de um questionário. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Anexo ao Vol. LVI, nº221, (1º Trimestre 1999). pp. 1-94.

Este renovado interesse é provado pela recente cadeira – *Contabilidade: Evolução Histórica e sua Filosofia* - do Plano de Estudos do Mestrado em Contabilidade e Auditoria, ministrada na Escola de Economia e Gestão da

- O consciente desinteresse que o Estado Novo impôs no sentido de retirar dos programas do ensino as matérias sobre o Portugal Contemporâneo. As transformações políticas e ideológicas do "estúpido século XIX"²³ podiam ocasionar estímulos de uma "memória histórica" recente, sempre perniciosos aos inimigos do regime.

A falta de políticas arquivísticas que possibilitem o acesso às fontes primárias, é hoje, como tem sido no passado, a grande responsável pela inércia da difusão selectiva da documentação/informação de Arquivo. A abundante documentação há muito existente, mas geograficamente dispersa, sem qualquer inventariação ou deficientemente inventariada, na quase totalidade dos Arquivos, condiciona os investigadores a recorrer às fontes impressas mais acessíveis e às fontes secundárias.²⁴

Resumidamente podemos alinhar com Mário Alberto Nunes Costa quando afirma:

"Preconceitos sociais que longamente fizeram do ensino técnico uma formação socialmente menor, uma tradicional restrição da temática da história e uma pelo menos aparente escassez de fontes serão algumas das explicações para o facto de não abundarem os estudos históricos que lhe respeitem."²⁵

Rogério Fernandes e Manuela Esteves em *Estrutura e Recursos da Investigação Educacional* acrescentam que

"os primeiros ensaios de pesquisa em educação datam entre nós dos finais do século passado, mais precisamente da primeira década do século XX. Desprovidos de sistematização e metodologia científicas, privados de suportes institucionais organizados, tais ensaios não tiveram sequência imediata. Ficaram meramente como contributos dispersos e depressa foram esquecidos."²⁶

Esboçando para as décadas de 50, de 60 e de 70, alguns trabalhos de investigação educacional, estes surgiram "à margem de quaisquer instâncias oficiais ou privadas"²⁷ logo, fora do desejável enquadramento institucional e longe de um reconhecimento que se pretendia como "instrumento apropriado à busca de

Universidade do Minho. Neste sentido, no passado dia 16 de Setembro de 1999, o primeiro Mestrado "A Influência de Jaime Lopes Amorim no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal" do Dr. Amândio Faustino Ferreira Tavares, dá os primeiros esboços sobre a prática da escrituração comercial no séc. XIX e a sua evolução até finais de meados do nosso século.

No passado ano lectivo (1999/2000) o ISCAP avança, finalmente, no plano curricular do 4º Ano da Licenciatura em Contabilidade, com a Cadeira "História do Pensamento Contabilístico."

²³ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.); MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Quinto Volume. Lisboa: Editorial Presença, 1993. p. 4.

²⁴ A esta questão, referem-se incessantemente: Áurea Adão, António Nóvoa, Francisco Santana, Nuno Daupías d'Alcochete e Rui Grácio, entre outros.

²⁵ COSTA, Mário Alberto Nunes – *O Ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900: subsídios para a sua história*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990. p. 15.

²⁶ FERNANDES, Rogério; ESTEVES, Manuela – *Estrutura e recursos da investigação educacional. A Investigação Educacional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. p. 27.

²⁷ *Idem. Ibidem.* p. 28.

alternativas inovadoras às políticas e às práticas de ensino."²⁸ No entanto e como afirma Joaquim Ferreira Gomes "os anos sessenta assistiram ao começo de uma renovação da História da Educação, que passou a ter uma nova postura, com novos intervenientes e com investigações mais arrojadas, onde a época contemporânea começava a ser objecto de estudo."²⁹ Assente na consensual e reconhecida ideia do atraso que trabalhos desta índole vinham a registar em relação às restantes matérias, ramos de saber e conhecimento científico, muitos vão sendo os autores que inconformados com o vazio de produção e difusão científica, procuram agora, consolidar alicerces anteriormente inexistentes. Este abandono e temporário esquecimento sobre o estudo de matérias respeitantes ao percurso do ensino comercial, surge igualmente evidenciado na *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX* que encontra outros factores:

"Nas décadas de 1930 e 1940, a docência e a pesquisa, em história da educação, ficaram essencialmente a cargo das Faculdades de Letras. Todavia, aquela encontrava-se amputada, pois fazia parte da cadeira de conteúdos mais vastos... As referidas condições institucionais, pouco propícias, contribuíram para a reduzida investigação histórica no campo da educação. Como nota António Nóvoa, referindo-se aos meados do presente século, 'são os próprios docentes universitários da história da educação que pouco contribuem para a investigação científica nesta área'"³⁰

Ultrapassada esta fase e após Abril de 1974, iremos assistir a uma nova onda de interesse, onde e já na década de 80, são notórios os estudos sobre História da Educação.³¹ Em Abril de 1994, no Seminário sobre *Investigação Educacional em Portugal*,³² é referido que

"a investigação em educação está na primeira fase do seu desenvolvimento e são baixas ou nulas as expectativas dos actores sociais, dos políticos e dos profissionais de educação, relativamente ao possível contributo da investigação educacional para a resolução daqueles problemas. A disponibilidade dos investigadores para se interessarem por tal contributo nem sempre é muito visível."³³

Assim e conforme refere Bártoolo Campos decalcando as evidentes tendências no âmbito da investigação em educação, as décadas de 80 e 90 denotam novos

²⁸ *Idem. Ibidem.* p. 27.

²⁹ GOMES, Joaquim Ferreira – *Op. Cit.*, p. 57.

³⁰ MENDES, José Amado – *Op. Cit.*, pp.412-413.

³¹ Entre 1989 e 1993 as duas principais entidades financiadoras públicas de projectos de investigação na área da Educação – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e o Instituto de Inovação Educacional (IIE) – financiaram 31 e 149 projectos de investigação, respectivamente. Ainda nas entidades que maior destaque e para o mesmo período registaram diferentes apoios na área da investigação em Ciências da Educação, salienta-se a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Oriente que o fizeram ora através de bolsas de estudo ou através de apoio nas publicações. Cfr. FERNANDES, Rogério; ESTEVES, Manuela – *Op. Cit.*, pp. 44-52.

³² Organizado em colaboração com o Instituto de Inovação Educacional e CERI da OCDE e realizado em 13 de Abril de 1994, Cfr. CAMPOS, Bártoolo Paiva (Org.) – *A Investigação Educacional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. p. 9.

³³ *Idem. Ibidem.*

cenários onde é visível uma maior interacção com os actores de educação e as instituições onde estes se situam.³⁴

“Se tivermos em conta o número de teses de mestrado e de doutoramento, verificamos que a base de dados mais completa que existe sobre a matéria (e ainda está incompleta) regista 396 mestrados e 45 doutoramentos. Se considerarmos os projectos que, nos últimos sete anos, obtiveram financiamentos de instituições públicas ou privadas, consegue-se identificar quase uma centena.”³⁵

Estabelecendo as condicionantes que determinam as práticas metodológicas da investigação, acrescenta:

“o desenvolvimento significativo da investigação em educação em Portugal é uma realidade dos últimos quinze anos. Tal desenvolvimento está directamente ligado à necessidade de formar professores de disciplinas de educação nos respectivos cursos de formação inicial assegurados pelas Universidades e pelas Escolas Superiores de Educação, integradas no ensino superior politécnico. Por isso, considerámos importante a participação dos responsáveis destas instituições, Reitores das Universidades, Presidentes dos Institutos Politécnicos e Presidentes dos Conselhos Científicos dos Departamentos e das Escolas de Educação. A eles e aos órgãos a que presidem cabem responsabilidades significativas na definição das políticas de investigação em educação nas respectivas instituições.”³⁶

Bom - face ao exposto - estava lançado o tema deste trabalho. Sabíamos estar perante assunto de tratamento inédito. Pontos de referência não existiam e o ponto de partida cingia-se a alguns esquecidos documentos da época, soltos no seu enquadramento contextual. Assim sendo, mais que justificada está a razão deste trabalho. Cimentar e reforçar a sua importância é um objectivo inerente à sua prossecução, no sentido de podermos contribuir para o melhor conhecimento de uma perspectiva global na área da História do Ensino/Educação no Porto do séc. XIX, buscando as acções e interacções que os diferentes sujeitos tentaram na sua formulação e consolidação institucional.

Mas porquê “O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: percursos, práticas e contextos profissionais?”

A escolha deste tema só é possível por ser consequência de uma grande dose de cumplicidade. Às explicações registadas anteriormente juntamos a relação entre o nosso exercício profissional no âmbito das Ciências Documentais³⁷ que aliada a motivações pessoais, têm suscitado, já há alguns anos, o nosso interesse e partilha

³⁴ *Idem. Ibidem.* p. 10.

³⁵ *Idem. Ibidem.* p. 110.

³⁶ *Idem. Ibidem.* p. 14.

³⁷ Técnico Superior de Biblioteca e Documentação e Director do Centro de Documentação e Informação do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

por assuntos relacionados com as práticas pedagógicas e curriculares da escrituração comercial e institucionalização do ensino comercial no Instituto Industrial e Comercial do Porto.³⁸ Ao presente cenário acresce ainda o *vírus* já instalado de certa forma infectado pelos últimos oito anos na leccionação das cadeiras das áreas de História e Ciências da Documentação.³⁹ Na cómoda impossibilidade de apagar e destruir o *vírus histórico*, antes pelo contrário, tiramos partido em alastrá-lo a outras áreas do saber, interdisciplinando-o⁴⁰ numa cumplicidade de quem encontra persistentemente mais razões para continuar superando os argumentos de desistir.

Mais que participar em debates e permutar pontos de vista sobre o Portugal Oitocentista, impunha a consciência, o desejo e o dever de constituir, documentalmente, espaços científicos e culturais, como verdadeiros Foruns da produção de conhecimentos. Ao surgir a hipótese de desenvolver um trabalho de investigação nesta área, no âmbito do Mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, esta nossa motivação encontrou razões para continuar, dando, simultaneamente, satisfação a um desejo pessoal e de intuição caracteristicamente profissional, possibilitando conhecer melhor a instituição⁴¹ co-responsável pelo surgimento, no âmbito das doutrinas contabilísticas, da denominada Escola do Porto.⁴²

Desafiado pelo nosso Orientador, e integrado no Seminário de Estruturas Económicas e Industrialização, Jorge Alves lançou-nos⁴³ no desafio de contextualizar, estrutural e conjunturalmente, o nascimento do Ensino Comercial no Porto do século XIX. A frequência do referido Seminário levou-nos a sublinhar a importância dos agentes de comércio, nomeadamente Marçanos, Caixeiros, Negociantes e Guarda-livros na prática da escrituração comercial e no arranque deste tipo de ensino – técnico e profissional - na cidade do Porto. Aceite o desafio, e motivados por pesquisas entretanto efectuadas, procuramos orientar a nossa investigação numa

³⁸ A partir de 1976 e através do Decreto-Lei n.º 327/76 de 6 de Maio, tomou a designação de Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

³⁹ Desde Novembro de 1994 no Externato D. Dinis (Porto) e a partir de Março de 2000 e Outubro de 2001 no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e na Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, respectivamente.

⁴⁰ Esta tese, sendo uma tese no campo da História Contemporânea e abordando a problemática educacional e da actividade comercial como profissão, é devedora de outras disciplinas tais como a sociologia e/ou a psicologia. As teorias da sociologia e a sua aplicação ao campo da educação, o trabalho e o comércio, as questões entre o Estado, o desenvolvimento e a educação, as questões da articulação entre o campo social, o campo político e a educação, as teorias da reprodução e da produção e difusão de saberes encontram-se presentes por toda esta tese, fornecendo sucessivas interrogações a que a interpretação dos dados disponíveis procura responder.

⁴¹ Sobre o percurso institucional do ISCAP, apenas o Relatório (1933-1945) organizado por Alfredo Coelho de Magalhães, então Director do Instituto Comercial do Porto e publicado em 1945 juntamente com o artigo de David Azevedo de Almeida que *O Tripeiro* trouxe a público em 1985 referem, embora muito sucintamente, alguns traços sobre o passado da instituição. Da História secular deste Estabelecimento de Ensino nada foi feito. Cfr. ALMEIDA, David Azevedo de – Subsídios para a história do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. *O Tripeiro*. Vol. IV, nº3, (Mar. 1985), pp.70-72.

⁴² A Escola do Porto serve para referenciar a característica patrimonialista da contabilidade, encetada por Jaime Lopes Amorim. Cfr. SÁ, António Lopes de – *História geral das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997, p. 143.

⁴³ Mais não foi que institucionalizar em forma de Mestrado, um desafio nascido um ano antes, sobre a execução de projectos nesta temática.

linha conceptual que nos conduzisse à clarificação da temática que nos propusemos desenvolver.

Encetar a cuidada e responsável tarefa de *levar a bom porto* a realização de uma tese de Mestrado implica, no mínimo, tomar a consciência de ter que efectuar um caminho cujo percurso muitas vezes desconhecemos.

É entrar numa aventura sem ter sido aventureiro... É querer ser aventureiro sem conhecer a aventura!

Também nesta matéria, não basta estar no caminho, é preciso saber percorrê-lo.

Partindo para a investigação sem apriorismos, este trabalho foi emergindo e estruturando-se a si próprio. A nós coube a responsabilidade de dar vida aos seus agentes, colocá-los no local da acção como indivíduos e grupo, sujeitos a conexões físicas e mentais. Subscrevemos inteiramente a afirmação de Luís Alberto Marques Alves quando à tarefa da investigação se refere: *"Investigar é assumirmos a responsabilidade de uma tarefa, é termos a dimensão das nossas limitações, mas tem de ser, sobretudo, a partilha de espólios científicos capazes de potenciar a discussão."*⁴⁴

Como todo o trabalho de investigação determina o acompanhamento, passo a passo, das diferentes etapas que estabelecem a sua concretização, procuraremos, tal como a elas se refere Judith Bell, defini-las de acordo com os nossos objectivos.

"Será preciso seleccionar um tópico, identificar os objectivos do trabalho, planear e delinear a metodologia adequada, escolher os instrumentos de pesquisa, negociar o acesso a instituições, material e indivíduos; será também necessário recolher, analisar, apresentar, a informação e, finalmente, produzir um relatório ou dissertação bem redigidos."⁴⁵

A delimitação cronológica da nossa pesquisa tem a ver com o facto de pretendermos tratar aspectos da existência ou não de uma instrução comercial próxima das actividades profissionais da classe caixeiral num século em que o Estado institucionaliza e regulamenta a sua prática formal através do Ensino Comercial no Porto. Embora o possamos situar nas Reformas Pombalinas - meados do séc. XVIII, com a criação da Aula do Comércio, - em termos diacrónicos, a análise incide, mais detalhadamente, nas décadas de Oitocentos: período em que efectivamente se assistindo à institucionalização através dos diferentes projectos de organizações e planos de ensino comercial, mais frutificou na cidade do Porto através dos primeiros

⁴⁴ ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea. p.11.

⁴⁵ BELL, Judith – *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. 1ª edição. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 13.

ensaios legislativos e doutrinários. Abordar os antecedentes históricos num enquadramento político e social, é uma imposição no discernimento e compreensão do objecto de estudo. *“A perspectiva histórica torna-se, neste caso, um instrumento indispensável no esclarecimento da análise do papel desempenhado pelas práticas educativas nos processos de mutação política e social.”*⁴⁶

Na impossibilidade de detectarmos uma delimitação precisa e referenciada por marcos temporais, muito por culpa da indefinição e localização da fronteira que demarca as funções, competências e co-responsabilidades dos diferentes Marçanos, Caixeiros, Homens de Negócios e, mais no sentido generalista, os Comerciantes, procuraremos identificar os respectivos cenários da actividade profissional através dos percursos, práticas, identidades, contextos e quadros teórico-metodológicos em função dos períodos/etapas mais significativos da época em análise.

Como alude Carlos Gonçalves para a análise da profissão de economista,

“O estudo sócio-histórico... incorpora a análise quer da pluralidade de processos sociais estruturais, da natureza económica, social, política, cultural, quer das estratégias protagonizadas por diversos agentes institucionais em defesa dos seus interesses, quer dos momentos de conflito ou de alianças estratégicas entre esses mesmo agentes, quer ainda do papel assumido pelo Estado.”⁴⁷

Acrescentando que, *“a complexa conjugação entre estes diferentes elementos da sociedade portuguesa determinou, ao longo do tempo, a dinâmica e a forma de institucionalização da profissão.”*⁴⁸

1.2 – COMO DA TEORIA SE CONSTRÓI A PROBLEMÁTICA

Se poucos são os estudos que a esta temática dispensam algumas considerações analíticas, muitas são as questões que cimentam a problematização deste tema, tornando-o necessariamente pertinente.

Questionar e tabelar este conjunto de aspectos determina enquadrar o que realmente se pretende para o desenvolvimento da actividade comercial. Mas quais as principais preocupações dos agentes mais directamente integrados no contexto da instrução/formação do comércio?

⁴⁶ PROENÇA, Maria Cândida (Coord.) – *O Sistema de ensino em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p.7.

⁴⁷ GONÇALVES, Carlos Manuel da Silva – *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*. Porto: FLUP, 1998, p.7. Dissertação de Doutoramento em Sociologia.

⁴⁸ *Idem. Ibidem.*

Entendemos que, tal como regista Jorge Alves, deveremos procurar na teoria, uma base que sustentará a problemática do nosso discurso científico. Pois

"toda a investigação decorre no interior de quadros de referência, em que as teorias funcionam como redes sistemáticas que nos ajudam a perceber o real, a racionalizá-lo, a explicá-lo, permitindo-nos construir evidências factuais que nos levem além do senso comum ou do empirismo absoluto."⁴⁹

Nesta linha de pensamento, impõe-se proceder a um desfiar de considerações onde saibamos esculpir e modelar o facto de forma a constituirmos o factor. Assim:

"produzir um objecto científico é, nesta linha, arrancá-lo ao vivido, pensar a sua especificidade, validá-lo em confronto com a pesquisa empírica, num processo dinâmico de interacção. Toda a metodologia está, assim, intrinsecamente ligada à teoria, que acompanha a investigação desde o início, permitindo os ajustamentos necessários através de exercícios de pertinência, de coerência e de verificabilidade. Deste modo, a teoria guia a investigação, permitindo questionar, seleccionar, discutir."⁵⁰

Pois a construção do nosso conhecimento científico, como fortaleza de uma ideia que, linha a linha, procuramos esboçar, *"tem subjacente todo um discurso argumentativo (com os seus implícitos de exposição, argumentação, comprovação) – um discurso disciplinado, científico, visando um objectivo que pode estar no próprio trajecto ou no seu produto final."*⁵¹

Acima de tudo, defender uma Tese é, naturalmente, validá-la. Uma validação dada pela evidência dos factos, pelo consenso na sua justificada pertinência, pela coerência da argumentação em relação à linha teórica subjacente.⁵²

"Os nossos conhecimentos constroem-se com apoio de quadros teóricos e metodológicos explícitos, lentamente elaborados, que constituem um campo pelo menos parcialmente estruturado, e esses conhecimentos são apoiados por uma observação dos factos concretos."⁵³

Relegando para outro ponto deste trabalho os aspectos metodológicos, deixaremos, desde já, algumas questões pertinentes e que dimensionarão toda a problemática discursiva de um estudo de caso.

⁴⁹ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Imp. Gráficos Reunidos Lda, 1994. p.14 referencia BRUYNE, Paul e outros – *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, S.d. pp. 101-130.

⁵⁰ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros*. Op. Cit. p.14

⁵¹ SEQUEIRA, Maria do Carmo Castelo Branco de – *Passos de uma Tese*. Notícias do Instituto Politécnico do Porto. Porto: IPP, 9 (19 Dez 1996), p. 16.

⁵² *Idem*. *Ibidem*. p. 18.

⁵³ QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc – *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 20

1.3 – À PROCURA DO FACTO E DO FACTOR

É inegável que nos dias de hoje, a prática da contabilidade e a regulamentação da sua actividade no meio empresarial é uma imposição justificativa pelo exercício do saber contábil organizado no acompanhamento fiscal, contabilístico dos movimentos de escrituração financeira. Sem este exercício, o dia-a-dia das pequenas, médias e grandes empresas dificilmente conseguiriam impôr-se perante uma escrita que não pode deixar de acompanhar as exigências do mercado e as suas obrigações de contribuinte perante o Estado.

É, pois, a busca das origens das mais velhas preocupações e medidas adoptadas que possibilitaram a criação das primeiras escolas comerciais numa cidade que sobre os auspícios de um cenário político-económico de expansão caracterizou, globalmente, a segunda metade do século XIX que procuraremos identificar e questionar.

Longe de podermos partilhar por uma abordagem substancialista da actividade/funcionalidade do comerciante como agente e conteúdo de uma profissão, analisaremos as suas múltiplas relações na globalidade caracterizadora do fenómeno profissional⁵⁴ onde as perspectivas sócio-históricas muito contribuem para o entendimento da complexa malha de interdependências que subsiste entre os diferentes vectores analíticos, determinando a construção da profissionalidade em Portugal.⁵⁵

Cientes que a acção humana não ocorre, *per si*, num vazio social, que Portugal temos na segunda metade do século XIX e que serviu de palco ao ensaio das primeiras experiências de escolas comerciais antecedidas que foram pela prática de produção e difusão de saberes tradicionalmente herdados de geração em geração de comerciantes e logistas?

Porquê a necessidade de criação do ensino das práticas da escrituração Comercial?

A instrução comercial marca a agenda e as preocupações nos debates políticos dos nossos parlamentares? O Ensino não sendo uma paixão, é uma

⁵⁴ GONÇALVES, Carlos Manuel da Silva – *Op. Cit.* p.4.

⁵⁵ *Idem. Ibidem.* p.5.

obrigação? A Monarquia Constitucional pretende materializar o saber ou, prefere saber materializar-se?

Qual o papel do Estado na implementação do ensino comercial? A quem compete instruir? E que políticas educativas?

Existem reminiscências evidentes ou sintomas da herança legada pelos intelectuais portugueses da primeira metade de Oitocentos?

Se, tal como refere Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, é possível encontrar na primeira metade do século,

“as condições capazes de possibilitar que a categoria social em causa emergisse no processo de transformação da sociedade portuguesa enquanto força social e efectiva, agregando grupos que, a despeito das suas divergências, actuariam como uma *intelligentsia crítica e reivindicativa*”⁵⁶

porquê assistirmos tão tardiamente aos primeiros ensaios institucionais da instrução comercial? E a “*massa intelligentsia crítica e reivindicativa*” teve capacidade de intervenção na vida da sociedade portuguesa? De que forma constituíram grupos de pressão?

Sendo as funções de organização da dominação, frequentemente “*desempenhadas cumulativamente pelos mesmos indivíduos que se desdobravam entre a actividade política, a acção militar, as tarefas burocráticas e a produção cultural*”⁵⁷ não estaremos perante a constituição de círculos de interesses bem definidos onde na verdade os apelos e pedidos são a ressonância dos desejos e interesses individuais, resultado de um obediente caciquismo?

Como compreender que em 1850, Portugal que triunfa com êxito as diferentes Revoluções, dotando-as de instrumentos liberais e assistindo às primeiras lufadas de cultura e emancipação europeia, caminhe para o progresso material e desenvolvimento económico da Regeneração, a par de um proteccionismo pautal que ora afunilava com uma já razoável campanha alfandegária, ora apelava e procurava dotar a sociedade de novas reformas?

E as Associações Comerciais e os Comerciantes do Porto, que papel desempenham na implementação da instrução comercial? A quem compete instruir? E que políticas educativas?

Que interesses a sua implementação suscitava na classe dos comerciantes portuenses? Quais as sensibilidades dos Marçanos e Caixeiros para a aprendizagem? E estes, recolhiam confiança do patrão? Valia a pena trocar o balcão da loja pela

⁵⁶ SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p.13.

⁵⁷ *Idem. Ibidem*. p.18.

carteira da escola? E para o patrão, ter um Caixeiro sabedor das práticas de escrituração comercial e conhecedor das importantes parcelas que mais lucro dão à loja não será motivo de desconfiança? O patrão, maioritariamente inculto, quantas vezes analfabeto, mas sábio nas contas da vida que dia-a-dia poderiam, porventura, engordar a gaveta das moedas está disposto a cooperar? Não seria melhor ser o próprio patrão a dar a “prática escolar” da tradicional experiência de venda e manter o mesmo círculo de clientes?

A introdução de novas ideias não tornarão o Marçano e Caixeiro mais reivindicativo e incómodo, logo perturbador da “práxis” estabelecida?

O que é que se pede a um comerciante em termos de organização da escrita, do registo do *Deve e Haver*? Em que medida surge uma formação que leva à necessidade de dar componente à actividade comercial?

E as práticas pedagógicas? Que manuais escolares? Quem os escreve e que rumos são pretendidos? Qual o seu conteúdo e a quem se destina?

Que formação é exigida? Os seus preceitos obedecem a que tipo de doutrinas económicas? Qual a componente de formação técnica e prática? As análises técnicas, acompanham ou não a necessidade da comercialística e técnicas contabilísticas?

E os alunos? Quem são? De onde vêm e para onde vão?

E a Lei? o que diz a Lei? Os Códigos Comerciais de 1833 e 1888, a Lei de 1867 e a Lei das Sociedades Anónimas? Esta última, até que ponto é que a sua regulamentação determinou as Assembleias Gerais a delegar na Administração, os seus poderes sob a orientação de bons técnicos com experiência e formação de escrituração comercial?

Ainda no âmbito legislativo, de que forma é que os Regulamentos acompanhavam ou não a saída dos diferentes Decretos? A Lei era prontamente regulamentada ou, tal como nos dias de hoje, criava um vazio jurídico, retardador da implementação de novas medidas? Assistimos ou não a imposições legislativas que condicionaram o aparecimento da instrução comercial?

E a sua divulgação e propaganda? Quem divulga o ensino comercial? Que meios e canais são utilizados para a sua difusão? Qual a mensagem e a quem se destina?

O mercado de trabalho estratifica e faz a triagem entre Guarda-livros e Economistas? Quais as diferenças e receios? A procura de Caixeiros e Guarda-livros em detrimento da implementação da formação de Economistas seria, à luz do patronato, um mal menor? Porquê? É possível visualizar a construção social nas trajetórias profissionais, como instrumento identificador e delineador das estruturas

do mercado de trabalho na segunda metade do século XIX? Encontraremos aqui a génese das denominadas “*profissões organizacionais*”?⁵⁸

Cada questão transforma-se numa problemática e esta numa nova e diferente abordagem aberta a novas questões problemáticas. Estas são algumas das questões que norteiam a realização deste estudo que, embora esteja referenciado ao Porto Oitocentista, recua no tempo até meados do século XVIII. A implementação das medidas do ensino técnico no período pombalino com o estabelecimento da Junta do Comércio e da Aula do Comércio são razões que justificam esta opção. Além disso, o estudo da forma de organização e da evolução do ensino dispersa ao longo do século XIX pressupõe a análise de épocas anteriores, pois de outra forma não seria possível a análise comparativa na relação causa-efeito.

Longe de esgotar a capacidade de exploração de todas as questões, não nos será possível poder aprofundar convenientemente no sentido de dar as respostas que se impõe. Nesta matéria, as portas não se franquearão. Pelo contrário, os temas emergem como cerejas num cesto que tem sido pouco remexido. Resta-nos subscrever o desafio e pedir que outros, porventura mais e melhor preparados, possam e devam prosseguir este percurso.

Mais que um palco histórico onde os homens são meros actores do seu tempo “*a investigação vai para além da descrição e requer um trabalho de análise. Procura explicações, relações, comparações, previsões, generalizações e teorias.*”⁵⁹

É a constante procura do **Facto** e do **Factor**.

⁵⁸ ALVES, Jorge Fernandes; GONÇALVES, Carlos – Economista: perspectivas sobre uma profissão. O *Tripeiro*. 7ª Série, Ano XIX, nº1, (Jan. 2000). p. 24.

⁵⁹ PHILLIPS, Estelle M.; PUGH, D. S. – *Como preparar um mestrado ou doutoramento: um manual prático para estudantes e seus orientadores*. S.I.: Lyon Edições, S.d. p. 62.

2 – PESQUISA E MÉTODOS DE LEVANTAMENTO

"nunca as obras podem sahir tão perfeitas, que se lhe não possam sempre acrescentar e emmendar muitas couzas."¹

2.1 – O PERCURSO METODOLÓGICO

2.1.1 – O Estudo de Caso

Escolhido o tema, delineadas as balizas cronológicas e espaciais do presente estudo, impunha-se estabelecer toda a *"problemática e a construção da evidência."*²

Neste sentido, montamos um percurso coerente e linear que permitisse, lógica e harmoniosamente, construir um raciocínio validamente expresso na produção e construção do conhecimento histórico.

Tendo em consideração a temática e o objectivo da dissertação, adoptamos o método analítico-indutivo, recorrendo-se preferencialmente à perspectiva de análise sistemática e aos métodos comparativos clássicos, com vista à explicação sistemática dos resultados encontrados.

Entendemos e porque *"os métodos são formas de organizar criticamente as práticas de investigação,"*³ trabalhar/restringir o campo de acção ao Estudo de Caso. O método de estudo de caso particular proporciona a análise/estudo *"de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema."*⁴ Importa, segundo Raymond Quivy, *"que o investigador seja capaz de conhecer e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho."*⁵

¹ D. Rodrigo da Cunha em certo passo do *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, 1963.

² ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros*. Op. Cit. pp. 30-36.

³ ALMEIDA, João Ferreira de – Sobre a monografia rural. *Análise Social*. Vol. XIII, nº52 (Out/Dez 1977), p. 790.

⁴ BELL, Judith – Op. Cit. p. 22.

⁵ QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc – Op. Cit. p.15.

Judith Bell refere o estudo de caso como sendo um *“termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso.”*⁶ No entanto, alertando que sendo *“muito mais do que uma história ou descrição de um acontecimento ou circunstância,”*⁷ os dados *“tal como em qualquer outra investigação... são recolhidos sistematicamente e a relação entre as variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente”*⁸ porque *“um estudo de caso interessa-se sobretudo pela interacção de factores e acontecimentos.”*⁹

É de acordo com esta linha de pensamento e porque a compreensão e obtenção da História Total e Global só nos é dado pela síntese raciocinada e relacionada entre as suas partes, sejam elas quais forem e as condições do saber e interacção disciplinar em que o homem se integra.

“A grande vantagem deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso. Estes processos podem permanecer ocultos num estudo de maior dimensão, mas poderão ser cruciais para o êxito ou fracasso de sistemas ou organizações.”¹⁰

De acordo com Francisco José Falcon, *“a história não conhece a História; conhece, sim, outros textos que, como ela, pretendem falar da História mas, na realidade, apenas falam do que ouviram dizer outros textos a respeito da mesma História.”*¹¹

Não sendo o estudo de caso único elemento identificador do universo em estudo, pode, no entanto, consubstanciar-se como dado referenciador numa investigação de maior dimensão, diacrónica e sincronicamente. Mas como em tudo, *“cada caso é um caso”,* é na identificação e caracterização das partes que atingiremos o todo. *“Cada organização tem as suas características únicas e específicas. O investigador procura identificá-las, bem como expor o modo como elas afectam a implementação de sistemas e influenciam o funcionamento de uma organização.”*¹²

Se a abordagem da temática se identifica num percurso cujo raciocínio caminha de fora para dentro e do geral para o particular no sentido de convergir todos os dados para a análise do estudo de caso, este, caracteristicamente identificado por referências microhistóricas pretende nos objectivos da sua prossecução, constituir um

⁶ BELL, Judith – Op. Cit. p.22-23 citando ADELMAN et al., 1977

⁷ Idem. Ibidem. p.23.

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ Idem. Ibidem.

¹⁰ Idem. Ibidem.

¹¹ FALCON, Francisco José C. – Historiografia contemporânea: balanço e perspectivas. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série, Vol. XI, (1994). p. 375.

¹² BELL, Judith – Op. Cit. p. 23.

dos pontos de partida para o entendimento da História Global e Total onde o equilíbrio ao recurso às abordagens quantitativas e qualitativas se integram num todo. Uma interpretação só possível através da recolha dos factos como método para a compreensão e percepção individual no estudo das suas relações dando sentido e obediência à natureza do estudo.¹³

A partir daqui, e alinhando pela matriz que António Candeias aborda em *Educar de outra forma*,

“Resta-nos, e antes de entrarmos no âmago desta tese, definir e desenhar os contornos em que ela se insere, os actores que lhe dão vida, os projectos políticos que tais actores protagonizaram, a sociedade... e as correntes e os projectos pedagógicos que lhes serviram de referência.”¹⁴

2.2 – EM BUSCA DAS FONTES

Estabelecido o plano de trabalho, a reflexão nesta matéria levou-nos, como de resto é já tradicional neste domínio, a efectuarmos todo um levantamento das fontes documentais que servissem de suporte à produção do conhecimento histórico. Integrados num “*safari de cientistas sociais*,” procurámos desbravar uma selva de documentos e referências bibliográficas de forma a trazer à luz do dia, novas explicações para o trabalho a que nos tínhamos proposto.

Se, como sustenta Idorindo Rocha “*fazer a história de uma empresa não se torna uma tarefa fácil, tendo de se resolver, logo à partida, a difícil missão de penetrar no seu arquivo privado*,”¹⁵ no sector público não andaremos longe da mesma realidade. Constantes respostas como “*está para aí tudo a monte*”, “*em tempos arrumou-se umas pastas velhas para o sótão*” ou “*esta não será a melhor altura para procurar isso*” vão remetendo para melhores dias a prática institucional de quem pretende pesquisar. Mesmo assim, e podendo-nos considerar um privilegiado na forma de “*dar a volta*” a muitos responsáveis de Unidades Documentais, lá conseguimos prosseguir, enriquecendo e engordando – à custa de algumas mentiras, piadas, e piropos - a já longa lista de referências bibliográficas sobre o tema em questão. Daí a possibilidade de poder constituir a Bibliografia que é parte integrante

¹³ *Idem. Ibidem.* p. 20.

¹⁴ CANDEIAS, António – *Educar de outra forma: a escola oficina nº1 de Lisboa (1905-1930)*. 1ª edição. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994. p. 51.

¹⁵ ROCHA, Idorindo Vasconcelos da – *O Carvão numa economia nacional: o caso das Minas do Pejão*. Porto: FLUP, 1997. p. 6. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

deste trabalho, sequencialmente referida no texto ou em notas bibliográficas de pé de página.

Os primeiros contactos foram informais. Algumas indicações e sugestões ajudaram a ampliar perspectivas, cimentar expectativas, consolidar o plano e definir estratégias. Com o tempo, vimo-nos obrigados a limitar o trabalho de investigação, a pôr de lado inúmera Bibliografia já consultada, a truncar mesmo esta dissertação em alguns capítulos, previstos ou já esboçados.¹⁶

"A transição do projecto para a fase de utilização ou exploração é algo inerente à natureza dos projectos, sendo uma fase especialmente delicada. A experiência demonstra que a conclusão dos projectos tende a prolongar-se excessivamente, por vezes mesmo eternamente, tornando verdadeiro o provérbio chinês: 'Quando chegares a 90% de um projecto não fizeste mais senão começá-lo.' Os 'acabamentos' podem demorar tempos sem fim, a obra que parecia estar a andar bem encontra agora toda a classe de dificuldades, o projecto está 'quase' terminado mas não completamente concluído."¹⁷

Entendemos, nesta fase de prossecução do nosso estudo, subscrever o apelo de Judith Bell *"qualquer que seja a dimensão do projecto, é imprescindível dominar certas técnicas e conceber um plano de acção que não aspire a mais do que o permitido pela experiência, tempo e acesso à informação."*¹⁸ Procuramos auxiliar-nos de um Gráfico de GANTT¹⁹ de forma a que o nosso Plano de Execução do Projecto, registasse, momento a momento, a nossa divina obediência aos tempos, tarefas e prazos a cumprir, porque *"não faz muito sentido ter tanto trabalho se não conseguir entregá-lo no final..."*²⁰ a tempo e horas.

Embora possuidores, pela recolha efectuada nos últimos anos, de muita documentação, não evitamos o constante "corre-corre" para os amigáveis ficheiros da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Aqui, procuramos tirar partido e bisbilhotar com exaustão, os catálogos Onomástico, Didascálico, Ideográfico e Cronológico.²¹ Neste último, marcamos passo nas diferentes décadas do século XIX. A maioria dos periódicos - tal como as microfilmagens - de comércio e actividade comercial do século XIX fundamentais para o estudo do papel da imprensa comercial, foram retirados das descrições existentes nos Ficheiros de Periódicos e de Catálogos de jornais antigos existentes nesta Biblioteca Pública. Alguns dos seus jornais editados no Porto

¹⁶ Subscrevendo Rui Feijó, *"as teses são como icebergs – só deve estar à vista cerca de um quinto do trabalho."* Cfr. FEIJÓ, Rui Graça – *Liberalismo e transformação social: a região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*. Lisboa: Fragmentos, S.d.. p. 16.

¹⁷ BRAND, Jaime Perena – *Direcção e gestão de projectos*. Porto: LIDEL, 1992. p.73

¹⁸ BELL, Judith – *Op. Cit.* p. 13.

¹⁹ O Gráfico de Gantt juntamente com o Plano de Trabalho funcionam como instrumentos disciplináveis de forma a possibilitar *"ir verificando regularmente os avanços e, se necessário, passar de uma etapa do trabalho para outra."* Cfr. BELL, Judith – *Op. Cit.* p. 39.

²⁰ BELL, Judith – *Op. Cit.* p.14.

²¹ Pena é que a BPMP somente disponha de informação bibliográfica informatizada, de obras editadas após 1991. A falta de informatização retrospectiva impediu-nos ter conhecimento de muitas outras fontes existentes nos 18Km de documentação desta Biblioteca Pública.

Oitocentista, foram lidos e relidos, vistos e revistos.²² Atenção especial mereceu O *Tripeiro*,²³ O *Jornal de Notícias*, O *Comércio do Porto* e o *Caixeiro do Norte* para a segunda metade do séc. XIX. A incursão por alguns títulos, exemplares únicos deste período, constituíram igualmente elementos fundamentais de informação.

Entendemos ser fundamental que na nossa passagem pelo criado *corpus bibliográfico*, remetermo-nos na leitura e pesquisa de alguns exemplares das publicações periódicas que, cremos, não têm sido objecto de atenção específica. Pois, tal como afirma António Nóvoa:

"a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (Cursos, Programas, Currículos, etc), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. A imprensa constitui, sem dúvida, uma das melhores ilustrações da extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo."²⁴

Da mesma forma e tirando partido do facto de *jogar em casa*, a Biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, que, reconhecidamente possui os mais ricos exemplares desta área temática, assistiu, numa tentativa de rebuscar algo ainda desconhecido, a um exaustivo levantamento do seu Fundo Antigo.²⁵ As Bibliotecas dos ISCA's de Coimbra, Lisboa e Aveiro mereceram igualmente atenção especial, embora a dimensão do seu acervo documental muito pouco contribuirá para os nossos estudos.²⁶ Proveitosa foi a recolha da legislação sobre o ensino comercial durante o séc. XIX, tarefa facilitada pela pesquisa dos Diários do Governo e seus Apêndices, Diários da Câmara dos Pares, Diários da Câmara dos Deputados, Diários das Sessões Parlamentares e as múltiplas publicações editadas pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, nomeadamente os seus Boletins e Relatórios.²⁷ Das Repartições de Estatística, recolhemos informação que permitirá colmatar as lacunas para os anos em que se verifica maior vazio documental. A existência de todos os números da *Revista de Contabilidade e Comércio* – o mais antigo periódico, ainda em publicação na Península Ibérica, dedicado à instrução e actividade profissional dos comercialistas e

²² Na entrada do 3º Milénio, o acesso a muita informação – em manifesta contradição e desobediência ao estabelecido no Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas – ainda não é um direito ao alcance de todos. A habitual e comodativa expressão "*Retirado de Leitura*" impede, na maioria das vezes, o normal prosseguimento das nossas orientações de pesquisa bibliográfica.

²³ A existência da colecção completa – de 1908 a 2001 – deste periódico na Biblioteca do ISCAP facilitou a consulta existência de todos os seus exemplares. Merece referência especial o artigo de ARESTA, António – A Revista O *Tripeiro* (1908-2000) e a história regional da instrução pública: um subsídio bibliográfico. O *Tripeiro*. 7ª Série, Ano XX, nº7-8 (Jul.-Ago. 2001). pp. 238-243.

²⁴ NÓVOA, António – *A Imprensa de Educação e Ensino*. Op. Cit. p. XXXII.

²⁵ Algumas centenas de títulos de manuais escolares, foram recolhidos no Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP.

²⁶ Pesquisas efectuadas em 21 e 27 de Junho e 12 de Julho de 2000, respectivamente.

²⁷ Este núcleo documental possibilitou-nos o quase exaustivo levantamento da legislação sobre o ensino comercial e que faz parte do Anexo E.

contabilistas – garantiu-nos uma satisfatória base bibliográfica. Os seus inúmeros artigos dedicados ao ensino comercial foram a bússola das nossas investigações. Da mesma forma, procuramos encontrar nos jornais e revistas da especialidade, poucos do séc. XIX e mais do séc. XX, informação referente à época abrangida pelo nosso estudo.

Não tendo sido possível aceder a todos os Núcleos Arquivísticos existentes em Portugal e que, depositam em si, testemunhos de uma memória colectiva, registamos no entanto algumas dessas Unidades Documentais – em fase de classificação – que exigiam numa outra oportunidade de estudo, maior atenção. Trata-se do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria onde “*avultam umas dezenas de livros de registo e de pastas de documentos, relativas às escolas de ensino comercial e industrial*”,²⁸ do Arquivo Histórico do Ministério da Educação,²⁹ Casa dos Contos do Reino e Casa/Erário Régio,³⁰ Junta da Administração do Tabaco,³¹ Secretaria de Estado dos Negócios do Reino / Ministério do Reino,³² Núcleo do Cartório da Junta do Comércio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo³³ e Arquivo da Secretaria da Escola Secundária Passos Manuel.³⁴ Do Arquivo do ISCAP apenas foi possível consultar a documentação manuscrita existente a partir de 1918, mas que se revelaria de interesse reduzido para o período histórico pretendido. A exiguidade das fontes para determinados períodos levou-nos a percorrer os principais livreiros e alfarrabistas do Porto. Muitas preciosidades e raros exemplares foi possível adquirir – alguns deles a preços manifestamente exagerados – de forma a possibilitar referenciar a sua existência.

Igualmente tentamos tirar o melhor partido da Base de Dados Bibliográficos Nacional – PORBASE e ALEPH³⁵ e através dos diferentes *Sítes* que nos remetendo para outros *Portais* existentes nos possibilitavam aceder às diferentes Bibliotecas. À Bibliografia geral e específica³⁶ recomendada – e muitas vezes cedida – pelo nosso Orientador, acrescentamos outra, entretanto retirada de Repertórios e Boletins Bibliográficos e Guias de Arquivo. A constituição do nosso mundo bibliográfico – e a simultânea conversão das referências bibliográficas para fichas de Leitura – serviu-nos igualmente como processo de categorização/indexação de dados para posterior uso

²⁸ ALCOCHETE, Nuno Daupias d' – *Op. Cit.* p. 215.

²⁹ ANTUNES, Maria do Rosário – *Op. Cit.* pp.217-224.

³⁰ Cfr. FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias e FRAZÃO, António (Coord.) – *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte (Instituições do Antigo Regime). Vol. II (Administração Central)*. Lisboa: ANTT, 1999. pp. 73-79.

³¹ *Idem, Ibidem.* p. 173.

³² *Idem. Ibidem.* pp. 229, 255, 274, 278, 279, 344, 346, 375, 388, 399, 401 e 409.

³³ SANTANA, Francisco Gingeira – Fontes para o estudo dos primórdios do ensino do comércio. *Op. Cit.* p. 205.

³⁴ *Idem. Ibidem.* p. 205

³⁵ Este método permitir-nos-ia seleccionar a documentação bibliográfica e simultaneamente, aceder de uma forma mais rápida ao seu conteúdo.

³⁶ De toda ela, elaboramos centenas de Fichas de Leitura.

na redacção do nosso trabalho. À medida que procedíamos às diferentes leituras, catalogávamos alguns tópicos com diferentes categorias de informação. Tínhamos assim, passo a passo, uma ideia de conjunto da documentação existente para este ou aquele tópico/assunto a tratar. Entendemos que este processo ajudar-nos-ia a reagrupar dados, informações e ideias dando maior e melhor consistência na estrutura e harmonia do trabalho.³⁷

Por outro lado, procuramos, desde o início, efectuar o maior número de leituras sobre o assunto, antes de passar à etapa da redacção do trabalho.³⁸ Se, ao contrário, fôssemos efectuando as leituras pressupostamente necessárias em paralelo com a recolha de dados e composição da dissertação, recorreríamos na tentação de – a dada altura – apercebermo-nos que algumas das ideias base e que porventura fundamentassem a nossa tese, perderiam consistência por falta de informação sobre o tema, ou porque, não haveria tempo para apoiar, com base na bibliografia, os argumentos construídos. Da mesma forma, nunca seria possível obtermos a ideia de conjunto da informação recolhida e consequentemente, prever maiores ou menores ajustamentos nos diferentes tempos de realização das várias etapas do trabalho.

Face à informação recolhida, muitas foram as questões que rapidamente se colocaram.

Quais os melhores critérios de ordenação? Deveríamos seguir cronologicamente os factos históricos, ou então, estabelecer rubricas estanques? Deveríamos bombardear as páginas com informação que tornaria monótona e menos coloquial a leitura, ou intercalá-la com dados quantitativos de natureza estatística?

E estas, farão parte do texto ou será conveniente remetê-las para Anexo?

E as microfilmagens, as ilustrações e as fotografias? E os quadros? Os mapas? Os gráficos? As referências cronológicas de legislação do ensino comercial? Etc, etc, etc.

Poderíamos começar pela Bibliografia?³⁹ E as notas de pé de página? Usaríamos notas de rodapé ou notas bibliográficas?

E a redacção do trabalho? Como e quando começar?⁴⁰ Que fonte e tamanho de letra a utilizar? Qual o espaçamento? E as margens e o cabeçalho?

Que fazer então?

³⁷ BELL, Judith – *Op. Cit.* p. 47.

³⁸ Tal como refere Raymond Quivy, procuraremos ao longo deste Trabalho justificar *não termos lido apenas para citar, mas citar por termos lido.*

³⁹ Talvez por teimosia a que a formação e a actividade profissional não é alheia, a nossa orientação metódica levou-nos com que a revisão da bibliografia fosse, no âmbito da estruturação e redacção da tese, a primeira tarefa a ser efectuada. BELL, Judith – *Op. Cit.* p. 191. “A revisão bibliográfica pode ser redigida em primeiro lugar”

⁴⁰ BELL, Judith – *Op. Cit.* p. 187. “Um estudo só estará concluído depois de redigido e que logo no planeamento inicial da pesquisa há que contar com o tempo destinado à redacção.”

2.3 – O PLANO DE TRABALHO

Adoptamos para o texto uma estrutura mosaico, da qual, esperamos, pela conjugação das partes, possa resultar uma unidade global.

O texto é constituído globalmente por quatro partes, articuladas em torno de um núcleo central respeitante à problemática d' **O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: percursos, práticas e contextos profissionais**.

Na **Primeira Parte**, enquadraremos o nosso estudo no contexto do Portugal do “estúpido século XIX” e no Porto da segunda metade do mesmo século.⁴¹ Vamos ao encontro do Portugal que desperta e acorda com as ideias liberais acompanhando as mudanças surgidas com as primeiras tentativas políticas de uniformizar uma sociedade não estratificada. Interessa-nos a caracterização e análise da sociedade portuense nas vertentes sociais, culturais e políticas saídas da Regeneração. Os seus crescimentos e recessões económicas; os avanços e recuos demográficos. O Portugal que quer andar, não anda, diz que caminha mas está parado. A distância que o aproxima – ou separa – da Europa.

O cenário do comércio e da vida comercial portuense, será também, parte fundamental de sustentação desta dissertação. Procurar redescobrir o Porto comercial que Júlio Dinis eternizou em *Uma Família Inglesa*. O Porto dos Ingleses, dos operários e dos comerciantes. Os agentes comerciais e as Instituições/Associações Comerciais que, directa ou indirectamente determinaram e/ou condicionaram o dia-a-dia da actividade comercial da Invicta. Os espaços, os públicos e as montras de uma cidade que trabalha acordada e acorda a trabalhar. O Porto que corre e vê correr para o cais da emigração. Esse Porto, grande montra de um mercado de trabalho e ancoradouro de aspirações presas em sonhos de granito. O Porto que ora grita e refila ora resmunga e barafusta num acto muscular de que é conservador da porta para dentro e liberal da boca para fora. É este Porto do século XIX que nos encanta pela fecunda ordem de ideias desordenadas.

Na **Segunda Parte** procuraremos identificar as origens da classe caixeiral. As práticas, os percursos e os contextos em que se integra o Marçano e o Caixeiro portuense. Quais as identidades e relações dos Marçanos e Caixeiros com a sua actividade. O seu grande mundo e o seu pequeno meio. O que é ser Marçano e

⁴¹ A definição do quadro em que se desenvolveu o ensino comercial em Portugal na segunda metade do século XIX constitui elementos essenciais para a compreensão do processo e a ulterior apreciação dos resultados do referido ramo de ensino.

Caixeiro? Os Domingos, as festas e os bailes de perdição. Caixeiros que viajaram antes para ser viajantes depois. Um salto até ao Brasil e novo regresso ao Porto.

O exercício da profissão. As relações de hierarquia face ao patrão. O Código Comercial de Ferreira Borges e de Veiga Beirão na regulamentação da carreira caixeiral. O Caixeiro que não guarda recordações às recordações do Guarda-livros. Do perfil que tem e que precisa. Caixeiros que foram mestres e mestres que foram Marçanos.

Na Terceira Parte procuraremos identificar quais os agentes de produção e difusão de saberes comerciais que no Porto Oitocentista estabeleceu a criação de uma instrução/educação não formal, suas caracterizações e acompanhamentos na formação e divulgação das práticas de instrução comercial. Que sinais de cultura encontramos nas Associações, Academias e Sociedades que um pouco por todo o lado se vão abrindo através da Leitura do Livro e da Imprensa nas Bibliotecas e nos Museus. Que papel desempenharam as Editoras, os Livreiros e os Gabinetes de Leitura no combate ao analfabetismo e na vulgarização dos saberes. Veremos na imprensa portuense algumas das principais preocupações retratadas nos jornais numa época de fecunda produção livresca e num período onde se escrevia e se falava de tudo.

De que forma é que os agentes de produção e difusão de saberes estimularam ou complementarizaram a instrução/educação formal? Constituíram alternativas ou foram manifestamente a voz das elites? E a cidade, acompanhou ou não as propostas das elites? Até que ponto o Porto estava desfasado em termos científicos, didáticos e pedagógicos daquilo que era feito nos outros países da Europa.

"A história do ensino de um país, e em particular quando acompanha as alterações nele verificadas a partir do 'iluminismo', tem um interesse que nem sempre lhe é reconhecido. E, segundo cremos, bastaria a clareza com que nos pode instruir sobre as razões que em parte explicam como um povo se deixou atrasar ou se pôde manter na frente desta célebre marcha de todos os dias para a conquista do futuro, para ser menos desprezado do que em geral tem sido pelos historiadores."⁴²

O papel associativo na difusão dos saberes práticos comerciais complementou-se, nomeadamente ao longo do último quartel do século XIX, com as escolas particulares. Quem ensinava, o quê e de que forma, são questões que procuraremos expôr.

Por seu lado, as escolas privadas tiveram neste período o seu espaço de intervenção embora manifestamente abertas a um público menos carenciado e cujos

⁴² ALBUQUERQUE, Luís de – *Notas para a história do ensino em Portugal*. Coimbra: Vértice, 1960, p. 7.

recursos económico-financeiros e alguma influência no meio possibilitou a estruturação de um ensino paralelo, parco em garantias de correspondência legal, mais interessado na sua comercialização como capitalização de interesses individuais que, muitas vezes se sobrepunham aos colectivos. Excepção obteve a Escola Prática Comercial Raúl Dória que, embora fundada nos inícios do século XX, não deixamos de a referenciar pela sua intervenção no panorama do ensino comercial portuense.

A Quarta Parte, merecerá da nossa parte uma *tripla* atenção. Primeiro, uma ligeira mas não menos importante abordagem sobre a literatura, os compêndios e os manuais escolares que circularam pelos vários bancos das escolas ou balcões de estabelecimentos comerciais no intuito de aprender... sem mestre, descrevendo e ilustrando as mais importantes obras e correspondentes autores que à época circulavam no mercado portuense. No plano educativo e pedagógico procuraremos esboçar as primeiras tentativas da prática educativa. Os autores dos manuais, a prática do “*aprender sem mestre*” num autodidatismo dirigido aos que não podem/quêrem frequentar as aulas. A teoria e a prática pedagógica.

De seguida, vamo-nos reter no papel destinado ao Estado na institucionalização do ensino comercial. *Ouvimos* Passos Manuel, Rodrigues de Freitas e Bernardino Machado e acompanhamos o pensamento daqueles que alicerçavam a importância da ciência e da tecnologia, igualmente enquanto promotoras e incentivadoras do desenvolvimento comercial, tiveram no discurso dos homens e das instituições do ensino público e privado de finais do séc. XVIII e do séc. XIX. Esta análise, muito longe de ser desejavelmente exaustiva, permite-nos perceber a forma como a sociedade, ou então alguns dos representantes da elite político-partidária, económica, cultural e social do país, se posicionaram face a estas questões. As preocupações do ensino comercial como bandeira da aspiração republicana.

Por fim, o último capítulo desta última parte ocupar-se-á do ensino comercial público do Porto Oitocentista enquadrando-o com a criação em 1759 da Aula de Comércio até ao Instituto Industrial e Comercial do Porto, criado em 1886. A Academia Real da Marinha e do Comércio e a Academia Politécnica do Porto. As suas primeiras tentativas de aplicação, adesão e consolidação. O nascimento da instituição e as primeiras acções escolares: percursos e trajectos. Os diferentes projectos de organizações e planos de reforma. A autonomia do ensino comercial em relação ao ensino industrial. Os professores e alunos na transição do século. O seu papel enquanto agente dinâmico e dinamizador do impulso comercial de finais de XIX. O fim do ensino comercial ou o início da ciência contabilística? Os seus acérrimos defensores e os que alinham na crítica da sua organização e implementação. Que

ensino existia? Que necessidades surgem? Da mesma forma, evidenciará, à luz dos preceitos legais e instrumentos jurídicos, a base legislativa que condicionou, determinou e/ou regulamentou a instrução comercial. Tal como refere Luís Alberto Marques Alves,

"Os intelectuais do século XIX e os políticos responsáveis têm consciência da distância que muitas vezes existe entre a vontade e a realidade. Sabe-se ainda que, qualquer período de grandes modificações, arrasta consigo uma fertilidade legislativa que nem sempre chega a dar os frutos desejados. Apesar destes pressupostos evidentes, não podemos ignorar a fonte documental que a legislação representa."⁴³

Conscientes desta realidade, quisemos, igualmente, apoiar-nos em Luís Albuquerque e procurar saber o que a legislação nos esclarece.

"Através da história do ensino, pela análise das leis e das reformas que se encadearam, podemos em muitos casos surpreender a explicação correcta de certos factos que antes nos pareciam de significado obscuro ou impreciso; na realidade, as leis escolares quase sempre acusam, como fiel de balança sensível, os verdadeiros desígnios dos legisladores e dos governos."⁴⁴

Por seu lado, Rodrigues de Freitas é peremptório nesta realidade.

"A colecção de leis portuguesas deste século contém muitas provas de que alguns estadistas nossos desejaram proteger por meio da instrução a indústria nacional; o estado do ensino prova que é grande a distância entre os factos e o que as leis ordenaram que se praticasse."⁴⁵

A análise e abordagem dos diferentes diplomas e o enquadramento jurídico do ensino comercial. As posições e imposições doutrinárias do liberalismo político e económico. Que ensinos educam e formam a cidade que madruga à luz trabalho e se deita ao toque do cansaço? As diferentes Reformas do Ensino Comercial.

A finalizar fecharemos este estudo académico com as pertinentes **Conclusões** e considerações gerais sobre o objecto de estudo e estudado. Procuraremos aqui apresentar uma súmula completa, clara e objectiva de todos os dados analisados/interpretados. A conclusão encerrará pois, os objectivos ideológicos, metodológicos e argumentativos do trabalho.⁴⁶

As **Fontes**, a **Bibliografia** e os diferentes **Índices**, rematarão este trabalho que terá como **Anexo**, informação estatística, quadros, gráficos e correspondente

⁴³ ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851 -1910)*. Anexo 2 - Legislação publicada entre 1750 e 1910. Porto: FLUP, 1998. p. 5

⁴⁴ ALBUQUERQUE, Luís – *Notas para a História do Ensino em Portugal*. Coimbra: Vértice, 1960. p. 7

⁴⁵ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Instrução Industrial e Comercial. O Comércio do Porto*, 22 de Agosto de 1881.

⁴⁶ FRADA, João José Cúcio – *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos: teses, monografias, relatórios, currículos e projectos*. 3ª edição revista e aumentada. Lisboa: Edição Cosmos, 1993.

tratamento estatístico, complementar e necessária no estudo aqui efectuado,⁴⁷ com referência especial para a Relação da Legislação do Ensino Comercial publicada até 1920. Constituirão, cremos, importantes instrumentos de consulta/pesquisa que complementarizando a informação estatística/quantitativa desta investigação, possibilitará organizar um *campus* informativo o qual nos garanta podermos recorrer sempre que a imprecisão o solicite. Longe de ser nossa pretensão podermos constituir um repertório bibliográfico e legislativo sobre o ensino comercial no Porto do final do século XIX, entendemos que os elementos constituídos em Anexo, poderão ser importantes instrumentos de apoio a outros estudos que verdadeiramente deverão ser efectuados. Daí a nossa decisão no sentido de os considerar como parte complementar deste projecto de investigação.

Em síntese, ficou traçado o percurso de investigação suscitado pela figura d' **O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista** e que, nas próximas e seguintes páginas, procuraremos validar toda a problemática. Julgamos agora estar mais capazes de entender não só o fenómeno do ensino comercial no Porto, como o enquadramento de muitas profissões que criadas/convertidas durante o século XIX, tiveram a sua emergência a partir da Aula de Comércio.

2.4 - OS OBSTÁCULOS

Quando em Novembro de 1998 demos início a este trabalho, não imaginávamos as dificuldades que nos iriam surgir pela frente. Depressa nos apercebemos de um certo número de entraves, de feudos de competência, de aproveitamentos orientados por exclusivos interesses particulares.⁴⁸

A juntar ao facto do Arquivo do ISCAP não possuir suficiente documentação sobre a temática em estudo,⁴⁹ a falta de muitos documentos ou outra informação que

⁴⁷ A apresentação de quadros, gráficos e dados estatísticos poderá, por vezes, afigurar-se excessivo, mas que é tido como necessário para corroborar ou afastar afirmações; justificar estimativas e tirar conclusões ou contribuir para o seu estabelecimento futuro. (Ver Anexos A, B, C, e D).

⁴⁸ No contacto estabelecido com muitos professores, alguns deles com projectos em curso na Área da História da Contabilidade, tardaram e/ou evitaram dar sugestões ou qualquer outro contributo solicitado sobre a presente temática. Registo atitudes próprias de um ensino ainda demasiado corporativista onde se constrói *capelinhas* de interesse e se sonega a *sete chaves* informação que é pertença de uma Memória Colectiva. Condicionismos da Investigação!...

⁴⁹ Tal como noutras vertentes, os trabalhos científicos sobre a História do Ensino Comercial e História do Ensino da Contabilidade, não são ainda, angariadores de prioridades entre a Comunidade Científica, da área da Contabilidade. Excepções vão surgindo com os Mestrados de Contabilidade da Universidade do Minho que, nos últimos meses, procuram no Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP e no seu Arquivo, documentação que sustente as suas Dissertações. Acresce ainda outras referências feitas por alunos de Mestrado (Narciso Paulo Ferreira de Oliveira) e Doutoramento (Carlos Manuel da Silva Gonçalves e Luís Alberto Marques Alves) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que, no âmbito das suas pesquisas encontraram o referido Arquivo em perpétuo estado de

não fossem muito recentes, fazia aumentar as dificuldades a quem começava a consciencializar-se ter de iniciar da estaca zero.⁵⁰ E para maior desespero, muitos foram os anos de história que desapareceram com a documentação nunca encontrada.⁵¹ Actos de vandalismo, desleixo,⁵² ignorância⁵³ e roubo,⁵⁴ o certo é que o acervo documental do antigo Instituto Industrial e Comercial do Porto, guarda consigo, porventura em local desconhecido, muitas fontes escritas e cujo conteúdo é fundamental para o esclarecimento de muitas incertezas e para o preenchimento de algumas lacunas.

Tal como refere Carlo Ginzburg, *"muitas das bibliotecas e arquivos portugueses mais parecem terrenos submetidos a cultura extensiva em vez de intensiva... como jazidas preciosas de matérias-primas não exploradas"*⁵⁵

Apesar da existências de certas formas bastardas e levianas de encarar o fenómeno da pesquisa, utilização e fruição do Património Histórico-Documental, têm vindo a multiplicar-se as vozes dos que reclamam providências urgentes para a defesa de um património de excepcional valor. Vozes que se insurgem contra instituições que concorrem, não poucas vezes, com a sua inércia, desinteresse, incompetência, desleixo, presunção ou arrogância corporativa, inclusivamente com a sua própria ignorância, para tornar ainda mais difícil e insustentável este tipo de situações. A ausência de políticas consistentes e coerentes de salvaguarda da *memória da educação*, tanto ao nível dos organismos governamentais da área da Educação, como no plano das instituições escolares, tem conduzido a uma contínua e sistemática degradação dos fundos documentais e dos acervos museológicos, perdas que nalguns

desorganização e abandono. Narciso Oliveira refere mesmo *"admittamos, sem reserva, que a passagem de Alfredo [Henrique da Silva] pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto, quer como aluno, quer como docente e director, estaria registada documentalmente. Puro engano. A própria bibliotecária confidenciou-nos a sua perplexidade perante a situação em que encontrou os arquivos. Constatou que tinham desaparecido os processos dos professores anteriores a 1950. Muita documentação ensacada, tinha ido para os sótãos da Escola Secundária Filipa de Vilhena, onde ciclicamente empregados de limpeza procediam à retirada de "papéis velhos".* Cfr. OLIVEIRA, Narciso Paulo Ferreira de – *Alfredo Henrique da Silva: evangelizador de acção e cidadão do mundo*. Porto: FLUP, 1996. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Consciente da situação de total abandono em que se encontrava a documentação aqui aludida, o autor destas linhas efectuou já o seu "resgate" – em Março de 1999 – e procedeu ao devido tratamento técnico de forma a incorporar no extenso Fundo Antigo.

⁵⁰ Como escreveu Albert Silbert em 1979, a história económica portuguesa *"padece de um atraso de que os historiadores não têm toda a culpa"*. Cfr. FERNANDEZ CLEMENTE, Eloy – *A História económica de Portugal* (séculos XIX e XX). *Análise Social*. Vol. XXIV, nº103-104, 1988, p. 1297.

⁵¹ É suposto que muita da documentação (manuscrita) pertencente à antiga Academia Politécnica do Porto (1837-1911) e ao antigo Instituto Industrial e Comercial do Porto correspondente ao período 1886-1918, tivesse desaparecido aquando do incêndio ocorrido no Arquivo Geral da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, em 20 de Abril de 1974, Cfr. SÁ, Victor de – *Notas sobre o ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto. Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série, Vol. III, (1986), p. 199.

⁵² Outrora como hoje, muitos foram os professores que não se privaram de repartir inúmeras obras entre as instalações do ISCAP e o seu domicílio...

⁵³ A título de exemplo, registamos uma passagem presenciada por nós em 1987 aquando – em período de férias – numa esporádica ida às antigas instalações do ISCAP (à Rua de Entreparedes). Atarefada, uma funcionária de limpeza procedia ao arrumo e despojo para o lixo, de uns "papéis e livros velhos." Intrigado, abri o saco do lixo e confirmei que os tais "livros e papéis velhos" tratava-se de um exemplar da *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado del Rey Fidelissimo D. José I, nosso senhor desde o anno de 1761 até 1769*, Tomo II, impresso e publicado pelas Officinas de António Rodrigues Galhardo, no anno de 1793...

⁵⁴ Ao longo dos últimos anos tivemos a oportunidade de recuperar muita documentação – nomeadamente livros – que pertencentes à Biblioteca do ISCAP, frequentemente eram encontrados à venda na Feira da Vandoma...

casos são irreparáveis.⁵⁶ A apatia, o deixa-correr, são a velha e acomodativa pecha lusitana que só reage em casos extremos, não raro no limiar do irremediável.

Ao menos, que não se preserve esta mentalidade...

Estranhamente e por mero acaso de descoberta de ocasião, só em 1997 é que alguns dos documentos manuscritos do antigo Instituto Industrial e Comercial do Porto conheceram a luz do dia sendo removidos do pó e da traça, para locais onde a garantia da sua preservação e salvaguarda fossem uma garantia. Foi nesta altura que nos apercebemos, mais concretamente, do longo caminho que havia a percorrer... Salvou-se igualmente a atitude do Conselho Directivo que viu “neste achado” a louvável oportunidade para dar ao Arquivo Histórico do ISCAP,⁵⁷ o tratamento exigido para a salvaguarda e valorização deste tipo de património documental.

Para finalizar, resta-nos sublinhar três aspectos importantes que nos animaram desde o princípio deste trabalho, e que aqui deixamos em forma de pedido:

Que o Professor, Orientador crítico, compreenda, desculpe e corrija os inevitáveis erros e lacunas;

Que os investigadores, historiadores e fervorescentes estudiosos desta temática, aceitem as omissões que julgarem imperdoáveis;

Que os especialistas completem e desenvolvam aquilo que agora possa ter sido deixado em aberto.

Esta será a nossa proposta e o possível contributo para a produção de conhecimento histórico que pretende ser *objectivo* sobre o século XIX. No entanto e subscrevendo Luís Torgal e João Lourenço Roque, “*as ideologias – hoje não as ideologias sistémicas, é certo, mas sim ideologias difusas – não deixam de penetrar na história que se faz e a ‘objectividade’, que veementemente se persegue, é também ‘intersubjectiva’*”.⁵⁸

Não daremos, pois, este trabalho por completo, definitivo ou acabado: é em tudo um começo que tinha de ser feito e só o tempo poderá corrigir, acrescentar e melhorar. Daí que sejam bem vindas todas as correcções e acrescentos.

Se os houver, e cremos que sim, já é motivo para nos considerarmos satisfeitos.

⁵⁵ GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo – *A Microhistória e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991. p. 171.

⁵⁶ Registe-se a criação do Instituto Histórico da Educação e dos grupos de trabalho criados pelos Despachos n.º137-ME-96 e n.º218-ME-96, de 25 de Setembro que, vêm alertando e denunciando para o verdadeiro estado da documentação dos estabelecimentos de ensino em Portugal.

⁵⁷ Entendemos, por ironia do destino, que aqui ajusta-se perfeitamente a expressão técnica de Arquivo Morto. O estado da sua documentação deixava adivinhar os anos em que se encontrava *enterrada*.

⁵⁸ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.); MATTOSO, José (Dir.) – *Op. Cit.* p.13.

PRIMEIRA PARTE

**DO PORTUGAL OITOCENTISTA
AO PORTO COMERCIALMENTE...
REGENERADO**

1º CAPÍTULO

O PORTUGAL DE ANTANHO

"Razões ideológicas justificam a ignorância, o silêncio, a visão negativa... Ideologias anti-oitocentistas criam-se já no movimento contra-revolucionário, tradicionalista e antiliberal do miguelismo e alimentam-se também no seio de um conservadorismo liberal, que receia transformações e conflitos e reaviva os mitos do 'passado', rejuvenescem com o movimento monárquico integralista, que desponta na Primeira República, e vivem mesmo, até certo ponto, no seio das concepções nacionalistas de configuração diversa. É, porém, com o salazarismo que encontram maior força e expressão."¹

1.1 – À DESCOBERTA DO SÉCULO XIX

Tal como refere Luís Torgal e João Lourenço Roque, "*o interesse suscitado pelo século XIX e, em geral, pela 'Época Contemporânea' é hoje uma realidade evidente em Portugal, tanto ao nível pedagógico como científico.*"² A universidade, como polo fomentador desta avalanche de produção de conhecimento científico, tem-lhe concedido o tempo de antena que o avolumar de publicações, monografias e estudos editados e que as últimas duas décadas traduzem. Encontros Científicos, Colóquios, Congressos, Jornadas, Seminários, Cursos, Palestras e Conferências pautam, por todo o país, um crescente calendário de actividades consagradas aos diferentes temas do Portugal Oitocentista, como "*reação à ignorância, ao injusto esquecimento, se não mesmo á apreciação sistematicamente negativa, da história do século XIX e de parte do século XX.*"³

Escondido e orgulhosamente esquecido, o Portugal do "*estúpido século XIX*"⁴ estava longe de constituir o cenário exemplar que se exigia ao contexto político, económico, social e cultural do Estado Novo, evitando assim, encontrar nele "as

¹ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.); MATTOSO, José (Dir.) – *Op. Cit.* p. 10.

² *Idem. Ibidem.* p. 9.

³ *Idem. Ibidem.* pp. 9-10.

concepções liberais e democráticas”⁵ perniciosas aos seus defensores e portadores de uma “memória histórica” recente. As razões da heroicidade de um povo, de uma nação e de uma soberania, deveriam ser corporativamente procuradas no tempo que, secularmente, fazem orgulhar uma Nação que, presa no meio de si, sobrevivia numa cultura histórica a preto e branco. No que respeita ao nosso espaço – e no dizer de Luís Alberto Alves – “*custou habituarmo-nos a circular no passeio quando estávamos convencidos que teríamos sempre a rua por nossa conta. A perda do Brasil demorou a entrar no nosso imaginário espacial e essa sonolência transformou-se num pesadelo quando quisemos acordar em África num travesseiro cor-de-rosa.*”⁶ Eduardo Lourenço, abordando o imaginário português sustenta que “*uma autópsia sumária da nossa historiografia revela o prodigioso irrealismo da imagem que os Portugueses fazem de si próprios.*”⁷ Neste sentido o mito decadentista – a decadência nacional – que os intelectuais da Geração de 70 souberam dar corpo, esteve na base das importantes etapas da História do Portugal Contemporâneo, nomeadamente no decurso do século XIX. Um sentimento há muito presente na cultura portuguesa e que mais adiante procuraremos entender melhor as suas causas e/ou razões.

Ainda profundamente enraizado nas estruturas de sociedade do Antigo Regime que caracterizaram a Europa Absolutista, Portugal do século XIX é despertado por “*um movimento de algum modo extrínseco à nossa realidade, as invasões francesas, que despertam simultaneamente o ‘nacionalismo português’ e dinamizam a tendência ‘liberal’, ao mesmo tempo que reforçam uma situação de ‘crise’, reagentes da vontade criadora de outras estruturas.*”⁸ As alterações políticas que pautam os inícios do século XIX reforçadas pelo Bloqueio Continental, Invasões Francesas, Tratado Luso-Britânico de 1810 e dependência à Inglaterra, reforçam o isolamento da débil economia portuguesa. Delicado⁹ era o papel da Nação Portuguesa que receando os ecos do forte crescimento da produção industrial inglesa – sedenta de conquista de novos mercados – colocaria em risco as nossas possessões coloniais.

O país, com a ausência da Corte no Brasil e a presença dos Ingleses, assistia, miseravelmente bloqueado, à impotência de um vazio preenchido pelo descontentamento popular e presos por conformismos estruturais próprios de uma

⁴ *Idem. Ibidem.* p. 9.

⁵ *Idem. Ibidem.* p. 11.

⁶ ALVES, Luís Alberto Marques – *Op. Cit.* p. 20.

⁷ LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da saudade*. S.l.: S.n., S.d.. p. 9.

⁸ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.); MATTOSO, José (Dir.) – *Op. Cit.* p. 12.

⁹ A abertura dos portos brasileiros e o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 legalizam a dependência luso-britânica, arruinando as nossas transacções comerciais nos mercados interno e colonial.

sociedade senhorial. “*Estava-se perante uma grave crise nacional para que urgia encontrar remédio, numa mudança de estruturas ou com reformas adequadas.*”¹⁰

Decididamente indecisa, a sociedade portuguesa, recolhia no seu mundo, longe de Lisboa e de quem *reinava*, o pouco que sabia e que era dado saber. Muitas décadas tinham de passar para que só à geração seguinte fosse possível reter-se nas primeiras letras, ritmar as mais fáceis parcelas da tabuada, ou receber, soletadamente, notícias de quem lá longe, ousou deixar suor português.

Portugal era assim antes. E assim continuou depois.

É neste sentido e limitados ao *Portugal do antigamente* que procuraremos compreender o quadro político, económico, social e cultural que nos possibilite enquadrar e melhor justificar o percurso estabelecido pelos agentes de mudança num século, também ele, à espera de melhores dias.

Quais as transformações operadas ou a operar numa sociedade dependente e condicionada? Que vias a percorrer para atalhar caminhos, bravios que fossem, na virgem matéria da educação? Existem ou não à luz dos indicadores político-económicos, suprema necessidade de implementar a instrução comercial? De que forma e com que princípios o liberalismo – político e económico – agarraria esta vertente educativa quando as tendências e os rumos da Europa apontavam no mesmo sentido?

Que papel desempenha Portugal e os portugueses?

Eis pois a nossa necessidade de encontrar respostas para melhor esboçar o cenário e entender as preocupações, os anseios e os sonhos de quem, pela via da instrução, procurou com fundadas expectativas, emergir, desenvolver e consolidar o ensino comercial no Porto Oitocentista.

¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: a instauração do liberalismo (1807-1832)*. Vol. VII. Lisboa:

1.2 – MUDAR RAPIDAMENTE DEVAGAR NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

"O país evolui, mas devagar, detestando que o empurrem."¹¹

Comprometido com as transformações económicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas que sopravam da Europa, o Portugal da monarquia absolutista *pensa* encontrar no liberalismo, a razão, o sentimento de mudança e o desejo de aproximação às inovações do século XIX e à ruptura com as estruturas do Antigo Regime. Tal como nas tendências das correntes político-económicas, globalmente reduzidas a duas perspectivas – o *proteccionismo* e o *livre cambismo* – a sociedade portuguesa encontrava-se na encruzilhada de ter de optar, também nas mudanças sociais, políticas e culturais entre o abrir-se à Europa em transformação ou fechar-se, mais uma vez, sobre si mesmo, encerrando, definitivamente, a possibilidade de enfrentar os ventos da mudança. Se na Europa estava o exemplo, na Europa estava o caminho...

No século XIX, tal como no resto da Europa Ocidental, são evidentes as grandes transformações, quer a nível económico quer político e social. De uma sociedade nobiliárquico-eclesiástica, vamos assistir, lenta e gradualmente, à passagem para uma sociedade burguesa que começa a afirmar-se, sobretudo através da liberdade e igualdade de todos perante a lei, ainda que esta igualdade seja apenas teórica em alguns aspectos. As grandes transformações políticas, económicas e sociais da sociedade portuguesa que pretendem por termo às velhas e decadentes estruturas absolutistas do Antigo Regime senhorial e preparou terreno para ascensão da burguesia, determinou e condicionou cenários e palcos no decorrer da primeira metade do século XIX.

A sua primeira metade é-nos demonstrada através de um ambiente conturbado a nível político e militar que impedindo o desenvolvimento das actividades produtivas, condiciona a descida dos preços embora, muito ligeiramente, possamos assistir a uma modernização lenta da agricultura com a redefinição da nova

Editorial Verbo, S.d., p. 345

¹¹ VIEIRA, Joaquim – *Portugal no século XX: crónica em imagens (1900-1910)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. p. 48.

propriedade - onde a nobreza fundiária deixaria de existir - e introdução e difusão de novas culturas e técnicas.

Mais desejado¹² que interessado, Portugal assistiu logo a partir dos primeiros anos de Oitocentos à pretensão ostentada pela Grã-Bretanha e França em ter no Portugal Colonial (ou colonizado?) o entreposto estratégico das políticas macroeconómicas que se impunham. A ameaça da expansão e domínio napoleónico na Europa reforçada pelas invasões francesas acelera prematuramente os acontecimentos “reais” transferindo a Corte para o Brasil (1807). Sem perder tempo, a Grã-Bretanha sujeita a monarquia portuguesa a aceitar os tratados comerciais, configurando interna e externamente o futuro da Nação Portuguesa.¹³

“A condição imposta pelos ingleses para deixarem partir a família real, fora cumprida rapidamente, seis dias após a chegada de D. João à colónia brasileira. A abertura dos portos do Brasil constitui a primeira grande brecha no pacto colonial, sobre o qual assentava o domínio português durante três séculos.”¹⁴

No entanto e anestesiada pela presença das tropas britânicas, as Invasões Francesas (1809, 1809 e 1810) não serviram, de imediato, como oportunidade para se operar as medidas reformadoras que alterassem a estrutura do poder senhorial absoluto, a exemplo do que acontecera noutros territórios europeus invadidos e que a sociedade portuguesa aguardava. Esta mera substituição de forças militares – as militarmente impostas pelo caudal da invasão e domínio napoleónico e as diplomaticamente aceites ao abrigo de uma protecção britânica – apenas determinaram a tardia instauração do liberalismo em Portugal e “*estruturação do novo poder da burguesia mercantil*”¹⁵ que constituindo “*um dos principais alicerces sociais do poder político vintista, se não o mais sólido*”¹⁶ lança decididamente a velha nação portuguesa para a contínua teia de movimentos revolucionários até meados do século XIX.

Subscrevendo Albert Silbert,¹⁷ não foi pois o inimigo francês que tememos. A sua efémera presença e consequente retirada foi menos revoltante que a desconfiada e prolongada estadia britânica nos destinos e influência na vida política, económica e militar do Portugal Contemporâneo. É neste enquadramento estrutural e conjuntural

¹² O processo de instauração dos novos poderes – económicos, sociais e políticos – foi notoriamente lento. A situação geo-política do país e os grandes interesses económicos que se entrecruzavam no espaço português, em resultado sobretudo do vasto império colonial, de que o Brasil era então a colónia mais rica, explica, em parte, este interesse.

¹³ Tratados Luso-Britânicos de 1810.

¹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern – *Revolução, finanças, dependência externa: de 1820 à Convenção de Gramido*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979. p.36.

¹⁵ SÁ, Victor de – A Subida ao poder da burguesia em Portugal: dificuldades e condicionalismos. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série, vol. V, (1988). p. 246.

¹⁶ PEREIRA, Miriam Halpern – *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições*. Lisboa: ISCTE, 1992. p. 7.

¹⁷ SILBERT, Albert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972. p. 82.

que Portugal assiste à emergência dos primeiros ensaios de medidas que irão catapultar e mobilizar a sociedade portuguesa para as mais importantes reformas do século XIX.

Com uma Europa que não se desvinculava dos ideais da Revolução Francesa e que assistia, etapa a etapa, processo a processo, à gradual substituição de uma monarquia absoluta por um regime de monarquia constitucional, o surgimento e adesão de agentes e movimentos reformadores, esboçava estarmos perante novos poderes, novos desafios e novas estruturas. Restava dar corpo a uma alma romântica que tardava a encontrar-se e a conciliar-se com a real estratégia liberal.

“Todos os homens ilustrados, todos os homens honrados aplaudiram e adoptaram de coração e lama os princípios do sistema proclamado; mas a massa geral, o corpo da Nação que nunca se decide sem ver, tocar, palpar por si mesma, ficou impassível e pela maior parte indiferente.”¹⁸

Embora a este período da História Contemporânea, muitos “cientistas sociais” tenham já dedicado muito dos seus estudos,¹⁹ é-nos lícito recalcar a *paradoxal letargia* portuguesa que ao longo de Oitocentos tardou vagarosamente a encontrar-se, ora avançando ora recuando, num misto de querer andar para a frente caminhando para trás,²⁰ mostrando a “*nossa vocação para perder as oportunidades políticas que a História vai colocando no caminho do nosso passado.*”²¹

Seguir os ventos da Europa, largar – a muito custo – as riquezas do Brasil e discutir o nosso interesse em África, força-nos a defender princípios e contradizer desejos liberais. Economicamente abraçamos as correntes e novas tendências de natureza livre cambista mas teimamos a regulamentar e tardar a abertura ao mundo através de um caudal de medidas proteccionistas. A Revolução é feita em nome dos novos valores humanos e da nova concepção dada ao indivíduo como parte do processo. No entanto, a primeira metade do século XIX assiste a uma notória vaga de emigrados políticos, perseguidos pelas acções e ideologias partilhadas.²² A invasão francesa e a desconfiada presença da Inglaterra constituiu argumento que fez apelar para os valores nacionais, direito de independência e soberania. Contudo, no âmbito da Quádrupla Aliança, prolongamos a nossa dependência com as restantes Nações

¹⁸ ALMEIDA GARRETT – *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte, S.d., p. 70.

¹⁹ Aconselhamos a leitura de, entre outros: RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Da Ilustração ao Liberalismo: temas históricos*. Porto: Lello & Irmão Editora, 1979; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996 e SILBERT, Albert – *Op. Cit.*

²⁰ ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. *Op. Cit.* p. 24. A este facto, tem-se debruçado, constantemente, PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*; REIS, Jaime – *O Atraso económico português em perspectiva histórica* e MATA, Eugénio; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal*. No mesmo sentido vão David Justino, Pedro Lains, Armando Castro e Manuel Villaverde Cabral.

²¹ ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. *Op. Cit.* p. 25.

²² SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. *Op. Cit.*

Europeias, permitindo a possibilidade de ingerência nos assuntos internos. De referir ainda, a existência de uma ingénua política de boas intenções na repentina necessidade de efectuar as mais profundas reformas políticas, sociais, económicas e culturais. Exemplo é a inexperiência das medidas defendidas por Passos Manuel que, desfasadas e longe de se adaptar a um Portugal real, – do interior ao litoral – denota a ignorância e incapacidade de poder fazer da política – ou Forum político – o laboratório das ideias e das tendências mais ou menos representativas de camadas, grupos ou estratos sociais com interesses determinados.

Como refere Joel Serrão *“num país monárquico, de predominância agrícola, de incipiente e rotineira indústria, de terra-tenentes absentistas... não poderiam vingar politicamente por muito tempo. E foi o que aconteceu (...)”*²³

Bem cedo se adivinhava o quanto distante o povo se encontrava em relação aos poderes instituídos. Reformas por operar e estabilidade política por consolidar, o povo – agora mais reivindicativo por estar mais descontente – não acompanha as permanentes promessas políticas que, tal como hoje, não se compadecem com atrasos nas respostas às questões mais prementes.

“Tinha-se que levantar uma nação toda, e fazel-a resurgir inteiramente nova do passado.

O edificio estava de tal modo velho e carrunchoso, que se não podia bulir n'uma pedra sem que desabasse logo uma grande parte d'elle. D'aqui a difficuldade não só no demolir, como na reconstrucção da obra futura, tão vasta e complexa. Nada do que existia era aproveitavel; havia necessidade d'innovar tudo, ou de se restaurar, desde os alicerces, um novo edificio.”²⁴

Os liberais não souberam nem conseguiram atrair a si as grandes camadas da população rural e urbana e o descontentamento era tanto que acabou por irromper nas províncias em 1846 (Maria da Fonte), repetindo-se em 1847 (Patuleia) com a intervenção militar estrangeira – Inglaterra e França – que viria a por fim a esta guerra civil. Subsequente e paralelamente a este condicionado cenário da primeira metade de Oitocentos, assistimos à inexistência de um mercado interno, capaz e dinâmico. Nem o aumento de impostos alfandegários, disciplinando uma política aduaneira foram suficientes para, - na tentativa de pautar as relações do comércio internacional – estancar a fácil (e não, livre) circulação de produtos e bens. No entanto, na passagem da primeira para a segunda metade do século, nova reforma dos direitos aduaneiros

²³ SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas – I: para a História de Portugal no século passado*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980. p. 34.

²⁴ ARRIAGA, José d' – *História da Revolução Portuguesa de 1820*. 3º vol. Porto: Livraria Portuense Lopes & Cª Editores, 1888. p. 501.

leva à redução dos direitos de importação,²⁵ mantendo-se esta tendência de baixa até finais²⁶ da década de 80.

O Portugal europeu não vinha. E se vinha, tardava a chegar...

1.3 – A CAMINHO DA REGENERAÇÃO

"Após um longo período de lutas ideológicas, o liberalismo português acabaria por enveredar definitivamente pela senda regeneradora, conotada com o progresso material e a conciliação da sociedade, necessários ao desenvolvimento do capitalismo. O pragmatismo reformista característico do regeneradorismo português imprimiu à vida política uma assinalável acalmia, caracterizada pelo rotativismo no poder dos principais partidos. Desfeitos os sonhos de regeneração, a monarquia constitucional, atacada interna e externamente, procurou, através de medidas repressivas e do reforço da intervenção real, ultrapassar as sucessivas crises que ocorreram nas últimas décadas. Sem conseguir dar resposta aos problemas e desafios que lhe foram postos, a monarquia veio a sucumbir para dar lugar à nova aspiração popular de ressurgimento a república."²⁷

Remonta ao nossos tempos escolares do Secundário a ideia que quando se falasse do século XIX, apenas dois grandes acontecimentos se demarcaram de todo o processo histórico: - A Revolução Liberal de 1820 e o Fontismo. Então, ambos acontecimentos eram assustadoramente estudados/memorizados no sentido destes factos terem constituído causa e efeito nas mutações de Oitocentos. Tudo o resto era omitido e quando não o era, rematava-se no sentido lógico dos acontecimentos reportando as explicações às referidas datas como razões únicas explicativas das alterações efectuadas no século passado. O enquadramento estrutural e conjuntural

²⁵ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. pp. 266-267.

²⁶ É neste contexto histórico-militar – intervenção estrangeira em 1847 aquando da Patuleia - que Miriam Halpern Pereira encontra o sucesso da penetração das políticas externas inglesas no mercado português, volvidos que estavam os tempos difíceis do protecçãoismo defendido pelos primeiros governos liberais. Para a autora - que teima a encontrar na política intervencionista inglesa a responsável pelo nosso paradoxal atraso económico na 2ª metade de XIX, - o livre câmbio é pois resultante "*de uma grande fraqueza da burguesia industrial, relativamente à burguesia comercial e agrícola*." Ver PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-Câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Op. Cit. p. 352.

era esquecido ou pouco contemplado, perdendo-se o rasto da relação causal-efeito, sempre necessariamente explicativa num movimento secular.

Uma ideia que tardou a ser corrigida e que, mesmo nos dias de hoje, alguns bancos da escola continuam a testemunhar.

A verdade é que o século XIX – afinal como qualquer outro – transporta consigo todas as transformações que a História pretendeu operar. No entanto, curiosa é a afirmação que Jaime Reis faz sobre o conceito e concepção de desenvolvimento tradicionalmente aceite para a segunda metade do século XIX.

“Entre meados do século XIX e o começo da primeira guerra mundial a Europa conheceu um crescimento rápido da produção e ainda mais rápido do seu comércio externo. Em Portugal o período foi também de desenvolvimento e de expansão; todavia, em termos comparados, os resultados foram, no nosso país, muitíssimo mais fracos. De tal modo que é difícil não reconhecer que o grande atraso económico de Portugal tem as suas raízes precisamente na segunda metade do século XIX.”²⁸

Por outro lado, Conceição Andrade Martins refugiando-se em Pedro Lains,²⁹ e atenuando as afirmações de Jaime Reis, justifica que “segundo o modelo de Bairoch, Portugal cresceu, empobrecendo.”³⁰

À parte das diferentes posições apresentadas sobre este período histórico, procuraremos delinear as transformações operadas na segunda metade de Oitocentos. A expansão económica do país resultou, em grande parte, da política governamental de desenvolvimento da rede de transportes e comunicações.³¹ A construção de estradas,³² caminhos de ferro,³³ portos,³⁴ ligações telegráficas³⁵ e assim

²⁷ PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro – Da Reconciliação à Queda da Monarquia. REIS, António (Dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. Vol. 2. p13.

²⁸ REIS, Jaime – O Atraso económico português em perspectiva histórica: 1860-1913. *Análise Social*. Terceira Série, Vol. XX, n.º 80 (1º 1984). pp. 7-9.

²⁹ LAINS, Pedro – *A Economia portuguesa, 1851-1913: uma nota de bom comportamento*. Working paper apresentado ao workshop de história do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em Maio de 1993, citado por MARTINS, Conceição Andrade – Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Vol. XXXII, n.º 142 (Jul./Set. 1997), p. 483.

³⁰ *Idem*. *Ibidem*. pp. 484-485.

³¹ “Calcula-se que nas obras públicas – construção da rede ferroviária e melhoramento, extensão e conservação da rede viária) terão trabalhado, em média, anualmente, entre 1850 e 1910 cerca de 30 000 trabalhadores: 24 600/ano na construção de estradas, 3 100/ano na conservação das mesmas e 2 600/ano na construção do caminho de ferro.” Cfr. MARTINS, Conceição Andrade – *Op. Cit.* pp. 491-492.

³² Se em 1852 havia 218 Km de via rodoviária, em 1900 são contabilizados 14 230 Km de via rodoviária. Cfr. MARQUES, Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Palas. Ed., 1977. Vol. II, p.14.

³³ Entre 1850 e 1910 construíram-se cerca de 2 900 Km de linha de caminho de ferro, o que equivale a um ritmo médio de construção de 53Km/ano. Ver MARTINS, Conceição Andrade – *Op. Cit.* p. 491. Sobre o mesmo assunto, Armando de Castro apresenta para o ano 1900 o transporte de 2 705 581 toneladas de mercadorias e a circulação de 11 909 072 passageiros. Ver CASTRO, Armando de – *A Revolução industrial em Portugal no séc. XIX*. Porto: Ed. Limiar, 1978. p. 98.

³⁴ Leixões, Figueira da Foz e Lisboa, na parte continental do país e Ponta Delgada, nos Açores, foram os portos portugueses mais importantes em que se construíram instalações modernas para carga e passageiros, especialmente durante a década de 1880. Leixões era um porto marítimo artificial construído para substituir o tradicional porto natural do Porto no Douro. Ficava situado num concelho vizinho e estava ligado ao Porto por caminhos-de-ferro. A mudança foi necessária porque a utilização regular do porto do Porto era perturbada todos os anos no Inverno por algumas semanas de mau tempo.

³⁵ A introdução do telégrafo (1857) e a reorganização dos correios, através do porte único para todo o país e da criação de um novo mapa de estações postais, completou a obra do Fontismo que teve continuidade nos governos seguintes. Ficaram também ligados aos correios dos outros países no contexto da União Postal Internacional. “No

por diante constituiu objectivo supremo de grande número de ministérios, mormente a partir de 1851. No entanto, foi só com António Maria de Fontes Pereira de Melo³⁶ que se criou no Governo uma política adulta e amadurecida de obras públicas responsável pela alteração de comportamentos ancestrais³⁷ e na ligação, ainda lenta, de Lisboa à *Província*.

É pois durante a segunda metade do século XIX – e nomeadamente entre 1851 e 1870 – que assistimos a um 2º período de ascensão de tendência longa de alta de desenvolvimento económico. Aspectos conjunturais, exteriores e interiores, nortearam uma certa acalmia que se caracterizou pela estabilidade política. A fase ascendente dos países industrializados europeus e a política de Fontes Pereira de Melo, juntamente com o aumento da especulação financeira, passando as sociedades anónimas³⁸ a serem de iniciativa particular possibilitou a construção de um quadro onde a intensificação do livre-cambismo,³⁹ o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, o progresso da indústria com a introdução da máquina a vapor, o incremento de novas instituições bancárias⁴⁰ e o aparecimento de novos sectores industriais – fósforos, sabão e tabaco – são marcos indicadores da marcha, ainda muito lenta para alguns, da sociedade portuguesa. Por outro lado, o início da mecanização do trabalho agrícola, o desenvolvimento da prática e utilização da estatística – mesmo a nível do Estado – e unificação do sistema métrico, são notoriamente, medidas que, se não significativas, pelo menos referenciadoras do novo dinamismo que se pretendia às actividades económicas.

Período fortemente marcado pela acção de Fontes Pereira de Melo, que “*sonhou governar uma país rico e liberal*,”⁴¹ o dinamismo que Portugal conhece nesta época encontra no Fontismo uma política de componente prática e de intervenção nas bases das actividades económicas e obras públicas. Conforme refere Maria Filomena

anno de 1857 a 1858 o numero de despachos pagos foi, de 26 968. Em 1866, nove annos depois, já os fios electricos transmittiram 119 700 d'esses despachos.” Cfr. LEAL, José da Silva Mendes – *Discurso ácerca da actual situação económica e financeira pronunciado na Camara dos Senhores Deputados na Sessão de 14 de Março de 1867*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 24. Em relação aos Correios, “*em 1855 o numero de cartas expedidas era de 4 980 000; em 1865 subiu a 9 223 000.*” Cfr. LEAL, José da Silva Mendes – *Op. Cit.* p. 24.

³⁶ Ministro da Fazenda, 1851-52; Ministro das Obras Públicas, 1852-56; Presidente do Conselho, 1871-77, 1878-79 e 1881-86.

³⁷ O gradual desaparecimento dos almocreves e de algumas feiras, encontra-se ligado ao aparecimento do comboio. Por outro lado, assistimos ao crescente caudal de movimentos migratórios internos e externos. A emigração aumentou em certas regiões do interior, após a sua ligação ferroviária com o litoral.

³⁸ Em 1875 estão registadas 136 e em 1884 passa a haver 445 Sociedades Anónimas. Cfr. CASTRO, Armando de – *A Revolução industrial em Portugal no séc. XIX. Op. Cit.*

³⁹ Duramente criticado por Oliveira Martins que afirma que “...só o fomento paralelamente ponderado da agricultura e da indústria pode consolidar a riqueza de um país. A anarquia económica, expressão última do livre-cambismo teórico, leva à guerra de classes.” Ver MARTINS, Oliveira – *Dispersos. Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos, seleccionados prefaciados por António Sérgio e Faria de Vasconcelos*. Tomo I. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923. p. 176.

⁴⁰ Enquanto no primeiro quartel do século XIX havia apenas 1 banco, em 1880 este número ascende a 44 instituições bancárias. Cfr. CASTRO, Armando de – *Dicionário de História de Portugal* (Dirigido por Joel Serrão). A criação de um banco (Banco de Lisboa em 1822) constitui uma das primeiras reivindicações da burguesia capitalista portuguesa após a Revolução de 1820. Pretendia acabar com a especulação que se fazia sentir em torno do papel-moeda.

⁴¹ MÓNICA, Maria Filomena – Um político, Fontes Pereira de Melo. *Análise Social*. Quarta Série. Vol. XXXII, n.ºs 143-144, (Abr./Set. 1997). p. 725

Mónica, que refuta a imagem criada pela Geração de 70 em desfavor do Sr. Fontes,⁴² “a instabilidade política, geralmente atribuída ao século XIX, tem de ser temperada pela longa governação fontista,”⁴³ grande responsável pela saída de Portugal do atraso ancestral.⁴⁴

Mas Portugal que se expandia, continuava de costas voltadas para o Terreiro do Paço. A política e o país político⁴⁵ pouco ou nada dizia a quem engrossava as estatísticas do elevadíssimo índice de analfabetismo. Por outro lado, a incipiente experiência da vida partidária foi propícia à criação de um caciquismo que resultado da própria distância existente entre eleitos e eleitores se manifestou na “despolíticação e indiferentismo”⁴⁶ do país real aumentando o abstencionismo “para o anónimo e colectivo zé-povinho, a política e os partidos estavam ao largo, porque o Estado só lhe batia à porta na figura do juiz, do imposto ou da chamada para o serviço militar.”⁴⁷

Por outro lado e conforme nos refere José Manuel Sardica que cita Eduardo Lourenço, “os partidos que acolhiam ou suscitavam as candidaturas das notabilidades eram estruturas dúcteis, clubes de limitada clientela fidelizada, que quase nada têm de comum com o sistema partidário característico da República.”⁴⁸ Neste sentido, estávamos perante grupos de elites burgueso-aristocráticas onde a partilha de uma mesma identidade social e económica se fazia a partir das conveniências circunstanciais, muitas vezes ditadas, em função dos interesses em que quer Regeneradores que Históricos estavam comprometidamente representados.

Economicamente, os anos de 1868 a 1870 sofrem a interrupção de um ciclo de longa tendência de alta, com as crises que dos países industrializados alastra a outros colocados na sua dependência. Fragilmente dependente das flutuações económico-financeiras de outros países europeus, Portugal ressentia-se na diminuta exportação de alguns produtos agrícolas,⁴⁹ - trigo, milho, azeite e vinho do Porto - e

⁴² Além de Oliveira Martins a quem Maria Filomena Mónica acusa de “conviver mal com a glória do rival... e não ser o único contemporâneo a irritar-se com o Sr. Fontes” encontra igualmente alguns invejosos – da denominada geração de 1870 – que foram os responsáveis pela imagem criada na maioria dos portugueses que “Fontes Pereira de Melo foi um senhor de bigode que deu lugar a um período, o fontismo, caracterizado por uma política centrada na ‘demagogia’ das obras públicas e na ‘corrupção’ dos actos eleitorais.” Ver MÓNICA, Maria Filomena – Um político, Fontes Pereira de Melo. Op. Cit. p. 731.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 733.

⁴⁴ Idem. Ibidem. p. 737.

⁴⁵ RAMOS, Rui – A Segunda Fundação (1890-1926). Vol. VI. *História de Portugal* (Dir. MATTOSO, José). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. p. 115, citado por SARDICA, José Miguel – A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. *Análise Social*. Quarta Série, Vol. XXXII, n.ºs 143-144 (Abr./Set. 1997). p. 748.

⁴⁶ SARDICA, José Miguel – A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. Op. Cit. p. 749.

⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 750.

⁴⁸ LOURENÇO, Eduardo – Classe política e crise de representação. *Finisterra: revista de Reflexão e Crítica*. Lisboa: Fundação José Fontana. n.º 8, 1991. p.18, Citado por SARDICA, José Miguel – Op. Cit. p. 747.

⁴⁹ A partir de finais da década de 60, o trigo apresenta uma forte tendência para a desvalorização motivada pela concorrência dos cereais americanos. Somente após 1885 verifica-se uma inversão de tendência provocada pela alteração da conjuntura internacional. Mais penalizado que o trigo, o milho regista igualmente, a partir de 1870, uma violenta descida, vendendo-se a metade do preço do trigo. Em relação ao azeite, embora registando na última década de Oitocentos elevados valores de venda, no início dos anos 70, o seu preço desceu para metade. Finalmente, e em relação ao Vinho do Porto, a concorrência dos vinhos espanhóis e franceses no mercado britânico

paralelamente, vê entrar no seu mercado interno, os cereais americanos que livremente concorrem a baixo preço. Enquanto, como alternativa, Portugal procura no mercado colonial,⁵⁰ - entre 1893 e 1896, as exportações portuguesas para as colónias representam cerca de metade das mercadorias exportadas - a possibilidade de minimizar os efeitos causados pela redução da colocação de produtos agrícolas e industriais no mercado externo o investimento estrangeiro aproveita a oportunidade de se instalar num mercado que se tornando atractivo lhe oferece excelentes possibilidades de lucro,⁵¹ criando simultaneamente, perspectivas de desenvolvimento na então frágil, atrasada e dependente indústria portuguesa, à data mais sobre o predomínio da pequena indústria, onde raros casos de experiência bem sucedida resumia-se aos têxteis, tabaco, indústria química e algodoeira.

Não fosse o desequilíbrio da balança comercial portuguesa acentuar-se durante o último quartel do séc. XIX juntamente com os efeitos negativos da crise de 1891,⁵² e a *familiar dependência* de Portugal ao exterior, e não assistiríamos ao crónico adiar do desenvolvimento e progresso económico. Atingidos pela crise, apenas atenuada e amortecida no sector industrial agora *protegida* pela Pauta de 1892, o Portugal Contemporâneo marca passo no ritmo da História Económica Europeia. A juntar ao crescimento do déficit orçamental o aumento da dívida pública e a impossibilidade de junto das praças europeias negociar novos empréstimos,⁵³ o Estado português debatia-se com a impossibilidade e incapacidade de solvência da galopante dívida externa. Nem a redução do juro nominal da dívida pública interna e externa para fazer frente às dificuldades financeiras nem o compromisso de reservar uma parte das receitas alfandegárias para amortizar a dívida externa, resolvem o grave problema da crise comercial e financeira. Pelo contrário, aumentou a contracção das transacções comerciais e agravou a crise agrícola. No entanto e mau grado todos os condicionalismos desfavoráveis, a indústria portuguesa era uma realidade em 1900 e o seu crescimento muito superior ao da agricultura.⁵⁴ Com um sector bancário muito debilitado e dependente das inconstantes flutuações cambiais dos bancos europeus,

provocou a quebra do preço de venda, com raros intervalos positivos, mais frequentes nas 2^{as} metades da década de 80 e 90.

⁵⁰ Até meados do século XIX, o comércio colonial português foi dominado quase exclusivamente pelo tráfico negreiro. A proibição do tráfico de escravos na Europa e em diversos países africanos favoreceu o desenvolvimento e a diversificação do comércio colonial, durante a segunda metade do século XIX.

⁵¹ A concorrência entre países industrializados acentua-se ao longo da depressão de 1879-1890 favorecendo a descida dos preços industriais importados. Entre 1885 e 1889 regista-se uma média anual em toneladas de máquinas e aparelhos industriais importados que se cifra em 4 503 toneladas. Cfr. CABRAL, Manuel Villaverde – *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no séc. XIX*. Lisboa: Ed. A Regra do Jogo, 1977. p. 278. Por outro lado, os salários não são afectados pela depressão, estimulando a desproporção entre os salários nacionais e o dos países industrializados.

⁵² CASTRO, Armando de – *Estudos de História Sócio-Económica de Portugal*. Porto: Ed. Limiar, 1980. pp. 44-45.

⁵³ O desmoronamento dos valores argentinos provocaram, em 1890, a falência parcial da casa londrina *Baring Brothers*, principal credora do Estado Português.

⁵⁴ REIS, Jaime – *A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. Análise Social*, nº23 (1987). pp. 207-227. Ver também FERNANDEZ CLEMENTE, Eloy – *Op. Cit.* pp. 1297-1330.

uma insuficiente vocação para a acumulação de capitais, juntamente com a baixa capacidade de desenvolvimento científico-tecnológico a que não era alheia a nossa alta taxa de analfabetismo, adiaram continuamente a nossa incapacitada vocação para a industrialização e dinamização da economia portuguesa.

À parte de todos os movimentos cíclicos que definem em maior ou menor grau o barómetro do progresso económico, a sociedade portuguesa encontra nos inícios da década de 70, um cenário de acontecimentos preponderantes e influenciadores do rumo político e cultural das décadas seguintes. Em 1871, um grupo de intelectuais, saídos de Coimbra – Geração de 70 – onde se destaca Antero de Quental, Eça de Queirós (socialistas utópicos e influenciados pelo socialismo proudhoniano), Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão (partidários de um republicanismo pequeno-burguês), reagem contra o formalismo convencional e o sentimentalismo exagerado ultra-romantismo, procurando despertar a sociedade portuguesa para os ventos da mudança que já se fazia sentir noutros países europeus.

Incómodos que foram, rapidamente passaram a incomodados.

Em Janeiro de 1880, Teófilo Braga publica na imprensa, um conjunto de artigos com o título evocativo “O Centenário de Camões” sugerindo assim, com a comemoração da morte do poeta despertar o patriotismo e a consciência nacional adormecida e estimular o espírito nacionalista. As comemorações avançam e o 10 de Junho de 1880 traduz-se numa vitória da propaganda republicana contra o governo da monarquia constitucional. A Conferência de Geografia (1876) veio igualmente pôr a nu as fraquezas de Portugal nos seus interesses em África, levando no Tratado de Londres (1884) a reafirmar a soberania portuguesa sobre ambas as margens do Congo. No entanto, a Conferência de Berlim (1884-85) convocada por Bismark, apenas apressou a debilidade da política externa portuguesa e acendeu a fogueira da discussão interna sobre a impotência da monarquia face à política colonial. O Ultimato Inglês (1890) é de igual forma estrategicamente usado pelos republicanos – que entendem ser um insulto à imagem histórica do país – para desacreditando o sistema de governação monárquica, desencadear um movimento anti-britânico e anti-monárquico. O republicanismo pretendia apresentar-se como solução para o descalabro que atingia o país. No Porto, a revolta de 31 de Janeiro de 1891 apenas foi a identificação do barril de pólvora que ameaçava rebentar a todo o momento.

Se na arena política as forças mediam-se através do partido que entra e do governo que cai, a sociedade civil, nomeadamente a classe trabalhadora vai a partir da década de 70 desempenhar o protagonismo que, constituindo uma nova frente de

oposição, incomodará a classe governativa, obrigando esta a considerá-la nas suas medidas governamentais: são os operários.

A degradação das condições de sobrevivência das classes trabalhadoras, durante a segunda metade do século XIX, incentivou o associativismo operário e desencadeou, nomeadamente nos centros urbanos e periferia, uma intensa doutrinação social onde não é alheio princípios ideológicos socialistas.⁵⁵ Durante a década de 80 até à queda da Monarquia, o Congresso da Associação de Classes,⁵⁶ chama a si a coordenação geral dos interesses do operariado, estimulando, por todo o país uma onda grevista,⁵⁷ reprimida muitas vezes pela violência e à qual aderiram, maioritariamente as diferentes actividades económicas. Não vendo as suas reivindicações satisfeitas, após a República ressurge a actividade sindical que com a mesma força que caracterizando os últimos anos da agonia da Monarquia, impõe-se pela luta de melhores salários e na regulamentação do horário de trabalho.⁵⁸

Desta forma, a instabilidade política interna provocada pela incapacidade revelada pelos governos monárquicos dos finais do século XIX e princípios do século XX para solucionar os graves problemas político-económicos que afligiam a sociedade portuguesa, constituiu o desejável argumento para fortalecer a oposição republicana. Acusados de não saber promover nem fazer o total aproveitamento dos recursos económicos nacionais – apelando assim ao apoio da burguesia detentora de interesses nos diferentes sectores de actividade – a oposição assiste a um Portugal onde o déficit da balança comercial é acentuado, os preços sobem a par do descontentamento popular. No Porto, a peste bubónica faz alastrar apoios em torno da causa republicana que elegendo três deputados e vendo as eleições anuladas, sujeita-se a novo sufrágio que, dois meses mais tarde (18.02.1900) reafirma a sua representação no Terreiro do Paço.

As cisões, na primeira década do século XX, no seio dos Partidos Regenerador e Progressista, acelera o declínio da crise rotativista que, em Maio de 1906 leva João Franco ao Governo. A repressão do governo de João Franco faz isolar cada vez mais o regime monárquico. O golpe de estado calendarizado para 28 de Janeiro de 1908 que descoberto fora abortado e o regicídio no primeiro dia de

⁵⁵ Não é prematuro recusar a influência que o Congresso da Organização Internacional do Trabalho (AIT), realizado em Haia, em 1872, exerceu na constituição, em 1873 da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP). Daqui à criação do partido Socialista foi um passo... (em 1875).

⁵⁶ Reunido em 1882, 1885, 1891 e 1914 (data em que o movimento é unificado à escala nacional, através da criação da União Operária Nacional).

⁵⁷ Têxteis, Mineiros, Metalúrgicos, Tipógrafos, Corticeiros, Caixeiros, Tabaqueiros, Chapeleiros e outros.

⁵⁸ CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988. pp. 233-237.

Fevereiro do mesmo ano, eram prenúncios de “*uma monarquia que agonizava às mãos de um caixeiro e de um professor.*”⁵⁹

O período reinado por D. Manuel (1908-1910) está assente em fracas maiorias e coligações frágeis incapazes de evitar a Queda da Monarquia a 5 de Outubro de 1910.

1.4 - O PORTO VISTO POR DENTRO NUM SÉCULO QUE JÁ LÁ VAI...

“Ramalho Ortigão escrevia, em 1883, que aqueles que, como ele, tinham partido do Porto há vinte anos, arriscavam-se ao regressar, a não atinar com o seu caminho, a não encontrar a sua casa, nem a sua rua, nem os seus sítios.”⁶⁰

1.4.1 - UM CAIS DE SAÍDA NUMA CIDADE CHEGADA!

O Porto de Oitocentos, cidade de uma “*brilhante legião literária*”⁶¹ – poiso de Garrett, Herculano, Júlio Dinis, António Nobre, Sousa Viterbo, Alberto Pimentel, Arnaldo Gama, Soares de Passos, Ramalho Ortigão, Camilo, Teixeira Lopes, Soares dos Reis, Marques de Oliveira, Silva Porto e muitos outros... – como que balançado pelas expectativas de uma sociedade sedenta de mudanças, transforma-se num frenético estaleiro de máquinas, gentes e mercadorias.

“O crescimento do Porto e o alargamento e centralização das funções do Estado na perspectiva do despotismo esclarecido obrigam à implementação de novos organismos e equipamentos públicos em domínios diversos, desde a assistência ao ensino, do policiamento ao abastecimento e à organização económica.”⁶²

⁵⁹ VIEIRA, Joaquim – *Portugal no século XX: crónica em imagens (1900-1910)*. Op. Cit. pp.202-203. Em 1 de Fevereiro de 1908 dá-se o regicídio com o assassinato a D. Carlos. Alfredo Costa, caixeiro e Manuel Buiça, professor, foram considerados, por um Portugal dividido, ambos assassinos, ambos mártires. Os cultos dos regicidas parece maior do que o do rei assassinado.

⁶⁰ SOUSA, Fernando de – *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa Jornal de Notícias, 1988. p. 13.

⁶¹ BASTO, Artur de Magalhães – José Luciano de Castro no Porto. *O Tripeiro*. Vª Série. Ano II, nº10 (Fev. 1947), p. 219, citando Ramalho Ortigão.

⁶² SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista. História do Porto*. RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.). Porto: Porto Editora, 1994. p. 380.

A cidade alarga-se ao longo do século XIX, continuando um processo de crescimento populacional cuja tendência remonta ao século anterior. Com refere Álvaro Ferreira da Silva,

“ao longo do século passado modifica-se o modo como se estrutura essa primazia no sistema urbano. O Porto acentua a sua posição de segunda maior cidade, encurtando a distância para a capital e anulando, por isso, a relação primacial entre a primeira e a segunda maiores cidades, relação herdada da estrutura urbana do Antigo Regime.”⁶³

Embora ainda presente a geografia social do Antigo Regime, a cidade da viragem do século XVIII para o século XIX assiste a uma gradual alteração da fisionomia arquitectónica que se manterá, com excepção de raras alterações, até meados do século.⁶⁴ A tradicional montra da cidade voltada para o rio, desenvolvendo a partir daí, o cais do progresso comercial, onde o embarque e desembarque do Vinho do Porto⁶⁵ a par de outras mercadorias (algodão, açúcar, lenha, carvão, pão, carqueja e fruta) dava vida às margens de Gaia e Porto, ritmando o dinamismo próprio de uma grande cidade mercantil, suportada pelo tráfego fluvial e marítimo,⁶⁶ pouco a pouco alarga-se para o seu interior na busca de novos centros económicos, políticos, culturais e sociais.⁶⁷

Acompanhando os ritmos próprios de recessão, estagnação e crescimento que desenham os diferentes intervalos de análise económica no Portugal Contemporâneo, a *invicta* encontra no conturbado período da emergência do liberalismo, atenção especial por parte da burguesia mercantil e financeira portuense para consolidar o seu domínio e as suas influências.

No sector bancário⁶⁸ o rápido aumento destas instituições até meados da década de 1870, desmesuradamente elevado em relação aos restantes sectores da

⁶³ SILVA, Álvaro Ferreira da – A Evolução da rede urbana portuguesa: 1801-1940. *Análise Social*. Vol. XXXII, n.º 143-144, (Abr./Set. 1997). p. 805.

⁶⁴ PEREIRA, Gaspar Martins – A População de Cedofeita em meados do século XIX. Porto. *Revista de História da Faculdade de Letras*. IIª Série. Vol. V. 1988.

⁶⁵ “O exclusivo da barra do Douro para a exportação dos vinhos do Porto, a proibição de exportar quaisquer vinhos por outros portos do Norte, a concessão à Companhia do monopólio da venda de vinhos na cidade e termo e nos portos do Brasil reforçam o domínio do Porto sobre a região, ao mesmo tempo que enfraquecem os outros centros regionais intermédio...” Cfr. SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.* p. 416.

⁶⁶ “É também uma fase de duplicação do peso relativo do comércio de exportação que passa pelo Porto, em detrimento da importância assumida até então por Lisboa: de 21% das exportações canalizadas pela alfândega do Porto em 1800-1802 passa-se em 1854 para uma percentagem de cerca de 45%.” Cfr. JUSTINO, David – *A Formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Veja, S.d.. Vol. II. p. 151, citado por SILVA, Álvaro Ferreira da – *Op. Cit.* p. 792.

⁶⁷ HERCULANO, Alexandre – *Cenas de um ano da minha vida*, p. 170, citado por PACHECO, Hélder (Coord.) – *Porto: do nome Portugal*. Porto: Governo Civil do Porto, 1992.

⁶⁸ Aberto em 13 de Agosto de 1835. A existência no Porto de uma filial do Banco de Lisboa desde 1825 não garantia a realização eficaz das principais operações financeiras que a praça comercial portuense exigia, tal era o avolumar de transacções comerciais e financeiras. Até meados da segunda metade de Oitocentos, dez novos bancos e outras instituições de crédito vão enriquecer o tecido urbano portuense: o surgimento do Banco Mercantil (1856), Banco União (1861), Banco Aliança (1863), Nova Companhia de Utilidade Pública (1864), Banco do Porto e o Banco Português (1873), Banco Industrial do Porto (1874), Banco Nacional e Industrial da Estremadura e o Banco Comércio

actividade económica, levou Pinto Coelho a questionar “*que acontecimentos estes tão animadores para quem julga que fundar um banco é uma necessidade de bom ton.*”⁶⁹

Ironizando com o incompreensível alastramento dos bancos na cidade portuense onde

“N'estes tempos a apparição de um banco é olhada quasi tão indifferentemente como a do sol em cada madrugada. Os bons burguezes ao deitarem-se no leito dizem com algum receio, reportando-se ás loucuras que tornam instavel a posição dos seus haveres empregados em papeis de credito: 'Quem sabe se esta noite se formará outro banco?' E quantas vezes á luz da manhã seguinte se lê um programma de novo banco, formado nas trevas da noite e exposto ao publico no meio do nevoeiro da alvorada! Que espectaculos estes!”⁷⁰

Não se escusando a descrever a invicta como um supermercado de operações financeiras, verdadeiro planeta da especulação onde as suas gentes, penhorando-se na vontade divina do *Deus dedit, Deus dabit*, tudo fazem para subscrever as acções, compara o Porto à “Via-lactea” da constelação financeira onde a Lisboa está reservado o lugar de “Ursa grande.”⁷¹

“Atravessamos a cidade; a cada passo deparamos com uma casa de cambio, que faz descontos e empréstimos, e vende acções e titulos de divida publica; depois, com o edificio de um banco; depois ainda, com o da caixa filial de outro banco; mais adiante, com o de uma agencia de um estabelecimento bancario; além, com o escriptorio de uma companhia de empréstimos sobre penhores; a alguns passos de distancia, com a casa humilde do penhorista; e volvendo os olhos, depara-se-nos de frente a casa do capitalista, que entra nas grandes operações financeiras como banqueiro ousado e opulento.

Ao norte, ao sul, a léste, em frente, de lado, atraz de nós sempre um estabelecimento financeiro, e por toda a parte – isto é que é infelicidade – gente crédula, irreflexiva, ambiciosa, impaciente a alentar com todas as fraquezas, que assim a caracterisam, quantas empresas nascem e se baptisam nas aguas das finanças.”⁷²

Fechado o ciclo de trinta anos de instabilidade política e enterrado que estava a era Cabralista, o Porto *levanta-se de novo* para se empenhar num conjunto de iniciativas de cariz cultural⁷³ e social onde as exposições agrícolas e industriais⁷⁴ são prova desse entusiasmante dinamismo.

e Indústria (1875) traduz a abundância e revitalização de capitais e o bom rumo do sector bancário, conhecendo nas décadas seguintes notórios sintomas de crise, influenciados que foram pela quebra de remessas dos emigrantes, nomeadamente Brasileiros, e pela precipitada aventura da Salamancada. Só no período compreendido entre 1873 e 1875, em todo o território português nasceram 25 novos Bancos... à média de um Banco por mês!... Cfr. COELHO, José Joaquim Pinto – *Os Bancos em Portugal em 1875: reflexões sobre o rápido aumento do número das instituições bancárias no fim do ano de 1874*. Porto: Ernesto Chardon, 1875. pp. 41-44.

⁶⁹ COELHO, José Joaquim Pinto – *Op. Cit.* p. 33.

⁷⁰ *Idem. Ibidem.* pp. 34-35.

⁷¹ *Idem. Ibidem.* p. 37.

⁷² *Idem. Ibidem.* p. 40.

⁷³ A vida cultural do Porto Oitocentista assenta em duas fases: “uma primeira, em que dominava uma ética do trabalho, assente em padrões rígidos de conduta associados à procura da rentabilidade económica. Uma Segunda fase, de clara visibilidade do capital simbólico e um paralelo esmorecimento da ética laboral, assente em consumos públicos e privados de cariz ostentatório, na proliferação da figura do ‘burguês que vive de rendimentos’ e no dispêndio descomplexado.” Cfr. LOPES, João Teixeira – *A Cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. p. 165.

Na maquete que planifica a ascensão da burguesia figura a criação e implantação de instituições que reflectem o poder e a influência da burguesia mercantil e financeira: a Associação Comercial do Porto,⁷⁵ o Tribunal de Relação do Comércio e o Banco Comercial do Porto, atesta este crescente poder, recorrente da vitória liberal e da nova ordem de espaços e relações surgida com o novo conceito de cidadania.

Na esteira do desenvolvimento da primeira metade de Oitocentos, o Porto recupera o ritmo de crescimento demográfico, aumenta o dinamismo das actividades económicas, nomeadamente a indústria, a par da criação de infra-estruturas que procuraram acompanhar as transformações que o tecido urbano obrigava. Também o espaço urbano, como que solidário com as novas políticas económicas, vai-se abrindo de acordo com as dimensões das novas necessidades.

"O movimento de urbanização da cidade acelera a partir da década de sessenta. Muitos dos becos e vielas da cidade antiga desaparecem, rasgam-se novas ruas, alargam-se ou prolongam-se outras, constroem-se pontes, encamam-se ribeiros, levantam-se por toda a parte novos edifícios."⁷⁶

Após 1864, o ritmo anual de crescimento demográfico acelera, tornando-se particularmente rápido entre 1878 e 1890.⁷⁷ Este crescimento intenso da população portuense deriva sobretudo da atracção que a cidade exerce sobre o mundo rural, num momento em que este sofre profundas mudanças, a par de crescentes facilidades de deslocação que o caminho-de-ferro e os melhoramentos da rede viária proporcionam.

"o ritmo de alastramento da malha urbana (intra e extra-muros), da implantação de pontos de produção e troca, a melhoria da rede e da organização dos transportes e comunicações, a consciência pública das insuficiências urbanas a nível sanitário e de abastecimento alimentar; são alguns dos indícios de que a cidade, espaço de vivência social, crescia e se modificava nas suas gentes, espaço, ordenação, produções, trocas e nas relações entre todos estes factores."⁷⁸

No mesmo sentido refere Teresa Rodrigues que analisando os comportamentos demográficos da população da cidade do Porto nas últimas décadas

⁷⁴ 1855, 1860 e 1865.

⁷⁵ Fundada em 24 de Dezembro de 1834.

⁷⁶ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.* p. 386.

⁷⁷ Embora com caracterizações diferentes, genericamente a maioria dos autores aponta para um ritmo acelerado de crescimento da população portuguesa durante este período contemporâneo. Entre 1864 a 1878 regista-se um crescimento de 9%, passando para 12% entre 1878 e 1890. Este crescimento diminui na última década do século (8%) recuperando nos primeiros anos do século seguinte (12%). Apesar deste crescimento – inferior em relação aos restantes países da Europa Ocidental – as taxas de mortalidade apresentam valores elevados (\pm 30‰ para o Porto e 28‰ para Lisboa) traduz as graves situações precárias de sobrevivência nos espaços urbanos. No Porto, cerca de metade da população vive, nos finais do século XIX, em 'ilhas' sem as mínimas condições de salubridade.

⁷⁸ FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho – A Cidade do Porto na 1ª metade do século XIX: população e urbanismo. *População e Sociedade*. n.º2 (1996). p. 236.

do século XIX e consolidando a ideia de que “o *crescimento urbano, tal como a emigração, constituem dois fenómenos característicos da última fase de Oitocentos*”,⁷⁹ apresenta uma evolução identificadora da expansão deste período.

“Entre 1864 e o final do século, a cidade aumenta em 85.8% o número de residentes e irá duplicar até 1911, mantendo um ritmo bastante superior ao do distrito a que pertence, distrito esse que é dos mais dinâmicos a nível nacional. No mesmo período este último cresce apenas 45.3%.”⁸⁰

Fernando de Sousa que a esta temática prescindiu muitos dos seus estudos, identifica igual crescimento demográfico. “Com efeito, a cidade registou na segunda metade do século XIX, mais particularmente nos anos compreendidos entre 1870-1890, um aumento de produção acentuado, que se traduziu pela taxa de crescimento global mais elevada das cidades portuguesas, incluindo Lisboa.”⁸¹ Já a partir da segunda metade deste século a forte mobilidade dos seus habitantes juntamente com uma população pendular e flutuante oriunda dos distritos mais próximos e que se sentem atraídos pela cidade, sempre na eterna esperança de uma vida melhor é um cenário que se repete.⁸² Além das comunidades inglesa, alemã e brasileiros retornados, particular interesse merece a comunidade estrangeira⁸³ radicada na invicta, nomeadamente a comunidade galega que representa 60% dos estrangeiros. “O Porto é para estas terras como que um Brasil chegado. De lá vêm criados e criadas, aprendizes de ofício, assim como caixeiros a tentar a carreira mercantil e formar a grande maioria da classe comercial”⁸⁴ Em certa medida devemos ver na população flutuante que preenche a cidade, a presença temporária de muitos que procuram no Porto, o porto de embarque para a emigração. Jorge Alves n’Os Brasileiros apresenta a procura que a cidade sentiu como grande cais da emigração do reino.

“O Porto constitui não só um lugar de chegada de populações rurais em busca de trabalho ou melhores condições de vida, mas também um ponto de partida para paragens mais longínquas, para lá do mar. O Porto oitocentista é o grande cais de emigração do reino, em especial após meados do século. Da cidade embarcam todos os anos para o Brasil milhares de indivíduos.”⁸⁵

⁷⁹ RODRIGUES, Teresa – A Dinâmica populacional da cidade do Porto em finais do século XIX. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série, Vol. X, (1993), p. 302.

⁸⁰ *Idem*. *Ibidem*. Joaquim Veríssimo Serrão aponta, para 1879, uma cidade composta por 108 343 habitantes, tendo subido mais de 20 000 desde o recenseamento de 1864. Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: o Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Verbo, p. 205. Ver também TEIXEIRA, Manuel C. – A Habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. *Análise Social*. Vol. XXIX, n.º 127 (Jul./Set. 1994), p. 558.

⁸¹ SOUSA, Fernando de – *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. *Op. Cit.* p. 11.

⁸² “Perto de um terço da população do Porto em 1890 consistia de pessoas de origem rural que tinham vindo trabalhar para a cidade.” Ver TEIXEIRA, Manuel C. – *Op. Cit.* p. 558.

⁸³ Em 1890 cerca de 4% da população portuense é composta por estrangeiros.

⁸⁴ JORGE, Ricardo – *Demografia e higiene da cidade do Porto*. Porto: S.n., 1899, p. 155.

⁸⁵ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.* p. 406 citando ALVES, Jorge Fernandes – *Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. Vol. IX, 1989, p. 275.

Ao mesmo tempo a cidade alastrava, abriam-se novas artérias, a Avenida da Boavista caminha em direcção ao mar enquanto que as praças da cidade se enriqueceram com os seus primeiros monumentos, ilustrando uma paisagem urbana modificada.

Depois de em 1837 surgir a Academia Politécnica, que substitui a Academia Real da Marinha e Comércio e em 1840 o Porto conhecer a criação do Liceu Central, é à entrada da 2ª metade de Oitocentos que a Escola Industrial do Porto arranca para agrado dos industriais do Norte sendo finalmente satisfeita uma aspiração antiga. Os finais da década de 80 iriam receber, igualmente, o ensino comercial.

Embora os anos difíceis de 1855-56, incomodados pela fome e epidemias cíclicas, a inauguração do Teatro Baquet⁸⁶ marca, temporariamente, um cenário diferente num palco onde as cheias do Douro não dão descanso às populações ribeirinhas. Na década de 60, a visita de D. Pedro V à Exposição Industrial, o início da construção do Palácio de Cristal (1861), a ligação ferroviária de Lisboa a Vila Nova de Gaia, com terminal na Estação das Devesas (1864) e a revolta portuense contra o imposto do consumo (1868), na década em que o Reino preocupado e interessado com a Estatística, efectua o I Censo da População.⁸⁷

A iluminação a gás (1855) substituindo os “*mortiços lampiões de ‘azeite de purgueira’*”⁸⁸ nas principais artérias da cidade torna-a menos escura e prolonga, no imaginário do comerciante portuense, a beleza das suas montras pela noite dentro. Antes do finar do século (1886) a luz eléctrica entra no quotidiano do homem do Porto, alimentando com ele e até aos dias de hoje, os hábitos e costumes sociais da cidade nocturna que de dia não dorme. O abastecimento de água ao domicílio conhece, em 1887, a primeira rede de canalizações.⁸⁹ O seu crescimento não consegue acompanhar o mesmo ritmo das suas necessidades e em 1905 apenas 32% das ruas da cidade tiveram o privilégio de incomodar os transeuntes, levando a suas casas, enterrado que fosse, a “*água da companhia*.” No entanto, se a luz eléctrica e o abastecimento de água constituem, em qualquer paragem do Portugal de Oitocentos, uma boa-nova, sinal claro de um progresso que tardava, o mesmo não acontece com a rede de saneamento. A deficiente e escassa rede geral de esgotos juntamente com a existência de fossas em terrenos de fácil infiltração para junto de lençóis de água, foi a grande responsável pelo surto de epidemias – peste bubónica - que no final de

⁸⁶ Trinta anos depois sofre um trágico incêndio.

⁸⁷ A Cidade do Porto dá alojamento a 90 527 habitantes.

⁸⁸ PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto de Camilo*, policopiado, p.2, citado por LOPES, João Teixeira – *Op. Cit.* p. 165.

⁸⁹ Surge a Companhia Geral das Águas do Porto para abastecimento de água ao domicílio na cidade.

Oitocentos levou ao isolamento do Porto que, a todo o custo procurou negar a sua existência,⁹⁰ dispersa “*por toda a cidade, em especial entre caixeiros e criados.*”⁹¹

Por outro lado, o Porto albergava como podia, o crescente caudal de trabalhadores que na cidade procuravam *melhores* condições de trabalho e de sobrevivência. Ao granito que ajudou a edificar a cidade juntam-se as “ilhas”, primeiro como provisória casa de remedeio para, a par da indefinida estabilidade e tardia possibilidade económica que garantisse aos seus ocupantes uma melhor situação financeira, assumir características duradouras, quer no tempo de ocupação quer no crescente número de pessoas que vai alojando, quantas vezes, sem quaisquer condições de higiene e limpeza.⁹² Ao todo e entre 1864 e 1900, construíram-se cerca de 10 000 casas de “ilhas” no Porto.⁹³

“Estas eram construídas predominantemente pelas classes médias baixas: pequenos comerciantes, lojistas, artesãos, por vezes pequenos industriais. Eram essas pessoas de recursos relativamente limitados, que investiam, construíam e possuíam a maior parte das ilhas, muitas vezes nos seus próprios quintais, ou que emprazavam ou subemprazavam pequenos lotes de terreno em zonas desvalorizadas da cidade para construir ilhas.”⁹⁴

Tão identificada se encontrava a cidade com a crescente invasão deste tipo de habitações que a sua geografia urbana reflecte consideravelmente as alterações que são inevitáveis.

“... o Porto de finais do século passado, a par do dinamismo do seu comércio e da sua indústria, conheceu o agravar de profundas desigualdades económicas e sociais, que se traduziam, sem dúvida, numa diferenciação social crescente dos comportamentos. Cidade das novas avenidas (como a da Boavista) e dos chalés ricos, o Porto é também a cidade das ilhas, onde se concentram as ‘classes depravadas’ e ‘laboriosas’, no dizer das autoridades policiais da época.”⁹⁵

Gaspar Pereira, no seu estudo sobre *Casa e Família: as “Ilhas” no Porto em finais do século XIX*, acrescenta um contributo registado pelas camadas trabalhadoras na mutação do espaço urbano.

⁹⁰ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.* p. 409. “Já ao tempo a higiene local passava pelo desaparecimento das ‘ilhas’, bairros imundos que se impunha expropriar a fim de deslocar as populações para zonas residenciais mais salubres.” Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: a queda da Monarquia (1890-1910)*, Vol. X. Lisboa: Editorial Verbo, S.d., pp. 340-341.

⁹¹ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.* p. 410.

⁹² “A maior parte das ilhas não tinha abastecimento de água e o saneamento era feito através de fossas. Mesmo após a construção em 1905 de uma rede de esgotos na cidade, apenas 7% das ilhas foram ligadas a esta rede.” Cfr. ANTAS, Azeredo; MONTERROSO, Manuel – *A Salubridade habitacional do Porto*. Porto: S.n., 1934. p. 23, citado por TEIXEIRA, Manuel C. – *A Habitação popular no século XIX. Op. Cit.* p. 567.

⁹³ Cfr. TEIXEIRA, Manuel C. – *Op. Cit.* p. 567. Fernando de Sousa, para finais deste período, refere que “o Porto, ao terminar o século XIX, contava com 1 048 ilhas, com 11 129 habitações, nas quais viviam perto de 50 000 indivíduos, ou seja, mais de um terço da população da cidade.” Cfr. SOUSA, Fernando de – *Jornal de Notícias. Op. Cit.* p. 13.

⁹⁴ TEIXEIRA, Manuel C. – *Op. Cit.* p. 561.

⁹⁵ PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Grosso – Casamento e condição social no Porto Oitocentista. *Revista de História da Faculdade de Letras*. IIª Série, Vol. XIII, (1996). p.477.

"No Porto de finais do século XIX, com o crescimento urbano e a industrialização, (principalmente no sector têxtil), alastrou a construção de ilhas para habitação das camadas trabalhadoras. Estas 'comunidades urbanas' desempenharam um papel sócio-histórico crucial na socialização dos trabalhadores recém-chegados à cidade, gerando comportamentos e estratégias familiares específicos, ancorados na formação de jovens casais e em relações intensas de vizinhança e parentesco. Esta estrutura familiar ajustou-se bem ao sistema de produção doméstico, predominante no Porto, em que a família nuclear simples corporizava o próprio grupo de trabalho."⁹⁶

Em meados da década de 70 o caminho-de-ferro liga o Porto (Campanhã) a Braga (Nine). Em Julho de 1875 é Penafiel⁹⁷ que assiste à chegada do primeiro comboio. No mesmo ano, o caminho-de-ferro liga Boavista à Póvoa, para seis anos depois chegar a Famalicão. Em 1877 é estabelecida a ligação directa do Porto a Lisboa, concluída que estava a ponte D. Maria Pia.⁹⁸ Uma década depois (1887) Portugal entra na Espanha com a conclusão da ligação da linha do Douro a Salamanca. A esta transformação das estradas de ferro encontra-se ligada o crescimento dos concelhos circundantes, hoje delimitados pela Área Metropolitana do Porto, estimulando o processo de urbanização da periferia, facto que se constataria ainda nas primeiras décadas do século seguinte, nomeadamente os concelhos de Matosinhos, Valongo, Maia e Gondomar.

A 7 de Novembro de 1896 a estação ferroviária de S. Bento, outrora Convento da Avé-Maria, possibilita aos residentes e forasteiros através da inovadora *Sala de Visitas* da cidade, estar mais perto da Praça Nova, agora que está inaugurada a rede telefónica na cidade.⁹⁹

O *Americano*¹⁰⁰ e o *Eléctrico*, nos anos setenta e noventa, respectivamente, e coabitando com as caleches e diligências, contribuíram para a significativa alteração dos hábitos e da vida quotidiana dos portuenses que, a partir de agora, *passageiros do tempo*, ritmaram a cadência da vida ao pulsar dos relógios que o toque dos sinos das igrejas não nos avisa dos minutos... Para dentro e fora da cidade, traçam-se itinerários de fim-de-semana no sossego dos campos da periferia ou nos banhos que a Foz e o Leça proporcionavam. "Os carroções puxados a bois tão característicos do Porto da primeira metade do século XIX, tinham cedido o passo aos carros americanos que, a partir de 1876, percorriam já as principais ruas do burgo."¹⁰¹

⁹⁶ PEREIRA, Gaspar Martins – Casa e Família: as "Ilhas" no Porto em finais do século XIX. *População e Sociedade*, nº2 (1996), p. 183.

⁹⁷ Em 29 de Julho de 1875.

⁹⁸ Terminada em 4 de Novembro de 1877. Desde 1864 que se fazia esta ligação. Entre a estação das Devesas (Gaia) e a estação central de Sá da Bandeira (Porto), o percurso era efectuado através de caleches.

⁹⁹ Inaugurada a 1 de Julho de 1882. Cfr. SANTOS, Rogério – *Olhos de Boneca: uma história das telecomunicações 1880-1952*. Lisboa: Edições Colibri, Portugal Telecom, 1999, p. 16.

¹⁰⁰ Duas companhias asseguram o serviço de transporte: Companhia Carris de Ferro do Porto e Companhia Carril Americano do Porto, à Foz e Matosinhos. Em 1893 fundem-se numa só Companhia.

No plano industrial, o Porto da segunda metade apresenta já, como que da tentativa de recuperar o tempo perdido, cenários que ilustram o dinamismo implementado em meados do século¹⁰² - e bem longe de um contido marasmo da primeira metade, somente incomodado através de isoladas medidas proteccionistas.¹⁰³

Embora subsista uma “forte tradição artesanal de hábitos corporativos”¹⁰⁴ e limitado pela escassez de capitais destinados à criação de infra-estruturas industriais e ao incentivo da modernização do sector através de inovações tecnológicas que estimulasse a produção, os condicionalismos impostos pela conjuntura europeia favorece o seu desenvolvimento. Importante de salientar é que não se verificou um progresso industrial massivo que tornasse a indústria a actividade dominante nem se verificou uma rotura com a anterior estrutura económica e social da cidade. A indústria surgia assim, associada a outras actividades pré-industriais e, contrariamente ao que aconteceu noutros países, não se verificou a formação de uma sólida burguesia industrial. Pois, para a realidade portuense, as actividades comerciais continuaram a ser, em grande medida, a base da actividade económica da capital do Norte ao longo do século XIX. No entanto, podemos encontrar sintomas de *bons ventos* com a convergência de interesses comuns na materialização da Associação Industrial Portuense (1849), onde uma persistente elite industrial - com nome e créditos na praça – que lutou contra a “*poderosa reacção da Associação Comercial do Porto e a sua enorme influência junto do poder político, que tudo faria para evitar a diminuição da sua representatividade*”¹⁰⁵ e cuja acção se destacou, igualmente, pelas iniciativas empreendidas de que as exposições industriais¹⁰⁶ e o ensino técnico-profissional são algumas das lutas travadas e que o Jornal da Associação Industrial Portuense (nas bancas desde 1852) é seu fiel porta voz. Após a emergência do movimento associativo de cariz industrial e assistindo-se um ligeiro interregno da década de 60 do século XIX, “o *empresariado portuense mobilizou-se na década de 90 e reorganizou a antiga Associação Industrial Portuense, conferindo-lhe o papel de um importante grupo de pressão*”¹⁰⁷ aproveitado que fora o *timing* das medidas proteccionistas, agora mais que nunca, economicamente defendidas pelas novas potências industriais. A partir do último quartel do século XIX assistimos ao crescente aumento do número de fábricas, identificando a urbe, - no dizer de Fernando de Sousa que cita Oliveira Martins – de

¹⁰¹ SOUSA, Fernando de – *Jornal de Notícias*. Op. Cit. p. 15.

¹⁰² De acordo com o *Inquérito Industrial de 1881*, a Indústria dá emprego a 37 377 operários, o que corresponde a um terço da população do Porto.

¹⁰³ *Inquérito Industrial de 1881 – Inquérito Directo*. 2ª Parte. Livro 2º.

¹⁰⁴ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – Op. Cit. p. 417.

¹⁰⁵ ALVES, Jorge Fernandes – O Emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social*. 4ª Série, Vol. XXXI, n.ºs 136-137 (2º, 3º 1996). p. 527.

¹⁰⁶ Por iniciativa do velho republicano engenheiro Francisco Xavier Esteves, realizou-se em Julho de 1923, no Palácio de Cristal, uma feira industrial que mostrou as capacidades económicas da cidade e da região do Porto.

“*cidade fabril*.”¹⁰⁸ Os anos 90 assumem-se verdadeiramente reveladores do papel que o Porto assumiu ao longo do século. Conforme referencia Maria do Carmo Serén e Gaspar Pereira,

“A derrota da atabalhoada movimentação republicana do 31 de Janeiro, que acabará por se tornar o símbolo da resistência portuense – mais do que o 24 de Agosto ou o 9 de Julho –, marca o fim de uma época em que o Porto, na sua qualidade de capital regional, soubera afirmar a sua identidade perante Lisboa.”¹⁰⁹

As oportunidades perdidas que a segunda metade do século proporcionou dão ao Porto – que vê Camilo e Antero suicidar-se e António Nobre e Eça partir – um palco de lamentações e angústia de uma geração (que se *tenta*) desiludida. É o *tempo da agonia* na busca do mito do paraíso perdido...

“Nos finais do século, a contas com um crescimento urbano que já nada tem a ver com os grandes negócios do país, mas que se levanta da utilização dos caminhos-de-ferro, as oficinas familiares, as lojas, as pequenas fábricas falam mais de uma nascente classe média que lê o *Comércio do Porto* e invade o Palácio de Cristal que se tornou equipamento público. A revolta de 31 de Janeiro, a crise do vinho e dos têxteis e o cordão sanitário que isolou a cidade do mundo associam-se à frustração económico-social. O Porto divorcia-se de Lisboa, fecha-se no seu provincianismo e entretém uma luta miudinha contra os privilégios da capital...”¹¹⁰

A última década de Oitocentos memoriza uma cidade às portas do descontentamento, do desânimo e da revolta.¹¹¹ Cresce o número de reuniões e manifestações de protesto. Os anos 1888-1890 identificam um assinalável surto grevista que se repetiria em 1895 e 1903. As manifestações antibritânicas provocadas pelo *Ultimatum Inglês* aceleram a criação da Liga Patriótica do Norte. Pela primeira vez no Porto, o 1º de Maio sai à rua e é comemorado por 12 000 trabalhadores.

Se Lisboa era acusada de ter e deter o poder político e exercer continuamente uma gravitação económica que se alastrava à província da Estremadura, cabia à cidade do Porto esse papel aglutinador ao norte do Mondego, recorrendo às capacidades naturais das províncias transmontana e duriense. À Regeneração se prende o início de uma rivalidade regional/provinciana, cada uma das cidades – e das elites – procurando impor-se à outra, tirando partido do desafio imposto pela conjuntura do progresso, rivalizando na capacidade empreendedora que ambas apostavam acreditar.

¹⁰⁷ ALVES, Jorge Fernandes – Interesses industriais e clivagens associativas: a União dos Industriais do Norte (1897-1900). Porto: *Revista de História da Faculdade de Letras*. IIª Série, Vol. XIII, (1996). p. 517.

¹⁰⁸ Citando Oliveira Martins acrescenta: “na realidade, mais de 35% da sua população, ou seja, 37 000 pessoas, incluindo mulheres e crianças, trabalhavam na indústria. Em 1888, segundo aquele historiador, a população operária do Porto constituía meia cidade.” Cfr. SOUSA, Fernando de – *Jornal de Notícias*. Op. Cit. p. 15.

¹⁰⁹ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – Op. Cit. pp. 418-419.

¹¹⁰ *Idem*. *Ibidem*. pp. 452-453.

¹¹¹ CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX*. Op. Cit. pp. 280-281. Ver Também PIMENTA, Carlos – *Os Salários em Portugal*. Lisboa: Caminho, 1989. (Coleção Universitária, 38). p. 51.

2º CAPÍTULO

CIDADE COMERCIAL: MONTRA DE UM MERCADO DE TRABALHO

"A casa onde estava a loja em que meu pai se ajustara era no gosto em que ainda hoje existem muitas no Porto. Alta e esguia, tendo só, por serventia, uma única porta, a da loja. Vendia-se ali de tudo; e, à noite, descia para baixo a patroa, que arregaçada até aos cotovelos, se encostava ao balcão, entremetendo-se nas conversas do marido com os fregueses, e, por vezes, desmentindo-o., especialmente quando a conversa versava acerca das vizinhas, de que ela, apesar de ninguém saber como, sabia tudo."¹¹²

2.1 – NASCIDA PARA O COMÉRCIO

Caracterizar e descrever a vida comercial portuense para o século XIX será, porventura, tarefa de maior empenho onde todo o dinamismo económico gravita em torno das transacções comerciais e dá vida a uma cidade que se vai levantando a horas de Portugal se deitar. Encontrar nela os traços identificadores dos agentes comerciais que, década após década, negociaram, regatearam e esboçaram um mercado caracteristicamente portuense, verdadeira escola de Marçanos e Caixeiros, fonte de mão-de-obra que se impunha pelo querer e vencer.

Evocar toda a actividade mercantil portuense em algumas dezenas de páginas, não se afigura tarefa fácil.

Não o tentaremos sequer.

Buscaremos apenas os cenários que protagonizaram os feitos e factos que esta dissertação impõe e sem os quais não possibilitará interpretar e compreender as mutações e necessidades do comerciante que procura na instrução comercial a suficiente sageza de melhor vender.

¹¹² ALMEIDA, Francisco José de – *Apontamentos da vida de um homem obscuro*. Lisboa: A Regra do Jogo Lda, 1985. p. 31.

Assumindo verdadeiras honras de interesse político e alistando-se nas prioridades estabelecidas pelos diferentes governos do Reino, o comércio no século XIX dimensiona-se no topo das hierarquias e preocupações que o Estado Liberal registou de entre as diferentes actividades económicas. Esta atenção surge-nos reforçada pelo número de referências que ao Comércio – interno e externo – o Diário do Governo ilustra, nomeadamente até meados da segunda metade de Oitocentos.¹¹³ Mais que qualquer outra actividade económica, “*O comércio faz a felicidade nacional, pois que aumentará a circulação, e enriquece, e une mais as Nações.*”¹¹⁴

Sem comércio não há riqueza e sem ela não há grandeza nacional. Este pensamento parece ter constituído máxima de governação ao longo do século XIX. Se encontrado estava o caminho para a *grandeza nacional*, aos defensores do protecçãoismo ou do livre cambismo, exigia-se determinantes medidas para a prossecução desta nobre actividade económica. Para Adam Smith, são o advento e a consolidação de uma nova idade histórica, a “era do comércio”, justificando todas as prescrições de política económica, quantas vezes no desejo pragmático, político, de favorecimento da posição do consumidor em detrimento de qualquer outra. Consumidores são todos os cidadãos, logo a satisfação de cada um é fundamental para a utilidade colectiva, pelo que as medidas proteccionistas favorecem os produtores nacionais à custa dos consumidores.

“O consumo é o único fim e propósito de toda a produção; e o interesse do produtor só deveria ser atendido na medida em que possa ser necessário para se promover o interesse do consumidor. Isto é tão evidente que seria absurdo tentar prová-lo. Mas, no sistema mercantil, o interesse do consumidor é quase sempre sacrificado ao do produtor e este sistema parece considerar a produção, e não o consumo, como fim e o objectivo últimos de toda a indústria e comércio.”¹¹⁵

José Ferreira Borges, no seu *Diccionario Jurídico-Commercial* atestando a importância que o comércio assume na vida das Nações, coloca esta actividade económica no topo das realizações universais.

“É elle o mais poderoso vehiculo das produções e dos productos ao consumo: sem a sua existencia a riqueza seria comparativamente menor: com elle vão as luzes, e a civilização d'um canto ao outro do mundo: a elle se edeve em mui grande parte o melhoramento actual da especie humana.”¹¹⁶

¹¹³ Entre os períodos 1834 e 1872, o Diário do Governo regista 2 379 referências ao Comércio e à sua actividade comercial. Cfr. FERREIRA, Maria João Cerqueira da Costa – *A Informação estatística através do Diário do Governo (1834-1872)*. Porto: FLUP, 1997. p. 79. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

¹¹⁴ ALMEIDA, Manuel de – Memória sobre o modo de formar um plano de estatística de Portugal. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo V. Lisboa: S.n., 1815. p. 16, citado por FERREIRA, Maria João Cerqueira da Costa – *Op. Cit.* p. 79.

¹¹⁵ SMITH, Adam – *Wealth of Nations*, p. 660 citado por ARAÚJO, Fernando – Adam Smith: o conceito mecanicista de liberdade. Coimbra: Almedina, S.d., p. 1145.

¹¹⁶ BORGES, José Ferreira – *Diccionario Jurídico-Commercial*. Porto: Typ. de Sebastião José Pereira, 1856. p. 84.

Apontando desde logo os grandes vícios que têm prejudicado o comércio, apressa-se a catalogá-lo como importante factor de desenvolvimento social, político, cultural e económico.

"Deve-se-lhe a maior parte das descobertas, que o homem tem feito. — Os que n'elle se empregão formão uma familia única derramada na superficie do universo. — Os governos, que merecem este nome, nunca perderão de vista fomental-o, animal-o e protegêl-o: - a sua grande máxima reduz-se a remover-lhe os estorvos: os seus inimigos são os privilégios, os monopólios, os contrabandos. Sem igualdade e liberdade não póde haver commercio."¹¹⁷

Por outro lado, a actividade comercial remontando aos primórdios, ela acompanha o percurso da actividade humana.

"A Historia do Commercio é quasi a historia do homem: ella se perde na escuridade dos seculos: ella figura nos tempos fabulosos: ella apparece na voz das tradiçõens; ella caminha emfim com o comêço e progresso das paginas escriptas."¹¹⁸

H. David em 1884 no *Brado a favor dos Caixeiros*, dizendo que o Comércio e a Indústria simbolizam os dois maiores princípios de actividade humana¹¹⁹ e que o "*Centenário de Camões foi, talvez, a maior glória do Commercio, encarando-a como festa nacional, despida de qualquer acto político que ferisse as nossas instituições*"¹²⁰ acreditando piamente não ter sido dada qualquer outra interpretação de cariz político-partidário. Tal como refere José d'Arriaga, "*impulsionada a agricultura e as industrias do paiz, o commercio desenvolver-se-hia por si mesmo, arredados que fossem d'elle os estorvos das abolidas e velhas instituições*."¹²¹

Humberto Beça, em 1917 quando publica *Noções de Comércio*, não longe do que dizem os restantes escritores comerciais, afirma que "*a função comercial é hoje um dos mais importantes elementos da riqueza das nações, sendo ainda como indústria, o mais poderoso meio de drenagem das produções para o consumo geral*."¹²²

A legislação publicada em meados de Setecentos, globalmente identificada com os princípios universais do comércio evidencia a necessidade da sua regulamentação e a obediência no cumprimento por parte dos agentes comerciais "*devem facilitar-se os meios de florescer e dilatar-se o commercio: as suas regras e*

¹¹⁷ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁸ *Idem — Das fontes, especialidade, e excellencia da Administração Commercial segundo o Codigo Commercial Portuguez.* Porto: Typographia Commercial Portuense, 1835. p. VII.

¹¹⁹ DAVID, H. — *Brado a favor dos Caixeiros.* Lisboa: Typographia do Commercio, 1884. p. 7.

¹²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 8.

¹²¹ ARRIAGA, José d' — *Op. Cit.* p. 405.

¹²² BEÇA, Humberto — *Noções de comércio: 2º ano.* Porto: Escola Secundária de Comércio, 1917. p. 10.

maximas geraes são impreteríveis e adoptadas geralmente por todas as nações, que por ellas se regem e governo."¹²³

A evolução económica acentuada no movimento mercantil terrestre e marítimo impunha medidas eficazes de forma a uniformizar práticas comerciais de compra e venda num sector onde se notava, até ao Terramoto de 1755, a forte influência dos ingleses.

"tanto a importação como a exportação fazia-se por intermédio das casas estrangeiras estabelecidas em Portugal e bem assim uma parte do comércio de retalho. Só o comércio com os portos do Brasil era exclusivo dos nacionais. As manufacturas do reino limitavam-se a panos de linho, linhas de Guimarães, chapéus de lã de Braga e da terra da Feira, ferragens ordinárias de Braga e Guimarães, panos grossos de lã e saragoças... tudo o mais vinha do estrangeiro, quasi exclusivamente da Inglaterra." ¹²⁴

O autor da *História Económica de Portugal* que afirmava não ser só no comércio que a presença dos ingleses se fizera sentir, estendendo-se esta, igualmente às "*profissões mecânicas: tanoeiros, sapateiros, alfaiates, cabeleireiros e até engomadeiras*"¹²⁵ remata o seu irónico testemunho desta desnacionalização progressiva de toda a actividade nacional: "*Nas províncias havia lugares onde jamais os habitantes tinham visto uma peça de ouro; em compensação as moedas com a efígie de D. João V eram na Inglaterra mais vulgares que as do rei Jorge.*"¹²⁶

Teremos de nos situar na segunda metade do século XVIII para poder encontrar alguns casos de empresas portuguesas com importância análoga às que existiam nos restantes países europeus economicamente mais desenvolvidos. De facto, até ao governo do Marquês de Pombal as relações comerciais de Portugal com o estrangeiro faziam-se sobretudo através de empresas estrangeiras, o mesmo acontecendo com o comércio retalhista. Somente o comércio com o Brasil era efectuado exclusivamente por nacionais. Antes das chamadas companhias magestáticas, verdadeiros monopólios mercantis.¹²⁷

É inegável pois que o comércio ocupou, desde sempre, um lugar importante na economia nacional, constituindo naturalmente uma fonte fundamental na arrecadação de impostos, fonte de receitas que o Reino não deixava de contar.

¹²³ PORTUGAL. Leis, Decretos, etc. – *Decreto de 30 de Setembro de 1755*.

¹²⁴ RATTON, Jacome – *Recordações*, citado por CORREIA, Francisco António – *História económica de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1930. pp.70-71.

¹²⁵ *Idem. Ibidem*.

¹²⁶ AZEVEDO, J. Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua época*, citado por CORREIA, Francisco António – *Op. Cit.* p. 71.

¹²⁷ Situamos a primeira grande empresa existente em Portugal, a Companhia de Comércio da Índia, criada em 1628 no reinado de Filipe III. Ao período Pombalino registamos a Companhia do Grão Pará e Maranhão (1753), a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756) e a Companhia Pernambuco e Paraíba (1759).

"Em finais do século XVIII e começos do século XIX, todo o sistema alfandegário português, muito complexo e aparentemente caótico, está aliás dirigido, não à protecção da actividade produtiva nacional, mas à obtenção de receitas para o Estado ou outras entidades públicas: no seu trânsito pelo interior ou de porto para porto do Reino, e ainda à saída deste para as colónias, as mercadorias eram oneradas pelos mais diversos impostos."¹²⁸

Do comércio externo¹²⁹ e especialmente da importação de produtos manufacturados e da exportação de bens primários residem em grande parte as receitas do Estado, numa notória e cómoda política a que Passos Manuel faz eco:

"Senhora! As alfândegas são a principal fonte da nossa renda pública. As décimas e os maneios no ano de mil oitocentos e trinta e cinco importaram em mil cento e cinquenta contos de réis enquanto as alfândegas renderam dois mil oitocentos e oitenta contos."¹³⁰

Ao longo de todo o século XIX, as Pautas Aduaneiras serviram como instrumento regulador da política económica. Ora oscilando entre a dicotomia proteccionista, ora livre-cambista, Portugal entre as Pautas de 1837¹³¹ e 1892, experimentou sucessivamente múltiplos acrescentos e alterações que circunstancialmente nos colocavam a par dos países com quem estabelecíamos e ratificávamos os Tratados Comerciais. Os autores da Pauta de 1892 terão tomado em consideração não apenas o estado da doutrina económica da época, mas também a prática proteccionista seguida pelas principais potências económicas do tempo que não eram aderentes efectivas do livre-cambismo – Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Rússia.¹³² Estava visto, às portas de 1892, que os governantes portugueses viam na elevação da protecção da Pauta Aduaneira, uma forma de estimular e desenvolver as actividades económicas, nomeadamente na protecção das indústrias, tendo em conta que o nível de desenvolvimento das manufacturas era muito baixo comparativamente com outros países com os quais fosse possível competir.¹³³

No âmbito das reformas económicas operadas com a Revolução Liberal, um conjunto de medidas, condizentes com a nova ordem política e económica do Reino,

¹²⁸ ALEXANDRE, Valentim – O Liberalismo português e as colónias de África (1820-1839). *O século XIX em Portugal*: comunicações ao Colóquio organizado pelo gabinete de Investigações Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1979. p. 352, citado por FERREIRA, Maria João Cerqueira da Costa – *Op. Cit.* p. 80.

¹²⁹ "O congresso constituinte parece que ligou maior importância ao commercio externo, adoptando, com effeito, medidas muito uteis, para dar incremento a elle e à navegação." Cfr. ARRIAGA, José d' – *Op. Cit.* p. 406.

¹³⁰ PORTUGAL. Leis, Decretos, etc. – *Diário do Governo* de 14 de Janeiro de 1837. Os impostos arrecadados pelas alfândegas representam na década de 40 e na primeira metade da de 50, cerca de 36% das receitas do Estado de que 32% são provenientes das Alfândegas do Porto e de Lisboa. Cfr. JUSTINO, David. – *A Formação do espaço económico nacional*. *Op. Cit.* p. 882.

¹³¹ Decretada a 10 de Janeiro de 1837 que veio substituir a de 14 de Fevereiro de 1782. Até à publicação da Pauta Aduaneira de 1892, a política de tributação fiscal aduaneira conheceu as seguintes Pautas: 20 de Março de 1841, 31 de Dezembro de 1852, 22 de Dezembro de 1856 (reeditada a 14 de Janeiro de 1857), 23 de Agosto de 1860, 6 de Julho de 1882, 17 de Setembro de 1885, 22 de Setembro de 1887 e finalmente a Pauta de 1892.

¹³² No final do século XIX, pode dizer-se que na Europa, livre-cambistas eram apenas, além do Reino Unido, a Dinamarca e a Holanda.

surgem para revigorar a actividade comercial: assistimos à publicação de leis tendentes a animar o comércio interno;¹³⁴ à abolição das almotaçarias¹³⁵ e de outras práticas antigas; intenta-se a reforma dos pesos e medidas;¹³⁶ sai a Lei sobre a moeda de ouro e prata;¹³⁷ a nova pauta das alfândegas¹³⁸ são sinais claros de mudança.

O comércio interno passa desde então, a ser beneficiado com a abolição de todas as antigas práticas e abuso, e de todos os privilégios da nobreza e do clero, em prol da liberdade do trabalho que, o Código Comercial de Ferreira Borges procura regulamentar.

Simultaneamente as Cortes Constituintes

“para acertarem melhor e fazerem as reformas que as povoações do reino exigissem, ouvida a opinião de todas, deliberaram... que em todas as cidades se organisassem comissões de commercio, afim de as informarem das necessidades dos povos.”¹³⁹

como que pedindo um Portugal Novo, tantas eram as carências em todos os ramos da vida portuguesa e “*porque havia necessidade de se innovar tudo, porque tudo estava em lastimoso estado*,”¹⁴⁰ os relatórios são claros nos inúmeros e extensos pedidos que a sociedade civil faz chegar ao congresso através de algumas comissões criadas. Estranha-se no entanto, que a Comissão de Lisboa criada em 28 de Agosto de 1821 apresenta a sua memória em 31 de Março de 1822, e a do Porto apenas o faz em 7 de Dezembro de 1822... “*quando as côrtes constituintes terminaram sua existência*.”¹⁴¹ Limitando-nos às reivindicações das gentes do Porto, embora estas não andem muito longe das referenciadas para Lisboa, a sua enumeração mais se assemelha a um rol de pedidos feitos em véspera da chegada do Pai Natal em noite de consoada, onde satisfazer de um a só vez todos os sonhos não se nos apresenta

¹³³ LABISA, António dos Santos – *A Pauta Aduaneira de 1892*. Lisboa: Banco de Portugal. 1999. (História Económica, 8). p. 8.

¹³⁴ “Em 18 d' abril de 1821 foi permitido que na Praça da Figueira todo o vendedor podesse vender livremente generos por grosso e miudo, sem dependencia de manifestos, attestados ou licenças; em 9 de maio do mesmo anno foram abolidas todas as fianças a que eram obrigados todos os negociantes de Lisboa, por portaria de 14 d'Outubro de 1818, e em 19 ainda do mesmo mez as côrtes tornaram a navegação do rio Douro livre e franca, abolindo as matriculas a que eram obrigados os arraes.” Cfr. ARRIAGA, José d' – *Op. Cit.* p. 406.

¹³⁵ A 11 de Junho de 1821, as mesmas Cortes mandam promulgar o seguinte decreto: “As côrtes geraes, etc., considerando que só o livre commercio de compradores e vendedores pode produzir a abundancia e regularisar o preço dos generos, e desejando renovar os graves prejuizos que teem contantemente resultado das taxas e condemnações das almotaçarias, decretam a sua extinção.” *Idem. Ibidem.*

¹³⁶ Em 14 de Abril de 1821 as Cortes dirigem à regência o seguinte officio: “As Côrtes, etc., ordenam que a regencia do reino remetta a este soberano congresso os livros de registo que no archivo da Torre do Tombo serviram para os assentos da junta nomeada para a reforma de pesos e medidas, e aquellos que no arsenal do exercito serviram para se notarem os valores, a capacidade das medidas antigas avaliadas, ou comparadas com as novas, assim como uma das caixas dos padrões novos destinados para as cabeças de comarca e a colecção de taboadas de reducção.” *Idem. Ibidem.* p. 407.

¹³⁷ *Idem. Ibidem.* pp. 407-408.

¹³⁸ Publicada a 3 de Novembro de 1822 “o seu pensamento é eminentemente práctico; não obedece ao fanatismo pelas theorias. A pauta procura favorecer todos os artigos da industria nacional, e permittir a livre entrada dos artigos que faltam no paiz.” *Idem. Ibidem.* p. 409.

¹³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 488.

¹⁴⁰ *Idem. Ibidem.* p. 501.

¹⁴¹ *Idem. Ibidem.* p. 497.

tarefa fácil para um Papá Noel Liberal. Curioso é presenciar que os do Norte procurem chamar a si tudo quanto se deva ser melhorado mas, sem esquecer ter esse mesmo direito tal como em Lisboa. Assim, não só se exige porque faz falta mas também porque Lisboa tem e o Porto não. Eis o que José d'Arriaga nos reserva sobre a matéria:

"A comissão pede um código commercial, criação de uma alfandega em um sítio onde se possam combinar os seguintes requisitos: 1º - descarga no antigo caes; 2º - modicos gastos de condução; 3º - armazens espaçosos e proporcionados ao commercio da cidade, havendo a maxima economia na alfandega; os menos tropeços possiveis ao commercio e simplificação no serviço. Que seja aprovado o projecto do decreto das relações commerciaes com o Brazil.

Propõe que seja permittido haver na cidade do Porto depositos de tabaco de corda e de folha, como os há em Lisboa,¹⁴² que seja livre aos negociantes commerciar directamente para a Asia, e d'esta para a praça do Porto; e que seja permittido celebrar-se n'esta cidade o contracto de seguro, como em Lisboa,¹⁴³ Rio de Janeiro e Bahia.

Propõe que se nomeiem peritos habéis para estudarem o rio Douro até á raia, examinando com exactidão e conhecimento proprio todos os embaraços que estorvam a navegação, e indicando os melhoramentos que se devem fazer, para tornar navegavel o rio até á Hespanha. Que se applique o rendimento dos impostos ás estradas do Douro e á navegação.

Pronuncia-se contra a protecção ás grandes fabricas privilegiadas, que são inimigas da pequena industria, e que até não progridem por isso; e propõe a abolição das provisões concedidas aos fabricantes em grandes estabelecimentos, e que todas as manufacturas portuguezas sejam livres de direitos de exportação."¹⁴⁴

Durante a década de 1850 houve uma reforma dos direitos aduaneiros que reduziu os direitos de importação, especialmente os que incidiam sobre a importação de cereais. Embora longe do completo livre-câmbio, o país viveria até 1889 sem impostos aduaneiros elevados, especialmente no que respeita aos bens agrícolas.

Por outro lado, o regime liberal não permitia uma intervenção directa do Estado na actividade comercial. A sua função limitava-se a regulamentar os actos comerciais, estimulando a livre circulação dos produtos, dentro e fora do país, cabendo-lhe, igualmente, a obrigação de criar um enquadramento legal e normativo que regulasse o comércio e que permitisse a sua organização individual e colectiva, o que está na base, em 1833, do primeiro *Código Commercial*, de José Ferreira Borges, que vigoraria até 1888. Ao Estado, estava ainda reservado a competência de dotar o país de infraestruturas adequadas que facilitassem o maior escoamento e circulação dos produtos agrícolas e industriais.

Fortemente condicionados pelo Tratado Comercial de 1810 com a Inglaterra e com a instabilidade político-militar de 1832-34, será nomeadamente após este período que com a diminuição dos direitos alfandegários sobre as exportações dos produtos

¹⁴² O Bold e o sublinhado é de nossa autoria.

¹⁴³ O Bold e o sublinhado é de nossa autoria.

nacionais – que baixam de 8% para 1% - que o comércio externo conhece melhores dias, embora constantemente dependente da inexistência de uma política interna que depositasse confiança e das eternas flutuações na procura e oferta do mercado externo. Configurando o comércio internacional para a segunda metade de Oitocentos, Eugénia Mata e Nuno Valério apresentam um quadro idêntico, embora contextualizando-o com o crescimento europeu.

“Os transportes e as comunicações internacionais promoveram certamente um mais elevado grau de integração da economia portuguesa na economia internacional durante as décadas em apreço. Contudo, o comércio externo em geral não manifestou tendências crescentes significativas. As exportações continuaram algo abaixo dos 5% do produto interno bruto, as importações algo acima desse nível. Isto significa que Portugal continuou a incorrer em saldos comerciais negativos sistemáticos. Estimativas baseadas em dados oficiais parciais sugerem que o saldo comercial negativo acumulado entre 1851 e 1891 pode ter atingido perto de 80 milhões de libras.”¹⁴⁵

Oficiosamente, e a crer nas exposições que o Diário do Governo (não) fazia sobre o comércio interno, muito está por desvendar sobre a organização a nível nacional, regional e local da transacção comercial. Contrapondo com as inúmeras fontes existentes sobre as feiras e suas actividades, outros pólos dinamizadores da economia local são omitidos não merecendo nem a importância que sempre obtiveram nem a natural referência que seria de esperar para a melhor compreensão do comércio itinerante.

Embora a legislação sobre o comércio de cabotagem conheça para este período um forte caudal de regulamentações, o denominado pequeno comércio quer estabelecido em pequenas lojas quer disseminado pela venda ambulante dos almocreves e dos bufarinheiros é inexplicavelmente esquecido, como que fazendo parte de uma outra economia, menos urbana e citadina e mais rural e provinciana.

As publicações oficiais do século XIX mais preocupadas por divulgar longos quadros e mapas estatísticos pretensamente definidores de rumos políticos ou de orientações económicas diariamente discutidas nas colunas da imprensa diária, menosprezaram continuamente os pequenos cenários de vivência comercial, mais próximos de uma burguesia doméstica que se limitava a governar no seu restrito mundo caseiro que a vida portuense tão bem soube cativar. Será, também este vazio existente, onde o comércio a retalho, loja a loja e de montra virada para a rua que esconde um outro mundo comercial – pequeno que seja – mas necessariamente fundamental para uma sociedade onde as finanças domésticas, ainda longe dos já

¹⁴⁴ ARRIAGA, José d' – *Op. Cit.* pp. 497-498.

¹⁴⁵ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *Op. Cit.* p. 154.

implantados circuitos de depósitos bancários, procura no balcão do logista, o mercado que fiando, mais próximo se encontra de quem precisa.

Voltando ao Porto, esta cidade mostrou-se desde cedo, ter vocação para o Comércio. No princípio de Setecentos, multiplicam-se e espalham-se pela cidade um vasto conjunto de feiras que propiciam o incremento das trocas, “*provendo ao abastecimento dos bairros emergentes e contribuindo para estabelecer uma relação mais estreita entre a cidade e o vasto território rural periférico*”¹⁴⁶ animando com a dinâmica própria dos feirantes e compradores, espaços livres de múltiplas relações sociais, culturais e económicos que se prolongam ao longo do século XIX com a emergência e afirmação do comércio fixo.¹⁴⁷

“Feiras, mercados ou comércios não fixos de estatuto incerto, efémeros nalguns casos, continuados no tempo mas constantemente alterados na localização noutros casos, asseguraram, durante largo período de tempo, parte importante das trocas comerciais que se faziam na cidade, servindo a sua população e a do espaço circundante, contribuindo significativamente para reforçar o papel do Porto como polo centralizador das trocas comerciais, perpetuando e acentuando a sua dominância sobre um vasto ‘hinterland’”¹⁴⁸

No entanto e tal como nos refere Rio Fernandes, na análise das mutações dos circuitos e espaços comerciais do tecido urbano portuense; “*a história comercial de finais do século XIX é já sobretudo a história da afirmação do comércio fixo e da sucessiva marginalização do comércio não fixo, afastado para áreas cada vez mais distantes do centro económico, que se vai impor como núcleo fortemente estruturante da cidade e de uma vasta área envolvente.*”¹⁴⁹

A burguesia de pequena e média dimensão que em meados do século vai predominando na actividade comercial consolida o seu estatuto de influência pela afirmação crescente do capital mercantil, trunfo – e triunfo político da burguesia em 1834 – que faz reforçar o comércio fixo como o *produto* de uma nova época. Auxiliada pela actividade financeira¹⁵⁰ o comércio faz do Porto do final de Oitocentos uma cidade comercialmente heterogénea, caracteristicamente pautada por uma estrutura mista, onde o comércio fixo, a feira e o mercado partilham a procura afirmando-se como resposta a novas solicitações de uma economia em franca transformação. Heterogénea nos cenários e nos actores, no dizer de Jorge Alves “*devemos inserir o negociante tradicional do Porto num largo espectro que vai desde o pequeno logista*

¹⁴⁶ FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1997, p. 46.

¹⁴⁷ FERNANDES, José Alberto V. Rio – As Feiras e os mercados no tecido comercial do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série, Vol. 7/8 (1989/90), pp. 351-377.

¹⁴⁸ FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio*. Op. Cit. p. 46.

¹⁴⁹ *Idem. Ibidem.* p. 51.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.* p. 58.

de retalho ao comerciante de grosso trato, especializado em vinho e produtos coloniais, em ferragens e panos, trabalhando ao mesmo tempo em comissões e representações, incluindo os seguros e serviços bancários, suscitando e promovendo o tráfico de importação-exportação, descendo eventual e conjunturalmente à produção industrial organizada.”¹⁵¹

Os cidadãos do Porto revelaram sempre uma grata disposição para a vida comercial.¹⁵² O esmero e às vezes luxo com que abrem ao público seus estabelecimentos, são uma prova da sua predilecção pela mercancia como tendência ancestral. Quando os Jesuítas fundam, na cidade portuense, o seu primeiro colégio, os negociantes opuseram-se, porque não queriam que os Marçanos e Caixeiros perdessem o tempo nas aulas que os Jesuítas criavam. Precisavam destes para o trabalho do balcão e não para o estudo do latim que lhes era desnecessário.

Como cascatas engalanadas, as ruas de maior dinamismo comercial procuravam, ao longo do ano, embelezar as frontarias das lojas com os inúmeros artigos de que faziam negócio.¹⁵³ Esse antigo costume, que de certo modo proporcionava um aspecto bizarro aos arruamentos locais, alvo de peripécias humorísticas que o nosso imaginário retém das mais célebres passagens do cinema português,¹⁵⁴ deve-se ao facto, bem patente, das lojas não possuírem, como agora, as respectivas montras. Eram constituídas só por portas – duas e três por norma, mas também as havia com seis e sete – estreitas e fundo sombrio,¹⁵⁵ forradas a chapa de ferro e providas de um sem número de ferrolhos, tranquetas e fechaduras. Como não tinham lugar para mostruários, expunham os artigos no passeio e ainda ao lado das entradas, consoante a natureza desses mesmos artigos.¹⁵⁶

Quando a reduzida área do interior da loja comercial, habitualmente localizada no rés-do-chão,¹⁵⁷ o não permitia e as entradas e passeios se encontrassem superlotados ou impossibilitados de servir de mostruário nos dias de mau tempo, a rotina impunha a correria dos Marçanos e Caixeiros que, à frente das ordens do patrão, e na ânsia insofrida de tudo mostrar ao freguês, transferir para cima do balcão a existência da casa quase em peso.

¹⁵¹ ALVES, Jorge Fernandes – Os Emigrantes. *Op. Cit.* pp. 308-309.

¹⁵² Comprova esta ideia o velho rifão: “*Livra-te do mouro e do judeu e do homem de Viseu; lá vem o braguês que é pior que todos três; mas o do Porto, com seu contrato, é pior que todos quatro.*” Cfr. JORGE, Ricardo – Bento Fernandes: o primeiro aritmético do Porto. *O Tripeiro*. Ano 1, nº5 (10 Ago.). p. 67.

¹⁵³ É de querer, perante tão grande mostruário transferido para o exterior da loja que à época não se utilizava o dístico que hoje é usual no interior de muitos estabelecimentos comerciais: “*Os Artigos expostos destinam-se ao consumo da casa*”...

¹⁵⁴ Vem-nos à memória, - nesta memória histórica - a conhecida cena do quotidiano português em que Vasco Santana na eterna arrelia com António Silva, segura no artigo exposto à porta da loja e desafia: *O Evaristo? Tens cá disto?*...

¹⁵⁵ PIMENTEL, Alberto – *O Porto há trinta anos*. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1893, p. 5.

¹⁵⁶ SILVA, Germano – O Caixeiro foi uma típica figura da cidade. *Jornal de Notícias*. Ano 113, n.º17 (18 Jun 2000), p.10

¹⁵⁷ PEREIRA, Gaspar Martins – A População de Cedofeita em meados do século XIX. *Op. Cit.* p. 256.

E quando, no atropelo das pressas algo corria mal, *caía o Carmo* e a *Trindade* numa esperada tempestade de um patrão menos paciente e na esperança de comovido que ficou o freguês, com pena do coitado do Marçano/Caixeiro, poder fazer qualquer venda.

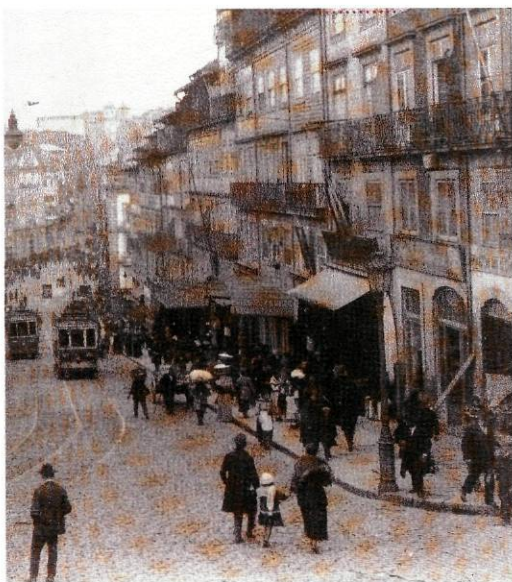


Fig. 1 – O Porto Comercial



Fig. 2 – As montras estendiam-se até à rua

A literatura portuense mergulha-nos na azáfama do reboiço das suas gentes, dos seus regateios e dos seus pregões. Da Ribeira à Praça Nova,¹⁵⁸ dos mercados às lojas, o Porto tabela os preços pelo ritmo dinâmico dos seus feirantes. *“Ao visitante, quando chega ao Porto, depara-se uma paisagem marcada por uma intensa actividade comercial que se espraia um pouco por todo o lado.”*¹⁵⁹

Júlio Dinis ao retratar fotograficamente a sua Praça Comercial na Rua dos Ingleses, sumaria-nos através de um excelente estudo fisionómico, o movimentado mundo da vida comercial. Não o mundo das trocas, das compras e das vendas onde se discute o preço e se regateia a mercadoria. Mas um mundo apenas falado por poucos, visto por alguns e escutado pela maioria que subservientemente ordenada, ora se aproxima tranquila ora se afasta nervosa de uns e outros grupos, trazendo daqui e levando para além alguns nacos interessantes das boas e más novas dos negócios e das falências. Numa simbiose orquestral de movimentos, gestos e acções, o negócio sai à rua e aqui faz doutrina.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* p. 8.

¹⁵⁹ MEDEIROS, Carlos Laranjo; MIRANDA, Jorge Augusto; MOREIRA, João José Semedo – *Lojas de tradição do Porto: o espírito das terras através das antigas casas de comércio*. Lisboa: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, 1993. p. 8.

Directores de bancos, de companhias ou outras instituições comerciais “homens de aspecto grave, de movimentos pausados, de palavras medidas e espremidas”;¹⁶⁰ accionistas; negociantes “sempre inquietos pelo futuro dos seus capitais”;¹⁶¹ os negociantes que passeando “com ar de quem está confiado em si... que não administram capitais alheios, mas que dispõem de grandes capitais próprios”;¹⁶² os Marçanos, os Caixeiros, os Segundos-Caixeiros, os Praticantes de Escritório, os Cobradores e ainda os Despachantes “aqueles, enfim, sobre quem mais pesada se exerce a carga da vida do comércio e que menos proventos auferem dela”;¹⁶³ os corretores e agentes de casas estrangeiras em que “há nas suas cortesias rasgadas alguma coisa de artificial, que não ilude ninguém”;¹⁶⁴ os guarda-livros que “gozam já de certas franquias e privilégios entre os da sua classe”;¹⁶⁵ e os empregados da alfândega, os carrejões, os moços de escritório que dia a dia, ilustravam a praça comercial do Porto e a quem “a cidade deve-lhes mais do que tantos patrões lhes ficaram a dever em horas de estafa não remunerada.”¹⁶⁶

“Observa-se às vezes um espectáculo, á primeira vista de difícil interpretação. Um homem, humildemente vestido, de aspecto triste, de cabeça baixa e barbas crescidas, é escutado com ansiedade na roda dos mais esplêndidos membros do corpo comercial; todos parecem esforçar-se por não perder a menor palavra das poucas e sumidas, que o tal homem pronuncia. De vez em quando, ele murmura não sei que frase e limpa ou faz que limpa uma lágrima, e os outros levantam as mãos ao céu, cruzam os braços, encolhem os ombros, coçam a cabeça, dão uma volta, como a distrair mágoas, e tornam a acercar-se dele, como se fosse o centro de atracção daqueles elementos dispersos; e toda a cena se reproduz de novo.”¹⁶⁷

De forma gradual, o espaço urbano arranja-se comercialmente. É nomeadamente na Baixa Portuense que para os períodos (1882-1910) encontramos o polo residente das actividades comerciais e onde os produtos de consumo de primeira necessidade registam o aumento de estabelecimentos.

¹⁶⁰ DINIS, Júlio – *Uma Família Inglesa: cenas da vida do Porto*. Porto: Porto Editora, S.d. p. 109. Ver também, LIMA, Isabel Pires de (Seleccção e Prefácio) – *Trajectos: O Porto na memória naturalista*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989. pp. 35-39.

¹⁶¹ DINIS, Júlio – *Op. Cit.* p. 109

¹⁶² *Idem. Ibidem.*

¹⁶³ *Idem. Ibidem.* p. 110.

¹⁶⁴ *Idem. Ibidem.* p. 111.

¹⁶⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁶⁶ MACHADO, João Afonso – O Porto em 1849 segundo um almanaque da época. *O Tripeiro*. 7ª Série. Ano XX, nº 2 (Fev. 2001). p. 50.

¹⁶⁷ DINIS, Júlio – *Op. Cit.* p. 109.

SEGUNDA PARTE

A ACTIVIDADE CAIXEIRAL

1º CAPÍTULO

DE MARÇANO, A CAIXEIRO...

"Moço de fretes, levava à cabeça ou ao ombro as mercadorias; animal de tiro, levava a fazenda aos empurrões do tórax contra a cabeceira dum carrinho de duas rodas – um veículo de fazer tísicos - [...] moço alcoviteiro, recovava de cá para lá e de lá para cá as cartas de namoro, moço criado fazia todo ou quase todo o serviço doméstico, limpava a cozinha, acendia o lume para o pequeno almoço, varria o estabelecimento, e, quando os meninos eram tamanhos, adormecia-os a embalos rítmicos de berço."¹

1.1 – AO ENCONTRO DAS ORIGENS

A personagem do Caixeiro, intimamente ligado ao comércio fixo local foi, principalmente desde o século XVIII, *figura típica* reveladora de uma infância adiada e adolescência subservientemente aproveitada pelo misto de uma esperteza salaia de timbre provinciano com a inocente ingenuidade de quem também, *na cidade* quer ser dono e senhor de um desenrascado domínio público – a praça, o mercado, a freguesia – e o privado – o balcão, a loja, o passeio e a limpeza.

O Marçano assume, ao longo da sociedade de Oitocentos o ingrato papel do rapaz que, fiel ao patrão e do agrado da patroa, é pau para toda a colher e moço para todo o serviço,² o protótipo de "*gente de trabalho duro e mal recompensado, gente que desde o alvorecer do dia até ao mais penetrado e recuado da noite exercia o árduo mister de caixeiro no comércio do Porto, aí pelas bandas de 1875.*"³ Tradicionalmente, ao Marçano, além das tarefas da loja, eram-lhe entregues outras, nomeadamente as de foro doméstico.⁴

¹ ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* pp. 11-12, citado por ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Op. Cit.* p. 77.

² SILVA, Germano – O Caixeiro foi uma típica figura da cidade. *Jornal de Notícias*. Ano 113, n.º17 (18 Jun 2000), p.10

³ ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* p. 8

⁴ FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio. Op. Cit.* p. 60.

Como refere Jorge Alves

"Era, então, um verdadeiro criado para todo o serviço, dependente até dos colegas caixeiros mais velhos, vivendo permanentemente em casa do patrão, em sótãos, cubículos ou mesmo nos armazéns, não conhecendo férias, horários, nem descanso semanal, senão no raiar do nosso século. Só depois se passava a caixeiro e mais tarde, dependendo das capacidades demonstradas, dos estudos de base e da benevolência do patrão, um ou outro passaria a escriturário ou guarda-livros ou, então, à realização por conta própria, estabelecendo-se."⁵

Francisco José de Almeida, nos *Apontamentos da vida de um homem obscuro*, dá-nos o dia-a-dia de uma estereotipada personagem já identificada no Porto da primeira metade de Oitocentos.

"Já se vê que o lugar de caixeiro ou marçano em vasa do sr. P. não se reagia pela actual lei, que proíbe as acumulações. O que havia depois de ser meu pai era obrigado a acumular: servir os fregueses, que eram em todos os géneros, porque na loja vendia-se de tudo; tinha de varrer a loja e a rua na sua 'testada'; levar a lavadura e limpar a pocilga do porco; dar água para casa; rachar a lenha; engraxar os sapatos e os tamancos dos patrões; torrar o café; ir ao Mercado do Bulhão buscar a tripa e a carne da cabeça, a hortaliça, etc.; e acompanhar a sr^a patroa à missa e a comprar, o que não era para ele o menos repugnante serviço por causa das admirações 'artísticas' da Torre dos Clérigos a que a patroa era susceptível."⁶

Sujeito a um regime estabelecido pelo patrão, este "*rapaz máquina*"⁷ e "*moiro de trabalho*"⁸ depara-se com um horário⁹ e calendário de tarefas diárias cuja agenda era ingloriamente imposta a quem, na solidão dos primeiros meses, estava ali, "*cabisbaixo, medroso, envergonhado, quasi selvagem*"¹⁰ enquanto a freguesia do costume ia rondando o balcão, desesperadamente à espera que as ordens caíssem, quanto mais não fosse, para repetir ciclicamente os mesmos passos, os mesmos movimentos atrás das mesmas coisas, mimado de quando em vez, com um pontapé ou um sopapo dos primeiros Caixeiros e do patrão¹¹ como se tratasse de um cândido vazadouro onde este entendia, invariavelmente, despejar as iras que o mau humor do negócio o apoquentava ou, quantas vezes, as desavenças conjugais que se prolongavam até às orelhas do Marçano.¹²

⁵ ALVES, Jorge Fernandes – Os Brasileiros. *Op. Cit.* p. 77. Ver SILVA, Francisco Pinto – *Uma Associação de Classe: a União dos Empregados de Comércio do Porto*. Comunicação apresentada ao Congresso "O Porto na Época Contemporânea." Ateneu Comercial do Porto, Outubro de 1989. Ver Também PEREIRA, Gaspar Martins – Casa e Família: as "Ilhas" no Porto em finais do século XIX. *Op. Cit.* p. 175. ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. 4º vol. Lisboa: Temas & Debates, S.d., p. 337.

⁶ ALMEIDA, Francisco José de – *Apontamentos da vida de um homem obscuro*. *Op. Cit.* p. 32.

⁷ DAVID, H. – *Brado a favor dos Caixeiros*. *Op. Cit.* p. 11.

⁸ *Idem. Ibidem.* p. 13.

⁹ Na cidade de Dezanove, a prática comercial e as relações intraprofissionais no interior do estabelecimento estão profundamente marcadas por uma hierarquia sócio-profissional rígida e por uma utilização do tempo diário subordinada ao trabalho. Cfr. FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio*. *Op. Cit.* p. 59.

¹⁰ SILVEIRA, J. Fontana da – *Como triunfar no comércio: conselhos úteis a patrões e empregados*. Porto: Livraria Escolar Progredior, 1942. p. 15.

¹¹ DAVID, H. – *Op. Cit.* p. 11. Ver Também Os Marçanos. *O Caixeiro do Norte*. Ano 3, n.º128, (30 Out. 1909), p. 1.

"às nove horas fechava-se a loja, e iam os patrões para cima tomar a refeição da noite, que tinha para eles o nome de merenda. Depois era chamado o marçano para também comer... os restos do jantar, que, juntos em uma *conca* (tigela), ficavam ao lume quando ela descia para a palestra da noite. Como porém esse inocente mata-tempo fosse por vezes demorado e acalorado, acontecia, não poucas vezes, esturrar-se o *mixtifórdio* para a merenda do *cachopo*, o qual não a podendo comer, contentava-se com o competente pão de toda a farinha, amaciado com uma *tarraçada de iagua*, tirada da *infusa*, a que era obrigado ir buscar à fonte."¹³

Em 1896, *A Voz do Commercio* do Porto, retrata-o:

"...cheios de humildade, acabrunhados, tristes, ninguém há que os não reconheça ao entrar numa grande parte dos nossos estabelecimentos comerciais. O seu olhar cheio de amargura, o seu rosto coberto de dor, que lhe vai na alma, caracterizam-no."¹⁴

No entanto, podemos remontar aos primórdios¹⁵ e procurar aí a existência de um moço de serviço que, ao lado do mercador, seguindo-o nas mesmas andanças e riscos, palmilhava de terra em terra, de feira em feira, de mercado em mercado, ajudando-o a armar a tenda e fazer o mercadejo.¹⁶

"Este moço, companheiro auxiliar do mercador erradio, em cujo rosto há muito se havia feito a apojadura da barba, viria a ser, na roda gigante das gerações, e quando o mercador erradio se fixou, de loja aberta, esse tipo engravatado que um vocabulário pouco vernáculo baptizou de – caixeiro."¹⁷

Subindo uma carreira comercial que tem o Marçano como o patamar mais baixo,¹⁸ o seu baptismo no ofício é feito como "*aprendiz de caixeiro*".¹⁹ Desde muito cedo e durante muitos anos, o Marçano que "*ficava desde logo à inteira disposição do patrão que, depois de impor o corte de cabelo 'à escovinha'*"²⁰ passa a ser o "*caixeiro que entra pela primeira vez em serviço e que de ordinário não vence ordenado*"²¹ ou então, quando este é ajustado, engloba mesa, cama e roupa lavada.²²

¹² ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* p. 11

¹³ ALMEIDA, Francisco José de – *Op. Cit.* p. 31.

¹⁴ *A Voz do Commercio*. Porto. 6 de Dezembro de 1896. Cfr. SILVEIRA, J. Fontana da – *Dicionário Comercial: teórico, prático e ilustrado*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1945. p. 443.

¹⁵ Em 1620, no *Livro das Grandezas de Lisboa*, de Fr. Nicolau de Oliveira, dos 157 ofícios e profissões que então havia na capital portuguesa, encontram-se 64 caixeiros e 23 bufarinheiros. Cfr. BESSA, Alberto – *Enciclopédia do comerciante e do industrial*. Porto: Livraria Portuense, 1915. p. 664. Ver Também CALDAS, José – *Caixeiro. O Caixeiro do Norte*. Ano 3º, n.º141, (5 Fev. 1910). p. 1

¹⁶ Cfr. ROQUETE, J.-I.; FONSECA, José da – *Diccionario dos Synonymos poetico e de epithetos da lingua portugueza*. Pariz: Em casa de Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, S.d.. *Mercador* é o homem que se emprega em mercancia, ou trato de *mercadejar*. p. 169

¹⁷ CARVALHO, A. L. de – *O Caixeiro do Porto e os seus parentes remotos. O Tripeiro*. V Série. Ano II, nº 10 (Fev 1947), p. 227.

¹⁸ *Idem. Ibidem.*

¹⁹ LEMOS, Maximiano – *Encyclopedia portugueza illustrada. Dictionario Universal*. Vol. VI. Porto: Lemos & Cª, S.d. p. 869.

²⁰ FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio. Op. Cit.* p. 60.

²¹ LEMOS, Maximiano – *Op. Cit.* p. 869. Casos há que o rapaz inicia a actividade desconhecendo o ordenado: "*num apontamento manuscrito Francisco Ferreira [um Caixeiro] anota a sua entrada para o serviço da Drogaria Moura, a 3 de Outubro de 1888, sem que lhe tenha sido fixado ordenado.*" Cfr. MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – *Op. Cit.* p. 246. Ver Também FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio. Op. Cit.* p. 60.

²² MEDEIROS, Carlos Laranjo; MIRANDA, Jorge Augusto; MOREIRA, João José Semedo – *Op. Cit.* p. 346. Encontramos aqui uma remeniscência com os Regimentos dos Ofícios Mecânicos do séc. XVIII, cfr. MORAIS, Maria

"Chegou ao Porto a caravana, e o Sr. Lopes, cinco dias depois, conforme prometera, tinha obtido para o seu protegido um lugar de caixeiro em uma loja, se bem me recordo, no Largo dos Congregados, com o ordenado de 1\$600 réis por mês, casa e sustento."²³

Conceição Andrade Martins na descrição que faz do Marçano e do Caixeiro sobre esta realidade, acrescenta:

"rudemente tratados pelos patrões e tidos como simples máquinas produtoras [...] sem um dia de recreio, uma hora de repouso [...] com uma alimentação deficiente e má [...] castigos severíssimos [...] e uma velha enxerga em cima do balcão [para dormir]."²⁴

Caixeiro
Oferece-se um com a precisa pratica no Porto, de mercearia quer por junto quer de retalho—Para esclarecimentos—Rua das Flores 61.

Caixeiro
Precisa-se no deposito de sabão—Rua S. João 105.

Caixeiro
Precisa-se de um, para escripta commercial em partidas dobradas, de 28 a 30 annos, para Villa Nova de Gaia. Para tratar, Rua dos Ingleses, 47, 1.º, do meio dia ás 2 horas.

Fig. 3 – Os anúncios nos jornais portuenses²³



Fig. 4 – O Marçano

Como refere Henrique Almeida "*ser marçano no último quartel do século XIX é ser o caloiro coimbrão da mesma época que [pela] primeira vez biqueira nos portais da Universidade. Obedece, humilha-se, sofre e nem sequer resmunga.*"²⁵

Aliás, a observar por alguns escritos que A Voz do Commercio publica em 1897, parece ser já sina traçada que a vida de Marçano é sinónimo de um calvário de tradições que muitos outros passaram e, por isso, percursos já enraizados.

José de Faria Lagoá Coelho – *O Ensino Profissional no século XVIII: o exemplo do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. (Dissertação de Mestre em História da Idade Moderna).

²³ ALMEIDA, Francisco José de – *Op. Cit.* p. 29.

²⁴ *Boletim da Associação Comercial de Logistas de Lisboa*. 2ª Série, n.º 26, (Fev. 1903) citado por MARTINS, Conceição Andrade – *Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)*. *Op. Cit.* p. 497.

²⁵ ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* p. 11

"Aturar um marçano... é tarefa difficil; ser marçano... é difficilimo; mas o marçano tem a esperança de, embora a sopapo e a pontapés, chegar a caixeiro e os patrões teem a certeza de que o terão de aturar sempre porque são como os alcatruzes, vão uns e vem outros.

Um marçano é por via de regra, quando vem para o commercio, um espirito rude. Abrir-lhe os olhos, fazel-o fino, tornal-o homem como se costuma dizer – era uma linda coisa se se podesse conseguir com palavras e bons conselhos; infelizmente alguns são rebeldes a esse systema, ou por que a intelligencia seja nulla, ou porque os habituaram desde pequenos a não aprenderem nada sem pancada."²⁷

Originários de estratos sociais economicamente mais desfavorecidos,²⁸ que um dia viu o mísero saloio assentar praça como recruta na vida comercial do Porto, a sua entrada no mercado de trabalho pretendia preparar o rapaz para a aprendizagem da arte de um ofício, garante na ajuda presente e futura de um agregado familiar tão pobre quanto alargado, entretanto desmembrado pela saída da casa paterna dos restantes irmãos, bem cedo igualmente lançados na procura do "*pão que o Diabo amassou*."²⁹

"O caixeiro... veio do regaço da família, envolto nas faixas infantis, chorando pelos paes, pela sua terra, pelo adro da sua igreja, pelas arvores do seu quintal, pelos ninhos dos passarinhos, pela escola, onde o professor sertanejo lhe dava palmatoadas, e o mandava depois apanhar couves ao quintal, pelos bôlos que lhe dava a madrinha, e pelos ralhos da avó! Veio só, creança, imbelles, estúpido, desconfiado e triste, e achou-se preso, manietado ao balcão, vendo diante de si um mundo novo, que se ri d'elle, e que não tem dó do desgraçado fedelho, que há pouco corria pelas campinas verdejantes atraz dos pardaes e das cotovias"³⁰

Portador de um *pequenino Portugal provinciano*, este neófito do balcão, simplório e humilde rapazinho, quantas vezes analfabeto e obediente, "*acolhido no limiar da loja mercantil*"³¹ onde o patrão³² "*o tomara sem pecúnia, apenas de alimentos, e para todo o serviço da casa mercantil e doméstica*"³³ não deixa de nos oferecer um retrato do perfil dramático de quem entregue a si, a Deus e à sorte, e na sua descida "*à urbe comercial portuense lá dos terrinhos provincianos, é a génese do*

²⁷ A., M. – Os Marçanos. *A Voz do Commercio*. Ano 1, n.º21, (4 Abr. 1897), p. 2.

²⁸ Caracterizando a tipologia e origens de muitos trabalhadores, José João Maduro Maia remonta a 1828 para testemunhar declarações então prestadas: "*Em 1828, Ayres Pinto, Governador da Justiça do Porto, afirmava que 'a maioria dos habitantes era o complexo da escória das outras provincias, que procurando evadir-se ao trabalho pesado da agricultura, vem ganhar o pão quasi na ociosidade da vida commercial, e aprender nesta a idolatrar o lucro pecuniário como seu único Deus'*" – Cfr. DIAS, Pedro – *Subsídios para a história política do Porto*, p. 48, citado por MAIA, José João Maduro – *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902): ensaio de demografia histórica*. Porto: Lusolivre, 1994.

²⁹ O próprio autor da presente Dissertação baseia-se na verídica experiência de seu pai que na década de 1930 retrata experiências de um cenário que mais parecia do século XIX... "*Foi apenas com 7 anos./ Que bem cedo trabalhou./ P'ra comer o pão amargo./ Que o diabo amassou!*" Cfr. PEREIRA, Joaquim – *O Pão que o Diabo amassou*. Ermesinde: Edições J. Pereira, 1978. p. 33.

³⁰ DAVID, H. – *Op. Cit.* p. 10.

³¹ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 227.

³² "*não tinha sequer de consultar o Livro IV das Ordenações do reino, que regulava a paga dos serviços de jorna*". *Idem. Ibidem.*

³³ *Idem. Ibidem.*

maior número de mercadores”³⁴ que “tomando a estrada do Porto, que era naqueles tempos o Brasil dos rapazes da província de Trás-dos-Montes”³⁵ faz-nos reter num passado mal vivido cuja tormenta acompanhou outrora outras gerações mais velhas e nossos antepassados.

“Um rapaz a gritar, como um cabrito,
Com saudades da mãe, sobre o valado,
Que entre duas canastras vem deitado
Em burro d'almoçre, ansioso e aflito.

Um rosário ao percoço, mui bonito,
Descalço, de barrete e de cajado,
C'um saco à cinta, onde traz (coitado!)
A sua côdea, o seu bacalhau frito.”³⁶

Anos depois, agora mais que um mero ajudante de loja, moço de serviço ou rapaz de recados, o Marçano despido da figura de serviçal-caixeiro ascende a um estatuto profissional, social e económico que, mais adiante procuraremos evidenciar, vendo nele o Caixeiro e o Guarda-livros fiel aos negócios do patrão. Ser empregado comercial e poder aspirar um dia vir a ser comerciante, constituía ambição de muitos e representava, para a generalidade, uma profissão de prestígio, socialmente qualificada. Entre muitos, o exemplo de Arnaldo José Rodrigues que em 1900 entra como Marçano para os Armazéns do Anjo, com 14 anos de idade vai ser o grande responsável pela expansão dos Armazéns.

“Natural de Castro Vicente, concelho de Mogadouro, Arnaldo Rodrigues era originário de uma casa de lavradores das margens do Sabor, onde nascera a 30 de Janeiro de 1885. A casa familiar, de lavradores abastados, conheceu o efeito destruidor da filoxera, a conhecida moléstia das vinhas que ali dizimou praticamente toda a produção do género. Ficou a casa a sobreviver, no entanto, do azeite e das amêndoas ali produzidas para o mercado, bem como dos vários campos de cereal. É nestas circunstâncias, de horizonte turvo, que Arnaldo se vê compelido a largar a família e a partir para a cidade do Porto, onde a casa da tia Políbia, moradora na Ribeira, lhe garantia alojamento, exemplo da importância das redes de parentesco nas migrações e no apoio inicial para 'arrumação'. E arranja então um lugar de empregado de balcão nos Armazéns do Anjo.

Arnaldo segue o percurso tradicional dos caixeiros mais afortunados. Anos a fio a fazer a tarimba do balcão, até que em 1916 lhe foi dada sociedade, surgindo por detrás da designação comercial, Castro & Arnaldo Rodrigues, em reconhecimento da dinâmica que já então assegurava ao estabelecimento.”³⁷

Augusto de Santa-Rita no seu romance *De Marçano a Milionário* dá-nos o cenário da “*pequenina caixeira*” Esmeralda e do “*pequenino marçano*” Roque, ambos órfãos de pai e mãe, deixados à sua morte, às “*cuidadas sovas*” do todo poderoso

³⁴ *Idem. Ibidem.*

³⁵ ALMEIDA, Francisco José de – *Op. Cit.* p. 28. Ver Também DIAS, Pedro – *Op. Cit.* p. 48, citado por MAIA, José João Maduro – *Op. Cit.*

³⁶ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 227

³⁷ ALVES, Jorge Fernandes – Armazéns do Anjo: uma história de comércio a retalho. *O Tripeiro*. 7ª Série. Ano XIV, nº 11 (Nov. 1995), pp. 339-340.

padrinho, padrasto e patrão Ti'Malaquias, dono da Merceria Confiança, lá para os lados de Souza.³⁸ Os maus tratos dados pelo patrão-padrinho condimentados por uma esperança de quem, procurando noutras paragens nada tinha a perder, deixava-se levar de assalto pela vontade de lá longe, triunfar e ser alguém.

"Súbito, Roque ergueu altivamente a fronte onde se via um largo vergão sanguíneo, arroxado, enorme, feito pela correia fustigante, o qual, partindo do cabelo, lhe atingiu uma pálpebra toda negra e inchada, e então, numa atitude decisiva, exclamou para a sua amiguinha, tomando-lhe as mãos:

- Acabou-se! Não estou para aturar mais a besta do Malaquias! Inda se fôsse meu pai... Mas não me é nada; vá-se para o inferno! Vou fugir, Esmeralda! Porque não vens comigo?

...

Feito isto, foi buscar um pequenino saco que tinha escondido debaixo da enxerga, onde havia guardado trinta e seis mil reis, o produto integral de seis meses de ordenado a seis mil reis por mês. Meteu o dinheiro num bolso e resolveu fugir.³⁹

Se do mundo rural chegava considerável fornada de *candidatos a aprendiz*, que partindo da terra com ou sem qualquer profissão determinada e desaguava, com a ajuda *"de forma integrada, apoiada nas redes da solidariedade tradicional de forma a penetrar nos estreitos circuitos económicos dos ofícios, do caixeirato urbano ou dos serviços braçais e conseguir atingir o limiar da sobrevivência"*⁴⁰ na sua grande maioria nas cidades de Porto ou Lisboa, na procura de trabalho e melhores condições de vida, a periferia contribuía igualmente com enorme caudal de moços que, à procura da fortuna que então se dizia facilmente a classe caixeiral adquirir no Brasil,⁴¹ encontram na cidade, o estaleiro e a oficina que melhor preparação dá para outros voos. *"Eu vou para o Porto, e lá hei-de ver se alguém me toma para caixeiro; eu tendo meios vou para Lisboa e aí procuro uns primos nossos..."*⁴²

No entanto, quando as redes de solidariedade não se estabeleciam ou o pobre rapaz se aventurava a descer à cidade na procura da imediata resposta à sua sobrevivência, várias vezes, caía nas ancestrais redes de vadiagem e mendicidade, engrossando o caudal dos desprotegidos e desfavorecidos das ruas do século XIX. Exposta que estava a sua débil condição de velho estranho, o novo espaço urbano ora os absorvia num recrutamento doméstico determinado por regras caseiras ora os rejeitava, recolocando-os nas ruas da desgraça.

O Porto do início dos finais do século XIX convive com uma realidade e fenómeno eminentemente adolescente onde a vadiagem e a mendicidade está

³⁸ SANTA-RITA, Augusto de – *De Marçano a Milionário*. Lisboa: Edições Europa, 1937.

³⁹ *Idem. Ibidem.* pp. 13-16.

⁴⁰ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros*. Op. Cit. p. 79.

⁴¹ Cfr. "Do Brasil como primeiro porto... ao Porto como segundo Brasil!", neste Capítulo.

⁴² ALMEIDA, Francisco José de – Op. Cit. p. 28.

estritamente localizada entre os 10 e 14 anos de idade, intervalo etário maioritariamente correspondente ao início do aprendiz e/ou da entrada na fábrica.⁴³

Por outro lado, não será de refutar, em face da legislação da época, o desconhecimento por parte dos aprendizes e o receio dos patrões em empregar e albergar rapazes com idade inferior à estabelecida na lei.⁴⁴ Se, tal como hoje, há um conhecido fosso entre as disposições legais e o cumprimento das mesmas, - estabelecendo-se o trabalho infantil - também não podemos de modo algum ignorá-las. A própria exposição pública - dentro e fora da loja - a que o Marçano e o Caixeiro estavam sujeitos, seria por demais, um risco evidente que o patrão não pretenderia correr, com o natural desagrado de ter incómodos com a justiça, mau agouro para a freguesia. Mais lógico será de admitir que sendo tradicional a família lançar o *pequenote* entre os seus 10 e 16 anos de idade,⁴⁵ assistíssemos por força das circunstâncias legais, a uma selecção e recrutamento, cuidada e apertada, maioritariamente limitado e circunscrito aos filhos dos parentes próximos, ou clientela amiga e de confiança que, para dar uma arte e ocupação aos filhos, na fase de aprendizagem, possibilitasse, para salvaguarda das partes interessadas - pais e patrão - admitir, para as autoridades e restante freguesia - albergar temporariamente um parente que "veio da terra."

Sendo admissível aceitar esta prática, não estaremos perante um quadro que a coberto de uma pseudo-cumplicidade familiar, determinou, em muitos casos, uma cadeia de laços familiares, posteriormente tornados legais pelo vínculo civil e religioso, concretizado com o casamento do Marçano ou do Caixeiro com a filha do patrão? Terá sido a disposição legal que constituindo determinações ilícitas, condicionou relações legais?

Paula Fernandes, refere-nos que a admissão de menores de 12 anos em estabelecimentos industriais e nos trabalhos de construção covil, com excepção de algumas indústrias, é regulada por uma apertada legislação de 1891 que apenas possibilita o emprego de menores que, tendo completado 10 anos de idade, "*souberem as disciplinas que constituem a instrução primaria elementar (...); tiverem compleição physica robusta; forem empregados em misteres que não exisjam esforços physicos, mais que os ordinarios.*"⁴⁶

⁴³ FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - Os Vadios no Porto de início do século (1901-1906): algumas notas para o seu estudo. *Revista de História da Faculdade de Letras. Porto*. IIª Série, Vol. XI, 1994, p. 343.

⁴⁴ Sendo o menor considerado como o indivíduo até aos 16 anos de idade, no sexo masculino e até aos 21 anos de idade, no sexo feminino. Cfr. *Lei de 14 de Abril de 1891*.

⁴⁵ FERNANDES, José Alberto V. Rio - *Porto: cidade e comércio*. Op. Cit. p. 60.

⁴⁶ FINO, Gaspar C. Graça Corrêa - *Colecção de Legislação Industrial. Lei de 14 de Abril de 1891*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893. p. 690, citado por FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - Op. Cit. p. 344.

E no comércio? As disposições no Código Comercial de 1833 e 1888 foram cumpridas? Não estava o Caixeiro habilitado para estabelecer actos de comércio? E a sua idade?

Mais adiante voltaremos a este assunto.

1.1.1 – DO BRASIL COMO PRIMEIRO PORTO... AO PORTO COMO SEGUNDO BRASIL!

A emigração, fenómeno “*onde o povo português sente no desejo de partir a saudade de ficar*”⁴⁷ constituiu ao longo da História Portuguesa motivo de profundos estudos, reveladores de atitudes e comportamentos quer aquando da partida como da sua chegada. Na segunda metade do século XIX, fomentado pela conjuntura económica interna – importação do cereal americano a baixo preço;⁴⁸ regressão da viticultura do Alto Douro;⁴⁹ quebra das exportações de gado bovino⁵⁰ e exagerada fragmentação da propriedade rústica⁵¹ – o fluxo de gentes para o estrangeiro é uma realidade que a História não consegue esconder. O fraco desenvolvimento industrial do país impede o sector secundário de absorver os excedentes de mão-de-obra da agricultura. Desta forma a emigração para o estrangeiro apresenta-se, como a única saída possível para a miséria que atinge o mundo rural, incentivada e iludida frequentemente pela riqueza dos emigrados que regressam enriquecidos no comércio e pela acção dos “engajadores.” Nos inícios do último quartel do século XIX, o Brasil, tal como acontecera em meados do século XIX continua a absorver o grosso da emigração portuguesa, primeiro em veleiros e depois – desde a inauguração da linha da Royal Mail em 1851 – em paquetes a vapor, a imigração portuguesa no Brasil de 1855 a 1914 atingiu 811 735 portugueses⁵² que “(...) *mal alimentados, acomodados como animais num reduzido espaço, onde grassava a sujidade, o calor e os maus cheiros*”⁵³ não via o momento de espreitar terras do Brasil. Robert Rowland com base em estudos efectuados por Jorge Alves e Baganha, esclarece que “*entre 1836 e 1899, 95% dos passageiros que partiram do Porto tinham o Brasil como destino.*”⁵⁴

⁴⁷ François Guichard.

⁴⁸ Provoca o recuo da área cultivada nas grandes explorações alentejanas e a consequente diminuição do trabalho sazonal que constituía um complemento económico de muitos trabalhadores das Beiras.

⁴⁹ Essencialmente a partir de 1870.

⁵⁰ Com particular incidência nas Regiões do Noroeste e Beiras.

⁵¹ Realidade mais visível no Norte do país.

⁵² LEITE, Joaquim da Costa – A Viagem. *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 29-30.

⁵³ CRUZ, Maria Antonieta – Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense. *Revista de História*. INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1991. Vol. 11. p. 188.

⁵⁴ Cfr. ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). 4º vol. Lisboa: Temas & Debates, S.d., p. 307.

Genericamente o perfil socioeconómico destes emigrantes caracterizava-se pelo baixo grau de escolaridade, pobreza material e uma mentalidade arreigada aos velhos costumes, tradições e crenças. Um perfil que quantas vezes criou estereótipos fazendo do 'patrício' personagem de estimação do imenso rol de anedotas que o povo brasileiro bem cedo soube cultivar. A sua integração na sociedade brasileira foi plena. A facilidade da língua, o clima, a sã convivência e a adaptação facilitada por outros 'patrícios' já estabelecidos ajudou a minorar a saudade de quem chegava, preso a uma carta de chamada, livre trânsito para uma vida... supostamente mais fácil.

Durante quase todo o século XIX a presença portuguesa no Brasil foi em grande medida identificada com os grupos sociais ligados ao comércio e ao restante sector terciário.⁵⁵ Marçanos, Caixeiros, Guarda-Livros e Negociantes desde cedo marcaram presença no imaginário de quem ficava, calcorreando planos para também, um dia poder partir.⁵⁶ Aliás, inúmeras referências nos indicam o Porto, ou mais genericamente o Noroeste, como lugar de origem dos jovens Marçanos e Caixeiros que a partir da segunda metade do século XVIII asseguravam o serviço das casas dos negociantes portugueses que se instalaram na Baía,⁵⁷ em Pernambuco, no Rio de Janeiro⁵⁸ e em outras cidades.⁵⁹ Da análise do fluxo migratório Oitocentista com origem no distrito do Porto, o Brasil (Pará e Maranhão) regista "*uma certa balcanização do mercado de trabalho brasileiro, traduzida essencialmente no controlo de uma parte substancial do pequeno comércio.*"⁶⁰ Robert Rowland citando o Marquês do Lavradio, em 1779, relembra que depois da febre inicial do ouro e da confusa ocupação da zona das minas,⁶¹ os portugueses – nomeadamente do Minho⁶² – que

⁵⁵ Enquanto em 1840, os emigrantes do Porto, maiores de 14 anos e com a ocupação declarada constituíam o sector terciário com 23.3% e em 1899 com 23.4% (Cfr. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Op. Cit.* p. 198), nos finais da primeira década do século XX esses valores desciam para 13.7%, acentuando essa queda em 1913, com 7.3% (Cfr. SILVA, Fernando Emídio da – *Emigração Portuguesa*, 1917).

⁵⁶ No caso da corrente humana de características de caixeirato para o Brasil e oriunda do Minho é nas relações de solidariedade que se encontra a razão da ida, nomeadamente no Maranhão onde a imigração é atraída "*pelo convívio protector de parentes e amigos, que constituem o núcleo sedentário e próspero da colónia.*" Cfr. *Emigração. Revista Universal Lisbonense*, 1843, 3º Tomo. p. 231, citado por ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Op. Cit.* pp. 249 e 347.

⁵⁷ No início da segunda metade do século XIX o número de portugueses ricos da Baía era considerável, sendo a maior parte deles comerciantes. Cfr. SANTOS, Eugénio dos - *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 20.

⁵⁸ "*Em 1860, no Rio, os estabelecimentos comerciais eram 1545 de brasileiros e 4403 de portugueses. Em 1863, o número daqueles caiu para 1083, e o destes subiu para 4813. Em 1903, os brasileiros possuíam 3941 e os portugueses 8211 casas de negócio.*" CALMON, Pedro – *História Social do Brasil*. 3ª edição. 2º Tomo. São Paulo: C. Editora Nacional, S.d. p. 95 citado por ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Op. Cit.* pp. 208-209.

⁵⁹ Embora no início da segunda metade do séc. XVIII se acentue a ausência de tradição da ida de caixeiros-viajantes portugueses ao Brasil, ao contrário do que acontecia com outras nações, ausência que Jorge Alves procura encontrar através da legislação que Pombal promulga no sentido de proibir a passagem ao Brasil dos 'comissários volantes', pelas Leis de 6 de Dezembro de 1755 e 7 de Março de 1760. Cfr. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Op. Cit.* p. 49.

⁶⁰ ALVES, Jorge Fernandes – Analfabetismo e emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série, Vol. X, 1993. p. 272. Ver também do mesmo autor, *Os Brasileiros. Op. Cit.* p. 249.

⁶¹ O desenvolvimento da mineração aumentou os fluxos comerciais entre a colónia Brasileira e Portugal, estimulando também o desenvolvimento do comércio nas nascentes vilas do interior de Minas Gerais e nas cidades do litoral, criando novas oportunidades económicas.

⁶² ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *Op. Cit.* p. 308. Ver Também ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *Op. Cit.* p. 336.

não deixavam de chegar ao Brasil “*não cuidam de outra coisa que se fazerem senhores do comércio que aqui há*”⁶³ tal era a preferência dos Caixeiros portugueses em detrimento dos brasileiros “*apesar de campanhas públicas e parlamentares a favor da ‘nacionalização’ do comércio.*”⁶⁴ Os jornais, veículo informativo que começava a ganhar adeptos, lançava, pela mão dos comerciantes, anúncios⁶⁵ especificando as características mais requeridas “*exigindo-se-lhes a escrita comercial com os formalismos inerentes a exigirem pelo menos habilitação prática adquirida em estabelecimentos comerciais.*”⁶⁶ E a oferta não se fazia esperar. Os emigrantes adolescentes, muitos “*com menos de 14 anos de idade para, desse modo, fugirem ao serviço militar*”⁶⁷ iam ao encontro da procura.

“Precisa-se de um rapaz pequeno chegado há pouco tempo do Porto, que saiba ler, para uma loja da Candelária n.º22”

“Se algum menino novato, português, de idade 11 a 13 anos, que saiba ler e escrever, e contar, que quiser arrumar-se em casa de negócios, que se dirija à rua [...]”

“Precisa-se de um menino de boa idade para caixeiro de loja de molhados, ganhando no primeiro ano comer e vestir, quem quiser procure na rua do Aljube n.º III.”

“Precisa-se de um rapaz para caixeiro, até a idade de 14 a 15 anos, porém exige-se que seja chegado proximamente de Portugal.”

Esta preferência dos trabalhadores/comerciantes portugueses em relação aos brasileiros, foi por várias ocasiões, entre os naturais e os que chegavam, motivo de discussões, discórdias e desentendimentos por bloquear constantemente o acesso dos brasileiros às mesmas actividades e ofícios que preferencialmente era dado aos imigrantes portugueses. A actividade comercial, alvo de maiores reparos, chama a si o caudal crítico do descontentamento brasileiro.

“Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco, e todas elas de estrangeiros... Cada uma dessas casas tem três a quatro caixeiros todos portugueses; calculemos porém a dois, e teremos doze mil caixeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portugueses que nos excluem do comércio.”⁶⁸

⁶³ ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *Op. Cit.* p. 306.

⁶⁴ ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999), p. 292.

⁶⁵ Anúncios do *Diário do Rio de Janeiro*, 1825/1830, referenciado por MARTINHO, Lenira Menezes – *Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento*. MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva (Org.) – *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. pp. 78-83, citado por ROWLAND, Robert – *Portugueses no Brasil: projectos e contextos. História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). 4º vol. Lisboa: Temas & Debates, S.d., pp. 353-354.

⁶⁶ ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 294.

⁶⁷ SANTOS, Eugénio dos - *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. *Op. Cit.* p. 20.

⁶⁸ ROWLAND, Robert – *Portugueses no Brasil: projectos e contextos*. *Op. Cit.* p. 356.

No entanto, em meados do século XIX, com a abolição do tráfico de escravos, e na procura de uma vida mais lucrativa e menos dura, o abandono das fazendas obriga a estipular que os imigrantes não podiam, durante os primeiros três meses, “*entrar como caixeiros em qualquer estabelecimento comercial*.”⁶⁹

Remontando à segunda metade do século XVIII encontramos em Lima Bezerra alguns retratos que ilustram as relações comerciais entre o Porto e o Brasil.

“muitas casas comerciais do Porto enviavam caixeiros ao Brasil, onde recebiam produtos em consignação e procuravam abrir novos mercados. Outros mercados. Outros mercadores e negociantes abriam casas próprias onde empregavam sobretudo rapazes vindos do reino com cartas de recomendação dos seus sócios, parentes e amigos.”⁷⁰

Cremos que a imagem do Caixeiro português – e nomeadamente portuense – teria sido herdada do mito então criado e do estereótipo construído com base na figura cristalizada existente em torno do ambiente vivido pelo Caixeiro brasileiro que regressava, rico, poderoso e abastado. A Literatura foi, tal como aconteceu com o Caixeiro portuense, a grande responsável pela áurea da imagem dos sucessos e insucessos estabelecida na personagem da classe caixeiral. Uma imagem difundida, aquém e além mar, *corruptio* de notícias dos patrícios, eco de fortunas acumuladas à custa da aventura no Brasil. Camilo sempre que a ideia lhe ocorria não perdia a fértil oportunidade de satirizar o marido brasileiro de Ana Plácido.⁷¹ Eça e Oliveira Martins⁷² – também ele Caixeiro – ironizaram-no metendo na mesma “caixa”, o Caixeiro brasileiro, invariavelmente, rico, ignorante e rude, cujo único “*incómodo que há-de vir a ter, indo de seis em seis meses receber-lhes os juro à junta do crédito público*”⁷³

“Torna-se negociante, enriquece e, vendo-se dono de um pecúlio maior ou menor, como esse pecúlio é dinheiro sem fixidez, liquida, recheia a carteira e volta a acabar regaladamente a vida junto às carvalhas da sua infância, na Praça Nova do Porto”⁷⁴

Já antes, Herculano olhando para o Caixeiro brasileiro, não deixara de lhe fazer um oportuno reparo:

“um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza, e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico.”⁷⁵

⁶⁹ ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *Op. Cit.* p. 316.

⁷⁰ BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os Estrangeiros no Lima...* Coimbra: L. Real Officina da Universidade, 1781. pp. 107-109 citado por ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *Op. Cit.* p.337.

⁷¹ ALVES, Luis Alberto Marques – O Brasileiro: ausência e presença no Portugal Oitocentista. *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 43.

⁷² ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *Op. Cit.* p.337.

⁷³ *Idem. Ibidem.* p.338, citando o deputado Luís Palmeirim que em 1882 discursava na Câmara dos Deputados.

⁷⁴ MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e emigração*. Lisboa: S.n., 1994. p. 204, citado por ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *Op. Cit.* p.337.

⁷⁵ HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Lisboa: Presença, 1983. p. 68 citado por ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *Op. Cit.* p.337.

Na segunda metade de Oitocentos na literatura portuguesa, de Júlio Dinis com *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) às constantes sátiras de Camilo, a imagem depreciativa do Brasileiro Torna-Viagem não teve um contraponto para a literatura do mesmo período. Somente no século seguinte, *A Selva* (1930) de Ferreira de Castro e *Traço de União* (1955) de Miguel Torga procuram dar um equilíbrio a esse contraponto.⁷⁶

Até que ponto é que esta imagem que se criou em Portugal com base nas histórias vividas e contadas pelos que regressavam correspondeu às realidades das vivências dos que no Brasil se dedicaram à actividade comercial, é pois remetida para um plano onde permanece, apesar de tudo, um património de memória encarnada na típica figura do brasileiro de retorna, ele mesmo, portador dessas mensagens, aventuras e convivências. O certo é que esta ideia de alguma riqueza acumulada, influenciou, ao longo de várias décadas, a política de emigração rumo ao Brasil. Mas foi na realidade o Caixeiro brasileiro tão afortunado ao ponto de merecer epítetos de endinheirado e “ennobrecido”?⁷⁷ O Distrito do Porto viu regressar Marçanos e Caixeiros mais ricos e prósperos? Lima Bezerra, citado por Robert Rowland, apresenta valores nada conciliadores com a fama angariada em terras lusas. Se para 1781 “*de cada 100 rapazes que partiam só cinco conseguiam regressar com alguma riqueza, mas que esses cinco eram suficientes para ‘alucinar e encantar’ os que tinham ficado,*” já no último quartel do século XIX o Governador Civil do Porto informa “*que de 100 indivíduos que emigravam só regressavam 40, dos quais 20 pobres e doentes, 15 com pequenos capitais acumulados, e cinco com boas fortunas.*”⁷⁸ Longe de podermos generalizar, cremos ter sido maior a fama que o proveito alcançado por estes Brasileiros de Torna-Viagem. A História recorda que “*se muitos por lá haviam ficado definitivamente, outros, ainda que poucos, haviam regressado ricos, honrados, casados ou solteiros, mas ascendendo ao estatuto burguês apetecido, comprando imóveis grandiosos, associando-se à nobreza decaída de outrora.*”⁷⁹ Por outro lado, como lembra Eugénio dos Santos, Brasileiro que regressa pobre como partiu, “*dele quase não ficou notícia.*”⁸⁰ Continuamos a saber pouco daqueles que um dia partiram, movidos por um sonho e acabam por (sobre)viver na dependência da comunidade alheia.

⁷⁶ VALÉRIO, Nuno – A Imagem do “brasileiro” na obra literária de Júlio Dinis. *Ler História*. 39 (2000). p.141.

⁷⁷ Cfr. PINTO, Júlio Lourenço – *O Bastardo: cenas da vida contemporânea*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1889. p. 48, citado por CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999). p. 257.

⁷⁸ ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *Op. Cit.* p.338.

⁷⁹ SANTOS, Eugénio dos - *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. *Op. Cit.* p. 19.

⁸⁰ *Idem. Ibidem.* p. 24.

Encontrando uma analogia surpreendente entre o Caixeiro Brasileiro e o seu congénere Portuense, deixamos uma transcrição sobre a vida de Caixeiro na Baía, em meados do século XIX.

“Os caixeiros vestiam singelamente, como os patrões, e só com especial permissão, em dias festivos, punham gravata e colete; aos novatos não era permitido usar de pimpão de cabelo comprido na frente, gafurina, como diziam os patrões; o cabelo era aparado rente, para não parecer indício de chança ou vaidade. Bigodel! Isso era um grave atentado à decência e até à moral; ninguém se lembrava de crescer tais apêndices peludos por baixo do nariz; isso era só para marinheiros e soldados. As suíças eram permitidas: ou em costeleta, ou unindo os dois lados por baixo do queixo, passa-piolho, como lhe chamavam. Essa disciplina tutelar, que os patrões exerciam sobre os caixeiros, não se limitava ao físico somente, mas também à moral e à religião: habitavam com eles, faziam parte da sua família, se a tinham, ou a constituíam; eram fiscalizados os seus actos para prevenir que os pervertessem as más companhias; iam cedo ouvir missa nos domingos e dias santos na extinta Capela de Santa Bárbara...

Nos dias santificados, ou de grande gala, fechavam-se as lojas, às duas horas, e os caixeiros jantavam com o patrão; e somente a cada um por sua vez, era permitido à tarde um passeio, com a condição de estar em casa à hora de recolher, sob pena de ser despedido o infractor. [...]

O caixeiro mais velho, quase sempre aspirante a sócio, e não raro a genro do patrão, fiscalizava o procedimento de seus subalternos, que venciam salários insignificantes, sendo o dele no máximo, quatrocentos mil-réis por ano, o que já era um invejável ordenado.

Alguns patrões, mais ortodoxos e rigoristas, não permitiam aos seus caixeiros a leitura indiferente de quaisquer livros. Tinham em grande aversão as doutrinas perniciosas dos jacobinos e pedreiros-livres, assim como as novelas de moralidade duvidosa traduzidas do francês. Podiam ler, entretanto, sem perigo de se perverterem, a *Cartilha* do padre Inácio, o *Carlos Magno*, a *Princesa Magalona*, a *Donzela Teodora*, o *Lunário Perpétuo* e outros livros igualmente instrutivos e inocentes.

Um lojista conheci eu, quase analfabeto, que surpreendendo uma noite o seu caixeiro a ler o Manual Enciclopédico, arrancou-o das suas mãos, dizendo que não queria em casa ninguém mais sabido do que ele.”

(Sénex – pseudónimo do antigo empregado de comércio português José Francisco da Silva Lima – A Bahia há 66 anos, reminiscências de um contemporâneo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. 1909, 96-98: *apud* Monteiro, 1985: 90-91)⁸¹

Facto importante constitui o estado civil da classe caixeiral que engordava o fluxo migratório para o Brasil. Recorrendo novamente a Robert Rowland e com base n’ *Os Brasileiros* de Jorge Alves, “entre 1852 e 1899, 86.5% dos imigrantes portugueses que chegavam à Bahia eram jovens caixeiros, todos solteiros.”⁸² Embora pudesse denotar um descompromisso matrimonial, o certo é que enquanto se mantivesse de pé o desejo e sonho trazido da “terra” onde um dia o regresso esperava, está fora dos projectos do jovem Caixeiro, constituir família no Brasil. Por outro lado, lá como cá, os Marçanos e Caixeiros tinham uma existência circunscrita pelos limites da casa onde trabalhavam, determinada pelos contactos com a comunidade dos comerciantes portugueses, sob a protecção de um familiar, amigo ou comerciante recomendado

⁸¹ ROWLAND, Robert – Portugueses no Brasil: projectos e contextos. *Op. Cit.* p. 354.

⁸² ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *Op. Cit.* p. 313.

que desde tenra idade o alojou em troca da sua submissão à autoridade patriarcal do patrão-comerciante, dono de um regime de trabalho intenso. Embora se mantivesse de pé a ideia de regressar com alguma fortuna acumulada e *solteiro e bom rapaz*, não obsta que muitos dos emigrantes solteiros entendessem casar primeiro para voltar depois. Elizabeth Rabello refere que em São Paulo, no ano 1798, dos 966 portugueses recenseados, 620 portugueses estavam casados com mulheres nascidas no Brasil,⁸³ o que denota por um lado uma rápida integração e mobilidade na sociedade brasileira e por outro salienta que na ausência de um modelo de migração familiar, a reprodução da população imigrante era assegurada através do casamento com as filhas de gerações anteriores de imigrantes portugueses, *quiza* saída da mesma actividade comercial.

Neste caso, curiosa é a observação de Jorge Alves quando encontra uma relação associativa na inserção e ascensão social do Caixeiro em função da idade e do estado civil como condição susceptível de ter preferência nas provas de confiança dadas ao patrão.

"Explica-se, em parte, que o negociante português preferisse para primeiro-caixeiro o genro português ao próprio filho, mestiço ou apenas nascido no Brasil, em face da disciplina severa a que tinha de submeter-se nos armazéns e lojas o caixeirinho vindo de Portugal para o nosso País quase como escravo. Escravo louro cuja formação se fazia dentro do próprio armazém despoticamente patriarcal e monossexual. Crescia ele sob uma disciplina que muitas vezes faltava ao filho do próprio português, mimado pela mãe e educado por ela e às vezes pelo pai de modo a parecer filho de senhor da terra ou de engenho e não de mercador ou taverneiro."

⁸⁴

Este aspecto poderá explicar o sentido de maior permanência dos imigrantes portugueses presos na actividade comercial que, ao contrário dos restantes ofícios, aí permanecem antes de se decidir pelo regresso.

"os que se dedicam ao comércio, por sua natureza, têm mais persistência no País, sendo poucas as casas de qualquer negócio no Rio de Janeiro que não têm um ou mais caixeiros portugueses, havendo igualmente alguns destes que são chefes de casas de comércio, e proprietários de estabelecimentos naquele país."⁸⁵

Por outro lado, também não é estranho uma certa hereditariedade geminada e renovada de geração em geração de Marçanos e Caixeiros, levando à formação de redes transatlânticas de parentesco onde o trespasse ficava assegurado por laços

⁸³ RABELLO, Elizabeth Dorwiche – *As Elites na Sociedade Paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo. Tese de Doutoramento, 1973. p. 62 e BACELAR, Carlos de Almeida Prado – *A Colonização portuguesa em São Paulo nas vésperas da independência*. 1990, citados por ROWLAND, Robert – *Portugueses no Brasil: projectos e contextos*. *Op. Cit.* p. 349.

⁸⁴ FREIRE, Gilberto – *Casa grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil, S.d., p. 271, citado por ALVES, Jorge Fernandes – *Os Emigrantes*. *Op. Cit.* p. 189.

⁸⁵ ROWLAND, Robert – *O Problema da emigração: dinâmicas e modelos*. *Op. Cit.* p. 310.

familiares sempre que o regresso à terra natal ocasionava como *brasileiro bem sucedido*, deixando a casa comercial entregue a um familiar mais novo que, décadas depois, voltava a passar, mantendo o ramo na família e perpetuando uma cadeia de relações comerciais, garante de um regresso afortunado.⁸⁶

Como temos vindo a referenciar, a questão da instrução é outro aspecto importante a ter em conta na entrada do Marçano e Caixeiro para a loja de comércio.⁸⁷ A juntar à sua nacionalidade portuguesa, a baixa idade e o facto de saber ler, escrever e contar são requisitos muito solicitados tendo em vista o ofício atrás do balcão. Não nos esqueçamos que, tal como refere Jorge Alves na descrição do perfil do emigrante brasileiro,

"a aprendizagem da arte como uma das formas de preparação que o emigrante poderia levar consigo, enriquecido, sob o ponto de vista de capital humano, com a habilidade que lhe permitiria melhor inserção na sociedade de acolhimento."⁸⁸

No mesmo sentido, Margarida Louro Felgueiras no âmbito do quadro de verdadeiro abandono da instrução popular no meio rural, refere-nos grandes dificuldades no ir à escola, apenas pautadas pela forte atracção pelo Brasil, o que leva, em Maio de 1867, os habitantes de Vila Chã, Vila do Conde, a subscreverem uma petição para criação de uma escola.

"Os abaixo assignados, em semelhantes circunstâncias, sem poderem mandar seus filhos á escola da cabeça do Concelho, por lhe ficar muito mais distante, e ter esta rasão a crescer ás applicaveis á de Fajozes, como a perda de tempo, os desvios da frequência, e talvez os maus costumes adquiridos fóra das vistas da família, abstêm-se, com bastante prejuizo para a instrucción publica, de separarem de si seus filhos, sendo o resultado d'isto **saberem ler e escrever apenas os que são destinados á carreira do commercio no Imperio do Brasil.**"⁸⁹

Cientes da necessidade de uma instrução que promova e dote os emigrantes de melhor preparação profissional,⁹⁰ Jorge Alves encontra no Pará – zona de forte influência comercial portuguesa – alguns esboços identificativos da preocupação que

⁸⁶ SILVA, Fernando Emídio da – Família e integração do emigrante português na sociedade brasileira. *Emigração-Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1993. p. 206, citado por ROWLAND, Robert – Portugueses no Brasil: projectos e contextos. *Op. Cit.* p. 354.

⁸⁷ O estabelecimento da Corte no Brasil teve como consequência a criação de uma série de instituições idênticas às que existiam em Lisboa. O Erário Régio, o Conselho de Fazenda e a Real Junta do Comércio, criadas em 1808 antecederam a posterior criação da Aula de Comércio, o princípio da instituição do ensino de instrução comercial. Cfr. SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. pp. 96-97. Ver Também PROENÇA, Maria Cândida – *A Independência do Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. Pp. 27-28.

⁸⁸ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros*. *Op. Cit.* p. 76.

⁸⁹ FELGUEIRAS, Margarida Louro – Os Brasileiros e a instrução popular. *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 271. Ver Também DIAS, Luís Pereira – *As Outras Escolas: o ensino particular das primeiras letras entre 1859 e 1881*. Lisboa: EDUCA, 2000. pp.32-33.

⁹⁰ "Entre os que emigram do Porto em finais do século (1878-1900) a proporção de analfabetos rondava os 35-40%". Cfr. ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *Op. Cit.* p. 314.

os *patrícios* sentiam na sua aprendizagem e auto-aprendizagem a que recorriam junto dos mais velhos, mormente nos tempos de menor azáfama na loja comercial.⁹¹

“Para além do papel das associações portuguesas no Brasil, algumas das quais mantinham escolas, é importante referir o papel de auto-aprendizagem e de ensino em grupo que os caixeiros promoviam, nomeadamente, no domínio da escrituração comercial.”⁹²

Aludindo a uma problematização geral da instrução em Portugal, e nomeadamente no distrito do Porto, o autor de *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista* acrescenta:

“Foi essa necessidade de instrução, profundamente vivida, que levou a que os emigrantes exercessem no Brasil acções de ensino, dinamizadas através as organizações associativas, como, num exemplo entre tantos, a do *Grémio Literário e Comercial Português*, no Pará, criado em 1867 e que assegurava aulas de português, francês, inglês aritmética e escrituração comercial.”⁹³

Estas alusões possibilitam, tal como fundamenta Jorge Alves, “*pelo menos a nível regional, no caso do distrito do Porto, os emigrantes estavam longe de constituir o grupo menos preparado intelectualmente, ao contrário do que sugere a literatura mais divulgada,*”⁹⁴ embora e citando crónica da época, reconheça que com a chegada dos engajadores, mais interessados noutras contas, nada era como antigamente onde os camponeses cuidando a atenção na preparação dos seus filhos, entendiam “*que antes de enviarem um filho para o Brasil era do seu imprescindível dever mandá-lo ensinar a ler, escrever e contar.*”⁹⁵ Aliás, o cenário dado pela emigração de Marçanos e Caixeiros para o Brasil não corresponde, de todo, a uma análise homogénea quanto aos seus aspectos culturais.

Se o responsável pelo Consulado de Maranhão, em 1881, fala-nos de uma emigração encaminhada e acompanhada na chegada, pelos seus parentes aí radicados, assegurando, dessa forma, “*um ponto de ingresso na carreira comercial*”⁹⁶ mas cuja instrução comercial reduzia-se ao saber ler, escrever e contar, para o primeiro quartel do século XX, a realidade, consoante o espaço geográfico, ora se mantém ora se altera. No Rio Grande do Sul, o vice-cônsul de Portugal anota a baixa preparação cultural dos colonos portugueses⁹⁷ que, para a mesma época, contrasta

⁹¹ ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 292.

⁹² ALVES, Jorge Fernandes – Analfabetismo e emigração. *Op. Cit.* p. 274. Ver Também ALVES, Jorge Fernandes – Os Emigrantes. *Op. Cit.* p. 212.

⁹³ *Idem. Ibidem.* p. 283. Ver Também ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 307 e Os Emigrantes. *Op. Cit.* p. 219.

⁹⁴ ALVES, Jorge Fernandes – Analfabetismo e emigração. *Op. Cit.* p. 287.

⁹⁵ Cfr. SANTOS, J. R. de Oliveira – Emigração. *O Comércio do Porto*. 25 de Novembro de 1886, citado por ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 289.

⁹⁶ ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 305.

⁹⁷ *Idem. Ibidem.* p. 306.

com os relatos do Cônsul de Pernambuco, mais optimista com a nova vaga de jovens emigrantes que encaixeiados no comércio, se encontravam já melhor preparados, alguns com “o curso dos liceus e de escrituração comercial.”⁹⁸ Perante testemunhos que não podem constituir uma unidade de análise sobre a preparação comercial dos Marçanos e Caixeiros então recebidos, podemos dizer que, lá como cá, a questão da instrução comercial, além de preocupar várias áreas e interesses, não assentava numa educação formal, estruturalmente definida para obedecer e satisfazer realidades prementes.

O Brasil, tal como acontecera em meados do século XIX e quatro séculos depois do seu *achamento*, continua a absorver o grosso da emigração portuguesa, somente concorrido pela América do Norte que, torna-se o destino escolhido de Açoreanos e Madeirenses. Sendo para os diferentes Governos, *um mal bem necessário* e reconhecidamente benéfica pelo envio das remessas dos emigrantes, importante contributo para o equilíbrio da balança comercial, da Monarquia aos primeiros anos da República foi, na imprensa e no parlamento, antes como depois da instauração da República, motivo de acesas discussões. Raúl Tamagnini Barbosa,⁹⁹ em 1930 acusa “os míopes intelectuais”¹⁰⁰ de não ter conseguido ver o alcance do seu Projecto de Lei apresentado à Sessão da Câmara dos Deputados em 25 de Fevereiro de 1921. O mesmo pretendia “evitar em grande parte a emigração, esse formidável cancro nacional”¹⁰¹ que se ia lavrando no nosso país “afectando principalmente as províncias do norte e em especial as províncias do Douro e Traz-os-Montes.”¹⁰² Neste sentido, e consolidando a sua posição em relação aos emigrantes, afirma:

“E bem preciso é extirpar-se êsse cancro, que corroe todas as nossas mais vitais energias, envergonhando-nos aos olhos do mundo civilizado e colocando-nos mesmo numa situação deprimente perante o Brasil, para onde exportamos milhares de analfabetos, o que justifica o epíteto aviltante de galego, que lá aplicam ao português, visto que o analfabeto, efectivamente, não pode servir senão para criado dos outros.”¹⁰³

Aproveita o mesmo para denunciar a forma como os emigrantes portugueses estão a ser mal recebidos no Brasil, numa campanha onde não estão impunes os políticos brasileiros. Na realidade a década de 20 assiste ao reacender dos recalcamientos de um povo que entendeu ter sido subjugado e parecia agora querer

⁹⁸ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 8-9 (1913), p. 293, citado por ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 306.

⁹⁹ Raúl António Tamagnini de Miranda Barbosa - Deputado da Nação (1919-1921), professor do Instituto Superior de Comércio do Porto e Inspector do quadro geral do Serviço Interno das Alfândegas da Metrópole e Director da Alfândega do Porto e nomeado Governador Civil do Porto. Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2000. pp. 109-110.

¹⁰⁰ BARBOSA, Raúl Tamagnini – *Op. Cit.* p. 82.

¹⁰¹ *Idem. Ibidem.*

¹⁰² *Idem. Ibidem.* p. 83.

ajustar contas antigas, insurgindo-se contra a presença lusa. Os portugueses tinham uma presença muito forte nos sectores financeiro e comercial e, por isso mesmo, eram considerados exploradores e responsáveis pela desordem económica e social, bem como uma ameaça à República.

No seu discurso apresentado à Câmara e registado no Diário das Sessões, Raúl Tamagnini põe a nu a questão da instrução que (não) acompanha os emigrantes.

“Mas o mais grave desse assunto é que a maior parte dos portugueses que ainda se encontram no Brasil e que para ali emigram, devido a não se terem tomado providências, são considerados como criaturas inferiores, classificados de *galegos*, tomada esta palavra na acepção menos presante de moços de fretes.”¹⁰³

Procurando fazer prova do seu testemunho, recorre à imprensa brasileira que sobre esta questão, acrescenta:

“A maior homenagem que Portugal pode prestar ao Brasil é limpar a nossa terra da praga desses daninhos filoxera, repartindo-os; é deixar de despovoar o seu sólo, cessando de nos remeter, diariamente, às centenas, esses indesejáveis, que aqui só nos veem *saltear, ofender e denegrir*.”

Portugal, paíresco de bôrra, é o eterno carrapato achatado no dorso deste gigante Brasil.

O pobre Portugal, polisecular e quasi defunto...”¹⁰⁴

É óbvio que embora não fosse possível contornar a realidade do analfabetismo – que não se limita apenas à emigração – não teria sido o facto de preocupar aos governantes portugueses, dar uma melhor instrução aos emigrantes para termos melhor imagem fora de portas. Em discussão não estaria o “cancro” da emigração nem o seu diminuto grau de instrução. Apenas constatamos a necessidade de alterar o caudal da emigração, desta vez para as colónias ultramarinas, carentes que estavam de desenvolvimento.

Retornado à preparação do Marçano e Caixeiro em terra de Vera Cruz, a aprendizagem de um ofício, tal como vimos, constitui mais-valia e melhor defesa para, na cidade ou na terra, por conta própria ou de outrem, *subir e triunfar na vida*. Além de portador de um conhecimento profissional, agora mais independente dos seus, o outrora aprendiz é mais autónomo, libertando da inicial ajuda familiar no custo das despesas de viagem, fazendo-o agora com o *pé de meia* angariado e ajudado pela

¹⁰³ *Idem. Ibidem.* p. 82. Ver Também *Diário do Governo*. 2ª Série, n.º 47, de 28 de Fevereiro de 1921.

¹⁰⁴ BARBOSA, Raúl Tamagnini – *Modalidades e aspectos do cooperativismo: teses conferências de propaganda*. Op. Cit. p. 84.

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

protecção de quem após o ter instruído na vida comercial, passava a carta de boas recomendações.¹⁰⁶

"Despediu-se, pois, e pediu ao patrão o seu ordenado, que ele tinha a prudente e económica prática de capitalizar em seu poder, sem que por isso pagasse juros alguns ao forçado depositante. Eram princípios económicos e medidas de cautelas que, 'por bem' dos rapazes, professava e tomava!

...
pagou-lhe pontualmente o saldo dos seus ordenados e passou-lhe um atestado muito honroso de bom comportamento e fidelidade."¹⁰⁷

"chegada destes jovens, em bandos, ao ritmo da chegada dos navios, vestidos de maneira exótica, caixa de madeira ao ombro e carta na mão a interrogarem as pessoas sobre os endereços que consigo traziam"¹⁰⁸

Passados os tempos de maior fluxo migratório, o Porto deixando de ser o cais de embarque para o Brasil de uma corrente de Marçanos e Caixeiros recomendados, assume de vez no imaginário de quem fica, um outro *Brasil*, segundo porto de abrigo, mais perto da terra e da família.

1.1.1.1. – Uma raça estranha essa dos Caixeiros-Viajantes

Fomos encontrar na Revista Indústria Portuguesa referente ao ano 1938 uma bela página literária do então jovem escritor brasileiro, Jorge Amado, sobre os Caixeiros-Viajantes no Brasil. Lemos a sua prosa à procura de retratos e fotografias que nos esboçassem traços definidores deste *último bandeirante*. Traria ele algo de novo que nos explicasse pontes e pontos comuns com os Caixeiros de cá? Ou será que os Caixeiros-de-cá e de-lá e de-lá para-cá é que são os Caixeiros-Viajantes? Não chegamos a saber. Fazê-lo seria expurgar e limitar a nada a sua apaixonante descrição. Não sabemos se uma continuada geração remanescente do Caixeiro do Século XIX. Um e outro conhecem-se, porventura, ou não fosse Jorge Amado adivinhar-lhe os percursos da alma, tão longos como intermináveis os itinerários do seu apurado faro comercial.

Não é uma homenagem – a um e a outro – embora ambos perdidos. É antes demais, neste permitido atalho *egohistórico*, deixar um documento que, também ele

¹⁰⁶ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros*. Op. Cit. p. 77.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Francisco José de – Op. Cit. p. 33.

¹⁰⁸ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros*. Op. Cit. p. 78.

monumento – a um e a outro – nos archive na memória um passado-presente cujo presente já é passado.

"Uma raça estranha essa dos caixeiros-viajantes. Humanidade que todos os momentos encontro nas ruas destas cidades pequenas, nas mesas dos hotéis, nas mesas de botequins desertos e onde esvaziam garrafas de cerveja. Pitoresca e curiosa humanidade, cheia de tipos estranhos, merecia essa classe de caixeiros viajantes um estudo sem duvida mais sério que essa reportagem que estou escrevendo. Não sei de romance que os tenha fixado, de poema que tenha cantado seus feitos, de ensaio que tenha procurado fixar o seu lugar na economia e na vida social do país. E, no entretanto, que humanidade curiosa, que gente cheia de pitoresco!

São os caixeiros viajantes, sem dúvida, os últimos aventureiros.

São os últimos bandeirantes. Para eles não existem estradas difíceis. Têm o delírio ambulatório por profissão, e, falar a eles em homens que visitaram países longínquos cheios de pitoresco não lhes fará inveja porque nestas mesmas estradas do Brasil eles já viram os mais longínquos e pitorescos países. E não viram apenas, viveram também todos estes países, pois nestas cidadezinhas eles são personagens importantes, eles representam o progresso muitas vezes distante. Para os homens eles são aqueles que trazem o comércio, as indústrias mais distantes, as coisas mais necessárias ao conforto da vida. Nas malas que carregam consigo vem a fortuna, a possibilidade de lucro e de riqueza. Para as mulheres eles trazem a moda, nas suas malas vêm os últimos tipos de sedas, as perfumarias, os extractos finos, tudo aquilo que as apaixona, todas aquelas misteriosas coisas que viram no cinema.

São eles que trazem a vida para estas cidades mortas. Eles são a ligação entre estes pequenos centros e as grandes capitais que ditam a moda, que fazem o progresso. E mesmo para as moças dessas cidades de tão poucos rapazes muitas vezes eles representam o amor e em geral, quando viajam, levam como aqueles antigos cavaleiros andantes, junto com as suas malas carregadas de progresso e de vida, muitos corações que ficaram gemendo de amor. Os olhos se requebram quando eles passam. As moças bem compreendem, elas que nestas cidades vivem presas como as damas medievais...

Caixeiros-viajantes? Não. Cavaleiros andantes, isso sim.

Ah! Os caixeiros viajantes são a alegria destas cidades. Creio bem que elas só existem para serem descobertas por eles, para que eles as dominem, corram as suas ruas, namorem as suas meninas, vendam aos seus negociantes, contem anedotas em mesas de hotéis. Sem eles que seria destas cidades? Nunca o mundo saberia delas, nunca elas saberiam do mundo.

Caixeiros-viajantes, se eu fosse poeta seria o vosso poeta.¹⁰⁹

¹⁰⁹ INDÚSTRIA PORTUGUESA: órgão da Associação Industrial Portuguesa. Ano 11º, n.º 121 (Março 1938), pp. 53-54.

1.2 - DA SUA VIVÊNCIA JANOTISTA

"Entrados no século XIX, ... vestido de saragoça, casaca curta com botões amarelos e calça de alcapão ajustada à perna; o caixeiro, que continuou vivendo em regime doméstico, sujeito à clausura do estabelecimento, raras vezes saía de passeio. Quando tal sucedia, quando vinha tomar o arejo dominical, o caixeiro portuense dava nas vistas, não só pelo ajanotado figurino, como pela desenvoltura das maneiras e seu fluxo labial."¹¹⁰

Subserviente e fiel dentro de portas, alcoviteiro na praça e desenrascado na loja, o Caixeiro legou-nos uma imagem cujo janotismo caixeiral serviu, durante o século XIX, de caricatura mundana a um tipo de classe urbana que, domingo a domingo, não perdia a oportunidade de ofuscar os transeuntes pela exuberância dos seus trajes.

"Eil-o no balcão. A estupidez da sua posição e da sua existencia ali, revela-se no olhar desconfiado que lança para todos. Não é a estupidez do seu cérebro, é a estupidez do desconfiado, do desprotegido da família. E então... pouco depois, afeiçoa-se ao trabalho; vê que é necessário trabalhar, e passados quatro annos, eil-o feito caixeiro, de mantinha ao pescoço, todo secio, fumando o seu cigarro brejeiro a occultas do patrão, conversando com as costureiras, as lorettes que vão ao estabelecimento, e, se pode alcançar uma sahida ao Domingo, elle pensa de si para si, que só elle é grande, e que depois d'elle... só a Republica.

Tem então quinze annos. Idade povoada de sonhos bellos, d'aspirações e d'illusões. No remanso do seu quarto, ou n'uma triste baiuca, elle lê romances, faz versos, e torna-se um *republicano enragé*. Todo elle é republica. Não lhe fallem n'outra cousa.

Se vai ás touradas, aos circos, aos theatros só falla de republica, É o seu sonho (hoje) que antigamente os seus sonhos eram com uma costureira d'olhos negros, cabello preto, airosa, coquette. Antes assim.

Depois... Está feito primeiro caixeiro, Entra n'outro caminho É mais serio, e falla pelos cotovellos. Quer saber tudo. Lê *Ponson du Terrail* de mistura com *Victor Hugo*, Sabe de cór o *Noivado do Sepulchro*..., vai às sociedades, de camelia no *boutonnière*, charuto Flor do Chiado an boquilha d'ambar, chapeo de coco, um perfeito *gentleman*.

Como primeiro caixeiro é um conquistador de primeira ordem. Nos bailes campestres, nas suas assembléas recreativas, impõe-se como um D. Juan. Ama apaixonadamente, delirantemente. É capaz d'um suicidio como Verther, se não se lembrasse que no outro dia, apoz a folia, deve abrir o estabelecimento, e recordar-se de que o patrão deposita n'elle inteira confiança.

Se não fosse essa lembrança... suicidava-se!"¹¹¹

O saber popular lega-nos ainda uma memória consolidada na tradição, usos e costumes, ainda hoje presos a adágios e provérbios que validam o papel e a figura

¹¹⁰ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 227.

que o Caixeiro desempenhou. São eles “A escova da loja é a mão do caixeiro”,¹¹² “Caixeiro burro traz o patrão no curro”,¹¹³ “Iaiá eu posso com você botar negócio, entrar de caixeiro e sair de sócio?”¹¹⁴ “Na casa onde há dinheiro deve haver um só caixeiro”¹¹⁵ “Patrão fora, dia santo na loja”¹¹⁶ “Quem não sabe ser caixeiro, fecha a loja.”¹¹⁷

Como já foi dito atrás, a nossa literatura portuguesa tem reservado ao Caixeiro janotista múltiplas presenças na sociedade do século XIX. Entre outros, Eça de Queirós, Sousa Viterbo e Camilo de Castelo Branco apresentam-no da seguinte forma: “... Para se apresentar com ‘chic’, comprou, num armazém de fato feito, um paletó de pano azulado com gola de veludo, que lhe aconselhou um caixeiro de ar profundamente infeliz.”¹¹⁸

A Sousa Viterbo, não passou despercebida a figura do Caixeiro da sua época, todo à ribalta da peraltice, quando em maré de passeio dominical: “... chapéu alto, luvas amarelas, sapato de polimento, cabelo crescido, untuoso, com risca ao meio.”¹¹⁹ Da mesma forma o irónico Camilo questiona-se: “- Que é um Caixeiro sem uma luva amarela?”¹²⁰ Já Henrique Almeida ao tirar-lhe o traço no ano de 1875 como posição de Caixeiro, cargo a que investira a possibilidade de lhe ser permitido ter a gravata¹²¹ pendurada ao pescoço, comenta: “e que bem lhe fica aquele pedaço de pano de cor garrida a escorrer pela tábua do peito abaixo, sobre a camisa de linho.”¹²²

Prova-nos a documentação que o Caixeiro começa a constituir um tipo único de estatuto sócio-profissional, independentemente da sua localização geográfica. Já no limiar do século XX, o Caixeiro de Guimarães oferece-nos uma imagem não muito longe da realidade apresentada para o século anterior:

Chapéu de côco, d'abas de bolina,
Luneta alçada, sem precisar dela,
Bigodinho, que apenas se revela
Pelo brilho da muita brilhantina.

Colarinhos em dupla guilhotina,
Quinzena azul escura, de flanela,
C'uma folhinha d'hera a surgir dela,
Sapatos de chagrin ou lona fina.¹²³

¹¹¹ DAVID, H. – *Op. Cit.* pp. 11-12.

¹¹² MACHADO, José Pedro – *O Grande livro dos provérbios*. Lisboa: Editorial Notícias, 1996. p. 26.

¹¹³ *Idem. Ibidem.* p. 126.

¹¹⁴ *Idem. Ibidem.* p. 257.

¹¹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 312.

¹¹⁶ SANTOS, Maria Alice Moreira dos – *Dicionário de provérbios, adágios, ditados, máximas, aforismos e frases feitas*. Porto: Porto Editora, 2000. p. 258.

¹¹⁷ *Idem. Ibidem.* p. 295.

¹¹⁸ MATOS, Campos – *Imagens de Portugal Queirosiano*. Lisboa: Terra Nova, 1976. Extracto de “A Capital”.

¹¹⁹ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 228.

¹²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 228.

¹²¹ O simbolismo da ascensão à categoria de Caixeiro para usufruir do privilégio do uso da gravata manifestou-se tão importante que, em Novembro de 1901, nos trabalhos de encerramento do 1º Congresso dos Empregados do Comércio, os congressistas deliberaram votar a abolição do antigo costume que não permite o uso da gravata aos Marçanos. Aconteceu há 50 anos... *O Tripeiro*. Série V, Ano VII, n.º7 (Nov. 1951). p. 165.

¹²² ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* p. 13.

¹²³ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 228.

A edição comemorativa do 50º Aniversário do Ateneu Comercial do Porto, não esconde, igualmente, o retrato típico do Caixeiro logo após terminado o tirocínio de Marçano:

"A alforria desse caixeiro não lhe era dada quando transitava do seu tirocínio de marçano, a que então se chamava *acabar o tempo*, e conquistava o direito de usar gravata, e dispôr da fôrma capilar do penteado, obtinha-a quando graças á simpatia de algum amigo patrocinador, aos recursos da família distante, ou á intervenção do futuro sogro, tudo junto aos ordenados longamente acumulados na burra do patrão, conseguia estabelecer-se e realizar a aspiração de independência de toda a sua vida."¹²⁴

Esta concepção bastante estereotipada do modo de vestir e trajar do Caixeiro, merece um estudo sério e profundo. De momento vão sendo mais as questões sobre as razões que ao Marçano e Caixeiro se esbatem.

O que explica esta forma – dita parola e provinciana – de vestir? Onde se encontra o ridículo deste janotismo caixeiral? Não será a fusão da velha e arcaica vestimenta em confronto com novas modas, novas soluções?

Será vaidade? Precoce novo-riquismo ou proto-brasileirismo?

Porquê um corte radical com os costumes das suas origens? Teria sido uma forma de afirmação versus sujeição? A necessidade suprema de uma nova e totalmente diferente identidade? Uma ruptura com as origens ou mera repugnância?

Ou será que a resposta se encontra na *nobre* actividade comercial. Bastava ser-se empregado comercial para parecer-se dono do comércio?

Que mistérios?!...

Se o Marçano e o Caixeiro provinham, maioritariamente, de meios sociais humildes e pacatos, longe do ritmo da vida e da sociedade do bem vestir, porque se voltou ele para o guarda-roupa janota? Onde se encontram os sinais de ter recebido conselhos de poupança económica, descrição e sobriedade? Porquê esta aparente distância entre o empregado e o patrão, a cidade e a aldeia, o balcão e o passeio?

Não estaríamos perante uma classe que, diferenciada das restantes pelo sacrifício a que devotavam os domingos e dias-santos atrás do balcão à espera do último freguês, procurassem – nas poucas folgas permitidas – galgar os parapeitos da compostura e dar largas à folia que o acaso escondia nas poucas oportunidades surgidas com o regime interno e doméstico que os caracterizava?

"Estive quatro anos e meio a marçano... Depois, em 1918, passei a caixeiro e deram-me a gravata. Aqui no Porto era costume receber-se a gravata quando se passava a caixeiro. Antes não a deixavam usar, mas pouco antes de a receber, eu já a punha às escondidas para dar umas voltas ao Domingo."¹²⁵

¹²⁴ ATENEU Comercial do Porto no 50º aniversário da sua fundação: (1869-1919). Edição comemorativa. p. 15.

¹²⁵ MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – *Lojas de tradição do Porto*. Op. Cit. p. 263.

Gostaríamos de poder dizer que estes comportamentos e atitudes são o esboçar e extravasar de uma autoridade paterna/patronal contidas numa precoce e rapidamente desejada maturidade e emancipação económica e profissional, agora prestes a conseguir longe que estavam da terra e da família. Mas terá sido mesmo?

Não sabemos.

Sabemos sim que esta forma vistosa de ser e de marcar presença chamou a atenção da época. Os jornais de quando em vez, lá surgiam a lembrar à classe caixeiral que a vida do comércio era mais que janotismo e dandismo.

“Companheiros de trabalho: - Vós, que ainda não encarastes a vida tal qual ella é, e que todas as vossas atenções estão voltadas só para o prazer, *dandysmo* e outras irritantes parvoices, sem terdes ainda voltado os olhos para o mais necessario, que dulcifica todo esse mar de banalidades, ide, ide para o trabalho fecundo da intellectualidade.

Ide e dedicae-vos com amor ao estudo, porque elle ensinar-voshá como se peleja pela causa santa da liberdade e das vossas regalias.

Não adormeeas! Desperta d'essa lethargia que vos acorrenta e domina.

Sacudi para bem longe a ignorancia que desclassifica aos olhos de pessoas cultas.

Bailes e festas é só a vossa constante preocupação.

O que vos seduz, meus gentlemen de cabeça ôca e macacos do *dandysmo*, são apenas as frivolidades mundanas e a distinção no trajar, julgando-vos superiores aos que, debaixo d'uma modesta toilette, possuem mais do que o bom gosto no vestir: a illustração!

Estes não se expõem, quando abrem a bocca, á risota e distracção dos disfructadores dos parvos; porque, não possuindo as linhas d'um figurino, possuem as linhas da instrucção.

Vão para a escola, seus pygmeus de espirito!”¹²⁶

1.3 – DO BALCÃO DA LOJA À REPUTAÇÃO DA SOCIEDADE... NOVA EUTERPE

Se durante as primeiras gerações de Marçanos e Caixeiros a vida comercial iniciava-se genericamente dentro do espaço da loja e do balcão para o armazém, a partir dos meados do século XIX dão-nos um Caixeiro activo, participativo, reivindicativo, instruído mas também altruísta e quantas vezes benemérito.

Nos últimos dois séculos multiplicaram-se os exemplos de antigos Caixeiros que deixaram a sua marca e presença em diferentes actos da vida política, cultural, económica e social, de âmbito local e nacional, angariando da sociedade, uma imagem e estima caracteristicamente dos portugueses que não pertencendo à classe

¹²⁶ O *Caixeiro do Norte*. Ano 2º, 2 de Novembro de 1908. p.2.

dos filhos dos homens que nunca foram meninos¹²⁷ constroem as obras com o orgulhoso suor de quem trepou a vida a pulso. Das obras que ficam e dos homens que passam, alguns exemplos ilustram esta realização.

"Por iniciativa de Alfredo Cabral, caixeiro da praça, lançou-se [10 de Abril de 1929] as bases da fundação de Inválidos do Comércio, sendo a comissão iniciadora constituída pelo proponente, José Joaquim da Costa Fernandes, Alfredo Duarte Laureano, António Guedes da Costa Cabral, Artur Guedes da Costa Cabral, Felisberto Simplício e Júlio Afonso."¹²⁸

As sociedades de instrução e recreio de Oitocentos tiveram nos Marçanos, *Caixeiros obscuros*¹²⁹ e restante mocidade caixeiral portuense, os principais pioneiros e obreiros de uma mística eclética cuja plêiade se estendeu durante algumas décadas do século XX. Se a Associação Comercial do Porto ergueu-se pela força e dinamismo de importantes negociantes e comerciantes do Porto¹³⁰ da década de 20 e de 30, a Sociedade Nova Euterpe,¹³¹ (mais tarde, Ateneu Comercial do Porto) assistiu em 1869 ao lançamento das bases pela mão de *"um pequeno grupo de caixeiros... com o fim de cimentar relações de benevolência e boa sociedade entre os associados, e proporcionar-lhes um passatempo honesto e civilizador por meio de reuniões ordinárias, dança, música e leitura, conversação e jogo lícito."*¹³² Gaspar Pereira refere a sua criação como *"fusão sucessiva de diversos clubes recreativos, frequentados essencialmente por caixeiros que, ao Domingo à tarde ou na época mais esfusante do carnaval, se entretinham nas artes da dança."*¹³³ Aliás, por todo o século XIX multiplicaram-se os exemplos de antigos Marçanos e Caixeiros agora lançados na vida e no sucesso, com nome na praça.

A demonstrar o dinamismo e a iniciativa que os caracterizou, a Edição Comemorativa do 50º Aniversário da fundação do Ateneu Comercial do Porto destaca:

"O Ateneu Comercial não deveu a sua próspera e útil existência a entidades poderosamente fundadas na vida ou na sociedade, para as quais todas as iniciativas são fáceis e todas as empresas viáveis. Bastou-lhe a boa vontade, a vontade resoluta de alguns caixeiros obscuros..."

¹²⁷ Pelagiano o herói eternizado por Soeiro Pereira Gomes nos seus *Esteiros*.

¹²⁸ GONÇALVES, Fausto – *Inválidos do Comércio e a sua obra de solidariedade*. Lisboa: Portugal, 1942. p. 93.

¹²⁹ *ATENEU Comercial do Porto no 50º aniversário da sua fundação: (1869-1919)*. edição comemorativa. p. 17.

¹³⁰ *Idem. Ibidem*. p. 14.

¹³¹ Surge em 29 de Agosto de 1869. Ver Acta da Primeira Sessão Preparatória da Sociedade Nova Euterpe em *Ateneu Comercial do Porto no 50º aniversário da sua fundação: (1869-1919)*. edição comemorativa e *Estatutos do Atheneu Comercial do Porto*. Porto: Typ. de Arthur José de Souza & Irmão, 1888.

¹³² MOREIRA, José G. Pinto – No 81º Aniversário da Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. *O Tripeiro*. V Série, Ano XII, n.º8 (Dez 1956). p. 236.

O próprio Camilo, homenageado em 1886 pelo Ateneu Comercial, e em cuja boémia jornalística ora ironizava ora satirizava o caixeirato, rapidamente correu – talvez sensibilizado pela homenagem – a escrever “a sua admiração pela obra notável da benemérita instituição, fundada por modestos caixeiros, e à qual ele denominava: - sociedade de mancebos agrupados sob um raio de luz.”¹³⁴

Vinte anos antes, o autor de *Amor de Perdição* tinha já retratado a personagem do Caixeiro na Sociedade Terpsícore, através da sua obra *Aventura de Basílio Fernandes Enxertado*, publicada em 1863. “Muitos caixeiros se alistaram na sociedade, que foi mitologicamente chamada Terpsícore. Dançavam ali, desde as três horas da tarde, exercitando-se, os caixeiros que, ao anoitecer, iam vestir as casacas para voltarem.”¹³⁵



Fig. 5 – A actividade dentro de um estabelecimento comercial

O Ateneu Comercial foi pois, paradeiro – espaço de instrução e recreio – de grande parte da mocidade caixeiral de Oitocentos. A sua frequência e influência nos primeiros anos de associativismo era tal que “a maior parte dos associados entrados entre 1869 e 1884 seria constituída por jovens solteiros, provavelmente na casa dos vinte anos, maioritariamente pertencente à ‘classe’ dos caixeiros”¹³⁶ havendo certos anos em que o número de Caixeiros entre os sócios entrados ultrapassava os 90% do total.

¹³³ PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995. p.12.

¹³⁴ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 229.

¹³⁵ PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – *Op. Cit.* p.14.

Porém na distribuição profissional dos sócios propostos entre 1885 e 1910, não só assistimos já a um leque substancialmente mais alargado do numero de profissões presentes (41) como também ao menor peso de influência da classe comercial, embora ainda bastante presente. Dos 4721 sócios propostos, a classe comercial – Negociantes, Caixeiros/Empregados Comerciais e Guarda-Livros - contribuiu com 2480 (52.5%). Mesmo assim, os Caixeiros ainda constituem uma grande força presente (696 propostas) apenas ultrapassados pelos Capitalistas (723) e Negociantes(1705). Aliás, estes últimos são agora 36% do total de propostos.¹³⁷ O ensino da Música e da Dança atraía-os, nomeadamente aos domingos de tarde, onde alguns professores se dispunham a ministrar lições de cortezia, normas de civilidade, boas maneiras, extrema elegância e fino trato social.¹³⁸ No entanto, chegado o Carnaval, os Caixeiros do Porto não perdiam tempo na estratégia da conquista. Uma descrição de 1893, dá-nos um quadro onde a sua participação vai-se tornando, cada vez mais, obrigatória.

"O carnaval é a época em que os caixeiros saem fora de si, isto é, fora do seu sério, para se lançarem no turbilhão dos bailes, deixarem-se cair nas tentações das 'pastorinhas' e 'princesas', e acabarem por fundear nos gabinetes reservados."¹³⁹

E Continuando, *"Ai, caixeiros, caixeiros! Como sois dignos de inveja no Carnaval. Folgai, folgai, e que o balcão, essa barreira erguida entre vós e o mundo... se afaste para deixar-vos passar, espirituosos e alegres, para os bailes dos clubes."*¹⁴⁰

Quando a insensibilidade do patrão exigia a sua presença, horas a fio, a sonhar com a vida para o lado de lá do balcão, o Marçano e o Caixeiro, como que partidário dessa louca vontade de querer estar presente, procura sempre, entre manhas e artifícios, marcar pontos numa folia que também é sua.

"Quando passava nas ruas qualquer banda regimental, era como se um espectáculo inteiramente novo fizesse vibrar a curiosidade indígena. Os logistas saíam à porta, as mulheres vinham à janella, em cachos de cabeças sobrepostas, para vê-la e ouvil-a. E os Caixeiros, enquanto os patrões estavam de costas voltadas, trepavam ao balcão, arregalando os olhos para arua n'um pasmo de surpresa ingenua e de encanto selvagem."¹⁴¹

Esta metamorfose sentida pela classe dos Caixeiros vai evoluir até ao final do século XIX, aparecendo-nos já na última década da Monarquia, como uma classe interventora e reivindicativa.

¹³⁶ *Idem. Ibidem.* p. 35.

¹³⁷ *Idem. Ibidem.* p.96.

¹³⁸ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 171.

¹³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 172.

¹⁴⁰ *Idem. Ibidem.*

¹⁴¹ PIMENTEL, Alberto – *O Porto há trinta anos. Porto: Livraria Universal de Magalhães Moniz, 1893, p. 9.*

O movimento dos Caixeiros do Porto em prol do descanso dominical, teve, antes da lei de João Franco, publicada em 1906, uma outra data importante. Quando Caixeiros, acompanhados de alguns patrões, alcançaram, por convenção, o encerramento das lojas aos domingos, o Porto mudara a sua fisionomia mercantil. As lojas encerravam as suas portas, os taipais das suas montras eram corridos, os Caixeiros, patrões e fregueses descansavam. A imprensa da época, nomeadamente afectada à actividade comercial e defensora dos interesses dos Caixeiros e logistas propagandeia as suas reivindicações, medindo o alcance das vantagens e desvantagens do encerramento que, ano após ano, torna-se a bandeira da classe.



Fig. 6 – O balcão... mundo de todos os negócios

As mudanças operadas na actividade do caixeirato que em meados do século XX atingem já um estatuto social e profissional nada semelhante à vida predestinada das primeiras décadas do século XIX, constitui, apesar de tudo, solícitas recordações e ondas saudosistas de alguns Caixeiros que preferem dizer que a tradição já não é o que era.

Curioso é o artigo que no início da década de 1960 Horácio Marçal publica n' *O Tripeiro* onde na *vida comercial portuense de antanho* o brio e profissionalismo dos Caixeiros de então, faziam ver os actuais, "*que levam uma vida flauteada*."¹⁴²

"a despeito mesmo de trabalharem tão somente as oito horas da tabela, de gozarem férias, de fruírem abonos e subsídios, de terem reforma e salários mínimos, serviços clínicos gratuitos, etc."¹⁴³

¹⁴² MARÇAL, Horácio – A Vida comercial portuense de antanho. *O Tripeiro*. VI Série. Ano I. nº 2 (Fev. 1961). p. 49.

¹⁴³ *Idem. Ibidem.* p. 48.

Continuando com a enunciação dos paralelismos entre o passado e o presente, o bom e o mau, Horácio Marçal, saudosamente abraçado à dura vida de *antanho* expõe um longo conjunto de tarefas e atribuições que, entendendo nós ser de fundamental interesse para o nosso estudo, procuraremos aqui expôr:

“Qual o caixeiro que se sujeitaria, hoje, a entrar às 7 ou 8 horas da manhã, a ir almoçar, por vezes (quando o serviço apertava), às 3 e 4 horas da tarde e a sair às 9 ou 10 horas da noite?

Qual o que se sujeitaria a carregar com duas ou três peças de fazenda envolvidas numa cobertura de pano e ir mostrá-las, com metro na mão, a qualquer cliente?

Qual o que se sujeitaria a ter de ir a pé, à Foz do Douro ou a Campanhã, para fazer entrega de facturas, pequenas encomendas ou cobrança de recibos?

Qual o que se sujeitaria a fazer serões durante semanas seguidas, sem remuneração?

Qual o que se sujeitaria a auxiliar um marçano, na condução de um carro de mão carregado de fardos ou pacotes?

Qual o que se sujeitaria, como em tempos idos era vulgar, a pegar numa vassoura para varrer ou esfregar uma loja? Sim, porque noutros tempos, os soalhos das casas comerciais eram esfregados, a balde e toco de vassoura, pelo pessoal de balcão, geralmente numa manhã de Domingo ou dia santificado. Este serviço, porém, só se verificava de anos a anos. O que hoje se faz semanal, quinzenal ou mensalmente, dantes, fazia-se com intervalos de um, dois ou mais anos. Havia casas, e casa bem importantes do nosso perfeito conhecimento, que chegavam a ter sobrado, por lavar, meia dúzia de anos. O varrer, como agora é que era função diária, e, para isso, usavam o serrim (ou serradura) embebido em água, para não levantar pó.”¹⁴⁴

Escusado será dizer que o Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito do Porto, conhecedora do artigo, e sentido o mesmo ofensivo, não tardou a protestar e enviar o respectivo correctivo.¹⁴⁵

1.4 – “A NOSSA CASA... COMERCIAL”

Como foi referenciado atrás, os dois últimos séculos historiam múltiplos exemplos de antigos Marçanos e Caixeiros que, iniciados na escola da vida comercial, legaram-nos percursos contínuos e duradouros, permanecendo ao longo de várias gerações, ligados ao pequeno comércio local e fixo, casa e destino de vivências e convivências familiares. O Porto foi palco desta hereditária forma de enraizamento e cumplicidade com o espaço, o meio e as gentes/clientelas. No século XIX – tal como no século XX – as pequenas lojas têm a característica de permanecerem no seio da mesma família, como se uma fosse a continuidade da outra.

¹⁴⁴ *Idem. Ibidem.* p. 49. Ver também SILVA, Germano – O Caixeiro foi uma típica figura da cidade. *Jornal de Notícias*. Ano 113, n.º17 (18 Jun 2000). p. 10.

Apesar de tudo – das impiedosas iras de alguns patrões ou das partidas menos aturadas de alguns Caixeiros e Guarda-livros – a loja comercial acaba por se tornar num espaço de convívio familiar que se estende para além da casa, verdadeiro observatório local da bitola económica das gentes do bairro, da casa, da ilha e da rua.¹⁴⁶ Para algumas famílias, mais carentes, a loja há-de tornar-se uma *instituição de crédito alimentar* tão grande quanto as parcelas encarreiradas no *livro do calote*. E manter a confiança entre fornecedor e cliente parece ser uma prática que se aceita sem se desejar, que se *facilita facilmente*.



Fig. 7 – A loja e o passeio... misturam-se



Fig. 8 – A rua e o passeio são-lhe familiares

As raízes de fixação de muitos comerciantes, proprietários e negociantes da invicta estão orgulhosamente guardadas e relembradas nas correntes emigratórias com início na província.¹⁴⁷ A procura de melhores oportunidades – garante de possibilitar a si e aos seus poder, um dia, *estabelecer-se* – remata as pretensões de quem chega, primeiro para sustentar os que ficam, depois, dar largas à vontade e desejo de poder *ter*, para um dia *ser*, bem sucedido como alguém, também oriundo *lá da terra*.

"a oportunidade de concretizar os seus desejos surgiu-lhe, aos 14 anos, pela mão de um conterrâneo e amigo da família que trabalhava de gravador no Porto. Entrou por essa altura, como marçano na mercearia fina de António Costa Moreira, localizada do Bonjardim."¹⁴⁸

¹⁴⁵ MARÇAL, Horácio – A Vida comercial portuense de antanho. *O Tripeiro*. VI Série. Ano I. nº 5 (Maio 1961). p. 133.

¹⁴⁶ RIBEIRO, Jorge; CONRADO, Júlio – *Lisboa: as lojas de um tempo ao outro*. Op. Cit.

¹⁴⁷ Um estudo apresentado em *Lojas de Tradição do Porto*, apresenta-nos alguns estudos de casos, verdadeiros testemunhos de um passado não muito remoto. Ver MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – Op. Cit. pp. 65, 143, 189, 220, 223, 235, 239, 245, 246, 263 e 285.

¹⁴⁸ MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – *Lojas de tradição do Porto*. Op. Cit. p. 65.

Embora não nos possibilite generalizar, a maioria dos Marçanos e Caixeiros parece vir *preparados* com a instrução primária ou sua frequência – habilitação *tradicionalmente* suficiente para se lançar na vida.

“Francisco Ferreira, um dos oito filhos de um casal de lavradores, nasceu em 1870, na freguesia de São Vicente de Oleiros, concelho de Guimarães. Frequentou a escola da sua terra natal durante ano e meio, após o que veio para o Porto com o fito de se empregar no comércio. Iniciou-se como marçano na Drogaria Oliveira... aí permaneceu seis anos, alcançando a posição de caixeiro.”¹⁴⁹

Quanto à idade de ingresso na vida comercial, os testemunhos e depoimentos, dão-nos uma faixa etária caracteristicamente definida por intervalos entre os 12 e 16 anos. Também aqui, o moço, esse neófito do balcão, arrancado que é à instrução primária, a família *promove-o* para o mercado de trabalho, dispensando-o à adolescência e aos encantos da meninice, agora que a vida o chamava para a cidade... onde um dia *ia fazer-se homem*.

“Nasci em 1901 no concelho de Lamego. Quando vim para o Porto fui a pé desde a minha freguesia até à estação da Régua, que ficava afastada uns dez quilómetros. Cheguei cá para trabalhar, era um catraio de 12 anos e meio... Nesse dia fui dormir para casa do meu tio e padrinho, e no dia seguinte entrei ao serviço.”¹⁵⁰

Por outro lado, as condicionantes da própria actividade determinada pelas regras, mais ou menos aceites e generalizadas, manifestadas pelo desejo de proximidade do patrão com o Marçano e o Caixeiro, possibilitou uma rotina de atitudes e comportamentos quotidianos com efeitos previsíveis de médio e longo prazo. A coabitação com espaços, ora comerciais ora domésticos, tornaram-se cenários propícios no cruzamento de afectos por uma filha “*feia, horrivelmente feia*”¹⁵¹ e já *entradota* na idade de casar, quantas vezes com o patrocínio e cumplicidade do pai que, depois de vários anos, via ali, finalmente, um promissor sucessor, fiel à sua imagem e vontade.¹⁵² Da mesma forma, o Caixeiro, interessado (ou interesseiro), apercebendo-se do enredo, até aceita o futuro que lhe é destinado... por amor à ca(u)sa comercial¹⁵³...

¹⁴⁹ *Idem. Ibidem.* p. 245.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.* p. 263.

¹⁵¹ ALMEIDA, Henrique – *Op. Cit.* p. 8

¹⁵² Curioso é o estudo de Gaspar Pereira que na análise das idades de casamento segundo as profissões dos noivos das freguesias de Cedofeita, Vitória e S. Nicolau nos anos de 1861-62, esclarece-nos do seguinte: “*É entre as camadas de pequena burguesia urbana e dos trabalhadores mais favorecidos que os níveis etários são simultaneamente paralelos entre os noivos e relativamente baixos: 25 anos para os homens e 22-25 anos para as mulheres.*” Catalogando os Caixeiros numa classificação social que os integra nas classes médias – pequena burguesia – esta é a categoria socio-profissional que apresenta no primeiro casamento a média mais baixa: 24.6 para os homens e 22.6 para as mulheres. Cfr. PEREIRA, Gaspar Martins – *A População de Cedofeita em meados do século XIX. Op. Cit.* pp. 267 e 291.

¹⁵³ Encontraremos aqui a explicação para a grande máxima que outrora as mulheres não triunfavam nos negócios porque não podiam casar com a filha do patrão?...

Não estranhemos pois que em algumas lojas, o Caixeiro era quem de facto assegurava normalmente o atendimento do cliente, enquanto o patrão conversava com um conhecido, ou apreciava a habilidade do seu empregado, sentado num banco de pinho que a maioria dos estabelecimentos possuía no interior.¹⁵⁴

A longevidade e o cariz duradouro de muitas lojas comerciais traduzidas na sua continuidade *“reflecte o apego e a vontade de que elas sobreviviam aos fundadores. Daí os donos, quando não tivessem continuador natural, apoiarem o casamento de uma das filhas com o caixeiro a quem reconheciam maiores capacidades ou legarem as lojas aos empregados mais fiéis.”*¹⁵⁵



Fig. 9 – Lentamente... a mulher conquista um espaço maioritariamente masculino

As ligações por casamento – ou na sua impossibilidade, através da constituição de sociedade – foram processos naturalmente aceites e traduzidos como desejáveis para a ininterruptão ou dissolução do negócio. Muitos deles, *“chegaram à posse dos estabelecimentos herdando-os dos antepassados ou adquirindo-os aos antigos patrões, que, de algum modo, os tinham como familiares.”*¹⁵⁶

¹⁵⁴ FERNANDES, José Alberto V. Rio – Porto: cidade e comércio. Op. Cit. p. 60.

¹⁵⁵ MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – Op. Cit. p. 345.

¹⁵⁶ Idem. Ibidem. Ver Também SILVEIRA, J. Fontana da – Como triunfar no comércio. p. 15.

Se atendermos a uma matriz padronizada por percursos idênticos, podemos estar perante um modelo de transmissão de um património estabelecido/adquirido com base no reconhecimento e consequente recompensa perante o jovem rural que vira no comércio a grande via para quem, começando por Marçano, atingia a posse do tão almejado negócio e a sua emancipação económica e social. Da mesma forma, encontramos aqui algumas explicações para a sujeição de uma série de rituais e sucessivas iniciações que visavam, desde o início, *prender* o rapaz, virgem de maus vícios e loucuras mundanas, suportando os ditames de uma carreira hierarquizada. “A presença contínua do patrão e a convivencialidade resultante de a paga incluir cama e mesa eram, frequentemente sinónimos de ausência de horário, descanso semanal e férias.”¹⁵⁷

Assim e como ironiza Ramalho Ortigão, a mística de um dia chegar a patrão leva-o a “*trajar de preto, collete de setim e longa sobrecasaca, a que não faltava o capote bandado de velludo obrigatório para vêr a Deus.*”¹⁵⁸

Não raras vezes, vê-lo-emos cheio de amor próprio e estreito colaborador do patrão. “*Entende e compreende o seu valor ao contribuir para a prosperidade da casa comercial.*”

- “*A nossa casa...*” – como ele passa a dizer...¹⁵⁹

1.5 - CAIXEIRO.... PRECISA-SE

1.5.1 - O Perfil necessário a as necessidades perfiladas

Podemos já procurar alguns requisitos exigidos ao Marçano, ao Caixeiro e ao Guarda-livros. Encontramos na literatura comercial da época, senão um perfil profissionalmente delineado e integralmente correspondente às tarefas e funções a desempenhar que, alguns autores procuram estabelecer através de um conjunto de requisitos, alguns deles comuns a outras profissões. Se ao Marçano é ponto assente que a baixa idade, a ignorância da instrução e alguma boa robustez física constituem motivo de preferência, ao Caixeiro exigia-se outra postura no modo de ser e de estar perante os fregueses.

Durante o século XIX e mesmo no século seguinte, Portugal acostumou-se a assistir à natural e cómoda decisão de, quando a família não sabe a vocação que há-

¹⁵⁷ MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – *Op. Cit.* p. 346.

¹⁵⁸ ORTIGÃO, Ramalho – *O Porto em 1850. O Tripeiro*. Vol. I, 1909, p. 295, citado por MEDEIROS, Carlos Laranjo e outros – *Op. Cit.* p. 346.

¹⁵⁹ SILVEIRA, J. Fontana da – *Como triunfar no comércio. Op. Cit.* p. 15.

de dar a um rapaz que *não dá nos estudos*, o melhor é metê-lo num estabelecimento comercial e fazer dele um Marçano.¹⁶⁰ Às exigências do perfil sobrepõem-se a vontade imposta pela família e a obediência *voluntariamente* aceite pelo *cahopo*. Encontramos aqui uma medida que funcionará, por muitas décadas, como retardador quer na alteração de mentalidades, hábitos e vícios atribuídos ao Marçano e ao Caixeiro, quer no definitivo rompimento com uma prática decorrente de uma forma de estar e ser da sociedade portuguesa que, através de uns pedidos e conhecimentos há muito enraizados na cultura lusitana, lá se vai dando sempre um jeito para *encaixar* o rapaz. Esta escola da vida admitia igualmente uma generalizada aceitação em transferir para a figura do Patrão, a autoridade de uma educação paternal vulgarmente confundida com instrução. Não nos admiramos pois, que quando aos ouvidos dos pais chegava a atrasada notícia que o filho fora alvo de uns bons sopapos, este, co-comprometido com o futuro profissional do filho, lá ia aceitando esta forma correctiva de aprender e crescer para que um dia se orgulhasse da decisão de *fazê-lo homem pr'a vida...*

Por outro lado, algumas exigências que os Patrões impunham aos Marçanos e Caixeiros de balcão correspondiam às *educações* perfiladas pelos pais pelo que ambos estavam em sintonia. O asseio, a limpeza, em si e no vestir, enquadrava-se nos valores de estar aos olhos dos outros. Nada mais desagradável – assim pensariam pais e patrões – do que entrar numa loja e deparar com empregados mal vestidos, sujos, unhas negras e mal aparadas, a barba por fazer e a gravata mal posta, a camisa mal engomada ou as botas teimosamente divorciadas da graxa.

Muitos de nós fizemos já este percurso num passado recente que nos fez soletrar correcta e rapidamente as palavras paciência, obediência, respeito e até uma comprometida e fiel subserviência. Uma paciência e obediência que devia ser levada ao grau mais elevado. Uma venda significava muitas vezes, o pobre do Marçano e Caixeiro ter de subir escadas, tirar fazendas, desarrumar fazendas, descer escadas, explicar, mostrar, argumentar para, se não convenceu o freguês, recomençar de novo, sobre o olhar atento do Patrão, subir e descer escadas, percorrer prateleiras e desfigurar montras encasteladas de panos e tecidos, arrumar ideias e limpar suores, à procura de saber o que o freguês quer... ou simplesmente não quer. O Caixeiro deve rir, sorrir ou simular uma lágrima. Deve dizer que sim ou que não, adivinhando os pensamentos daqueles que muito compram se o Caixeiro lhe der trela. A sua paciência deve crescer proporcionalmente à medida da importância da carteira do cliente. Ele deve sonhar com a vida e aturar os infortúnios que só incomodam os outros, nunca a ele. O Caixeiro é o representante da casa mesmo que a casa já nada

¹⁶⁰ *MANUAL do Comerciante: obra necessaria aos patrões e aos caixeiros*. Lisboa: Livraria e Typographia de Francisco Silva, S.d. p. 7.

lhe represente. Primeiro o cliente, depois a mercadoria e no fim está o Caixeiro. Sempre no fim... O Caixeiro deve progredir o suficiente para dar lucro à casa mas o insuficiente para juntar dinheiro, ganhar com a sabedoria e um dia, estabelecer-se por conta própria e ser concorrente do ex-patrão. A esta cultura instalada, não é estranho o facto de na própria actividade comercial – perfeito ninho de solidários contactos que visava agradar a freguesia – aceitar-se com naturalidade de um conhecimento que raramente extravasava o espaço do bairro, da ilha ou da rua, que a inserção de Marçano lá da área, pressupunha um prévio conhecimento da família e uma subjacente cumplicidade em poder dispôr desta mão-de-obra barata sujeita a horários pautados pelo curto percurso entre a sua casa na esquina e o estabelecimento, várias vezes localizado no mesmo passeio da rua.

Manuel Teixeira Cabral de Mendonça na parte correspondente “*Dos Conhecimentos necesarios ao Negociante para se distinguir do simples mercador, ou Negociante de Retalho*” refere a arte de comerciar não se resume às simples operações de comprar e vender, pelo que “*exige grandes estudos, e hum sem número de conhecimentos prévios.*”¹⁶¹ Assim,

“o Negociante deve saber: **em primeiro lugar** escrever facil e sofrivelmente pelo que toca ao mecanismo da letra; e com correccão, clareza, exatidão pelo que toca á expressão: **em segundo lugar**, além da sua Lingua, que elle deve saber de modo que possa executar o que acabo de dizer, deve saber as Linguas mais usadas nas terras com que pertende negociar: **em terceiro lugar** a Arithmetica necessaria ao Commercio; **em quarto lugar**, a escripturação dos Livros por Partidas Dobradas; **em quinto lugar** redigir qualquer acto de Sociedade, e qualquer convenção particular, Pratica das letras e Bilhetes de Cambio, o Contracto dos Dinheiros dados a risco, Policia de Seguros, Sentença Arbitral, etc.”¹⁶²

Não se limitando a actividade comercial ao espaço restrito de venda, um vasto rol de recomendações a ter em conta no acto comercial são apontadas pelo autor. A moeda, o câmbio e o sistema fiduciário. O sistema métrico, os pesos e as medidas. O uso das Letras de Câmbio e seus prazos de pagamento e vencimento. Quais as melhores Praças e as melhores sedas. Origem, material e fabrico das diferentes qualidades de fazendas. Os preços do frete e seguro de transporte, etc, etc, etc. “*A Jurisprudência Consular, as Leis, os costumes das Camaras de seguros, e dos Consulados, conforme os diferentes Paizes, e em geral todas as Ordenações, Regulamentos, e Portarias, relativos ao Commercio, tanto na terra como de mar*”¹⁶³ devem constituir igual motivo de conhecimento. O **Guarda-livros** merece igualmente atenção especial. Manuel Teixeira Cabral de Mendonça dedica-lhe a Lição IX do Tomo

¹⁶¹ MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de – *O Guarda-Livros Moderno ou curso completo de instrucções elementares sobre ações do commercio, tanto em mercadorias, como em banco, offerecido aos negociantes portugueses*. Tomo II. Lisboa: Na Impressão Régia, 1823. p. 101.

¹⁶² *Idem. Ibidem*. O negrito e sublinhado é de nossa autoria.

II – *Das qualidades que deve ter aquella pessoa que se destina ser Guarda-Livros, e das suas obrigações no serviço do Escriptorio.*¹⁶⁴ Aos conhecimentos acumulados que é exigido aos restantes agentes da classe comercial, “*elle deve saber o modo de se conduzir nas diferentes subtilizas do Negocio*” que difíceis de adquirir, só a prática da experiência o poderá acautelar e prevenir das “*maliciosas intenções de varios homens, que não vivem se não de calotes.*” A este, a quem é depositada a confiança nos negócios e os segredos das contas, a astúcia é uma qualidade que deve estar sempre presente. Esta competência delegada ao Guarda-livros estende-se na superioridade sobre os Caixeiros pois,

“estes lhe devem obedecer em todas as cousas do Escriptorio abaixo do Patrão, sem a faculdade do qual o dito Guarda-Livros não lhes pôde mostrar o Diario, e o Livro da Razão. O Guarda-Livros he sobre todos obrigado a guardar hum inviolavel segredo dos Negocios da casa, pois elles tem o maior conhecimento, e qualquer nota que tiver de indiscreto neste particular, será bastante para que ninguem o deva receber no seu Escriptorio.”¹⁶⁵

Cabral de Mendonça recorda alguns conselhos que o Guarda-livros deverá obedecer, colocando-os uns numa esfera moral e de princípios que o devem acompanhar e outros como defesa – sua e da casa comercial – em face das “*maliciosas intenções de varios homens*”.

Esfera da moralidade individual	Esfera da moralidade/ética comercial
<p>“1º - O segredo inviolavel que deve guardar dos negocios da Casa em que serve. 2º - A fidelidade que deve ter nas cousas que se lhe entregão, ou de que elle tem inspecção. 3º - A diligencia, e cuidado que elle deve ter em passar aos Livros os Negocios de cada dia, cabendo no possivel. 4º - A summa vigilancia que deve ter sobre a segurança do Escriptorio. 5º - O rever a miudo as Contas do Livro de Raxão, para pôr em cobrança as dividas que não tiverem prazo de tempo, ou que o seu vencimento se tenha já completado. 6º - A cautelar os Livros da vista dos curiosos, principalmente o Livro de Razão, e o Livro de Caixa. 7º Não demorar as Contas áquelles que lhas pedem. 8º - O correr pela vista todos os dias o caderno das Letras, ou Livro de Cobranças, para não deixar passar o dia do seu vencimento, e da mesma fórma o caderno de Lembranças, para dar satisfação ao que se lhe tem ordenado. 9º - Conferir todos os oito dias os artigos do Borrador com o Diario, e os do Diario com o Livro de Razão pelos assentos que escreveo durante a semana, e assim continuará até ao fim do anno. 10º - O tirar de tres em tres mezes o Balanço olante, e todos os annos do Negocio para sondar os fundos que a Casa tem, para o que ficão dadas as regras necessarias.”¹⁶⁶</p>	<p>“1º - Desconfiar de todos aquelles, que pela primeira vez nos procurão, sem que d’antes tenham sido conhecidos. 2º - Não assignar papel algum em branco, nem escripto, sem que primeiro se leia. 3º - Não dar dinheiro algum, seja á conta, por saldo, ou emprestimo, sem que em seu poder fique hum Recibo, ou obrigação por onde conste a todo o tempo a sua entrega. 4º - Não fazer contracto algum sem que as suas condições sejam estipuladas por escripto, salvo com tudo se as pessoas com quem se trata são conhecidas por verdadeiras. 5º - Não comprar fazenda alguma sem primeiro examinar a sua qualidade. 6º - Não metter dinheiro algum em caixa sem primeiro o ver contar ao sahir das mãos daquelle que o paga. 7º - Finalmente não resolver proposição alguma que se lhe offereça, sem considerar o que he preciso para a não errar, nem entrar em negociação alguma sem prudente cálculo, o qual sempre deve ter por fundamento as informações de pessoas fieis.”¹⁶⁷</p>

¹⁶³ *Idem. Ibidem.* p. 103.

¹⁶⁴ *Idem. Ibidem.* pp. 105-109.

¹⁶⁵ *Idem. Ibidem.* p. 146.

¹⁶⁶ *Idem. Ibidem.* pp. 107-108.

Cabral de Mendonça usando as mesmas palavras de *Postilla do Commercio*¹⁶⁸ diz que ao Comerciante deve reunir um conjunto de predicados que constituem a sua estimação: “a verdade, a boa fé, a promptualidade, a prudencia, a economia, a applicação, a intelligencia da profissão mercantil, e a exactidão dos seus Livros de contas.”¹⁶⁹ Afinal, nada de mais que não seja pedido aos candidatos para outras profissões.

Em relação ao Caixeiro, Cabral de Mendonça alerta que

“a sciencia do Commercio se deve aprender por meio de hum anticipado estudo, para se poder depois exercitar com acerto. Varias partes deste estudo se podem ensinar theorica, e arithmeticamente, a Escriptura Dobrada, as Reducções de moedas, pezos, e medidas, os Cambios, os Seguros, e varios outros objectos scientificos, que todos formão o Curso triennial das Reaes Aulas do Commercio do Reino.”¹⁷⁰



Fig. 10 – Manuais que ensinam o comercialmente... correcto

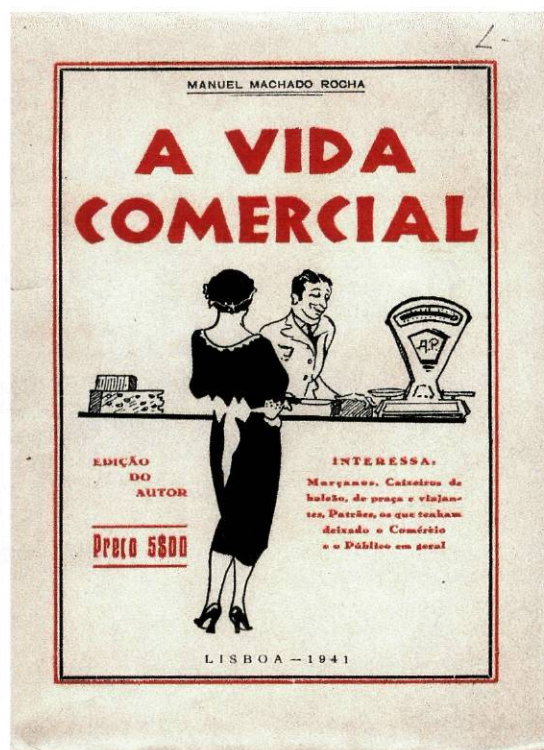


Fig. 11 – A relação empregado/cliente assume contornos de *bem servir*

A sua condição de Caixeiro obriga-o a uma posição subalterna na hierarquia profissional. “Deve principalmente obedecer, para depois saber mandar, quando tiver a sua Casa de Negocio.”¹⁷¹

¹⁶⁷ Idem. Ibidem. p. 106.

¹⁶⁸ J. M. P. e S. – *Postilla do Commercio*. Paris: Na Officina Typographica de Firmin Didot, 1817. pp. 16-17.

¹⁶⁹ MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de – *Op. Cit.* p. 129.

¹⁷⁰ Idem. Ibidem. p. 141.

¹⁷¹ Idem. Ibidem.

As habituais recomendações que ao Caixeiro se prendem na sua pacuilar forma de publicamente se mostrar à sociedade. *“Deve usar de huma grande modestia no seu traje, e apartar-se o mais que for possivel de divertimentos, de festas, de assembléas, e de passatempos ociosos.”*¹⁷² Hábitos que devem vir desde a infância, daí a persistência em incuti-las, desde cedo, ao Marçano. Uma preocupação que justificada na profissão, aumenta pois, *“estas advertencias são tanto mais importantes, quanto a corrupção dos costumes he nestes tempos executivamente maior, do que nos passados.”*¹⁷³

Ao Marçano, as suas obrigações no espaço comercial resumem-se à obediência. *“Deve estudar praticamente o modo de ser obediente a seu patrão, guardar o segredo inviolavel em todos os seus negocios, ser curioso de se instruir, e perguntar a razão de tudo o que observar; pois o Patrão he obrigado a ensinallo sem reserva, com atenção e amor de pai, e a reprehendello do mesmo modo.”*¹⁷⁴ Está pois como que legitimado o direito de ao Patrão – substituindo o *amor de pai* – repreender o principiante, o aprendiz, o Marçano.

1.6 - MESTRES QUE FORAM CAIXEIROS...

“Por toda a parte, a mocidade do commercio se alistou sempre ao serviço das causas nobres e de avance em prol da cultura geral.”

José Pereira de Sampaio (Bruno)¹⁷⁵

A grande quantidade de personalidades de “sucesso” que outrora foram Marçanos ou Caixeiros, leva-nos, sem no entanto podermos concluir uma notória relação causal-efeito, a referenciar o autodidactismo que a actividade/profissão continha.

Se para muitos constitui o primeiro emprego ou primeira ocupação, não será de todo refutar, nomeadamente e para os então moços das proximidades e redondezas a sua entrada para Marçano ou Caixeiro, e talvez como mera ocupação

¹⁷² *Idem. Ibidem.* p. 31.

¹⁷³ *Idem. Ibidem.* p. 142.

¹⁷⁴ *Idem. Ibidem.* pp. 142-143.

¹⁷⁵ BESSA, Alberto – *Encyclopédia do commerciante e do industrial*. Porto: Lopes & C^a, 1915. p. 679.

temporária e provisória, escondesse – nomeadamente para o caixeiro – uma certa preocupação dos pais que quando o filho ocupado, poupava-o dos violentos, pesados e amargos trabalhos de exposição à chuva, ao frio, ao sol e ao vento, uma “ocupação abrigada” sempre era uma garantia de aprendizagem e um “trabalho mais limpo”. Não seria uma profissão nobre e “estágio” para outras actividades, também elas cultas “bancos, ensino, etc.”.

Um breve levantamento leva-nos a reunir alguns desses que foram Marçanos ou Caixeiros. Porventura muitos outros nomes podiam constar, por mérito, por simpatia, por lembrança. No entanto e longe de ser nosso propósito apresentar um exaustivo inventário, limitar-nos-emos a apresentar alguns casos de maior notoriedade.

Cândido SOTTO MAYOR

Pai de um dos sócios fundadores¹⁷⁶ do Banco Pinto & Sotto Mayor, *“logo aos 18 anos, embora desde os 13 já trabalhasse como simples marçano num pequeno estabelecimento de Chaves, partiu para o Brasil...”*¹⁷⁷ onde na Casa Sotto Mayor, fundada por seus tios, embranha-se no espírito bancário da economia financeira incutindo em 1914, a seu filho, o desejo de este polarizar as suas faculdades em torno do negócio bancário.

GOMES DE AMORIM

*“Ao tempo em que este último tinha 10 anos (1837), a sua família de lavradores do Minho perdera os poucos haveres na Guerra Civil e encontrava-se em completa desavença, sendo os parentes da linha materna miguelistas e os da linha paterna liberais. A falta de recursos económicos e as zangas políticas acabaram por conduzir à separação dos pais. Amorim fugira de casa com um irmão, conseguindo depois embarcar para o Brasil onde um parente o empregaria como caixeiro na sua loja. Tinha frequentado apenas a escola da aldeia em Portugal.”*¹⁷⁸ De regresso a Portugal *“solicitara e acolhera-se à protecção de Garrett que de bom grado se esforçaria por iniciá-lo na sociedade dos homens de letras e das pessoas de bom-tom. Corrigir-lhe-ia discretamente o gosto não cultivado, orientando-o na decoração do*

¹⁷⁶ Cândido Sotto Mayor Júnior que em 1914, juntamente com António Vieira Pinto, fundam o Banco Pinto & Sotto Mayor.

¹⁷⁷ *Diário de Notícias* de 30 de Outubro de 1935.

¹⁷⁸ SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses... Op. Cit.* p. 42.

*quarto e na escolha do vestuário; levá-lo-ia aos serões dos marqueses de Penalva; seccionar-lhe-ia as leituras...*¹⁷⁹

JAIME LOPES AMORIM

O grande percursor da ciência contabilística em Portugal e defensor da corrente patrimonialista que caracterizou a Escola do Porto, também ele, foi Marçano. Depois de concluir a instrução primária e não contando com o apoio de seu pai que o queria ver como aluno interno no Colégio de Nossa Senhora do Carmo, em Penafiel, abandonou os estudos com 15 anos de idade e abalou para o Brasil. *“Da sua permanência no Brasil, de cerca de 3 anos; o pouco que se sabe é que lá trabalhou como marçano, como era habitual no começo da vida dos emigrantes e que, passado esse tempo, regressou a Portugal porque estava doente.”*¹⁸⁰

João Baptista da Silva Leitão de ALMEIDA GARRETT

Filho de um funcionário superior das Alfândegas e de mãe descendente de uma abastada família de comerciantes do Minho. Quando exilado em França, emprega-se *“numa casa bancária, como correspondente comercial (que será, também, cem anos mais tarde, a profissão errática de Fernando Pessoa).”*¹⁸¹

Joaquim Pedro de OLIVEIRA MARTINS

Nascido de uma família burguesa com poucos recursos, fica órfão de pai aos 12 anos. Três anos depois, interrompe os estudos no Liceu Central de Lisboa, *“para ocorrer ao sustento da mãe e de cinco irmãos menores,”*¹⁸² trabalhando durante dez anos numa casa comercial.

José EDUARDO COELHO

Nascido em Coimbra, veio viver para Lisboa após os primeiros estudos, *“tendo-se dedicado ao comércio, como caixeiro, numa loja de ferragens.”*¹⁸³ Mais tarde funda o Diário de Notícias.

¹⁷⁹ *Idem. Ibidem.* p. 43.

¹⁸⁰ TAVARES, Amândio Faustino Ferreira – *A Influência de Jaime Lopes Amorim no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 47. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria.

¹⁸¹ LISBOA, Eugénio Coord.) – *Dicionário cronológico de autores portugueses*. Vol. I. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989. p. 634.

¹⁸² *Idem. Ibidem.* pp. 279-280.

José Joaquim CESÁRIO VERDE

Nasceu numa família de comerciantes abastados. “o pai, José Anastácio Verde, tinha o seu comércio na Rua dos fanqueiros, bem no coração da ‘parte mercantil’ da cidade [de Lisboa].”¹⁸⁴ Dos restantes quatro irmãos, três faleceram ainda muito novos, antes do desaparecimento do pai. “Cesário devia suceder-lhe nos negócios, caso não tivesse morrido primeiro.”¹⁸⁵

Independentemente do seu percurso literário, desempenhou com mais ou menos intensidade, a actividade comercial no ramo de negócios da família, tirando partido do domínio das línguas: “a correspondência comercial da loja do pai redigida pelo seu punho mostra que sabia francês e inglês”¹⁸⁶ estendendo os seus conhecimentos à restante escrituração comercial. “é de crer que tenha seguido estudos especializados de comércio, pois por mais de uma vez faz menção das ‘[suas] habilitações comerciais.’ De qualquer modo a correspondência comercial da firma J. A. Verde, Lda, já se achava a seu cargo em 1872, o que permite sabê-lo desde essa altura, pelo menos, ‘empregado no comércio’.”¹⁸⁷

MANUEL Bento CARQUEJA

Bisneto de Marçano e também ele Marçano, frequenta a Academia Real de Comércio e da Marinha e a Academia Politécnica do Porto, fundando em 1854 O *Comércio do Porto*, depois de trabalhar com o pai, na loja da família.¹⁸⁸

De trás do balcão saíram outros nomes... outros mestres. **Alfredo Henrique da Silva**, também ele “marçano ao serviço dum patrão impiedoso e brutal.”¹⁸⁹ **Daniel Foe** (autor do Robinson Crusoe, começou em Marçano); **James Cook** (primeiro foi Caixeiro de mercearia e depois, célebre navegador inglês) e ainda **Abraham Lincoln** (antes de ser Presidente dos EUA foi Caixeiro de um armazém de mercearia).

¹⁸³ *Idem. Ibidem.* p. 179.

¹⁸⁴ *Idem. Ibidem.* p. 379.

¹⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁸⁶ *Idem. Ibidem.* p. 380.

¹⁸⁷ *Idem. Ibidem.*

¹⁸⁸ RIOS, Alice – Jornalismo foi o alvo da dinastia Carqueja. *Jornal de Notícias*. 21 Nov. 1999, p. 4.

2º CAPÍTULO

A REGULAMENTAÇÃO DA CARREIRA CAIXEIRAL

"que dê a reconhecer o seu caixeiro como auctorizado para algumas operações de seu trafico, os contractos, que fizer comas pessoas a quem se dirigiu a circular, são validos e obrigatorios, em quanto relativos á parte da administração a elle confiada."¹⁸⁹

Apenas no início da segunda metade de Setecentos, durante a época Pombalina que vamos assistir a uma discreta mas importante regulamentação sobre a actividade do Marçano e do Caixeiro e o lugar que ocupa no comércio como sector de actividade em crescimento, e também ele a precisar de um novo e actualizado quadro normativo.

Em terminologia jurídica são assim designados, desde o século XVIII, os empregados do comércio em geral, cujas habilitações e funções haviam sido já reguladas pelos Estatutos aprovados por Alvarás de 19 de Maio de 1759 e 16 de Dezembro de 1757, onde essa designação passou para os Códigos Comerciais de 1833 e 1888. Aliás, é nestes Códigos que encontramos a regulamentação da função jurídica dos Caixeiros nas suas relações mercantis com terceiros.

Se a legislação decretada a partir do período Pombalino determina um novo enquadramento nas relações individuais e institucionais de âmbito comercial, o Marçano e o Caixeiro, arrastados pelas práticas impostas resultantes desta evolução são integrados num sistema, afinal já existente mas que carecia de força de lei.

Gradualmente assistimos ao modelar de uma estrutura orgânica e funcional onde os diferentes agentes comerciais se encaixam de acordo com as funções

¹⁸⁹ SILVA, Luis Henrique da – O Centenário do nascimento de Prof. Dr. Alfredo Henrique da Silva. *O Tripeiro*. Ano XII, VI Série, nº 1 (Jan. 1972), p. 26.

¹⁹⁰ PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Código Commercial Portuguez: seguido de um appendice*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1875. p. 30. (Artº 61º).

determinadas pelas tarefas que executam e que a especificidade das suas funções exigia:

Caixeiro de Balcão – O caixeiro que promove vendas ao balcão;

Caixeiro de Cobrança – O que tem a seu cargo a cobrança, estando encarregado da caixa registadora;

Caixeiro de Armazém – O que está encarregado de verificar a entrada das mercadorias, da sua arrecadação e da sua expedição;

Caixeiro de Praça – O que percorre, dentro de horas determinadas, a praça em que a sua casa tem a sede, encarregado de vender por mostruário;

Caixeiro Intérprete – O empregado encarregue de verter para o idioma estrangeiro o expresso por seu chefe em transacções comerciais com negociantes estranhos;

Caixeiro Viajante – O que exerce funções análogas às do anterior, mas em áreas geográficas mais vastas, no espaço nacional e estrangeiro;

Caixeiro Despachante – Tem a seu cargo o despacho das mercadorias da casa em que se emprega.

Assente num quadro normativo legal o século XIX impunha que nos Quadros da Administração Pública fossem cumpridos os requisitos académicos que permitissem o ingresso. É assim para as Alfândegas onde os lugares de aspirante ou verificador exigia o curso superior de comércio.¹⁹¹

2.1 - O CÓDIGO COMERCIAL PORTUGUÊS E OS CAIXEIROS

2.1.1 – Do Código de Ferreira Borges a Veiga Beirão

Entendemos ser de fundamental importância procurar nos Códigos Comerciais de 1833 e 1888, quais as diferentes disposições legais que enquadram no âmbito da actividade comercial, o papel do Caixeiro e restantes agentes comerciais, seu enquadramento e determinações quer na relação dos actos comerciais quer na escrituração como instrumento de registo do quotidiano mercantil.

As suas competências e obrigações, mesmo no âmbito legislativo reduzem-se a meia dúzia de artigos, bastante pouco e insuficiente para aqui, procurarmos numa análise atenta e cuidada, estabelecer quadros teóricos de condicionalismos específicos desta “ocupação/actividade comercial.”

Competiu-nos registar que ambos os Códigos, quer na parte referente aos Caixeiros/agentes comerciais, quer na que se refere à escrituração comercial, é presente uma preocupação em identificar cuidados e atenções a ter na prática do registo comercial, como instrumento legal e juridicamente válido para testemunhar as transacções comerciais – fora e dentro do estabelecimento comercial. Se assistirmos a uma crescente e até recomendável preocupação em actualizar/modernizar os processos e actos de escrituração, o mesmo não podemos dizer em relação ao Caixeiro. Sobre este, ambos os Códigos apenas determinam condicionantes gerais – mais do foro do direito civil – sobre a quem compete ser comerciante. As naturais e esperadas restrições de conhecimentos práticos e teóricos são omitidos.

Assim, não será nossa preocupação, enquanto investigador de factos e factores histórico-sociais, por entendermos ir para além do âmbito do enquadramento temático do nosso estudo, qualquer análise de outros aspectos de conteúdos de ambos os Códigos Comerciais.

Devido à crescente complexidade da matéria económica e consequente aparecimento de novos problemas comerciais cedo foi necessário actualizar e reunir todas as leis existentes sobre o direito mercantil português “*abrangendo n’um só corpo legal a cahotica legislação dispersa por variadissimos diplomas.*”¹⁹² Só a partir do Código Comercial de 1833 foi possível evitar recorrer ao inúmero rol de massa de leis comerciais, dispersas e evasivas, com frequentes remissivas para outras entretanto desactualizadas e desajustadas,¹⁹³ e maioritariamente datadas do século XVII e XVIII. Embora o estado caótico em que se encontrava a legislação do foro mercantil justificasse efectivamente um novo e diferente quadro jurídico, o enquadramento político-económico saído da Revolução Liberal de 1820 possibilitou a favorável implementação de, através de um Código Comercial, consagrar os princípios da liberdade de circulação e de comércio, de acordo com os interesses da vontade dominante: satisfazer as pretensões de uma sempre atenta Burguesia mercantil.

Até então, os *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha*, de José da Silva Lisboa, (1801 a 1812) e os escritos de José Ferreira Borges, além do *Diccionario Juridico Commercial* (1839, mas escrito em 1833), serviram como referência aos

¹⁹¹ Decreto nº3 de 27 de Setembro de 1894. *Diário do Governo* de 29 de Setembro de 1894, nº 221.

¹⁹² SILVA, J. F. Azevedo e – *Estudos de Direito Commercial*. Lisboa: Bibliotheca da Revista de Direito, 1906. p. 9.

estudos e análises jurídicas de foro comercial.¹⁹⁴ Lá fora, apenas existia os Códigos Comerciais da França, da Prússia e da Espanha “*todos mais deficientes do que o português, que foi a primeira lei europeia reguladora dos cheques.*”¹⁹⁵

A escassez e notória inexistência de publicações e escritos sobre questões de Direito Comercial é evidenciada com a apresentação feita em 26 de Março de 1821 onde Ferreira Borges, no Congresso Constituinte divulga o seu *Projecto de Seis Títulos do Código de Commercio Marítimo*, impresso em folheto nesse mesmo ano. Dois anos depois, é estabelecido um prémio de 8 000\$000 réis, para ser adjudicado em concurso¹⁹⁶ a quem fizesse o melhor projecto do Código Comercial Português.

Aceite o desafio, Ferreira Borges – estabelecido no Porto como advogado especializado em questões comerciais¹⁹⁷ - apresenta o seu projecto de Código Comercial que, promulgado por D. Pedro, este “*deu ordem para imprimir e publicar os 1860 artigos*”¹⁹⁸ transcritos no Decreto de 18 de Setembro de 1833, entrando em vigor a 14 de Janeiro de 1834. No entanto, e apesar de receber os mais rasgados elogios de José da Silva Lisboa, da Associação Comercial do Porto¹⁹⁹ e do Tribunal de Comércio de Lisboa,²⁰⁰ bem cedo este jurisconsulto viria a provar as amargas oposições de opinião ao recente Código. A Associação Mercantil de Lisboa²⁰¹ juntamente com alguns coros menos satisfeitos de deputados e comerciantes, alia-se

¹⁹³ “Para fazer leis como os nossos bem aventurados governos, não conhecemos outro paiz!... Leis que ninguém comprehende, e então com uma tal barafunda de citações e referencias a portarias e decretos da era dos Affonsinhos.” Cfr. DAVID, H. – *Op. Cit.* p. 14.

¹⁹⁴ José da Silva Lisboa, José Ferreira Borges e José Acúrsio das Neves reconhecidos pensadores e percursos da Economia Clássica.

¹⁹⁵ *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. VII. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda, S.d. p. 28.

¹⁹⁶ Lei de 14 de Fevereiro de 1823.

¹⁹⁷ QUEIROZ, Francisco – Os Monumentos a José Ferreira Borges e D. Manuel de Santa Inês. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XVII, nº 11 (Nov. 1998), p. 338.

¹⁹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. Vol. VIII. Lisboa: Editorial Verbo, S.d. p. 268.

¹⁹⁹ A 14 de Março de 1835 a Associação Comercial do Porto em Assembleia Geral manifesta a gratidão e reconhecimento pelos serviços prestados “à Nação Portuguesa, e particularmente à Cidade do Porto” fazendo-o por escrito e endereçando o reconhecimento a José Ferreira Borges a 21 de Março de 1835. Cfr. BORGES, José Ferreira – *Das fontes, especialidade, e excellencia da Administração Commercial segundo o Código Commercial Portuguez*. *Op. Cit.* p. 72.

²⁰⁰ A 9 de Fevereiro de 1835 os primeiros Juizes Jurados do Tribunal de Comércio de Lisboa, no momento de serem substituídos, de acordo com a lei em vigor, expressam ao então Presidente do Tribunal – José Ferreira Borges – a consideração pelos serviços prestados. Cfr. BORGES, José Ferreira – *Das fontes, especialidade, e excellencia da Administração Commercial segundo o Código Commercial Portuguez*. *Op. Cit.* pp. 73-74.

²⁰¹ Em Sessão de Cortes de 29 de Novembro de 1834 é apresentado pelo Deputado Larcher, um requerimento em nome da Comissão de Commercio, Artes, e Manufacturas que referido-se ao Código Commercial de 1833, acrescenta “naquelle corpo de Direito existem algumas disposições, que contranão, não sem inconvenientes, os usos recebidos na nossa praça.” Propõe pois, uma adequada revisão ao recém publicado Código Commercial no sentido de “alterando alguns artigos do referido Código, o ponha em perfeita harmonia com os nossos antigos usos” recomendando ainda que a Associação Mercantil de Lisboa fosse ouvida. Constituída a Comissão para a Revisão do Código Commercial Português cujos alguns dos elementos nomeados eram sócios da Associação Mercantil de Lisboa, rebenta a guerra entre o autor do Código e a referida Associação que colocara a público a desejada revisão do Código com o desconhecimento da maioria dos seus elementos convidados para proceder às alterações. Cfr. BORGES, José Ferreira – *Das fontes, especialidade, e excellencia da Administração Commercial segundo o Código Commercial Portuguez*. *Op. Cit.* pp. 67-71.

No entanto, estranha-se que à Associação Mercantil de Lisboa que só em Fevereiro de 1855 obteve a denominação de Associação Comercial de Lisboa, Cfr. *EMPRESAS Centenárias e Cinquentenárias de Portugal*. 1993. p. 3, e cujos primeiros estatutos foram aprovados em 28 de Dezembro de 1834, fosse possibilitada - na ilegalidade - ser indicada em Novembro de 1834 para ser ouvida e consultada para a Revisão do Código Commercial de 1833.

às críticas pouco benevolentes dos comentadores e reformadores.²⁰² Assim, a imposição do Código, embora à muito reclamada pela classe mercantil, não foi feita sem a o ataque dos deputados levando Ferreira Borges a responder:

“Era do interesse geral do Corpo Commercial Portuguez o saber em resumo quaes erão as partes componentes da Administração que lhe respeita, e era necessario dizer aos juizes civis qual era o contacto em que se achava esta com a parte judicial que exercitão: era necessario dizer a alguns Deputados da Nação o que era uma Administração que attacarão, e em que fallarão sem conhecimento de causa.”²⁰³

Procurando aniquilar definitivamente aqueles que se opuseram à publicação do seu Código Comercial e à instituição de Tribunais de Comércio, onde “a *historia dos nossos Tribunaes de Commercio até o anno de 1833, é a historia da decadencia do nosso commercio*,”²⁰⁴ Ferreira Borges estabelece, retrospectivamente, o Portugal comercial anterior ao Código:

“Antigamente, isto é, até à publicação do Código, sabem todos o que era o processo mercantil Portuguez, e mesmo a sua confusão de jurisdicções. Nós só supomos esquecidos os que com má fé atacão o novo processo e os novas Tribunaes: a má fé, a inveja, n’uma palavra a ignorancia que é a fonte das duas, são o narcotico destes sonnambulos da Jurisprudencia.”²⁰⁵

Denunciando o viciado e corrupto quadro legislativo e judicial que imperava, encontrando nele o definhamento do comércio e a consequente ruína dos capitalistas e negociantes, o autor do Código acrescenta:

“Os nossos capitalistas, negociantes, n’uma palavra, todos os homens empregados na indústria não se atrevião nem podião alargar a esphera das suas operações, porque receiavão em razão da incerteza dos julgados; os juizes corruptos, dependentes de um Rei absoluto, mal pagos, e em grande parte ignorantes, porque não tinham meios, nem tempo, nem estímulos ao estudo; um processo inquisitorial, escrivães damnhinhos, custas arbitrárias, chicana em vez d’advocacia; tudo isto offerencia á especulação, e ao espirito de contractar e empregar um receio horroroso e invencível.

...
Isto é uma verdade que a geração actual conhece e reconhece. Como podia pois o Commercio e a Industria prosperar? Eis aqui uma das principaes causas de seu definhamento. E que tem accontecido desde 18 de Setembro de 1833, publicação do Codigo? Porque é que se desenvolvem actualmente as empresas dos Bancos, das Companhias, e a actividade da especulação??”²⁰⁶

²⁰² É o caso de: ROSADO, Ribeiro – *Manual do Processo Commercial*. 3ª edição, 1882.; FORJAZ, Adrião – *Anotações ao Codigo de Commercio*. Nova edição, 1875.; RIBEIRO, Hintze – *Da Reforma da Legislação Commercial*. 1877.

²⁰³ BORGES, José Ferreira – *Das fontes, especialidade, e excellencia da Administração Commercial segundo o Codigo Commercial Portuguez*. Op. Cit. p. V.

²⁰⁴ *Idem*. *Ibidem*. p. 2

²⁰⁵ *Idem*. *Ibidem*. p. 7

²⁰⁶ *Idem*. *Ibidem*. p. 8.

Aos que incessantemente não deram descanso aos seus argumentos, acusando-o de ser autor de um Código Comercial que “*attacava os usos da praça*,”²⁰⁷ José Ferreira Borges remata, orgulhosamente: “*Nós não temos pejo de dizer, que o nosso Codigo de Commercio, é o corpo de doutrina mercantil mais completo da Europa.*”²⁰⁸ Acrescentando, “*Dizer mal de uma obra scientifica é tão fácil ao malevolo como alevantar testemunhos ao innocente. Fazei-a melhor, ou igual: eis ahi a nossa única resposta.*”²⁰⁹

Contudo, se mérito foi reconhecido ao Código Comercial de 1833, é inegável esconder que rapidamente foi ultrapassado a sua vigência por não acompanhar nem “*satisfazer as necessidades jurídicas do país, tornando-se urgente revê-lo, bem como à legislação atinente promulgada após a sua publicação.*”²¹⁰ A publicação do Código Civil em 1867, a promulgação incessante de diplomas que substituindo, acrescentando ou completando as disposições do Código Comercial, apressaram a necessidade de aparecer um novo Código Comercial Português.²¹¹ A imposição colocada à sua urgente substituição levou à nomeação de duas comissões que logo foram dissolvidas antes de apresentar as esperadas reformas.²¹²

Finalmente, em 1888, meio século após a publicação do Código Comercial de 1833, e após a constituição de comissões encarregues de separar o processo e a legislação jurídica substantiva (1859, 1868, 1879 e 1881) Francisco António da Veiga Beirão conseguiu encetar a reforma, que parecia indefinidamente adiada, de promulgar um novo Código Comercial.²¹³ O então Ministro e Secretário de Estado dos

²⁰⁷ *Idem. Ibidem.*

²⁰⁸ *Idem. Ibidem.* p. 83.

²⁰⁹ *Idem. Ibidem.* p. 15.

²¹⁰ ASSOCIAÇÃO Comercial do Porto: *resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias 1834-1940*. Porto: ACP, 1942. p. 131. Neste sentido, a Associação Comercial do Porto apresentou vários estudos com o fim de se proceder a uma reforma adequada da respectiva legislação e assim proceder às alterações a introduzir ao Código. Tal aconteceu em a comissão criada por proposta de 26 de Março de 1858 mas que, “*por circunstâncias estranhas à vontade da agremiação*” raramente dava os resultados desejados, embora a Associação continuasse a exercer uma pressão constante junto do Governo.

²¹¹ Nesta matéria é de mencionar a seguinte legislação entretanto publicada: a Lei de 28 de Janeiro de 1834 sobre a modificação do processo para o julgamento de presas; Portaria de 3 de Setembro de 1836 que proíbe a navegação de cabotagem aos navios estrangeiros; o Decreto de 30 de Setembro de 1836 sobre a abolição da suprema magistratura do comércio; a Lei de 2 de Julho de 1849 sobre a sujeição de comerciantes não matriculados ao juízo das falências; a Lei de 27 de Julho de 1850 sobre actos de comércio e inclusão em matéria comercial de todas as letras da terra, livranças e bilhetes à ordem; a Carta de Lei de 26 de Julho de 1856 sobre correctores do comércio; o Decreto de 3 de Julho de 1863 sobre acto de navegação; a Lei de 22 de Junho de 1867 sobre Sociedades Anónimas; o Decreto de 23 de Junho de 1870 extinguindo a relação comercial; os Decretos de 30 de Julho de 1877, de 21 de Outubro de 1880 e de 18 de Agosto de 1881 sobre comércio de cabotagem; a Lei de 4 de Junho e o Decreto de 23 de Outubro de 1883 sobre marcas de fábrica e de comércio. Cfr. BEIRÃO, Francisco António da Veiga – *Projecto do Codigo Commercial apresentado à Camara dos Senhores Deputados em Sessão de 17 de Maio de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. p. 4.; PIMENTEL, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Anotações ao Codigo de Commercio Portuguez*. Tomo VI. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866. p. 270.; SILVA, J. F. Azevedo e – *Commentario ao novo Codigo Commercial Portuguez*. Fascículo 1º. Lisboa: Typographia Nacional, 1888. p. 3.

²¹² Por Decreto de 13 de Julho de 1859 foi nomeada uma comissão encarregada de rever, reformar e organizar a legislação comercial. Contudo, é dissolvida por Decreto de 4 de Junho de 1868. Por Decreto de 17 de Julho de 1870 foi nomeada uma outra comissão a fim de rever a legislação comercial... e dissolvida por Decreto de 10 de Junho de 1886. Cfr. BEIRÃO, Francisco António da Veiga – *Op. Cit.* pp. 4-6.

²¹³ “*O projecto de 1887, que será o codigo de 1888, vem substituir a anacronica obra de Ferreira Borges, edificio que, datando de 1833, tinha já tantas fendas e uma tal soma de heras trepadeiras a roê-lo, que se tornára uma ruina tão venerada, como inhabitavel.*” Cfr. MARTINS, Oliveira – Usos do comércio. *Revista de Comércio*, nº 11 (15 Maio

Negócios Eclesiásticos e de Justiça, reconhecendo “o desenvolvimento incessante do trabalho humano, as maravilhosas descobertas da sciencia, e as variadas applicações da industria”²¹⁴ das quais decorrendo de novas relações,²¹⁵ correspondiam a disposições legais diferentes às estabelecidas no Código Comercial de 1833.

Agarrando-se ao aviso de Ferreira Borges, “*formar um codigo não póde ser a tarefa d'um homem só*,”²¹⁶ incumbiu uma equipa de colaboradores da feitura do projecto, com a particular preocupação de, não cometendo o mesmo erro de Ferreira Borges, convidar para a sua realização, individual e colectivamente, particular e officiosamente, todos os que anteriormente reclamavam o protagonismo na necessidade urgente de reformar o Código, podendo assim, ter a oportunidade de apresentarem as suas observações, críticas, conselhos e pareceres. Das Associações Comerciais de Lisboa e Porto²¹⁷ à Associação de Advogados, Tribunais de Comércio e Imprensa, o *chamamento* alastrou-se pelo país e pelo estrangeiro, à procura de gente decidida e competente, de forma a contribuir para a “*patriótica cooperação*.”²¹⁸ Terminada a tarefa e embora não tão ásperas como acontecera com Ferreira Borges, rapidamente surgiram as críticas às imperfeições do novo Código – velha pecha lusitana que sempre soube acrescentar um apêndice de *bota-abaixo*, quando se espera o reconhecimento. Enfim... reformas antigas!...

Apresentado o Projecto à Câmara dos Deputados em sessão de 17 de Maio de 1887, o Código Comercial publicado a 28 de Junho de 1888 entra em vigor a 1 de Janeiro de 1889. Sendo intuito do legislador que o novo Código Comercial tratasse somente do direito substantivo, relega para as leis próprias o direito civil, a organização do foro e a ordem do processo, de que também se ocupava o Código revogado. Desta forma, as diversas matérias que Ferreira Borges acumulara num só corpo legal, ficaram distribuídas pelo Código Civil²¹⁹ que já as revogara na parte por ele abrangida, passando as outras para a lei de organização judiciária, pendente da aprovação do parlamento e para o futuro Código do Processo Comercial²²⁰ e Código das Falências.²²¹

1915). p. 69 e *Dispersos: artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria de Vasconcelos*. Tomo I. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923. p. 185.

²¹⁴ BEIRÃO, Francisco António da Veiga – *Projecto do Codigo Commercial apresentado à Camara dos Senhores Deputados em Sessão de 17 de Maio de 1887*. Op. Cit. p. 3.

²¹⁵ O Código Comercial de 1888 “*encara, não os homens, mas os actos*.” Cfr. MARTINS, Oliveira - *Dispersos: artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria de Vasconcelos*. Tomo I. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923. p. 187.

²¹⁶ SILVA, J. F. Azevedo e – *Estudos de Direito Commercial*. Lisboa: Bibliotheca da Revista de Direito, 1906. p. 9.

²¹⁷ A Associação Comercial do Porto através de documento datado de 3 de Abril de 1886, apresenta o seu parecer da consulta que “*Veiga Beirão classificou de notável*”. Cfr. ASSOCIAÇÃO Comercial do Porto: *resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias 1834-1940*. Porto: ACP, 1942. p. 132.

²¹⁸ BEIRÃO, Francisco António da Veiga – *Projecto do Codigo Commercial apresentado à Camara dos Senhores Deputados em Sessão de 17 de Maio de 1887*. Op. Cit. p. 7.

²¹⁹ Publicado em 1867.

²²⁰ Publicado em 1895.

²²¹ Publicado em 1899.

Para a História, e longe dos agrados mais ou menos circunstanciais dos partidários e opositores ao Código Comercial de 1888, ficou um marco importante do nosso direito mercantil do século XIX. Como refere Azevedo e Silva, o Código de Veiga Beirão

"desembaraçou o foro de archaismos juridicos, relegando para a historia as disposições caducas e obsoletas, actualizando o direito segundo os dictames da sciencia e os progressos do commercio, e innovando, por vezes arrojadamente, sem se preocupar com a rotina nem com os clamores que, por virem de alto, não deixavam de ser inconscientes."²²²

Se é na época Pombalina que o florescer do comércio como actividade da vida económica e que por parte do Estado merece maior preocupação com "a existência do homem de negócios como profissional do balcão,"²²³ a legislação comercial publicada em 1833 com o Código Comercial, veio demarcar uma importante etapa na definição concreta de novos caminhos estabelecidos com todos os agentes que, directa ou indirectamente, se estabeleciam com o comércio.

Segundo o Artº 13º do Código Comercial (1888), são comerciantes: 1º as pessoas que, tendo capacidade para praticar actos de comércio, fazem deste profissão; 2º as sociedades comerciais.²²⁴

No mesmo sentido, os comerciantes são especialmente obrigados pelo Artº 18º a:

- 1º - Adoptar uma firma;
- 2º - Ter escrituração mercantil;
- 3º - Fazer inscrever no registo comercial os actos a ele sujeitos;
- 4º - Dar balanço e a prestar contas.²²⁵

Pelo exposto, o Código determinava que todo o comerciante fosse obrigado a ter livros que dessem a conhecer, fácil, clara e precisamente, as suas operações comerciais e fortuna,²²⁶ sendo pois, indispensáveis a qualquer comerciante, a existência dos seguintes livros:²²⁷ de Inventário e Balanços,²²⁸ Diário,²²⁹ Razão²³⁰ e Copiador.²³¹

²²² SILVA, J. F. Azevedo e – *Estudos de Direito Commercial. Op. Cit.* p. 13.

²²³ CARVALHO, A. L. de – *Op. Cit.* p. 227.

²²⁴ PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Código Commercial Portuguez aprovado pela Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 e mandado publicar oficialmente pelo Decreto de 23 de Agosto do mesmo ano.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889. p. 13. Ver também TAVARES, Horácio Inglez – *Breves nocões commerciaes.* 1ª edição. Lisboa: Typographia "A Nacional", 1911. p. 69.

²²⁵ PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Código Commercial Portuguez aprovado pela Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 e mandado publicar oficialmente pelo Decreto de 23 de Agosto do mesmo ano.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889. p. 14. Ver também BEÇA, Humberto – *Noções de comércio: 2º ano.* Porto: Escola Secundária de Comércio, 1917. p. 14.

²²⁶ Artº 29º do Código Commercial Português de 1888.

²²⁷ Artº 31º do Código Commercial Português de 1888.

Em relação ao Caixeiro, o Código Comercial de 1833 enumera um conjunto de disposições que maioritariamente preenchem a Parte I, Livro I, Título II, Secção III (Artºs 45º a 73º) – Dos feitores e caixeiros.²³² Com poderes de transacção bastante limitados, apenas estendidos a um reduzido número de Caixeiros, de grande confiança do patrão, nomeadamente os que nada entendiam sobre práticas e escrituração comercial, porque o Caixeiro “é o que guarda a caixa de dinheiro de seu amo.”²³³

“O negociante, que conferir a um caixeiro o encargo exclusivo d’uma parte da sua administração, tal como o saque de letras, a arrecadação e recibo debaixo de firma propria, ou outra semelhante, em que seja necessario assignar documentos que produzam obrigação e acção, é obrigado a dar-lhe uma auctorisação especial.

Não será por tanto lícito a caixeiro algum sacar, acceitar ou indossar letras, pôr nellas recibos, nem subscrever outro algum documento de obrigação... salvo auctorisados com poder bastante, legitimamente registrado.”²³⁴

Da mesma forma a lei obriga ao comerciante a dirigir-se por circular a seus correspondentes

“que dê a reconhecer o seu caixeiro como auctorisado para algumas operações de seu trafico, os contractos, que fizer com as pessoas a quem se dirigiu a circular, são validos e obrigatorios, em quanto relativos á parte da administração a elle confiada.”²³⁵

Da mesma lei consta os deveres e obrigações do Caixeiro enquanto parte e interveniente da relação comercial, sumariando muito superficialmente, sem remeter para outros instrumentos jurídicos a relação contratual para com o Caixeiro. “*Pode despedir-se, ou ser despedido, não se achando ajustado por prazo certo, com tanto que seja com um mez de antecipação.*”²³⁶

²²⁸ Os Livros de Inventário e Diário serão, antes de escritos, apresentados ao Juiz Presidente do Tribunal de Comércio da circunscrição onde tiverem de servir, para que sejam por ele ou por algum dos seus escrivães, a quem der comissão, numeradas e rubricadas as folhas, e depois lançados por um dos escrivães do juízo na primeira página um termo de abertura e outro de encerramento na última, sendo referendados ambos os termos pelo Juiz. Cfr. Artº 32º do Código Comercial Português de 1888. O Livro de Inventários e Balanços começará pelo arrolamento de todo o activo e passivo do comerciante, fixando a diferença entre aquele e este o capital com que entra em comércio, e servirá para nele se lançarem, dentro dos prazos legais, os balanços a que tem de proceder (Artº 33º do Código Comercial de 1888).

²²⁹ O Diário servirá para os comerciantes registarem, dia a dia, por ordem de datas, em assento separado, cada um dos seus actos que modifiquem ou possam vir a modificar a sua fortuna (Artº 34º do Código Comercial de 1888).

²³⁰ O Livro Razão servirá para escripturar o movimento de todas as operações do Diário, ordenadas por débito e crédito, em relação a cada uma das respectivas contas, para se conhecer o estado e a situação de qualquer delas, sem necessidade de recorrer ao exame e separação de todos os lançamentos cronologicamente escripturados no Diário (Artº 35º do Código Comercial Português de 1888).

²³¹ O Livro Copiador servirá para nele se trasladarem, à mão ou por máquina, na íntegra, cronológica e sucessivamente, toda a correspondência e telegramas que o comerciante expedir (Artº 36º do Código Comercial Português de 1888).

²³² PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Codigo Commercial Portuguez: seguido de um appendice*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1875. pp. 28-32. Ver também SÁ, Eduardo Alves de – *Primeiras explicações do Codigo Commercial Portuguez de 1888*. Vol. I. Lisboa: Typographia de Christovão A. Rodrigues, 1888. p. 53.

²³³ FONSECA, Pedro José da – *Diccionario Portuguez, e Latino impresso por ordem del Rei fidelissimo o Senhor Dom José I*. 5ª edição. Lisboa: Typographia de Antonio Joze da Rocha, 1839. p. 108.

²³⁴ PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Codigo Commercial Portuguez: seguido de um appendice*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1875. p. 30. (Artº 60º).

²³⁵ *Idem. Ibidem*. p. 30. (Artº 61º).

²³⁶ Cfr. *REPERTÓRIO Commercial para uso e commodidade não só de Jurisconsultos...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. p. 63.

Do enorme *corpus bibliográfico* reunido e consultado para a dissertação deste estudo, foi possível observar que não era feito uma clara distinção entre Guarda-Livros e Caixeiros, chegando mesmo a utilizar um ou outro termo de forma aleatória e indiscriminada. Se o Código Comercial de 1833 se refere a ambos através da expressão Caixeiros e muito esporadicamente usa o termo Guarda-Livros, não nos é possível interpretar qual o espírito do legislador para melhor integrá-los ora como auxiliares do comércio, agentes comerciais ou mandatários na celebração de actos jurídicos e actos comerciais com terceiras pessoas. Confessamos que para nós, numa análise muito simplista, arrumaríamos a questão catalogando os Caixeiros como os executores e responsáveis pelos actos comerciais enquanto presente uma relação de compra e venda; quanto aos Guarda-Livros, seriam os responsáveis pela escrituração comercial. Caso encerrado.

No entanto, colocada a questão, sentimo-nos obrigados a esclarecer, face ao que se vai dizendo desde o século XIX, porque razão é que ambos sendo empregados do comércio, não têm – na prática e práxis mercantil – sido colocados no mesmo patamar?

O nosso actual Código Comercial trata dos caixeiros em disposições que se encontram sob a seguinte epígrafe:

- Dos Gerentes, auxiliares e caixeiros²³⁷ -

Desta colocação dos preceitos relativos aos Caixeiros, entende-se que o Código de Veiga Beirão só se ocupa dos caixeiros-mandatários, isto é, daqueles que do comerciante recebem mandato para a celebração de actos jurídicos com terceiras pessoas. No entanto os Artºs 248º a 265º do Código referem-se a Caixeiros sem qualquer limitação, entendendo desnecessário porque os mesmos artigos estavam já integrados no título identificado por *mandatos*.²³⁸

Procurando fazer um pouco de doutrina comercial, e procurando interpretar o que sobre a matéria nos dizem os autores pós-Código Comercial de 1888 – porque os anteriores, tal como José Ferreira Borges, omitem sobre a questão – tentaremos saber, no âmbito do Código Comercial, a quem se destina a designação de Caixeiro.

Dos Artºs 155º e seguintes do Código Comercial de 1833 vê-se que este Código considerava Caixeiros “*todos os mais empregados, além do gerente, com salário fixo, que os comerciantes costumam instituir como auxiliares do seu giro e*

²³⁷ Capítulo II do Título V, relativo ao *mandato*, do seu livro II, em que regula os contratos especiais de comércio. Cfr. PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Código Commercial Portuguez: publicação official ordenada por Decreto de 23 de Agosto de 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. p. 59.

tráfico.” No entanto, e numa leitura mais atenta ao Artº 260º, este indica-nos que se o mesmo Código considerava Caixeiros os empregados encarregados de escrituração e contabilidade, excluía porém, dessa categoria, os Guarda-Livros.²³⁹

Na 1ª edição, que é anterior ao Código Comercial de 1833, do seu Dicionário Jurídico-Comercial, José Ferreira Borges dizia que Caixeiro é aquele que corre com a caixa, acrescentando:

“Dá-se contudo êste nome em geral aos escriturários dos escritórios mercantis; e mesmo serventes de fora dêle; porque dizem *caixeiro de fora* o que não está fixo a escrever, senão que faz os movimentos comerciais externos ao escritório, levando letras à apresentação, indo à Alfândega, etc.”²⁴⁰

Embora se referisse ainda aos Caixeiros das lojas de Lisboa, certo é que essa indicação, que dava, das pessoas que deviam considerar-se Caixeiros, era muito restrita. Alargou-a, posteriormente, no seu Código Comercial. Por outro lado, no seu *Diccionario Jurídico-Commercial* considera Caixeiros os Guarda-Livros, mas da mesma forma, no seu Código, os exclui dessa categoria. Sendo dos primeiros escritores comerciais a debruçar-se sobre as especificidades da vida comercial enquanto uma relação de actos comerciais e jurídicos, não resistimos à tentação de reproduzir aqui as suas indicações e considerações sobre os Guarda-Livros, porque sendo bastante elucidativas, muitas delas são aplicáveis nos dias de hoje.

“Guarda-livros é a pessoa que tem a seu cargo a arrumação, ou escrituração mercantil de uma casa de comércio. Para ser guarda-livros é necessário ter aprovação da Aula de Comércio.²⁴¹ Êles devem ser matriculados para seus escritos valerem.

Guarda-livros é o caixeiro mais essencial do negociante porque a sua escrituração é a base da sua existência comercial. Cumpre portanto que o Guarda-livros tenha não só perfeito conhecimento da ciência e prática da arrumação, ou arte de escriturar os livros comerciais, mas uma exactidão precisa, e uma fidelidade a tôda a prova. – Êle sabe comumente do estado do negócio e da casa, em que serve, com muita mais precisão do que o mesmo comerciante. O que escreve pode em certos casos constituir prova em juízo: fabrica em certo sentido uma espécie de acto autêntico; e tem a chave de todos os segredos da casa. Vê o resultado das especulações, os gastos do negociante e a sua vida enfim. Da sua fidelidade depende o progresso ou a ruína da casa. O guarda-livros deve ter a escrituração em dia; as cartas emassadas, e os papéis do escritório arrecadados e em ordem. – As obrigações, que a lei nesta parte incumbe ao negociante, passam respectivamente ao desempenho do guarda-livros por força do seu ajuste, contrato e estipêndio, que percebe.

O guarda-livros é um verdadeiro secretário: o resultado dos seus deveres e obrigações é idêntico. O seu contrato é o de *locação de indústria*; e a natureza da indústria em si mostra a sua especifica responsabilidade no segredo, na fidelidade, e na exactidão do cumprimento das suas obrigações.”

²³⁸ Cfr. ANTERO, Adriano – *Comentario ao Código Commercial Portuguez*. 2ª ed. Vol. II. Porto: Companhia Portuguesa Editora, S.d.. pp. 25-80.

²³⁹ É curioso verificar que esta exclusão ainda mais acentuada se encontra no Código Comercial brasileiro, onde a epígrafe do Capítulo IV, do Título III, da Parte I, é a seguinte: “*Dos feitores, guarda-livros, caixeiros*.”

²⁴⁰ O mesmo sentido se repete em BORGES, José Ferreira – *Diccionario Jurídico-Commercial*. 2ª edição. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1856. p. 62.

Assim e pelo exposto, já na nossa antiga legislação comercial, aos guarda-livros era dado uma categoria especial e superior, só podendo desempenhar essas funções quem tivesse o curso da Aula de Comércio; por isso, o Código de 1833 os não considerou Caixeiros e dispunha, no seu Artº 230º, que o comerciante, que fizesse a sua escrituração por outrem, era obrigado a dar ao Guarda-livros, que empregasse, uma autorização especial e por escrito, a qual devia ser inscrita no registo público do comércio.

Na vigência do Código de 1833, o Repertório Comercial, publicado em 1844 por um antigo magistrado, dá de Caixeiro a noção que vem no Artº 155º do Código e no Dicionário de Direito Comercial de J. de Sousa Duarte também é dada a noção do Código, mas antes diz-se:

"Caixeiros, rigorosamente falando, são aqueles que correm com a caixa do estabelecimento, mas, em geral dá-se este nome aos empregados de balcão, aos escriturários mercantis, e mesmo aos serventes de fora dos escritórios e que fazem serviço externo, como o de levar letras à apresentação, indo à Alfândega, etc."

Segundo o mesmo Dicionário, Guarda-livros é a

"pessoa que tem a seu cargo a arrumação ou escrituração de uma casa de comércio: é um verdadeiro secretário do comerciante, que para esse cargo o escolhe; e pode considerar-se para ele o caixeiro mais importante, pois que a escrituração é a base da sua existência comercial."

Como vimos, nada de novo, com mais ou menos palavras, repete o que Ferreira Borges tinha já dito no seu *Dicionário Jurídico-Comercial*.

Veiga Beirão, autor do Código Comercial de 1888, utiliza a expressão *Caixeiros Viajantes*, mas seguidamente distingue os *auxiliares* dos *caixeiros*, indicando como *auxiliares* as pessoas mencionadas nos Artºs 256º e 257º, com os poderes que lhes são atribuídos no Artº 258º, e como *caixeiros* as pessoas mencionadas nos Artºs 259º e 260º.

Adriano Antero distingue os *Caixeiros Viajantes* dos simples *Caixeiros*, dizendo que estes são os empregados que os negociantes têm nos seus estabelecimentos para venderem; mas adiante, em nota ao Artº 259º diz: "*Como se vê dêste artigo, os caixeiros têm a seu cargo apenas vender fazendas do estabelecimento*"²⁴² e em nota ao Artº 260º, acrescenta: "*Esta disposição é a lógica dedução dos poderes dados ao caixeiros para o recebimento de fazendas.*"²⁴³

²⁴¹ Cfr. *Carta de Lei* de 30 de Agosto de 1770 (Artº 5º).

²⁴² ANTERO, Adriano – *Comentário ao Código Comercial Português*. Porto: Tipografia Artes & Letras, 1914. p. 49 e seguintes.

²⁴³ *Idem. Ibidem.*

Considera pois, Caixeiros, além das pessoas mencionadas no Artº 257º (Caixeiros Viajantes), os empregados que do comerciante recebem poderes tanto para vender fazendas nos estabelecimentos por grosso ou a retalho, como para receber fazendas compradas ou que por qualquer outro título devam entrar em seu poder.

Cunha Gonçalves, passando por cima do Código Comercial de Veiga Beirão, dá a noção de Caixeiros, baseando-se no Artº 155º do Código Comercial de 1833, um modo geral,

“todos os empregados com salário fixo, que os comerciantes singulares ou colectivos costumam contratar como auxiliares do seu giro e tráfico, e carecem da faculdade de representar os seus patrões ou obrigar êstes pelos seus actos como mandatários.”²⁴⁴

Mário de Almeida, também faz distinção entre *Caixeiros-Viajantes* (Artº 257º) e *simples Caixeiros* (Artºs 259º e 260º), dizendo que “*simples caixeiros são empregados que os negociantes têm nos seus estabelecimentos para realizarem as vendas*”²⁴⁵ reconhecendo no entanto que os poderes dos *simples caixeiros* podem ser ampliados pelo patrão, encarregando-os de receber fazendas compradas ou que por qualquer título devam entrar em seu poder.

Pelo exposto, o Código Comercial de 1888 afastou-se gradualmente da tradicional terminologia de Caixeiro. No entanto, a Lei nº801 (sobre Acidentes de Trabalho) considera

“Caixeiros viajantes e de praça os indivíduos que percorrem diversas localidades do território nacional ou estrangeiro promovendo a venda, por junto, de quaisquer géneros, como representantes de armazéns, fábricas, companhias, escritórios ou agências de quaisquer ramos de comércio e indústria, ou que como tais sejam reconhecidos pelas respectivas associações de classe.”²⁴⁶

Como nos foi possível observar, na doutrina,²⁴⁷ na jurisprudência²⁴⁸ e na prática²⁴⁹ continuam a usar-se aquelas expressões, dentro ou fora do contexto específico.

Excluídas, porém, no rigor de direito, essas pessoas mencionadas nos Artºs 256º e 257º da categoria legal de *Caixeiros*, procuraremos ver quais as que dentro dela podem ser incluídas.

Segundo os Artºs 259º e 260º, são Caixeiros os empregados do comerciante que são por este encarregados:

²⁴⁴ GONÇALVES, Cunha – *Comentário ao Código Comercial Português*. 2º vol. pp. 61 e seguintes.

²⁴⁵ ALMEIDA, Mário de – *Elementos de direito comercial*. 2ª ed. pp. 96 e seguintes.

²⁴⁶ PORTUGAL. Leis, Decretos, etc - *Lei nº 801, de 3 de Setembro de 1917 (Artº 4º)*.

²⁴⁷ Através das posições de Adriano Antero, Cunha Gonçalves e Mário de Almeida.

²⁴⁸ Código Comercial de 1833 e Código Comercial de 1888.

²⁴⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Dicionários Temáticos, Periódicos e Romances.

- de vender por miúdo em lojas;
- de vender em armazéns por grosso;
- do recebimento de fazendas compradas ou que por qualquer título devam entrar em seu poder.

Mas os comerciantes podem conferir mandato a quaisquer empregados conferindo-lhes poderes diferentes dos mencionados nos Artºs 259º e 260º, desde que não sejam tão extensos como os dos gerentes ou os dos auxiliares. Assim, todos os empregados do comerciante a quem ele confira mandato, não apenas temporariamente para qualquer acto, mas com carácter permanente, isto é, para a prática regular e permanente de quaisquer actos mercantis, devem ser tidos como Caixeiros, se não forem gerentes ou auxiliares. Da mesma forma, o facto do Código Comercial de 1888 só se ocupar dos Caixeiros mandatários, não exclui que como Caixeiros possam ser considerados todos ou alguns dos outros seus empregados.

Mas se assim é, então como determinar quais os que devem ser incluídos na categoria de Caixeiro?

Neste sentido e enfim que conseguimos aqui chegar, considerando que as funções de um Caixeiro são vulgarmente conhecidas e não havendo texto que as defina ou indique as suas características, e não existindo consenso quanto à doutrina como à jurisprudência, recorreremos à prática comercial – aquela que verdadeiramente nos interessa para este estudo – para fundamentar na História da vida e actividade comercial, que prática ou práticas têm determinado esta figura.

Vejamos agora, depois desta digressão retrospectiva, que elementos colhemos da prática mercantil estabelecida depois do Código Comercial de 1888. Essa prática tem evoluído à medida que o comércio tem prosperado e que se tem intensificado o movimento de emancipação das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo da promulgação do Código Comercial de 1888, na linguagem usada na vida comercial, Caixeiros eram os empregados tanto nos estabelecimentos de venda, por grosso ou a retalho, como também em quaisquer outros em que se exercesse qualquer ramo de comércio, e tanto os encarregados de vendas no próprio estabelecimento (Caixeiros de Balcão) e fora do estabelecimento, quer na mesma praça (Caixeiros de Praça) quer em localidades diferentes (Caixeiros Viajantes), como os de escritório ou de carteira.

Em conformidade com esta prática, vê-se nas tabelas da contribuição industrial de 1896 a seguinte rubrica: “Caixeiros de escritório ou de fora e de balcão”

Mas depois que, pelo Código actual, ficam sendo comerciais muitos estabelecimentos, que até aí não tinham essa natureza e muitos outros em que se

tratavam mais variados negócios que não apenas a venda de mercadorias, a designação de Caixeiros deixou de abranger os empregados de escritório ou de carteira, que passaram a ser designados por *empregados de comércio*.²⁵⁰ Aliás, a partir de meados do século XX, tem-se manifestado a tendência para incluir nesta designação todos os empregados, inclusive os Caixeiros, que efectivamente nela cabem.²⁵¹

"A lei engloba na designação de caixeiros, tanto os auxiliares do comerciante na venda das mercadorias como os empregados que, nos escritórios, se encarregam da execução de operações de natureza contabilística. O facto carece, porém, de actualidade prática. Aliás, é esta que nos chama a atenção para a existência diferenciada de organismos representativos das duas classes de profissionais: o Sindicato dos Empregados de Escritório e o Sindicato dos Caixeiros."²⁵²

Assim e para concluir, há Caixeiros mandatários e Caixeiros meros locadores de serviços, nem à face da lei, nem da prática mercantil, os Guarda-livros podem ser considerados Caixeiros, embora uns e outros tenham a categoria legal de empregados e exerçam uma profissão liberal. Como que a separar as águas, a mais conhecida revista portuense dedicada ao Guarda-livros esclarece:

"O Guarda-livros que fez a sua carreira como empregado de escritório, e não como caixeiro, não conhece geralmente as mercadorias, ignora a sua classificação, as marcas, toda a tecnologia particular que cada casa adopta para seu uso, as qualidades, a sua disposição e acomodação conforme preceitos de que só os caixeiros usam e que portanto só elles sabem com precisão."²⁵³

2.2 - O GUARDA-LIVROS

O Guarda-Livros sempre teve, quantas vezes ajudado pela literatura portuguesa, honras de destaque em relação aos demais agentes comerciais. Fiel e braço direito do patrão, a ele eram-lhe cometidas responsabilidades de não dar descanso ao Marçano e ao Caixeiro, incumbindo-lhe supervisionar se a loja estava sempre arrumada e organizada. Desempenhando o papel de "*gestor financeiro*" da

²⁵⁰ CARVALHO, Ruy Gomes de – *Elementos de teoria do comércio: seus aspectos jurídico e económico. Parte II (Dos Agentes do Comércio)*. Lisboa: Empresa Internacional Editora, 1921, p. 9.

²⁵¹ CUNHA, Orlando Salcedas da; RAMOS, Fernando Antão de Oliveira – *Noções de comércio*. S.l.: Livraria Figueirinhas, S.d. pp. 69-73.

²⁵² *Idem. Ibidem.* p. 71. **Empregados de Escritório ou de Contabilidade:** Chefe de Escritório ou de Contabilidade, Guarda-livros e Ajudante de Guarda-livros, Correspondentes, Escriturários e Dactilógrafos. **Classe dos Caixeiros:** Caixeiro de Balcão (Marçano e Meio Caixeiro), Caixeiro-Viajante, Caixeiro de Praça ou Pracista, Caixeiro Despachante, Caixeiro de Armazém ou Fiel de Armazém, Caixeiro de Cobrança ou Cobrador.

²⁵³ Ainda a fiscalização das Sociedades Anónimas. *O Guarda-livros*. Porto. 2ª Série, 3º Ano, n.º 53 (15 Jul. 1911), pp. 258-259.

confiança do patrão, o Guarda-Livros teve ao longo dos tempos, estatuto diferenciado quer pela exigência das práticas de escrituração mercantil, quer pela dimensão da loja e do consequente avolumar de tarefas várias a desempenhar.

Júlio Dinis descreve-o como sendo a “*porção aristocrática da escritoriocracia comercial*”.²⁵⁴

“Mostra-se principalmente à janela dos primeiros andares, onde vem, de vez em quando, descansar das fadigas de uma escrituração. De ordinário, conservam a pena entre os dedos, como para significar que é momentânea a pausa – o que nem sempre sucede. Mais necessários, e por isso mais apreciados e atendidos, gozam já de certas franquias e privilégios entre os da sua classe. É-lhes concedido falarem da janela para a rua com algum colega ou amigo que passa; a alguns até se permite fumar na varanda um charuto, e ausentarem-se algum tempo do escritório sem prévia requisição...”²⁵⁵

Raramente renegado ou omitido os seus conselhos, o seu saber acumulado ao longo dos anos, são a mais-valia e o descanso do patrão. Senhor de uma instrução onde o método e a organização são determinantes necessárias e onde os livros de escrituração são a memória registada da vida comercial, assumem, quantas vezes feitos de amimados amuos de quem sente que o patrão não o prescinde. Ele “*é a sentinella vigilante que o negociante põe de guarda aos seus haveres e ao seu negocio e de quem confia a segurança do seu futuro e de todos os seus empregados*”²⁵⁶

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* define-o como “*Empregado que em qualquer casa comercial regista em livros todo o movimento comercial da mesma casa; contabilista*.”²⁵⁷

Caetano Dias, no capítulo referente aos *Princípios de Escrituração* diz que o Guarda-Livros é a pessoa que faz a escrituração, sendo

“o auxiliar que o comerciante ou industrial encarrega da escrituração de todo o movimento de valores, e tem vários auxiliares a quem distribue diferentes serviços de escrituração conforme os seus conhecimentos técnicos,”²⁵⁸

acrescentando em seguida que o Guarda-Livros “*é o técnico que tem a função de, por si ou juntamente com os seus auxiliares, executar todas as operações de escrituração*.”²⁵⁹ Filomeno de Sousa Leite definindo os diferentes empregados de comércio (de escritório) identifica o Guarda-Livros como “*aquele que faz a escrituração*

²⁵⁴ DINIS, Júlio – *Op. Cit.* p. 111.

²⁵⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁵⁶ Guarda-livros. O *Guarda-livros*. Porto. 2ª Série, 2º Ano, n.º 41 (15 Jan. 1911), p. 66.

²⁵⁷ GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Vol. XII, p. 834.

²⁵⁸ DIAS, F. Caetano – *Comércio e contabilidade: noções gerais de comércio*. 1º vol. 3ª edição revista e actualizada em harmonia com o programa oficial. Lisboa: Livraria Moraes, 1938. p. 229.

dos livros selados e o apuramento dos resultados”²⁶⁰ diferenciando-o do Ajudante de Guarda-Livros “aquele que escritura os Diários auxiliares, faz apanhados do movimento de certas contas e os balancetes.”²⁶¹

Nas últimas décadas de Oitocentos e primeiras do século XX, muitas vezes se ergueram a defender a profissão de Guarda-Livros. As múltiplas publicações da especialidade – monografias e periódicos – verdadeiros estandartes dos interesses dos comerciantes, apelam e alertam para a cada vez mais exigente preparação que o Guarda-Livros terá de contar para estar a par da exigente escrita comercial. “*Longe vae o tempo em que o primeiro ministro de um monarcha portuguez, nomeou guarda-livros um indivíduo analphabeto.*”²⁶²

Sempre que são chamados a registar o eco das suas preocupações através das colunas da imprensa, fazem-no, quantas vezes com a veemência de quem profissionalmente e não abdicando da difícil tarefa e sabedoria da escrituração comercial, se sente ultrapassado nas competências que ao Guarda-Livros se exige. Da diferente literatura pesquisada sobre a vida profissional do Guarda-livros, é o periódico com o mesmo nome e da responsabilidade da Escola Raúl Dória que mais alto proclama a necessidade de terminar com os falsos Guarda-livros sem conhecimentos e que trabalham a troco de pouco dinheiro.²⁶³ Denunciando as muitas “casas commerciaes da nossa praça que não têm Guarda-livros”²⁶⁴ critica aqueles que através dos anúncios nos jornais se prontificam a “pôr qualquer indivíduo apto ao desempenho do logar de guarda-livros, em 120 lições”²⁶⁵ quando “difficilmente o candidato a guarda-livros consegue o seu desideratum antes dos 26 ou 28 annos, tendo até ahí passado pelo menos 5 ou 6 nos bancos das escolas, se se contentou com a frequência das de ensino livre e 11 (onze) annos nas officiaes se quis tirar um diploma legal.”²⁶⁶

Não raras as vezes se insurge, ora contrariando ora defendendo, as medidas decretadas pelo Governo e que se relacionam com a actividade do Guarda-livros. Tal acontece aquando da publicação da Lei da fiscalização das Sociedades Anónimas que excluindo da fiscalização os Bancos de Portugal e Ultramarino e as Companhias dos Caminhos de Ferro Português e da Beira Alta, que, segundo os Guarda-Livros,

²⁵⁹ *Idem. Ibidem.* p. 230.

²⁶⁰ LEITE, A. Filomeno Lourenço de Sousa – *Teorias de comércio*. 2ª edição. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, S. d.. p. 176.

²⁶¹ *Idem. Ibidem.*

²⁶² BEÇA, Humberto – “Guarda-Livros.” *O Guarda-Livros*. Porto. 2ª Série, 2º Ano, nº41 (15 Jan. 1911), p. 65.

²⁶³ Guarda-livros. *O Guarda-livros*. Porto. 2ª Série, 2º Ano, nº 42 (1 Fev. 1911), pp. 81-82. Ver Também GUERRA, Carlos José – Querer é poder. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XVI, nºs 61-62, (Jan.-Jul.), pp. 173-179. Em Conferência proferida no Salão nobre do Ateneu Comercial do Funchal, no dia 8 de Junho de 1945.

²⁶⁴ Guarda-livros. *O Guarda-livros*. Porto. 2ª Série, 2º Ano, nº 42 (1 Fev. 1911), p. 82.

²⁶⁵ *Idem. Ibidem.* p. 96.

²⁶⁶ Guarda-livros. *O Guarda-livros*. Porto. 2ª Série, 2º Ano, nº 41 (15 Jan. 1911), p. 65.

regendo-se estas por “*contractos especiaes existentes*”²⁶⁷ devem, por isso mesmo, ser alvo de fiscalização dando mais confiança aos investidores.

“Essas sociedades continuam a ser fiscalizadas por que não sabe, isto é, por quem não póde, e sobretudo por quem não inspira ao mundo de negócios uma grande confiança, pela sua prática nas operações commerciaes, pela sua pouca habilitade na gerencia de sociedades, e pelo seu pouco conhecimento de contabilidade, isto é, da sciencia da coordenação das contas arithmeticas, estatisticas e digraphicas.”²⁶⁸

Por outro lado, a importância atribuída ao Guarda-livros embora pontualmente referenciada em alguma legislação dispersa, assumirá na década de 60 de Oitocentos, necessidades impostas pela fiscalização das Sociedades Anónimas. Algumas das empresas já criadas e constituídas no século XVIII, e não obstante, apesar de tudo, da sua importância no âmbito do contexto comercial, a sua fiscalização era praticamente inexistente dedicando-lhe o Código Comercial de 1833, apenas um único artigo,²⁶⁹ que estabelecia que as companhias de comércio, como então eram denominadas as sociedades anónimas, só se podiam estabelecer “*por autorização especial do Governo, e a aprovação da sua instituição.*” No diploma de autorização e aprovação dos estatutos das companhias o Governo designava um ou mais fiscais como seu representante.

Em 1865, trinta anos após a publicação do Código Comercial de Ferreira Borges, é regulamentada as atribuições de tais agentes fiscalizadores,²⁷⁰ os quais não só tinham o direito de assistir, quando o julgassem conveniente, às sessões das assembleias gerais dos associados como também o de aí emitirem a sua opinião sobre as questões que se referissem à execução ou interpretação dos estatutos, dando conhecimento ao Governo de qualquer violação dos mesmos. No entanto, a Portaria de 5 de Outubro de 1865 esclarecia que só aos associados pertencia tomar qualquer deliberação pelo que este direito não devia estar sujeito às opiniões dos fiscais. Assim, o facto de a sua acção fiscalizadora estar cometida, na prática, à assembleia geral dos associados tornou-a ineficaz de tal modo que a Carta de Lei de 22 de Junho de 1867²⁷¹ procedeu pela primeira vez à instituição do Conselho Fiscal.

Este mesmo sentido de auditoria é reforçado no Código Comercial de 1888 que no seu Artº 171º estipula que a fiscalização das sociedades anónimas caberá a

²⁶⁷ FISCALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES ANONYMAS. O *Guarda-Livros*. 2ª Série, 2º Ano, nº 52 (1 Jul 1911), p. 243.

²⁶⁸ *Idem. Ibidem.*

²⁶⁹ Artº 546º do Código Comercial Português de 1833.

²⁷⁰ PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. – *Portaria de 5 de Outubro de 1865.*

²⁷¹ Lei que institui o regime de ampla iniciativa particular na formação das sociedades anónimas e por isso mesmo chamada Lei das Sociedades Anónimas.

um Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral e composto pelo menos por três sócios (Artº 175º).²⁷²

Por outro lado estamos perante uma validação jurídica que impõe regras. O cumprimento da falência – fraudulenta ou não – de uma sociedade decretada pelo Tribunal Comercial obriga que se faça uma fiscalização sobre a actividade da escrituração comercial, consequentemente o domínio apurado desta ciência e desta prática corrente.

²⁷² RODRIGUES, Carlos Eduardo Teixeira – *Breve História da Contabilidade e da Auditoria: um contributo ao estudo e busca das raízes deste ramo de conhecimento humano*. Porto: ISCAP, 1997. p. 87.

TERCEIRA PARTE

A PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE SABERES COMERCIAIS NO PORTO OITOCENTISTA

1º CAPÍTULO

A CULTURA NO PORTO NO SÉC. XIX

"No século XIX, os progressos técnicos e as novas condições político-sociais aceleram a produção e difusão das informações. O desenvolvimento da actividade editorial e sobretudo a explosão da imprensa periódica (desde as revistas especializadas nos mais diversos domínios, como a agricultura, a indústria, os conhecimentos úteis, a moda, as viagens, etc, aos quotidianos informativos, às folhas de anúncios e comerciais, aos jornais humorísticos, até aos indispensáveis e populares *Almanaques*), mas também, em particular na segunda metade do século, com o aperfeiçoamento dos processos de reprodução da imagem, a difusão extraordinária da gravura, da fotografia, do postal ilustrado, permitem-nos dispor de um manancial informativo sobre todos os aspectos da vida da cidade."¹

1.1 – UM PORTO CULTURAL NUMA SOCIEDADE BURGUESA

1.1.1 - Escolaridade e níveis de cultura

Algumas décadas depois da Revolução Liberal, Portugal experimentou a ilusão e a desilusão de vários e diferentes modelos de governação. Do sôfrego desejo de enterrar o velho e europeísta absolutismo monárquico para dar lugar ao triunfo da causa liberal, Portugal adiou sucessivamente todas as tentativas de Regeneração, assistindo às diferentes arritmias económicas, sociais e culturais recorrentes do Oitocentismo, mantendo uma distância crónica e periférica da civilização. Terminado o ciclo das oportunidades perdidas, - e pedidas – Portugal é, na ideia revivida de vários autores, um país desgraçadamente desiludido, já *sem Rei nem Roque*. “O mal da

¹ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – O Porto Oitocentista. *História do Porto* (Dir. RAMOS, Luís Oliveira). Porto: Porto Editora, 1994.p. 515.

*sociedade portuguesa é apenas este – a desagregação da personalidade colectiva, o sentimento de interesse nacional abafado na confusão caótica dos sentimentos de interesse individual.*²

Em termos culturais, a segunda metade do século XIX esboça-nos uma *macdamizada*³ cidade ultra-romântica, *Porto de Encontro* “da burguesia mais ou menos diletante, proliferando, nas ruas de Santo António, Clérigos e Almada, os cafés e botequins como o Portuense, o Suíço, o Lisbonense, o Águia d’Ouro e o Guichard”⁴ onde alguma burguesia mais requintada, encetava, domingueiramente, a “cultura de aparência”⁵ pausadamente desfilada nos recentes Passeios Públicos, lado a lado com “burgueses opulentados” ou “brazileiros ennobrecidos,”⁶ contrastando com um *Porto de Abrigo* reservado que estava a rua e as montras para os mais pobres.⁷ Fiel eram as habituais esperas que os janotas – entre eles, Marçanos e Caixeiros – iam fazendo às meninas, “eventuais herdeiras de dotes de 80 contos em apólices, que saíam da missa dos Congregados.”⁸

Mas que burguesia portuense é esta que reclamando mais atenções e mais privilégios terá que transportar consigo a responsabilidade de despertar cuidados, gostos e desejos de instrução, formação e aprendizagem numa cidade que se movimenta ao ritmo do seu trabalho?

O século XIX alterou, demográfica e socialmente, os quadros tradicionais e suscitou vivências novas, nomeadamente na promoção social e económica de uma nova civilização burguesa recentemente promovida. O triunfo da nova ordem e o garantido recuo da nobreza constitucional e do clero regular e secular – considerado símbolo perigoso do passado e um obstáculo no caminho do progresso – antevia a constituição de uma sociedade que, nascida da estaca zero, - *intelligentzia laica* - estava disposta a fundamentar-se na igualdade sem títulos, direitos, comendas, tenças ou vínculos, obrigando a velha nobreza aristocrata render-se à, agora limitada, insignificância dos seus bens fundiários.⁹ Ao invés, a burguesia que não perdera o jeito da sua influência política e administrativa, gosto apreendido durante o período pombalino, estende até 1834, as suas pretensões *clonando* os seus interesses visivelmente na segunda metade de Oitocentos, agora alargados a todos os sectores

² Do médico-filósofo de Espinho, Manuel Laranjeira, citado por VIEIRA, Joaquim – *Portugal no século XX: crónica em imagens (1900-1910)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 29.

³ Cfr. PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto de Camilo*, p. 2, citado por LOPES, João Teixeira – *A Cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*, p. 165.

⁴ LOPES, João Teixeira – *Op. Cit.* p. 166.

⁵ *Idem. Ibidem.* p. 166.

⁶ PINTO, Júlio Lourenço – *O Bastardo, cenas da vida contemporânea*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1889. p. 48, citado por CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura burguesa Oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999), p. 257.

⁷ LOPES, João Teixeira – *Op. Cit.* p. 174.

⁸ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista. Op. Cit.* p. 490.

⁹ SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos. Op. Cit.*

de actividade comercial, à banca, ao funcionalismo público e até ao imaginário dos autores da literatura oitocentista – romântica e realista – que, generalizando a imagem de um grupo social insensível, inculto ou desprovido de virtudes, embarcou no puro reducionismo de fazer do homem portuense, o rude, acanhado e vulgar burguês.¹⁰

Embora o trabalho constituísse um dos pilares da nova sociedade portuense, ele não arredou dos burgueses a preocupação com a instrução, as artes e as ciências.¹¹ Assistimos no entanto, num misto de ignorância e precaridade económica à tardia consciencialização e sensibilização por partes dos pais que teimavam em afastar os seus filhos dos bancos das escolas para prematuramente iniciá-los no mundo do trabalho.¹² Não podemos pois, apesar dos objectivos enunciados pelos liberais, encontrar no século XIX a prossecução plena em fomentar a instrução primária e consequentemente a alfabetização como designios de maior prioridade. Se juntarmos a esta realidade o facto de – segundo os ainda poucos dados disponíveis – ao ensino secundário apenas recorrerem os jovens cujos pais possuíam alguma capacidade financeira¹³ e ter sido opinião generalizada que o liceu se destinava sobretudo a preparar o acesso ao ensino superior, acreditamos terem sido baixos os níveis de escolaridade dos jovens portuenses na segunda metade de Oitocentos com excepção de uma pequena elite cujos recursos económico-financeiros possibilitavam assegurar a frequência da instrução. Mesmo no âmbito do ensino superior, esta frequência compreensivelmente afunilava por se destinar essencialmente às classes elevadas da sociedade, - mais aos homens e menos às mulheres – cujos alunos tinham por parte dos pais ou outros familiares – enquanto durasse a frequência do curso - a garantia da emancipação económica assegurada. Retomando as palavras de Maria Antonieta Cruz,

“Pelo exposto, parece tornar-se evidente que a burguesia portuense, de meados de oitocentos, procurou, nos diversos ramos de ensino, os conhecimentos que lhe permitissem exercer a profissão desejada mas interessando-se também pela cultura como formação que permitia o reconhecimento social e a ascensão na rigorosa hierarquia vigente.

A cultura burguesa, que substituiu uma cultura clerical e aristocrática, dirigia-se a um público cada vez mais amplo mas permaneciam desigualdades assinaláveis. A cidade do Porto era, em meados de oitocentos, dominada por um escol masculino em todos os sectores: economia, política, cultura.”¹⁴

¹⁰ CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura burguesa Oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999), p. 258.

¹¹ *Idem. Ibidem.*

¹² Sobre a falta de frequência às aulas, o Conselho Superior de Instrução Pública afirmava, no seu relatório de 1854/55 que “esta falta, que vem notada em alguns relatórios, ainda em escolas regidas por bons professores, nasce, já do desleixamento, já das repugnâncias dos pais ou chefes de família, mormente dos que não querem arrear os filhos dos trabalhos campestres e de outros serviços mecânicos”. Cfr. GOMES, Joaquim Ferreira – *Relatórios do Conselho Superior da Instrução Pública (1844/59)*. Coimbra: INIC, 1985. p. 207, citado por CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura burguesa Oitocentista. *Op. Cit.* p. 284.

¹³ CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura burguesa Oitocentista. *Op. Cit.* p. 270.

1.1.2 – FALAR DO PORTO...

Reforçada que estava, a burguesia constitucional, mais hereditária de valores miscenizados pela menor influência da decadente nobreza arruinada e dismantelada no seu orgulho sócio-político, emerge gradualmente, pelo casamento e fusão de classes e interesses vários, co-responsáveis pela estabilidade de um período histórico, espelho do *statu quo* liberalmente imposto possibilitava a manutenção de um regime, causa e consequência da Regeneração.

O Porto da segunda metade de Oitocentos, meio burguês e meio operário, estava longe de se consolidar com a sua matriz de cidade-oficina, cidade-mercado.

"O Porto operário real era ainda muito incipiente na segunda metade do século passado e, a origem de classe pequeno-burguesa e a formação ideológica positivista, aliada em muitos casos a uma opção política republicana, de boa parte dos nossos naturalistas afastava o mundo operário dos seus cenários de observação privilegiados."¹⁵

A sociedade de Oitocentos romântica e apaixonadamente romanceada na literatura portuense transporta-nos para um progresso concebido sob formas burguesas de uma civilização que na primeira metade deixou ecos de se querer afirmar. As novas profissões saídas do período fontista, pretendem ser a consolidação de uma burguesia, desejosa de enraizar e apropriar-se por uma identidade caracterizada pela imposição dos seus valores económicos, políticos, sociais e culturais.

A própria harmonia universal sustentada numa hegemonia de direitos e igualdades assumem estatuto estereotipado de profunda reminiscência liberal. Vamos encontrar esta leitura em Júlio Dinis onde – em *Uma Família Inglesa* - o filho do rico comerciante inglês recolhe, debaixo do mesmo tecto, os trapinhos da filha do laborioso Guarda-Livros da casa, por destino, homem de confiança dos negócios e da família... Unindo estratos sociais e económicos diferentes, na harmoniosa procura da coerência dos valores liberais – e porque não da natureza humana que pugnava transformar-se com base na valorização do trabalho, no esbatimento das desigualdades sociais!?

Esta segunda geração romântica que não abdicava da oportunidade de fomentar cenários contraditórios e/ou antagónicos no sentido de anular desigualdades, criava por excelência, e na expressão máxima do liberalismo a mensagem lírica e ingenuamente romântica, de ascender a um Portugal doméstico onde as peripécias

¹⁴ *Idem. Ibidem.* p. 288.

nacionais de foro político, económico e social podiam – no seu entender – ser nivelados à política da hegemonia caseira e familiar. Mais não era que um Portugal real onde o ritmo da instrução pública e dos saberes mais cuidados, tardava – mais no campo que na cidade – a educar um povo que sobrevivia ao sabor dos retardatários ecos da mudança. Mudança que do Portugal arcaico de Camilo, persistente e satiricamente retratado no velho espírito burguês ganancioso do lucro fácil e da caça ao dote, ao realismo da sociedade raquítica irónica e sarcasticamente descrita n'Os *Maías* de Eça, melhor identificam o oscilar das oportunidades, agonias, e desilusões que desagregaram, ano após ano, um Portugal Provinciano, à beira de uma bancarrota financeira, mas que empurrado pela lusitana ideia de uma República *sebastianisticamente salvadora* restituiria, no desgosto do desespero, a esperança que a Revolução Liberal não soubera triunfar.

Os sinais do progresso não tardam a surgir:

“É a cidade elegante, que se pretende herdeira do Romantismo, que desde 1853 esgota a edição de *A Rua Escura*, de Coelho Lousada, e frequenta, com um entusiasmo difícil de encontrar em qualquer outra, as temporadas líricas do S. João. Começa também a iniciar-se no ‘vício’ do café e do dominó¹⁶ – no *Guichard* prepara-se o ultra-romantismo, no *Lisbonense* discutem-se negócios, no *Águia d'Ouro*, à tarde, joga-se à noite, organizam-se rugas de cacete na mão, em nome de uma dama do lírico.”¹⁷

Lançado na marcha do progresso, “o Porto ultra-romântico dos anos 50 e 60, onde proliferavam os comerciantes cultores das musas”¹⁸ deixa-se embalar na estabilidade política que, estranhamente, parece adormecer o país quando comparado com os tumultuosos anos das décadas de 30 e de 40.

Em 1861, o Porto vive, com emoção, o julgamento que absolve Camilo. À arte do granito, a arquitectura do ferro ornamenta a cidade. Os jornais são o fórum dos problemas do município. O ensino, o saneamento, a emigração para o Brasil, os escândalos da Monarquia, o *fair divers*, preenchem o *Comércio do Porto*, o *Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*.

Contudo, longe de deixar de ser uma cidade que se habituara a sair à rua, a invicta é mundana e não perde uma oportunidade de se foliar. É a fundação dos Armazéns Hermínios (1893) e o nascimento do futebol no Norte do país. É o Carnaval dos Finianos ou as Comemorações do 5º Centenário do nascimento do Infante D.

¹⁵ LIMA, Isabel Pires de (Seleção e Prefácio) – *Trajectos: o Porto na memória naturalista*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989. pp. 14-15.

¹⁶ “Quem compara garante que a animação dos cafés do Porto é bem superior à dos de Lisboa, para além de melhores, mais bem servidos e mais baratos. Em todos os cafés portuenses se joga o dominó, e no *Suiço* e no *Lisbonense*, já que a cidade não acarinha as artes de palco tanto quanto Lisboa.” Ver VIEIRA, Joaquim – *Portugal no século XX: crónica em imagens (1900-1910)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. p. 98.

¹⁷ BASTO, Artur de Magalhães – *O Porto do Romantismo*. Coimbra: S.n., 1932. citado por SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista*. Op. Cit. p. 488. 515.

¹⁸ LIMA, Isabel Pires de – Op. Cit. p. 11

Henrique (1894). É o cinema que Aurélio Paz dos Reis traz ao Porto (1896)¹⁹ ou a festiva chegada do primeiro comboio a S. Bento (7 de Novembro de 1896).

A cidade pode não saber, ler, escrever e contar. Sim, ao ritmo do resto do país aqui a instrução tarda a chegar. Mas a cidade cedo toma consciência que quer saber ler, escrever e contar... porque a cultura está na rua.²⁰

1.2 – IDEIAS E PRÁTICAS CULTURAIS AO SERVIÇO DA INSTRUÇÃO COMERCIAL

A análise da produção e difusão de saberes no Porto Oitocentista, entrecruza-se, forçosamente, com abordagens diversificadas da investigação histórica onde estará sempre presente a interdisciplinariedade da história económica, da história social e da história das mentalidades e das ideias. O entendimento do sentido da codificação e descodificação da mensagem escrita leva-nos a contemplar realidades culturais, sociais e económicas caracteristicamente rotuladoras de horizontes dispersos e vividos por grupos geograficamente integrados no tecido social portuense. Nesse sentido, assume capital importância na percepção que a sociedade civil teve – ou não teve – perante novos *sinais do tempo*, a sua apreensão em face de realidades novas e inovadoras, nunca antes experimentadas e influenciadora de comportamentos, atitudes e aprendizagens no pouco ou nada esclarecido homem Oitocentista.

Defendendo não haver fronteiras de nacionalidade para o pensamento, a elite da segunda metade do século XIX, motivada pela Questão Coimbrã e despertada pelas Conferências do Casino, pretende conciliar os progressos da civilização com o legado humanístico, mostrando que a cultura não podia assentar mais no saber teórico, pois tinha de abarcar igualmente a ciência positiva. Sob a influência do espírito das Luzes²¹, já à muito a espalhar os seus efeitos por toda a Europa,²² estabelecem-

¹⁹ RAMOS, Rui – *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. MATTOSO, José (Dir.) 6º volume. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 23.

²⁰ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre – Produção e reprodução cultural. *História de Portugal: o liberalismo*. (MATTOSO, José (Dir.)). Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 696.

²¹ Tendo sido um período histórico, complexo e diverso, com manifestações e adaptações diferentes de país para país, logo susceptível de diferentes interpretações, ainda hoje não reúne o consenso convergente. Se há quem considere o Século das Luzes como a paragem e a estagnação da intensa e genial especulação filosófica do século XVII, - Cfr. MARIAS, Julián – *História da Filosofia*. Porto: Edições Sousa e Almeida, 1978. p. 260 – outros há que o entendem como uma forma nova de pensar o Homem, a Vida e o Mundo, graças à criação de novas categorias mentais, como a Emancipação, Liberdade, Autonomia, Crítica, Progresso, Evolução e Laicização – Cfr. PEREIRA, Miguel Baptista – *Modernidade e Secularização*. Coimbra: Almedina, 1990. p. 1.

²² A partir da segunda metade do século XVII e sob a influência de Bacon, a ciência passou a ter um carácter utilitário que ganhou maior expressão com o desenvolvimento das ideias iluministas. Entre os cientistas e no seio das academias entretanto criadas por toda a Europa, a ligação entre a produção de conhecimentos científicos e a sua

se agentes comerciais, instituições de produção e difusão de conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento económico do país. Com objectivos pautados pela aplicação, promoção e divulgação de novos conhecimentos, visavam prioritariamente a generalização e vulgarização da instrução. Este espírito iniciado no século XVIII, vai prevalecer no século seguinte onde com a implantação do liberalismo possibilita o retorno dos liberais exilados que se constituíram como uma nova *intelligentsia*,²³ base de uma nova mentalidade proclamada em nome do progresso e da sua promoção através da instituição de sociedades promotoras do bem público que maioritariamente eram constituídas por sócios, simultaneamente membros de várias instituições que pelo seu poder económico, pela sua posição social ou cargos político-administrativos, detinham uma posição de destaque na vida do país.²⁴

Não é de estranhar pois e em face das posições privilegiadas, em nome individual e/ou colectivo, estas instituições funcionassem como *grupos de pressão* sobre o Estado, reivindicando medidas urgentes para a difusão do saber e do conhecimento, quer através da institucionalização do ensino técnico,²⁵ quer através da legislação da obrigatoriedade da instrução pública para o combate às taxas de analfabetismo que continuavam a ser extremamente elevadas,²⁶ perpetuando até aos dias de hoje, o mito de um Portugal que se achava humildemente atrasado, ignorante e politicamente raquítico.²⁷

aplicação prática, com o fim de desenvolver economicamente os países e promover o bem comum, foi uma constante que rapidamente encontrou grande receptividade junto dos primeiros *governos iluminados*. Em Portugal, o governo de D. José teve em Sebastião José de Carvalho e Melo o homem que procurou pôr em prática estes princípios iluministas. Influenciado pelo movimento intelectual da Europa e pela acção de Colbert, procurou dotar a indústria portuguesa de princípios científicos e técnicos mais de acordo com o que era prática nos países industrializados. Numa primeira fase socorreu-se da mão-de-obra estrangeira, nomeadamente através da contratação de mestres estrangeiros, mas cedo de apercebeu de um esforço continuado tinha que assentar na formação de nacionais. Nesse sentido reformou a Universidade de Coimbra e procurou estabelecer as bases do ensino técnico, criando a Aula de Comércio e fundeando fábricas-escolas, para as quais contratou mestres estrangeiros. Assim, para muitos dos pensadores económicos deste período, - José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, José de Abreu Bacelar Chichorro ou José Acúrsio das Neves - no processo da criação de riqueza a ciência era tão valorizada quanto a agricultura; as artes ou o comércio, sendo mesmo considerada uma condição necessária para o pleno desenvolvimento económico do país. A Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade de Ponte de Lima e a Sociedade Real Marítima procuraram pôr em prática a ideia de que a ciência "*enriquece o Agricultor, o Comerciante, e o Artista, e com eles o Estado*". Prólogo. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa, 1797, citado por MATOS, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, Tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos Lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 28-29.

²³ SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. Op. Cit. Ver Também MATOS, Ana Maria Cardoso de - Op. Cit. p. 32.

²⁴ MATOS, Ana Maria Cardoso de - Op. Cit. p. 145

²⁵ Em Portugal, na segunda metade do séc. XIX, presenciámos um crescendo de complexidade técnica e fervor nas tentativas de mostrar a educação como factor causador do progresso e desenvolvimento. Mas se bem alto subiam os arautos da educação, logo apareciam, com igual veemência, longos caudais de argumentos que viam constantes falhas e brechas nos diferentes modelos educacionais.

²⁶ De acordo com Jaime Reis, ainda em 1864 a taxa de analfabetismo em Portugal ascendia a 88%, pelo que não é exagero afirmar-se que os Portugueses, "*na sua maior parte, estavam totalmente arredados do contacto com a palavra, tanto escrita como lida*". Cfr. REIS, Jaime - *O Analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação*. Nova Economia em Portugal. Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1989. pp-98-99. Em finais do século XIX "*O Censo de 1900 indicara um número total de analfabetos de 3 271 021 para uma população maior de 7 anos de 4 417 000, ou seja, 74% dos portugueses*". Cfr. SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 519.

²⁷ Afigurasse-nos recorrer a esta expressão, tão caustica e ironicamente usada pela irreverência da literatura Queiroziana.

Entendemos, neste percurso estabelecido pelas instituições e formas de difusão de saberes no Porto de Oitocentos, encontrar razões secularmente esquecidas que nos permitam uma melhor compreensão sobre as teses aceites e doutrinariamente admitidas como certezas únicas e definitivas de um país dado à deriva em busca de um lugar agora ocupado por outros. Encontrar e entender o porquê de um Portugal que ao encontro da sua regeneração, investe mas tarda a andar. Fala e discute, discute sempre. Argumenta e não trabalha. Questiona para não solucionar. Critica para pressionar e, de varapau na mão, escreve, escreve, escreve... na esperança que poucos, alguns poucos, possam ouvir, entender, aprender e desenvolver um progresso reclamado e longamente ambicionado. Porquê ser “*um país que caminha na vanguarda das aspirações sociais.*”?²⁸

Eis pois, porque perante um cenário pouco abonatório de um país cujo estabelecimento das infraestruturas não parecia acompanhar o crescente número das solicitações, continuemos a estranhar e tardiamente a compreender a tradicional ideia, normalmente aceite, que Portugal se encontrava bastante atrasado em relação ao que se passava nos outros países, nas outras Nações – como então se dizia. Se não nos é possível refutar, por completo, a presente ideia generalizada, podemos, porventura e com base nos estudos efectuados, admitir que a inexistência visível dos fins pretendidos não obsta termos que ignorar um conjunto de meios e iniciativas tomadas ao longo do século XIX e utilizadas para aniquilar ou minimizar o desfasamento existente, em número desproporcionado ao seu fraco índice de escolaridade e analfabetismo e às suas diminutas capacidades económicas e culturais. O dinamismo notoriamente registado na segunda metade de Oitocentos prova o interesse, a consciência e o reconhecimento que diferentes entidades procuraram na criação de condições necessárias para a satisfação do bem público, mormente através do ensino técnico.

É pois, na elite política, económica e cultural portuguesa que assistimos a uma crescente preocupação em saber o que se passa e fazia lá fora, através da divulgação desses conhecimentos no país. Às Associações, Academias, Sociedades e Colectividades Recreativas, junta-se os Museus, as Bibliotecas, os Gabinetes de Leitura, as Conferências, as Exposições, os Congressos e a Imprensa como as mais referenciadas e destacadas instituições de memória, pequenos nacos de cultura, maravilhosas cavernas guardiãs de saberes e conhecimentos. Durante a década de 80 e 90, várias visitas de estudo e deslocações a Congressos e a Exposições

²⁸ Em carta da Câmara Municipal de Mirandela enviada ao rei em 1891 referida por Chagas – *Revolta do Porto*, p. 467, citada por RAMOS, Rui – *Op. Cit.* p. 23.

Universais²⁹ são efectuadas no estrangeiro, a pedido dos diferentes Ministérios. Assim aconteceu com João Cândido de Moraes (1887),³⁰ Henrique Midosi (1888),³¹ Alice Pestana (1889 e 1893),³² Francisco da Fonseca Benevides (1889)³³ e António José Arroio.³⁴ No mesmo sentido os Relatórios que regularmente os diferentes Consules remetem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, referem o que nesses países se vai passando em relação à instrução e ao ensino, aludindo por diferentes ocasiões o grau de instrução e preparação que os emigrantes portugueses possuem.³⁵

Regista-se, relata-se, e retrata-se o que é visto e que se gostava de ter. Considerações e recomendações assumem a pertinência das visitas. Portugal estreia-se como *observador*, atento e crítico. Mas não só a imprensa foi usada para chegar mais perto dos vários estratos sociais através de iniciativas editoriais e artigos de opinião assinados por individualidades de prestígio. Durante o século XIX, tal como veio a registar-se no século seguinte, Palestras,³⁶ Debates,³⁷ Conferências,³⁸ Congressos³⁹ e Discursos⁴⁰ inaugurais proferidos em sessões solenes de abertura das aulas nas diferentes Instituições de Ensino Agrícola,⁴¹ Industrial⁴² ou Comercial,⁴³

²⁹ O Governo nomeava comissões oficiais constituídas por homens com formação científica e técnica para se deslocar às exposições universais onde posteriormente realizariam Relatórios pormenorizados relativos aos vários sectores representados nessas exposições. Foi o caso da Comissão enviada à Exposição Universal de Paris em 1855, cfr. *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, n.º6, 1857, p. 553. e à Exposição Universal de Londres em 1862, cfr. MENDES, José Amado – Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. O Século XIX em Portugal. *Análise Social*, vol. XVI, n.º61-62, (1980), p. 47.

³⁰ Relatório da missão feita por João Cândido de Moraes, lente da 5ª cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa sobre visita a algumas escolas tecnológicas inglesas – o ensino prático nessas escolas. Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º3, 1887, pp. 25-40.

³¹ Relatório do delegado do governo português no segundo Congresso Internacional de Direito Comercial, celebrado em Bruxelas em 1888, publicado no *Appendice ao Diário do Governo*, n.º2, 1889, pp. 85-101.

³² Relatório da viagem de estudo a estabelecimentos de instrução secundária do sexo feminino na Inglaterra, Suíça e França, para que foi nomeada, por Portaria de 2 de Novembro de 1888, Alice E. Pestana Coelho, publicado no *Appendice ao Diário do Governo*, n.º17, 1889, pp. 311-328 e Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional do sexo feminino no estrangeiro, para que foi nomeada, por Portaria de 5 de Maio de 1893, Alice Pestana, publicado no *Appendice ao Diário do Governo*, n.º11, 1893, pp.167-179.

³³ Relatório sobre as Escolas Industriais e Profissionais na Exposição Universal de Paris de 1889, publicado no *Appendice ao Diário do Governo*, n.º27, 1889, pp. 549-562.

³⁴ Relatório sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial enviado ao Ministério do Fomento em 1911.

³⁵ Relatório Anual de 1886 do consulado de Portugal em Hawaii, cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º21, 1887, pp. 267-272; Relatório do Consul de Portugal em Honoilulu, cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º11, 1888, pp. 149-153.

³⁶ Proferida por Henrique Almeida, em 22 de Outubro de 1959, na Associação Benéfica dos Empregados de Comércio do Porto sobre o Marçano e o Caixeiro do século XIX.

³⁷ O *Direito Comercial nas Relações Internacionais*, realizado por Louis Renault no Instituto Superior de Comércio de Lisboa, em 31 de Outubro de 1917.

³⁸ Conferência proferida por Adolfo Coelho, em 17 de Junho de 1871, nas Conferências do Casino Lisbonense sobre a *Questão do Ensino*; Conferência realizada por Bernardino Vareta, em 19 de Julho de 1917, no Centro Comercial do Porto e promovida pela Junta Patriota do Norte sobre O *Comércio Português na actual situação internacional* e Conferência Parlamentar Internacional de Comércio realizada em Lisboa, dada por Francisco António Correia em Maio de 1921 sobre O *Ensino Comercial Superior: necessidade de o intensificar*.

³⁹ Tese apresentada por José Ferreira Borges no Congresso de Lisboa em 26 de Março de 1821 sobre o tema *Projecto de seis títulos do Código de Comércio marítimo* e por Rui Forsado, em 25 de Maio de 1913, durante o 3º Congresso dos Caixeiros realizado em Famalicão sobre o tema *Situação da Mulher no Comércio*.

⁴⁰ Efectuado em Lisboa no âmbito da Reforma da Educação Nacional, por Francisco António Correia, em 2 de Fevereiro de 1918 sobre A *Função Económica do Ensino Comercial Superior*.

⁴¹ Discurso inaugural proferido na sessão solene de abertura das aulas no Instituto de Agronomia e Veterinária no ano de 1887-1888 por J. I. Ferreira Lapa, cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º15, 1888, pp. 239-247; Discurso inaugural e Relatório do Director do Instituto de Agronomia e Veterinária, referentes ao ano lectivo de 1889-1890, cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º5, 1890, pp. 59-74.

⁴² Conferência que Bertino Daciano deu na cidade de Braga, na Escola Industrial e Comercial de Frei Bartolomeu dos Mártires, em 23 de Outubro de 1926, sobre O *Ensino das Línguas nas Escolas Técnicas Portuguesas de Grau Elementar*.

foram por excelência, privilegiados espaços púlpitos para o debate, quantas vezes eco das dissonâncias políticas das sessões parlamentares⁴³ e forum de doutrinas circunstancialmente afectas às diferentes facções partidárias, independentemente de se discursar em espaços públicos ou privados.

Os males diagnosticados eram constantemente confrontados com novas políticas para o ensino técnico, ora apoiado ora contestado, mas sempre receitado por extensas teorias discursivas de influência europeia, nomeadamente dos países que erguiam a bandeira do progresso: Inglaterra, França e Alemanha.

Questionámo-nos pois, neste repetido dilema. Como justificar que um país que, senão perdidamente atrasado, e que se encontrava relativamente atento às mutações externas, se deixou *arrastar*, impotente para alterar o rumo do país, não conseguindo, em muitos casos, pôr em prática o progresso que persistentemente advogava?

Estaremos em face de uma explicação surgida pela problemática em questão, ou, pelo contrário, no âmbito das evidências debatemo-nos com uma verdade explícita? Até que ponto as elites económicas, políticas e culturais da segunda metade do século XIX estavam suficientemente *oleadas* para fazer movimentar uma máquina pesada, desadequada e ainda presa a concepções desarticuladas de conhecimento e experiência, arraigados a práticas e saberes tradicionais?

E as elites? Foram muitas, poucas, grandes, pequenas? E poderemos designar elite? Mas, elite em relação a quê ou a quem?

Quando nos referenciamos a elites, estas não terão que ser forçosamente grandes elites. Aliás, apercebemo-nos do contrário. As elites de Oitocentos foram restritas e limitadas, coexistindo na vida social e política, repetidamente gravitando dentro dos mesmos círculos de interesse, inquestionavelmente facilitado pelos contactos estabelecidos que se tornavam irrealizáveis quando se propunham colocá-los em prática, nomeadamente ao alcance das massas trabalhadoras, inexperientes e impreparadas. À época, uma elite constituída por *Poucos Mas Bons*, evidenciou-se triunfantemente inoperante embora dentro dos limites sociais por si estabelecidos, a circulação da informação se estabelecesse mais facilmente.

⁴³ Sessão Solene proferida por Rodrigo Afonso Pequito sobre a *A Instrução Comercial Superior* realizada no Instituto Superior de Comércio de Lisboa, em 29 de Novembro de 1913 e Sessão Solene realizada no Instituto Superior de Comércio de Lisboa por Francisco António Correia em 26 de Outubro de 1924 dada ao tema *O Ensino Técnico e a sua influência no nosso ressurgimento económico*; Discursos recitados por Joaquim Torcato Alvares Ribeiro na Academia Politécnica do Porto aquando a abertura do ano lectivo 1846-1847 ou por ocasião das visitas de suas Majestades e Altezas à Academia Politécnica do Porto a 3 de Maio de 1852 e 30 de Novembro de 1863.

⁴⁴ Lembremo-nos dos discursos parlamentares de Rodrigues de Freitas sobre a questão da *Instrução Comercial e Industrial*; de Bernardino Machado, sobre *Instrução Pública* (16 de Julho de 1890) ou acerca da *Actual Situação Económica e Financeira*, discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 14 de Março de 1867 por José da Silva Mendes Leal.

Desta forma, o nível de instrução da população raramente esteve à altura das oportunidades criadas através de beneméritos gestos colectivos, na sua maioria surgidos da sociedade civil. Havia, quanto a isto, um enorme fosso separando a grande massa da população, analfabeta e ignorante, da *intelligentzia*, activa e promissora. Um fosso cultural bem de perto acompanhado pelo existente entre o mundo rural e citadino.

“Embora os governos tenham tomado medidas tendentes a alargar a instrução, a verdade é que a falta de investimentos a este nível e a ausência de um controlo, que aproximasse a prática das medidas legislativas, tiveram como resultado uma grande disparidade entre o que se propunha e o que era a realidade do país.”⁴⁵

No Porto Oitocentista a divulgação das práticas de escrituração mercantil foi a forma como a ciência passa da esfera de um mundo restrito para o conjunto da sociedade, influenciando na cultura e mentalidade das populações e criando deste modo as possibilidades de uma maior predisposição por parte das instituições públicas, dos comerciantes, negociantes e associações, à transferência, transmissão e à adaptação das inovações.

Pois, presentes neste processo vamos encontrar os agentes e os meios de divulgação, onde analisaremos o papel que os mesmos tiveram na produção e divulgação de conhecimentos e técnicas, a divulgação realizada por meio da Imprensa Especializada ou das Palestras e Conferências realizadas pelos homens do saber. Ainda nesta orientação, procuraremos encontrar noutros agentes de divulgação, difusão e propaganda – Museus, Anúncios, Jornais e Revistas – na divulgação e forma como contribuíram para a implementação do ensino comercial. Não nos esqueceremos que a questão da divulgação cultural para um público alargado que importava formar, assume estatuto de questão essencial no seio dos intelectuais de Oitocentos, nomeadamente através de dois poderosos meios de comunicação: a imprensa e a escola no sentido de alfabetizar um povo maioritariamente iletrado, caracterizada pela fraqueza de uma opinião pública restrita, quase inexistente, em geral mal preparada e pouco interveniente.⁴⁶

⁴⁵ MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Op. Cit.* p. 467.

⁴⁶ Cfr. VASCONCELOS, Osório de – *Letras e Artes. Anuário do Arquivo Pitoresco*. n.º 30, (Jun. 1866), p. 236; MOTA, I. Silveira da – *Horas de repouso*. Lisboa: 1880. p. VII.

2º CAPÍTULO

A INSTRUÇÃO E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO SECTOR DO COMÉRCIO

"Mas o filho do povo não vai aos grêmios literários, aos botequins, onde se encontram jornais; acabado o seu trabalho, com um fato mais simples, seria notado numa reunião onde quase todos estão vestidos mais ou menos elegantemente.

O operário precisa ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde ele passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua inteligência e do seu saber."⁴⁷

2.1 - AS ACADEMIAS, AS SOCIEDADES E AS ASSOCIAÇÕES

Das sementes lançadas pelo liberalismo, a criação de condições políticas e sociais que favoreceram o surgimento de sociedades patrióticas, civilizadoras e promotoras do desenvolvimento material do país com o fim de incrementar o ensino e a propagação de conhecimentos científicos e úteis tornou-se uma realidade que vamos assistir já na primeira metade de Oitocentos. O retorno de uma nova *intelligentsia* detentora de uma experiência adquirida no exílio onde o estabelecimento de contactos com outras sociedades e associações permitiu-lhes aperceberem-se de como na restante Europa o desenvolvimento económico e o progresso encontravam-se a par dos avanços da ciência e da técnica foi, necessariamente, um decisivo contributo para a sua implementação. A elevada taxa de analfabetismo existente entre a classe operária e a inexistência de um ensino técnico público tiveram como consequência que um dos objectivos prioritários das sociedades e associações fosse a criação de aulas públicas primárias e profissionais, tanto mais que desde o início de

⁴⁷ GOODOLPHIM, Costa - *Associação* (1876).

Oitocentos a falta do ensino comercial era sentida com grande acuidade e apontada como uma das principais causas do atraso económico português.

Assistimos pois, ao longo do século XIX, ao surgimento de Academias Científicas, Sociedades Patrióticas e Recreativas e Associações⁴⁸ vocacionadas para terem um papel activo no desenvolvimento da prosperidade pública, visando o desenvolvimento cultural do país e que tinham como lema a instrução.⁴⁹ No comércio portuense aparece a Associação Comercial do Porto,⁵⁰ importante arauto dos Marçanos e Caixeiros do século XIX. Na mesma década assistimos à criação da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (1837) que através da publicação do seu jornal – *O Panorama* – possibilitaria a divulgação de conhecimentos úteis porque “o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas têm de repouso para dar à cultura do espírito; e nenhum ânimo, por certo seria assaz curioso de instrução para gastar esses momentos em folhear centenas de volumes e embrenhar-se em meditações profundas, que só uma aplicação constante pode tornar profícuas.”⁵¹

A juntar a estas Associações e Sociedades, com fins e acções bem determinadas, o Porto da segunda metade do século XIX regista igualmente a proliferação de outras Associações de cariz económico, cultural e social que, não raras as vezes, reivindicam exigências antigas. Tal foi o seu repentino crescimento por toda a cidade que no Verão de 1883 suscitou a Ramalho Ortigão, ter a cidade invicta “mais associações novas do que novas ruas.”⁵²

Bento Carqueja em *Economia Política*, referindo-se ao crescente movimento associativista apela para que se procedesse às alterações na legislação que as regulamenta, tão desactualizadas que estavam. “Nos últimos quarenta anos, o movimento associativo tem-se desenvolvido consideravelmente em Portugal, vendo-se o legislador obrigado a intervir frequentemente neste assunto.”⁵³ Não teve que esperar muito para que fosse ouvido. Durante a década de 90, alguma legislação vem procurar pôr ordem no funcionamento e regulamentação associativo. Regulamentaram-se

⁴⁸ Em 1891, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, publica a relação de 474 Associações de Socorros Mútuos cujos estatutos foram aprovados, desde a sua organização até à data da promulgação do Decreto de 28 de Fevereiro de 1891. A cidade do Porto inscrevia 89 Associações Mútuas, correspondente a 18.7% do total nacional. Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, nº5, 1891, pp. 63-71. Na Nova História de Portugal dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques indica 280 Associações para o mesmo ano de 1891 (p. 237).

⁴⁹ MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Op. Cit.* p. 155.

⁵⁰ Fundada em Dezembro de 1834 a sua criação deve-se a José Ferreira Borges que convocando os negociantes da cidade, demonstrou a necessidade da sua existência para defesa dos interesses do comércio portuense. A 12 de Dezembro de 1834 foi nomeada uma comissão para redigir os estatutos aprovados que foram a 24 de Dezembro de 1834.

⁵¹ *O Panorama*, Vol. I, nº1, pp.1-2, citado por MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Op. Cit.* p. 143.

⁵² MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Op. Cit.* p. 146

⁵³ CARQUEJA, Bento – *Economia Política*. Tomo II, p. 302, citado por ABREU, Carlos; BRANCO, Francisco – *O Associativismo: tradição e arte do povo de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1984.

sucessivamente as Associações de Socorros Mútuos,⁵⁴ de Classe⁵⁵ e os Sindicatos Agrícolas.⁵⁶

Contudo esta dinâmica de intervenção na sociedade através do movimento associativo, repercutiu-se além do direito de uma cidadania participativa, numa rede de mútuas necessidades que as massas populares sentiam e que, longe das decisões do poder, dava-lhes respostas imediatas aos seus anseios estritamente locais. A formação das Sociedades e Clubes de instrução e recreio representa, no seio do movimento associativo, um processo de dinamização relativamente à formação, procurando pelo recreio, convívio e instrução, a elevação cívica dos seus associados, actividades estas que, de alguma forma, faziam parte da vida das Associações Mutualistas (escolas nocturnas de instrução primária, aulas de português, francês, inglês, caligrafia, desenho e geometria, criação de bibliotecas...). No decorrer de todo o século, várias Associações, Sociedades e Academias entretanto estabelecidas, foram criando, à margem do poder instituído, diversos espaços difusores de instrução e cultura técnica. Se o desenvolvimento das Associações de recreio, de animação e de beneficiência foram componente importante que caracterizou o associativismo nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, a sua expansão não fora mais longe, limitados que estavam os seus potenciais frequentadores. A instrução, o recreio e a cultura estão necessariamente associados à existência de disponibilidade por parte da população trabalhadora, o que explica a pouca expansão destas Associações, ao longo do século XIX, dados as longas jornadas de trabalho a que estava sujeita.⁵⁷ Entre alguns exemplos, vamos encontrar esta pretensão nos Estatutos do Ateneu Comercial do Porto (1888) onde no Artº 2º do Capítulo I – Da Sociedade e seus fins – refere como objectivos em prol dos seus associados:

“1º Promover e auxiliar o desenvolvimento e progresso moral e intellectual de seus associados, diffundindo o ensino de conhecimentos uteis, pelos seguintes meios:

- a) Ampliando a sai bibliotheca e gabinete de leitura, instituido em 12 de dezembro de 1869;
- b) Creando um museu commercial e industrial;
- c) Estabelecendo conferencias, prelecções ou palestras de reconhecida utilidade;
- d) Creando cursos sobre instrucção, e especialmente aquelles que mais possam utilizar, nas suas applicações, ao commercio e industria;
- e) Realizando no seu edificio exposições que possam interessar a aggremação, e mais se harmonisem com os intuitos do Atheneu;
- f) Publicando um boletim ou revista em que se mencionem os principaes factos concernentes á Sociedade, e quaesquer escriptos tendentes a desenvolver s instrucção, especialmente a referente ao commercio.”⁵⁸

⁵⁴ Decreto de 28 de Fevereiro de 1891 e Decreto de 2 de Outubro de 1896.

⁵⁵ Decreto de 9 de Maio de 1891.

⁵⁶ Decreto de 5 de Julho de 1894 e Lei de 3 de Abril de 1896.

⁵⁷ PEREIRA, José Manuel – *O Registo das Associações do Distrito do Porto (1927-1949)*. Porto: FLUP, 1996. p. 22.

⁵⁸ Estatutos do *Atheneu Commercial do Porto*. Porto: Typ. de Arthur José de Souza & Irmão, 1888. pp. 7-8.

Ainda no que à instrução comercial diz respeito, os mesmos Estatutos conferem no seu Artº 3º “*Auxiliar quanto possivel o desenvolvimento da instrucção do paiz, iniciando ou impulsionando a fundação de bibliothecas e escholas populares*” e Artº 6º “*Representar perante os poderes publicos, sobre qualquer assumpto que tenha por fim o desenvolvimento da instrucção, florescimento do commercio e progresso da industria.*”

2.2 - A LEITURA NO PORTO OITOCENTISTA

Desta forma, conscientes que o livro um instrumento de comunicação escrita privilegiado e meio de mudanças de mentalidades, é nele e por ele, que poderemos encontrar alguns indicadores referenciadores sobre o maior ou menor apego do portuense em relação à cultura, ao saber, ao conhecimento. Que interesses e gostos literários prevaleciam? Quais as instituições de produção e difusão existentes? Que clientelas e preços? Que frequências de compra e leitura? Que hábitos e paixões? Que Ideias? Como, Quando e onde se lê? Qual a importância do livro?

Que instituições de produção e difusão cultural existem no Porto? Foram suficientes? Deram resposta? Acompanharam as necessidades? De que forma se dava a aprendizagem fora da escola?

Alguns estudos⁵⁹ efectuados sobre o Livro, a Leitura e as Instituições de Produção e Difusão de Saberes para o Porto Oitocentista permitem-nos dimensionar e contextualizar, - estrutural e conjunturalmente - com base em indicadores recolhidos, relações de comportamento e atitudes perante a sua intervenção cultural e social no espaço geográfico em que se integram. A alfabetização, os progressos técnicos, a imprensa e a sua legislação, o mercado industrial do livro, o acesso das classes médias aos bens culturais ou a educação das classes laboriosas são questões naturalmente suscitadas e cujas respostas apenas nos fazem esclarecer a importância assumida pelos Livros na consolidação da aprendizagem do indivíduo.

O estado cultural da sociedade portuense deve ser vista numa conjuntura generalizada à dimensão do país alfabeticamente atrasado⁶⁰ de cuja cidade do Porto era sua extensão. Longe não estaríamos da observação que Eça de Queirós faz à sua sociedade raquítica: “*o país não lê nem quer ler. Quando muito aguenta um romance.*”

⁵⁹ Ver 350 títulos para a história do livro e da leitura em Portugal. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 1997. pp. 314-335.

⁶⁰ Cfr. SERRÃO, Joel – Estrutura social, ideologias e sistema de ensino. *Sistema de Ensino em Portugal* (Coord. de SILVA, M. e TAMEN, M. Isabel). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. p. 22.

Isto está, em todos os sentidos, cada vez mais baixo."⁶¹ Se o interesse das autoridades governativas no combate à alta taxa de analfabetismo está traduzido no crescimento da rede de escolaridade elementar – de 931 escolas públicas em 1823 para 4495 em 1900⁶² – aliás, medida decorrente do desenvolvimento económico e da modernização técnica determinada com a Regeneração, ela própria, causa e efeito de um necessário investimento no ensino, outros factores socio-culturais estabeleceram e fizeram perdurar a tardia intervenção na diminuição desta percentagem. Tal como refere Alberto Ferreira, a justificação reside na deficiente política cultural para a educação dos estratos sociais populares.⁶³ Por outro lado, a ausência de medidas eficazes de controlo e garantia no cumprimento das determinações legais, ocasionou, frequentemente, a indevida importância que a frequência da instrução pública oferecia para a educação, formação e valorização do menor. A gratuidade e obrigatoriedade de ensino,⁶⁴ tal como a sua liberdade foi mais uma bandeira de luta política que uma medida verdadeiramente implementada e estabelecida numa cidade mais preocupada com as transformações que a segunda metade do século XIX encadeara.

Assim, a própria regeneração cultural procurou certificar-se na propaganda da educação/instrução, conquistando outros veículos privilegiados na difusão, vulgarização e acesso à cultura. Num período onde a mensagem escrita assume a importância política de apreensão dos discursos e ideias socialistas e republicanas, tentando chegar às massas populares, logo instrumento importante na formação da opinião pública, a publicação, sob a forma de revista, livro ou jornal, assume capital importância. O incremento do periodismo, suscita o interesse pela informação da sociedade, pela notícia e participação motivada pela diversificação dos géneros literários, cada vez mais perto das grandes massas de opinião.

Proliferaram as academias, aumentou a actividade editorial, publicaram-se jornais, as ideias novas vindas do estrangeiro circulavam e eram apaixonadamente debatidas. Mais do que conhecer as publicações, importa saber até que ponto os periódicos e as monografias tiveram uma real importância na divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos entre os vários grupos sociais, e até que ponto esses conhecimentos eram aplicados pelos mesmos cimentando a ideia de que o progresso comercial passava pela aquisição de novos saberes e doutrinas.

⁶¹ Eça de Queirós – (De uma carta a sua mulher, de 28 de Mar. 1890).

⁶² Maria Antonieta Cruz citando António Nóvoa e Joaquim Ferreira Gomes apresenta outros valores: "Em 1831-32 existiam 796 estabelecimentos públicos de ensino primário, em 1844 eram já 1116, em 1881 ultrapassavam os 3000." Cfr. CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura burguesa oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20, (1999), pp. 258-259.

⁶³ FERREIRA, Alberto – *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 59.

⁶⁴ Segundo o Anuário Estatístico de Portugal, no ano de 1875, das 800 000 crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos, apenas 15% frequentavam a escola. Cfr. NÓVOA, António - *Le temps des professeurs*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 330.

2.2.1 – LIVRARIAS, LIVREIROS E EDITORES

"Elemento importantíssimo para o conhecimento do ambiente cultural dum determinado período são as livrarias. Podem considerar-se um índice do movimento intelectual da época, pela tradição que representam e que se vai sedimentando, pelas correntes de pensamento que manifestam, pelo interesse, paixão e cultura que supõem nas pessoas ou instituições que as formam, conservam ou aumentam, e, além disso, como elemento de estudo, de ensino e de formação. O livro e o mestre são veículos, a um tempo, manifestativos e transmissores do pensamento e da cultura.

O ministério do ensino faz-se através da palavra – temos o mestre, e através da escrita – temos o livro. Os mestres formam a escola-viva, os livros formam a biblioteca que transmite o ensino e perpetua a escola."⁶⁵

Em vésperas da partida da família real para o Brasil, as principais livrarias do país pertenciam à Coroa, a algumas casas senhoriais e a particulares, aos conventos e ordens religiosas e à Universidade de Coimbra. Se Lisboa teve a honra de na segunda metade do século XVIII ver instalar-se os primeiros livreiros franceses,⁶⁶ a cidade do Porto serviu durante o século XIX de montra a muitos outros Livreiros, também franceses, que, pela sua dimensão, facilmente concorriam com os portugueses, sendo responsáveis pela difusão da cultura francesa e verdadeiros intermediários de interpostos comerciais na penetração do livro em Portugal. Desde a Livraria Moré⁶⁷ à Ernesto Chardron⁶⁸ "*nas bancas portuenses, a ver pela oferta do Livreiro e dos Mercadores de Livros, a edição em língua francesa era a mais requisitada, numa percentagem de 46.5%, o latim conseguia uma representação de 35% e a língua portuguesa cerca de 15%. Em espanhol e italiano apenas escassos volumes.*"⁶⁹

⁶⁵ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto nos Séculos XIV e XV: alguns subsídios para o seu estudo. Separata da Revista *Studium Generale* do Centro de Estudos Humanísticos (número especial dedicado ao Infante D. Henrique). Porto, 1960. p. 52, citado por LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *O Livro e a Leitura no Porto do séc. XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Fundação Engº António de Almeida, 1994.

⁶⁶ CAEIRO, Francisco da Gama – Livros e livreiros franceses em Lisboa nos finais de Setecentos e no primeiro quartel do século XIX. Coimbra: S.n., 1980, citado por GUEDES, Fernando – *O Livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa: São Paulo, Editorial Verbo, 1987. p. 113.

⁶⁷ Fundada pelo francês Nicolau Moré, localizava-se na Rua de Santo António e no extremo sul do Passeio das Cardosas. Cfr. GUEDES, Fernando – *Op. Cit.* p. 61.

⁶⁸ Começou como empregado na Livraria Moré até 1869, altura em que se estabelece por conta própria na Rua dos Clérigos. À sua morte, em 1885, a Livraria passa para as mãos de dois franceses – Jules Genelioux e Mathieu Lugan – e em 1894 é adquirida pela Lello. Cfr. GUEDES, Fernando – *Op. Cit.* pp. 62-66.

Como refere Oliveira Ramos, no Porto do séc. XVIII existem já 90 livreiros,⁷⁰ muitos localizados nas Ruas dos Mercadores, das Flores e Largo de S. Domingos.⁷¹

A nossa dependência cultural a terras de França – numa preocupação de saber o que se passava lá fora – ia-se fazendo não só pelos livros cá colocados à custa das grandes casas de Editoras Francesas que até princípios do século XX, elegeram o nosso país, como grande mercado de consumo e dos hábitos e costumes. No início do século Paris é o farol da sociedade portuguesa para as ideias, as modas, os costumes, os comportamentos e o estilo de vida. Até mesmo para os valores políticos mais subversivos, como o republicanismo, já instaurado além-Pirinéus. Em 1905, *Le Petit Journal*, de Paris que cobre a visita a Lisboa do presidente francês, Émile Loubet, destaca aos seus leitores: “*Note-se que em Portugal tudo está à moda de França e que, em cada dez volumes que vendem as livrarias, há nove em língua francesa e um em português.*”⁷²

“45% dos livros que o Porto podia encontrar [em depósito] estava escrito em língua francesa, contra 37% em latim; a expressão de 13% era portuguesa e dos idiomas espanhol e italiano contamos apenas uma reduzida percentagem.”⁷³

Tal era a influência de Livreiros Franceses no Porto que “*nas vésperas da Revolução Francesa era possível encontrar na cidade, autores polémicos e até proibidos pela Real Mesa Censória como Newton, Bacon, Molière, Milton, Bossuet, Condillac, Rousseau.*”⁷⁴ Victor de Sá, acrescenta que dos 41 catálogos gerais da primeira metade do século XIX existentes na Torre do Tombo, dos diversos livreiros franceses e portugueses, alguns catálogos, o caso da Bertrand, tem mais títulos franceses que portugueses.⁷⁵

Esta invasão da literatura francesa foi visível na cultura portuguesa. À falta de literatura contabilística, os livros de Degranges, tal como citações a outros grandes como Courcelle-Seneuil, foram sempre feitas, inclusive, com publicação de livros daquele primeiro traduzido para o português.

Conforme nos é possível observar nos estudos efectuados por Olímpia Loureiro, as ideias iluministas do séc. XVIII não foram suficientes para apadrinhar os Homens de Negócios, na procura da doutrina comercial e contabilística nos manuais e compêndios da época.

⁶⁹ LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Op. Cit.* p. 78.

⁷⁰ RAMOS, Luís Oliveira – *História do Porto. Op. Cit.* p. 11.

⁷¹ MEIRELES, Maria Adelaide – A Actividade livreira no Porto do século XVIII: contribuição para o seu estudo. *Revista de História*. Vol. 4. Centro de História da Universidade do Porto. 1981, p. 8 citada por MAIA, Cristina – *Op. Cit.* p. 65.

⁷² VIEIRA, Joaquim – *Op. Cit.* p. 28.

⁷³ LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Op. Cit.* p. 81.

⁷⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da - Tempos modernos. *História do Porto*. RAMOS, Luís Oliveira (Dir.). *Op. Cit.* p.368.

⁷⁵ SÁ, Victor de – *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. p. 124.

2.2.2 - GABINETES DE LEITURA

"Lojas de ler e de alugar livros, os gabinetes de leitura foram essencialmente negócio de livreiros, mas também surgiram ligados a associações culturais, profissionais e a folhas periódicas. O gabinete de leitura permitia a fixação do público leitor em local apropriado ou facultava, mediante o aluguer do livro, a sua leitura domiciliária."⁷⁶

De influência francesa,⁷⁷ os Gabinetes de Leitura tiveram na cidade do Porto o papel dinamizador de aproximação e difusão dos saberes além fronteiras. Se muitos dos Gabinetes de Leitura existentes no século XIX surgiram no âmbito das livrarias e editoras, muitos outros estiveram ligados às sociedades e associações culturais, recreativas e profissionais que, nos seus estatutos, faziam questão de incluir a criação de uma Biblioteca ou um Gabinete de Leitura, reconhecida a sua importância para o associado ou frequentador na divulgação de experiências, conhecimentos e práticas entre os seus sócios.⁷⁸

No entanto, muitos deles – por falta de espaço, condições ou por política de serviço de leitura – procediam ao empréstimo domiciliário, de livros e periódicos, mediante o pagamento de uma assinatura. Compreende-se pois, o sentido de negócio de muitos Livreiros⁷⁹ que mais interessados no aluguer ou venda do livro, possibilitavam através de uma leitura à *consignação*, a aproximação do leitor com a obra, sem grande preocupação com salas próprias para leitura. Esta condição possibilitou igualmente a consistência de espaços públicos, como cafés e clubes, mais propícios ao debate público de ideias políticas periodicamente lançadas nos jornais.⁸⁰

Os estudos de Jorge Peixoto,⁸¹ Rosa Esteves,⁸² Manuela Domingos,⁸³ Fernando Guedes,⁸⁴ Olímpia Loureiro,⁸⁵ Manuela Tavares Ribeiro⁸⁶ e Adelaide

⁷⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999), p. 193.

⁷⁷ "Foi notória a particular posição que ocupavam no nosso mercado de livro, os editores de origem francesa que aqui se tinham estabelecido e que dispunham, em princípio, de um maior conhecimento do mercado livreiro de França, de uma maior facilidade de contactos com as casas editoras desse país e também, em regra, de uma mais longa experiência no ramo que, frequentemente, remontava aos meados do século XVIII". Citando SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos. *Op. Cit.* p. 236. Ver Também GUEDES, Fernando – *Op. Cit.* p. 179.

⁷⁸ É o caso do Regulamento Interno da Sociedade Nova Euterpe de 5 de Setembro de 1869.

⁷⁹ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre – *Op. Cit.* p. 689.

⁸⁰ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 107.

⁸¹ PEIXOTO, Jorge – Para a História do Livro em Portugal. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. T. XIV, 1974 e Gabinetes de Leitura em Portugal nos começos do século XIX. *O Comércio do Porto*. 24 de Outubro de 1967.

Meireles⁸⁷ reservam a este tema importantes contributos para o melhor esclarecimento da problemática dos livros e da leitura no Porto de Setecentos e Oitocentos. Manuela Domingos baseando-se num inventário efectuado para o século XIX, apresenta uma tipologia de dois grandes grupos – os Gabinetes de Leitura e os Gabinetes de Associações Culturais e Profissionais – explicando o surgimento dos últimos, pela evolução do movimento associativista que, em complementariedade com os primeiros, procuraram dar relevo à educação das massas trabalhadoras, nomeadamente no último quartel de Oitocentos,⁸⁸ agora com disseminação das bibliotecas populares e públicas. Tal como a crescente medida de estabelecimento de uma rede de escolas primárias durante a segunda metade do século XIX não foi acompanhada por uma consciente eficaz política de obrigatoriedade de frequência do mesmo ensino primário, o índice elevado de analfabetismo não foi diminuído pela implementação e proliferação destes locais de leitura. O analfabetismo continuou a impedir uma maioria da população portuense a frequência dos Gabinetes de Leitura. A língua francesa⁸⁹ em que se encontravam grande parte das obras e o aluguer⁹⁰ ou o preço das mesmas, constituiu importante barreira para os sectores sociais que auferiam salários mais baixos.⁹¹ A pequena e média burguesia – porventura a mais assídua e socialmente mais interessada – refugiava-se na literatura de evasão francesa e portuguesa.⁹²

Em relação às Associações Culturais e de Recreio da cidade do Porto, encontramos, entre outras, na Associação Comercial do Porto, Sociedade de Instrução do Porto e Ateneu Comercial do Porto, instituições que prestando serviço de leitura, albergavam os anseios literários dos empregados do comércio, também eles interessados na intervenção na vida nacional com a prática da cidadania.⁹³ A Associação Comercial do Porto assume igualmente papel importante no ensino comercial da cidade. Aqui, além da sua importante “*Bibliotheca Commercial no edificio da Bolsa (que possui obras relativas ao commercio e á economia politica, mappas, e*

⁸² ESTEVES, Rosa – Gabinetes de Leitura em Portugal no século XIX (1815-1853). *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, nº1, (1984).

⁸³ DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos da Sociologia da Cultura: Livros e Leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.

⁸⁴ GUEDES, Fernando – *Op. Cit.*

⁸⁵ LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Op. Cit.*

⁸⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Op. Cit.*

⁸⁷ MEIRELES, Maria Adelaide de Azevedo – *Op. Cit.*

⁸⁸ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Op. Cit.* p. 193.

⁸⁹ *Idem. Ibidem.* p. 195.

⁹⁰ “O preço do aluguer do livro, relativamente aos salários auferidos, impossibilitava, por seu lado, vastas franjas sociais de usufruir dessa prática já que a assinatura mensal variava entre 200 e 600 réis, na década de 40, e entre 200 e 400 réis nos anos 80.. O preço do jornal atingia 20 ou 40 réis, as obras de Balzac e de Dumas compravam-se por 2\$500 réis e um livro de Júlio Verne custava 200 réis.” Cfr. DOMINGOS, Manuela D. – *Op. Cit.* p. 170, citada por RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Op. Cit.* p. 195. Ver Também ELEUTÉRIO, Victor Luís – A Imprensa Portuense no final do século XIX. *O Comércio do Porto*. 7 de Outubro de 1991. p. 10.

⁹¹ Em 1863, a média de salário de um operário variava entre 275 e 300 réis/dia. Cfr. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Op. Cit.* p. 195.

⁹² Balzac, Dumas e Júlio Verne tal como Herculano, Camilo e Garrett reuniam as preferências dos leitores.

⁹³ TENGARRINHA, José – *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1984. p. 237.

jornaes tanto portugueses como estrangeiros)”⁹⁴ em 1888 contava com um total de 399 obras e em 1894 com 1849. Uma das secções incidia sobre Comércio e Direito Comercial subdividindo-se em comércio e questões comerciais, direito mercantil nacional e estrangeiro, escrituração e contabilidade, navegação e marinha, dicionários, colecções e miscelâneas; uma outra incidia sobre História, Estatística e colecções de jornais e outra ainda sobre Ciências, Artes e Legislação.⁹⁵ A **Sociedade de Instrução do Porto**, criada em 1873, possuía em 1881 uma biblioteca e gabinete de leitura com 114 gazetas e publicações periódicas e “*muitas centenas de volumes, alguns valiosos e raros*.”⁹⁶ O próprio jornal *O Comércio do Porto*, albergava uma biblioteca com 40 000 volumes.⁹⁷ O **Ateneu Comercial do Porto**, criado em 1869 com a designação inicial de Sociedade Nova Euterpe, fundamentalmente como uma associação de “*todos os indivíduos, tanto nacionais como estrangeiros que se empreguem na vida comercial*”⁹⁸ foi um dos mais prestigiados e frequentados Gabinetes de Leitura, “*uma das mais ricas livrarias de iniciativa particular do paíz inteiro*.”⁹⁹ Inaugurado a 12 de Dezembro de 1869, espelha a atenção que os Caixeiros prestaram desde a fundação da Nova Euterpe à causa da instrução e melhor preparação dos seus associados, pelo convívio e enriquecimento cultural. Com um inicial acervo bibliográfico de 326 volumes adquiridos através de ofertas dos sócios e de bibliotecas particulares, em 1844 os cerca de 10 000 volumes satisfazem os 4 320 pedidos de consulta efectuados.¹⁰⁰ Nos primeiros anos de vida da sociedade, os crescentes pedidos de leitura eram superiores ao número de obras existentes, exigindo rápidas aquisições. Tendo em atenção que as primeiras décadas da Sociedade Nova Euterpe era maioritariamente constituída por Caixeiros e Guarda-Livros,¹⁰¹ principais frequentadores do Gabinete de Leitura – recorde-se que a pertença à classe comercial constituía uma das condições de admissão ao novo associado,¹⁰² - e que, em certos anos, o número de Caixeiros entre os sócios entrados ultrapassa os 90% do total.¹⁰³

⁹⁴ CHAGAS, Manuel Pinheiro – *Diccionario Popular Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*. 3º Vol. Lisboa: Typ. do Diario Illustrado, 1878. p. 350.

⁹⁵ Cfr. DOMINGOS, Manuela D. – Livros de viagem portugueses do século XIX. Alguns exemplos. *Revista de História Económica e Social*, n.º7, (Jan.-Jun. 1981), pp. 120-121.

⁹⁶ Discurso do Presidente da Sociedade José Frutuoso Aires de Gouveia Osório pronunciado em 1881 citado por MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Op. Cit.* p. 182.

⁹⁷ RAMOS, Rui – *Op. Cit.* p. 54.

⁹⁸ ALMODÔVAR, António; BRANDÃO, Maria de Fátima – O Ateneu e a economia política nos finais do século XIX. *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.). Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995. p. 28, citando o Artº 2º, Cap. I dos Estatutos do Ateneu Comercial do Porto.

⁹⁹ *Ateneu Comercial do Porto no 50º aniversário da sua fundação: (1869-1919)*. edição comemorativa. p. 19.

¹⁰⁰ MARQUES, Rosário; COSME, Susana Rodrigues – Os primeiros anos da vida associativa. *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.). Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995. pp. 23-26.

¹⁰¹ PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – Porto: *Ateneu Comercial do Porto*, 1995. p. 37.

¹⁰² Estatutos do *Atheneu Commercial do Porto*. Porto: Typ. de Arthur José de Souza & Irmão, 1888. p. 9.

¹⁰³ PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – *Op. Cit.* p. 37.



Fig. 12 – O Ateneu Comercial do Porto

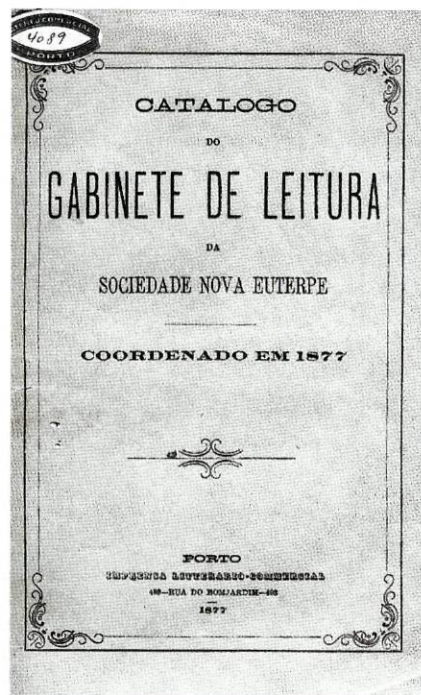


Fig. 13 – Catálogo bibliográfico do Ateneu

A sua afluência era tal que a Direcção estabelecera que *“as salas do gabinete abriam todos os dias de trabalho, às horas que fossem designadas pela direcção, e nos dias santificados das 2 às 7 da tarde, nos meses de Outubro a Março, e das 3 às 8, de Abril a Setembro.”*¹⁰⁴

2.2.3 - BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES

Paralelamente aos gabinetes de Leitura organizados pelas instituições privadas existiam as bibliotecas estatais, municipais ou financiadas pelo Estado.

O triunfo do liberalismo conduziu a um significativo movimento de criação de bibliotecas públicas e de organização dos respectivos serviços, factor indissociável do processo de laicização a cultura e da preocupação das autoridades com a formação geral dos cidadãos. O Porto apenas¹⁰⁵ conhecera em 1833 a sua primeira Biblioteca Pública fundada por D. Pedro IV¹⁰⁶ como prova de gratidão e reconhecimento no ano comemorativo da entrada do exército liberal na cidade invicta.¹⁰⁷

¹⁰⁴ GUEDES, Fernando – *Op. Cit.* p. 179.

¹⁰⁵ A primeira Biblioteca Pública Portuguesa tinha sido criada em Lisboa em 1796, por Alvará de D. Maria I, com a denominação de Real Biblioteca Pública da Corte. Cfr. *Alvará Régio* de 29 de Fevereiro de 1796. A cidade de Évora (1815) e de Coimbra (1822) foram igualmente contempladas.

¹⁰⁶ Decreto de 9 de Julho de 1833. Em 1876, a Real Biblioteca Pública do Porto foi transformada em municipal.

¹⁰⁷ PEREIRA, José Manuel – *Biblioteca Pública Municipal do Porto: uma visita de estudo ou o estudo de uma visita?* Porto: FLUP, 1996. p. 23.

No ano de 1849 registou a visita de 2874 leitores. Acrescente-se ainda a biblioteca¹⁰⁸ da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto e depois Academia Politécnica do Porto que, embora muito pobre, miserável e vergonhosa¹⁰⁹ contou a partir de 1833 com um considerável número de obras na área do comércio.¹¹⁰ Com poucos recursos financeiros que obrigava a recorrer às verbas destinadas aos prémios dos melhores alunos da Academia Politécnica e não atribuídos, a aquisição do acervo documental para a Biblioteca mantinha-se dependente da existência ou não de dinheiros que, nos anos difíceis, eram canalizados para outras rubricas, consideradas mais deficitárias. No ano lectivo 1859-1860 "*possue esta Academia mil e novecentos e setenta e oito obras, em cinco mil, cento e setenta e hum volumes, pertencentes a várias sciências*"¹¹¹ contando o Comércio com "*obras cento e vinte e cinco, volumes duzentos vinte e tres*"¹¹² que incluindo as obras de "*Economia Política, assim como de Direito Commercial e marítimo, e os poucos que há de Legislação Cível*"¹¹³ constitui, maioritariamente, o fundo legado pela antiga Academia Real da Marinha e Comércio.

Fora da esfera pública, outras bibliotecas enriqueciam o património documental: as do Convento de S. Francisco, dos Congregados, das Carmelitas e de Santo António.¹¹⁴ Mais restritas à consulta estavam as Bibliotecas Particulares na posse de aristocratas, deputados e homens de negócio, detentores de importantes espólios bibliográficos, ainda hoje longe da acessibilidade e pesquisa.

É no entanto nas últimas décadas de Oitocentos que se generaliza um pouco a criação e existência de bibliotecas públicas, sobretudo as bibliotecas municipais e populares.¹¹⁵ Em 1870, D. António da Costa, então Ministro da Instrução Pública, "*é autor de legislação extremamente avançada para a época que, a ter sido plenamente aplicada, poria Portugal ao nível dos mais evoluídos países em termos de organização*

¹⁰⁸ Biblioteca que se governava pelo regulamento que lhe deu o director (Joaquim Navarro de Andrade) da Academia Real da Marinha e Comércio, em 2 de Setembro de 1829, com o título '*Instruções por que se deve regular o guarda da biblioteca*' o qual era encarregue "*do arrançamento, guarda e conservação dos livros da biblioteca, com a gratificação de 300 reis diários.*" Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Primeiro Centenário da Fundação da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica (1837-1937)*. Porto: Universidade do Porto, 1937. p. 67.

¹⁰⁹ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 66.

¹¹⁰ Pelo Artº 11º, § 1 do Decreto de 9 de Julho de 1833 que funda no Porto uma biblioteca pública dotada com os livros que compunham as livrarias de vários conventos extintos, determinou que, dos exemplares duplicados, se dessem a esta Academia as obras que tivessem por objecto as ciências matemáticas, a navegação, o comércio. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 329.

¹¹¹ *Relatório sobre a Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto no anno de 1859 a 1860*, citado por BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 330. Ver Também *Anuário da Academia Polytechnica do Porto: 1878-79*, p. 29.

¹¹² *Idem. Ibidem.*

¹¹³ *Idem. Ibidem.* p. 331.

¹¹⁴ Em 1834, após a extinção das ordens religiosas masculinas, muitas colecções são incorporadas no acervo documental de bibliotecas e museus da cidade.

¹¹⁵ Sobre o tema encontramos estudos de NUNES, Henrique Barreto – *Da Biblioteca ao Leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. TORRAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre – *Op. Cit.*; Segundo Inquérito de 1875, apenas em 2% das localidades portuguesas haveriam bibliotecas populares, cfr. NÓVOA, António – *Le Temps des professeurs*. Vol. II. Lisboa, 1987. p. 390.

de uma rede de bibliotecas.”¹¹⁶ As Bibliotecas Populares,¹¹⁷ sediadas em todos os Concelhos, visavam completar a “acção da escola, permitiriam a formação profissional.”¹¹⁸ No entanto, a implementação destas medidas não passaram de vontades... populares. Estas Bibliotecas que deviam ser o complemento das escolas populares, abrangiam duas classes de obras, as que se ocupavam dos conhecimentos gerais e as que se ocupavam de cada uma das profissões, agrícola, industrial, comercial e artística. O Governo fornecia às municipalidades os livros necessários para se constituírem as Bibliotecas Populares, promovendo igualmente, por intermédio das sociedades ou instituições de beneficência, a aquisição de livros para o mesmo fim. As Bibliotecas Públicas, quando em funcionamento em período pós-laboral, assumiram importante complemento na instrução, nomeadamente na década de 80 com a publicação da Carta de Lei de 18 de Janeiro de 1883 que ao oficializar a leitura nocturna neste tipo de Bibliotecas, fez aumentar consideravelmente a frequência de leitores.¹¹⁹

Podemos encontrar no tradicional modelo pedagógico de profundo cariz Taylorista¹²⁰ onde assentava uma política educativa que pretendia cidadãos que eram facilmente integrados na sociedade previsivelmente preparada e cujos repetitivos efeitos condicionavam, *per si*, essa fácil integração, a escola e a comunidade comungavam de vícios, senão estereotipados, antes convencionalmente aceites e comodamente praticados. Tal atitude explica o papel desempenhado pela escola no âmbito da sua organização e consequente relevo ao lugar que a Biblioteca escolar desempenhou nos finais de Oitocentos. Tendo a sala de aula, a colocação e distribuição dos alunos em relação ao professor, também ele, único e mais importante agente do recurso educativo, ilustra a menor importância para a existência de outros recursos educativos – didácticos e pedagógicos – também eles, no mesmo nível de importância para o processo de educação e formação. A memorização *in loco* bebida directamente da *sageza inquestionável* do professor não dava espaço para a prática de outras aprendizagens necessárias e complementares de apoio. O circuito de informação, ora de educação/instrução, abria-se e fechava-se dentro do mesmo cenário e com os mesmos actores, independentemente das cenas e dos actos,

¹¹⁶ NUNES, Henrique Barreto – *Da Biblioteca ao Leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*, p. 27. Ver Também SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Verbo, 1995, pp. 344-347.

¹¹⁷ Decreto de 2 de Agosto de 1870. No Relatório que acompanhou este Decreto considerava que “as bibliotecas populares estão por nascer em Portugal. A nação despende mais de 20 000\$000 anuais com as bibliotecas públicas destinadas aos estudos superiores ou ao ensino técnico, e ainda não possui os repositórios dos conhecimentos elementares para as classes mais necessitadas”, Cfr. *Collecção de Providencias sobre o material das Escolas Primarias, criação de Bibliothecas Populares e organização de Comissões Promotoras do ensino*. Lisboa, 1876. p. 31.

¹¹⁸ NUNES, Henrique Barreto – *Op. Cit.* p. 27.

¹¹⁹ TENGARRINHA, José – *Op. Cit.* p. 215.

desvalorizando a apreensão, compreensão e aprendizagem de cada aluno, supostamente igual aos restantes, pela mesma capacidade compartimentada de absorver matérias e programas curriculares saídas de forma equidistante da boca do *mesmo* professor.

Face a este quadro institucionalmente estabelecido o século XIX não entendia razões suficientemente válidas para alargar o processo e os recursos educativos para além da sala de aula. Logo não tinha sentido a existência da Biblioteca Escolar...

Embora a legislação, em finais do século XIX, estabelecesse, de forma mais ou menos formal, o papel, a responsabilidade, as competências e atribuições das Bibliotecas escolares, a prática prova que não é de hoje, relegar para um segundo plano, a importância na prossecução desse espaço, atribuindo-lhe as finalidades que ditaram a sua criação.

Como a própria legislação refere, podemos encontrar no Decreto de 17 de Novembro de 1836 alusões à biblioteca escolar que aparece como um estabelecimento auxiliar de ensino. Na década de 70, o Decreto de 31 de Março de 1873 recomenda que a biblioteca dos liceus, esteja aberta no período da manhã e das tarde, em dias lectivos e que o seu responsável seja um professor efectivo. No ensino técnico, um Regulamento¹²¹ para as escolas industriais, datado de 1888, afirma que a biblioteca desses estabelecimentos seria pública e poderia eventualmente estar aberta à noite e em dias santificados, se tal fosse necessário.

2.2.3.1 – A BIBLIOTECA DO IICP

Procuramos nesta incursão pelas Bibliotecas Públicas e Escolares do séc. XIX, retermo-nos no estudo dos primeiros anos de funcionamento da Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial do Porto, igualmente instituída pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1886 que institucionaliza na cidade do Porto o ensino comercial. Embora o seu enquadramento devesse ter sido integrado na Quarta Parte desta dissertação por pertencer à educação formal e institucional, a sua introdução neste sub-capítulo justifica-se pela importância que constitui como espaço de leitura e consulta aberto aos alunos Caixeiros.

¹²⁰ PESSOA, Ana Maria – A Biblioteca na(s) Escola(s): de um desnecessário passado a um futuro cheio de esperança? *Cadernos BAD*. Lisboa, nº2 (1996). p. 18.

¹²¹ GARRAIO, Isilda – *Bibliotecas escolares: situação actual e perspectivas*. Lisboa. 2 vols. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Por determinação legal, os governantes procuraram desde cedo, atribuir às Bibliotecas Escolares a correspondente dotação orçamental para a aquisição de material bibliográfico de apoio à comunidade escolar. Aliás as verbas significativas atribuídas às bibliotecas que permitissem um ensino mais prático e experimental e um enquadramento bibliográfico de apoio que facilitasse o sucesso educativo e a correcta inserção na vida activa é igualmente referenciado por Luís Alberto Alves ao interpretar os diplomas de 30 de Dezembro de 1852 (Fontes Pereira de Melo), de 20 de Dezembro de 1864 (João Crisóstomo de Abreu e Sousa) e 30 de Dezembro de 1869 (Duque de Loulé) que reformaram o ensino industrial.¹²²

Curiosos são os resultados obtidos a partir de um minucioso e atento levantamento bibliográfico do acervo documental adquirido pela Direcção do Instituto durante os anos lectivos de 1887 a 1893. Numa leitura atenta às diferentes línguas das obras compradas (Quadro nº1), apercebemo-nos que a influência da língua e cultura francesa manteve-se por períodos tardios nos hábitos de compra e consulta dos portuenses. Entre 1887 e 1882, mais de metade (58.9%) do fundo bibliográfico disponível aos professores e alunos do IICP estava escrito em língua francesa. Bem longe, encontravam-se as obras escritas em português (22.4%), o dobro das escritas em língua inglesa (11.3%). Apesar deste demolidor domínio da língua francesa nos finais da década de 80 e inícios da década seguinte, assistimos a uma inversão de tendência definida pela maior existência de obras em língua portuguesa. À presente constatação não é estranha a afirmação de Olímpia Loureiro em que “os *homens de negócios*, à parte a natural tendência para lerem na mesma língua em que falam, inclinam-se para textos franceses e espanhóis.”¹²³

Quadro nº1 – Distribuição, por diferentes línguas, do Acervo Documental da Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1887-1892)

Ano Lectivo	Portuguê s	%	Francês	%	Espanh ol	%	Alemão	%	Italiano	%	Inglês	%	Total	%
1887-88 ¹²⁴	11	14.3	61	79.2	1	1.3	3	3.9	1	1.3	-	-	77	100
1888-89 ¹²⁵	8	12.5	42	65.6	-	-	5	7.8	1	1.6	8	12.5	64	100
1889-90 ¹²⁶	6	7.1	70	83.3	-	-	2	2.4	1	1.2	5	6	84	100
1890-91 ¹²⁷	21	20.5	51	50.0	3	2.9	1	0.9	7	6.9	19	18.6	102	100
1891-92 ¹²⁸	61	40.3	58	38.6	1	0.6	2	1.2	7	4.6	22	14.6	151	100
Total	107	22.4	282	58.9	5	1.1	13	2.7	17	3.5	54	11.3	478	100

¹²² ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal*. Op. Cit. p. 114.

¹²³ Olímpia Loureiro – Op. Cit. p. 79.

¹²⁴ *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto: Ano Lectivo 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. pp. 33-36. Ver Também *Appendice ao Diario do Governo*, nº4, 1889, p. 121.

¹²⁵ *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto: Ano Lectivo 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. pp. 39-41. Ver Também *Appendice ao Diario do Governo*, nº4, 1890, p. 57.

¹²⁶ *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto: Ano Lectivo 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. pp. 39-42. Ver Também *Appendice ao Diario do Governo*, nº8, 1891, p.187.

¹²⁷ Cfr. *Appendice ao Diario do Governo*, nº1, 1893, pp.13-14.

¹²⁸ Cfr. *Appendice ao Diario do Governo*, nº6, 14 de Maio de 1894, pp. 127-128.

No ano lectivo 1887-88, dos 77 títulos de obras adquiridos pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto, 65% foram publicados na década de 80 do século XIX. Uma preocupação justificada por se tratar de um estabelecimento de ensino que deficitário de livros sobre a educação comercial, procurasse fazê-lo na aquisição de obras mais recentemente publicadas, acompanhando assim o que sobre o assunto se escrevia. Analisando os investimentos efectuados na Biblioteca, relativamente à aquisição de livros, apenas 0.01% do Orçamento anual é canalizado para a Biblioteca (Quadro nº2).

Quadro nº 2 – Dotação Orçamental para a Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1886-1893)

Ano Económico ¹²⁹	Despesas com Pessoal	Rácio	Despesas Correntes	Rácio	Orçamento	Biblioteca	Rácio
1886-1887	11 459\$750	84.3%	2 128\$970	15.7%	13 588\$720	150\$630 ¹³⁰	0.01%
1887-1888	24 041\$085	62.2%	14 581\$325	37.8%	38 622\$410	590\$495 ¹³¹	0.01%
1888-1889	33 254\$795	82.6%	6 990\$000	17.4%	40 244\$795	989\$200 ¹³²	0.02%
1889-1890	34 866\$830	88.5%	4 538\$075	11.5%	39 404\$905	921\$625 ¹³³	0.02%
1890-1891	36 294\$290	81.6%	8 195\$775	18.4%	44 490\$065	757\$490 ¹³⁴	0.02%
1891-1892	33 605\$973	89.6%	3 898\$690	10.4%	37 504\$663	478\$515 ¹³⁵	0.01%
1892-1893	32 116\$960	93.8%	2 096\$630	6.2%	34 213\$590	380\$080 ¹³⁶	0.01%

Um século depois, analisando as mesmas variantes que estabeleceram o investimento na mesma Biblioteca é curioso observar que a fatia orçamental para a aquisição de acervo documental, unicamente bibliográfico, é substancialmente mais baixo que o efectuado no século anterior (Quadro nº3).

Quadro nº 3 – Dotação Orçamental para a Biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (1997-2000)

Ano Civil	Despesas com Pessoal	Rácio	Despesas Correntes	Rácio	Orçamento	Biblioteca	Rácio
1997	787 278 000\$00	80.2%	194 109 000\$00	19.8%	981 387 000\$00	6 375 964\$00 ¹³⁷	0.006%
1998	881 734 000\$00	77.6%	253 906 000\$00	22.4%	1 135 640 000\$00	9 493 764\$00 ¹³⁸	0.008%
1999	1 068 150 000\$00	80.7%	255 510 000\$00	19.3%	1 323 660 000\$00	14 624 848\$00 ¹³⁹	0.01%
2000	1 200 790 000\$00	82.8%	249 210 000\$00	17.2%	1 450 000 000\$00	24 541 662\$00 ¹⁴⁰	0.02%

¹²⁹ De 1 de Julho a 30 de Junho.

¹³⁰ *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: Ano Lectivo 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 25. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº19, 1888, p. 304.

¹³¹ *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: Ano Lectivo 1887-1888*. Op. Cit. p. 31. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº4, 1889, p. 120.

¹³² *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: Ano Lectivo 1888-1889*. Op. Cit. p. 43. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº4, 1890, p. 58.

¹³³ *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: Ano Lectivo 1889-1890*. Op. Cit. p. 43. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº8, 1891, p.1888.

¹³⁴ Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, nº1, 1893, p.15.

¹³⁵ Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, nº6, 14 de Maio de 1894, p. 126.

¹³⁶ Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, nº7, 17 de Setembro de 1894, p. 159.

¹³⁷ PEREIRA, José Manuel – *A Biblioteca do ISCAP na década de 90: relatório de actividades*. Porto: ISCAP, 2000, p.42.

¹³⁸ *Idem. Ibidem.*

¹³⁹ *Idem. Ibidem.*

¹⁴⁰ *Idem. Ibidem.*

Ainda para os finais de Oitocentos, comparando a percentagem entre os Institutos do Porto e Lisboa, na capital portuguesa há maior investimento na compra de obras: 0.01% para o IICP e 0.42% para o IICL (Quadro nº4).

Quadro nº 4 – Dotação Orçamental para a Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1893-1894)

Ano ¹⁴¹ Económico	Despesas com Pessoal	Rácio	Despesas Correntes	Rácio	Orçamento	Biblioteca	Rácio
1893-94					8 469\$870	3 560\$790	0.42%

Surpreendente quando verificamos que nesta matéria nada se alterou, agudizando-se ainda mais pelo notória diferença entre as diferentes rubricas. Por outro lado, é evidente, apesar de tudo, uma reconhecida analogia entre os Rácios estabelecidos com as despesas de pessoal e as despesas correntes quer nos finais do séc. XIX quer para os finais do séc. XX (Quadros nºs 2 e 3).

Mudam-se os tempos e mantiveram-se as vontades...

2.3 - A IMPRENSA ESPECIALIZADA

Sob a batuta da liberdade, a Revolução de 1820 lança ao longo de Oitocentos uma nova dimensão da leitura, mais traduzido num fenómeno de partilha de saberes e conhecimentos, despertados pelo sentido de curiosidade de uma Europa desconhecida e que se dava a conhecer ao mundo. A imprensa, ajudada pelos avanços da técnica surge como veículo de expressão mais rápido e espontâneo¹⁴² vivendo com exuberância a sua adolescência.¹⁴³ Os Periódicos não só reportam temas até então remetidos aos círculos fechados dos cenáculos e tertúlias, dos salões literários e saraus musicais, das sociedades culturais e dos centros políticos e lojas maçónicas, como outros até então reservados à cultura livresca. Arma e triunfo do Liberalismo, o jornal vai-se impondo como "*livro do povo*",¹⁴⁴ porta-voz de

¹⁴¹ Appendice ao Diário do Governo, n.º 3, 1895, de 22 de Abril (Relatório do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, 1893-94), pp. 48-49.

¹⁴² Entre 1811 e 1888 Publicaram-se em Portugal 4 802 títulos de Periódicos.

¹⁴³ REIS, António do Carmo – A Imprensa do Porto Romântico (1836-1850): Cartismo e Setembrismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 13.

¹⁴⁴ LEITE, Luís Filipe – A Imprensa política e a imprensa literária. *Arquivo Pittoresco*. 1, Lisboa, Typ. De Castro & Irmão, 1858. p. 102 citado por REIS, António do Carmo – *Op. Cit.* p. 19. Ver Também CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues – A Imprensa Industrial do Liberalismo à crise económica de 1876: contributos para um roteiro da

reivindicações e direitos,¹⁴⁵ mensageiro de saberes e conhecimentos úteis ao povo e ao progresso das ciências.

A repercussão que as ideias liberais da Revolução Francesa marcaram em Portugal, determinada por uma instabilidade político-militar, responsável pelo exílio de muitos intelectuais para Inglaterra e França, perseguidos pela censura, devido à simpatia pelas ideias constitucionais, estabeleceu um período manifestamente marcado pela promoção da causa liberal na tentativa de instauração de uma monarquia constitucional. Por outro lado, a promulgação da Lei da Liberdade de Imprensa¹⁴⁶ em 12 de Julho de 1821, abre portas para o surgimento de uma opinião pública, caixa de ressonância de diferentes quadrantes político-partidários, embora limitada que estava pela alta taxa de analfabetismo e pela carência do estabelecimento de hábitos de leitura.

Após 1834, *“o movimento jornalístico revelou-se espectacular, sobretudo na segunda metade do século XIX, quíça o período mais brilhante da imprensa periódica nacional.”*¹⁴⁷

A segunda metade do século XIX, com a implementação da litografia e o aparecimento da ilustração faz aumentar o número de periódicos diários¹⁴⁸ e leitores, desperta que se encontra, pelo surgimento da fotografia – símbolo da íntima ligação das ciências com as artes¹⁴⁹ – e do cinema. A escrita aliada à ilustração, rapidamente salta, nos jornais portuenses,¹⁵⁰ para o desenvolvimento dos anúncios de propaganda, *“uma necessidade da vida económica da sociedade indispensável aos ramos do comércio.”*¹⁵¹

Por outro lado, o aumento do consumo de livros, jornais, almanaques,¹⁵² folhetins e revistas deveu-se a uma série de alterações que simultaneamente ocorreram na sociedade e economia portuguesas. Os avanços técnicos ligados ao ramo das publicações permitem uma substancial redução de preços de venda

imprensa económica portuense. *A Indústria portuense em perspectiva histórica* (Coord. ALVES, Jorge Fernandes). Actas do Colóquio. Porto: FLUP-CLC, 1997. pp. 351-380.

¹⁴⁵ Entre 1850 e 1900, em Portugal publicaram-se 391 títulos de jornais de teor operário. Cfr. SÁ, Victor de – *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. p. 17.

¹⁴⁶ Um ano depois, confrontado com a desorientação entretanto instalada, o rei promulgaria, em 25 de Junho de 1822, a Carta de Lei, que dá execução ao Decreto das Cortes de 21 de Junho, no qual se institui o Tribunal Especial de Protecção da Liberdade de Imprensa concretizado a partir de 1826, na criação de Comissões de Censura, somente em 1834 a rainha D. Maria II faz promulgar a nova Lei da Liberdade de Imprensa em 22 de Dezembro de 1834. Em 1850, a célebre Lei das Rolhas – Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850 – restabelece a repressão.

¹⁴⁷ SOUSA, Fernando de – *Op. Cit.* p. 5.

¹⁴⁸ RODRIGUES, Adriano Duarte – *As Técnicas da Comunicação e da Informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999. p. 51.

¹⁴⁹ José Vitorino Damásio na Sessão Solene de Abertura das Aulas no Instituto Industrial de Lisboa. Cfr. *Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria*, n.º10, 1854, pp. 250-251.

¹⁵⁰ CARVALHO, A. L. de – A Alvorada do anúncio nos jornais portuenses de há 100 anos. *O Tripeiro*. V Série. Ano III. N.º 12 (Abr. 1948). pp. 273-275 e Publicidade jornalística no século XIX. *O Tripeiro*. VI Série. Ano XII. N.º 4 (Abr. 1972). pp. 114-115.

¹⁵¹ Cfr. *Almanach da Agência Primitiva de Anúncios*. Lisboa, 1873. p. 3.

¹⁵² Os almanaques destinados ao grande público procuraram ser um meio de colocar ao alcance de um maior número de pessoas os conhecimentos úteis e alguma informação científica redigida numa linguagem acessível mesmo para o leitor leigo.

compatibilizados com maiores tiragens, mais locais de venda e distribuição por alargadas áreas geográficas, embora as redes de transporte deficientemente estabelecidas ainda ocasionassem enormes dificuldades na atempada entrega de jornais e revistas às regiões mais atrasadas. Da mesma forma não é estranho a própria quantidade aliada a uma relativa qualidade aceitável quando estávamos perante uma nova concepção de indústria que a partir de 1843 conhece um período ascendente: a Indústria Tipográfica.¹⁵³ A supressão dos portes de correio constituiria uma das preocupações que, por essa altura só o Diário do Governo beneficiava. Em 1846 um grupo de homens de letras e jornalistas fundam a Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, conseguindo, dois anos depois, ver parcialmente atendida a supressão dos portes de correio.

Os fins do 3º quartel de Oitocentos, a imprensa industrial¹⁵⁴ abre um novo ciclo responsável pela difusão e divulgação cultural e tecnológica,¹⁵⁵ ao encontro das necessidades e do interesse das classes trabalhadoras e da sociedade civil, de forma a *"interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências"*¹⁵⁶ constituindo doutrina sobre o papel das actividades económicas no desenvolvimento do país, e um verdadeiro *"repositório e um sólido subsídio para o conhecimento da evolução da sociedade portuense."*¹⁵⁷

A instrução – toda a instrução¹⁵⁸ – elevou-se à categoria e estatuto supremo de reivindicação social e cultural para os oitocentistas que entendiam ver na imprensa o seu principal meio de difusão do ensino, na tentativa de diminuir as elevadas taxas de analfabetismo, divulgando novas ideias e saberes numa opinião pública que se desejava esclarecida e informada.¹⁵⁹

A imprensa especializada, divulgadora de conhecimentos e saberes científicos procura ganhar um espaço identificado pelas carências de falta de informação técnica,¹⁶⁰ científica, de conhecimentos práticos de fácil aplicação, recorrendo frequentemente à informação periódica estrangeira, transcrevendo e

¹⁵³ MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Op. Cit.* p. 170.

¹⁵⁴ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Op. Cit.* p. 17, citado por RODRIGUES, Adriano Duarte – *Op. Cit.* p. 49.

¹⁵⁵ CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues – *Op. Cit.* p. 351.

¹⁵⁶ RODRIGUES, Adriano Duarte – *Op. Cit.* p. 73. Esta necessidade de *ser compreensível a todas as inteligências* já se manifestara em 1838 no Artigo de Apresentação do nº 1 de 1 de Agosto de 1838 de *O Museu Portuense*, cfr. CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues – *Op. Cit.* p. 351.

¹⁵⁷ Cfr. ELEUTÉRIO, Victor Luis – *Op. Cit.* p. 10.

¹⁵⁸ O *Panorama* invocara já, nos finais da década de 30, a necessidade de publicar *"um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-os ao estado de atraso em que ainda nos achamos."* Cfr. O *Panorama*, 6 de Maio de 1837, citado por SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos. Op. Cit.* p. 166.

¹⁵⁹ Para os intelectuais de Oitocentos o jornalismo compensava *"as carências de uma escolaridade insuficiente ou irregular, permitindo uma distribuição democratizante de conhecimentos."* Cfr. SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos. Op. Cit.* p. 165.

¹⁶⁰ *"Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos,"* no dizer de Castilho no programa da *Revista Universal Lisbonense*, citado por TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre – *Op. Cit.* p. 693. Ver Também SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos. Op. Cit.* p. 165.

traduzindo, nalguns casos, bibliografia específica sobre determinados assuntos de maior interesse e de menor conhecimento. Na imprensa depositava-se a esperança do alargamento da instrução, indispensável à promoção social dos cidadãos e ao progresso do país, na via das reformas e do desenvolvimento. Frequentemente recebendo a colaboração de alguns nomes mais conhecidos no meio comercial, a escolha e os convites endereçados aos colaboradores da Imprensa Especializada não era arbitrária. Pelo contrário, procurando proteger a ideia que – como refere Maria do Carmo Serén e Gaspar Martins Pereira – nos jornais do Porto “a sua qualidade é superior à dos jornais de Lisboa, pois é na imprensa do Porto que escrevem os grandes escritores nacionais”¹⁶¹ e não esquecendo as influências que nos respectivos meios de decisão pesavam considerada e notoriamente na preferência para, regularmente, preencher colunas inteiras de doutrinas, correntes e pensamentos mais ou menos circunstancialmente em moda, estabelecendo “corredores de leitura” que favoreciam a divulgação de jornais,¹⁶² canais aproveitados para o lançamento de uma carreira política.¹⁶³

Entre as várias publicações endereçadas a um público específico, contava-se uma variedade que se identificava com as preocupações das classes laboriosas, entre as quais, a classe comercial.

Qual a sua influência no meio comercial portuense? Quem escrevia e que conteúdos?

Eis os que veremos...

2.3.1 - OS JORNAIS COMERCIAIS E DE INSTRUÇÃO COMERCIAL

Para o presente estudo procuraremos fazer uma análise dos periódicos que na segunda metade do século XIX pesaram no âmbito dos restantes jornais identificados como políticos, literários, científicos, instrução, artísticos, recreativos ou industriais. Destacaremos os jornais de cariz comercial ou que, directa e indirectamente, se identificam com o sector do comércio.

¹⁶¹ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.* p. 502.

¹⁶² NUNES, Maria de Fátima – *Leitura e Agricultura. A imprensa periódica em Portugal (1772-1852)*. Évora: Univ. de Évora, 1994. pp. 30-36.

¹⁶³ SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. *Op. Cit.* p. 165.

Preocupados em proclamar a sua acção de desenvolvimento comercial em prol da Nação, através da instrução, inovação e adaptação, produção e difusão dos saberes pelos agentes da classe comercial, a *imprensa periódica comercial*,¹⁶⁴ protagonizou um espaço de divulgação que marcando presença na primeira metade de Oitocentos, procura e consegue consolidar-se em toda a segunda metade do século, com particular relevo entre os anos 1862 e 1899. Caracterizados como difusores de conhecimentos técnicos relativos ao comércio, os seus proprietários e administradores, fundadores, redactores e colaboradores propunham-se empreender uma tarefa instrutiva e formativa que contribuisse para a promoção dos que trabalhavam, adaptando-os às inovações e dando a conhecer as principais dificuldades com que se deparavam. Com aspectos temáticos comuns relativos à essência da actividade comercial e o seu papel na riqueza nacional, questões e assuntos referentes à produção, distribuição e consumo juntamente com as preocupações na existência de uma classe comercial mais culta e instruída, ilustrava as páginas dos jornais. À polivalência do redactor do jornal, tantas vezes a extensão da Escola Comercial ou da Associação – e dentro deste, muitas vezes é o director, administrador e editor¹⁶⁵ – outra recompensa vai aparecendo no ofício do redactor: é a militância e o fervor com que se debate e defende pelos projectos, princípios e ideias da ética e da profissão da sua actividade. Afinal, se o jornalismo é a expressão da época, os escritos comerciais são igualmente a extensão escrita das ideias, dos grandes debates e discursos retóricos e parlamentares.

Ainda longe de partilharem um público consumidor específico e na tentativa de evitarem que os primeiros títulos em publicação caíssem na desgraça do fracasso pela reduzida percentagem de leitores que não se identificassem com o jornal, tornou-se comum que as primeiras tentativas de consolidar o mercado fossem acompanhadas por um discurso jornalístico dirigido a toda a *classe laborial* constituída por patrões e empregados, logistas e comerciantes por um lado, Marçanos e Caixeiros, por outro.¹⁶⁶

Tal realidade é-nos dado assistir na primeira metade do século XIX nos dezanove jornais comerciais publicados no Porto – *O Paquete Estrangeiro* (1826); *Folha Comercial do Porto e Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1828) *Folha Mercantil da Cidade do Porto* (1831); *Folha Comercial* (1835); *Noticiador Comercial Portuense* (1836); *Anúncios da Tipografia Comercial Portuense* (1840); *O Aviso*

¹⁶⁴ Aqui usado no sentido de identificar o conjunto de Jornais e Revistas cujo conteúdo se destinava principalmente a um público específico e identificado com a actividade comercial, nomeadamente, os Marçanos, Caixeiros, Guarda-Livros, Comerciantes e Negociantes.

¹⁶⁵ TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. Op. Cit. p. 190.

¹⁶⁶ Entre 1836 e 1850 da totalidade de jornais publicados no Porto, 43% são de teor político, 36% literários e 21% comerciais. Cfr. REIS, António do Carmo – Op. Cit. p. 18.

Mercantil e *O Comércio* (1841) ou *O Puritano* (1846). Desta forma, as preocupações comuns iam ao encontro dos desejos mais generalistas, à procura das verdadeiras causas e problemas que mais interessava escrever e ler, aguardando por parte dos leitores, a devida correspondência de opiniões de agrado e/ou desagrado. Entretanto, a melhor forma de *apalpar o mercado*, seria, proteger e defender todos os interesses legais do *capital e do trabalho*, causa e efeito do sector económico. Apenas durante a década de 80, num período mais experiente e fecundo, os jornais não escondem a existência da uma definição de competências, carreiras ou a especificação de tarefas permitindo já identificar alguns títulos de jornais com um público leitor direccionado, agora com discursos e conteúdos que os separa dos primeiros periódicos. Muitos, quando o título não se apresentava convenientemente elucidativo, para complementar e especificar a quem se destinava os interesses a defender no jornal, adicionavam um subtítulo que desfizesse quaisquer dúvidas. Tal acontece com *O Caixeiro e O Pai Zé: semanário de misticismo das costureiras e caixeiras* (1886); *A Federação Comercial: semanário dedicado aos empregados do comércio* (1891); *A Voz do Comércio: semanário dos empregados do comércio* (1896); *O Jornal dos Caixeiros: semanário de propaganda, noticioso e literário, órgão dos caixeiros do Porto*; *Boletim da Associação dos Empregados de Contabilidade* (1899) e *A Luz do Comércio: Semanário independente e órgão dos empregados comerciais* (1902). Até 1920 repetem-se os exemplos de novos periódicos que saídos a público, se identificam por causas laborais – fecho do comércio ao Domingo – ou por razões de instrução como as reformas de organização do ensino comercial.

Os directores, proprietários ou editores dos jornais, procuravam seleccionar para o seu periódico os artigos técnicos considerados mais apropriados para um determinado público leitor, incluindo nos vários números uma parte instrutiva caracterizada por exemplos práticos. Os artigos de instrução comercial repetem-se por longas décadas sendo possível definir duas fases distintas. As últimas décadas de Oitocentos apelam à consolidação e institucionalização do ensino comercial como vector fundamental para o progresso da Nação. Portugal está atrasado em relação aos restantes países da Europa e a instrução dos trabalhadores é fundamental. Na viragem dos século e nos anos seguintes, assiste-se a um debate público e publicitado sobre a (des)organização do ensino comercial. O papel do Estado e das Escolas, As causas e consequências da falta de frequência de alunos. A má preparação dos Marçanos e Caixeiros. E é para estes que a *imprensa comercial* se dirige, muitas vezes assumindo um espaço de *opinião pública no sector do comércio*, aí expondo, reivindicando, alertando e apelando a classe caixeiral na tentativa de espalhar as preocupações que os diferentes Governos procuram adiar: "*Instruí-vos e educae-vos!*

Sahi do somno lethargico da ignorancia e entrae no paiz das letras e no conhecimento de tudo quanto é bello, de tudo quanto é necessario e útil."¹⁶⁷ E a instrução continua a assumir privilégios de primeira página, distribuindo-se por várias colunas, para vários destinatários.¹⁶⁸ Em 1908, *O Caixeiro do Norte – Órgão do caixeiato portuguez* – anuncia a abertura das aulas do curso que a União dos Empregados de Comercio do Porto¹⁶⁹ vai efectuar pois

"a classe dos empregados de commercio tem de acompanhar o movimento geral do progresso material e intellectual dos tempos modernos... [tendo este] absoluta necessidade de ser muito instruido, se não em todos os ramos do saber humano, ao menos n'aquelles que se relacionam com o seu officio."¹⁷⁰

Mas, se através da imprensa, a questão da instrução é tema permanentemente presente pela ausência de políticas governamentais neste domínio, e portanto meio privilegiado de reclamações e queixumes, as mesmas páginas propagandeiam a inércia e o desinteresse de muitos Marçanos e Caixeiros ou Comerciantes-Patrões que, indiferentes às reclamações que algumas Associações manifestam face à falta de um número suficiente de alunos para a frequência das aulas, se vêem obrigadas a denunciar.

"É pena, é deplorável mesmo, que uma classe como a nossa que, como nenhuma outra, precisa de ser instruida, dê um tão pequeno contingente para os cursos professados na União.

Todos sabemos que as escolas no nosso paiz são deficientes e, além disso, o seu ensino é ministrado a horas improprias para a classe commercial que, na sua maior parte, se vê presa ao balcão durante umas intermináveis dezoito horas ou mais.

Que fazer, pois? Cruzar os braços e esperar por melhores dias?

Ao que nos consta, as aulas começam às 10 horas da noite, isto é, principiam depois de estarem fechados todos os estabelecimentos. Assim, cremos firmemente que nenhum collega possa desculpar-se com a hora do funcionamento dos cursos, porque ella foi propositadamente escolhida para beneficio seu."¹⁷¹

Já antes, em 1897, *A Voz do Commercio* não se calou enquanto¹⁷² não fez chegar o seu brado aos ouvidos de toda a classe comercial despertando-a para a falta de instrução "*dos pobres marçanos*"¹⁷³ que, vítimas da ignorância, do abandono e da exploração "*são marçanos hoje, caixeiros amanhã e patrões depois*."¹⁷⁴

¹⁶⁷ *O Caixeiro do Norte*, Ano 2, (21 Nov. 1908), p.2.

¹⁶⁸ Muitas vezes é através do jornal que se faz eco das matérias que interessam ao caixeiro. É o caso de *Aurora Commercial*, Ano 1, n.º4, (22 Jan. 1888), p.1; n.º5 (29 Jan. 1888), p.1 e n.º6 (5 Fev. 1888), p.1.

¹⁶⁹ ESTEVES, Silva – Aulas da "União." *O Caixeiro do Norte*, Ano 2, n.º76 (17 Out. 1908), p.1.

¹⁷⁰ *O Caixeiro do Norte*, Ano 2, n.º83, (5 Dez. 1908), p.1.

¹⁷¹ *Idem. Ibidem.*

¹⁷² SILVA, António José da – A Educação do Marçano. *A Voz do Commercio*. Ano 1, n.º 35, (18 Jul. 1897), p. 1

¹⁷³ RIBEIRO, Guilherme – O Marçano – *A Voz do Commercio*, Ano 1, n.º35, (18 Jul. 1897), p. 1.

"Quantas vezes, e quantos d'esses pobres rapazes, que a corrente da emigração para o Brazil poupou na sua levada impetuosa, se sentem desfalecidos ao meditarem na vida afadigosa, escura e até brutal, a que são forçados na sua aprendizagem?

...
Quantas vezes no fundo escuro das lojas desertas, já depois das nove da noite, extenuados pelo labor diário, nós vemos esses activos e pequenos trabalhadores, cabeceando somnolentos, mortificados de canção, em quanto lá em cima, os conspicuos patrões tomam regaladamente o digestivo chá, e a menina da casa dedilha furiosa no piano uma variações d'operettas brejeiras, musica opiophaga, que efficazmente incita a lethargia somnolenta dos pobres marçanos?

E como se poderia com exito, ministrar instrucção a esses espiritos, abatidos pela faina quotidiana, cheios de fadigosos enfraquecimentos, a não ser ao Domingo, dia de natural descanso para todos os que trabalham, alliando ao estudo d'esse dia naturaes distrações d'espirito?¹⁷⁵

Num levantamento de publicações periódicas¹⁷⁶ com a expressão *comercial* ou designação de *comércio* nos títulos de jornais publicados durante o século XIX, numa primeira apreciação poderemos afirmar que, globalmente, o conteúdo centraliza-se em questões de interesse à classe comercial, devotando experiências igualmente retratadas em periódicos estrangeiros. No âmbito nacional, frequentes exposições doutrinárias de professores ou de acérrimos defensores de determinadas correntes e tendências de ensino, ocupavam, número após número, extensos argumentos, quantas vezes, denominando e personificando os confrontos com outras facções.

Embora o nosso trabalho de pesquisa enferme de alguns considerandos relativos à ambiguidade dos vocábulos *comércio* e *indústria* ou *comercial* e *industrial*,¹⁷⁷ tantas vezes genericamente utilizados para as actividades comerciais e salvaguardando muitas outras publicações cuja denominação do referido conceito, no título ou subtítulo, possibilitasse albergar nas suas páginas, conteúdos notoriamente de interesse à classe comercial, entendemos, mesmo assim, procurar analisar os dados colhidos e de forma a poder contextualizar, em função dos diferentes períodos, a influência e/ou predominância dos periódicos sobre a actividade comercial no Porto Oitocentista.¹⁷⁸ Assim e em função desta reconhecida e consciente subjectividade

¹⁷⁴ SILVA, António José da – *Op. Cit.* p. 1. Em Novembro de 1901 o 1º Congresso dos Empregados do Comércio determina que deve ser imposta a obrigatoriedade dos Marçanos frequentarem as Escolas Elementares de Comércio. Cfr. *O Tripeiro*. Série V, Ano VII, n.º7 (Nov. 1951). p. 65.

¹⁷⁵ RIBEIRO, Guilherme – *Op. Cit.* p. 1.

¹⁷⁶ Recorremos aos serviços da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Nacional, Biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto, Biblioteca da Associação Comercial do Porto para efectuar o inventário dos periódicos comerciais publicados no Porto Oitocentista.

¹⁷⁷ "Como acontecia com as diferentes publicações da época, a noção de indústria continua a aparecer indefinida", cfr. CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues – *Op. Cit.* p. 353. E ainda Ana Maria Cardoso de Matos que diz: "O termo indústria continuava a abranger o conjunto das actividades materiais e, por isso, a agricultura, as pescas, a indústria ou o comércio eram igualmente contemplados. Além disso, nesta altura a separação das várias actividades económicas não fazia sentido, quer pela independência que existia entre elas, quer pelo facto de grande parte dos homens que integravam a sociedade dispersarem os seus interesses económicos pelas várias actividades." Cfr. MATOS, Ana Maria Cardoso de – Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. *Análise Social*. Vol. XXXI, n.ºs136-137, (1996), p. 398.

¹⁷⁸ O nosso Levantamento dos Periódicos Comerciais Portugueses, publicados ou em circulação no Império português, constituiu um total de 505 Títulos de Publicações Periódicas. No entanto, o desconhecimento da data de publicação de outros 5 Títulos, levou-nos a considerar para este estudo todos os Jornais com dados completos e no total de 500.

caracteristicamente presente em qualquer tipologia classificativa adoptada, tomou-nos a preocupação, poder aferir da importância e dimensão da imprensa comercial, quer em relação a outro tipo de imprensa especializada quer em relação aos principais centros económicos e comerciais do país. Não cabe, naturalmente, no âmbito deste trabalho, tratar da imprensa de cariz comercial. Embora fosse desejável, o tempo e a modéstia tarefa exigiria uma análise mais profunda e cuidada que outros, mais sabiamente dotados, podem e devem fazer. Apenas assinalaremos a importância entendida oportuna que esta imprensa desempenhou para a temática em estudo.

Quadro n.º 5 – Periódicos sobre a actividade e instrução comercial publicados na Cidade do Porto (1826-1919)

Título	Data	Título	Data
Paquete (O) Estrangeiro	1826	Escola (A)	1880
Folha Comercial do Porto	1828	Ilustrado (O) da Tarde	1880
Periódico Mercantil da Cidade do Porto	1828	Novidades (As)	1880
Folha Mercantil da Cidade do Porto	1831	Capítulo (O)	1881
Folha Comercial	1835	Instructivo (O)	1881
Grátis (O)	1836	Revista da Soc. De Instrução do Porto	1881
Gratuito	1836	Bol. Comercial Casa Farmacêutica	1882
Noticiador Comercial Portuense	1836	Luz do Comércio	1882
Omnibus (O)	1836	Mercantil (O)	1882
Anúncios da Tip. Comercial Portuense	1840	Rev. Sociedade Geog. Comercial Porto	1882
Eco (O) dos Negociantes	1840	Democracia (A) Comercial	1884
Aviso (O) Mercantil	1841	Escolar (O)	1884
Comércio (O)	1841	Imprensa Livre	1884
Instructor (O) Portuense	1844	Porto (O) Liberal	1884
Preços Correntes	1844	Porto-Liberal	1884
Curioso (O)	1846	A Themis	1885
Nacional (O)	1846	Caixeiro (O)	1886
Progressista (O)	1846	Guia Fiscal	1886
Puritano (O)	1846	Indústria (A) Portuguesa	1886
Cronista (O)	1851	Mensageiro da Papelaria Nacional	1886
Comércio (O) do Porto	1854	Pai (O) Zé	1886
Lidador (O)	1854	Revista de Direito Comercial	1886
Pedro (O) Quinto	1855	Revista de Educação e Ensino	1886
Clamor (O) Público	1856	Beneméritos (Os) do Trabalho	1887
Mercurio (O)	1856	Denúncia (A)	1887
Monitor (O)	1857	Comércio Ilustrado	1888
Noticiador (O) Portuense	1857	Nacional (O)	1888
Oriente (O)	1857	Pátria	1888
Escolastico (O) Politécnico	1858	Pátria (A)	1888
Porto-Comercial	1858	Diário do Comércio	1889
Amigo (O) do Povo	1860	Bol. do Ateneu Comercial do Porto	1891
Boletim (O)	1860	Federação (A) Comercial	1891
Jornal do Norte	1860	Jornal das Finanças	1892
Diário Mercantil	1861	Greve (A) dos Livreiros	1895
Arquivo Comercial	1863	Voz (A) do Comércio	1896
Voz (A) da Liberdade	1863	Jornal das Alfândegas	1898
Folha Comercial de Anúncios	1869	Jornal (O) dos Caixeiros	1902
Informador (O) Comercial	1870	Luz (A) do Comércio	1902
Informador (O) Comercial	1870	Luz e Vida	1905
Jornal da Manhã	1872	Caixeiro (O) do Norte	1907
Progresso (O) Comercial	1872	Guarda-Livros (O)	1908
Progresso (O)	1873	Acção (A)	1909
Aurora Comercial	1876	Caixeiro (O)	1909
Comércio Português (O)	1876	Nova (A) Luta	1909
Ensino (O)	1877	Tribuna (A)	1910
Lanterna (A)	1878	Acção (A)	1912
Mestre Popular	1878	Acção	1913
Stafil do Norte	1878	Clarim (O)	1913
Voz do Povo (A)	1878	Luz e Vida	1916
Bol. Comercial Financeiro e Marítimo...	1879	Revista de Contabilidade	1916
Gazeta da Noite	1879	Vitalidade (A)	1919
Bol. Sociedade Geog. Comercial Porto	1880		

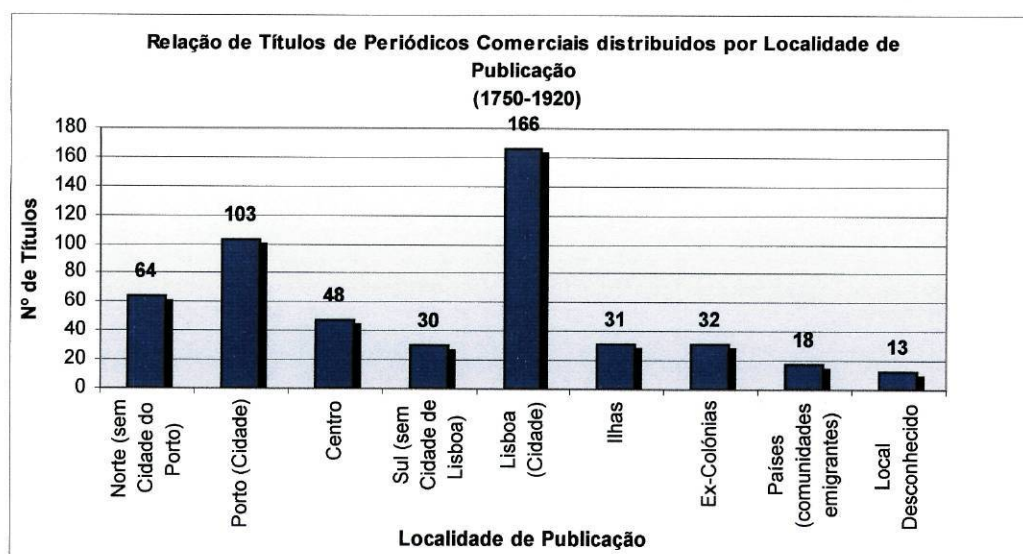
Tal como em outras áreas do dinamismo cultural, político, económico e financeiro, as cidades de Lisboa (33.2%) e Porto (20.6%) registam os principais focos produtores e difusores de conhecimentos comerciais (Quadro n.º6). A maior concentração de opinião pública nas maiores cidades do país demonstra que, face à proximidade com as decisões do poder, o quanto importante os espaços urbanos acompanham o poder político, económico e financeiro.

Quadro n.º6 – Distribuição dos Periódicos Comerciais por Localidade de Publicação

Localidades	N.º de Títulos de Periódicos publicados (1750-1920)	%
Norte (sem Cidade do Porto)	64	12.8%
Porto (Cidade)	103	20.6%
Centro	48	9.6%
Sul (sem Cidade de Lisboa)	30	6%
Lisboa (Cidade)	166	33.2%
Ilhas	31	6.2%
Ex-Colónias	32	6.4%
Países (Comunidades Emigrantes)	18	3.6%
Local Desconhecido	13	2.6%
TOTAL	500	100%

Por outro lado, a cidade de Lisboa só por si concorre com igual número de publicações de periódicos comerciais como todo o Norte do país, incluindo aqui, igualmente, as que se referem à cidade do Porto.

Gráfico n.º 1 – Títulos de Periódicos Comerciais distribuídos por Localidade de Publicação (1750-1920)



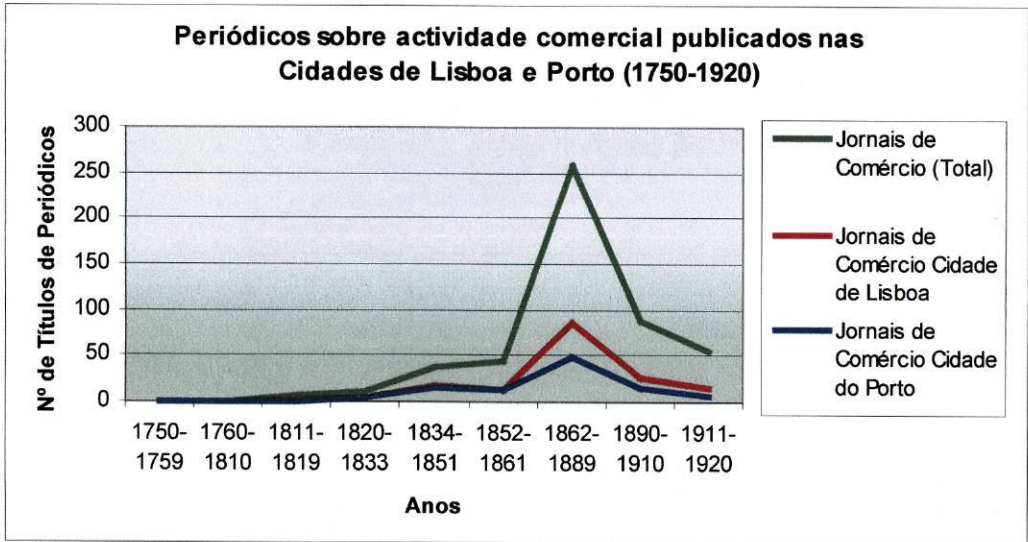
Se acompanharmos a evolução da publicação de jornais de comércio, é na segunda metade do século XIX e nomeadamente no Reinado de D. Luiz I (1862-1889) que o país recolhe maior número de títulos publicados, responsável por 51.6% do total saídos a público entre 1750 e 1920. A diferença torna-se abismal se compararmos, dentro do mesmo século, a primeira com a segunda metade de Oitocentos (Anexo A).

Quadro nº 7 - Distribuição dos Periódicos Comerciais por etapas cronológicas

Épocas	Período	Jornais de Comércio (Total)	Jornais de Comércio Cidade de Lisboa	Jornais de Comércio Cidade do Porto
1750-1759	Antes da Criação da Aula do Comércio	0	0	0
1760-1810	Antes da Dominação estrangeira	1	1	0
1811-1819	Dominação estrangeira	6	3	0
1820-1833	Lutas liberais	10	4	4
1834-1851	Período Cartista e Setembrista	37	17	16
1852-1861	Regeneração	44	13	14
1862-1889	Reinado de D. Luiz I	258	86	48
1890-1910	Crise e Decadência da Monarquia	88	26	15
1911-1920	Implantação da República e Pós Guerra	56	16	6
TOTAL		500	166	103

Os artigos da instrução comercial surgem a par com outros, igualmente cuidados, onde prevalece a preocupação na exposição atenta de cálculos e processos metodológicos da escrituração comercial, mais uma compilação de apontamentos escolares convertida numa linguagem escrita de cariz coloquial e ao alcance dos leitores mais interessados nestas *aulas sem mestre*.

Gráfico nº 2 – Periódicos Comerciais publicados em Lisboa e Porto (1750-1920)



Se algumas prelecções práticas ilustram estes periódicos de instrução comercial, a teoria assume igualmente espaço considerável, através de rubricas previamente estabelecidas e que número a número, recebem a visita de um professor, de um especialista, de um profissional. Aqui, os conteúdos discursivos não impedem que cada um dos autores expresse, em abono da sua posição e actividade profissional, alongados comentários sobre o estado actual do ensino comercial, das instituições que o ministram, dos programas e da ética. Com objectivos claros, os próprios articulistas fazem-no, lembrando de quando em vez, a necessidade de o fazerem para assim contribuírem para a democratização do saber e melhor contribuir para a instrução das classes comerciais, tão longe que se encontravam da realidade exigida pela actividade.

2.4 - EXPOSIÇÕES AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS E EX-POSIÇÕES COMERCIAIS

Se às Academias, Associações e Sociedades de interesses agrícolas e industriais se ficou a dever a organização de um número significativo de exposições com carácter local, regional, nacional ou internacional que tiveram lugar ao longo do século XIX, em relação aos interesses comerciais e em face das suas características quantas vezes arrastadas para os temas e debates sobre assuntos industriais ou de industrialização, poucas referências existem de significativa importância. No âmbito industrial,¹⁷⁹ as exposições realizadas assumiam verdadeiramente declarações de potencialidades que o sector produtivo/transformação assumia na economia portuguesa, identificando os seus produtos com os meios e as técnicas usadas no sentido de fazer passar a mensagem às indústrias mais atrasadas e dispostas em *investir* nos novos processos técnicos. Tal como nas exposições agrícolas, a sua cumplicidade com o público visitante, curiosos – para quem as manifestações da ciência e da técnica, como uma forma de entretenimento tinham muito de maravilhoso e incompreensível - e “*empresários em busca de novidades técnicas e intelectuais*

¹⁷⁹ Ana Maria Matos inventaria para o Porto da segunda metade do século XIX – entre 1857 e 1897 – 10 Exposições Industriais: 1857 – *Exposição da Indústria e de objectos de arte* organizada pela Associação Industrial Portuense; 1865 – *Exposição Internacional Industrial* para a qual foi construído o Palácio de Cristal; 1866 – *Exposição de Sericultura* organizada pelo Ministério das Obras Públicas; 1867 – *Exposição de sericultura* organizada pelo Ministério das Obras Públicas; 1869 – *Exposição de sericultura* organizada pelo Ministério das Obras Públicas; 1882 – *Exposição de Indústrias Caseiras e Cerâmica Nacional* organizada pela Sociedade de Instrução do Porto; 1883 – *Exposição de Ourivesaria e Joalharia Nacional* organizada pela Sociedade de Instrução do Porto; 1884 – *Exposição de Marcenaria e artes correlativas* organizada pela Sociedade de Instrução do Porto; 1891/92 – *Exposição Industrial* organizada pela Associação do Palácio de Cristal Portuense; 1897 – *Exposição Industrial* organizada pela

*preocupados com as manifestações materiais da cultura do momento*¹⁸⁰ não vai mais além que a partilha de conhecimentos, técnicas e processos inovadores, vulgarmente ilustrados por catálogos específicos. Em relação ao comércio não. Não existem exposições de comércio pelo simples facto que esta actividade enquanto prática do processo económico se dilui quando o produto exposto deixa de o ser. Logo não há exposições de comércio embora no fim último da exposição industrial e agrícola esteja permanentemente presente o espírito comercial. Pois, segundo Ana Maria Matos citando o Jornal da Associação Industrial Portuense, desejava-se que as exposições servissem de *“estímulo permanente ao aperfeiçoamento de todas as espécies industriais”*¹⁸¹ contribuindo assim para aumentar a venda que apoiada *“pela indicação dos géneros mais perfeitos, e relativamente mais baratos, à classe comercial, para que melhor possa pôr em incessante e mais conveniente contacto a produção e o consumo.”*¹⁸²

E da actividade comercial? Das práticas e dos meios? Que interesses despertam ao público em geral as noções elementares de comércio?

Como se expõe um produto comercial?

Bom, é na inexistência desta necessidade que à época assumia menor importância as técnicas de vendas, de propaganda ou de publicidade. O limitado mercado interno estava longe de se cruzar com questões básicas de concorrência pela marca ou pelo produto quando simplesmente não havia mercado, nem procura, nem concorrência. E dois dos grandes objectivos alcançados nas exposições efectuadas na segunda metade de Oitocentos foram, precisamente, a concorrência e a publicidade.¹⁸³ Por outro lado, a falta de uma cultura comercial justificava por si ser desnecessário desenvolver e dinamizar métodos de venda e propaganda no mercado, sendo certo que, mais importante para o progresso do país era o desenvolvimento da agricultura e da indústria que viam nas exposições uma das formas mais eficazes¹⁸⁴ de promover e incentivar o desenvolvimento económico do país. A ideia de *investimento* na promoção de venda pela melhor forma de fazer chegar o produto ao consumidor não estava suficientemente assimilada no sentido de a constituir factor consolidado de conquista de um espaço no mercado. Paralelamente e embora a imprensa especializada entrasse gradualmente nos hábitos e interesses dos

Associação do Palácio de Cristal Portuense. Cfr. MATOS, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, Tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos Lanifícios do Alentejo*. Op. Cit. p. 197.

¹⁸⁰ *Idem. Ibidem.* p. 191

¹⁸¹ Jornal da Associação Industrial Portuense, Vol. V, n.º5, 1856, p. 67. Citado por MATOS, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, Tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista*. Op. Cit. p. 163.

¹⁸² *Idem. Ibidem.* p. 163.

¹⁸³ MATOS, Ana Maria Cardoso de - *Ciência, Tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista*. Op. Cit. p. 193.

¹⁸⁴ Muitos dos Estatutos das Sociedades e Associações de interesses industriais faziam incluir nos fins e objectivos a que se propunham, a realização de exposições.

proprietários de diferentes unidades de produção, o anúncio ainda não era por si só incentivo suficiente à comercialização da grande maioria dos produtos, quer pela falta de uma consciência de promoção de venda que tardava a ser adquirida por parte de alguns industriais, quer pela impossibilidade económico-financeira disponível para um investimento considerado mais *gastos* que *lucros*.

Mas, para o povo, tal só se podia atingir pelo trabalho como meio de atingir a produção, degrau essencial para a riqueza de uma nação. Aliás muito mais não se podia pedir a um povo, pouco instruído e maioritariamente rural, que invertesse incompreensivelmente o que o senso comum reclamava. Na agricultura cultivava-se e produzia-se, na indústria transformava-se e no comércio vendia-se. O povo esse, havia de consumir. Assim nada mais primário que antes de se vender, mercar ou comercializar, o povo deve-se cuidar de cultivar, produzir e transformar.

Crê-se, no entanto, que a reconhecida deficiência do sistema de comercialização existente no país resultante de factores como a precária rede viária ou a dificuldade na criação de entrepostos de venda, constituiu já em meados do século XIX a necessidade de implementar medidas para aniquilar as preocupações sentidas pelos industriais produtores e pelos consumidores. Daí o Regulamento dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, datado de 1885, estabelecer com a sua criação “*o gosto do produtor e do consumidor*.”¹⁸⁵

Ao longo de todo o século XIX várias instituições chamaram a si a responsabilidade de organizar outras exposições com o fim claro de promover a instrução dando seguimento ao carácter didáctico ou instrutivo atribuídos a estes eventos.

2.4.1 - OS MUSEUS COMERCIAIS

Ao contrário dos museus científicos surgidos em Portugal no século XVIII que se propunham, como principais objectivos, ou o ensino universitário, como foi o caso dos museus e gabinetes criados pelo Marquês de Pombal na Universidade de Coimbra, ou a distração de príncipes, como foi o caso do museu do Palácio da Ajuda, criado no tempo de D. José, os Museus Comerciais criados no século XIX tinham como objectivo fundamental, contribuir para o desenvolvimento da actividade comercial.

¹⁸⁵ Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, 1885. Ver Também *Decreto* de 8 de Outubro de 1891.

Sempre considerados como elementos activos no desenvolvimento da instrução técnica,¹⁸⁶ e sob a influência das ideias positivistas onde a História assume um papel na reformulação das ciências, os Museus Comerciais particularmente definidos como agente de difusão do conhecimento que pela observação possibilitava e sugeria uma apreensão mais fácil e imediata dos meios e processos de transmissão de saberes.¹⁸⁷ Embora esta ideia – nomeadamente para a Agricultura e Indústria – estivesse já presente no Decreto de 24 de Junho de 1807, incumbindo a Real Junta do Comércio de constituir um depósito de máquinas de forma a “*promover e animar os diversos ramos da Indústria Nacional*”,¹⁸⁸ repetindo-se a intenção na reforma do ensino secundário de 1836¹⁸⁹ e na proposta de criação do Conservatório Portuense de Artes e Ofícios em 1837¹⁹⁰ e apesar de na segunda metade ter sido dado passos tendentes ao efectivo funcionamento prático dos referidos museus através da publicação de textos legislativos com o fim de organizar e regulamentar os museus, que deveriam funcionar em interligação com o ensino agrícola e industrial,¹⁹¹ somente no último quartel do século XIX, no ano 1883 teve efeitos legais com a criação em Lisboa e Porto, de dois Museus Industriais e Comerciais¹⁹² regulamentados nos anos seguintes.¹⁹³ O seu autor, António Augusto de Aguiar, então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ao criar os Museus Industriais e Comerciais, entendeu considerá-los como “*o complemento indispensável*” das escolas industriais e de desenho industrial¹⁹⁴ surgidas dez dias depois, através do Decreto de 3 de Janeiro de 1884.¹⁹⁵

Acção reivindicada desde os inícios do século, a década de 80 respondendo às diferentes solicitações e recomendações dadas, quer por subcomissões de estudo e pelos resultados do Inquérito Industrial de 1881 que entendia ser urgente a “*criação de museus de matérias-primas e produtos*”¹⁹⁶ quer pelo próprio Estado “*considerando*

¹⁸⁶ MOREIRA, Isabel M. Martins – *Museus e monumentos em Portugal. 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta, 1989, p. 49.

¹⁸⁷ JANEIRA, Ana Luísa – *Fazer-ver para fazer-saber. Os Museus das ciências*. Lisboa, 1995.

¹⁸⁸ PEDREIRA, Jorge – *Estrutura Industrial*. p. 246.

¹⁸⁹ De acordo com o Decreto de 18 de Novembro de 1836.

¹⁹⁰ Decreto de 5 de Janeiro de 1837.

¹⁹¹ Nomeadamente o Decreto de 31 de Dezembro de 1852 que fundou o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto que previu o funcionamento junto aos Museus Industriais.

¹⁹² Cfr. Decreto de 24 de Dezembro de 1883. *Diário do Governo*, n.º 297, de 31 de Dezembro de 1883; *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa do ano de 1883*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884. pp. 399-400. Ver Também FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia – *Colecção de legislação Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893. pp. 400-452.

¹⁹³ A Portaria de 6 de Maio de 1884 regulamentou o funcionamento dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. *Diário do Governo*, n.º 103, de 7 de Maio de 1884. Ver Também *O Comércio do Porto*, 12 de Maio de 1884.

¹⁹⁴ No Porto, a escola criada, em Vilar, no Palácio de Cristal, junto do Museu do Porto, recebeu, por Decreto de 5 de Dezembro de 1884 (*Diário do Governo*, n.º 282, de 11 de Dezembro), o nome de Escola Infante D. Henrique. Começou a funcionar no ano lectivo de 1885-86, no dia 14 de Janeiro de 1886, estando matriculados 555 alunos, dos quais apenas foram admitidos 160, Cfr. LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva – *Relatórios sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do norte 1884-1885 a 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. pp. 48-49, citado por GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1979. p. 9.

¹⁹⁵ Cfr. *Diário do Governo*, n.º 5, de 7 de Janeiro de 1884.

¹⁹⁶ *Inquérito Industrial de 1881*. Distrito do Porto. p. 291.

que o progresso incessante da indústria e do comércio, os novas inventos e os novas produtos, os processos modernos continuamente modificados, e a abertura de recentes mercados, tornam inadiável a criação de museus industriais e comerciais, que sejam o complemento indispensável dos conhecimentos obtidos nas escolas especiais¹⁹⁷ torna possível, tal como já acontecia noutros países europeus, a criação de Museus Industriais e Comerciais como “*extensões pedagógico-culturais do ensino industrial e técnico*”¹⁹⁸ verdadeiras escolas instrutivas do mundo.¹⁹⁹ Da mesma forma não teria passado despercebido o facto de António Augusto de Aguiar que visitara o Museu Inglês de *South Kensington*,²⁰⁰ ter feito parte da comissão responsável pelo Inquérito Industrial de 1881.²⁰¹

A Portaria de 6 de Maio de 1884 como primeiro Regulamento dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto refere já no seu capítulo dedicado ao ensino, que as direcções dos museus, sempre que os recursos o permitirem, deverão “*subsidiar cursos de matérias directamente ligadas com o ensino industrial ou comercial-geográfico.*”²⁰²

Estabelecidos em articulação com o ensino técnico e profissional, pretendeu-se que o seu funcionamento se efectuasse como complemento desse mesmo ensino possibilitando a realização da sua componente prática. Aliás, o Regulamento dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto refere como fins “*proporcionar instrução prática pela exposição permanente de bons padrões e modelos das artes industriais de todos os países e de todos os estilos*”²⁰³ chamando a si a componente de educação tecnológica.²⁰⁴ À data, o Ensino Comercial no Porto ainda não fora criado pelo que no âmbito do comércio somente a cidade de Lisboa e o seu Instituto Industrial e Comercial entenderam ser para si a adopção dos recentes Regulamentos onde porventura o Ensino Comercial criado pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1869 lhe conferia o privilégio de ser o único Instituto português a receber este novo ensino.

No Porto, desde o seu início, o Museu Industrial e Comercial à espera da institucionalização do Ensino Comercial, - que surge em 30 de Dezembro de 1886²⁰⁵ -

¹⁹⁷ Preâmbulo do Decreto de 24 de Dezembro de 1884.

¹⁹⁸ CUSTÓDIO, Jorge – Os Museus Industriais e a Arqueologia Industrial. *Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projectos*. Lisboa, 1991. p.9

¹⁹⁹ VITERBO, Sousa – Arqueologia Industrial Portuguesa. Os moinhos. *O Archeologo Português*. Vol. II, 1896, nºs 8 e 9, p.13.

²⁰⁰ ARROIO, António José – *Relatório sobre o ensino elementar industrial e comercial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911. p. 15.

²⁰¹ *Idem. Ibidem.*

²⁰² Artº 19º do Capítulo 3º da Portaria de 6 de Maio de 1884, citada por RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*. Tomo XIV. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1885. pp. 250-251.

²⁰³ Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, Cfr. *Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 125.

²⁰⁴ COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi (1889-1944): arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 36.

²⁰⁵ *Diário do Governo*, n.º 34, de 14 de Fevereiro de 1887.

é administrado por uma comissão composta por três membros: o presidente da Associação Comercial do Porto, um delegado do Instituto Industrial do Porto e um indivíduo que reunisse os dotes necessários para o desempenho dessas funções.²⁰⁶ Debatendo-se desde o início com falta de instalações e depois da Associação Comercial do Porto responder negativamente ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria que solicitara a cedência de "*algumas das salas do edifício da Bolsa*",²⁰⁷ o Museu Industrial e Comercial do Porto vai-se instalar junto ao Palácio de Cristal aceitando a oferta da sua Direcção,²⁰⁸ por um período de dois anos. Assim sem edifício próprio, os primeiros anos de vida do Museu, ao contrário do de Lisboa, vão-se perder na resolução da falta de espaço, na troca de correspondências e na lusitana mania de aguardar eternamente pelas verbas inexistentes para a sua conclusão. No primeiro trimestre de 1884 aguarda-se o orçamento para "*adequar circo Olímpico do Palácio de Cristal ao Museu Industrial e Comercial do Porto*", cujas obras orçamentarão "*em três contos e tanto*".²⁰⁹ No mês seguinte são abertas as propostas²¹⁰ e em Junho, embora o Comércio do Porto anuncie o princípio dos trabalhos de instalação,²¹¹ somente em Agosto e após a assinatura do contrato de cedência gratuito, estas tiveram lugar.²¹² Dois anos e meio após a sua criação, a 21 de Março de 1886 assiste-se, finalmente, à inauguração do Museu Industrial e Comercial do Porto "*sem pompas externas, sem bandeiras nem música*"²¹³ e que a Imprensa da época não se esquecera de relatar.²¹⁴

Sentindo a necessidade de os Museus Industriais e Comerciais nascerem e desenvolverem-se em paralelo com as escolas industriais e comerciais, não admira que depois de Emídio Navarro ter decretado um novo Plano de Organização do Ensino Industrial e Comercial em 30 de Dezembro de 1886, logo surgisse pontuais alterações nas organizações dos Museus. Assim viria a acontecer por Decreto de 19 de Dezembro de 1888 com a aprovação do novo Regulamento dos Museus Industriais e Comerciais.²¹⁵

²⁰⁶ Cfr. Artigo 3º do Decreto de 24 de Dezembro de 1883. Em 23 de Novembro de 1885, a direcção do Museu Comercial e Industrial do Porto era constituída por Augusto Pinto Moreira da Costa, Manuel Rodrigues Miranda Júnior e Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Era conservador do museu Joaquim de Vasconcelos, cfr. FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia – *Op. Cit.* pp. 426-438, citado por GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais no século XIX. Op. Cit.* p. 10.

²⁰⁷ *O Comércio do Porto*, 12 de Janeiro de 1884.

²⁰⁸ *O Comércio do Porto*, 31 de Janeiro de 1884.

²⁰⁹ *O Comércio do Porto*, 12 de Março de 1884.

²¹⁰ *O Comércio do Porto*, 25 de Abril de 1884.

²¹¹ *O Comércio do Porto*, 20 de Junho de 1884.

²¹² *O Comércio do Porto*, 14 de Agosto de 1884; *O Comércio do Porto*, 30 de Outubro de 1884; *O Comércio do Porto*, 28 de Novembro de 1884.

²¹³ *O Comércio do Porto*, 9 de Março de 1886; *O Comércio do Porto*, 21 de Março de 1886; *O Comércio do Porto*, 24 de Março de 1886.

²¹⁴ *O Comércio do Porto*, 20, 21 e 23 de Março de 1886.

²¹⁵ *Diário do Governo*, n.º 15, de 18 de Janeiro de 1889.

Emídio Júlio Navarro em 1888 no âmbito das reformas efectuadas, depois de determinar que a realização de exposições de trabalhos das escolas deveriam deixar de ser efectuadas de dois em dois anos²¹⁶ para passar a ser anuais,²¹⁷ em Dezembro avança com o novo Regulamento²¹⁸ dos Museus Industriais e Comerciais, agora na dependência da Direcção-Geral do Comércio e Indústria,²¹⁹ defendendo que estes, cada vez mais próximos das escolas, deveriam continuar a ser exposições permanentes de forma a educar “o bom gosto do produtor e do consumidor, fazendo apreciar o que há de valioso, de original e de característico na indústria nacional,”²²⁰ proporcionando instrução prática. O mesmo Regulamento no âmbito da sua organização refere que nos Museus “deve-se ter muito em vista facilitar, quanto possível, aos produtores e comerciantes nacionais o estudo prático dos negócios, e habilitá-los para a concorrência nos mercados estrangeiros ou coloniais, não só patenteando-lhes os produtos preferidos nos mesmos mercados, mas também dando-lhes a conhecer o melhor modo de acondicionamento e as condições em que esses produtos podem ser mais fácil ou vantajosamente vendidos.”²²¹

Divididos em três secções²²² – comercial, industrial e de arte industrial²²³ – no que à parte comercial diz respeito, uma Biblioteca comercial²²⁴ e um gabinete de estudos²²⁵ assegurava o apoio através de obras técnicas e profissionais juntamente com o Boletim dos Museus Industriais e Comerciais.²²⁶

No ano seguinte, o sucessor de Emídio Navarro no Ministério das Obras Públicas, Eduardo José Coelho, poucas alterações efectuou no rumo das políticas efectuadas pelos seus antecessores. Excepção feita para João Franco que ao organizar o ensino industrial e comercial, pelo Decreto de 8 de Outubro de 1891,²²⁷ acrescenta, no que aos Museus Industriais e Comerciais diz respeito, uma maior preocupação com as colónias dando maior reforço à interligação entre os Museus e as Escolas. Além de cada um dos Museus surgir dividido em cinco secções – comercial industrial, tecnológica, de arte industrial e pedagógica, – procurava que “além da exposição anual das provas e trabalhos dos alunos das escolas industriais da respectiva circunscrição, deveria efectuar-se, alternadamente, nos Museus de Lisboa

²¹⁶ Cfr. determinava a *Portaria* de 6 de Maio de 1844.

²¹⁷ De acordo com o *Decreto* de 23 de Fevereiro de 1888.

²¹⁸ *Decreto* de 19 de Dezembro de 1888. Cfr. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. Regulamento dos Museus Industriais e Comerciais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

²¹⁹ *Idem. Ibidem.* p. 6. Cfr. Capítulo I, Artigo 2º.

²²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 5. Cfr. Capítulo I, Artigo 1º alínea d).

²²¹ *Idem. Ibidem.* p. 6. Cfr. Capítulo II, Artigo 3º.

²²² O *Decreto* de 24 de Dezembro de 1883 determinou inicialmente a existência de duas Secções – Industrial e Comercial.

²²³ *Decreto* de 19 de Dezembro de 1888. Cfr. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. Regulamento dos Museus Industriais e Comerciais. *Op. Cit.* p. 8. Cfr. Capítulo II, Artigo 9º.

²²⁴ *Idem. Ibidem.* p. 8. Capítulo II, Artigo 9º, Alínea a).

²²⁵ *Idem. Ibidem.* p. 9. Capítulo II, Artigo 9º, Alínea b).

²²⁶ *Idem. Ibidem.* p. 15. Capítulo V, Artigo 27º, Ponto 3º.

²²⁷ *Diário do Governo*, n.º 227, de 9 de Outubro de 1891.

e Porto, uma exposição anual colectiva dos trabalhos de todas as escolas... para poder apreciar-se o resultado comparado do ensino da circunscrição do Norte e da circunscrição do Sul.”²²⁸

A recolha de amostras para o Museu fazia-se pela correspondência com outras instituições, nacionais²²⁹ e estrangeiras,²³⁰ solicitando o envio de amostras muitas delas vindas das “*províncias e com as quais devem ficar muito razoavelmente representadas no museu as indústrias caseiras do norte de Portugal.*”²³¹ Apesar dos múltiplos contactos e solicitações efectuados nem sempre a adequada correspondência foi ao encontro das pretensões do conservador Joaquim de Vasconcelos.²³² Em Novembro de 1885, Rodrigues de Freitas depois de relembrar a importância que o Museu assume na cidade do Porto e não se esquecendo de referenciar todos aqueles a quem foi confiada a tarefa de o remodelar, tece fortes críticas aos negociantes e industriais portugueses que nunca chegaram a compreender o significado do Museu Industrial e Comercial achando-se o Museu representado mais por amostras e produtos estrangeiros que nacionais.²³³

Quinze anos depois da sua criação, o século XIX não quis terminar sem ver extinguir os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa (Belém) e Porto (Palácio de Cristal) como veio a ser feito por Decretos de 23 de Dezembro de 1899.²³⁴ Elvino José de Sousa e Brito que, pela última vez, reforma o ensino industrial até à implantação da República é, sobre este aspecto, no preâmbulo do Decreto de 16 de Novembro de 1899, realista e dramaticamente elucidativo quando reconhece que as escolas criadas e os Museus Industriais e Comerciais permaneceram no sentido abstracto, desligadas da realidade social do país e longe do carácter utilitarista desejável.²³⁵ Preparava desta forma, o caminho para a extinção dos Museus por “*não satisfazerem os objectivos que visavam*”²³⁶ dando lugar à Comissão Superior das Exposições.²³⁷

²²⁸ GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX. Op. Cit.* p. 13.

²²⁹ *O Comércio do Porto*, 5 de Julho de 1885; *O Comércio do Porto*, 9 de Outubro de 1885.

²³⁰ *O Comércio do Porto*, 26 de Março de 1885; *O Comércio do Porto*, 7 de Julho de 1885.

²³¹ *O Comércio do Porto*, 5 de Julho de 1885.

²³² Por toda a Europa, estabeleceram-se contactos diplomáticos no sentido de um maior intercâmbio com os Museus congéneres dos diferentes países. É o caso da França que guarda nos *Archives Nationales*, documentos que atestam a troca de correspondência. Em 12 de Abril de 1886 é enviada Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros [de Portugal] ao Ministro do Comércio e da Indústria relativa à criação de um Museu Industrial e Comercial do Porto; a 1 de Maio de 1886, Carta circular do Ministro do Comércio e da Indústria aos presidentes das Câmaras de Comércio, relativa à criação de um Museu Comercial e Industrial no Porto; ainda do ano de 1886, a 23 de Setembro, Carta Circular do Ministro do Comércio e da Indústria aos presidentes das Câmaras de Comércio relativa à criação de um Museu Comercial e Industrial de Lisboa e finalmente, a 1 de Maio de 1889, Regulamento do Museu Industrial e Comercial do Porto. Cfr. ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO, ARCHIVES NATIONALES – *Relações Portugal-França: documentos e ilustrações, séculos XIII a XIX*. Lisboa: ANTT, 1992. pp. 33-34. (Guia da Exposição realizada em Lisboa de 16 de Junho a 31 de Agosto de 1992).

²³³ FREITAS, Rodrigues de – Museu Industrial e Comercial do Porto. *O Comércio do Porto*, 22 de Novembro de 1885.

²³⁴ *Diário do Governo*, n.º 294, de 28 de Dezembro de 1899.

²³⁵ GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação no século XIX*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. p. 142. Ver Também GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX. Op. Cit.* pp. 13-14.

²³⁶ GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação no século XIX. Op. Cit.* p. 157.

²³⁷ GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX. Op. Cit.* p. 13.

No dizer de Isabel Martins Moreira *"a criação de museus comerciais e industriais revela a tentativa de transferir para o campo museológico as preocupações ligadas às concepções de progresso industrial, agrícola e de incremento comercial, em que a sociedade portuguesa se mostrava também interessada."*²³⁸ No mesmo sentido Joaquim José de Barros, afirma que *"apesar de não constituírem uma verdadeira novidade entre nós, os Museus Comerciais representam a realização de uma necessidade comercial cujas vantagens são altamente aproveitadas mesmo nos países mais cultos."*²³⁹ Tipologicamente diferentes dos tradicionais Museus temáticos de Ciências Naturais, de Arte ou de Antiguidades, o seu papel por vezes mal conhecido e várias vezes entendido como *"uma exposição de objectos raros ou curiosos e em todos os casos de quase exclusivo interesse histórico"*²⁴⁰ escondeu verdadeiramente a dimensão de *catálogo vivo* que foram os Museus Comerciais. Assim, uma das principais atribuições dos Museus consistiu na exposição de matérias primas, produtos fabricados e semi-fabricado, de produtos comerciais em geral. O que distingue esta exposições das referidas exposições permanentes de objectos raros e curiosos é a possibilidade de poder efectuar transacções comerciais através das amostras remetidas pelos comerciantes aos Museus Comerciais, as quais, posteriormente entram no processo de informações registadas entre compradores e vendedores, dinamizando relações de troca como o Direito Comercial, Seguros, Transportes, Consumo e Estatísticas de Produção, Preços e Mercados.²⁴¹ As operações comerciais com base em registos, classificações e catalogações de amostras em índices de colecções,²⁴² regularmente publicados no Boletim do Museu, permitia estabelecer contactos e interesses nacionais e internacionais.

Tal como refere Joaquim Ferreira Gomes, com o encerramento dos Museus Industriais e Comerciais, *"assim se gorou uma tentativa que, se efectivamente concretizada, poderia ter sido de grande utilidade, não só para o fomento da indústria e do comércio, mas também para o incremento do ensino industrial e comercial."*²⁴³

²³⁸ MOREIRA, Isabel M. Martins – *Op. Cit.* p. 61.

²³⁹ BARROS, Joaquim José de – *Museus Comerciais. Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*. Lisboa, Ano II, Junho 1919. p. 113.

²⁴⁰ *Idem. Ibidem.* p. 114.

²⁴¹ *Idem. Ibidem.*

²⁴² Com base na Classificação Sistemática dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, regulamentada na Portaria de 19 de Janeiro de 1885 e publicada no *Diário do Governo*, n.º 28, de 6 de Fevereiro de 1885.

²⁴³ GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX. Op. Cit.* p. 14.

3º CAPÍTULO

INSTRUÇÃO COMERCIAL NAS ASSOCIAÇÕES E ESCOLAS PARTICULARES

“É na Associação que nos devemos instruir e educar, adquirindo conhecimentos da vida associativa para que em toda a parte onde seja necessário possamos prestar o nosso concurso a tudo quanto seja justo e sensato.”²⁴⁴

3.1 - O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES: - Das propostas às realidades

Ao longo de todo o século XIX é possível encontrar testemunhos definidores da preocupação sentida pelo corpo comercial na criação e fomento de instituições – privadas ou públicas – que garantissem a prática da instrução comercial. Miriam Halpern Pereira no estudo da análise das relações entre o corpo comercial e o Estado Liberal para o período de 1821-22, e tendo como base a documentação da Comissão Parlamentar do Comércio em funções no referido espaço temporal, encontra um conjunto volumoso de *‘petições e memórias’* que constituindo uma ampla consulta à classe comercial demonstra, inequivocamente “a *consciência do papel da instrução e do ensino profissional no desenvolvimento económico*”²⁴⁵ eles próprios interlocutores e identificadores do mal que padecem mas principais interessados na sua resolução, propõem, para evitar que fosse possível “*negociantes de grosso trato não saberem escrever nem ler*”²⁴⁶ a criação de aulas de comércio nas principais localidades.

²⁴⁴ SILVA, Etelvina – *O Corticeiro* (1909).

²⁴⁵ PEREIRA, Miriam Halpern – *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições*. Lisboa: ISCTE, 1992. p. 64.

²⁴⁶ *Idem. Ibidem.*

Referindo-se à Província do Minho, apresenta a consulta efectuada pela Junta do Comércio aos negociantes das Comissões do Comércio de Braga e de Guimarães que não escondem os ‘estorvos’ que sofre o comércio. A primeira, datada de 19 de Novembro de 1821, parece-nos bastante esclarecedora do estado da instrução – falta dela – no seio do corpo comercial. *“a ciência dos negociantes divide-se em duas partes: a primeira é o conhecimento de todas as qualidades, e circunstâncias das cousas em que devem comerciar: a segunda é a instrução que devem ter da escrituração dos livros de contas, para conduzirem o seu comércio, com uma ordem exacta, da qual se possa em todo o tempo, ter um perfeito conhecimento.”*²⁴⁷

Denunciando uma realidade que ainda se estabelecera como prática corrente, acrescenta *“muitos se têm proposto a negociantes, sem prática, nem estudos, e são matriculados, sabe Deus por que meios! Donde resulta, a decadência do comércio, o seu descrédito, repetidas falências, e por fim um grave prejuízo à nação.”*²⁴⁸ A Comissão de Comércio de Braga interessada na credibilidade dos comerciantes e da sua actividade propõe na mesma consulta *“que todo aquele, que se propuser ao comércio de atacado, seja instruído no método da escrituração dos livros, por partidas dobradas e singelas”* e *“que todo aquele, que se propuser ao comércio de retalho, seja instruído no métodos da escrituração por partidas singelas... sendo ambos obrigados a ter os livros de contas do seu negócio e obrigados a ter os respectivos tratados da escrituração dos livros de comércio... e instruídos no código e leis do comércio do país.”*²⁴⁹

Dois meses e meio depois (30 de Janeiro de 1822), a Comissão de Comércio de Guimarães alinhando pelas mesmas pretensões pois a instrução mercantil e comercial fazia com que *“aparecesse beneméritos caixeiros, aptos na escrituração, em probidade, e nas mais qualidades físicas, e morais, e a quem seus patrões não só conferiam vantajosos ordenados, e interessavam nas suas casas, mas também acomodavam nas mais acreditadas da nação...”*²⁵⁰

Impunha-se pois, que mais e melhores escolas fossem abertas para instruir os interessados na actividade comercial.

²⁴⁷ *Idem. Ibidem.* p. 118.

²⁴⁸ *Idem. Ibidem.*

²⁴⁹ *Idem. Ibidem.* p. 119.

²⁵⁰ *Idem. Ibidem.* p. 126.

3.1.1 - A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

Embora desde 1803 a Academia Real da Marinha e Comércio do Porto chamar a si a leccionação do ensino comercial, a Associação Comercial do Porto não descurou a possibilidade em criar um curso de comércio.

Em 1835 a Direcção da ACP consciente do seu papel em poder contribuir para minorar as deficiências do rudimentar ensino da época apresenta um projecto para a instituição de um Colégio de Educação de estudos primários. Logo é constituída uma comissão que em 9 de Dezembro do mesmo ano apresenta à Direcção o parecer do relatório encomendado.²⁵¹ Nele são apresentados alguns pressupostos essenciais para a sua execução e cujo atenção é fundamental para o sucesso do referido Colégio.

A comissão propõe o Convento da Formiga²⁵² ou, em alternativa, os Conventos de Santana de Oliveira, o de Grijó ou o de Moreira para servir de estabelecimento que pudesse ter capacidade para 100 alunos dos quais 20 – sendo 10 filhos de negociantes decaídos de fortuna, 4 filhos de negociantes falecidos cujas viúvas ficassem sem meios suficientes de subsistência e 6 filhos de combatentes mortos na defesa da Rainha e da Carta que, não sendo admitidos por ter passado a idade, darão lugar à classe comercial – terão admissão gratuita.²⁵³ Os alunos distribuídos por duas classes – dos 7 aos 11 e dos 12 ao 16 – terão de ter 7 anos completos e não poderão permanecer no Colégio caso atingem os 16 anos de idade.²⁵⁴ Claramente com uma instrução virada para a classe comercial e com intuítos de garantir aos alunos as noções básicas²⁵⁵ que possibilite prepará-lo para a actividade do comércio, “no colégio se ensinarão os estudos primários que habilitem os alunos para seguir o comércio ou entrar na Universidade.”²⁵⁶

Apesar dos esforços efectuados no sentido de avançar com o projecto, este não vingou, ora pelo avultado custo que os seus encargos anuais exigia – 11 200\$000 réis – ora pela impossibilidade de reunir simultaneamente todas as condições necessárias para a sua criação.

²⁵¹ Associação Comercial do Porto: *resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias (1834-1940)*. Porto: ACP, 1942. p. 54.

²⁵² Hoje, Colégio de Ermesinde.

²⁵³ Associação Comercial do Porto. *Op. Cit.* pp. 54-55.

²⁵⁴ *Idem. Ibidem.* p. 55.

²⁵⁵ Cadeiras: 1ª Ler, escrever e contar e gramática da língua; 2ª Francês; 3ª Inglês; 4ª Alemão; 5ª Latim; 6ª Aritmética, geometria e geografia; 7ª Filosofia racional e moral; 8ª Retórica e história; 9ª Contabilidade Comercial. Cfr. Associação Comercial do Porto: *resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias (1834-1940)*. *Op. Cit.* p. 55.

Cremos, no entanto, que a ideia fora oportunamente aproveitada por entidades estranhas à Associação Comercial do Porto que no início da década de 40 do século XIX arranca no Colégio de Ermesinde com um plano curricular semelhante ao proposto pela comissão. Perdera pois a cidade, a oportunidade e possibilidade de implementar um estabelecimento escolar que difundisse e propagasse a escrituração comercial.

Mas no ano seguinte a ACP voltou com uma outra nova proposta. A criação de um Curso de Economia Política “*para ilustração da classe comercial*”²⁵⁷ constituía a mais recente aposta da Direcção. Não avançou logo mas no ano de 1837, o futuro deputado José Isidoro Guedes juntamente com Oliveira Leal e Plácido António de Abreu iniciam os trabalhos preparatórios para a concretização do programa da Escola de Economia Política que teve como professor Agostinho Albano da Silveira Pinto.²⁵⁸

A Escola inaugurada a 30 de Maio foi encerrada, poucos meses depois, devido à fraca adesão de alunos.²⁵⁹



Fig. 14 – A Associação Comercial do Porto

²⁵⁶ *Idem. Ibidem.*

²⁵⁷ *Idem. Ibidem.* p. 56.

²⁵⁸ *Idem. Ibidem.* p. 58.

No Relatório da ACP, relativo ao ano de 1859 a Associação Comercial consultada para dar o seu parecer sobre o projecto de criação do Instituto Industrial e Comercial em Lisboa²⁶⁰ refere a preocupação de que não sejam impedidos de frequentar a instrução aqueles que mais directamente contactam com as práticas mercantis. Depois de não ter sido possível acomodar nas instalações da Associação Comercial do Porto o recém criado Museu Comercial criado em 1883, como pretendia a Direcção da ACP, esta não abandona a benemérita acção pedagógica em favor do ensino técnico comercial.

No entanto, somente nos finais do séc. XIX e depois do Porto assistir novamente ao privilégio de ver a Associação Comercial de Lisboa ser contemplada com a criação da Escola Elementar do Comércio,²⁶¹ o então presidente da Direcção da Associação Comercial do Porto – Henrique Carlos de Meireles Kendall – retomando o projecto de Eduardo Moser, propõe que nas antigas instalações dos bancos União e Mercantil Portuense, entretanto fundidos para constituir o igualmente extinto Banco Comercial do Porto, fosse criada e instalada um instituto ou uma escola prática de ensino comercial nocturno destinado aos empregados do comércio,²⁶² habilitada para dar *“uma instrução adaptada ás condições e aos meios da profissão mercantil, que, possa servir de guia, de luz, e de auxilio para a carreira commercial, e de que podessem facil e commodamente aproveitar-se aquelles que se dediquem a essa carreira, sem os embaraçar no exercicio do seu lavor quotidiano”*.²⁶³

No ano seguinte, a 7 de Agosto de 1895, a Direcção após ter acusado a recepção de um projecto de decreto para a criação da Escola Elementar de Comércio do Porto, dirige ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria a sua total satisfação pela criação da Escola Elementar de Comércio *“tão essencial na vida e*

²⁵⁹ ALMODÔVAR, António; BRANDÃO, Maria de Fátima – O Ateneu e a economia política nos finais do século XIX. *Album de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.). Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995. p. 28.

²⁶⁰ OLIVEIRA, Camilo M. de – *Origem e progresso da Escola Comercial de Oliveira Martins*. Porto: Imprensa Moderna, 1941. pp. 172-173. Ver Também *Associação Comercial do Porto: resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias (1834-1940)*. Porto: ACP, 1942. p. 187.

²⁶¹ Criada por Portaria de 28 de Outubro de 1893. Dissolvida a Associação Comercial de Lisboa por Decreto de 31 de Janeiro de 1894 e passando os seus encargos para a Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa criada a 12 de Fevereiro de 1894, o Governo concede em 28 de Julho de 1894 um auxilio destinado à fundação de uma Escola Elementar de Comércio, onde se ensinasse: Língua Portuguesa e Língua Francesa; Matemáticas Elementares; Contabilidade e Escrituração Comercial; Noções de Ciências Físico-Naturais; Matérias Primas e Tecnologia; Geografia e História Elementar; Rudimentos de Economia e Direito Comercial. Com o pessoal docente, direcção e inspecção a cargo do Governo, o regulamento seria feito de acordo entre o Governo e a Câmara do Comércio. A Portaria de 1 de Setembro de 1894 aprova o regulamento consignando desde logo que a Escola Elementar do Comércio *“destina-se a ministrar, em cursos nocturnos, a instrução elementar prática, geral e profissional, aos empregados no comércio, de ambos os sexos.”* A sua admissão não exige requisitos, obrigando os frequentadores a respeitar o regulamento. O ensino é dividido em quatro anos, remetendo para o Conselho Escolar as propostas de alterações aos programas das várias disciplinas. Com a Portaria de 17 de Setembro de 1895 é alterada a distribuição das disciplinas nos quatro anos que compõem o cursos, efectuando a introdução da Língua Alemã e Inglesa, a expensas da Câmara do Comércio e Indústria. Com a equivalência dada por força de lei a algumas cadeiras e de acordo com a organização de 14 de Agosto de 1895 possibilita a preparação para os Institutos Comerciais.

²⁶² OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 174.

²⁶³ *Associação Comercial do Porto. Op. Cit.* p. 188 citando Relatório da Direcção da ACP de 1894.

carreira profissional do comerciante e dos auxiliares do comércio".²⁶⁴ A 28 de Setembro de 1895, os ministros Hintze Ribeiro e Campos Henriques fazem publicar um decreto²⁶⁵ que estabelece uma Escola Elementar de Comércio anexa à Associação Comercial do Porto cujo regulamento aprovado por Portaria de 31 de Outubro de 1895²⁶⁶ estabelece – ao contrário do da Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa – que o ensino aí professado deverá ter um carácter essencialmente prático e não preparatório para outros cursos de ordem superior. Nesta Escola "*destinada aos sócios, aos seus filhos, aos seus empregados comerciais e aos filhos de sócios falecidos*"²⁶⁷ os cursos são de dois anos.²⁶⁸

A 20 de Novembro do mesmo ano, a Associação Comercial do Porto sentindo a necessidade de incluir no programa do curso a língua inglesa, "*pelas muitas relações que o corpo comercial do Pôrto sustenta com a nação inglesa e por ser esta a língua mais frequentemente empregada em assuntos comerciais*"²⁶⁹ requer a criação da cadeira desta língua estrangeira para aquela Escola o que veio a acontecer por Decreto de 28 de Novembro de 1895, emanado do Ministério das Obras Públicas e Indústria que aceitando as propostas feitas pela Associação Comercial do Porto em 26 de Novembro de 1895, autoriza igualmente a desviar para o custeio de mais essa cadeira, a quantia de 2500\$000 réis anuais, do rendimento do imposto destinado às obras da construção do Palácio da Bolsa.²⁷⁰

Inaugurada a Escola Elementar Comercial Portuense a 7 de Janeiro de 1896 e sob a direcção de Eduardo Augusto de Sousa Pires de Lima,²⁷¹ desde o início que a sua vocação mostrou estar orientada para a instrução da classe comercial portuense através da leccionação das aulas no período nocturno (Quadro nº8) "*aonde a mocidade estudiosa desta cidade, que durante o dia se ocupa nas diferentes funções do mister auxiliar do comércio, pudesse, à noite, encontrar e adquirir os conhecimentos teóricos e práticos, tão indispensáveis ao modo de ser actual do comércio e que devem, mais tarde, constituir a base mais sólida para o desenvolvimento e proveito da carreira comercial.*"²⁷²

²⁶⁴ OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 181.

²⁶⁵ *Diário do Governo*, nº 225, de 5 de Outubro de 1895.

²⁶⁶ *Diário do Governo*, nº 249, de 4 de Novembro de 1895.

²⁶⁷ Artº 2º do Decreto de 28 de Setembro de 1895. *Diário do Governo*, nº 225, de 5 de Outubro de 1895.

²⁶⁸ Artº 5º do Decreto de 28 de Setembro de 1895. *Diário do Governo*, nº 225, de 5 de Outubro de 1895.

²⁶⁹ OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 183.

²⁷⁰ *Diário do Governo*, nº 271, de 29 de Novembro de 1895.

²⁷¹ *Diário do Governo*, nº 287, de 18 de Dezembro de 1895.

²⁷² *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1895, p. 63 citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 177.

Quadro nº8 - Horário do 1º Ano da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto (1896)²⁷³

Disciplinas ²⁷⁴	Conteúdos	Horário	Dia da Semana
Língua Portuguesa e Francesa ²⁷⁵	1ª parte – Língua portuguesa, prática de correspondência 2ª parte – Língua francesa, prática de redacção em francês	18.00 às 20.00 h.	1º Turno–Segunda e Quinta-Feira 2º Turno–Terça e Sexta-Feira
Aritmética, Geometria, Cálculo e Escrituração Comercial ²⁷⁶	1ª parte – Aritmética prática, rudimentos de geometria sintética 2ª parte – Cálculo de escrituração comercial.	18.00 às 20.00 h.	1º Turno–Terça e Sexta-Feira 2º Turno–Quarta e Sábado
Corografia, Geografia, Economia e Legislação Comercial ²⁷⁷	1ª parte – Corografia de Portugal e Colónias. Noções de geografia geral e de história pátria. 2ª parte – Geografia comercial, elementos de economia e legislação comercial e industrial, transportes.	18.00 às 20.00 h.	1º Turno–Quarta e Sábado 2º Turno–Segunda e Quinta-Feira
Inglês ²⁷⁸		20.00 às 22.00 h.	1º Turno–Segunda e Quinta-Feira 2º Turno–Quarta e Sábado

Terminado o prazo das matrículas para a frequência do 1º ano do Curso Comercial, a Associação Comercial registou a inscrição de 98 pretendentes, ultrapassando largamente o permitido no regulamento escolar.²⁷⁹ O ano lectivo, excepcionalmente mais reduzido, admitiu 73 alunos, distribuídos por duas turmas “sendo ordinários 68 e extraordinários 5.”²⁸⁰ (Quadro nº 9)

Quadro nº 9 - Movimento escolar dos alunos do Curso de Comércio da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto²⁸¹

Ano Lectivo	Nº de Alunos	Nº de Alunos Ordinários	Nº de Alunos Voluntários
1895-96	73	68	5
1896-97	93	-	-
1897-98	131	114	17
1898-99	172	119	53
1899-00	217	132	85
1900-01	199	140	59
1901-02	230	159	71
1902-03	269	148	121
1903-04	268	174	94
1904-05	311	207	104
1905-06	342	243	99
1906-07	344	260	84
1907-08	306	236	70
1908-09	316	244	72
1909-10	179	136	43

²⁷³ OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 175. Ver Também *O Comércio do Porto* de 5 de Janeiro de 1896 e 8 de Janeiro de 1896.

²⁷⁴ Artº 3º do Decreto de 28 de Setembro de 1895. *Diário do Governo*, nº 225, de 5 de Outubro de 1895.

²⁷⁵ Leccionada por José Augusto de Oliveira Alvarenga.

²⁷⁶ Leccionada por António da Silva Pimenta.

²⁷⁷ Leccionada por Albano Aníbal de Barros.

²⁷⁸ Leccionada por António Maria de Vasconcelos Côrte Real.

²⁷⁹ *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1895, p. 63 citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 179.

²⁸⁰ *Idem. Ibidem.* p. 157 citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 186.

Atendendo ao perfil dos alunos deste primeiro Curso de Comércio o quadro seguinte indica-nos uma clara tendência para a admissão de alunos, cuja relação profissional ou de parentesco os une aos sócios da Associação Comercial (Quadro nº10).

Quadro nº10 - Perfil dos alunos do Curso de Comércio do 1º Ano da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto

Ano Lectivo	Sócios	Filhos de Sócios	Filhos de sócios falecidos	Empregados de sócios	Estranhos	Total
1895-96 ²⁸²	1	24	2	41	5	73

O Decreto de 14 de Dezembro de 1897 ao reorganizar o ensino elementar industrial e comercial retira não só a possibilidade da Associação Comercial do Porto administrar e interferir directamente nos destinos da Escola como retira os privilégios de limitar aos sócios da Associação o direito de aí inscrever e matricular os seus filhos ou empregados comerciais.

Este Decreto procurando desde logo romper com o passado de forma a *“suprimir o que a experiência e a prática tenham mostrado ser uma inutilidade”*²⁸³ estabelece que com a sua publicação a Escola Elementar do Comércio a funcionar junto da Associação Comercial do Porto passaria para a tutela do Estado. Estamos pois, perante o nascimento da Escola Comercial Oliveira Martins. Seguidamente pretende esta organização dar aos vários cursos *“uma mais firme orientação, regularizando para esse fim o ensino de modo que os seus resultados se tornem profícuos.”*²⁸⁴

3.1.1.1 - ESCOLA COMERCIAL OLIVEIRA MARTINS (PRIMEIRA FASE)²⁸⁵

No ano lectivo de 1896-1897 a matrícula foi maior e a média de frequência, mais elevada.²⁸⁶ No entanto, tal como acontecia no Instituto Industrial e Comercial do Porto, as muitas desistências ocorridas ao longo do ano não correspondiam às expectativas iniciais causadas pelo grande número de matrículas às diferentes

²⁸¹ *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1896, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 187 e seguintes.

²⁸² OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 187.

²⁸³ Decreto de 14 de Dezembro de 1897.

²⁸⁴ *Idem. Ibidem.*

²⁸⁵ Integramos aqui a Escola Comercial Oliveira Martins que pelo Decreto de 14 de Dezembro de 1897 passou para a tutela do Estado. No entanto a sua implementação e funcionamento deve-se à Associação Comercial do Porto.

²⁸⁶ *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1896-97, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 189.

cadeiras. O diploma legal de 14 de Dezembro de 1897 que suprimindo a cadeira de língua inglesa no lugar de outras entretanto criadas,²⁸⁷ reformando as Escolas Industriais e Elementares de Comércio e concedendo às Escolas Elementares de Comércio a garantia do seu curso servir de preparatório para a matrícula no Curso Superior de Comércio dos Institutos Comerciais, veio impulsionar e fomentar a instrução comercial na ACP que no ano 1897-98 os alunos inscritos, maioritariamente de 12 a 16 anos de idade, pertencentes à classe comercial e originários do Porto e concelhos limítrofes,²⁸⁸ atingem as 454 matrículas às suas cadeiras, superando as 285 do ano lectivo 1895-96 e as 329 de 1896-97 (Quadro nº 11).²⁸⁹

Quadro nº 11 - Movimento escolar dos alunos do Curso de Comércio da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto²⁹⁰

Ano Lectivo	Nº de Alunos	Nº de matrículas	Nº de aprovações	%
1895-96	73	285	65	22.8
1896-97	93	329	103	31.3
1897-98	131	454	216	47.5
1898-99	172	640	216	33.7
1899-00	217	814	265	32.5
1900-01	199	741	271	36.5
1901-02	230	840	292	34.7
1902-03	269	893	288	32.2
1903-04	268	910	360	39.5
1904-05	311	1088	369	33.9
1905-06	342	1182	408	34.5
1906-07	344	1240	94	7.5 ²⁹¹
1907-08	306	1131	159	13.1
1908-09	316	1168	145	12.4
1909-10	179	645	142	22.0

No ano lectivo 1898-99 é igualmente na classe comercial que se encontra a origem dos alunos, agora com idades compreendidas entre 14 e 20 anos. “Os de idade inferior a 13 anos eram naturais do Pôrto e a maioria pertencia a distritos do Norte do País, mormente ao do Pôrto.”²⁹² Se para o presente ano 71% dos alunos são

²⁸⁷ Pela reorganização de 1897 o curso da Escola ficou assim constituído e distribuído: 3ª cadeira – Português (Leccionada por José Augusto de Oliveira Alvarenga); 4ª cadeira - aritmética (Leccionada por Albano Aníbal de Barros); 5ª cadeira – Geografia geral e comercial (Leccionada por Albano Aníbal de Barros); 6ª cadeira – Francês (Leccionada por António Maria de Vasconcelos Côrte Real); 7ª cadeira – Ciências físico-naturais (Leccionada por Albano Aníbal de Barros); 10ª cadeira – Escrituração comercial (Leccionada por António da Silva Pimenta). Cfr. OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 237.

²⁸⁸ Em Gaia apesar de desde 1892 haver “dois únicos estabelecimentos de ensino onde os alunos gaienses podiam aprender os rudimentos das teorias industriais e comerciais” no início da década seguinte muitos foram os alunos que pretendendo frequentar estes ramos profissionais recorreram à Escola Comercial Oliveira Martins. Cfr. GUIMARÃES, Gonçalves – *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia, 1998. pp. 112-113.

²⁸⁹ *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1897-98, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 191.

²⁹⁰ *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1900-01, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 202 e seguintes. A partir de 1897 Escola Comercial Oliveira Martins.

²⁹¹ Esta baixa percentagem de aprovações deve-se à greve Académica de 9 de Abril de 1907 que se prolongou até 15 de Maio. A grande maioria dos alunos perdera o ano por faltas. Cfr. *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1906-07, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 232.

²⁹² *Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto*, 1898-99, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 194.

empregados comerciais, no ano lectivo anterior esta classe comercial atingira 81%. Aliás, e sendo o Curso de Comércio ministrado no ACP uma alavanca que serve de preparatórios para os Institutos Industriais e Comerciais, o leque das diferentes profissões dos novos alunos vai-se alargando registando os empregados de comércio, ano lectivo 1899-00, 55% do total de alunos inscritos.

Curiosa é a faixa etária dos empregados de comércio matriculados no ano lectivo 1899-00: dos 119 pertencentes à classe comercial, 96 deles (81%) têm entre 11 e 20 anos de idade.²⁹³ (Quadro nº 12)

Quadro nº 12 - Distribuição dos alunos quanto à profissão declarada na matrícula do Curso de Comércio da Escola Elemental do Comércio da Associação Comercial do Porto²⁹⁴

Ano Lectivo	Empregados Comerciais	Estudantes	Negociantes	Outras Profissões	Total
1897-98	106	24	1	0	131
1898-99	122	49	1	0	172
1899-00	119	79	2	17	217
1900-01	121	67	1	10	199
1901-02	-	-	-	-	230
1902-03	144	104?	1	20	269
1903-04	154	84	2	28	268
1904-05	176	106	1	28	311
1905-06	180	134	0	28	342
1906-07	166	141	0	36	344
1907-08	162	117	0	27	306
1908-09	168	123	0	25	316
1909-10	96	62	0	21	179

No entanto o crescente número de alunos inscritos e consequente acréscimo de matrículas desproporcional à capacidade das instalações da Associação Comercial do Porto, determinou o alargamento do horário escolar antecipando o início das aulas para as 17.00 horas. O alerta e a insistência do seu Director, Albano Aníbal de Barros, para os inconvenientes desta medida *“sobretudo no 2º e 3º trimestres do ano lectivo, pois numerosas casas comerciais ainda a essa hora estão abertas ao público”*²⁹⁵ continua a não merecer a atenção desejada. A juntar às ineficazes medidas pedagógicas as pertinentes falta de meios e recursos cujas lamentações se estendiam até à falta de espaço, de higiene, iluminação e ventilação, onde o mobiliário escolar inadequado à área (in)existente parecia indicar – já nos finais do século XIX – motivo de preocupação aos seus responsáveis que teimavam ver e dissertar – *tratadisticamente* - sobre a existência de uma relação causa-efeito de condicionalismo *ergonómico* quantas vezes mencionadas nos Relatórios de 1897-98 a 1901-02.

²⁹³ Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto, 1899-00, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – Op. Cit. p. 200.

²⁹⁴ Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto, 1897-98, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – Op. Cit. p. 192 e seguintes.

²⁹⁵ Idem. Ibidem. p. 197.

Relatórios que durante muitos anos testemunharam a vida da Escola Elementar de Comércio, repetem-se como quem desesperadamente mais não faz que ressaltar procedimentos, adivinhando, a todo o momento, saber quais as causas do abandono, do insucesso... do desinteresse.

No Relatório de 1905-06 Aníbal de Barros face ao crescente número de matrículas efectuadas, desabafa: *“já nos últimos exercícios, a excessiva matricula nas disciplinas do 1º ano levou-me a pedir superiormente a sua divisão por 3 turmas, ficando ainda assim cada uma delas muito numerosa, com uma frequência superior a 70 alunos.”*²⁹⁶ O ano lectivo 1907-08 alguns tumultos verificados na Escola levou ao seu encerramento temporário enquanto decorria uma sindicância.²⁹⁷

A partir do ano lectivo 1910-11 deixou-se de fazer Relatórios e a Escola passa a denominar-se oficialmente Escola Comercial de Oliveira Martins.

3.1.2 - O ATENEU COMERCIAL DO PORTO

A criação da Sociedade Nova Euterpe, dando voz prática ao estabelecido nos Estatutos, procura incrementar a instrução comercial através da sua Escola Comercial *“pensada logo no segundo ano de existência (1871-72)”*²⁹⁸ mas só inaugurada a 3 de Setembro de 1876. A procura manifestada pelos seus associados e a sintonia que a associação procurou desde logo manter está presente no enquadramento dos cursos inicialmente ministrados.

“Os seus primeiros cursos foram os de Contabilidade e Escrituração Mercantil e de Geografia Comercial. Posteriormente funcionaram também os cursos de Francês e de Noções Gerais de Matemática, História Pátria e Outros Conhecimentos Úteis. O seu funcionamento dependeu sempre do número de inscritos, - não funcionando qualquer curso, por fraca afluência de alunos, nos anos de 1894, 1895, 1897, 1898, 1899 e 1906²⁹⁹ - tendo sido o curso de Francês o mais solicitado.”³⁰⁰

No primeiro ano, os primeiros cursos registaram 30 e 34 inscrições, respectivamente, quedando-se a frequência média das aulas pelos 15 alunos. Já no ano de 1877, a frequência média baixaria para 5.7 na aula de Contabilidade e

²⁹⁶ Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto, 1905-06, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – Op. Cit. p. 227.

²⁹⁷ Relatório das Actas da Direcção da Associação Comercial do Porto, 1907-08, citado por OLIVEIRA, Camilo M. de – Op. Cit. p. 236.

²⁹⁸ MARQUES, Rosário; COSME, Susana Rodrigues – Os primeiros anos da vida associativa. *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.). Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995. p. 22.

²⁹⁹ SILVA, Paulo Jorge de Sousa Santos; PEREIRA, Gaspar Martins – A vida associativa nos anos de ouro. *Quotidiano e grandes realizações. Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995. p. 64.

Escrituração e para 10.6 na de Geografia Comercial. Em 1896, os cursos de Francês e Escrituração funcionaram pela última vez, tão fraca era a frequência e a ausência de alunos.

A criação de uma Escola Comercial com cursos sobre “*escrituração comercial, noções elementares de geografia e história, ensino complementar da língua portuguesa, francesa e inglesa, economia política e outros de reconhecida utilidade*”³⁰¹ mantinha-se como aspiração da ainda Sociedade Nova Euterpe agora apostada na promoção do desenvolvimento e progresso moral e intelectual de seus associados³⁰² procurando fazer, através da criação da Escola Comercial, uma adaptação selectiva às necessidades de formação utilitária e humanística dos negociantes, recuperando algumas disciplinas e matérias do interesse para a instrução comercial que entretanto tinham sido abandonadas.³⁰³ Nos Estatutos de 1888 – agora Ateneu Comercial do Porto – a ideia mantém-se mas as hipóteses diminuem. A direcção do Ateneu não esconde o provável insucesso destas iniciativas privadas, argumentando a falta de instalações, professores, recursos financeiros e falta de alunos inviabilizaria tal empreendimento privado.³⁰⁴ Entendemos que as razões poderiam ter sido outras que não as apresentadas. Decerto que não seria por falta de alunos – Caixeiros e Comerciantes sem instrução comercial - que os cursos não pudessem prosseguir. Julgamos pois estar perante um desejo inicial de capitalizar dividendos económico-financeiros como fonte de receitas que surgiriam dos encargos suportados pelos alunos-associados frequentadores mas que porventura não estaria ao seu alcance, tanto mais que ao ensino ministrado nestas instituições privadas não era assegurado por parte do Estado qualquer garantia de paralelismo pedagógico.

Aliás, e como veremos mais adiante sobre a presente questão, António Almodôvar e Maria de Fátima Brandão apresentam uma justificação curiosa e pertinente, caracterizadora e identificadora dos conflitos estabelecidos entre a prática do saber adquirido e a resistência à introdução de inovações no já estabelecido circuito de aprendizagem tradicional pondo em causa as relações de força tradicionais.

Uma clara interpretação não só ao atraso na implementação do ensino comercial como ao papel que competia ao Estado, na institucionalização das emergentes profissões que entretanto surgiam como primado das reformas da contabilidade pública quer na Administração Pública quer nas empresas: o papel do Contabilista.

³⁰⁰ MARQUES, Rosário; COSME, Susana Rodrigues – Os primeiros anos da vida associativa. *Op. Cit.* p. 22.

³⁰¹ ALMODÔVAR, António; BRANDÃO, Maria de Fátima – O Ateneu e a economia política nos finais do século XIX. *Op. Cit.* p. 29.

³⁰² *Idem. Ibidem.* p. 28.

³⁰³ *Idem. Ibidem.* p. 29.

³⁰⁴ *Idem. Ibidem.* p. 30.

3.1.3 - ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DE COMÉRCIO

Os jornais portuenses da década de 90 do século XIX procuraram trazer a público dois problemas fundamentais que preocupam a classe comercial: a instrução do Marçano e do Caixeiro e a luta pelo descanso dominical. A Associação de Classe dos Empregados de Comércio – cujos 98.7% dos seus sócios são do Porto³⁰⁵ – procurou, nomeadamente ao longo do ano de 1897,³⁰⁶ colmatar as graves carências de instrução do Marçano, quantas vezes denunciadas na primeira pessoa através das colunas de *A Voz do Commercio*. A imprensa publicita algumas iniciativas no sentido de minimizar os efeitos da falta de instrução, com a criação de cursos de caligrafia para Marçanos, a funcionar quer ao Domingo quer durante a semana, em período nocturno.

CURSO DE CALIGRAPHIA³⁰⁷

A Associação de Classe dos Empregados do Commercio abre um curso de caligraphia que funcionará desde 5 do mez de Março até 4 de Agosto proximo.

As condições constam do edital afixado na secretaria.

Porto, 26 de Abril de 1897

O secretario do conselho director

J. Maximo Alves

Associação de Classe dos Empregados de Comercio³⁰⁸ ESCOLA DE MARÇANOS

Tendo de se organizar a escola para os marçanos frequentarem ao domingo, e precisando-se de calcular qual o numero que virá á escola, roga-se aos snrs, commerciantes d'esta cidade a fineza de mandar dizer a esta Associação – Largo do Laranjal, 1 – 1º, quantos marçanos mandará cada um a este projectado estabelecimento d'instrucção.

Como se espera grande numero de participações, pede-se a cada um dos snrs, commerciantes a finesa de mandar a participação em bilhete postal, sómente com os dizeres: - Mandarei á escola (tantos) marçanos - , servindo-se cancellar o bilhete com o seu carimbo e indicar a sua morada para opportunamente se lhe officiar.

Porto, 10 de julho de 1897.

O conselho director:

José da Silva Teixeira

José Maximo Alves

Antonio da Silva e Souza

Antonio Pinto de Carvalho

Bellarmino Ferreira da Cruz

CURSO DE CALLIGRAPHIA³⁰⁹

Até 12 do corrente está aberta a matricula para um curso de calligraphia, que funcconará ás quartas e sextas-feiras, das 9 e meia ás 10 e meia horas da noite, na Associação de Classe dos Empregados de Commercio, rua do Laranjal, 89.

A Associação abre o curso se o numero de alumnos matriculados não for inferior a 10; encerra-o logo que durante 4 lições seguidas elle seja frequentado só por 3 alumnos.

As condições constam de um edital afixado na secretaria no quadro de affixações.

³⁰⁵ Relatório e Contas da Associação de Classe dos Empregados de Commercio do Porto. Porto: ACECP, 1900. pp. 9-29 citado por AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921): elementos para a análise das práticas educativas. *População e Sociedade*. n.º 3 (1997), p. 263.

³⁰⁶ RIBEIRO, Guilherme – O Marçano. *A Voz do Commercio*. Ano 1, n.º35, 18 de Julho de 1897. p. 1

³⁰⁷ *A Voz do Commercio*. Ano1, n.º24, de 2 de Maio de 1897, p.3.

³⁰⁸ *A Voz do Commercio*. Ano1, n.º35, de 18 de Julho de 1897 e n.º36 de 25 de Julho de 1897.

³⁰⁹ *A Voz do Commercio*. Ano1, n.º47, de 9 de Outubro de 1897, p.3.

José António Afonso referindo o Relatório de Contas do ano de 1898 faz-nos a seguinte leitura:

"Os cursos eram de caligrafia, escrituração, Português-Francês, Inglês e Música, como sessões livres de esclarecimento sobre modelos de lançamento e escrita comercial. Quanto aos professores havia a preocupação de 'consultar alguns negociantes, guarda-livros e professores de ensino livre'. A Associação, em Dezembro de 1899, tinha 663 sócios, distribuídos pelas seguintes classes: caixeiros de balcão, de armazém, depósitos ou lojas – 495; caixeiros despachantes – 8; cobrancistas, caixeiros de cobrança ou caixeiros viajantes – 7; empregados diversos – 72; empregados de escritório – 54; guarda-livros – 253, e tesoureiros – 2.

Os sócios eram fundamentalmente, das 95 ruas e praças do Porto, onde estavam sediados o Banco do Minho, a Companhia dos Tabacos, a Estamparia do Bolhão, o Banco Comercial, a Associação Comercial, os Armazéns Herminios e o Banco de Portugal, havendo, contudo, 7 sócios de Vila Nova de Gaia e 1 de Lisboa.

Em termos de ruas e praças com mais de 15 associados, podem-se destacar: Rua do Almada, Praça Almeida Garrett, Rua dos Caldeireiros, Praça Carlos Alberto, Travessa dos Clérigos, Rua D. Pedro, Rua Ferreira Borges, Rua das Flores, Rua do Freixo, Largo dos Lóios, Rua de Miragaia, Travessa Sá Noronha, Rua Santa Catarina, Rua de São Lázaro e Praça dos Voluntários da Rainha.³¹⁰

3.1.4 - UNIÃO DOS EMPREGADOS DE COMMERCIO DO PORTO

Em 1908 *O Caixeiro do Norte* – Órgão do caixeirato português – anuncia que "em harmonia com os seus estatutos, está aberta a matrícula e vão em breve inaugurar-se as aulas que a União dos Empregados de Commercio do Porto proporciona e ministra aos seus associados."³¹¹ É um curso de Guarda-livros com a duração de dois anos, frequentado "a horas a que os seus trabalhos teem findado e por um preço relativamente insignificante."³¹²

³¹⁰ Relatório e Contas da Associação de Classe dos Empregados de Commercio do Porto. Porto: ACECP, 1900. pp. 9-29 citado por AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921): elementos para a análise das práticas educativas. *Op. Cit.* p. 263.

³¹¹ ESTEVES, Silva – Aulas da "União". *O Caixeiro do Norte*, Ano 2, 17 de Outubro de 1908, p.1.

³¹² Constam as seguintes disciplinas: 1º ano – Português e Francês (1ª parte); Aritmética (1ª parte); Escrituração Comercial e Caligrafia. 2º ano – Francês (2ª parte); Conversação e Correspondência, Inglês, Alemão e Aritmética (2ª parte); Contabilidade e Cálculo; Noções de Direito. Cfr. União dos Empregados de Commercio do Porto: pela instrução. *O Caixeiro do Norte*, Ano 2, 17 de Outubro de 1908, p.2.

3.2 – AS ESCOLAS PRIVADAS

Ao contrário do que sucedia com o ensino primário e com o ensino secundário liceal, o ensino técnico privado mostrava-se mais raro. Se para a cidade do Porto, os elementos possíveis permitiram detectar alguns meritórios casos de estabelecimentos de ensino privado que à margem do tradicional paralelismo pedagógico estatal constituíram raras experiências, podemos, no entanto constatar que, tal como Pedro Almiro Neves observara para os Estudos Menores nos finais do Antigo Regime,³¹³ à decadência do ensino público correspondeu, para o ensino técnico, nomeadamente nas últimas duas décadas do século XVIII e nas primeiras duas do século XIX, algum desenvolvimento do ensino privado.³¹⁴

Nos começos do século XX “quase 40% dos alunos liceais frequentavam colégios particulares ou recebiam instrução em casa, indo depois fazer os exames aos liceus do Estado.”³¹⁵ Entre muitas,³¹⁶ o ensino privado, que representava no Porto “um negócio assaz lucrativo e disseminado”³¹⁷ conheceu outros estabelecimentos como a *Escola Prática de Línguas e Comércio*³¹⁸ de Vila Nova de Gaia e nomeadamente a *Escola Prática Comercial Raúl Dória*.

Quadro n.º 13 - Frequência do ensino comercial nas Escolas do Porto

Estabelecimento de Ensino	Número de alunos
Escola Elementar do Comércio	260
Escola Raúl Dória	234
Instituto. Curso Preparatório	170
Instituto. Curso Superior	125
Escola Académica	110
União dos Empregados do Comércio	92
Escola Alcântara Carreira	82
Escola Comercial de Gaia	25
Colégio Nacional	19
Colégio Barbosa Gama	18
Colégio de S. Carlos	13
Escola Pereira de Sousa	12
Colégio Rodrigues	5
Escola Guerreiro	3
Colégio Universal da Boa-vista	1

³¹³ NEVES, Pedro Almiro – *A Escolarização dos saberes elementares em Portugal nos Finais do Antigo Regime: matérias, manuais e métodos de ensino (1772-1820)*. Porto: FLUP, 1996, p. 209.

³¹⁴ Em Lisboa registam-se os casos de: *Colégio de educação da Mocidade* (1805) – Regras de Caixeiria e Comércio; *Academia de noite* (1807) – Câmbio, etc., para uso do comércio; *Aula do Professor Manoel d'Araujo* (1815) – Escrituração de livros; *Aula* (1817) – Aritmética teórico-prática e “sua applicação para uso de Comerciantes”; *Colégio de Mr. S. Gramono* (1820) – “Linguas Vivas”, Francesa, Inglesa e Alemã (“as mais necessarias para a intelligencia dos bons livros e do commercio.”); *Colégio da Mãe de Deus e Santo António* (S.d.) – Explicação das aulas de Comércio e tudo o que pertence ao tratado mercantil. Cfr. NEVES, Pedro Almiro – *Op. Cit.* pp. 212-229.

³¹⁵ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, S.d., p. 542.

³¹⁶ Vejam-se, por exemplo, os sucessivos anos do *Annuário Commercial*, onde as listas e os anúncios de colégios não faltam.

³¹⁷ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) – *Op. Cit.* p. 542.

³¹⁸ GUIMARÃES, Gonçalves – *Op. Cit.* p. 113.

Raul Tamagnini Barbosa em *Economia Política*, citando o *Anuário da Escola Raúl Dória de 1910-1911*, dá-nos para o Porto os seguintes estabelecimentos de ensino comercial³¹⁹ (Quadro nº 13).

3.2.1 - SEMINÁRIO-COLÉGIO DA IRMANDADE DA NOSSA SENHORA DA LAPA

Contemporânea da Academia Real da Marinha e do Comércio é o Seminário-Colégio da Irmandade da Nossa Senhora da Lapa que recebe os primeiros alunos em Abril de 1800.³²⁰ Embora longe de ser uma instituição vocacionada na educação de jovens, a direcção da Irmandade entendeu dar continuidade à ideia do seu fundador – Padre Ângelo de Siqueira – que na segunda metade de Setecentos não lograra ter tido a correspondente autorização régia para levantar uma escola “*onde os meninos do Porto aprendessem não só a instrução literária mas também as normas de uma sã e cristã conduta*”³²¹ tal como viria a acontecer no ano de 1792³²² com D. Maria I a autorizar “*aos Irmãos da Lapa a abertura de duas Aulas públicas, uma de ler, escrever e contar e outra de Gramática latina, correndo todas as despesas por conta da Irmandade.*”³²³ Apesar de estarmos perante uma aula pública, o ingresso e a sua frequência contou genericamente com maior afluência de alunos procedentes de famílias poderosas que possibilitassem suportar as despesas. “*Estudar no Seminário-Colégio da lapa não saía barato, excepto para os filhos de irmãos pobres, órfãos ou alguns filhos de pais incógnitos que podiam entrar gratuitamente (...) mas estes compensavam com pequenos serviços em prol da comunidade na área do culto religioso.*”³²⁴ A elite burguesa aristocrática, portuguesa ou estrangeira mas residente no burgo, juntamente com o Brasil que entre 1823 e 1832 foi responsável por um terço dos alunos matriculados³²⁵ constituindo assim o principal *fornecedor* de alunos.

Directamente não podemos dizer que no intuito dos objectivos da instituição estivesse – até pela natureza dos seus fins – o cuidado específico de uma instrução comercial que fosse ao encontro dos desejos esperados pelos pais dos alunos. No entanto e muito embora as matérias sobre Comércio fizesse parte do currículo,

³¹⁹ BARBOSA, Raul Tamagnini – *Economia política*. 2ª edição correcta e aumentada. Farnalhão: Tipografia Minerva de Cruz, Sousa & Barbosa, L.da, 1920. p. 25.

³²⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – O Colégio da Irmandade da Lapa: um elo histórico da ligação portuense ao Brasil. O *Tripeiro*, 7ª Série, Ano XIX, n.º 4 (Abr. 2000), p. 118.

³²¹ *Idem. Ibidem.* p. 119.

³²² Decreto de 12 de Junho de 1792.

³²³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Op. Cit.* p. 119.

³²⁴ *Idem. Ibidem.* p. 121.

nomeadamente a “*aplicação das regras da Aritmética ao Comércio, através da redução dos pesos, moedas e medidas*”³²⁶ obedecendo ao estabelecido nos Estatutos de 1803, “*alguns progenitores buscavam principalmente um nível de instrução que garantisse aos filhos um emprego (estarão neste caso os que entraram para emigrar mais tarde para o Brasil como caixeiros de um qualquer próspero negociante)*.”³²⁷

3.2.2 - COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

O *Informador Commercial* dá-nos a existência deste Colégio no ano de 1870 e localiza-a no nº84 da Rua das Flores. Dirigido por Francisco José Cardoso “*recebem-se alumnos para todas as aulas do curso dos lyceus de 1ª classe, commercio, italiano e hespanhol; e conversação franceza, ingleza, allemã, hespanhola, italiana e portugueza.*”³²⁸

3.2.3 - COLÉGIO DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E PREPARATÓRIA

O periódico *Annuncios da Typographia Commercial* Portuense publicita para o ano 1840 a existência de um Instituto de educação e instrução primária e preparatória sediado na Rua do Almada, nº18 pertencente a David de Almeida Navarro. Este estabelecimento admite “*alunos internos, diários, e externos*”, preparando “*aos que dirigirem á Universidade e aos outros estabelecimentos de instrucção superior ou ao Commercio.*” Entre o diverso programa de estudos, é leccionada a cadeira de Escripuração Mercantil.³²⁹

3.2.4 - COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA GUIA

Localizado na Rua de Santa Catarina, o Elucidário do Viajante no Porto destaca-o dos demais pela “*excellente educação, que os alumnos recebem nesta casa*”. No âmbito do comércio, lecciona “*Geographia commercial; Escripuração por*

³²⁵ *Idem. Ibidem.*

³²⁶ *Idem. Ibidem.* p. 124.

³²⁷ *Idem. Ibidem.* pp. 123-124.

³²⁸ Colégio de Nossa Senhora dos Remédios - O *Informador Commercial*, 1º ano, nº17, (6 Jun. 1870), p.1.

³²⁹ Instituto da Educação e Instrução Primária, Literária e Preparatória - *Annuncios da Typographia Commercial* Portuense. Ano 1 (8 Out. 1840), p.1.

partidas dobradas; Demonstração explicativa sobre letras de cambio, da terra, e mais papeis de crédito usados no commercio, á face do Codigo Commercial Portuguez."³³⁰

3.2.5 - COLÉGIO BARBOSA GAMA

Recorda o Tripeiro a sua localização na Rua das Oliveiras "*cujo recreio dava para as trazeiras do Teatro de Carlos Alberto.*"³³¹ Existia já em 1902, ano em que a mensalidade era de três tostões. Aqui leccionava-se Comércio e Contabilidade.³³²

3.2.6 - ESCOLA PRATICA DE COMMERCIO ALCANTARA CARREIRA

Escola Pratica de Commercio ALCANTARA CARREIRA³³³

26, Praça da Trindade, 27 – PORTO
(FUNDADA EM 1905)

Director: *L. C. Alcantara Carreira* – Medico: *Dr. Antonio Maria Flores Loureiro*

Sub-Director: *Humberto Beça*

Cursos diurnos e nocturnos, Ensino pratico e individual

ESCOLA MONTADA COM TODO O RIGOR DO ENSINO COMMERCIAL

CURSOS PROFESSADOS

ELEMENTAR DE COMMERCIO-COMPLEMENTAR-GUARDA-LIVROS

DISCIPLINAS

Portuguez-Francez-Inglez-Allemão-Contabilidade e Escripuração Commercial-Calligraphia-Historia Geographia-Direito-Calculo-Algebra-Dactylographia (em diversos modelos de machinas)-Stenographia (systema inglez)-Economia Politica.

Os professores das linguas são das respectivas nacionalidades.

O nosso ensino é ministrado em pequenos grupos de 10 alumnos dentro de cada disciplina.

No anno lectivo de 1906-1907 foi esta escola frequentada por 252 alumnos, muitos dos quaes se acham já collocados nas melhores casas commerciaes d'esta cidade, Brazil e Africa Occidental e Oriental.

Tem aberto o curso d'explicação para todas as classes dos Lyceus, Instituto e Escola Normal – Matricula permanente e por classes.

A secretaria para matricula acha-se aberta das 10 da manhã ás 4 da tarde.

INTERNATO

Recebe alumnos internos, semi-internos e externos. Magnificos dormitorios, casas de banho e jardim. Tratamento de primeira ordem e em família.

Enviam-se programmas gratis.

³³⁰ BARBOSA, Francisco Ferreira – *Elucidario do Viajante no Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1864. p. 86.

³³¹ *O Tripeiro*. Série V, Ano V, n.º5 (Set. 1949). p.120.

³³² *Idem. Ibidem*.

³³³ Escola Prática de Commercio Alcântara Carreira - *O Caixeiro do Norte*, Ano 1, (8 Fev. 1908), p. 4 e Ano 2, (2 Maio 1908), p. 4.

3.3 – ENSINO COMERCIAL PRÁTICO PORTUENSE

"A Escola Raul Dória, nobilitada por tradições honrosas, firmou a sua justificada fama, e não é para lisonjear esta acção nobilitante que eu venho aqui. As palavras de apreço e admiração que lhe dirijo ninguém as pode contestar, tão justas e tão merecidas são."³³⁴

3.3.1 – ESCOLA PRÁTICA COMERCIAL RAÚL DÓRIA

O Ensino comercial privado da cidade do Porto, nomeadamente das primeiras décadas do séc. XX, assistiu à intervenção da Escola Prática Comercial Raúl Dória na consolidação da instrução do comércio. Fundada no Porto em 30 de Novembro de 1902, apresenta um projecto educacional *"que representou durante décadas uma alternativa de formação onde o trabalho escolar se encontrava subordinado ao progresso económico"*³³⁵ orgulhando-se ter sido durante muitos anos *"a única escola do País onde o ensino da escrituração comercial se fazia pela aliança da teoria e da prática."*³³⁶ Apologista do modelo francês cujos processos foram introduzidos em Portugal pelo Prof. Raúl Dória aquando da sua visita à École Pigier, durante o primeiro quartel do século XX³³⁷ muitas foram as gerações de Caixeiros e Guarda-livros devedoras da sua aprendizagem a este estabelecimento de ensino onde os meios e os recursos necessários para garantir ao aluno a prática comercial, através da simulação de transacções, escritas e balanços em cenários criados como se de um espaço comercial se tratasse, constituíam a componente prática para a instrução da classe comercial.³³⁸

³³⁴ LACERDA, Aarão de – *O Ensino profissional e a Escola Raul Dória*. Porto: Tipografia da Escola Raul Dória, 1916. p. 5. (Palavras pronunciadas na sessão solene do 13º aniversário da fundação da escola).

³³⁵ AFONSO, José António – Os Ofícios do Comércio: notícia do "Dicionário Prático do Comércio" (1917) de Raúl Dória. *A Indústria portuense em perspectiva histórica*. ALVES, Jorge Fernandes (Coord.). Actas do Colóquio. Porto: FLUP-CLC, 1997. p. 438.

³³⁶ DÓRIA, A. A. – A Escola Raúl Dória. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vols. XLVII/XLVIII, nºs 187/192, (1983-84), p. 527.

³³⁷ Após a morte de Raúl Dória a Escola manteve-se em funcionamento até ao ano de 1964 e sob a direcção de Campos Vaz. Cfr. AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921). *Op. Cit.* p. 259.

³³⁸ Escola Prática Comercial Raúl Dória - *A Luz do Commercio*, Ano IV, (3 Dez. 1905), p. 4.

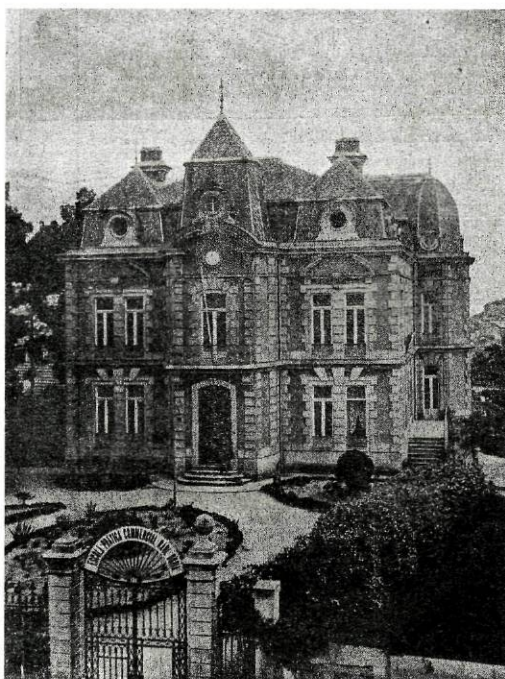


Fig. 15 – Escola Prática Comercial Raúl Dória

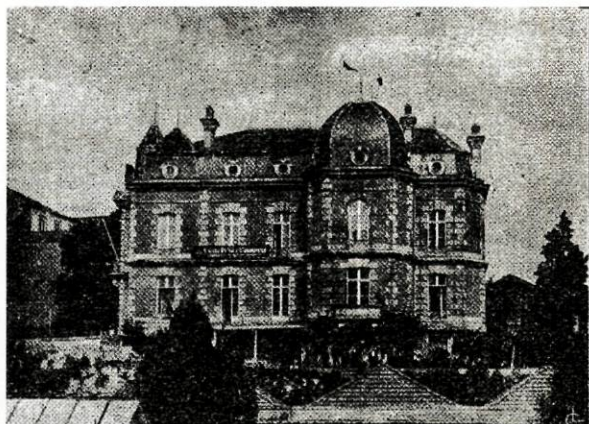


Fig. 16 – Escola Prática Comercial Raúl Dória

Como refere José António Afonso, o surgimento da Escola Prática Comercial Raúl Dória integra-se numa brecha aberta quer pela ausência de métodos e modelos alternativos de ensino comercial – tanto nas escolas oficiais como particulares – quer na necessidade da função de renovadoras das futuras gerações de negociantes. “*É justamente*” – continua – “*na deficiência das escolas oficiais que vamos encontrar a razão de ser das escolas comerciais de ensino livre e a causa do seu rápido desenvolvimento.*”³³⁹ Esta mesma ideia está presente no espírito dos seus promotores:

“Deficiente pela exiguidade das Escolas Especiais e pela sua pessima organização, o ensino comercial, tal como existia, de pouco ou nada utilizava ao candidato a futuro commerciante, que passava longos anos, n’uma aprendizagem excessivamente theorica, justamente em materia em que a pratica é, senão tudo, importantissima.”³⁴⁰

Esta ausência de processos podemos encontrar no projecto educativo “*onde o trabalho escolar se encontrava subordinado ao progresso económico, via o primado de uma sistematização de procedimentos técnicos (e científicos) das praticas do comércio (e dos serviços) e da inclusão de uma lógica da honra que funcionaria como o recurso simbólico da dignificação profissional – do caixeirismo e do negociante.*”³⁴¹

³³⁹ AFONSO, José António – Os Offícios do Comércio. *Op. Cit.* p. 439.

³⁴⁰ Escola Prática Comercial Raúl Dória – *Escola Raúl Dória*. Porto: Edições da Escola Raúl Dória, 1910. pp. 30-31. citado por AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921). *Op. Cit.* p. 264.

³⁴¹ AFONSO, José António – Os Offícios do Comércio. *Op. Cit.* p. 438.

Se os primeiros anos constituíram importante desafio na conquista de um espaço que se pretendia credível e viável – sendo quanto a nós a fase mais difícil de implementação por se tratar de um período de formação e organização – curiosamente as mutações continuamente registadas nas mudanças e alterações dos espaços físicos do edifício demonstram que a procura dos cursos aí ministrados foi bastante superior às iniciais expectativas dos seus promotores.³⁴²

É no período de 1909 e 1921 que a Escola se consolida concorrendo não raras as vezes com os restantes estabelecimentos de ensino de instrução comercial, nomeadamente os dependentes do Estado, demarcando-a pela preocupação quer na defesa da imagem da sua instituição quer na configuração da credibilidade e visibilidade social dos comerciantes em geral e dos seus alunos em particular.³⁴³ Por outro lado a sua explicável longevidade até meados da década de 60, enfrentando as reformas do ensino técnico comercial dos anos 40 e 50, residiu, provavelmente, na confirmação do êxito alcançado pelos alunos no ingresso no mercado de trabalho e na ocupação de posições de destaque nas estruturas empresariais da cidade e da região Norte. Como um caso de sucesso no *marketing de ensino* dos princípios do século XX, destaca-se ao longo do seu percurso organizativo e institucional uma simbiose perfeita de visíveis resultados didáticos e pedagógicos entre o objectivo final em favor da prática do ensino comercial e a acção resultante proporcionada da comercialização do ensino.

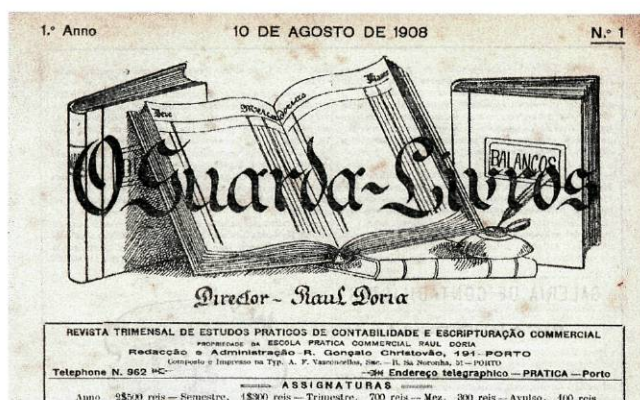


Fig. 17 – Cabeçalho do jornal da EPCRD



Fig. 18 – Logotipo da Escola

Por outro lado é de atender ao alargado e flexível leque de ofertas e incondicionalismos que aos alunos era apresentada garantindo quase sempre, formas

³⁴² Do "exíguo quarto da Rua de Santa Catarina (em 1900) até à imponente mansão da Rua Gonçalo Cristóvão (1907), passando pelos edifícios da Rua santo Ildefonso (em 1901), Rua de Bonjardim (em 1902) e Rua Fernandes Tomás (em 1903)." Cfr. AFONSO, José António – Os Ofícios do Comércio: notícia do "Dicionário Prático do Comércio" (1917) de Raúl Dória. *Op. Cit.* p. 439.

³⁴³ AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921): elementos para a análise das práticas educativas. *Op. Cit.* p. 261.

e processos alternativos tendentes a possibilitar o ingresso nos seus Cursos de alunos internos e externos portadores ora de instrução primária ora secundária, estruturando-os e posicionando-os *curricularmente* no ano e no curso da adequada e correspondente preparação/formação, sempre assente na ideia que embora o ensino comercial coleccione já alguns anos de leccionação “a *classe comercial portuguesa* é ainda apontada como a mais ignorada dentre as profissões liberais do país.”³⁴⁴

Quadro nº 14 – Publicações da Escola Prática Raúl Dória³⁴⁵

Autor	Título da Obra	Ano de Publicação
Escola Prática Comercial Raúl Dória	<i>Guia de Escrituração Comercial para os Cursos por Correspondência.</i>	1915
José Vieira	<i>Guia de Escrituração: 1º ano</i>	1918
	<i>Geografia Comercial</i>	1917
Raúl Dória	<i>Guia de Escrituração Comercial</i>	1900
	<i>Guia de Escrituração Comercial</i>	1905
	<i>Diccionario Technico Commercial</i>	1908
	<i>Guia Pratico de Correspondencia Commercial: em portuguez e francez</i>	1908
	<i>Guia de Escripuração Commercial</i>	1909 – 2ª edição
	<i>Noções Gerais de Comércio</i>	1912
	<i>O Guarda-Livros</i>	1912
	<i>Noções Gerais de Comércio e Escrituração Comercial: 2º ano.</i>	1913
	<i>Noções Gerais de Comércio</i>	1913
	<i>Balanços: apontamentos</i>	1914
	<i>Dicionário Prático de Comércio</i>	1914
	<i>Escrituração Agrícola e dos Roceiros: apontamentos</i>	1914
	<i>Escrituração Bancária: apontamentos</i>	1914
	<i>Escrituração de Signações: apontamentos</i>	1914
	<i>Escrituração de Seguros: apontamentos</i>	1914
	<i>Escrituração Industrial e Mineira: apontamentos</i>	1914
	<i>Escrituração Marítima e dos Armadores de Navios: apontamentos</i>	1914
	<i>Noções Especiais de Comércio: 3º ano</i>	1914
	<i>O Guarda-Livros</i>	1914
	<i>Estudo de Estenografia</i>	1915
	<i>Estenografia</i>	1915 – 3ª edição
	<i>Exercícios Dactilográficos: para uso dos alunos da 13ª cadeira, 2ª parte</i>	1915 – 3ª edição
	<i>Verbetes e Folhas Móveis: traduções</i> ³⁴⁶	1916
	<i>Noções Gerais de Comércio: 1º ano</i>	1917
	<i>Problemas de Escrituração Comercial</i>	1918
	<i>Balanços: estudos comerciais</i>	1919
	<i>Comércio e Documentação Comercial</i>	1919
	<i>Comércio e Documentologia Comercial: estudos comerciais</i>	1919
	<i>Escrituração e Economia Doméstica</i> ³⁴⁷	1919
	<i>Noções de Escrituração Comercial: estudos comerciais</i>	1919
	<i>Sociedades Comerciais: estudos comerciais</i>	1919
Raúl Tamagnini Barbosa	<i>Elementos de Cálculo Comercial</i>	1912
	<i>Elementos de Contabilidade: 2ª cadeira – 2ª parte</i>	1912
	<i>Elementos de Contabilidade: 2º ano</i>	1913
	<i>Elementos de Cálculo Comercial: 3º ano</i>	1915
	<i>Breves Noções de Direito Fiscal Aduaneiro</i>	1919 – 2ª edição

Os Cursos de Guarda-livros, de Escrituração por Correspondência, os Cursos de Comércio para Senhoras³⁴⁸ ou o Curso de Caixeiro Viajante³⁴⁹ eram

³⁴⁴ AFONSO, José António – Os Offícios do Comércio: notícia do “Diccionario Prático do Comércio” (1917) de Raúl Dória. Op. Cit. p. 439.

³⁴⁵ A Bold surgem as obras pertencentes ao Acervo Bibliográfico da Biblioteca do ISCAP.

³⁴⁶ “Para auxilio das explicações do Professor de Comércio, 3º ano, na Escola Raul Dória.” Cfr. DÓRIA, Raul – *Verbetes e Folhas Móveis*. Porto: Tipografia da Escola Raul Dória, 1916.

³⁴⁷ Livro destinado às donas de casa.

³⁴⁸ Escola Prática Comercial Raúl Dória - *A Luz do Commercio*, Ano IV, (3 Dez. 1905), p. 4.

algumas das ofertas que se estendiam aos muitos alunos originários dos territórios de expressão portuguesa. Estabelecimento de ensino comercial prático dirigido por Raul Dória, é na feitura de textos e na publicação de manuais escolares³⁵⁰ (Quadro nº 14) sobre as matérias de Comércio, Contabilidade e Línguas, da autoria dos professores da Escola e por ela editados nas oficinas anexas ao edifício que o nome da Escola se projectou, consolidou e propagandeou-se num período onde a identificação e partilha dos ideais democráticos e republicanos³⁵¹ ajudava a emergir projectos e consolidar acções junto dos estrategicamente mais influentes periódicos da especialidade.

A partir de 1908 a Revista *O Guarda-Livros* (1908-1914) e em 1916 a *Revista de Contabilidade* (1916-1917), propagandeiam o ensino da Escola Raul Dória. Da mesma forma podemos encontrar na enorme massa documental que legada pelo Escola Prática Raúl Dória e hoje à guarda do Arquivo Distrital do Porto, muitos testemunhos sobre as imensas iniciativas de ordem social com projecção directa na comunidade portuense promovidas pela Escola. É o caso das suas festas de Aniversário, Viagens de Estudo às fábricas, minas e alfândegas e casas comerciais mais importantes³⁵² até mesmo prática desportiva. Tal nos diz O Tripeiro:

"[No dia 29 de Novembro de 1909]... Os alunos da Escola Raúl Dória iniciam as festas comemorativas do 7º aniversário da sua fundação, com uma espectacular marcha luminosa, que desfilou perante milhares de espectadores entre a Praça da República e o edifício da referida escola, e uma concorrida festa nocturna nos jardins, que se encontravam vistosamente decorados e iluminados, do mesmo estabelecimento de ensino."³⁵³

Todas as iniciativas eram publicitadas ora através da publicação dos discursos nas Sessões Solenes de Aniversário da Escola³⁵⁴ ora na própria Revista *O Guarda-Livros* que juntamente com os *Anuários*, estrategicamente ilustrados com fotografias da Escola, destacavam as palestras, conferências e colóquios apresentados por *oradores-convidados* cujo conteúdo dos discursos não surpreendia os mais atentos.

As relações privilegiadas com a imprensa da época, permitia estender a publicidade às suas páginas. Tal acontece n' *O Caixeiro do Norte*,³⁵⁵ n' *A Luz do Commercio*,³⁵⁶ n' *O Correio do Norte*³⁵⁷ ou n' *O Norte*.³⁵⁸

³⁴⁹ O Curso de Caixeiro Viajante. *O Guarda-Livros*. 2º Anno, 2ª Série, nº 59 (30 Set. 1911), pp. 355-357 e Caixeiros Viajantes. *O Guarda-Livros*. 3º Anno, nº 70 (1 Ago. 1912), pp. 181-182. Ver Também Anexo B.

³⁵⁰ Obras estabelecidas num circuito definido pela produção e distribuição quer através da Tipographia da Escola Raul Dória como da sua Livraria que se encarregava da venda, com desconto para os alunos da escola. Cfr. se pode ler na capa de Verbetes e Folhas Móveis. Porto: Escola Prática Raul Dória, 1916.

³⁵¹ AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921). *Op. Cit.* p. 261.

³⁵² *A Luz do Commercio*, Ano IV, (3 Dez. 1905), p. 4.

³⁵³ Aconteceu há 50 anos... *O Tripeiro*, Ano XV, V Série, nº 7 (Nov. 1959), p. 223.

³⁵⁴ LACERDA, Aarão – *O Ensino profissional e a Escola Raul Dória*. *Op. Cit.*

³⁵⁵ *O Caixeiro do Norte* (30 Jun. 1907), p. 4.

3.4 - A (NÃO) COMERCIALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL

Numa atenta e cuidada análise feita à inexplicável e incompreensível ausência de alunos quer nas escolas particulares da Associação Comercial, Ateneu Comercial do Porto ou outros agrupamentos comerciais, como a União dos Empregados de Comércio do Porto,³⁵⁹ é possível encontrar explicações que fundamentam o manifesto desagrado que os corpos dirigentes quer do Ateneu quer da ACP patentearam face à atitude displicente com que os seus associados pouco aderiam às iniciativas tendentes ao melhoramento intelectual da classe.

"A resposta é relativamente simples, pelo menos a acreditar no que é dito pelos responsáveis associativos, seja do Ateneu, seja da Associação Comercial do Porto. Basicamente verificar-se-ia a conjugação de duas grandes ordens de factores: por um lado, a impossibilidade de traduzir a frequência de um tal tipo de ensino numa saída profissional claramente definida e bem assegurada à partida, capaz de justificar a realização dos múltiplos sacrifícios inerentes ao estudo; por outro, a resistência activa e tenaz que os próprios comerciantes já estabelecidos – aqueles que ao fim de contas dispunham de meios para eventual financiamento desse projecto – opunham à frequência desses cursos por parte dos seus funcionários, eliminando por essa forma precisamente a maioria dos potenciais candidatos."

E continuando,

"Quer isto dizer que a visão *progressista* que informava os arautos e defensores da ascensão – e modernização – social através da educação (do *derramar da instrução ou das luzes*), seja dos que o faziam a título privado, seja dos que a procuravam implementar a partir do Estado, não tinha uma real contrapartida, seja por parte daqueles que se sentiam eventualmente ameaçados por essa transformação (os *negociantes estabelecidos* que, se reconhecessem a escola, poderiam perder uma parte significativa do ascendente e da capacidade de controle que até então detinham sobre os *caixeiros* e o seu processo de aprendizagem e ascensão sócio-económica), seja inclusivamente por parte dos que supostamente mais beneficiariam com ela. De facto, segundo os dados patentes nos relatórios do Ateneu e da associação Comercial do Porto, parece claro que a Escola viria desempenhar um papel potencialmente perturbador dos mecanismos de reprodução social através dos quais os negociantes eram *produzidos*: reconhecer que a Escola pudesse *criar* homens de negócios correspondia a desvalorizar o processo de aprendizagem tradicional, desvalorizando concomitantemente as bases da autoridade (e do prestígio) dos comerciantes formados pela actividade *prática*."³⁶⁰

Confirma-se assim o diagnóstico que antes julgamos antever.

³⁵⁶ *A Luz do Commercio*, Ano IV, (3 Dez. 1905), p. 4.

³⁵⁷ 18 de Setembro de 1906.

³⁵⁸ 3 de Dezembro de 1907.

³⁵⁹ *Instrução e Ensino - O Caixeiro do Norte*. Ano 3º, n.º130, (13 Nov. 1909). p. 1.

³⁶⁰ ALMODÓVAR, António; BRANDÃO, Maria de Fátima – *O Ateneu e a economia política nos finais do século XIX. Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. Op. Cit. pp. 30-31.

Trabalhando mal, barato e para um mercado pouco exigente, a sociedade Oitocentista criou o mito português do antagonismo entre a força física e a capacidade mental, entre o trabalho braçal e o trabalho à secretária ou, em última instância o dito de que *“cada um é para o que nasce.”*³⁶¹ Assim, se da parte dos potenciais alunos ainda convergia a ideia e o preconceito de que *“ou se nascia comerciante, ou nunca o ensino seria capaz de fazer um comerciante (...) e assim, considerava-se o ensino comercial um luxo inútil”*³⁶² ou porque *“o sonho do português, que cursa as escolas é a conquista do diploma, para o assalto ao emprego público”*³⁶³ desinteressando-se de outras formações, do lado dos empregadores ou já estabelecidos, encontrámos uma nova realidade de resistência e relutância adjacente à integração de práticas, saberes e técnicas comerciais que alteraria, por certo, teias e cadeias há muito existentes na organização tradicional do comércio, *“apoiada que estava numa complexa relação entre o negociante estabelecido e o caixeiro.”*³⁶⁴

Admitir e permitir, no âmbito da esfera pública, que *“o primeiro pudesse aceitar a perda de autoridade que a emergência de uma outra forma de acesso à profissão representava: aceitar a Escola, aceitar que um curso teórico pudesse criar negociantes, significava muito claramente uma perda do seu ascendente sobre os aprendizes.”*³⁶⁵ Arriscámo-nos a dizer que a razão do insucesso de iniciativas por parte das instituições privadas de cariz comercial residiu não na forma – mais formal ou menos formal – e bem intencionada de garantir melhor e mais instrução comercial, mas sim no conteúdo ou conteúdos que por se tratar de saberes que para serem consequentes em termos de aplicação prática, iriam necessariamente alterar as relações de força tradicionais. É neste sentido que António Almodôvar e Maria de Fátima Brandão vêm a participação do Estado como único agente neutral, regulador e isento capaz de – na forma e no conteúdo – lançar a primeira pedra no charco dos saberes contabilisticamente correctos.

“Assim se poderá compreender que os esforços para implantar esses saberes tivessem que passar pelo próprio Estado, vendo-se este verdadeiramente compelido a criar os empregos em que tais saberes poderiam ser obrigatoriamente requeridos, valorizados – e efectivamente utilizados. De facto, face à resistência oferecida pela iniciativa privada, para quem a própria admissão dos novos funcionários corresponderia a uma aceitação implícita da *mais-valia* escolar, houve que promover o seu emprego inicial a nível da administração pública, forçando de forma lenta e gradual a sua posterior transferência para o sector privado: a este nível é o exemplar caso dos *contabilistas*.”³⁶⁶

³⁶¹ GUIMARÃES, Gonçalves – *Op. Cit.* p. 105.

³⁶² ALMODÔVAR, António; BRANDÃO, Maria de Fátima – *Op. Cit.* p. 32

³⁶³ *Idem. Ibidem.*

³⁶⁴ *Idem. Ibidem.* p. 33.

³⁶⁵ *Idem. Ibidem.*

³⁶⁶ *Idem. Ibidem.*

A prática da instrução comercial não formal não esteve contudo limitada às Associações ou às Sociedades de instrução. Casos houve de futuros professores que, enquanto estudantes, procuraram difundir a teoria e a prática da ciência comercial. É o caso, entre outros de Rodrigues de Freitas.

A este respeito fala-nos Alfredo Coelho de Magalhães no seu Relatório de 1945 ao referir-se ao ex-Director do Instituto Comercial do Porto, Alfredo Henrique da Silva.³⁶⁷

"Em 1894, quando ainda era estudante, fundou, com alguns colegas seus, uma associação destinada a criar aulas nocturnas, para analfabetos, onde, gratuitamente, ensinou a ler milhares de operários e empregados de comércio, e a realizar conferências de vulgarização científica."³⁶⁸

³⁶⁷ Igualmente antigo aluno do Curso Superior de Comércio do Instituto Industrial e Comercial do Porto, foi, durante mais de trinta anos, o presidente da associação Cristã da Mocidade. Cfr. MAGALHÃES, Alfredo Coelho de – *Relatório do Instituto Comercial do Porto (1933-1945): da actividade cultural e educativa do Instituto e da situação dos seus diplomados*. Porto: Imprensa Moderna, L.da, 1945. p. 150.

³⁶⁸ *Idem. Ibidem.* p. 153.

QUARTA PARTE

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL

1º CAPÍTULO

A DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS PELA LITERATURA CONTÁBIL

"A memória humana é fraca para guardar presentes em toda a sua nitidez e minuciosidade os factos ocorridos durante um período relativamente longo: se no modesto tracto domestico da dona da casa esqueceria algumas das variadas applicações que deu á somma recebida do marido para gastos semanaes, - como poderão os commerciantes lembrar-se das operações effectuadas, não n'um dia ou uma semana, porem durante um mez ou um anno?"¹

1.1 - PRIMÓRDIOS DA LITERATURA COMERCIAL

Nos últimos anos temos vindo a assistir a um aumentar de queixas, por parte de muitos investigadores, sobre o enorme vazio encontrado na falta de Literatura Contabilística durante o século XIX. Se na realidade ela não abundou, cremos no entanto acreditar que este avolumar de lamentações se deve, essencialmente à inexistência de estudos que possibilitem dar a conhecer quais os títulos publicados no Portugal Oitocentista. Recorrendo à análise dos dados extraídos no levantamento da bibliografia sobre a escrituração comercial e a prática contabilística, foi-nos possível recensear para o período entre 1504 e 1920, o número de 377 obras publicadas no território português, ou quando tal não acontecia, circulavam no nosso território.

Assim entendemos que o problema tem sido continuamente mal colocado, omitindo e desconhecendo muita bibliografia existente – mas sempre ignorada – levando, muitas vezes, a referenciar para as mesmas épocas, os mesmos autores e as mesmas obras, tidas como únicas e precursoras dos saberes e ensinamentos proclamados e apreendidos pelas gerações que lhes sucederam. Pura mentira. Os dados recolhidos não nos abandonam nesta afirmação e permitem tornar público, desde já, a existência de livros escritos com a preocupação de ensinar a escrituração

¹ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Elementos de escripturação mercantil*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1882. pp.1-2.

comercial através das partidas dobradas e relacionados com matérias da contabilidade.

Podemos pois afirmar que a literatura contabilística publicada em Portugal durante os séculos XVIII e XIX, não tem merecido a atenção por parte de muitos investigadores, nomeadamente os mais relacionados com a ciência contabilística. Recentemente, talvez estimulados pelo crescente e saudável interesse pela História da Contabilidade em Portugal, inúmeros artigos e estudos publicados procuram, sem uma aparente explicação e enquadramento histórico, rotular, quantas vezes com uma certeza profética, o livro mais antigo publicado em Portugal ou escrito em idioma português. Tal interesse encontramos em António Campos Pires Caiado ou em António Lopes de Sá. O primeiro, ao debruçar-se sobre a Vida e Obra de Cabral de Mendonça e igualmente preocupado pela ausência de estudos sobre a literatura contabilística, lamenta que o *“Tratado sobre as Partidas Dobradas”* de autor anónimo e impressa em Turim no ano de 1764, não tenha sido secundada por outras publicações nas décadas seguintes.² Lopes de Sá, datando para o século XVIII as primeiras publicações surgidas em Portugal, admite as imprecisões sobre a temática advertindo que *“tais identificações de datas poderão ser alteradas por novas pesquisas, mas, até agora, é o que se conhece.”*³

No entanto e embora Lopes de Sá indique Dublin como local de edição, parece que ambos, supondo falarem do mesmo livro, de autoria anónima, defendem o ano de 1764 como o início das publicações de literatura contábil em língua portuguesa. Ainda para o século XVIII, o autor da *História Geral das Doutrinas da Contabilidade*, identifica para 1771 e reimpressão em 1779, o livro de João Baptista Bonavie, sob o título *“Mercador exacto nos seus livros de contas, ou método fácil para qualquer mercador, e outros arrumarem as suas contas com a clareza necessária, com o seu Diário, pelos princípios das partidas dobradas.”*⁴ E para o resto do século XVIII, nem António Caiado nem Lopes de Sá referem outras obras. Já para as primeiras duas décadas do século XIX, Lopes de Sá referencia o aparecimento em 1803 da obra de Manuel Luiz da Veiga, intitulada *“Novo Método de partidas dobradas”*⁵ reeditado em 1817 e em 1816-1818, como também lembrava António Caiado, os três volumes do *“Guarda Livros Moderno”* da autoria de Cabral de Mendonça.⁶ Perante tal convencimento da inexistência de mais livros publicados e relacionados com as matérias da escrituração comercial e da literatura contábil,

² CAIADO, António Campos Pires – A Vida e Obra de Cabral de Mendonça. VII Jornadas de Contabilidade e Auditoria. Coimbra: ISCAC, 1998. p. 133.

³ SÁ, António Lopes de – Raízes da Literatura Contábil em idioma português. *Boletim Informativo da Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior*, n.º 8 (Out./Dez 2000), p. 5.

⁴ *Idem. Ibidem.*

⁵ *Idem. Ibidem.*

encontramos para os séculos XVI a XIX referências bibliográficas que atestam a existência e circulação no mercado português de várias obras sobre a temática. Destacamos, em quadros separados a referida relação de obras que, directa ou indirectamente, abordando assuntos sobre a actividade do comércio e a instrução comercial, mereceram igualmente a atenção dos seus autores (Quadros nº15 e nº16).

Quadro nº 15 – Relação de Títulos de Literatura Contábil (Sécs. XVI–XVIII)

Autor	Título da obra	Ano
Valentim Fernandes	<i>Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares deste reino</i>	1504
Francisco M. Silveira	<i>Livro Razão relativo aos negócios do capitão Francisco Machado da Silveira</i>	1684
António C. Guerreiro	<i>O Livro de Razão</i>	1698
	<i>Regimento das contas do Reino, e casa</i>	1708
Nicolas Gaspar	<i>Tratado e arte de Arithmética para fazer um perfeito caixeiro.</i>	1716
Alberto J. de Sales	<i>Dicionário do comércio</i>	1723
Francisco José Freire	<i>O Secretário português</i>	1746
João António Garrido	<i>Tabuada curiosa, novamente reformada e aumentada, em que se trata de todas as regras gerais, e regra de conta, que deve saber um bom contador para o trato, e comércio deste reino, e de todo o Mundo, com outras curiosas, e utilíssimas notícias, que vão no fim, fundadas sobre os números de conta</i>	1747
	<i>Tabuada curiosa, novamente reformada e aumentada, em que se trata de todas as regras gerais, e regra de conta, que deve saber um bom contador para o trato, e comércio deste reino, e de todo o Mundo, com outras curiosas, e utilíssimas notícias, que vão no fim, fundadas sobre os números de conta</i>	1759
Joseph M. de Oliveira	<i>Perfeito contador, aritmético português</i>	1754
	<i>Regimento de coisas comuns, e gerais aos oficiais dos armazéns</i>	1756
João Baptista Bonavie	<i>Mercador exacto no seus livros de contas, ou método fácil para qualquer mercador, e outros arrumarem as suas contas com a clareza necessária, com o seu Diário, pelos princípios das partidas dobradas, segundo a determinação de Sua Magestade</i>	1758
	<i>Mercador exacto no seus livros de contas, ou método fácil para qualquer mercador, e outros arrumarem as suas contas com a clareza necessária, com o seu Diário, pelos princípios das partidas dobradas,... de Sua Magestade,</i>	1779
	<i>Regimento da forma porque se há-de fazer a receita, e despesa</i>	1759
José Meregelo de Oslan (Pseudónimo)	<i>Arte verdadeira para homens de negócio, mercadores, artífices, taberneiros e para toda a qualidade de pessoas que tratão e contratão...</i>	1759
João Henriques de Sousa	<i>Prática do comércio ou lições da Aula do Comércio que principiou em 1-9-1759 discutidas pelo lente João Henrique de Sousa.</i>	1759
	<i>Arte da escritura dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa... para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765.</i>	1765
António Soares Vieira	<i>Luz universal da aritmética, em que se mostra seu primeiro fundamento... para uso do comerciante, e matemático, piloto, e engenheiro...</i>	1763
	<i>Tratado sobre as partidas dobradas – 1ª edição</i>	1764
Maria B. Jesus	<i>Arte e Dicionário do Commercio, e Economia Portuguesa, para que todos negoceem, e governem os seus bens por calculo, e não por conjectura</i>	1784
António Jacinto Araújo	<i>Aritmética prática, e especulativa, oferecida ao sereníssimo Príncipe do Brasil, Nosso Senhor, para uso dos principiantes, que pretenderem as Aulas de Matemáticas, e Comércio. Tomo I</i>	1788
José M. Antas Pereira	<i>Curso de estudos para uso do comércio e da fazenda</i>	1789
	<i>Tratado sobre as partidas dobradas, por meio do qual pode, aprender a arrumar as contas nos livros, e conhecer delas, todos os curiosos impossibilitados de cultivar as aulas desta importantíssima ciência.</i>	1792
	<i>Dicionário Universal das moedas assim metálicas como fictícias, imaginárias, ou de conta, e das de frutos, conchas etc</i>	1793
José J. Cunha Azeredo Coutinho	<i>Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias</i>	1794
De Matthieu La Porte	<i>Guia de negociantes, e de guarda-livros, um novo tratado sobre os livros de contas em partidas dobradas</i>	1794
José Joaquim da Silva Peres de Milão	<i>Guia de negociantes, e de guarda-livros</i>	1794

Efectuado que foi um exaustivo levantamento bibliográfico sobre o que em língua portuguesa fora publicado (dentro e fora de Portugal) para os períodos de 1504

⁶ CAIADO, António Campos Pires – A Vida e Obra de Cabral de Mendonça. Op. Cit. p. 133.

a 1920, registamos 377 obras. Na segunda metade do séc. XIX e princípios do século seguinte abunda maior caudal de publicações (Quadro nº17 e Gráfico nº) que se justifica com a institucionalização do ensino comercial.

Quadro nº 16 – Relação de Títulos de Literatura Contábil (Séc. XIX)

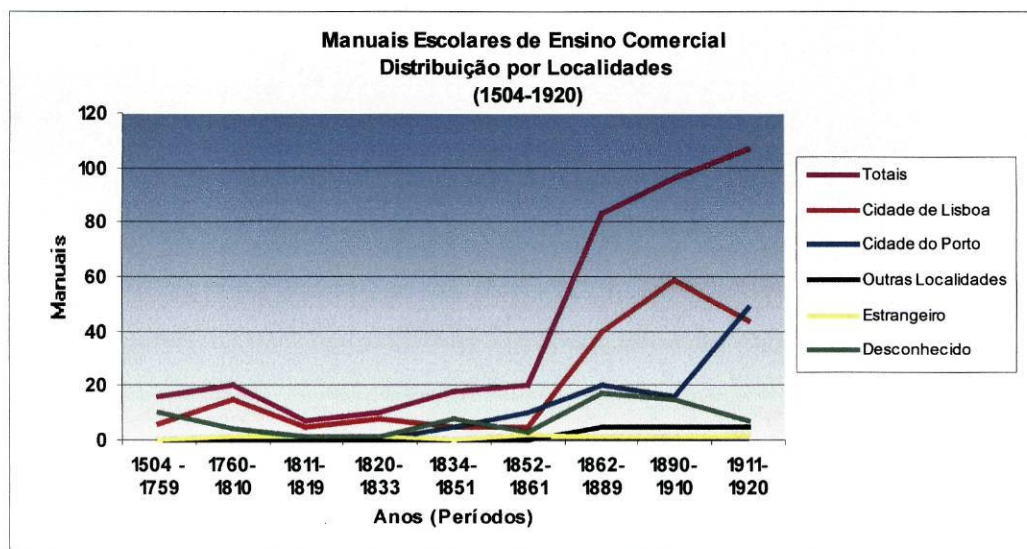
Autor	Título da obra	Ano
	<i>Arte Comercial e Escrituração Mercantil</i>	18..
José Gonçalves Ramiro	<i>Ilustrações preliminares sobre o balanço geral do negócio com as formalidades dos livros auxiliares, e gerais</i>	1800
	<i>Ilustrações preliminares sobre o balanço geral do negócio com as formalidades dos livros auxiliares, e gerais – 2ª edição</i>	1803
Manuel Luís da Veiga	<i>Escola mercantil sobre o comércio assim antigo como moderno, entre as nações comerciantes dos velhos continentes</i>	1803
	<i>Novo método das partidas dobradas, para o uso daqueles que não tiverem frequentado a Aula do Comércio</i>	1803
	<i>Escola mercantil sobre o comércio assim antigo como moderno, entre as nações comerciantes dos velhos continentes</i>	1817
	<i>Novo método das partidas dobradas, para uso daqueles que não tiverem frequentado a Aula do Comércio – 2ª edição</i>	1817
Manuel Teixeira Cabral de Mendonça	<i>Guarda-Livros (O) moderno ou curso completo de instruções elementares sobre as operações do comércio, tanto em mercadorias como em banco, oferecido aos negociantes portugueses</i>	1815
Ricardo G. Rosado Nogueira Froes	<i>Suplemento extraordinário ao n.º 1 do negociante perfeito ou jornal do comércio, e de geografia: juros compostos</i>	1816
	<i>Manual dos negociantes ou método fácil de calcular o prémio nas letras de risco por meio de uma simples multiplicação</i>	1816
	<i>Tratado de câmbios: útil e necessário aos estudantes da Real Aula do Comércio</i>	1816
J. M. P. S.	<i>Postilla do comércio</i>	1817
D. L. C. Moura Reis	<i>Repertório comercial ou novo tratado das moedas efectivas, e conta, pesos e medidas, preço e curso de câmbios das 36 praças da Europa mais comerciantes. Encadernado na mesma obra vem a 2ª parte do repertório comercial em que se individuum as 24 praças que na 1ª foram em resumo: contendo agora as divisões de suas moedas de conta e cambio com a declaração de seus valores e equivalências em moeda portuguesa, esterlina e francesa</i>	1836
M. Edmond Degrange	<i>Método fácil de escriturar os livros por partidas simples e dobradas–1ª edição</i>	1837
	<i>Método fácil de escriturar os livros por partidas simples e dobradas–2ª edição</i>	1852
	<i>Método fácil de escriturar os livros por partidas simples e dobradas–3ª edição</i>	1856
	<i>Escrita sem letras ou novo sistema de escrita silábica</i>	1867
Agostinho Albano da Silveira Pinto	<i>Prelecções preliminares ao curso de economia política da Escola da Associação Comercial do Porto</i>	1837
João Francisco de Assis	<i>Sistema resumido e método fácil de aprender a escriturar livros por partidas simples e dobradas.</i>	1850
	<i>Sistema resumido ou método fácil para aprender a escriturar os livros</i>	1858
	<i>Sistema resumido e método fácil de aprender a escriturar livros por partidas simples e dobradas – 2ª edição</i>	1863
Bernardino José Alves Coelho Júnior	<i>Tabela das moedas portuguesas e estrangeiras, de ouro e prata, em circulação.</i>	1850
António C. Calder	<i>Manual do guarda livros ou novíssimo secretário, comercial português</i>	1853
	<i>Manual do Guarda-Livros</i>	1853
José Ferreira Borges	<i>Dicionário Jurídico-Comercial</i>	1856
	<i>Análise sobre a escrituração comercial</i>	1857
Charles Gouraud	<i>Ensaio sobre a liberdade do comércio das nações</i>	1859
D. B. J. F. Torneros	<i>Manual teórico e prático de taquigrafia portuguesa ou novo método para escrever neste idioma tão depressa como se fala, sem o auxílio de mestre</i>	1859
	<i>Arte de taquigrafia.</i>	1861
J. J. C.	<i>Escrituração completa dos livros Diário e Razão em partidas dobradas na conformidade da lei a que se refere o Código Comercial</i>	1862
	<i>Guarda-Livros (O) portuense em partidas dobradas</i>	1871
Visc. De Figueiredo	<i>Vigésimo oitavo ano da existência do Banco Comercial do Porto</i>	1864
	<i>Manual do aprendiz de comércio</i>	1865
Francisco X. Calheiros	<i>Escrita sem letras ou novo sistema de escrita silábica</i>	1866
José Maria de Almeida Outeiro	<i>Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas em matéria de mercadorias. – 1ª edição</i>	1867
	<i>Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas – 2ª edição</i>	1869
	<i>Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas em matéria de mercadorias – 3ª edição</i>	1875
	<i>Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas em matéria de mercadorias – 4ª edição</i>	1895

G. P. De Sousa	<i>O Caixeiro comercial</i>	1868
	<i>Tratado de dinheiro de câmbio</i>	1870
A Belot	<i>Memórias d'um caixeiro ou um drama da vida comercial</i>	1871
António P. P. e Pona	<i>Arte de taquigrafia</i>	1876
Francisco José Monteiro	<i>Curso teórico e prático de escrituração mercantil por partidas dobradas mistas e simples. – 1ª edição</i>	1878
	<i>Curso teórico e prático de escrituração mercantil por partidas dobradas mistas e simples. – 2ª edição</i>	1889
José Joaquim Rodrigues de Freitas	<i>Elementos de escrituração mercantil</i>	1880
	<i>Elementos de escrituração mercantil. Edição acrescentada em harmonia com o programa oficial dos liceus.</i>	1882
Teotónio de Lima	<i>Novas tabelas de câmbios entre Inglaterra, Portugal e Brasil</i>	1882
Carlos Augusto dos Santos Afonso	<i>Carteira do comerciante, do industrial e do agricultor: tratado prático de contabilidade.</i>	1888
Bernardo P. R. Castro	<i>Tabela auxiliar comercial</i>	1896
Tomás A Navarrete Júnior	<i>O Tesouro comercial ou a instrução sem mestre e ao alcance de todas as inteligências</i>	1898
José da Silva Faria Júnior	<i>Sistema Conglobado Faria Júnior e sistema acomodado Faria Júnior: novo processo de escrituração comercial</i>	1899

Quadro nº 17 – Relação da Literatura Contábil por diferentes períodos (Distribuição por localidade de publicação)

Épocas	Período	Totais	Cidade de Lisboa	Cidade do Porto	Outras Localidades	Estrang.	Desconhec.
1504-1759	Antes da Criação da Aula do Comércio	16	6	0	0	0	10
1760-1810	Antes da dominação estrangeira	20	15	0	0	1	4
1811-1819	Dominação estrangeira	7	5	0	0	1	1
1820-1833	Lutas Liberais	10	8	0	0	1	1
1834-1851	Período Cartista e Setembrista	18	5	5	0	0	8
1852-1861	Regeneração	20	5	10	0	2	3
1862-1889	Reinado D. Luiz I	83	40	20	5	1	17
1890-1910	Crise e decadência da Monarquia	96	59	16	5	1	15
1911-1920	Implantação da República e Pós Guerra	107	44	49	5	2	7
TOTAL		377	187	100	15	9	66

Gráfico nº 3 – Manuais Escolares existentes por localidades de publicação



Ainda para o séc. XIX e relativamente à cidade do Porto (Quadro nº18) a Escola Prática Comercial Raúl Dória é responsável por significativo número de títulos. Se juntarmos às 30 obras assinadas por Raúl Dória, os 11 títulos de dois ex-

professores da referida Escola Prática – Raúl Barbosa Tamagnini e Humberto Beça – mais 5 títulos identificados como editados no referido estabelecimento de ensino, constatamos que para o período entre 1834 e 1920, o ensino comercial de Raúl Dória foi responsável por 46% das obras publicadas no Porto.

Nos inícios do século XX, a cidade de Lisboa, em relação à do Porto, regista um decréscimo de publicações (Gráfico nº 3 e Anexo A).

Quadro nº 18 – Obras de Literatura Contábil publicadas na cidade do Porto

Autores	1834-51	1852-61	1862-89	1890-10	1911-20	Total
D. L. C. Moura Reis	1					1
M. Edmond Degrange	1	2	1			4
Agostinho Albano da Silveira Pinto	1					1
João Francisco de Assis	1	1	1			3
Bernardino José Alves Coelho Júnior	1					1
António Caetano Calder		1				1
José Ferreira Borges		1				1
Charles Gouraud		1				1
D. B. J. F. Torneros		1				1
J. J. C.			2			2
Visconde de Figueiredo			1			1
Francisco Xavier Calheiros			1			1
José Maria de Almeida Outeiro			3	1		4
G. P. de Sousa			1			1
A Belot			1			1
António Pereira de Paiva e Pona			1			1
Francisco José Monteiro			2			2
José Joaquim Rodrigues de Freitas			2			2
Teotónio de Lima			1			1
Carlos Augusto dos Santos Afonso			1	1	1	3
Bernardo Pinto Ribeiro de Castro				1		1
Tomás A Navarrete Júnior				1		1
José da Silva Faria Júnior				1	1	2
Almeida Ribeiro				1		1
Raúl Dória				4	26	30
Adalberto Veiga				1		1
Elias Fernandes Pereira				1		1
F. R. Gomes				1		1
A P. Antelo Júnior				1		1
Raúl Tamagnini Barbosa					7	7
Antero Adriano					1	1
Humberto Beça					4	4
Bernardo Moreira de Sá					1	1
Alberto Bessa					1	1
Bernardino Vareta					1	1
José Vieira					1	1
Francisco Guimarães					1	1
Artur Malheiros					1	1
Escola Prática Raúl Dória				2	3	5
Anónimos		3	2			5
TOTAL	5	10	20	16	49	100

O ano de 1763 apresenta-nos a *Luz Universal da Arithmetica*, de António Soares Vieira, “para o uso do Commerciante, e Mathematico, Piloto, e Engenheiro, e para todos os que de qualquer modo tratão a vida humana.”⁷ Não sendo um manual directamente de apoio ao comércio e às operações da escrita comercial, apresenta – ao longo dos seus IX Livros – “com tanta clareza, e com tanta conformidade às regras da *Arithmetica*,... e porque aqui se achará com facilidade... o que basta para se saber usar com perfeição das regras de huma Arte tão necessaria.”⁸

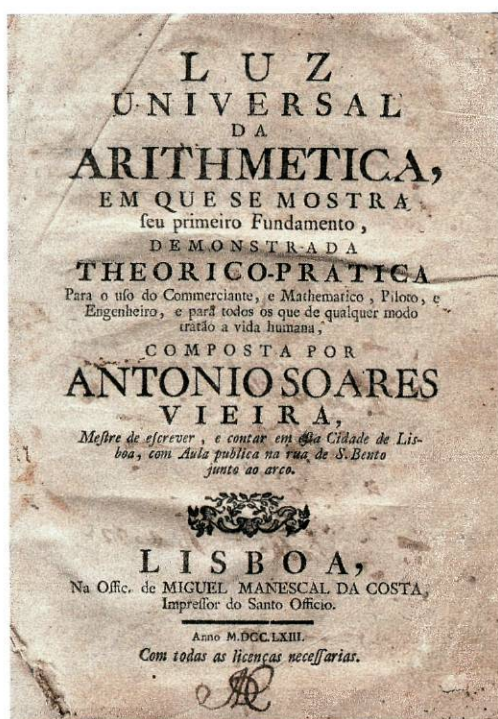


Fig. 19 – Luz Universal da Arithmetica

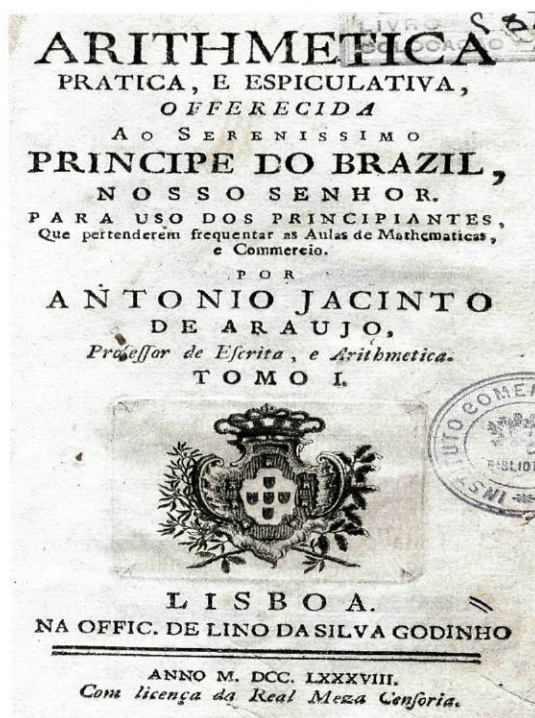


Fig. 20 – Arithmetica Pratica

Em 1788, António Jacinto de Araújo lança em Lisboa, na Officina de Lino da Silva Godinho, com a licença da Real Meza Censoria, o Tomo I da *Arithmetica Pratica*, e *Espiculativa* [oferecida ao Serenissimo Principe do Brazil] para uso dos principiantes, que pertenderem frequentar as Aulas de Mathematicas, e Commercio. Nos Capítulos II e XVIII e “para que melhor se applicuem todas as operações do *Calculo Mercantil no Reino de Portugal, e ainda em seus Dominios*”⁹ o autor apresenta as noções elementares para as operações básicas dos comerciantes.

⁷ VIEIRA, Antonio Soares – *Luz Universal da Arithmetica, em que se mostra seu primeiro fundamento, demonstrada theorico-pratica para o uso do Commerciante, e Mathematico, Piloto, e Engenheiro, e para todos os que de qualquer modo tratão a vida humana*. Lisboa: Na Offic. de Miguel Manescal da Costa, 1763. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁸ *Idem. Ibidem*. Folha iii.

⁹ *Idem. Ibidem*. p. 15.

Aliás, toda a obra, surpreendentemente bem apresentada e explicativa, teria sido à época, importante manual de apoio não só para os principiante das Aulas de Comércio e Matemática, como também de outras áreas do saber.

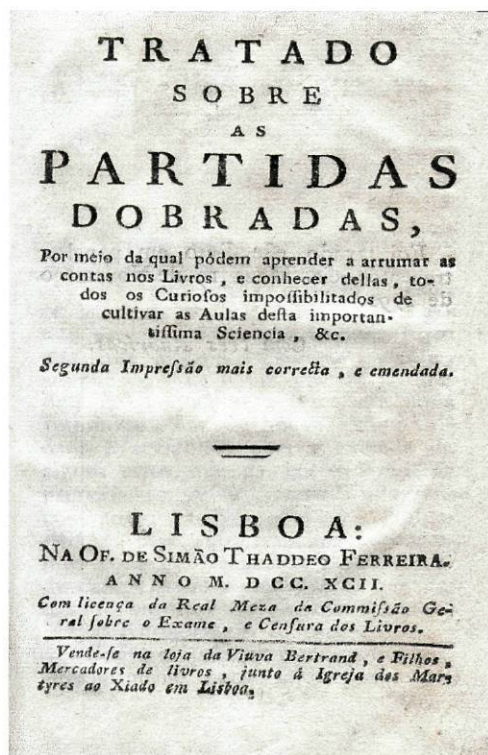


Fig. 21 – Tratado sobre as Partidas Dobradas

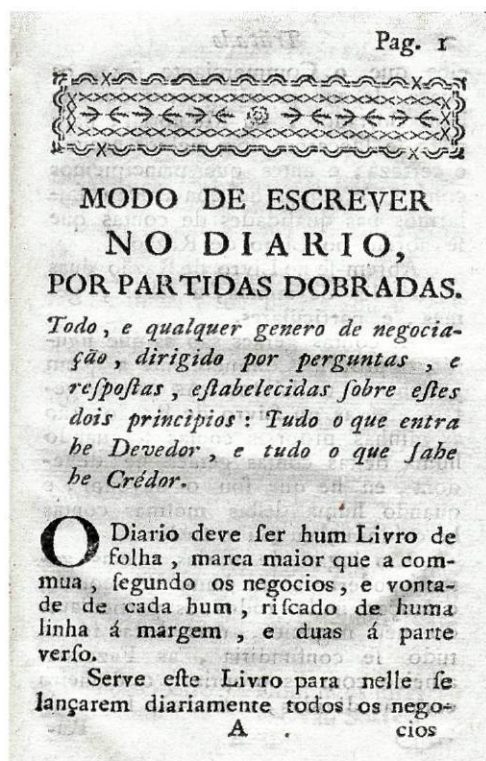


Fig. 22 – Primeira página do Tratado

Quatro anos depois, em 1792, a segunda impressão mais correcta e emendada do *Tratado sobre as Partidas Dobradas*, por meio da qual podem aprender a arrumar as contas nos Livros, e conhecer dellas, todos os Curiosos impossibilitados de cultivar as Aulas desta importantíssima Sciencia, &c, embora a menos de metade do preço da Arithmetica de António Jacinto de Araújo,¹⁰ é, quanto a nós, a mais antiga obra escrita em idioma português e com a preocupação de introduzir em Portugal o método das Partidas Dobradas. Impresso em Lisboa na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, com a licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, vendia-se na loja da viúva Bertrand, e Filhos, junto à Igreja dos Mártires. De autoria anónima, é de crer que a presente segunda impressão – primeira em Portugal – surgiu, tal como é referido no Aviso dos Editores com que abre a obra, pela “grande aceitação que teve este *Tratado das Partidas Dobradas*, impresso pela primeira vez em Turim, no anno de 1764.”¹¹

¹⁰ Este taxado em 750 réis em 18 de Agosto de 1788 e o outro em 300 réis a 19 de Novembro de 1792 [ambos pela Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros?].

¹¹ *Tratado sobre as Partidas Dobradas*, por meio da qual podem aprender a arrumar as contas nos Livros, e conhecer dellas, todos os Curiosos impossibilitados de cultivar as Aulas desta importantíssima Sciencia, &c. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1792. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

Outra preocupação que presidiu igualmente à sua *reimpressão* deve-se, adivinhando a sua grande procura face à escassez de bibliografia sobre escrituração mercantil, ao facto de ter sido, dentro do seu género, “*o mais elementar, e mais claro que tem apparecido até o presente.*”¹² Na realidade, este Tratado sobre Partidas Dobradas surge-nos como um verdadeiro auxiliar a todos quantos se iniciam na prática da escrituração mercantil e comercial. Simulando as mais diversas operações mercantis e instruindo sobre o correcto preenchimento, página a página do *Deve e Haver*, através de perguntas e respostas que mais suscitaria as dúvidas dos Caixeiros e Guarda-Livros, encaminha o leitor ao longo de duas centenas de páginas, para as diferentes explicações ao mercador sobre “*a arrumação das suas contas*”,¹³ os livros que deverá ter bem escriturados e a forma correcta e precisa de os copiar, trincar e fechar. Ainda para o mesmo ano de 1792, o *Calculo dos Cambios de Portugal com varias Praças Estrangeiras* impresso em Lisboa na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, dirigido aos comerciantes, não deixa de ser uma excelente “*obra unicamente destinada a facilitar as operações de hum ramo de Commercio*”¹⁴ explicando, exemplo a exemplo, as diferentes operações cambiais. Aliás, os finais do séc. XVIII e inícios do século seguinte guarda-nos algumas publicações destinadas à temática das moedas, do dinheiro e das operações cambiais para melhor elucidação dos pertencentes à classe mercantil. É o caso do 2º Tomo de *Exercício mercantil, que trata do valor das moedas, das medições, e do uso das decimaes, etc.*,¹⁵ e do *Compendio de Arithmetica para uso das Escollas com hum mappa explicativo de todas as moedas correntes de Portugal, e do seu valor respectivo*,¹⁶ ambos publicados no ano de 1802, juntamente com o *Diccionario das moedas, que facilita o conhecimento e valor de todas as dos Paizes Estrangeiros comparadas com as de Portugal*¹⁷ publicado no ano seguinte.

Regressando às Partidas Dobradas, o ano de 1802 dá a conhecer o *Balanço geral do negocio com a formalidade dos livros auxiliares e geraes. Obra indispensavel a todas as pessoas que se destinao ao Comercio*¹⁸ e a 2ª edição do *Guia de Negociantes, e de Guarda livros*.¹⁹

¹² *Idem. Ibidem.*

¹³ *Idem. Ibidem.* p. 66.

¹⁴ Vale – *Calculo dos Cambios de Portugal com varias Praças Estrangeiras*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1792. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

¹⁵ Cfr. BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*. Tome second. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. p. ccxlviii.

¹⁶ *Idem. Ibidem.* p. cclj.

¹⁷ *Idem. Ibidem.* p. cclij.

¹⁸ *Idem. Ibidem.* p. ccxlvij.

¹⁹ *Idem. Ibidem.* p. ccxlix.

No ano seguinte, o *Tratado de Seguros necesarios a todos os negociantes*²⁰ e o 1º volume do *Novo methodo das partidas dobradas ornado com varias estampas, em que se mostra a arrumação dos differentes negocios commerciaes, e se dao exemplares de todas as contas e livros de que hum Negociante se pode servir no seu escriptorio*²¹ juntam-se a *Novo Methodo das partidas Dobradas, para o uso daquelles que não tiverem frequentado a Aula do Commercio*.²² Publicada em Lisboa, no ano de 1803,²³ Manoel Luis da Veiga pretende com o seu *Novo Methodo* “seguir hum novo caminho, mais curto, e abbreviado”²⁴ pois as obras já publicada por outros autores “nellas se encontram mil repetições, e discursos confusos, que não servem senão de encher grossos volumes.”²⁵



Fig. 23 – *O Guarda-Livros Moderno* de Manoel Teixeira Cabral de Mendonça

No ano de 1815 é de referenciar a importante e excelente obra de Manoel Teixeira Cabral de Mendonça. *O Guarda-Livros Moderno* ou, como o próprio autor refere, *Curso Completo de Instrucções Elementares sobre as operações do commercio, tanto em mercadorias como em banco, offerecido aos negociantes portuguezes*, constitui um verdadeiro tratado sobre matéria comercial.

²⁰ *Idem. Ibidem.* p. cclij.

²¹ *Idem. Ibidem.*

²² VEIGA, Manoel Luis da – *Novo methodo das partidas dobradas, para uso daquelles que não tiverem frequentado a Aula do Commercio*. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1803. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

²³ A 2ª edição foi publicada em 1817. Cfr. OUTEIRO, José Maria d'Almeida – *Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas em materia de mercadorias*. 2ª edição revista e aumentada. Porto: Typographia Lusitana, 1869. p. 23.

²⁴ VEIGA, Manoel Luis da – *Op. Cit.* p. V.

²⁵ *Idem. Ibidem.*

Antigo aluno da Aula de Comércio²⁶ e beneficiando a sua publicação do Privilégio do monarca, é apresentada esta obra em dois tomos, o primeiro – saído provavelmente em 1815²⁷ – estende-se por dois volumes com a seguinte matéria:

“O Primeiro contém em resumo a Historia do Commercio em geral, huma demonstração clara, e breve da utilidade que resulta á Mocidade do estudo da Geographia, a prática dos Seguros, Letras de Cambio, Avarias, Cambios, reducção das Moedas, Pezos e Medidas Estrangeiras ás de Portugal, a Regra conjuncta, e finalmente tudo quanto diz respeito aos oito Ramos geraes, em que o Commercio se divide.

O Segundo trata do methodo de escripturar Livros do negocio por Partidas Dobradas, segundo o estylo mais moderno, e usado nos principaes Escriptorios mercantis da Europa.”²⁸

O segundo Tomo é dedicado às partidas Dobradas.

Em 1817, a *Postilla do Commercio* da autoria de J.M.P. e S.. Alguma curiosidade apresenta o destaque do local da sua edição: Paris. À venda na cidade do Porto, na rua da Calçada dos Clérigos, n.º4, a sua existência tem passado despercebida entre muitos autores comerciais que raramente o referenciam. É no entanto, uma importante obra que se estende por seis centenas de páginas enquadradas em XXI Lições. *Postilla do Commercio “Trata da sua origem, e das epocas em que se foi adiantando, e por quaes Nações; e destas suas Leis sobre o mesmo. Ensina os meios que deve seguir o aprendiz para vir a ser bom caixeiro, e passar a commerciante sabio. Nomêa as moédas de todas as Nações, e o seu par com as de Portugal; o mesmo dos pêsos, e medidas reduzidos aos Portuguezes. Explica os Cambios, protestos, etc. Tirada dos mais exactos Autores.”*²⁹

Em 1853, a cidade do Porto através de António Caetano Calder, publica o *Manual do Guarda Livros ou Novissimo Secretario, Commercial Portuguez* que o autor, no seu Prólogo, reconhece ser importante pela falta, quase geral, de livros de instrução comercial e que a “*negligencia dos que tem até hoje dirigido os destinos de Portugal, que parecem apostados em conservar todas as classes na mais crassa ignorancia*”³⁰ muito tem contribuído para o grande vazio de livros comerciais. Não apresentando grandes novidades em relação a outras obras entretanto publicadas, o seu conteúdo integra-se dentro da matriz de preocupações correspondentes às necessidades de muitas casas comerciais, ainda bastante fora do circuito da desejável e perfeita arrumação dos livros necessários à ca(u)sa comercial.

²⁶ CAIADO, António Campos Pires – *A Vida e obra de Cabral de Mendonça*. Op. Cit. p. 133.

²⁷ Cfr. Privilégio do Rei D. João de 1 de Fevereiro de 1817 a Manoel Teixeira de Cabral Mendonça.

²⁸ MENDONÇA, Manoel Teixeira Cabral de – *O Guarda-livros moderno*. Tomo Primeiro. 2ª edição. Lisboa: Na Impressão Régia, 1823. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

²⁹ J. M. P. e S. – *Postilla do Commercio*. Paris: Na Officina Typographica de Firmin Didot, 1817. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

³⁰ CALDER, Antonio Caetano - *Manual do Guarda Livros ou Novissimo Secretario, Commercial Portuguez*. Porto: Typographia Constitucional, 1853. p. 5. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

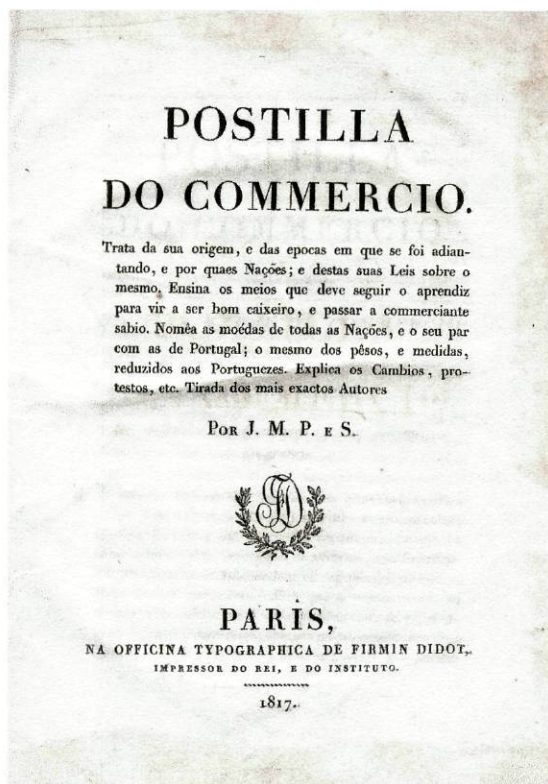


Fig. 24 – Postilla do Commercio

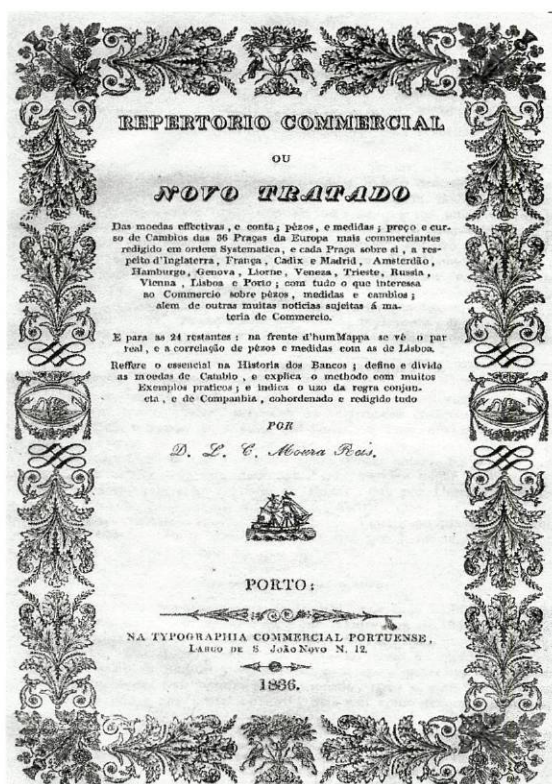


Fig. 25 – Repertorio Commercial

Ainda para a segunda metade da mesma década (1857) a mesma cidade publica *Analyse sobre a Escripção Commercial* baseando-se nos princípios simplificados de Edmond Desgranges.³¹ Em 1860, o *Tratado de Contabilidade Civil e Escripção Mercantil*, composto por um professor do Liceu Nacional do Porto que dedicando-o “á juventude estudiosa” e sendo lido por eles, “poupará o trabalho de lêr muitos outros livros”³² pois, em matéria de Escripção Mercantil “não tendes necessidade d’outro livro.”³³

Dois anos depois, no ano de 1862, J. J. C. em obra “*offerecida ao Illmº e Exmº Snr. Conde de Ferreira*” faz circular na cidade do Porto *Escripção Completa dos Livros Diario e Razão em Partidas Dobradas: na conformidade da Lei a que se refere o Codigo Commercial*.³⁴ O mesmo autor em 1866, publica, igualmente na cidade do Porto, *Escripção Commercial por Partidas Simples e Dobradas*.

³¹ *Analyse sobre a Escripção Commercial*. Porto: Typographia de Francisco Gomes da Fonseca, 1857. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

³² *Tratado de contabilidade civil e escripturação mercantil*. Porto: Na Typographia de Sebastião José Pereira, 1860. p.V. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

³³ *Idem*. *Ibidem*. p.VI.

³⁴ G. G. C. – *Escripção completa dos livros Diario e Razão em Partidas Dobradas: na conformidade da lei a que se refere o Codigo Commercial*. Porto: Typ. de Manoel Jose Pereira, 1862. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

Como o próprio diz, fá-lo por “conhecendo a necessidade que havia de um modelo de escripturação commercial por partidas simples e dobradas, ao alcance de todas as intelligencias, principalmente n’aquellas casas commerciaes que teem caixeiros inexperientes, não sabendo como escripturar e modelar os livros, em conformidade com a lei.”³⁵

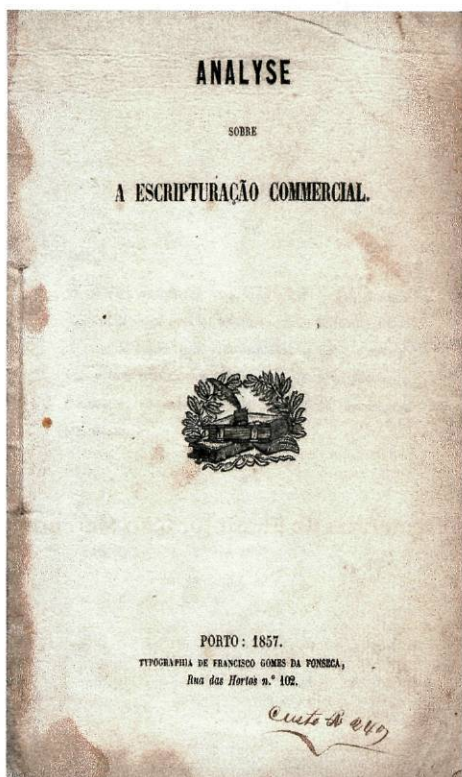


Fig. 26 – Analyse sobre a Escripção Commercial



Fig. 27 – Escripção Completa dos Livros



Fig. 28 – Escripção Commercial por Partidas Simples e Dobradas

No ano anterior, em 1865, *Manual do Aprendiz de Commercio*, da mesma autoria do *Tratado de Contabilidade Civil e Escripção Mercantil* (1860) que, tal como já fizera em 1860, retratando-se com banhos de *presunção* e *água benta*, lá vai adiantando na sua humilde e modesta vaidade, que tendo tido conhecimento que se vai organizar um curso de instrução commercial habilitando para os empregos nas Alfândegas, e para o exercício das funções Consulares nos portos estrangeiros, agora, o seu *Manual de Aprendiz de Commercio* também “póde servir ao ensino publico, ainda que ella não é senão um *thema das materias que devem ser professadas em uma aula de commercio...*”³⁶

³⁵ J. J. C. – *Escripção commercial por partidas simples e dobradas: na conformidade da lei a que se refere o Codigo Commercial*. Terceira edição mais correcta e mui acrescentada. Porto: Na Typographia de Manoel José Pereira-Editor, 1866. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

³⁶ *Manual de aprendiz de commercio*. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1865. p. IV. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

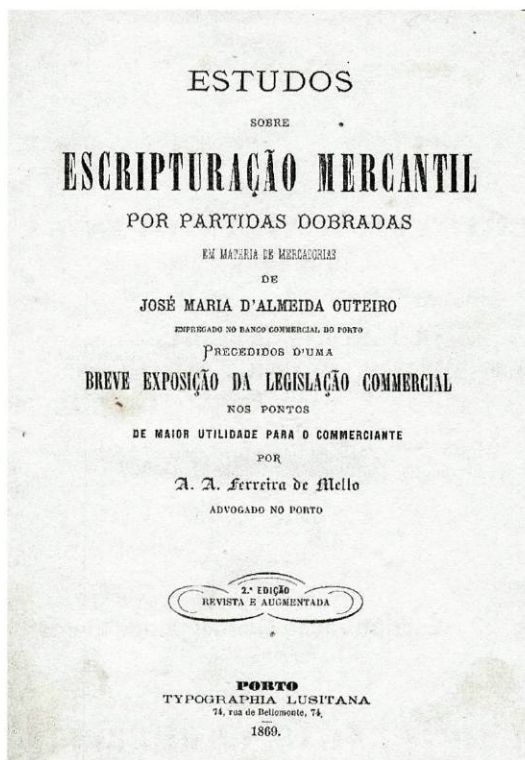


Fig. 29 – Estudos sobre Escripção Mercantil

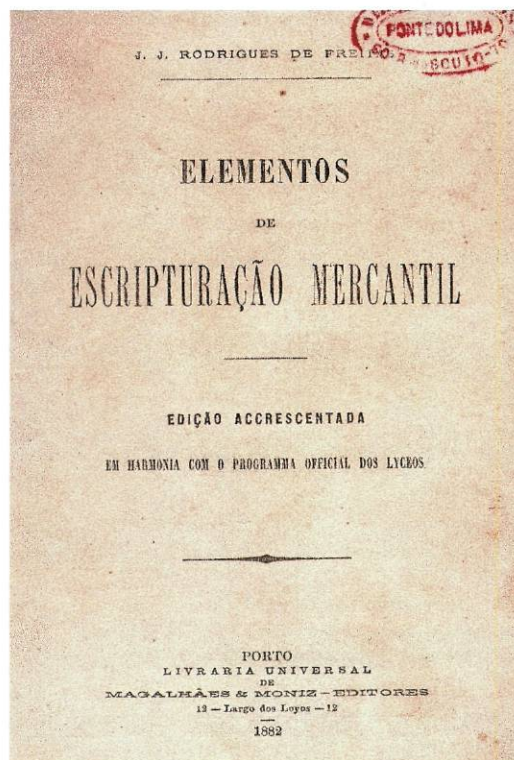


Fig. 30 – Elementos de Escripção Mercantil

José Maria d'Almeida Outeiro apercebendo-se que “*não são muitos os livros que em portuguez tractem desta materia, entendi que, com a publicação d'este, utilisariam algumas pessoas, não fossem senão aquellas menos versadas neste importante ramo da sciencia commercial*” justificava estava a publicação no Porto de Estudos sobre Escripção Mercantil por Partidas Dobradas tal como veio a acontecer com a 1ª edição em 1866 e a 2ª em 1869.³⁷ No início da década de 70, em 1871 *O Guarda-Livros Portuense em Partidas Dobradas* escrito por J. J. C. – supostamente o mesmo autor que em 1862 e 1866 com as mesmas siglas assinara *Escripção Completa dos Livros Diario e Razão em Partidas Dobradas* e *Escripção Commercial por Partidas Simples e Dobradas* – vem igualmente instalar-se no mercado da invicta.³⁸

³⁷ OUTEIRO, José Maria d'Almeida – *Estudos sobre escripturação mercantil por partidas dobradas em materia de mercadorias*. 2ª edição revista e aumentada. Porto: Typographia Lusitana, 1869. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

³⁸ J. J. C. – *O Guarda-livros portuense em partidas dobradas: escripturação no estylo moderno*. Porto: Imprensa da Livraria Nacional, 1871. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

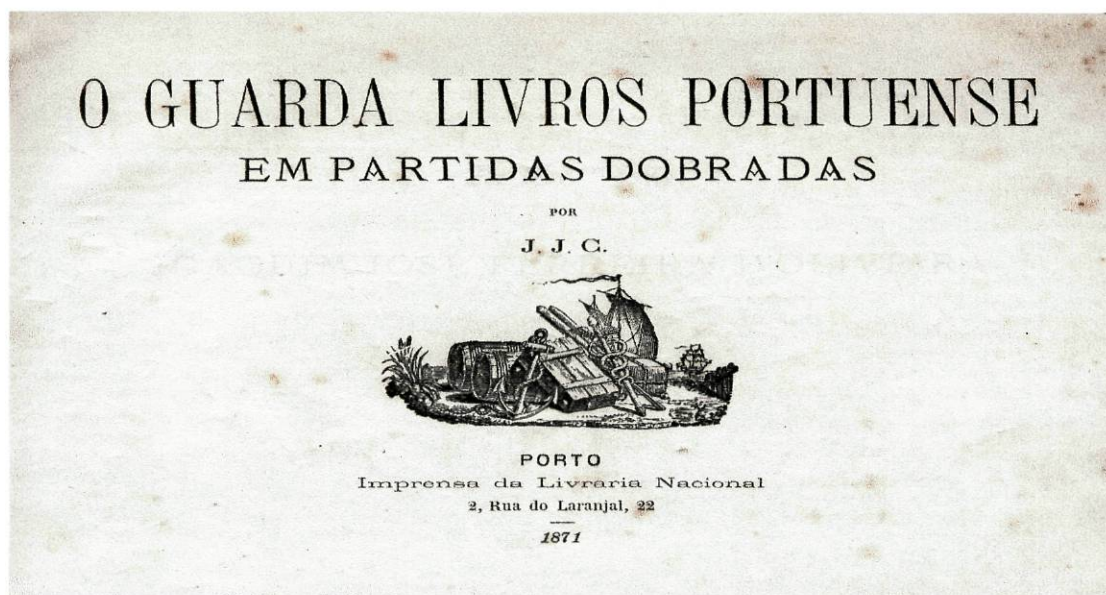


Fig. 31 – O Guarda-Livros Portuense em Partidas Dobradas

Em 1882, José Joaquim Rodrigues de Freitas, aproveitando o interregno parlamentar, regressa à vida académica e lança a edição acrescentada de *Elementos de Escripção Mercantil*. Uma obra que se impunha em harmonia com a lei de 14 de Julho de 1880 ordenando que “o ensino de todos os lyceos comprehendesse os principios de escripturação.”³⁹ Por outro lado, para um período que escasseava, nas escolas, compêndios sobre a matéria de Escrituração Comercial, Rodrigues de Freitas acrescenta mais um manual escolar aos poucos títulos existentes e adoptados desde 1878. Como Jorge Alves lembra em *Novas Páginas Avulsas*, somente os compêndios de Rodrigo Pequito (*Curso de Contabilidade Mercantil*) e Garnier (*Traité complet d'arithmétique théorique et appliquée au Commerce à la banque, aux finances, à l'industrie*) faziam parte da 11ª cadeira (Comércio) da Academia Politécnica do Porto.

Na última década de Oitocentos, o *Tratado de Contabilidade Commercial (escripturação e calculo)* de Luiz M. dos Santos é o exemplo de como a Literatura contábil do Brasil e Portugal caminhavam conjuntamente na publicação das mesmas matérias. A *Editora Empreza Litteraria Fluminense*, com sede no Rio de Janeiro e sucursal em Lisboa, sentindo o vazio criado com a falta do *Curso de Contabilidade Commercial* de Rodrigo Affonso Pequito, dá à estampa em 1893, remediando “a falta d'um livro destinado a portuguezes e brasileiros sobre uma sciencia que n'estes dois paizes tem cultores dos mais distinctos, que teem revellado a sua aptidão n'este ramo das sciencias mathematicas.”⁴⁰

³⁹ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Elementos de Escripção Mercantil*. Edição accrescentada. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1882. p. V. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁴⁰ SANTOS, Luiz M. dos – *Tratado de Contabilidade Commercial (escripturação e calculo)*. Rio de Janeiro, Lisboa: Editora – Empreza Litteraria Fluminense, 1893. p. VI. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

Por outro lado, é já subjacente a preocupação em dimensionar a gestão e organização da vida comercial que, não se limitando apenas à volta do balcão, procura estabelecer e corresponder, fora da casa comercial, às solicitudes quer dos clientes quer dos fornecedores. Não estranhemos pois, que a Correspondência Comercial se junte à escrituração de livros em Partidas Simples e Dobradas. Esta necessidade, tal como refere Raul Dória, é a consequência do crescimento da actividade comercial que na imposição da especificidade de novas funções e tarefas, agora emergentes, determina que o responsável pela casa comercial seja “*obrigado a confiar a sua correspondencia a um empregado, limitando-se simplesmente a dar-lhe as instruções.*”⁴¹ Os mais diferentes modelos de cartas comerciais, especificando fórmulas preferenciais de tratamento em função de convenientes regras de civilidade e etiqueta, deixam antever que a instrução comercial e a preparação dos Marçanos e Caixeiros exige uma maior aprendizagem acompanhando o ritmo e as oscilações do mercado. Verdadeiramente as publicações anteriores não dispensaram grande tempo às questões da Prática e Correspondência Comercial, agora importantes e carecidas de bibliografia de apoio. Curiosamente, na cidade de Turim – palco em 1764 do Tratado das Partidas Dobradas - e também na segunda metade do século XVIII, o mundo comercial toma conhecimento de uma obra bilingue, escrita em italiano e francês, dedicada às questões da Correspondência Comercial. Publicada em Amsterdão no ano de 1752 e da autoria de E. A., *Secrétaire des Negociants, ou Lettres Françaises et Italiennes, suivant le style qui est le plus en usage aujourd'hui: avec des Formulaires pour les Lettres de voiture, Billets à ordre & de main privée, & pour toutes sortes de Lettres de change, avec des Lettres de compliments les plus usités en l'une & l'autre Langue*, surgiu, como refere o próprio autor, e no desconhecimento da existência de alguma obra no género, embora se tivesse dedicado, durante duas décadas, ao ensino da língua francesa, pela necessidade de “*présenter au Public, que j'ai composé pour l'instruction des jeunes Commerçans qui veulent se former en l'art épistolaire pour ce qui regarde le négoce.*”⁴² Professor das línguas francesa e italiana, cedo deparou-se com a falta de um Manual que em ambos idiomas, contemplasse a sua falta sentida nas principais praças mercantis e se traduzisse pela “*espérance qu'il sera de quelque utilité aux jeunes Négocians François & Italiens.*”⁴³

⁴¹ DÓRIA, Raul – *Guia Prático de Correspondencia Commercial: em portuguez e Francez*. Porto: Typographia da Escola Comercial Raul Dória, 1908.

⁴² A., E. - *Secrétaire des Negociants, ou Lettres Françaises et Italiennes, suivant le style qui est le plus en usage aujourd'hui: avec des Formulaires pour les Lettres de voiture, Billets à ordre & de main privée, & pour toutes sortes de Lettres de change, avec des Lettres de compliments les plus usités en l'une & l'autre Langue*. A Amsterdam: Chez les Freres Reycends, Guibert & Silvestre, 1752. pp. 5-6. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁴³ *Idem. Ibidem.* p. 6.

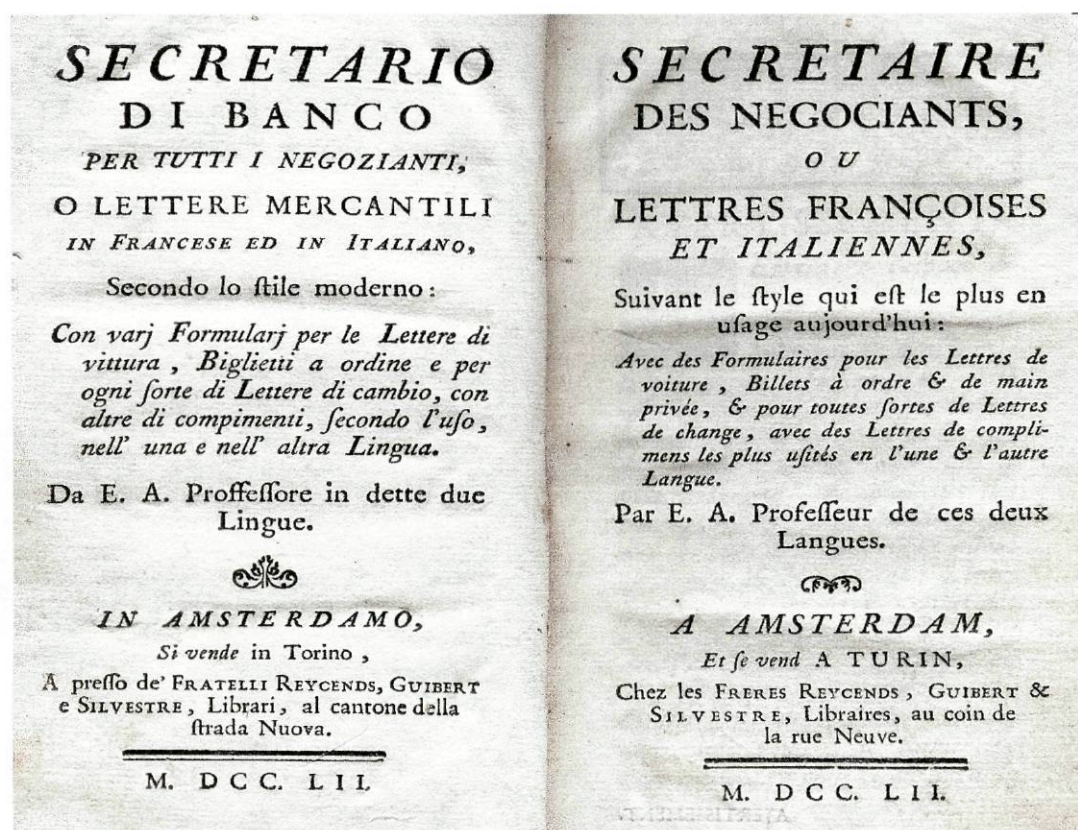


Fig. 32 – Secretaire des Negociants (italiano e francês)

Conhecemos para o ano de 1828, a segunda edição⁴⁴ da *Tachygrafia Portuguesa* de Angelo Ramon Marti, professor Regio de Tachygrafia em Lisboa que através de XIX capítulos complementados, no final, com demonstrações ilustrativas, introduz – no mais antigo livro que conhecemos – o “*methodo para fixar os pensamentos com toda a velocidade possível.*”⁴⁵ No Porto, no ano de 1861 a *Arte de Tachygrafia*,⁴⁶ propõe-se fornecer instrução “*afim de qualquer pessoa por si só, independentemente de instructor ou mestre possa aprender.*”⁴⁷ O autor inicia a explicação da necessidade do importante desenvolvimento desta arte, recorrendo ao seu próprio testemunho que não se inibe de o fazer na primeira pessoa: “*Em 1822, tempo em que por mim só a estudei, com a pratica de três mezes, consegui escrever 135 palavras em cada minuto.*”⁴⁸ Tal como a *Tachygrafia Portuguesa*, recorre frequentemente a quadros e tabelas com o sentido de simplificar e demonstrar a forma simples de escrever rápido.

⁴⁴ A primeira edição data de 1821, Cfr. CARVALHO, Jorge Leopoldo de – *Tratado de Stenographia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. p. XXX.

⁴⁵ MARTI, Angelo Ramon – *Tachygrafia Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Na Impressão Regia, 1828. p. 4. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁴⁶ Obra de autor anónimo, oferecida a Domingos Pinto de Faria. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁴⁷ *Arte de Tachygraphia* – Porto: Typ. D'Almeida Junior & Irmão, 1861.

⁴⁸ *Idem*. *Ibidem*.

Cinco anos depois, em **1866**, Francisco Xavier Calheiros publica a *Escripta Sem Letras ou Novo Systema d'Escripta Syllabica*, por si inventada e que “se póde aplicar não só a todos os ramos d'escripturação, mas com mais interesse a correspondencias particulares e confidenciaes.”⁴⁹

Em meados da década de 70, (**1876**) António Pereira de Paiva e Pona dá ao Porto a *Arte de Tachygraphia* que sendo a arte de escrever rapidamente, “não é só no parlamento que presta o seu poderoso auxilio para transmittir á publicidade as discussões e debates parlamentares”⁵⁰ anda, reconhecidamente, longe de “estar profusamente espalhada”⁵¹ contando à época, uma aula especial em Lisboa, única em todo o reino. Em **1878**, *Guia de Correspondencia e Escripturação Commercial* compilado por B. Moreira de Sá⁵² coloca a circular na cidade do Porto um importante auxiliar de trabalho para os Caixeiros e Guarda-livros. Trata-se de exemplos-tipo de circulares e cartas sobre o mais variado assunto que por norma é do foro da actividade comercial.

Ainda antes de terminar o século XIX, *Vocabulario de Termos Commerciaes em Portuguez, Francez e Inglez* (**1889**) de Ricardo de Sá,⁵³ *Novo Secretario Universal*⁵⁴ e *Noções Praticas de Tachygraphia especialmente dedicadas a jornalistas e estudantes de Portugal e Brazil* de J. Fraga Pery de Linde antecedem o *Tratado de Stenographia*⁵⁵ de Jorge Leopoldo de Carvalho, publicado em Lisboa, no ano de **1904** pela Imprensa Nacional que procura, de forma cuidada e extensa, exemplificar e historiar a importância e utilidade do sistema Tachygraphica-Stenographica na actividade comercial.

1.2 - MANUAIS ESCOLARES

A tentativa de apreensão dos saberes que durante o século XIX suportaram a base de apoio nos conhecimentos ministrados é-nos tarefa difícil e complexa. Quantificar e identificar as práticas de então nas suas relações entre a política do livro didáctico e a prática escolar, raramente parte de um processo consolidado por

⁴⁹ CALHEIROS, Francisco Xavier – *Escripta Sem Letras ou novo Systema d'Escripta Syllabica*. Porto: Typ. De José Pereira da Silva, 1866. p. 5. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁵⁰ PONA, António Pereira de Paiva e – *Arte de Tachygraphia*. Porto: Typographia Nacional, 1876, p. 5.

⁵¹ *Idem. Ibidem*. p. 7.

⁵² SÁ, B. Moreira de – *Guia de correspondencia e escripturação commercial*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1878. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

⁵³ SÁ, Ricardo de – *Vocabulario de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez*. Lisboa: La Becarre, 1889.

⁵⁴ M. A. S. – *Novo secretario universal commercial portuguez: methodo de escrever toda a especie de cartas...* 17ª edição. Lisboa: José Joaquim Bordalo, 1891. (Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca do ISCAP).

políticas de aprendizagem, superficialmente identificativas de correntes e teorias circunstancialmente definidas de acordo com orientações pressupostamente certas. Esta apreensão só nos será possível de acompanhar á luz dos conteúdos culturais e valorativos, indicadores de um saber acumulado, com base em práticas quotidianas identificadas pela moral e pela civilidade como condutas do indivíduo. Consequentemente, a generalização da aprendizagem, descarrilava divorciada de processos metodológicos e práticas didáctico-pedagógicas, assumia aspectos heterogéneos, diferenciados, eles próprios, referenciadores de diferenças culturais, sociais, económicas e regionais.

Neste sentido, a justificada necessidade de compêndios escolares, elemento uniformizador de aprendizagem – para o aluno – e referenciador de difusão de conhecimentos por parte do professor, importante auxiliar na orientação e preparação de aulas. Afinal que aspectos comporta o Manual Escolar no sentido de um uso generalizado ser identificativo de um instrumento imprescindível na formação do aluno, seu principal companheiro e arauto de um mistério de saberes e conhecimentos? É ele elemento aglutinador de novos saberes e conteúdos ou factor disciplinador de apreensão de conhecimentos pautado pelo ritmo temporal e temático de apreensão de novas realidades? Relegando para uma outra introspecção⁵⁶ o mistério de cumplicidade mútua entre o manual – mundo sábio – e o aluno – mundo ignorante – a sagrada e infinita distância é, por si, propriedade de usufruto e posse de uma sabedoria pausadamente servida pela autoridade do mestre, ele próprio, ponteiro num cruzamento de encruzilhadas epistemológicas onde os universos estudados e apreendidos surgem como uma realidade distinta. Não nos é possível, embora na posse de alguns elementos identificadores, estabelecer um cenário coeso e homogéneo sobre o hábito e a prática do uso de manuais e compêndios no ensino comercial da segunda metade de Oitocentos. Alguns estudos e referências recolhidas mostram-nos para este período, noutras áreas do ensino, uma assustadora ausência de políticas tendentes à uniformização e generalização do uso de manuais escolares. Para o ensino Primário, F. A. Rodrigues de Gusmão dá-nos conta desta realidade.

“Em todas as nações da Europa há manuais para mestres de meninos; em Portugal, infelizmente, ainda não se publicou este livro indispensável, no qual devem expor-se, além de outras noções que não mencionamos por brevidade, as matérias de ensino e maneira de ensiná-las”⁵⁷

⁵⁵ Exemplar pertencente ao Fundo Antigo da Biblioteca ISCAP.

⁵⁶ BOTO, Carlota – O Mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesas no século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999). pp. 229-255.

⁵⁷ GUSMÃO, F. A Rodrigues de – Estado da instrução primária no Concelho de Alpedrinha no ano lectivo de 1848-1849. *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade*

Encontramos em meados do século XIX algumas iniciativas conducentes a “trazer sistematização, eficácia, e mesmo cientificidade”⁵⁸ através de textos didácticos. O Relatório Anual de Inspecção às Escolas elaborado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, no ano lectivo de 1856-57, apela ao Governo para tomar “providências para a melhor escolha e uniformidade de catecismos e compêndios, facilitando-os a todos por um preço módico e mandando-os fornecer gratuitamente aos meninos pobres.”⁵⁹

A pertinência desta realidade não nos deve, porém, fazer esquecer que alguns livros escolares adoptados no ensino comercial alcançavam um público mais vasto, exterior às escolas. Situação inversa também ocorria: isto é, numerosos livrinhos de divulgação técnica e popular – caso de diversos títulos da “*Biblioteca do Povo e das Escolas*” de David Dorazzi – acabaram por ser adoptados no ensino, contribuindo assim para a divulgação didáctica da instrução comercial. Por outro lado, para um período onde se manifestava a impossibilidade de diferenciar de um modo estanque os livros escolares dos livros dirigidos a um público mais alargado, deparámo-nos com uma simbiose de interesses rapidamente diluídos pelo fecundo caudal de produção da época. Da mesma forma a carência de livros escolares durante quase todo o século XIX prende-se fundamentalmente com a estruturação tardia do sistema de ensino estatal que pela ausência da sua implementação generalizada tardava na aplicação de instrumentos didácticos de apoio escolar.

À época encontramos na empresa – nomeadamente a dedicada à instrução comercial – múltiplas e repetidas referências à proliferação de manuais escolares. Professores e colaboradores, designadamente relacionados com a actividade ou a instrução comercial, ora aludiam e aconselhavam alguns manuais circunstancialmente melhor colocados para a venda, ora apregoavam nas suas colunas, as cartas e os métodos facílimos que com um pregão mercenário, muitos andam desafiando a boa fé do público descuidado.⁶⁰ Aliás, à falta de legislação e fiscalização capaz de controlar devidamente a quem e de que forma competia a elaboração e publicação dos manuais escolares, muitos foram os exemplos de privilegiados que com o maior ou menor patrocínio do Governo, instalaram-se no mercado livreiro e difundiram os seus manuais. Limitando-nos apenas ao espaço portuense,

A par de outras matérias os manuais escolares mais antigos preenchiam as suas páginas com o estudo das operações de aritmética. O estudo das unidades de

estudiosa. Lisboa. Vols. 1 a 13, 1842-1843, 9º Ano, 2ª Série, Tomo II, 1849, p. 491. Citado por BOTO, Carlota – *Op. Cit.* p. 233.

⁵⁸ BOTO, Carlota – *Op. Cit.* p. 235.

⁵⁹ GOMES, Joaquim Ferreira (Org.) - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*. INIC, 1985. p. 246, citado por BOTO, Carlota – *Op. Cit.* p. 235.

medida e das correspondências no Sistema Legal de Pesos e Medidas, onde se ensinavam basicamente as noções essenciais do metro, do litro e do grama, em suas diferentes unidades. Não é de estranhar esta insistente parte dos programas escolares em uniformizar pela mesma bitola europeia, medidas tradicionais e regionais que prevaleciam há muito e tendo em conta que o sistema métrico decimal havia sido decretado em 1852 para entrar em vigor dez anos depois.

1.3 - DA VULGARIZAÇÃO DAS COLECÇÕES POPULARES AO MÉTODO FÁCIL DE APRENDER... SEM MESTRE.

"- E porque não há-de o Paulo fazer a escrituração? – insistiu Carlos.

Manuel Quintino fitou nele um olhar de espanto.

A ciência da escrituração era para o velho guarda-livros de tal dificuldade e transcendência que a pergunta de Carlos soara-lhe aos ouvidos e irritara-lhe os nervos, como uma imperdoável heresia.

- O Paulo? O senhor tem coisas!... Cuida que escrever nos livros comerciais é o mesmo que fazer um rol de roupa suja?!

- Ao princípio não duvido que se lute com alguma dificuldade, mas no fim de três dias...

- Três horas, três horas... é melhor três horas...⁶¹

Papel importante na vulgarização do saber foi igualmente entregue aos Intelectuais e Editores de Oitocentos. Os primeiros pela responsabilidade na produção de saberes e conhecimentos, os segundos como interlocutores na difusão desse mesmo saber. Colecções literárias de amplitude variada e de temáticas diversificadas saíram a público a baixo preço.⁶² Adivinhando, porventura, uma filosofia de venda muito característica dos dias de hoje,⁶³ - recorrendo ao sistema de brindes e de prémios para cativar o leitor - o certo é que aliando o espírito de coleccionador tão em

⁶⁰ Cfr. TORRES, José – *Instrução Elementar. O Panorama: jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos úteis*. Lisboa. Vol. X, 2ª da 3ª Série, 1853, p. 286, citado por BOTO, Carlota – *Op. Cit.* p. 236.

⁶¹ DINIS, Júlio – *Uma família inglesa: cenas da vida do Porto*. Porto: Porto Editora, S.d., p. 277.

⁶² Veja-se *Nova História de Portugal: da Monarquia para a República* – SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira (Dir.). Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991. pp. 591-595.

⁶³ A actualidade desta referência parece-nos pertinente. Faz lembrar as estratégias de venda e marketing das actuais sociedades de consumo perfiladas pela política de "dois em um". Como a História se repete...

voga na época, muitos exemplares foram vendidos sob forma de colecções, procurando despertar o gosto quer pelos clássicos nacionais quer pelos temas de educação e instrução popular, de agrado e ao alcance de todas as classes trabalhadoras a que não raras as vezes os jornais se juntavam para dar maior alcance às tiragens e consequentes vendas.⁶⁴ Registam-se aqui, as influências de David Corazzi⁶⁵ quer na implementação desta máquina de difusão de edições quer, o que é mais importante, espalhar pelo ritmo da sua produção, o embaratecimento das obras e a mira de uma tarefa educativa de apoio à instrução e ao saber popular, substituindo o Estado neste domínio.

As grandes tiragens de obras publicadas sob denominações menos eruditas e mais populares, foi uma aposta de sucesso experimentada por Editores, Livreiros e Escritores das últimas décadas de Oitocentos. A produção e consequente publicação em massa por preços substancialmente mais baratos ao encontro de um público alargado, ditou o êxito de colecções como *Biblioteca do Povo*, *Biblioteca Profissional* ou *Biblioteca de Instrução* que, sendo alguns títulos eminentemente técnicos, as suas publicações eram dirigidas àqueles que não possuindo os meios de fazer a sua formação profissional pela via formal, recorriam frequentemente como manuais de instrução.

Aliás, aspecto importante merece a atenção sobre o recurso que estas colecções tiveram na instrução e formação de muitos Marçanos e Caixeiros incapazes ou impossibilitados de aceder ao ensino comercial através da educação formal.⁶⁶ Foi o caso das colecções da Biblioteca da Instrução Profissional que teve o mérito de fornecer textos para as escolas industriais e comerciais, adaptando-se às exigências temporais da formação profissional de quadros técnicos médios que o país requeria.⁶⁷ Com uma linguagem acessível, os vários volumes eram utilizados nos cursos ministrados por Associações, Sociedades e Academias ou nas escolas populares e procuravam por ao dispor de um público mais alargado os conhecimentos das noções elementares de doutrina e escrituração comercial necessários à actividade comercial.⁶⁸ Embora só em 1886 tenha sido decretado a institucionalização do ensino

⁶⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999), p. 201.

⁶⁵ VIANA, Mário – David Corazzi, um editor português do século XIX. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. 2ª Série, Vol. 5, nº 2 (Jul-Dez. 1990).

⁶⁶ Educação Formal – A que se desenvolve numa instituição educativa seguindo planos de estudo e programas sujeitos a normas pedagógico-administrativas; o progresso dos alunos está organizado em graus, ciclos ou etapas, culminando na obtenção de um certificado em forma de título, reconhecido no meio académico e profissional. Educação Não Formal – A que se desenvolve fora do quadro formal, em instituições muito diversas: associações, clubes, sociedades recreativas e culturais, etc; é objecto de fraca regulação; a estrutura curricular depende de contextos e de situações, não culminando na obtenção de um título válido e reconhecido no meio académico e profissional. Cfr. GISPERT, Carlos (Dir.) – *Enciclopédia Geral da Educação*. Vol. 1, Alcabideche: S.n., S.d., p. 96.

⁶⁷ DOMINGOS, Manuela – *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa, 1985, pp. 92-93.

⁶⁸ Mais adiante noutro capítulo abordaremos mais pormenorizadamente a questão dos Manuais Escolares e outras obras didácticas de apoio ao Ensino Comercial.

comercial no Porto, a partir da década de 70 aumenta o volume de publicações vocacionadas para a instrução profissional na área do comércio. A determinação estabelecida através do Decreto de 2 de Agosto de 1870 de estabelecer bibliotecas populares em cada capital de concelho justifica, de alguma forma, o referido aumento de obras publicadas.

Um dos aspectos que ao abrigo dos problemas da instrução comercial vai preenchendo colunas de jornais e amiúde, horas a fio de discursos, palestras e debates é a questão da Aprendizagem Sem Mestre. Assunto que, arrastado que foi durante algum tempo, acomodando uns e incomodando outros, várias vão sendo as oportunidades de atear o fogo numa fogueira onde muitos apagam e todos se aquecem.

Esta questão, paradoxalmente controversa e contraditória, reveste-se de particularidades *sui generis* que se vão identificando como elos de interesses estabelecidos ou a estabelecer numa cadeia de múltiplas cumplicidades onde professores, guarda-livros, redactores, administradores, livreiros e editores, se inscrevem num rodopio de lamentações. Numa verdadeira miscibilidade de interesses em conflito, dificilmente se compreende onde se fixam áreas e territórios delimitados por uns e estabelecidos por outros, todos juntos comprometidos num mal que, apesar de tudo, vai-se justificando como sendo *necessariamente necessário*.

Os diferentes autores procuram, junto do público-leitor, que as suas obras sejam recomendadas e patrocinadas por professores com nome na praça, nomeadamente oriundos do ensino comercial oficial. A. P. Antello Junior – Guarda-livros e professor de escrituração comercial e explicador do curso dos liceus – refere-o em *Escreituração Commercial-Industrial Sem Mestre em 10 Lições*.⁶⁹ Alberto de Vasconcelos que prefacia a obra, “*auctoridade e indiscutível valor em assumptos de escreituração commercial*”⁷⁰ confessando lidar com a Escreituração Comercial há 30 anos e tendo “*lido todos os tratados, sobre a mesma escriptos e, franca e lealmente confesso, em nenhum encontrei, apezar das suas muitas paginas, mais clareza e facilidade para a aprendizagem do que o presente livro.*”⁷¹ Tão importante é o exemplar que “*adquirindo-o, todos serão em breve bons guarda-livros, o que algo me arrelia, por temer a diminuição nos meus proventos.*”⁷²

Assim, a necessidade de recorrer aos professores do ensino oficial e livre é como que uma garantia de credibilidade, um atestado do competência, garantindo logo

⁶⁹ JUNIOR, A. P. Antello – *Escreituração Commercial-Industrial Sem Mestre em 10 Lições*. Lisboa: Silva & Carneiro, 1907.

⁷⁰ Prefácio de *Escreituração Commercial-Industrial Sem Mestre em 10 Lições*.

⁷¹ *Idem. Ibidem.*

⁷² *Idem. Ibidem.*

o sucesso editorial, através da sua recomendação aos seus alunos.⁷³ A vistosa e milagrosa obra, verdadeiro remédio de sabedoria, é tão eficaz que “*mesmo aquelle que seja muito estúpido e sempre tenha sido refractario ao estudo, lendo a sua obra com attenção ficará guarda-livros.*”⁷⁴ Fiel a este compadrio corporativista surge-nos Afonso Pequito que se recusara a prefaciar a obra “*por há muito a si proprio haver imposto nunca o fazer, - fosse a quem fosse.*”⁷⁵

Da mesma forma, em 1898, Thomaz A. Navarrete Junior em *O Thesouro Commercial* remete para a página de rosto a sua publicação como sendo “*obra de grande utilidade para todas as classes da sociedade, mas principalmente aos commerciantes, guarda-livros, caixeiros e todos os empregados commerciaes, industriaes, artistas, maritimos, etc.*” uma verdadeira “*instrucção sem mestre e ao alcance de todas as intelligencias.*”⁷⁶

Em 1905, O Guarda-Livros Popular de Ernesto d’Albergaria Pereira – antigo guarda-livros e professor de comércio – apresenta a escrituração e o cálculo comercial ao alcance de todos.⁷⁷ Mais esclarecido é este autor que não se perdendo em muitas considerações, entende ser importante a publicação da sua obra porque “*os autores dos diversos tratados publicados sobre escripturação... teem-se cingido mais á theoria que á prática o que dá em resultado, o alumno aborrecer-se aos primeiros ensaios que faça para habilitar-se, e terminar, por desistir de aprender.*”⁷⁸ Além disso, o preço bastante elevado que os outros praticam justifica a aquisição da sua obra “*faltava, pois um livro barato que, praticamente, com clareza, puzesse ao alcance de todos os que se dedicam ao commercio.*”⁷⁹

Mais tarde, em meados da década seguinte a Revista de Contabilidade insurge-se contra “*os falsos e imorais reclames ao ensino profissional de guarda-livros, com a garantia de habilitação em 120 e 90 lições.*”⁸⁰ Um leitor – amigo e colega do Director da Escola Prática Commercial Raúl Dória... – procura através desta Revista denunciar e “*protestar contra a invasão de curiosos na minha árdua profissão, graças aos vilíssimos processos de quem tem em mira proventos, negando-se ao reconhecimento da dignidade própria.*”⁸¹ Mais que os métodos pedagógicos em questão que servem de argumento na bandeira da campanha *anti-novos-concorrentes*, denota-se – como seria de esperar – que a maior preocupação reside

⁷³ Como diz fazer António Maria Ferraz – professor de escrituração comercial.

⁷⁴ Afirma Pedro Ricardo de Almeida - guarda-livros e perito nos Tribunais, chamado a pronunciar-se.

⁷⁵ Em Advertência Prévia de *Escturação Commercial-Industrial Sem Mestre em 10 Lições*

⁷⁶ JUNIOR, Thomaz A. Navarrete – *O Thesouro Commercial*. Porto: S.n., 1898.

⁷⁷ PEREIRA, Ernesto d’Albergaria – *O Guarda-Livros Popular*. Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça & C., 1905.

⁷⁸ Advertência de *O Guarda-Livros Popular*.

⁷⁹ *Idem. Ibidem.*

⁸⁰ ARANTES, Armando Almeida - Assuntos pedagógico-comerciais. *Revista de Contabilidade*. 1º Ano, n.º18 (1 Nov. 1916). p. 273.

⁸¹ *Idem. Ibidem.*

no pânico receio da possível perda de mercado por parte de algumas forças vivas pressupostamente instaladas de pedra e cal, convincentes do seu inalienável direito exclusivo de venda e circulação de livros e manuais escolares. Mesmo de feição caseira, é inegável que não são os Marçanos e Caixeiros, eles próprios, sem dinheiro, estímulo e condições de estudo que poderão, conforme violentamente argumentam os *incomodados*, na sua ingénua e inocente ignorância cair na tentação da falsa aprendizagem, iludidos que eram pelos falsos reclames. Não, claro que não e antes assim fosse.

Por outro lado, esta questão não sendo pontual, surge com maior *impacto mediático* nas décadas em que a produção e difusão de bibliografia sobre escrituração comercial na cidade do Porto regista um notório decréscimo em relação a anos anteriores e posteriores. Meio século antes, Gomes de Amorim comentava, ironicamente, esta facilidade de aprendizagem.

"a ciência nos nossos dias é muito fácil de adquirir; compra-se um *almanaque* e aprende-se nele para todo o ano. Os que sabem um pouco de francês, podem ir muito mais longe. Há um livro chamado *A Chave da Ciência* onde eu bebi erudição para todo o resto deste século (...). Já vê o leitor, bastam dois livros para se alcançarem conhecimentos profundíssimos."⁸²

O próprio Humberto Beça, redactor de *O Guarda-Livros*, professor da Escola Prática Comercial Raúl Dória e mais tarde, professor do Instituto Comercial do Porto, não se poupava, nas obras de instrução comercial por si publicadas e/ou escritas, mencioná-las, face às demais existentes no mercado, como diferentes... sempre para melhor!

"Trabalho identico, pelo seu character, por bem simples e conhecido, por bem vulgar que seja, é que, todavia, apesar de toda a sua simplicidade e vulgaridade, em nenhuma escola comercial existe no momento da publicação do presente voluminho, - o X da colecção de publicações da Escola Secundaria de Comercio.

Em nenhuma!

E preciso investir demoradamente sobre esta circumstancia para prevenir afirmações audaciosas que ás vezes se fazem com uma inconsciencia e até deslante inconcebiveis...

Há infelizmente quem... escreva livros copiando o que outros produzem (!) e o curioso é que têm o arrojo de os subscrever com o seu nome!!!"⁸³

Se autores vêm a público refutar as obras de *Aprendizagem Sem Mestre* que em meia dúzia de lições garantem a experiência de um Guarda-livros, outros, que também subscrevem a cruzada contra a *Literatura Sem Mestre*, procuram através de

⁸² AMORIM, Gomes de – Viagem ao Minho. Segunda Parte. Cap. I. *O Panorama*. Vol. XV, n.º12, 1958, p. 91 citado por MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Ciência, Tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos Lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 165-166.

⁸³ BEÇA, Humberto – *Borrão nº2 de Escrituração Comercial*. Porto: S.n., 1917.

argumentos alternativos, esclarecer que as suas obras merecem maior preferência porque, em poucas páginas, ensina o que outros dizem em tratados...

"Tratados esplendidos de ensino comercial, grossos volumes de 400, 600 e até 800 páginas encontram-se no mercado, felizmente.

O que estes volumes não permitem é o estudo rápido de uma questão, o seu conhecimento de um momento para o outro, na oportunidade muitas vezes inopinadamente sugerida."⁸⁴

⁸⁴ BEÇA, Humberto – *Correspondência Comercial*. Porto: S.n., 1922 e *Noções de Comércio*. Tomo I. 2ª edição. Aveiro: S.n., 1922.

2º CAPÍTULO

OS GRANDES TEMAS E DEBATES DO ENSINO COMERCIAL

"Lá fora o ensino comercial progride rapidamente: Compreende-se que as relações mercantis exigem hoje conhecimentos mais vastos do que outrora. Governos e associações tratam de satisfazer esta exigência."⁸⁵

2.1 – PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ENSINO

2.1.1- O ENSINO COMERCIAL COMO EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

A escola pública, como serviço de Estado, teve origem nas duas Reformas Pombalinas de 1759 e 1772. Em 1759, criavam-se as escolas régias que estariam na origem do futuro ensino secundário e iniciava-se, oficialmente, o ensino técnico, com a criação da Aula do Comércio. Em 1772, nasciam as escolas de ler, escrever e contar, o futuro ensino primário.⁸⁶ Mais importante que os modelos didático-pedagógicos então estabelecidos, foi estarmos perante uma nova e total abordagem sobre o ensino como necessidade dos povos e obrigações dos Governos. O ensino deixava, definitivamente, de ser controlado pela Igreja e passava para o poder do Estado. Estas reformas visavam responder às necessidades educativas de uma burguesia em ascensão, à centralização do poder real e às consequências da expulsão dos Jesuítas. Tinham por lema estatizar, secularizar, uniformizar.

Para trás ficava um ensino totalmente concentrado no poder da Igreja que via os seus espaços religiosos, nomeadamente os mosteiros e catedrais, difundir o

⁸⁵ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Ensino Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*, (1 Nov. 1879).

⁸⁶ Cfr. SILVA, Manuela; TAMEN, Isabel (Coord.) – *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 17-22.

Teocentrismo falado e escrito em latim.⁸⁷ A expansão e o subsequente aumento das relações mercantis provocaram mudanças económicas com repercussões sociais e culturais, apelando constantemente à necessidade da escrita e da leitura. No século XV, as Cortes de 1434 decidem que “*quem não soubesse ler e escrever não podia ser magistrado*”⁸⁸ e duas décadas depois, as Cortes de 1456 assistem os representantes de Évora a pedir autorização ao rei para pagarem “*3 500 réis anuais a um bacharel que ensinasse às crianças a gramática e a escrita*.”⁸⁹ No século seguinte, o apogeu dos descobrimentos portugueses dá a Lisboa o estatuto de capital na nova economia-mundo e Portugal, nação rica,⁹⁰ procura nos caminhos da cultura, difundir através da imprensa,⁹¹ a prática da leitura e da escrita, agora que o português ia gradualmente substituindo o latim. O comércio em expansão impunha que aos mercadores a necessidade do cálculo e da escrita para os negócios e contratos comerciais. Nos centros mais urbanos ou de maior poderio económico e financeiro, surgem mestres, mal pagos e com preparação académica deficiente,⁹² que, para ganhar mais algum dinheiro, procuravam desta forma, junto da burguesia mercantil, *acumular* as funções docentes com a redacção de diferentes tipos de documentos comerciais.⁹³

Nos meados da primeira metade do século XVI a Inquisição instala-se em Portugal. A repressão inquisitorial exerceu um forte domínio sobre o pensamento e a cultura já atrofiado pela crise política da perda da independência. Isolados da Europa e presos a Espanha e à Inquisição, Portugal falou para dentro e baixinho... esvaziando-se dos medos de quem, no século anterior, dobrara o Cabo das Tormentas!

Interrompidas as nossas relações com a Espanha dos Filipes, a nossa simpatia literária volveu-se para a França, onde na faustosa corte de Luís XIV residia não só a supremacia política, mas também a intelectual. A Igreja retomava o poder de controlar o ensino através dos Jesuítas, que com os seus colégios cobriam o país de norte a sul. Os compêndios escolares abriram-se ao latim usado na Idade Média. No âmbito pedagógico a aprendizagem tinha por objectivos o crer e não o pensar, o aceitar os dogmas em que se acreditava e não o suscitar das críticas nem desenvolver o treino mental que poderia estimular as heresias. A filosofia, a retórica, o latim e a

⁸⁷ No III Concílio de Latrão de 1179, o Papa Alexandre III estabeleceu que junto das catedrais existisse um mestre escola com a função de ensinar clérigos e escolares pobres. O IV Concílio de Latrão realizado em 1295 com Inocêncio III, providenciou que nas catedrais metropolitanas ainda houvesse um professor teólogo e estendeu o ensino às colegiadas. Cfr. SÁ, Artur Moreira de – *O Porto e a Cultura Nacional nos sécs. XII e XIII*. Lisboa: S.n., 1968, pp. 3-4.

⁸⁸ NÓVOA, António – *Le Temps des Professeurs*. Vol. I. Lisboa: 1987, p. 99.

⁸⁹ *Idem. Ibidem*.

⁹⁰ SÉRGIO, António – *Antologia dos Economistas Portugueses do século XVII*. Lisboa: S.n., 1924, pp. 262-266.

⁹¹ ANSELMO, Artur – *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981, p. 87.

⁹² NÓVOA, António – *Le Temps des Professeurs*. Vol. I. Lisboa: 1987, p. 104.

⁹³ *Idem. Ibidem*, p. 108.

gramática preenchia o mundo do saber onde não cabia as ciências novas e as línguas vivas.⁹⁴

As crises e as hesitações de crescimento sentidas na Europa do séc. XVII determinaram a imposição de medidas legislativas. A acção do Conde de Ericeira para reformar a economia com as ideias mercantilistas através do desenvolvimento das manufacturas internas tentando criar uma política económica de feição industrial não alcançaram o desejo esperado, apesar das novas técnicas de trabalho e de produção introduzidas.⁹⁵ Medidas e acções que estavam longe dos métodos e práticas pedagógicas disseminadas pelo ensino Jesuíta e que, inadequadas, exigiam para a aprendizagem das artes e ofícios, de um sistema adequado às actividades comerciais e industriais. Não nos esqueçamos pois que na primeira metade de Setecentos, a monarquia vive rodeada social e politicamente por uma nobreza e clero que gravitando em torno do rei procura reorganizar e consolidar o seu poder. O país Barroco é ainda dominado por estas duas classes, sustentadas – e ostentadas – pelas riquezas provenientes ora do ouro do Brasil ora do comércio onde detinham os interesses comerciais em detrimento da burguesia que os contestava, não só por perda de poder, mas também pela falta de uma instrução que correspondesse às necessidades práticas da formação de quadros para a indústria e para o comércio.⁹⁶

Por sua vez o estudo das ciências naturais na nossa Universidade constituía a parte mais valiosa da reforma universitária, cuja glória pertencia não ao Marquês de Pombal, mas aos trabalhos de António Verney,⁹⁷ Ribeiro Sanches, Azeredo Coutinho e Frei Manuel do Cenáculo. Não foi a obra política do Marquês que deu cunho à orientação educativa, porque imprimiu a todas as suas iniciativas o carácter pessoal e por vezes acentuadamente sectarista. Note-se que, já antes do regime despotista, fora criada a Academia Real da História⁹⁸ e vamos ao reinado de D. João V para presenciarmos um breve pontifício – *Immensa Pastorum Principis* – que proíbe aos Jesuítas a ingerência nos negócios seculares, em especial no comércio. Era pois o declínio do seu poder, resultado dos ventos de mudança que a partir de Roma se insurgia contra o ensino por eles ministrado.⁹⁹

⁹⁴ SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*. 1978, pp. 196-198.

⁹⁵ SERRÃO, Joel; MARTINS, Gabriela – *Da Indústria Portuguesa: do Antigo Regime ao capitalismo*. Lisboa, 1978, p. 26.

⁹⁶ Nesta altura, duas obras impoem-se pedagogicamente. São elas *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* de Manuel de Andrade Figueiredo (1718) e *Apontamentos para a educação de um menino nobre* de Martinho de Mendonça (1734). O primeiro apontava para a necessidade do ensino, sem especificar estratos sociais. O segundo debruçava-se sobre as matérias a ensinar aos filhos dos nobres. Dava primazia à educação moral. Considerava necessário o ensino da leitura, seguido do da escrita, na infância. Defendia a educação física e as medidas de higiene, novidades para a época, a deixar uma antevisão da proximidade ao iluminismo.

⁹⁷ VERNEY, Luís António – *O Verdadeiro método de estudar*, 1747.

⁹⁸ Por Alvará de 8 de Dezembro de 1720.

⁹⁹ Por Alvará de 28 de Junho de 1759 aos Jesuítas é-lhes retirado a direcção dos estudos.

2.1.2 - CAMINHOS E ATALHOS... PERCORRIDOS

Estamos pois em meados de Setecentos e em pleno reinado de D. José onde as reformas pombalinas constituem, para este trabalho, agora que chegamos, o nosso ponto de partida.¹⁰⁰ Com a expulsão dos Jesuitas¹⁰¹ e a necessidade de modernização do Estado as reformas do ensino surgiam como inadiáveis. A instrução surge-nos como uma função pública baseada na ideia fundamental de ministrar a cultura de acordo com a função social e profissional de cada cidadão. Caminhávamos para o ensino especializado ou profissionalizante que está na origem do aparelho do sistema educativo actual.

"(...) É bem sabido como os homens do Liberalismo, conhecedores dos avanços da Revolução Industrial, nomeadamente na Inglaterra, tinham consciência do nosso atraso global e, em particular, do nosso atraso tecnológico. Mas foi só com o Setembrismo que surgiram as primeiras tentativas sérias para criar um ensino técnico profissional e para introduzir no sistema educativo disciplinas que preparassem os jovens para acompanhar a evolução da indústria (...)." ¹⁰²

É pois, depois das reformas de Pombal, a reacção da burguesia setembrista que a partir de 1836 procura na implementação da instrução secundária através do Plano dos Liceus nacionais, a via para os progressos da civilização material do país, porque *"não pode haver ilustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades."*¹⁰³ Recorrendo à matriz do liberalismo de que a instrução dos povos é considerada essencial para o progresso do país, o século XIX veste-se e despe-se, sucessiva e alternadamente ao abrigo das várias facções políticas que, a todo o tempo, procuram ter na instrução, a bandeira para se propagandear, argumentando teorias e defendendo projectos já em vigor na vizinha Constituição de Cádiz de 1822.

As sucessivas revoluções e golpes que dinamitaram a intranquilidade dos anos seguintes estabeleceram politicamente a instabilidade governativa, impossibilitando a instauração prática das teorias e ideias que, não encontravam na

¹⁰⁰ Forte influência têm as ideias iluministas que vão chegando a Portugal pela autoria de dois estrangeirados: O *Verdadeiro Método de Estudar* de Luis António Verney (1746) e, talvez a mais polémica, *Cartas sobre a educação da mocidade* de Ribeiro Sanches (1760). O primeiro defendia, basicamente, a criação de um ensino que fosse completo e coerente desde a aprendizagem da leitura e da escrita, até aos estudos superiores. Defendia, ainda, ao contrário dos restantes, iluministas, que o ensino deveria ser extensivo a todas as classes sociais. Ribeiro Sanches defendia a educação apenas para a nobreza porque se as crianças do povo fossem instruídas não queriam seguir a profissão dos pais.

¹⁰¹ Por Carta de 3 de Setembro de 1759 são expulsos do reino e a 21 de Julho de 1773, o Papa Clemente XIV, pelo breve *Dominus ac Redemptor*, extingue a Companhia de Jesus em todo o mundo.

¹⁰² GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1980. p. 74.

disponibilidade orçamental de insuficiência de dinheiros públicos, o ideal parceiro para a sua concretização.

Nos meados do séc. XIX, o Governo Português admite que o desenvolvimento económico que estava a caracterizar o século criara nas nações modernas uma nova situação económica e que esta trouxera entre nós a necessidade de subdividir os departamentos da governação pública incumbidos de superintender e dirigir, em nome dos interesses colectivos, os grandes grupos de interesses particulares. O aparelho de Estado desajustado aos novos desafios, procura acertar agulhas para os novos caminhos que se traçavam. O Ministério dos Negócios do Reino tinha então vastas e complicadas atribuições, cujo exercício não cabia no tempo burocrático disponível e exigia conhecimentos muito variados. Impunha-se dividi-lo e reestruturá-lo. A produção, o consumo e a distribuição eram, na época, vistos como os ramos dessa área com mais ligação entre si, formando um bloco que convinha destacar do Ministério do Reino, *“para melhor actuarem sobre elles, excitando e promovendo a sua avisada e proveitosa actividade.”*¹⁰⁴

Criou-se pois, em consequência, em 1852, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que incluiu entre os departamentos executivos uma Direcção-Geral dita, de início, Direcção do Comércio, Agricultura e Manufacturas e, quase a seguir, Direcção do Comércio e Indústria. Entre os assuntos a nele tratar, contaram-se a instrução profissional das classes comerciais, industriais e agrícolas e tudo o que fosse *“conducente ao melhoramento e aperfeiçoamento de qualquer ramo da Industria Nacional.”*¹⁰⁵ Ao contrário do esperado e longamente reclamado, a preocupação com a instrução das classes comerciais não foi prioridade para o novo Ministério. Antes disso, procurou, meses depois, criar e decretar nas escolas regionais e no Instituto Agrícola de Lisboa, as bases do ensino agrícola¹⁰⁶ e industrial.¹⁰⁷

Para atingir os objectivos de desenvolvimento e de formação ou aperfeiçoamento profissional, quais as opções e modelos consubstanciados em linhas gerais de política seguidos pelos governos portugueses? Tal como acontecera com a criação, em 1852, do ensino industrial, o governo para promover a instrução profissional, recrutou na Europa, alguns modelos mais consentâneos.¹⁰⁸ Importava na época, escolher à partida entre um ensino suportado financeiramente e orientado

¹⁰³ *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados de 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836.* 6ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p. 137.

¹⁰⁴ Relatório Ministerial de apresentação do Decreto de 30 de Agosto de 1852 que criou o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. *Diário do Governo*, 1 de Setembro de 1852. Também no Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, n.º 1 (1 Jul. 1853), p. 3 e PORTUGAL. Ministério da Economia – *O Comércio nas estruturas governamentais. Do Fontismo à actualidade*. Lisboa: Ministério da Economia, S.d., pp.7-8.

¹⁰⁵ Artº 5º do Decreto de 30 de Agosto de 1852.

¹⁰⁶ Decreto de 16 de Dezembro de 1852. *Diário do Governo*, n.º 300.

¹⁰⁷ Artº 1º do Decreto de 30 de Dezembro de 1852. *Diário do Governo*, n.º 3 (2 de Janeiro de 1853).

¹⁰⁸ Relatório do Decreto de 30 de Dezembro de 1852.

pelas Associações e Colectividades privadas e o suportado e orientado pelo Estado. A restante Europa evoluída não deixava outra escolha. Embora a solução inglesa fosse caracterizada pelas sociedades particulares que subsidiavam e promoviam o ensino ou a belga de características mistas, apontavam para a Alemanha, França e Espanha cujos modelos assentavam no modelo suportado pelo Estado. Portugal opta por este último, mais preocupado pela oficialização do ensino de pendor utilitarista¹⁰⁹ em detrimento claro da não especialização das escolas para cada ofício, antes nelas, legislar no sentido de haver planos de estudos tidos como adequados e adaptados genericamente às artes e ofícios ainda não reconhecidos com o grau e nível de especialização que exigisse a instrução adequada. A assimilação desta ideia é-nos igualmente dada por Virgínia Coelho referindo que “a principal preocupação do Poder e das famílias burguesas no Poder era com a instrução média e superior dos seus jovens e não já com a primária, porque essa não os ‘especializava’ necessariamente”.¹¹⁰

No entanto, na Reforma de 1864¹¹¹ de João Crisóstomo de Abreu e Sousa outra alternativa não teve que enveredar pela especialização do ensino profissional e criação de escolas especiais deixando para trás a utopia defendida em 1852.

As linhas de política do ensino comercial percorridas por Portugal no século XIX, de certo modo decalcadas, nas que se haviam seguido ou estavam a ser seguidas no resto da Europa não encontravam, para a realidade portuguesa, um modelo próprio e personalizado, identificador com o nosso mercado, meios, recursos humanos e aptidões. A inexistência de um Inquérito Comercial – tal como fora efectuado o Inquérito Industrial de 1881 e 1890 – não possibilitava encontrar e reunir elementos e indicadores de estudo e referenciadores de carências deixando-nos na eterna ignorância de desconhecermos o estado exacto da actividade comercial e as carências que nela se verificavam, inclusive quanto à sua instrução. Assim, o planeamento do ensino mal se poderá dizer que tenha existido. Ao longo de Oitocentos, tomou o seu lugar a programação ocasional, fruto imaturo de uma instabilidade governamental frequente, como foi notório, e de pressões conjunturais, nem sempre de ordem pedagógica. Podemos observar esta necessidade de *formar sem reformar* nas sucessivas disposições legais conducentes à organização, à reorganização e à reforma deste ensino, onde se encontram diluídos programas de actuação a curto e médio prazo para a satisfação das necessidades sociais do meio português no campo da formação comercial.

¹⁰⁹ ALVES, Luís Alberto Marques – *Op. Cit.* p. 77.

¹¹⁰ COELHO, Virgínia – Subsídio para um estudo da mentalidade portuguesa em 1870: modelos, valores e sentimentos na conduta da Segunda metade do século XIX. *Revista de História Económica e Social*, n.º1 (Jan.-Jun. 1978), p. 70.

¹¹¹ Decreto de 20 de Dezembro de 1864.

Por outro lado torna-se pertinente e justificativo, para um período politicamente caracterizado pelo rotativismo de partidos e políticos, identificar quem, nomeadamente na segunda metade de Oitocentos, chamou a si a responsabilidade pela instrução comercial. Os recursos humanos que estiveram ao serviço do ensino comercial foram muito variados no tempo e no espaço e originários de diferentes níveis sociais e de várias carreiras profissionais. Esta análise que em muito explica as dificuldades e tardias implementações do ensino comercial não está dissociada das breves e muito breves passagens que alguns ministros no alternar da pasta da instrução, dificultando a aferição dos resultados ora das iniciativas de reforma ora das próprias reformas. O carácter intermitente das iniciativas na área da formação técnica não possibilitava a consolidação de políticas educativas consolidadas e estruturantes, funcionando como medidas redutoras do processo evolutivo da actividade comercial, com consequências acumulativas que agravavam quer a implementação de hábitos e procedimentos da correcta escrita comercial quer na organização e cumprimento do estabelecido na legislação sobre os actos comerciais. Da mesma forma, o corpus jurídico aqui exposto, igualmente pautado pelas sucessivas publicações dos diferentes diplomas, espelham períodos de avanços e recuos, verdadeiros niveladores de oscilações e tentativas de reformas educativas.

Políticos, burocratas, pedagogos, gestores e jornalistas foram alguns dos intervenientes no Portugal Oitocentista dispostos a mudar ou a mexer com o ensino técnico comercial. Para a segunda metade do século, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria alojou quarenta e nove ministros¹¹² que se revezavam à média de um ministro... por ano! Perante um quadro estrutural e conjuntural recheado por meia centena de cabeças, de intenções, de ideias e de vontades não foi fácil levar a cabo e a bom termo, as reorganizações, as reformas e os regulamentos então publicados. Dos reformadores, só Emídio Navarro esteve três anos consecutivos no Poder, os restantes raramente se aguentavam um ano sem que fossem substituídos. Lançadas as reformas, coube, assim, aos ministros sucessores verificar as suas vantagens e desvantagens, e a oportunidade de segui-las ou não. Acrescente-se ainda as competências do Conselho da Instrução Industrial e Comercial que a partir de 1886 juntamente com os Directores-Gerais do Comércio e Indústria engrossava o caudal dos órgãos departamentais do Ministério ligados ao ensino e outros serviços burocráticos, ancestralmente hereditários de uma administração pesada, lenta e complexa.

Se é indiscutível que a profunda crise do ensino em Portugal exige só por si uma atenção particular, por outro lado aquilo que se tem passado a tal respeito, desde

os debates parlamentares e as medidas oficiais empreendidas nos últimos anos até à orientação que tem sido seguida e aos obstáculos com que mesmo tímidas reformas deparam, tudo isso apresenta um interesse que transcende o próprio âmbito do sector educacional.

A educação, com a ascensão política da burguesia, mantendo as características de transmissão de ideologia, foi começando a ser cada vez mais (por necessidades próprias do desenvolvimento do modo de produção) formação de mão-de-obra.

2.1.3 - O ESTADO E A INSTRUÇÃO PROFISSIONAL

É de interesse central compreender o papel do Estado na construção, dinamização e implementação na tentativa de ocupar um espaço no aparelho da educação formal. Qual foi o seu papel e o seu espaço de intervenção. Que políticas e teorias procurou seguir e defender? Portugal estava ou não preparado?

Esboçamos, quanto a nós, duas vertentes e análises que fundamentando o papel do Estado na educação profissional, melhor explicam o enquadramento teórico e ideológico perante o ensino. Vemos na teoria pluralista e marxista, duas concepções de debate, primados essenciais para o melhor entendimento da configuração de quadros sociológicos na intervenção do Estado.

A teoria pluralista caminha numa vertente em que o Estado surge como elemento neutro entre os diferentes 'parceiros' participantes no processo de elaboração de políticas, elas mesmo, fundamentais como parte essencial de todo o processo. O Estado identifica-se como sistema político formal, elo de uma cadeia de interesses permanentemente em vigor, mais ou menos repartidos e representados proporcionalmente pela relação de forças existentes, pressionando, negociando, reivindicando sistemas e correntes tendentes a modelar/orientar concepções doutrinárias. O Estado, moderador e equilibrador dos diferentes grupos de pressão, garante da estabilidade social através do papel de controle pela formalização "*no qual interesses distintos se ligam, relacionados uns com os outros*".¹¹³ É o Estado, no seu sentido abstracto, uma imagem aglutinadora de interesses que se procuram convergir

¹¹² Portugal. Ministério das Obras Públicas. 1852/1977. Lisboa: S.n., 1977. pp. 77-79.

¹¹³ McLENNAN, Gregor – Capitalist State or Democratic Polity? Recent developments. *Marxist and Pluralist theory. The Idea of the modern State*. Cambridge: Open University, 1984. p. 83, citado por ARAÚJO, Helena Costa – *Pioneiras na educação: as professoras primárias na viragem do século (1870-1933)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000. p. 28.

para um “*bem comum*”¹¹⁴ instigado a cumprir e fazer prevalecer o interesse nacional e colectivo. Neste sentido, o Estado parece restringido ao papel de uma instituição neutra onde ocorre a negociação entre grupos. O seu papel é limitado, moderador, embora os defensores do Pluralismo II¹¹⁵ ou Pluralismo sociológico¹¹⁶ entendam que as relações de poder identificadas no Estado fazem-no perder a neutralidade desejada.

Por seu lado, os defensores da teoria marxista identificam o Estado como “*um árbitro neutro entre os vários grupos sociais, mas como um instrumento da classe dominante*”,¹¹⁷ da burguesia que se serve do Estado para a prossecução dos seus intentos. A essência da tese marxista é estabelecida na identificação do próprio Estado como parte da superestrutura, reflexo das necessidades e orientação da base económica, bem como os interesses dos capitalistas que têm o poder para determinar – e condicionar – a actividade do Estado. Logo o Estado não representa o “*bem comum*” nem “*a vontade geral*” segundo as teorias marxistas mais “*ortodoxas*”. Os defensores do “*neo-marxismo*” na sua reformulação do determinismo económico questionam a relação entre a actividade do Estado e o modo de produção capitalista, como não sendo as únicas relações que influenciam o papel do Estado,¹¹⁸ pois este é caracterizado por estruturas constitucionais e organizativas que ora condicionam ora determinam, através das suas políticas, o processo de organização da produção, legitimada pelo apoio eleitoral.

À época, no século XIX, estávamos longe da intensidade do ritmo de obsolescência das qualificações requeridas para um desempenho laboral eficiente e competitivo, induzida pelo dinamismo da evolução tecnológica e organizacional, base da exigência e adequação dos sistemas de educação e de formação, bem como da sua articulação, no sentido de se garantir a continuidade da aprendizagem ao longo da vida.

“Se a educação é determinante para estabelecer o nível de capital humano aquando da entrada no mercado de trabalho, a formação profissional é determinante para marcar o ritmo do processo de acumulação do capital humano ao longo da vida activa”¹¹⁹

¹¹⁴ CARNOY, Martin & LEVIN, Henry – *Schooling and Work in the Democratic State*. S.I.: Stanford University Press, 1985. p. 28, citado por ARAÚJO, Helana Costa – *Op. Cit.* p. 28.

¹¹⁵ LIDBLOM, Charles – *Politics and Markets*. New York: Basic Books, 1977, citado por ARAÚJO, Helana Costa – *Op. Cit.* p. 29.

¹¹⁶ McLENNAN, Gregor – *Op. Cit.*

¹¹⁷ ARAÚJO, Helana Costa – *Op. Cit.* p. 30.

¹¹⁸ OFFE, Claus – *Disorganised Capitalism – Contemporary Transformations of Work and Politics*. Cambridge: Polity Press, 1985.

¹¹⁹ SARAIVA, António Fernando Martins Garcia – *A Formação profissional enquanto investimento em capital humano: contextualização técnica, metodologia de avaliação do seu impacto económico e evidência empírica portuguesa*. Porto: Faculdade de Economia, 1997. p. 7

António Saraiva refere ainda que, na perspectiva do credencialismo ("screening"), não se reconhece a importância da educação formal no processo de acumulação do capital humano: a educação escolar serviria essencialmente como sinalizador das capacidades de aprendizagem intrínsecas de cada indivíduo. A formação profissional é em grande medida um fenómeno difícil de medir tendo em atenção que *"muita da formação profissional ocorre espontaneamente aquando da participação no processo de trabalho"*¹²⁰ mantendo o processo de aprendizagem como processo de trabalho uma relação simbiótica. A formação profissional informal – no sentido do aprender ao fazer ('learning by doing') – estabelece-se à margem da montagem de qualquer esquema, ao contrário da formação profissional formal onde é possível identificar e quantificar o valor dos parâmetros relevantes para a sua mensuração (extensão temporal e custos).¹²¹

2.2 – FINALMENTE... A DISCUSSÃO QUE DEU LUZ!

2.2.1 - PASSOS... LENTOS NA INSTRUÇÃO COMERCIAL

Frequentemente adiada, longe dos cabeçalhos dos Decretos e perdida pelas muito tímidas intenções legislativas, o séc. XIX já não pode adiar por mais tempo a institucionalização de um ensino que há muito reclamado aguardava a sua proclamação. Se em Passos Manuel não vimos grande incremento no sentido de lhe ser concedido doutrina educativa autónoma, separada, formal e institucionalmente, da Academia Real da Marinha e do Comércio, tal como acontecera em 1886 ao separar-se da Academia Politécnica do Porto, o mesmo sentido firme de discussão e consolidação surge com Rodrigues de Freitas e Bernardino Machado.

A história do ensino comercial não é, naturalmente, a história do comércio, mas nela se insere, representando a afirmação crescente da identidade da classe comercial instruída como elemento referenciador e definidor da instrução de uma actividade em crescente onde as necessidades impostas pela regulamentação da

¹²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 16

¹²¹ *Idem. Ibidem.* p. 16.

prossecução da sua vida quotidiana domina o desenvolvimento de um sector económico.

Neste sentido, é na estruturação da representatividade destes sectores económicos e, paralelamente, do jogo de influências junto do Terreiro do Paço que a clara definição de políticas e estratégias são montadas de forma a garantir a sua viabilidade. A primeira metade do século XIX, também ele caudilho de promessas aos interesses *liberalmente* instalados, prometia no intuito de satisfações plenas e na reorganização de uma ordem económica e social pretensamente não corporativista, regular e normalizar interesses, vontades e promessas à luz do já publicado Código Comercial de Ferreira Borges. Mas tal não foi possível, não por impossibilidade legal mas antes por oportunidade política.

Sobre esta questão, Fernando de Sousa e Jorge Alves procuram na confrontação com os factos legal e juridicamente estabelecidos desde 1833 até à acção e reacção Setembrista, equacionar as razões que validaram os políticos a defender a causa da instrução industrial num período que nada obstinha a criação do ensino comercial. Mais que os argumentos de carácter estrutural e conjuntural que mediavam ora a necessidade de um ramo de instrução profissional ora a de outro ramo, fora na confluência dos interesses instalados e a instalar que as políticas doutrinárias do instrução profissional tiveram origem a partir dos pequenos nichos de representatividade económica que a lei determinava.

"Com o estabelecimento do Código Comercial em 1833, da autoria de Ferreira Borges, e a eliminação dos resíduos corporativos que ainda se mantinham, promoveu-se institucionalmente a nova representação oficial das forças económicas, estimulando a criação de associações representativas. Permitiu-se nomeadamente, que vinte negociantes pudessem constituir uma 'praça do comércio' em qualquer localidade. Assim aconteceu, logo em 1834, na capital e no Porto e depois noutras cidades."¹²²

Por outro lado e tal como refere Jorge Alves, a dificultar e retardar a afirmação e consolidação da representação dos interesses económicos e nomeadamente industriais no Porto, assistiu-se a uma elevada conflitualidade e jogos de bastidores onde os interesses comerciais institucionalizados na representação da Associação Comercial do Porto que mantinha uma relação privilegiada com o poder central, particularmente junto da corrente cartista, condicionou a facção adversa de cariz industrial e conotada com o setembrismo pautal.¹²³ A cumplicidade de que a Associação Comercial do Porto era acusada de defender os interesses de grandes

¹²² SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes – *A Associação Industrial Portuense: para a história do associativismo empresarial*. Porto: Associação Industrial Portuense, Câmara do Comércio e Indústria, 1997. p. 12.

negociantes cartistas e cabralistas constituiu argumento para que no Porto fosse criada uma Associação que defendesse os interesses dos industriais.¹²⁴

Não estamos aqui perante uma causa do atraso da implantação do ensino comercial? Porque razão os Setembristas legislaram no sentido de criar condições para o ensino industrial omitindo o comercial? Tal como Fernando de Sousa e Jorge Alves intentam nas medidas adoptadas por Passos Manuel sob o estigma de “*dividir para reinar*”¹²⁵, actual é a questão sobre a necessidade de criar e “*multiplicar as associações de carácter económico*”¹²⁶ criada que estava a Associação Comercial do Porto (1834) e de se assistir através do Decreto de 23 de Setembro de 1836, a Manuel da Silva Passos ceder às pressões e “*interesses das pequenas indústrias e dos operários adeptos do Setembrismo junto do Governo*”¹²⁷ para caminhar no sentido de criar condições à instrução industrial e não à comercial.

Se o estado em que se encontrava a indústria do Porto, na primeira metade do século XIX, não se justificava o lançamento de uma associação industrial,¹²⁸ então, o que fez correr Passos Manuel? E porque não avançou o ensino comercial se tinham sido já criadas as condições institucionais e o “*corpus legal*” para a sua emergência, nomeadamente através da publicação em 1833 do Código Comercial?

Porquê então este injustificável atraso de 50 anos para o ensino comercial? Se as imposições e necessidades de 1886 faziam-se já sentir em 1836 e se o Código Comercial regulamentava já as práticas comerciais e determinava um conjunto de pressupostos legais necessários à actividade comercial, porque não colocar na prática as imposições do Código? E em relação ao ensino industrial, porquê adiar para 1852?

Não encontramos aqui ainda alguns “*resíduos corporativistas*” de velhos do Restelo que não viam com bons olhos a implementação do Código Comercial? Foram as claras influências de manobras de jogos políticos de bastidores e a latente conflitualidade de pretensões individuais, mais preocupados em capitalizar interesses que, sobrepondo-se às necessidades colectivas de um povo pautaram os avanços e recuos no processo da implementação e institucionalização quer do ensino profissional industrial e comercial quer no reconhecimento e aprovação de instrumentos legais e estatutários que permitissem a sua posterior execução? E que forças de bloqueio trancaram e truncaram este pressuposto liberal? Os partidários do Setembrismo constituíram grupos de pressão pró-industrial ou anti-comercial?

¹²³ ALVES, Jorge Fernandes – O Emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social*. Vol. XXXI. n.º 136-137 (2º, 3º 1996). p. 542. Ver Também SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes – A Associação Industrial Portuense. *Op. Cit.* p. 15.

¹²⁴ Ver Também BONIFÁCIO, Maria de Fátima – A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX). *Análise Social*. Vol. XXII. n.º 91 (2º 1986). pp. 331-367.

¹²⁵ SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes – A Associação Industrial Portuense. *Op. Cit.* p. 14.

¹²⁶ *Idem. Ibidem.*

¹²⁷ *Idem. Ibidem.* p. 15.

À falta de respostas, somos tentados em nos alistar nas fileiras do pensamento de Fernando de Sousa e Jorge Alves ao duvidar que as medidas de 23 de Setembro de 1836 fossem para dar voz à “*pequena e média burguesia que tinha gerado o Setembrismo*.”¹²⁹ Foi notoriamente a falta de vontade política que impôs a tardia implementação quer do ensino industrial quer do ensino comercial, este, filho ilegítimo largado por 50 anos na roda dos interesses...

2.2.2 - RODRIGUES DE FREITAS E A INSTRUÇÃO COMERCIAL

“A principal origem do nosso atraso está na falta de instrução especial, de noções técnicas. Na reforma do ensino, desde a elementar até à superior, deverá o legislador ter bem presente que este nosso atraso é um dos maiores perigos que a nação pode correr.”¹³⁰

José Joaquim Rodrigues de Freitas, escritor, economista, professor e político, essencialmente preocupado “*com o progresso económico e a solidariedade, dentro do quadro mental da nova ciência económica*”¹³¹ e defensor da difusão das luzes da ciência pura e da ciência aplicada, legou-nos alguns escritos dispersos, outrora, maioritariamente publicados n’ *O Comércio do Porto*, e agora reunidos por Jorge Fernandes Alves numa actualizada e acrescentada versão intitulada *Novas Páginas Avulsas*,¹³² publicada pela Fundação Engº António de Almeida, em 1996 no âmbito das manifestações culturais que assinalaram o Centenário da Morte daquele que foi o primeiro deputado republicano da cidade Invicta.

Tratando-se de um importante conjunto de testemunhos, narrados e (d)escritos na primeira pessoa, cujo conteúdo e pertinência dos princípios e valores

¹²⁸ *Idem. Ibidem.*

¹²⁹ *Idem. Ibidem.* p. 14.

¹³⁰ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – A Indústria e a ciência. *O Comércio do Porto*, 28 e 29 Out. e 6 Nov. 1880, citado por ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos* (Actas do Colóquio organizado por ALMODÔVAR, António; ALVES, Jorge Fernandes; GARCIA, Maria do Pilar, realizados nos dias 28 e 29 de Outubro de 1996, no Palácio da Bolsa, Porto), p. 282.

¹³¹ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de ALVES, Jorge Fernandes). Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1996. p. 5.

¹³² “No remoto ano de 1906, a viúva de Rodrigues de Freitas lançou-se no trabalho de reunir alguns escritos dispersos e publicar a colectânea intitulada ‘Páginas Avulsas’, prefaciada por Carolina Michaelis de Vasconcelos e Duarte Leite, para assinalar o décimo ano sobre a morte do escritor.” Cfr. FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves). Porto: Op. Cit. p. 5

defendidos - no sentido da dimensão humanista da vida e obra, num período ritmado pela busca incessante de soluções autoritárias - se revelam hoje “*ainda de uma admirável actualidade*”¹³³ e “*diversidade de questões por ele abordadas*.”¹³⁴ Embora as *grandes questões do seu tempo* teimam a perpetuar-se no tempo das grandes questões, reviver – e porque não reflectir? – o seu pensamento como referência aos problemas do século XIX será muito mais que deixar cair os seus ideais na mármore e fria memória de qualquer uma placa toponímica.

Trazer o *Freitinhas*¹³⁵ à galeria daqueles que souberam dar voz às incómodas perguntas que preencheram, para os lados do Terreiro do Paço, as intermináveis páginas dos *Diários das Sessões*, precocemente rompendo a sua posição de *politicamente incorrecto*, não é uma homenagem, nem um dever cívico que a poeira de história não deixou pousar. É antes de mais uma necessidade imposta pela análise da *linguagem dos factos*¹³⁶ e testemunhada pelos documentos. Ler e reler os seus escritos e as suas crónicas jornalísticas, escutar os seus discursos,¹³⁷ palavra a palavra, frase a frase, foi para nós, que durante muitos anos nos alistamos na legião dos que apenas sabiam indicar a localização da Rua, Avenida ou Escola Rodrigues de Freitas, um acto de modesta e reconhecida *contrição histórica*, preconizada pelo total desconhecimento de uma personagem de quem estranhamente passamos a gostar e de quem queremos – sem saber como – tomar partido.

A certeza com que aceitamos as suas reivindicações, compreendemos e partilhamos as sugestões, toleramos e aplaudimos as suas espontâneas, contidas e direccionadas críticas, ironicamente envenenadas, varejando e fazendo estremecer o auditório, deixou-nos perplexos. Fora, porventura, a sua “*prosa clara, linear, elegante e pedagógica*”¹³⁸ que nos apaixonou... presos que ficamos “*pela beleza e harmonia da linguagem, pelo vigor das ideias e valor dos conceitos e ainda pela isenção, honestidade e independência que revestiam o seu nobre carácter*.”¹³⁹

Só Eça, o intemporal Eça de Queirós que derretia irónica e mordazmente o Portugal raquítico do século XIX, foi quem, como ele, inteligentemente inflamou tribunas de privilegiados e *pulpitou* assistências, moralizando com a verdade, a ética e

¹³³ *Idem. Ibidem.* p. 6.

¹³⁴ *Idem. Ibidem.* p. 38.

¹³⁵ *Idem. Ibidem.* p. 12. Ver Também SALGADO, Heliodoro – *Comércio e Indústria*. Vol. III, nº 129, 1889, citado por ALMODOVAR, António (Introd. e Dir. de Edição) – *J. J. Rodrigues de Freitas: obras económicas escolhidas (1872-1889)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1996. p. XII. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 14).

¹³⁶ Cfr. FREITAS, J.J. Rodrigues de – *A Crise monetária e política de 1876. Causas e remédios*. Porto: Livraria Moré, 1876, p. 6 e 21, citado por ALMODOVAR, António (Introd. e Dir. de Edição) – *J. J. Rodrigues de Freitas: obras económicas escolhidas (1872-1889)*. Op. Cit. p. XII.

¹³⁷ ALVES, Jorge Fernandes (Recolha e Introdução) – *Rodrigues de Freitas: intervenções parlamentares (1870-1893)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

¹³⁸ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves). Op. Cit. p. 15.

¹³⁹ FERREIRA, Armando Gomes – José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896). *O Tripeiro*. Ano X, V Série, nº6 (Out. 1954). p. 174.

a justiça social, o eco das grandes massas da população estatisticamente perdida num Portugal provinciano, verdadeiro arauto e “*defensor acérrimo das virtudes da democracia representativa*.”¹⁴⁰

A contemporaneidade dos seus escritos no que se refere à Instrução Comercial,¹⁴¹ num cenário bastante familiar e identificado com sua passagem pela Academia Politécnica do Porto,¹⁴² primeiro como aluno (1855) que sai formado com o curso de engenheiro civil de pontes e estradas em 1862 e depois de 1864 a 1896, como docente - Lente substituto da 11ª e 12ª cadeira,¹⁴³ respectivamente, *Comércio e Economia Política e princípios de direito comercial e administrativo*¹⁴⁴ – juntamente com as funções de dirigente da Associação Comercial do Porto e deputado, permite-nos – para um período em que o ensino comercial procura emergir – acompanhar quais as prioridades e soluções que os governos da Monarquia tinham programado e, paralelamente, que alternativas e projectos apresentavam os deputados.

Importava ouvir as sugestões, preocupações, críticas e comentários daquele que, nato e criado no Porto, profundo conhecedor da realidade da instrução comercial, foi, no seu tempo e na privilegiada tribuna parlamentar, o porta voz das contínuas reclamações sobre as necessidades de reformas exigidas para o ensino das ciências comerciais.

Por outro lado e tal como refere Jorge Alves,

“Culturalmente, Rodrigues de Freitas integra-se de facto já numa nova geração, que evidencia o conhecimento das novas correntes filosóficas e científicas em voga na época, nomeadamente o positivismo e o evolucionismo, aspectos que hão-de marcar as suas opções profissionais e políticas, caldeando o conhecimento profundo das diversas correntes económicas e sociais que foram surgindo ao longo da sua vivência.”¹⁴⁵

Como refere Jorge Alves, “*constituindo uma verdadeira história do ensino oitocentista em Portugal, os artigos de Rodrigues de Freitas sobre a instrução*”¹⁴⁶ mostram-nos a consciência e a denúncia do atraso de Portugal em relação aos demais países. Esta preocupação acompanhada por “*múltiplas sugestões no sentido de tornar*

¹⁴⁰ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves). Op. Cit. p. 8.

¹⁴¹ “Um dos temas nucleares da sua obra,” Cfr. refere ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 271.

¹⁴² Cfr. SANTOS, Cândido dos – A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 21. “A sua ligação à Politécnica cobre o período que vai de 1855 a 1896, um espaço de tempo de 41 anos, durante o qual lhe foi dado viver os piores e os melhores momentos da escola a que estava ligado.”

¹⁴³ Por Decreto de 29 de Dezembro de 1864 e Carta Régia de 6 de Abril de 1865. Por Decreto de 15 de Maio de 1867 é promovido a Lente Proprietário da 11ª cadeira, tomando posse a 16 de Agosto do mesmo ano. Cfr. FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de ALVES, Jorge Fernandes). Op. Cit. p. 13.

¹⁴⁴ O ensino da Economia estabelece-se na década de 30 do séc. XIX, na Faculdade de Direito de Coimbra e na Escola Politécnica de Lisboa. Na Academia Politécnica do Porto, a cadeira de Economia que incluía Princípios de Direito Comercial e Administrativo, só foi criada em 1857. Cfr. SOUSA, José Ferreira Marnoco e – *Economia Nacional*. França: Amado Ed., 1909, pp. 6-7.

¹⁴⁵ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves). Op. Cit. p. 11.

operativas as medidas legislativas”¹⁴⁷ evidenciava-se igualmente com a instrução profissional – industrial e comercial – que, tal como tentara Passos Manuel, “*deveria tornar-se num pilar fundamental da sociedade, como única via para progredirmos em termos económicos.*”¹⁴⁸ Não longe desta linha de pensamento, vai-se manifestar Rodrigues de Freitas, integrado “*num contexto intelectual de cariz positivista, onde predominava a crença na educação como elemento motor da regeneração da sociedade.*”¹⁴⁹

Trabalhando a reflexão exposta e adiantada por Jorge Alves quando questiona da possibilidade de haver nas intervenções de Rodrigues de Freitas um discurso estratégico sobre a educação,¹⁵⁰ somos levados a partilhar do mesmo raciocínio, reforçado pelas diferentes exposições que durante a segunda metade de Oitocentos, o *Freitinhos* procurou transmitir e consolidar. Ao longo dos seus escritos encontramos um discurso delineado e definido por princípios e ideias que, no constante recurso à “linguagem dos factos” nos convence estarmos perante uma mensagem, ideologicamente estruturada, de argumentação contínua, permanente e duradoira, que seja a base da instrução de massas e difusão de saberes na moderna concepção positivista de progresso.

Os discursos e as concepções pedagógicas do republicano não foram pois fugas ocasionais e espontâneas, fruto da beleza retórica político-partidária de quem, como político experimentado, dono da oratória, da persuasão e sedução discursiva tentasse, em vésperas de angariação de votos e simpatias, convencer o eleitorado.

Não, não cremos. A validar esta ideia, Jorge Alves remonta a 1855 e encontra aí algumas ingénuas e inocentes preocupações sobre a instrução que o jovem *Freitinhos*, à um mês matriculado na Academia Politécnica do Porto,¹⁵¹ procurava expor no trissemanário progressista *Pedro Quinto*.¹⁵²

A sua persistente abordagem e reconhecido conhecimento sobre a realidade do ensino no Portugal do século XIX é atestada pelas instâncias governamentais que lhe solicitam a elaboração de um documento para ser apresentado na Exposição Internacional de Paris (1867). Em *Notice Sur Le Portugal*,¹⁵³ denota já um profundo conhecedor da realidade da instrução e dos diferentes instrumentos legislativos que operaram as diferentes reformas durante o período da monarquia constitucional.

¹⁴⁶ *Idem. Ibidem.* p. 27.

¹⁴⁷ *Idem. Ibidem.* p. 26.

¹⁴⁸ *Idem. Ibidem.* p. 27.

¹⁴⁹ ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. *Op. Cit.* p. 271.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.*

¹⁵¹ “A 12 de Outubro de 1855, com 15 anos de idade, José Joaquim Rodrigues de Freitas matricula-se no curso de engenheiros de pontes e estradas.” Cfr. SANTOS, Cândido dos – A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas. *Op. Cit.* p. 21

¹⁵² Cfr. Artigo sem título *Pedro Quinto*, de 15.11.1855, nº 26, 1ª pág. citado por ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. *Op. Cit.* p. 272.

Abordando a instrução como um todo necessário cujo atraso se reflecte nos mais variados aspectos da realidade cultural, social, económica e política portuguesa, alinhavou aqui e acolá, os verdadeiros métodos da instrução infantil, primária, secundária e superior. Ao ensino profissional – industrial, agrícola e comercial – Rodrigues de Freitas deduz a trilogia instrução, capital e trabalho como a riqueza de uma sociedade que deve caminhar para o progresso através da escola.

O modelo de *Kindergarten* de Froebel¹⁵⁴ pela implementação dos jardins de infância para o ensino infantil juntamente com a criação de bibliotecas e museus de apoio à instrução foi duramente criticado por Rodrigues Sampaio, que o achou “*um dos maiores corruptos que temos entre nós, porque o seu talento e a sua afabilidade seduzem mais do que as ameaças e do que o dinheiro.*”¹⁵⁵

É pois nos seus artigos de imprensa e nos discursos parlamentares que podemos observar a capacidade de domínio e exposição dos vastos conhecimentos, sua espantosa versatilidade, onde as questões sobre a instrução pública – industrial e comercial – surgem retratados n’ *O Comércio do Porto*, nomeadamente durante os anos de 1879, 1880 e 1881. No ano de 1879, o *Discurso Parlamentar sobre a Instrução Pública* – sessões de 7 e 9 de Maio¹⁵⁶ – em prol da difusão do ensino e da instrução das massas populacionais, denotando-se uma precoce preocupação por um eleitorado que através da instrução, ajude na construção de uma opinião pública mais participativa que representativa, “*como base para sustentar uma república democrática e desenvolvida.*”¹⁵⁷

“Num país como o nosso é indispensável que os cidadãos compreendam bem os seus direitos e os seus deveres; é necessário que uma opinião pública verdadeiramente esclarecida auxilie eficazmente os governos e os parlamentos.”¹⁵⁸

Apoiados por um itinerário cronológico de acontecimentos procuraremos nos reter nas suas considerações sobre o ensino comercial.

¹⁵³ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Notice Sur Le Portugal*. Paris: S.n., 1867.

¹⁵⁴ A metodologia froebeliana encontra-se presente nas diferentes incursões de Rodrigues de Freitas, principalmente quando aborda o ensino infantil. Ver FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *O Centenário de Froebel*. *O Comércio do Porto*. 16 Abr. 1882, citado por ALVES, Jorge Fernandes – Rodrigues de Freitas. Novas páginas avulsas. *Op. Cit.* p. 143.

¹⁵⁵ Cfr. FREITAS, Rodrigues de – *Discurso Parlamentar sobre a Instrução Pública proferido na Câmara dos Senhores Deputados nas sessões de 7 e 9 de Maio de 1879 e a resposta dada ao mesmo discurso pelo Exmº Sr. Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio*. Porto: S.n., 1879, citado por ALVES, Jorge Fernandes – *A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução*. *Op. Cit.* p. 278.

¹⁵⁶ Sessão de 7 de Maio 1879, pp. 522-530 e Sessão de 9 de Maio 1879, pp. 531-540. Cfr. ALVES, Jorge Fernandes (Recolha e Introdução) – *Rodrigues de Freitas: intervenções parlamentares (1870-1893)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

¹⁵⁷ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas* (recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves). *Op. Cit.* p. 39.

¹⁵⁸ *Idem. Ibidem*. p. 20.

Tomando o ensino comercial ministrado na Academia Politécnica do Porto como referência e os cursos de comércio em Lisboa, como comparação, a diminuta frequência de alunos¹⁵⁹ verificada a partir de 1863 aumentou as reclamações sobre a urgente necessidade de se proceder a profundas reformas neste tipo de ensino técnico. Tal como o próprio afirmava, encoberto e protegido pela experiência da docência, os cursos aí ministrados estavam desactualizados e pessimamente organizados. Em 1877, ele próprio constituído que é relator de um projecto de reforma para o Curso Superior de Comércio,¹⁶⁰ dá conta do estado em que se encontra o curso de comércio na Academia Politécnica do Porto. "O curso de comércio da Academia Politécnica do Porto está quase completamente abandonado desde alguns anos. Em 1876-1877 não houve para ele um único aluno. A contar de 1861-1862 a frequência é muito pequena."¹⁶¹

Ilustrando com exemplos de algumas escolas comerciais europeias, cujos modelos científicos e pedagógicos deveriam ser seguidos, incluindo a instrução comercial ao sexo feminino, Rodrigues de Freitas recorre ao caso francês onde é por demais evidente o sucesso alcançado pelas escolas comerciais de sexo feminino na preparação da mulher para a actividade comercial.¹⁶² É fácil de apercebermo-nos o quanto Rodrigues de Freitas valorizava a componente prática dos programas das cadeiras do ensino comercial não relegando para nível inferior a componente teórica. Por outro lado permitiria uma maior e melhor ligação da escola ao mundo do trabalho através da criação de uma espécie de *Conselho Consultivo*¹⁶³ "para estabelecer a harmonia possível entre o ensino académico e a prática dos negócios."¹⁶⁴ O seu persistente desejo de que as instâncias governamentais procedessem à fusão do Instituto Industrial do Porto com a Academia Politécnica do Porto não só permitiria a maior gestão de meios técnicos, pedagógicos, científicos e humanos, diminuindo as despesas com o ensino, como da mesma forma aliava-se a teoria à prática

¹⁵⁹ SANTOS, Cândido dos – A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 25. Ver também NUNES, Maria de Fátima – Rodrigues de Freitas: da Academia Politécnica do Porto ao publicismo Oitocentista. Notas dispersas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 38.

¹⁶⁰ "Projecto de Reforma do Curso Superior de Comércio, aprovado em sessão do Conselho Académico de 31 de Julho de 1877, e enviado por officio ao Ministério do Reino, pela Direcção Geral de Instrução Pública em data de 29 de Dezembro de 1877, a pedido de Adriano d'Abreu Cardoso Machado, Director da Academia Politécnica do Porto." Cfr. NUNES, Maria de Fátima – Rodrigues de Freitas: da Academia Politécnica do Porto ao publicismo Oitocentista. Notas dispersas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 37.

¹⁶¹ Academia Politécnica do Porto – *Catálogo da Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto. 1ª parte: catálogo dos livros de mathematica e de philosophia natural*. Porto: Typographia Central, 1833, citado por NUNES, Maria de Fátima – Rodrigues de Freitas: da Academia Politécnica do Porto ao publicismo Oitocentista. Notas dispersas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 38.

¹⁶² *Idem*. *Ibidem*. pp. 38-39.

¹⁶³ Composto por docentes da Academia Politécnica do Porto e comerciantes indicados pela Associação Comercial do Porto. Cfr. ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. Op. Cit. p. 283.

¹⁶⁴ FREITAS, Rodrigues de – Estudos comerciais. *O Comércio do Porto*, 3 e 8 Jan. 1880; FREITAS, Rodrigues de – Ensino Comercial. *O Comércio do Porto*, 24 Jun. 1885, citado por ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. Op. Cit. p. 283.

favorecendo e enriquecendo o desorganizado curso comercial.¹⁶⁵ Mais que uma necessidade que se impunha, voltamos a encontrar aqui, uma filiada ideologia Setembrista que Rodrigues de Freitas nunca escondera, e que se traduziria na síntese das diferentes reformas à muito exigidas e sucessivamente adiadas desde Passos Manuel.¹⁶⁶ Desta forma propõe que as matérias das diferentes cadeiras obedecessem à seguinte organização:

- Escrituração e aritmética comercial;
- Economia política, história do comércio, geografia comercial, princípios de finanças, legislação aduaneira, instituições de crédito, sistemas monetários, deveres do comerciante;
- Noções gerais de direito comercial;
- Produtos comerciais, química industrial;
- Francês e inglês;
- Princípios de física.¹⁶⁷

N'O *Comércio do Porto* de 1 de Novembro de 1879, Rodrigues de Freitas recorda que sendo intenção do Ministro das Obras Públicas melhorar as condições do ensino industrial e comercial, apela à maior brevidade na discussão pelo parlamento do respectivo projecto no sentido deste ser convertido em lei no primeiro semestre de 1880, evitando assim ficar esquecida, por não pertencer, infelizmente, ao número daquelas que a opinião pública reclama.

"A organização do ensino comercial está carecendo de forma desde muito tempo; a Academia Politécnica do Porto e a Sociedade de Geografia de Lisboa têm-se ocupado deste assunto, para a qual chamamos atenção das associações comerciais.

Em Lisboa há um curso de comércio no Instituto Industrial; apesar de deficiente ainda, é muito melhor que o da Academia Politécnica; este último é tão mal organizado, e tem sido tão pouco útil, que a conservação dele no estado actual é uma prova de que os governos, na sua generalidade, têm atendido pouquíssimo às mais urgentes necessidades da Academia. Desde 1837 até agora ainda não se ampliou o quadro daquele cursos senão com parte das matérias professadas na cadeira de economia política, princípios de direito administrativo e mercantil (a qual não foi, porém, criada por causa do curso de comércio), e com o estudo especial de vários assuntos económicos, tais como bancos, moeda, etc.

A frequência é quase nula; desde muitos anos nenhum aluno completa o curso, que é trienal; às vezes não há aluno algum; e contudo não se tentou ainda introduzir melhoramentos que atraíam estudantes, nem se procurou aproveitar melhor o que se dispense.

Lá fora o ensino comercial progride rapidamente: Compreende-se que as relações mercantis exigem hoje conhecimentos mais vastos do que outrora. Governos e associações tratam de satisfazer esta exigência.

... o estudo próprio para pilotos já desapareceu da politécnica... Para que não suceda o mesmo ao curso de comércio, do qual supomos que sem grande aumento de despesa se podem tirar grandes vantagens, pedimos ao sr. Ministro do reino que o considere nas propostas que acerca de instrução pública sua exc.^a tenciona apresentar ao parlamento."¹⁶⁸

¹⁶⁵ ALVES, Jorge Fernandes – A Construção interior: Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. *Op. Cit.* p. 286. Ver Também *O Comércio do Porto*, (3 Set. 1881).

¹⁶⁶ *O Comércio do Porto*, 07 Set. 1881, citado por ALVES, Jorge Fernandes. *Novas páginas avulsas. Op. Cit.* p. 140.

¹⁶⁷ NUNES, Maria de Fátima – Rodrigues de Freitas: da Academia Politécnica do Porto ao publicismo Oitocentista. *Notas dispersas. Op. Cit.* p. 40.

¹⁶⁸ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - Ensino Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*, (1 Nov. 1879).

Natural apologista das ciências puras e das ciências aplicadas, em Novembro de 1880 escreve que “a antiga *Academia Real da Marinha e Comércio* e a moderna *Academia Politécnica do Porto* foram instituídas não tanto para que ministrassem altos conhecimentos teóricos como para que a larga prática esclarecesse as lições indispensáveis à compreensão das teorias.”¹⁶⁹

Recorrendo sempre que possível às reformas do *elevado espírito e pensamento altamente patriótico* de Passos Manuel de 1836 e à criação da Academia Politécnica do Porto em 1837, procurando encontrar aqui uma referência e itinerário cronológico que marcasse o nosso atraso na instrução profissional, Rodrigues de Freitas, como que *persistentemente desiludido* quer com o rumo levado pela Academia Politécnica do Porto, longe das pretensões iniciais de Passos Manuel, quer com o constante atraso nas reformas da instrução, revela e releva nos seus artigos, que as soluções pontualmente encontradas em nada altera o que apenas pode ser mudado por profundas reformas.

Prova-nos uma passagem num dos seus escritos *d'O Comércio do Porto*.

“Nem os programas foram feitos em perfeita harmonia com o pensamento do patriótico fundador, [Passos Manuel] nem a Academia teve dotação correspondente aos seus fins, nem lhe deram os estabelecimentos que o decreto mencionava...”¹⁷⁰

No ano seguinte, os meses de Agosto e Setembro de 1881, conhecem n’*O Comércio do Porto* novas considerações sobre a instrução comercial. Não escondendo as suas simpatias com o ministério de Setembro de 1836, relembra o preâmbulo do Decreto de 13 de Janeiro de 1837.

“Atendendo à necessidade de plantar no país as ciências industriais que diferem muito dos estudos clássicos e puramente científicos, e até dos estudos teóricos contendo simplesmente a descrição das artes; e oferecendo para este fim a populosa e rica cidade do Porto, a localidade mais apropriada por seu extenso comércio e outras mais circunstanciais, etc.”¹⁷¹

Criticando a concepção predominantemente teórica seguida pela Academia Politécnica desde 1838 a 1880 e não aceitando as críticas apresentadas pelo Conselho Geral da Instrução Pública e pelo Conselho Académico da Academia Politécnica do Porto que apontavam como defeituoso o Decreto de 13 de Janeiro de 1837 por estabelecer um número de cadeiras bastante inferior ao necessário, Rodrigues de Freitas demonstra que no âmbito da componente prática de trabalhos, exercícios e experiências em laboratórios, gabinetes e oficinas, nada fora efectuado

¹⁶⁹ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - A Academia Politécnica. *O Comércio do Porto*, (5 Nov. 1880).

¹⁷⁰ *Idem. Ibidem.*

¹⁷¹ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*, (22 Ago. 1881).

por não existir – ao logo dos últimos cinquenta anos – espaços devidamente preparados e apetrechados para a realização das aulas práticas.

“Em nosso entender, o legislador não quis fundar ensino tão elevado como aquele para que tendeu uma parte dos programas das diversas cadeiras da Academia, feitos em 1838, e também dos que vieram depois destes.

Passos Manuel queria erigir uma Academia industrial ou técnica, e não uma escola em que o ensino teórico fosse quase tudo e a prática ficasse em quase nada.”¹⁷²

Longa era a distância entre o decretado e o realizado.

Nem a reforma de ensino determinada pelo Decreto Lei de 20 de Setembro de 1844 que ameaçava adaptar o ensino às exigências da indústria moderna e que introduz a escrituração no segundo grau da instrução primária e no curso geral dos liceus, foi traduzida em obras.¹⁷³ Tal como refere Rodrigues de Freitas “*em 1836 e em 1844 o país cuidava mais em guerras civis e de calorosos debates que desfechavam em conspirações e revoltas; que de ensino técnico*”¹⁷⁴ estando a Academia Politécnica do Porto longe de poder satisfazer aos fins para que foi instituída.

É já na segunda metade do século XIX que o decreto de 20 de Dezembro de 1864 com a criação do Instituto Industrial do Porto faz integrar a Contabilidade na 9ª Cadeira.¹⁷⁵

Fazendo um breve historial sobre o ensino das ciências comerciais e reportando-se à Academia Politécnica do Porto, Rodrigues de Freitas explicando a sua diminuta frequência reconhece, em Setembro de 1881, que “*o curso está pessimamente organizado*.”¹⁷⁶

Sem mais terminemos esta abordagem, tal como o faz Rodrigues de Freitas:

“Chegado ao fim desta breve exposição, o leitor certamente notou com espanto a pobreza do ensino industrial e mercantil no nosso país; nenhuma das reformas da instrução industrial chegou a ser posta em prática; os planos sucederam-se antes que a experiência tivesse ensinado a corrigir ou a desenvolver; desde 1837 até 1880, as reformas destes ramos de ensino foram feitas extra-parlamentarmente; os legisladores eleitos e os dignos pares do reino jamais pecaram a este respeito; salvou-os do erro a sua inactividade.”¹⁷⁷

¹⁷² *Idem. Ibidem.*

¹⁷³ *Idem. Ibidem.*

¹⁷⁴ FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*, (26 Ago. 1881).

¹⁷⁵ *Idem. Ibidem.* (27 Ago. 1881).

¹⁷⁶ *Idem. Ibidem.* (7 Set. 1881).

¹⁷⁷ *Idem. Ibidem.*

2.2.3 - BERNARDINO MACHADO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL

Bernardino Machado, catalogado como dos poucos homens políticos do século XIX que mais atenção prestou à instrução¹⁷⁸ procurou, mais pelas ideias pedagógicas apresentadas que pela prática da legislação conseguida, implementar e apelar para o insubstituível papel do Estado na instrução das classes. Radicalmente contra a absoluta liberdade de ensino, cabendo ao Estado o papel interventor de definidor do ensino, Bernardino Machado apelida a desenfreada corrida ao ensino privado nas mãos de aventureiros sem escrúpulos, indivíduos e instituições, desprovidos das necessárias credenciais humanas e científico-pedagógicas, verdadeiros “*especuladores e empreiteiros do ensino*.”¹⁷⁹ Por outro lado defende que na escola primária terá de ser retomada e incrementada a obra de D. António Costa e de Rodrigues Sampaio; por sua vez a escola secundária deverá abrir as suas portas à educação da classe média e finalmente, no ensino superior, sabendo-se que não será gerada ciência nem autoridade enquanto a liberdade permanecer algemada por muitas cadeias, das quais a mais dura e cruel será o absurdo e injusto juramento político-religioso.¹⁸⁰ Consciente que a riqueza de um país reside nos seus recursos humanos, a sua optimização terá de ser enquadrada espacial e temporalmente na(s) realidade(s) do país, adaptando-o e adequando-o. Por outro lado, a acelerada evolução das ciências e o seu lugar autónomo na vastíssima área de conhecimentos exigia um acompanhamento reclamado pelas mutações de ordem técnica e social. A educação profissional, conforme defende Bernardino machado, “*responde a uma das mais instantes necessidades dos povos modernos*.”¹⁸¹

Desta forma e tendo em conta que a organização e articulação dos vários níveis de ensino profissional constitui tarefa polémica e implica – em face dos interesses instalados, quer de ordem técnico-científica e pedagógica quer por directrizes político-partidárias – deve ser o Estado a administrar o ensino profissional superior, remetendo o ensino profissional primário e secundário sob a atribuição das

¹⁷⁸ VALENTE, Vasco Pulido – *Uma educação burguesa: notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. p. 115.

¹⁷⁹ MACHADO, Bernardino – *Liceus para a Mulher. O Ensino Primário e Secundário*. Coimbra, 1899, citado por BENTO, Fernando Hernâni – *Bernardino Machado: pensamento sociopolítico e educativo*. Maia: Instituto Superior da Maia, 2000. p. 211.

¹⁸⁰ MACHADO, Bernardino – *pela Liberdade*. Coimbra: S.n., 1901. pp. 13-14 citado por BENTO, Fernando Hernâni – *Op. Cit.* p. 211.

¹⁸¹ MACHADO, Bernardino – *O Ensino Profissional*. (Discurso proferido na discussão parlamentar do orçamento rectificado em 1884). *O Ensino Profissional*, Coimbra, 1900. p. 8

localidades, competindo ao Estado “*suprir as suas carências e corrigir os seus desvios, para além de incentivar e apoiar todas as iniciativas locais e particulares.*”¹⁸²

Na realidade, o principal problema a nível da instauração do ensino técnico colocava-se naquilo que hoje designaríamos por ensino secundário profissionalizante. À ausência de um ensino primário generalizado contrapunha-se um ensino superior, em grande parte desadequado das necessidades do país. Do que o país necessitava não era de mais ‘sábios’, mas de técnicos capazes de dar resposta ao funcionamento da economia, por isso de se propunha “*ensino elementar para todos, ensino secundário para muitos, e ensino superior para poucos.*”¹⁸³

¹⁸² *Idem. Ibidem.* p. 13.

¹⁸³ HORTA, J. M. da Ponte e – Estado e Crítica do nosso ensino oficial. Vol. III, p. 242.

3º CAPÍTULO

O ENSINO COMERCIAL PÚBLICO DO PORTO OITOCENTISTA

"documentos oficiais da Coroa Portuguesa chegam a afirmar que possuir bons comerciantes era mais importante do que ter conhecedores das leis ou das manufacturas."¹⁸⁴

"Há mais dificuldade em fazer um bom mercador do que em fazer um doutor em direito."¹⁸⁵

3.1 – A EMERGÊNCIA DO ENSINO COMERCIAL

O auge da grande empresa marítima dos descobrimentos coloca, no alvorecer do Renascimento, Portugal como importante piloto de navegação histórica nas rotas do desconhecido e do inexistente. A coragem e competência dos seus navegadores superior e tecnicamente conhecedores da arte naval – desenvolvimento da cartografia, engenharia naval, artilharia de bordo e arquitectura militar – as armadas portuguesas conquistam e dão a conhecer um novo Império-Mundo, tão vasto quanto a dimensão das costas ocupadas. Se fortes foram os pergaminhos conquistados nos campos de batalha, mais fracos mostraram ser na capacidade comercial de explorar económica e financeiramente os domínios de que era tão frágil como gerente de um grande império. Somente o ciclo de prosperidade desencadeado no século XVIII pelo ouro do Brasil, possibilita o realinhamento das forças sociais, com a ascensão da burguesia comercial e a inevitável perda de espaço da aristocracia. Uma administração Pombalina, à época, dinâmica e arrojada, comunga com o capitalismo

¹⁸⁴ CASTRO, Claudio de Moura – Modernização e Ensino Técnico: a Aula do Comércio na Era Pombalina. *A Aula do Comércio: nas comemorações do bicentenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982, p. 9.

¹⁸⁵ PACIOLI, Luca – *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita. Particularis De Computis et Scripturis*, 1494.

de estado ambicioso e produtivo. A sociedade é salpicada com alguns pingos de Iluminismo a demonstrar o despontar para a Modernidade.

É o tempo certo de resposta às crises do pensamento Europeu do século XVII, ao reagrupar de um domínio luso, então, temporariamente perdido com o domínio Filipino e uma tentativa interna de responder às notórias influências comerciais inglesas e francesas. Criada a necessidade, havia que satisfazer a inferioridade dos comerciantes portugueses diante de seus concorrentes europeus, cada vez mais dependentes da prática de contratação de estrangeiros para funções contábeis e administrativas das empresas comerciais. A criação da Aula do Comércio irá ser o resultado de uma realidade que procura ver na sua criação, a solução de um problema. Sendo o Estado responsabilizado pela criação do problema, outra solução não encontraria que substituir a inexistente iniciativa privada pelo capitalismo de Estado. Uma resposta inequivocamente dada para suplantar a falta de iniciativa ou eficácia dos empresários particulares. A sua importância para o país reflecte-se no elogio de Sales “a Nação estava intimamente persuadida da solida utilidade e perduraveis fructos, que se tiravão do exercicio do commercio, para a republica mercantil em geral, e para a patria em particular.”¹⁸⁶

O conteúdo programático proposto procura dar resposta e satisfazer os requisitos básicos e essenciais para a organização da escrituração comercial. A Aritmética lidera as preocupações da necessidade de saber efectuar as quatro operações juntamente com a regra três simples. Segue-se-lhe as conversões de pesos e medidas, bem como as regras de taxas, seguro e práticas comerciais. A contabilidade pelo método das Partidas Dobradas requereu trazer professores¹⁸⁷ e Guarda-livros de Itália, nomeadamente de Veneza e Génova.¹⁸⁸ A caligrafia era parte integrante do curso, denotando a preocupação na clareza dos registos dos actos comerciais. Leccionado num período de três anos, em regime de quatro horas de aulas diárias. Pelos conteúdos curriculares e programáticos da Aula do Comércio, é possível estarmos perante a primeira versão dos actuais cursos de Administração. O próprio Governo, apostando para os seus quadros administrativos no recrutamento de alunos formados na Aula do Comércio garante a legitimação de um conhecimento e

¹⁸⁶ *Oração para a abertura do quinto curso da Aula do Commercio*, pronunciada em 21 de Agosto de 1776, pelo lente da mesma aula Alberto Jacquéri de Sales, Lisboa, 1776, citado por SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: o despotismo iluminado (1750-1807)*. Vol. VI. Lisboa: Editorial Verbo, p. 250.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 167.

¹⁸⁸ MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Relatório do Instituto Comercial do Porto: 1933-1945*. Porto: Imprensa Moderna, 1945. p. 9, encontra nas *Observações secretíssimas* que o Ministro de D. José elaborara e publicadas na pág. 12 do Tomo 1º, da 5ª ed. *Das Cartas e Outras Obras Selectas do Marquês de Pombal*, Lisboa, 1861. Segundo Alfredo Coelho de Magalhães, Sebastião José de Carvalho e Melo ao referir-se ao estado das artes literárias e nomeadamente à Aula do Comércio, esta aula fez “de tal sorte vulgar a aritmética, que, para o lugar de um guarda-livros, que, antes, se mandava buscar a Veneza, e a Génova, por um conto de réis, e três mil cruzados de emolumentos, sucedendo agora vagar, se apresentam, logo, vinte e mais oppositores habílssimos em tôdas as

área de saber, como a sua imediata integração nas profissões de estrutura organizacional. É pois, uma política de formação de quadros, chamando ao Governo a responsabilidade de poder intervir no realinhamento das forças sociais do país. À iniciativa Estatal de implementar infra-estruturas de cooperação e dinamismo da actividade comercial, reserva-se igualmente o direito de preencher e dotar, pela formação de quadros, os “gestores” das organizações. Dentro deste quadro normativo deparamo-nos com o emergir de uma cultura técnica superior capaz de dar forma a uma nova concepção de dirigente em que o especialista e o político se fundiam.

Por outro lado, a Aula do Comércio inaugura consigo uma visionária dualidade continuamente presente até aos dias de hoje. Configura-se, desde então, uma controvérsia entre o mundo da educação/ensino e o mundo do trabalho/produção, despertando princípios, teorias e reformas adequadamente ajustáveis às políticas macro e microeconómicas estatais.

Encarrilada numa das vertentes, apresenta-se-nos a controvérsia entre os que defendem uma educação e aprendizagem mais direccionada e especializada, resolvendo problemas concretos e outros que defendem uma educação que melhor desenvolva os talentos do raciocínio, maior visão de conjunto, genericamente preparados para uma maior variedade de tarefas e funções. A formação técnica e especializada encontra, numa sociedade tradicionalmente educada por fortes marcas escolásticas e de pendor teórico, a concepção especializada do ensino prático e de apreensão gradual. Os próprios Estatutos ordenavam que *“se não passe de humas a outras matérias, e ainda dentro dellas, de humas a outras partes, sem que em todos haja um geral conhecimento do que já for dictado.”*¹⁸⁹ É pois o aparecimento da Aula do Comércio o despontar de um *“processo de desenvolvimento que só ocorre com a substituição da tecnologia rotineira pela tecnologia progressiva”*¹⁹⁰ premeditadamente presente na ideia de Pombal *“em reforçar a competência e o poder político de uma classe emergente e de comerciantes e administradores, para cujo aparecimento muito contribuía a Aula do Comércio.”*¹⁹¹

Desta forma, quando a Aula do Comércio foi criada, a revolução tecnológica que visava a implementação da tecnologia progressiva, apenas se iniciava na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial. Adiantada no seu tempo e

arrumações de livros mercantis, e em tôdas as mais difíceis reduções de pesos e medidas, de sólidos e líquidos, e de todos os câmbios, e de tôdas as diferentes moedas que correm nas praças da Europa.”

¹⁸⁹ CASTRO, Claudio de Moura – *Op. Cit.* p. 9. Ver Também MARTINS, Everard – *A Aula do Comércio (1759): na comemoração do Segundo Centenário da sua abertura*. Lisboa: S.n., 1960, p. 12.

¹⁹⁰ QUEIROZ, Carlos Sanches de – *A Aula do Comércio. A Aula do Comércio: nas comemorações do bicentenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982. p. 10. Para este autor, tecnologia rotineira *“é o método de trabalho consagrado pela tradição, o qual, por isso, tornou-se dogmático e acrítico – características que o tornam invariante durante um longo período de tempo –, ao contrário do que ocorre com a tecnologia progressiva, a qual se modifica porque se aperfeiçoa gradualmente, à medida que se aprimoram os conhecimentos renováveis de como operar com eficácia.”*

desfasada do tipo de ensino caracterizado por um obstinado sentido académico cujo objectivo primeiro não era educar para o trabalho, antes *“organizado para atender exclusivamente à educação ornamental da classe social burguesa”*¹⁹² porque *“ao povo devia-se ensinar apenas o suficiente para habilitá-lo ao exercício duma ocupação modesta, compatível com a simplicidade da vida, pois o interesse do Estado era formar súbitos leais e submissos”* que mantendo-se eternamente analfabeto *“difícilmente instigará insurreições ou arquitectará planos vãos de reforma do Estado.”*¹⁹³

No dizer de Luís Alberto Alves, *“há nesta manifestação de apoio à formação de técnicos, três aspectos que importa evidenciar: a estreita ligação entre a renovação económica e a formação técnica; a necessidade de o Estado incentivar e promover essa vertente formativa; a consciência de uma modernização europeia a que Portugal se teria de adequar.”*¹⁹⁴

3.2 - Da implementação da Aula do Comércio à criação da Academia Politécnica do Porto (1759-1837)

Procurar, no tempo e no espaço, as origens do actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto determina remontar a um período cujo dinamismo orientado pelo mercantilismo exigia o estabelecimento de normas e regras registadas através das práticas informais de saberes e conhecimentos que a escrituração comercial começava a reclamar perante o avolumar das exigências mercantis. Primeiro com as Partidas Simples e depois com as Partidas Dobradas, a formalização da emergência da instrução comercial começou, ainda na primeira metade de Setecentos, a ganhar contornos de preocupação, nomeadamente junto de uma burguesia mercantil, tão interesseira quanto interessada no desenvolvimento do comércio de aquém e além-mar. À data, mantinha-se baixo o nível de conhecimentos comerciais dos negociantes portugueses que sendo *“poucos, fracos de cabedal e ignorantes”*¹⁹⁵ limitando-se a poucos os negociantes lusos que tinham conhecimento

¹⁹¹ CASTRO, Claudio de Moura – *Op. Cit.* p. 9.

¹⁹² QUEIROZ, Carlos Sanches de – *Op. Cit.* p. 11.

¹⁹³ *Idem. Ibidem.*

¹⁹⁴ ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. Porto: FLUP, 1998. p. 70.

¹⁹⁵ Lúcio de Azevedo citado por GONÇALVES, Júlio César da Silva – *A Aula do Comércio*. Lisboa: Instituto Comercial de Lisboa, 1959. p. 7.

da escrituração por partidas dobradas.¹⁹⁶ No dizer de Pombal, os comerciantes de Lisboa “para terem uma pessoa que lhes escrevesse uma carta legível, e lançasse uma conta que não excedesse as quatro operações de aritmética, mandavam vir um moço de Viana ou de Guimarães”.¹⁹⁷

Por alvará de 30 de Setembro de 1755 fora criada a **Junta de Comércio**, em substituição da **Mesa dos Homens de Negócios**, que o mesmo documento extinguiu alegando desmandos na sua actividade.¹⁹⁸ Desempenhou esta Junta do Comércio,¹⁹⁹ no âmbito das suas extensas atribuições, algumas funções de relevo, que o despotismo esclarecido de Pombal procurou, como se de um organismo de coordenação económica se tratasse,²⁰⁰ alargar não só ao comércio como também à indústria, com o objectivo de “aumentar o nosso comércio e fazer alinhar o nosso País com a Europa.”²⁰¹ Aliás, destino que melhor se lhe encaixava quando em 1788, no reinado de D. Maria I, com a designação de Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Terá sido pois, com Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal e conde de Oeiras que se instituiu a Aula do Comércio, primeira Escola Comercial que deve considerar-se também a primeira oficialmente fundada na Europa.²⁰² O gérmen²⁰³ da criação da Aula do Comércio vamos encontrar em 30 de

¹⁹⁶ Ratton citado por MARTINS, Everard – *A Aula do Comércio (1759): na comemoração do Segundo Centenário da sua abertura*. Lisboa: S.n., 1960, p. 5. Ver Também RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos de Portugal, nos sucessivos reinados da Monarquia: 1871-1914*, Tomo I, p. 278. MAGALHÃES, Alfredo Coelho de, no 1º Vol. do *Relatório do ICP* refere, recorrendo igualmente às *Recordações* de Jácome Ratton que “Para se fazer ideia do atraso em que estávamos, em matéria de escrituração comercial, nos meados do século XVIII,... fica-se a saber que raríssima era a casa de comércio que escriturasse os seus livros pelo método digráfico e mostrasse ter conhecimentos dos pesos, medidas e moedas estrangeiras, dos câmbios e suas combinações; e as poucas que usavam tal método e mostravam ter tal conhecimento, pertenciam a filhos de pais estrangeiros que os haviam mandado educar fora. Cfr. MAGALHÃES, Coelho Alfredo de (Org.) – *Relatório do Instituto Comercial do Porto: 1933-1945*. Porto: Imprensa Moderna, 1945, pp. 8-9.

¹⁹⁷ GONÇALVES, Júlio César da Silva – *Op. Cit.* p. 7.

¹⁹⁸ MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 7. Ver Também COSTA, Laurindo – *A Primeira Escola de Comércio no Porto. O Tripeiro*. 3ª Série, n.º 6-126, (15 Mar. 1926), p. 86.

¹⁹⁹ A Junta era composta de um provedor, seis deputados, um secretário e um procurador. Quatro deputados eram anualmente eleitos pela praça de Lisboa e dois pela do Porto.

²⁰⁰ AZEVEDO, Mário C. – *A Aula do Comércio*, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional criado no Mundo. Conferência proferida em Sessão da Escola Comercial Ferreira Borges, em Lisboa, aquando das comemorações do bicentenário da criação da Aula do Comércio. *Escolas Técnicas*. Boletim do Ministério da Educação Nacional. Lisboa, n.º 28 (1961), p. 14.

²⁰¹ SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993, p. 265, citado por TAVARES, Amândio Faustino Ferreira – *A Influência de Jaime Lopes Amorim no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 16. (Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria).

²⁰² Embora a unanimidade dos autores portugueses ateste como acto consumado a Aula do Comércio ter sido criação da iniciativa do Marquês de Pombal, outros estudos alicerçados em fontes documentais primárias, apresentam versões, no mínimo discutíveis. Nos últimos dois séculos, todos os autores portugueses ao referirem-se à Aula do Comércio, como que inertes a um certo fácil *seguidismo*, dão, citando igualmente outros autores, como verdade única a sua origem em Portugal. Dos Dicionários às Enciclopédias, dos Manuais Escolares às diferentes publicações que ao tema propuseram alguma disponibilidade, o ano de 1759 juntamente com a cidade de Lisboa continuam a ser intocáveis tal como o facto de ter sido a primeira escola oficial de ensino comercial existente. Afirmam-no e reafirmam-no Júlio César da Silva Gonçalves, Carlos Baptista da Costa, Everard Martins, Laurindo Costa, Alfredo Coelho de Magalhães, Rodrigo Afonso Pequeto, Francisco António Correia, e outros que, em tempo oportuno, nos referiremos.

²⁰³ RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* p. 273.

Setembro de 1755 e em Dezembro de 1756 nos Estatutos²⁰⁴ da já referida Junta do Comércio:

"Dos mestres da Aula do Comércio, e seus exercícios".

"Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas e de pesos, inteligência de Câmbios e das mais partes que constituem um perfeito comerciante, tem sido de grande prejuízo ao comércio destes reinos, se deve estabelecer por esta Junta uma aula, em que (...) se faça presidir um ou dois mestres dos mais peritos que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes e as obrigações que são próprias de tão importante emprego.

Para que mais facilmente se possam aproveitar da sobredita lição as pessoas destituídas de meios para a sua subsistência, se fará aceitação de vinte assistentes, filhos de homens de negócios, havendo-os, aos quais se contribua com o emolumento que se julgar bastante para animar os que tiverem meios e sustentar os que dele carecerem para a sua subsistência; e, para a boa administração da referida Aula, se formarão particulares Estatutos, que se farão públicos."²⁰⁵

Três anos depois, em 19 de Abril de 1759 nascem os Estatutos da Aula do Comércio,²⁰⁶ cuja formação D. José ordenara no texto anterior, sendo confirmados por Alvará de 19 de Maio do mesmo ano. Ora repetindo as pretensões configuradas nos Estatutos da Junta ora acrescentando e consolidando a necessidade das boas práticas da escrita comercial onde era sentida a *"dificuldade em encontrar as lições"*,²⁰⁷ os Estatutos da Aula do Comércio *"havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição e ordem dos livros do mesmo comércio é uma das primeiras causas e o mais evidente princípio da decadência e ruína de muitos negociantes... e procurando... emendar esta conhecida desordem, propôs Sua Magestade..., para que nesta pública e muito importante Escola se ensinassem os princípios necessários a qualquer negociante perfeito, e pela comunicação do método italiano, aceito em toda a Europa, ninguém deixasse de guardar os livros do seu comércio com a formalidade devida."*²⁰⁸

²⁰⁴ Os Estatutos da Junta do Comércio estão datados de 12 de Dezembro de 1756 e foram aprovados por Alvará de 16 do mesmo mês.

²⁰⁵ Capítulo XVI dos Estatutos da Junta do Comércio. Cfr. *Colecção das Leis, Decretos e Alvarás, que compreende o feliz reinado de El-Rei fidelíssimo D. José I Nosso Senhor, desde o ano de 1750 até o de 1760, e a Pragmática do Senhor Rei D. João V do ano de 1749*. Tomo Iº, Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, MDCCXC. Ver Também *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, pp. 231-241 e SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 90.

²⁰⁶ A Comissão que elaborou os referidos Estatutos era constituída por José Francisco da Cruz, João Rodrigues Monteiro, Manuel Dantas de Amorim, João Luís de Sousa Sayão, Anselmo José da Cruz, Inácio Pedro Quintela e João Henriques Martins. Cfr. MARTINS, Everard – *A Aula do Comércio (1759): na comemoração do Segundo Centenário da sua abertura*. Op. Cit. p. 9. O *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, na pág. 241 no lugar de João Henriques Martins coloca José Henriques Martins e Joaquim Veríssimo Serrão, no seu Vol. VI da História de Portugal, p. 248, refere João Luís de Sousa Faião em vez de Sayão.

²⁰⁷ O primeiro Tratado de Contabilidade publicado em Português foi *"Mercador exacto nos seus livros de contas, ou método fácil para qualquer mercador e outros arrumarem as suas contas com a clareza necessária, com o seu diário, pelos princípios das Partidas Dobradas"* da autoria de João Baptista Bonavie, publicado em Lisboa no ano de 1758.

²⁰⁸ Em meados de Setecentos reconheceu-se que a falta de legislação que penalizasse a desorganização da escrituração comercial, até então motivo de ruína, leva à publicação do Alvará de 13 de Novembro de 1756 que submetia a duros castigos os negociantes falidos, caso se provasse que tinham prevaricado dolosamente, escondendo fazendas, dinheiro ou livros, sendo obrigados a ter pelo menos um livro Diário. Cfr. OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 167. A Lei de 30 de Agosto de 1770 obrigava que se matriculassem os negociantes na Junta do Comércio, declarando-se os empregos para que se precisava a aprovação na Aula do Comércio. A partir do ano de 1771 não seriam admitidos à matrícula, na Junta do Comércio, os comerciantes aos quais faltassem os predicados da probidade, da boa fama, da verdade e boa fé... com vícios notórios, pelos quais se tornassem indecentes, ou onerosos à útil corporação comerciante. A mesma Lei de 30 de Agosto de 1770 determina que sejam matriculados, mas em livro separado, os Guarda-livros, Caixeiros, Praticantes das casas de negócio portuguesas e das

Com classes de 20 a 30 alunos e cursos de duração de 3 anos, a Aula, presidida por um ou dois Mestres,²⁰⁹ “desembaraçados de outras dependencias”²¹⁰ será ministrada todas as manhãs “*principiando as lições de inverno pelas oito horas e acabando pelo meio-dia; e de verão pelas sete e acabando pelas onze*”²¹¹ leccionando-se a Aritmética, noções sobre pesos e medidas, câmbios da diversas praças comerciais, seguros e escrituração comercial²¹² pelo método das Partidas Dobradas.²¹³ Uma importante lacuna fazia-se sentir na Aula de Comércio para todo o Comerciante – a falta do ensino da geografia – pouco depois remediada por iniciativa de Jácome Ratton.²¹⁴

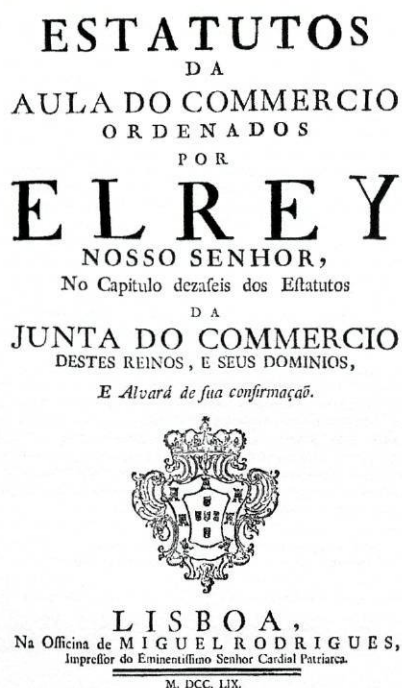


Fig. 33 – Estatutos da Aula do Comércio

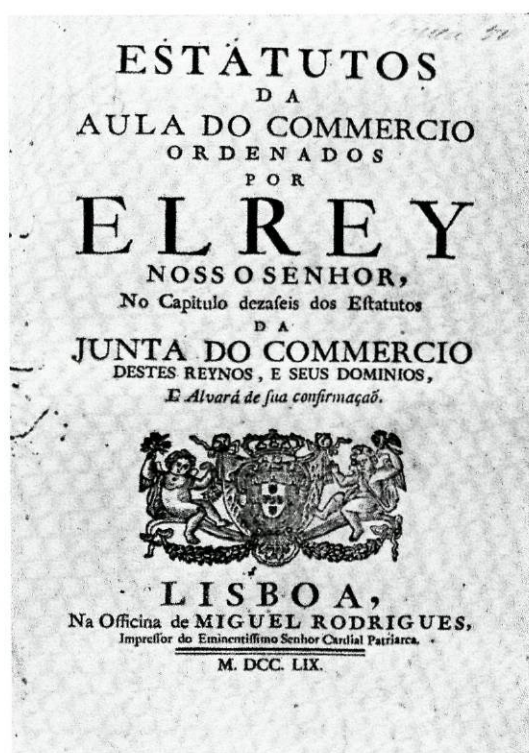


Fig. 34 – Estatutos da Aula do Comércio

corporações e sociedades públicas ou particulares. Cfr. RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* p. 276; MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 15 e OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 167. A honra da vida comercial e a sua segurança jurídica ficam ainda mais afirmadas no Decreto de 20 de Junho de 1774, em que se declara que os escritos dos comerciantes matriculados na Junta do Comércio têm a força de escrituras públicas nos assuntos de seus negócios. Cfr. OLIVEIRA, Camilo M. de – *Op. Cit.* p. 168.

No século seguinte, o Edital de 18 de Dezembro de 1819 declara que só os negociantes matriculados se podiam apresentar como falidos.

²⁰⁹ Francisco António Correia no II Vol. da *História Económica de Portugal* (p. 114) afirma a nomeação de um só lente... Sobre esta questão, o *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, nas páginas 232 e 233 lança os devidos esclarecimentos.

²¹⁰ *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 233.

²¹¹ RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* p. 274. Ver Também *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 236.

²¹² *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, pp. 236-239.

²¹³ Ou método italiano, ou, ainda, método do devedor e credor – expressões que derivam da influência que nesse tempo teve a obra de Luca Pacioli espalhada pela Europa. Cfr. AMORIM, Jaime Lopes – *Digressão através do vetusto mundo da Contabilidade*, pp. 113-123. Ver Também RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* p. 275 e *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 232.

²¹⁴ COSTA, Laurindo – A Primeira Escola de Comércio no Porto. *O Tripeiro*. 3ª Série, n.º 6-126, (15 Mar. 1926), p. 86.

Os requisitos de admissão de assistentes ou praticantes da Aula de Comércio, limitavam-se a possuir “a idade de 14 anos e saber lêr, escrever e as quatro operações de números inteiros”²¹⁵ sendo os primeiros vinte alunos escolhidos, com a preferência que lhes davam os Estatutos, como sendo portugueses e filhos ou netos de homens de negócios, sujeitos a um exame de admissão efectuado pelo lente.²¹⁶ Notando a Junta a falta do ensino de línguas vivas resolveu optar pela francesa, por ser a mais usada comercialmente na Europa, sendo instituída em 18 de Maio de 1761 a Aula pública de língua francesa²¹⁷ com frequência gratuita e cuja assistência não se limitava apenas aos aulistas de comércio mas a todos quantos delas se quisessem aproveitar.²¹⁸

Curiosas são as *Recordações* deixadas por Jácome Ratton²¹⁹ que encontra no monarca D. José, preocupações para instaurar a instrução comercial através da Aula do Comércio “na qual se ensinassem os elementos até então ignorados pela maior parte dos nacionais, que somente praticavam o comércio no interior do reino e suas colónias, e não se conheciam suas firmas nas praças estrangeiras.”²²⁰ Embora o dinamismo do comércio nacional fosse um imperativo que naturalmente preocupasse o monarca português, estariam por certo, outras preocupações subjacentes como o cada vez maior domínio e presença de comerciantes de outros países europeus, nomeadamente ingleses, “muito hábeis e muito mais instruídos do que os portugueses”²²¹ que preenchiam, a olhos vistos, as praças portuguesas. No tempo de Pombal, uma informação do consulado britânico refere existirem “102 ingleses à testa de escritórios em Lisboa, tendo na maior parte associados e caixeiros também ingleses.”²²² Por outro lado, não nos podemos esquecer que ao Erário Régio interessava uma contabilidade pública²²³ usando-se o método das partidas dobradas “por ser o mais breve, o mais claro e o mais concludente para se reger a administração das grandes somas, sem subterfúgios nos quais a malícia ache lugar para se esconder”²²⁴ e que desse garantias de um maior controlo das receitas e

²¹⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Primeiro Centenário da Fundação da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica (1837-1937)*. Porto: Universidade do Porto, 1937. p. 9. Ver Também *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 235.

²¹⁶ MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 14. Ver Também RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* p. 274 e *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 234.

²¹⁷ Dirigida pelo Abade Carlos Francisco de Garnier, da Academia dos Arcades de Roma, Primeiro Geógrafo de Sua Majestade, Doutor em Sagrada Teologia, acumulando este professor o ensino daquele idioma com o de elementos de geografia. Cfr. MARTINS, Everard – *Op. Cit.* pp. 9-10.

²¹⁸ MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 10.

²¹⁹ Industrial, contemporâneo do Marquês de Pombal, foi deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

²²⁰ PORTELA, António Farinha – A Evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal. *Análise Social*. Vol. VI, n.ºs 22-23-24 (1968). p. 789.

²²¹ GONÇALVES, Júlio César da Silva – *Op. Cit.* p. 6.

²²² *Idem. Ibidem.*

²²³ ESTEVENS, Matilde – *Das Origens do comércio em Portugal à obrigatoriedade de utilização do método das Partidas Dobradas*. Actas do VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria: resumo das comunicações. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, 17 a 20 de Maio de 2000. p.117.

²²⁴ GONÇALVES, Júlio César da Silva – *Op. Cit.* p. 12.

despesas do Reino mas que se mostrava inoperante por carecer de funcionários habilitados.²²⁵ Tal pretensão nos é garantida em 1761 – dois anos após a abertura da Aula do Comércio - quando o Marquês de Pombal procede à remodelação da contabilidade com a nomeação de alunos da Aula para os respectivos serviços.²²⁶

Essa escola, inaugurada a 1 de Setembro de 1759 e cujas *Determinações Particulares para o Governo Económico da Aula do Comércio* são regulamentadas a 27 de Julho de 1767,²²⁷ contou com João Henrique de Sousa²²⁸ como primeiro lente a quem foi dado o privilégio de proferir o discurso inaugural da Aula, obteve um desenvolvimento e prestígio notáveis para o qual contribuíram a atenção e o cuidado com que, não só o Marquês de Pombal como o Rei, acompanharam o seu funcionamento. Era tal o apreço – recorda Jácome Ratton – que o Rei D. José fazia desta Aula que, muitas vezes, foi assistir aos exames dos alunos, com toda a sua corte,²²⁹ e, quando não ia, poucas vezes faltava o seu ministro, o Marquês de Pombal.²³⁰

O rápido reconhecimento desta Aula de Comércio está presente no Aviso de 1 de Agosto de 1766 que cria na Misericórdia de Lisboa uma repartição de Contadoria e, um ano depois, por Aviso de 1767 idêntica repartição surge no Hospital de S. José. Ambas estabeleciam que a escrituração fosse feita por Partidas Dobradas e que os empregados fossem providos pela Real Junta do Comércio e entre indivíduos com exame da Aula de Comércio.²³¹

²²⁵ Um outro motivo e não menos importante, tem a ver com o surgimento, nessa época, de Companhias majestáticas, cujos objectivos eram o comércio oriental; o comércio com o Brasil (Companhia do Grão-Pará e Maranhão e Companhia de Pernambuco e Paraíba); o comércio dos vinhos das províncias nortenhas (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro); a pesca (Companhia da Pesca da Baleia) e a produção de alguns artigos industriais (Fábrica de Sedas do Rato). Cfr. SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993, p. 266.

²²⁶ MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 7. Logo no final do primeiro ano lectivo foram escolhidos quatro alunos da Aula de Comércio para assistentes de Contadoria da Junta de Comércio.

²²⁷ Regulamenta o seguinte: Observar-se-á o maior decoro, e silêncio em todo o tempo da aula, e nenhum dos Discípulos dela poderá mudar-se do banco, ou assento que lhe for destinado, sem expressa licença do Lente. Por seu lado, os Decuriões (actuais chefes de turma) deviam fiscalizar tudo o que se passasse dentro e fora da aula e dar conhecimento ao Lente. As faltas às aulas eram certificadas pelo médico e os alunos desobedientes, desordeiros que violassem as normas e regras disciplinares estabelecidas ou que não obtivessem capacidade para os estudos eram expulsos do Curso e os factos comunicados superiormente à Junta de Comércio.

²²⁸ Nascera no Rio de Janeiro e veio para Portugal em 1759. Lente de reconhecido saber no âmbito da contabilidade digráfica, foi Inspector da Contadoria da Junta e escrivão do Régio Erário. Autor do *Tratado de Aritmética Comercial e de Geometria* é-lhe igualmente atribuída a autoria da obra *Arte de escritura dobrada para instrução*, de José Feliz Venâncio Coutinho, publicada em 1765.

O segundo lente da Aula do Comércio foi Alberto Jaquero de Sales, professor suíço, naturalizado português, sabedor de matemáticas e ciências comerciais, que usufruía três mil cruzados de ordenado. Recorrendo às postillas usadas na sua aula, "*Classica n seu género útil a todos os commerciantes, e indispensável aos Mestres, e alunos da Aula do commercio, para não perderem tempo, huns a dictar as lições e outros a copia-las*" Cfr Jácome Ratton, que, nas suas *Memórias*, critica o Governo por nada fazer para imprimir e publicar estas obras úteis aos comerciantes e negociantes, nomeadamente a tradução em Português do Dicionário do Comércio de Savary (*Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jacques Savary des Bruslons, com a primeira edição em 1723, um suplemento em 1730 e uma edição melhorada em 1759), citado por MARTINS, Everard – *Op. Cit.* pp. 10-11.

²²⁹ Jácome Ratton – *Recordações*, 1813, p. 194 citado por MARTINS, Everard – *Op. Cit.* pp. 13-14 e por MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 11.

²³⁰ Tal acontecera no exame público de 20 de Dezembro de 1760 no final do primeiro ano lectivo. Ver CORREIA, Francisco António – *História Económica de Portugal*, citado por MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 13.

²³¹ CARVALHO, Manuel de Sousa – Comercialização do ensino da contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXI, nº 81, (Jan.-Mar. 1953), p. 84.

Mas, não contentes com todas as disposições que tinham feito florescer o ensino da escola, um Alvará Régio datado de 30 de Agosto de 1770 estabelece um conjunto de disposições legais tendentes a protegerem os aulistas, a fazer beneficiar dos seus conhecimentos a economia do País, distinguindo o apreço em que eram tidos os diplomados pela Aula do Comércio que “*para os escritórios das casas de comércio, para os Caixas e Escriturários dos navios mercantes e naus da Armada, para os diversos empregos das Companhias Gerais e suas feitorias, para as administrações e sociedades de grande porte, para mediadores e lotadores de navios e volumes, para as Contadorias da Real Fazenda, para Escrivães da décima e para as serventias de todos os ofícios da administração e arrecadação da Real fazenda e outros numerosos cargos, o respectivo provimento recaísse, em exclusivo, ou de preferência, em aulistas*”.²³² Reside aqui igualmente, as primeiras regulamentações que irá ditar mais tarde a profissão dos Técnicos de Contas.²³³ Por outro lado, a mesma Carta de Lei procura evitar que os novos formandos fazendo “*monopólio do seu préstimo*” pretendessem “*excessivos preços pelos seus ordenados*” e também que “*não se envilecesse a sua remuneração pela concorrência*”.²³⁴ Por ela foram estabelecidos ordenados para os Caixeiros diplomados, sendo os seus vencimentos anuais, no primeiro ano de 72\$000 réis, no segundo de 96\$000 réis e no terceiro de 120\$000 réis, além de casa, cama e mesa. No final do terceiro ano ficavam livres para acordarem os seus ordenados. A atestada importância do curso é consolidada junto daqueles que tendo frequentado, podiam ser admitidos como Guarda-livros, Caixeiros nas casas comerciais portuguesas, usufruindo igualmente de outras preferências legais.²³⁵ Os próprios Estatutos da Aula do Comércio, no seu parágrafo 16, determinam que completos os três anos, se passará certidão aos alunos que tiverem frequentado a Aula²³⁶ para, no parágrafo seguinte, fixar os privilégios para os Caixeiros que tendo o curso completo da Aula do Comércio poderem gozar do direito de abrir loja por sua conta com o exercício de cinco anos, em vez dos seis que estavam determinados pelos Estatutos dos mercadores a retalho.²³⁷ O seu prestígio e o reconhecimento por parte dos Homens de Negócios foi considerável que, à época,

²³² AZEVEDO, Mário C. – A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional criado no Mundo. Conferência proferida em Sessão da Escola Comercial Ferreira Borges, em Lisboa, aquando das comemorações do bicentenário da criação da Aula do Comércio. *Escolas Técnicas*. Boletim do Ministério da Educação Nacional. Lisboa, n.º 28 (1961), pp. 18-21, citado por TAVARES, Amândio Faustino Ferreira – *Op. Cit.* p. 22. Ver Também RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* p. 276-277.

²³³ GUERRA, Carlos José – Querer é poder. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XVI, n.ºs 61-62, (Jan.-Jul.), p. 171. Em Conferência proferida no Salão nobre do Ateneu Comercial do Funchal, no dia 8 de Junho de 1945.

²³⁴ *Idem. Ibidem.*

²³⁵ OLIVEIRA, Eduardo Maria Baptista de – Evolução do Ensino Técnico Comercial em Portugal. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXV, n.º 97 (Jan.-Mar. 1957), p. 62.

²³⁶ *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 239.

²³⁷ AZEVEDO, Mário C. – *Op. Cit.* pp. 16-21. Ver Também MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 15 e *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 240.

“quase foi um título de honra ser ou ter sido aulista”²³⁸ e muitos foram aqueles que, como Alexandre Herculano,²³⁹ marcaram a sua passagem. Dos 61 alunos matriculados por ocasião do primeiro exame o número aumenta até à abertura do 5º curso (21 de Agosto de 1776) em que se inscreveram 306, não obstante ter havido prévia determinação de que não fossem admitidos mais de 200²⁴⁰ e nos anos 1802 e 1803 registasse uma frequência de 303 alunos²⁴¹ e em 1812 a grande afluência de matrículas obrigasse ao desdobramento do Curso que contou com 202 alunos no primeiro ano e 82 no segundo.²⁴²

Não fora considerada letra morta as medidas do monarca: um mês antes²⁴³ da morte do rei D. José e dezoito anos após a criação da Aula do Comércio, foi publicado o Regimento do Terreiro Público da Cidade de Lisboa que exigia a carta de aprovação dos estudos da referida Aula para o cargo de escrivão de receita e despesa do tesoureiro e de escriturário da Mesa do Terreiro.²⁴⁴

O reinado de D. Maria I não alterou nenhuma das disposições tomadas em relação à Aula do Comércio,²⁴⁵ mas também é certo que nenhuma tomou que a favorecessem, levando-nos a admitir, para este período, não só um previsível declínio nos estudos da Aula do Comércio, nomeadamente a sua tardia implementação noutras cidades do Reino, como – com a derrocada do império pombalino – a aceitação em Portugal das ideias doutrinárias do fisiocracismo.²⁴⁶ Por outro lado, da acção do Marquês de Pombal tinha resultado, entre muitas outras iniciativas, a criação (em 1756) da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com o intuito de fomentar a *agricultura do vinho* que em 1754 estava reduzida “a *muita decadência*”²⁴⁷ e desenvolver o comércio de vinhos do Douro com o Brasil dos quais detinha o monopólio da sua exportação,²⁴⁸ viria a desempenhar no Norte do País, no campo do ensino, o mesmo papel que a Junta do Comércio fizera em Lisboa – patrona do Ensino Comercial.

A cidade do Porto, só nos princípios do séc. XIX assiste ao nascimento do Ensino Comercial, embora o século anterior testemunhasse já, muitos pedidos

²³⁸ GUEDES, Armando Marques – *O Ensino Técnico Superior e a Universidade*. Lisboa, p. 45.

²³⁹ Cfr. Refere Francisco António Correia, citado por MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 13 e MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 11.

²⁴⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Actualização*. Vol. I. Lisboa: Editorial Enciclopédia, p. 691.

²⁴¹ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. *Op. Cit.* p. 10.

²⁴² Francisco António Correia, citado por MARTINS, Everard – *Op. Cit.* p. 13.

²⁴³ 24 de Janeiro de 1777.

²⁴⁴ GONÇALVES, Júlio César da Silva – *A Aula do Comércio*. *Op. Cit.* p. 13.

²⁴⁵ De 1792 a 1826 poucos diplomas há que se referenciem ao ensino comercial.

²⁴⁶ É esta a época do eminente Avelar Brotero, regendo na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra a cadeira de Botânica e Agricultura, criada em 1791; é a época (1789/1815) das Memórias Económicas da Academia das Ciências, difundindo as ideias fisiocráticas. É a época de José Correia da Serra e de Domingos Vandelli.

²⁴⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: o despotismo iluminado (1750-1807)*. Vol. VI. Lisboa: Editorial Verbo, S.d., pp. 211-212.

²⁴⁸ Cfr. *Alvará* de 10 de Setembro de 1756.

dirigidos ao Reino pelos mais influentes Homens de Negócios do Porto.²⁴⁹ O grande comércio marítimo do Porto que o século XVIII registou, nomeadamente com o Brasil, é constantemente alvo das incursões de “*piratas e corsários de Argel e de Salé*”²⁵⁰ que, assaltando os navios mercantes, infligiam graves prejuízos à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, levando, em 1761, os Homens de Negócio da Praça do Porto a apresentar ao monarca D. José I, um pedido de licença para construírem duas fragatas de guerra com o objectivo de escoltarem as embarcações que partiam, criando para isso um imposto especial que possibilitasse pagar os custos das embarcações.²⁵¹ Pedido que o monarca, pelo Alvará de 24 de Novembro, consente, sendo eles próprios a suportar as despesas de construção, de duas naus para acompanharem as esquadras que da cidade saíssem para os portos da América. No ano seguinte, em resposta à necessidade sentida pela Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro de pessoal formado e especializado para o comando e manobra dessas naus, o Decreto de 30 de Julho de 1762 instala, na cidade do Porto, a Aula de Náutica.²⁵² Na década seguinte e embora o Aviso Régio de 25 de Fevereiro de 1775 reconhecesse e enaltecesse os progressos da referida Aula, “*começava a perceber-se que a Aula Náutica não conseguia, nos moldes em que fora criada e estava a funcionar, suprir as necessidades duma cidade onde o progresso da agricultura, indústria comércio e navegação aumentava*”.²⁵³ Assim, em 1779 a Companhia dirige uma Representação a D. Maria I, recomendando a necessidade da existência de uma Aula de Debuxo e Desenho, que viria a ser criada por Decreto de 27 de Novembro de 1779²⁵⁴ e inaugurada em 17 de Fevereiro de 1780.²⁵⁵ Mesmo assim, a existência de ambas as Aulas começava de novo a revelar-se insuficiente para as necessidades impostas pela crescente actividade económica da população portuense, sendo pois, imperioso a urgente criação de outras aulas.

²⁴⁹ SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. Op. Cit. p. 89.

²⁵⁰ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 1.

²⁵¹ “*Consistia o imposto em 2 por cento sobre o valor das fazendas importadas e exportadas pelo consulado da alfândega do Porto, e sobre a importância dos fretes das mercadorias que saíssem nas esquadras comboiadas*.” Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 1.

²⁵² À época a Aula Náutica ficou instalada no Colégio de Nossa Senhora da Graça ou Seminário dos Meninos Órfãos da Graça, instituído, em 1651, pelo Padre Baltazar Guedes, donde só viria a sair definitivamente em 1899, quando se concluiu a construção do novo edifício. A sua administração foi entregue à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituição responsável, até 1834, ano em que foi dissolvida, pela organização e funcionamento das escolas que antecederam a Academia Politécnica do Porto. Ver Também MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – Op. Cit. p. 12.

²⁵³ MONTENEGRO, Branca Sampaio – *Breve História da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Memórias da FEUP: no início do funcionamento das novas Instalações*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2001. p. 201.

²⁵⁴ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 5.

²⁵⁵ Este curso ficou instalado no Seminário dos Meninos Órfãos da Graça. No entanto, dada a numerosa quantidade de alunos que resolveu frequentá-lo, a aula acabou por ter de ser mudada e, em 1802, passou a funcionar no antigo hospício dos religiosos de Santo António da Soledade. Tal como acontecera com a Aula de Náutica, também as despesas desta nova aula ficaram a cargo da cidade, embora, mais tarde, e face aos valores que o imposto inicial já não conseguia suportar, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, responsável pela administração da Aula de Náutica e da de Desenho e Debuxo, resolveu lançar uma décima sobre os seus accionistas.

A partir de 1785, a Companhia começa a solicitar a criação de cursos novos e mais úteis à actividade comercial.²⁵⁶ No entanto, nem o facto de a cidade do Porto se disponibilizar para continuar a assumir as despesas dessas aulas e substituir o Estado no dever de fomentar e institucionalizar o ensino profissional comercial, possibilita a autorização da criação de novos cursos. A população do Porto, sentida discriminada e afastada do centro de decisão política, vê aumentar e enraizar o seu descontentamento, no desinteresse que a classe política vem manifestando pelo ensino no Porto, já que várias outras medidas iam sendo tomadas relativamente ao ensino, como, por exemplo, a reforma que em 1772 atingira a Universidade de Coimbra ou a fundação da Academia Real da Marinha de Lisboa no ano de 1779. Instala-se pois, na cidade do Porto, o sentimento generalizado que é preocupação quer do reinado de D. José, quer do de D. Maria e mesmo de D. João VI, em responder, pela formação profissional, às necessidades da sociedade portuguesa, parecia ter-se limitado às cidades de Lisboa e de Coimbra, verdadeiros centros ancestrais de privilégios académicos. As últimas duas décadas do século XVIII mantiveram-se pois de longa e desgastante espera. Só no início do século XIX, depois de muito convencer os poderes públicos de *“não fazer sentido que, sendo o Porto a Cidade de mais considerável comércio, não houvesse, aqui, os meios de instrução de que indispensavelmente careciam as pessoas que se dedicam à vida comercial,”* quando, *“em Lisboa, já existiam muitas Academias nas quais a mocidade podia adquirir conhecimentos de todas as ciências”*²⁵⁷ a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro vê – meio século após a implementação do ensino comercial em Lisboa – satisfeitos os esforços conjugados com aquele objectivo. Na exposição que a Companhia enviara em 4 de Janeiro de 1803 ao príncipe regente,²⁵⁸ foram definidos motivos que tornavam urgente a criação de um curso mais abrangente, que incluísse as aulas de Matemática, de Comércio e de Língua Francesa e Inglesa: primeiro, o facto de o ensino da Matemática ser necessário para que os pilotos dispusessem de uma formação mais sólida; depois, o facto de o Porto ser a segunda cidade onde a actividade comercial era mais importante e, no entanto, não possuir uma escola onde se ministrassem os conhecimentos elementares de comércio;²⁵⁹ e, por fim, o facto de ser importante que os pilotos praticassem o francês e o inglês, por ser nessas línguas *“que se acham escriptas, e se vão escrevendo em mathematica, em commercio, em*

²⁵⁶ MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 12.

²⁵⁷ *Idem. Ibidem.* p. 13.

²⁵⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 8.; Ver Também RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* Tomo 2. p. 401.

²⁵⁹ RIBEIRO, José Silvestre – *Op. Cit.* vol. VI, p. 26.

agricultura, em fabricas e em navegação... para os paizes do norte”²⁶⁰ sendo fundamental o bom conhecimento dessas línguas, quase novidade na história da instrução pública em Portugal.²⁶¹ Embora os Estatutos da Academia Real mandasse “que os professores escolhessem os assuntos mais análogos ao destino dos alunos, de maneira que os que se habilitassem para negociantes traduzissem autores que tratassem de comércio”²⁶² este método, como todos os métodos, sofreu algumas contestações que, na realidade se deveriam ser dirigidas para a questão do uso e da importância das línguas vivas e das línguas mortas.²⁶³

A 9 de Fevereiro de 1803, o futuro rei D. João VI, então príncipe regente, autoriza, por Diploma, “a abertura de aulas de Matemática, de Comércio e das Línguas Francesa e Inglesa”²⁶⁴ fundando-se para o efeito, a 29 de Abril de 1803 a Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto,²⁶⁵ através do mesmo Alvará que incorporando a Aula de Náutica e a Aula de Desenho, “cria novas disciplinas, e aprova os Estatutos da mencionada Academia Real de Marinha e Comércio”²⁶⁶ cuja abertura foi feita a 4 de Novembro de 1803.²⁶⁷ Assim, no início do século XIX a cidade do Porto, através da Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, as aulas “limitavam-se a quatro, que eram uma de matemática, outra de comércio, e duas das línguas francesa e inglesa, para acrescentar às duas que já havia no Pôrto, de náutica e desenho.”²⁶⁸

²⁶⁰ *Idem. Ibidem.* Ver Também BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 19.

²⁶¹ Cfr. refere BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 31. “No princípio deste século o francês era geralmente conhecido em Portugal das classes abastadas, e o inglês era bastante estudado na cidade do Pôrto, onde havia muitos negociantes ingleses e um importante comércio com a Grã-Bretanha.”

²⁶² Cfr. §§ 39 a 41 do Decreto de 29 de Julho de 1803.

²⁶³ Acresce que “Nos trinta e dois anos úteis do período de que tratamos (não contando os de 1832 a 1834, em que a Academia esteve fechada por causa do Cerco do Porto) teve a aula de inglês 1 200 alunos, e a de francês 2 518.” Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 32.

²⁶⁴ SILVA, Fernando Vieira Gonçalves da – *A Regulamentação Legal da Escrituração Mercantil*. Lisboa: S.n., 1938. Ver Também COSTA, Laurindo – *A Primeira Escola de Comércio no Porto*. O *Tripeiro*. 3ª Série. n.º 6-126, (15 Mar. 1926), p. 87.

²⁶⁵ Ficou, novamente, estabelecido, que estas aulas deveriam funcionar no Seminário dos Meninos Órfãos da Graça mas, verificada que estava a insuficiência deste edifício para albergar estes cursos, a determinação régia de 10 de Junho de 1803 ordenou que se iniciasse, de imediato, a construção de um edifício próprio no terreno da mesma instituição, obras que se arrastaram durante um século, terminadas que foram em 1899. As despesas de construção seriam custeadas pelo produto da contribuição de um real em cada quartilho de vinho vendido na cidade e área de privilégio exclusivo da Companhia, entre os meses de Julho e Novembro durante um período de 10 anos. Assim, a Junta Administrativa da Companhia cobraria esse imposto e encarregar-se-ia da planta do edifício, que teria de submeter à apreciação e aprovação do Governo. Mais uma vez a manutenção dos cursos estaria dependente das contribuições da cidade do Porto. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 72.

²⁶⁶ Decreto de 29 de Julho de 1803. Ver Também MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 13.

²⁶⁷ Nos inícios do séc. XIX, o Brasil – depois de ter implementado a Aula de Economia Política do Rio de Janeiro através do Decreto de 23 de Fevereiro de 1808, (na Metrópole apenas 1836 a Universidade de Coimbra inaugura o ensino da Economia) tendo como primeiro mestre o economista José da Silva Lisboa (1756-1853) – assiste igualmente à implementação do Ensino Comercial: a Aula do Comércio do Rio de Janeiro a 15 de Julho de 1809, juntamente com a Aula do Comércio de Pernambuco e Paraíba que apenas principiaria a leccionar quatro anos depois.

²⁶⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 19.

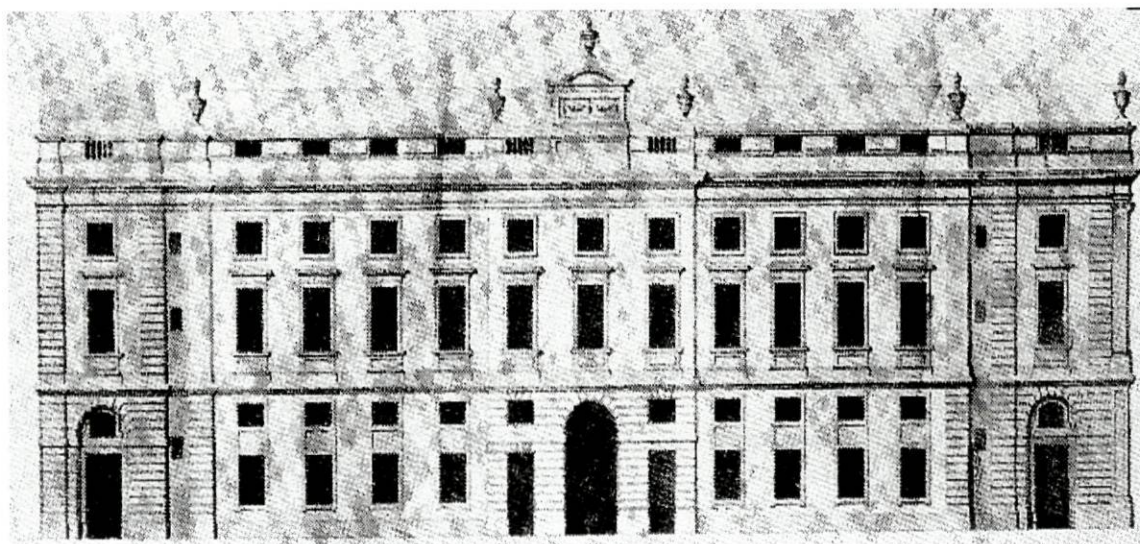


Fig. 35 – Academia Real da Marinha e do Comércio (1803)

É pois, quanto a nós, esta a data que marca, o início oficial do ensino comercial no Porto, implementado e assegurado pela cidade do Porto, a caminho que está da comemoração dos 200 anos no próximo ano de 2003.

Sendo o curso de comércio para Negociantes, Guarda-livros, Caixeiros e Oficiais de Fazenda, de duração de dois anos e de duas horas diárias,²⁶⁹ exigia na matrícula, que os alunos, com a idade de 14 anos,²⁷⁰ fossem portadores dos exames do 1º ano de matemática e das línguas francesa e inglesa.²⁷¹ Dava-se maior relevo ao estudo da geografia e as línguas vivas, cujo exame deveria ser mais rigoroso para os alunos dos comércio, aos quais se exigia o “*perfeito conhecimento delas*”, ao passo que para os outros cursos bastava que os alunos as tivessem “*aprendido suficientemente*.”²⁷² Leccionado por um só professor,²⁷³ habilitado com o curso da Aula de Comércio de Lisboa, no 1º ano do curso ensinavam-se “*os princípios e as doutrinas dos contratos de seguros, de câmbio, de fretamentos, de compra e venda, de comissões, etc.*”²⁷⁴

²⁶⁹ Em 13 de Outubro de 1804, para o curso de comércio, o horário das aulas foi estabelecido diariamente das 14 às 16 horas para o período de Inverno sendo no Verão das 15 às 17.0 horas. Em 1817, de acordo com o conselho académico, este horário foi reduzido para 1 ½ hora de exercício. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 54.

²⁷⁰ Estatutos de 29 de Julho de 1803, § 6.

²⁷¹ *Idem. Ibidem.* §§ 10 e 42. Ver Também SANTOS, Cândido dos – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto, 1996. p. 47

²⁷² *Idem. Ibidem.* Artº 10.

²⁷³ O ordenado do lente do Curso de Comércio era de 600\$000 reis sendo de 350\$000 reis para o substituto. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. pp. 42-43 e 75. Foram, os seguintes professores da Aula de Comércio da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto: Proprietários – José Honório Guerner (1803); José Porfírio da Silva Lima (1806); António Pedro Gonçalves (1819); Francisco Joaquim Maia (1828); Manuel Joaquim Pereira da Silva (1836). Substitutos – José Porfírio da Silva Lima (1803); António Pedro Gonçalves (1806); Francisco Joaquim Maia (1819); Genuino Barbosa Bettamio (supranumerário – 1824); Domingos José de Castro (1828); António Pereira de Araújo Júnior (1829); José Luiz Lopes Carneiro (1833); Luiz Baptista Pinto de Andrade (1836). Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 50. Ver Também SANTOS, Cândido dos – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto, 1996. pp. 58-61.

²⁷⁴ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 25.

No ano seguinte, escrituração por partidas dobradas, geografia histórico-comercial, direito mercantil pátrio e das nações com quem Portugal tem maior comércio.²⁷⁵ O seu programa era reconhecidamente mais completo do que o da Aula de Comércio de Lisboa, “*que não ensinava as línguas vivas, nem a geografia, nem o direito mercantil pátrio e comparado, mas só alguns ramos dêle.*”²⁷⁶ Tal como os privilégios e a protecção que oferecia a Aula de Comércio de Lisboa, a Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, responsável pela passagem das cartas do Curso de Comércio,²⁷⁷ procurou desde logo assegurar não só a frequência dos alunos e a continuidade do curso de comércio como também garantir a sua colocação nas suas vastas e variadas administrações, obrigando-se “*a preferir para os serviços da contadoria os alunos da aula de comércio dêste estabelecimento*”²⁷⁸ obedecendo ao preceitos dos Estatutos. Iniciando-se o primeiro triénio do curso com 84 alunos²⁷⁹ e posteriormente registasse uma reduzida frequência média de 11 a 12 alunos,²⁸⁰ foi na aprendizagem da escrituração e nas aulas de francês e inglês que mais se notou a importância do curso de comércio que à maioria dos negociantes que o frequentaram tiveram as primeiras noções de comércio, hoje triviais mas outrora ignoradas.²⁸¹

Teve, como anteriormente,²⁸² e ao contrário com o sucedido com as Academias da capital que estavam distribuídas por diferentes ministérios, a Junta da administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro com a competência na administração, direcção e inspecção,²⁸³ embora subordinada ao Ministério do Reino.²⁸⁴ Apesar das suas competências tivessem sido constantemente contestadas por não corresponder ao fim que presidira à sua criação de empresa agrícola e comercial, agora que as questões de instrução preenchiam igualmente as preocupações dos seus administradores, à Junta pertencia, entre outras medidas e

²⁷⁵ Cfr. Estatutos de 29 de Julho de 1803, §§ 42 e 43 e §§ 12 a 15 dos Estatutos da Aula de Comércio de Lisboa de 19 de Abril de 1759, aprovados por Alvará de 19 de Maio de 1759.

²⁷⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 26. Ver Também OLIVEIRA, Camilo M. de – Op. Cit. p. 171.

A propósito do estudo de direito mercantil pátrio e comparado; devemos dizer que nesta época não estavam ainda coordenadas as leis comerciais, sendo esse estudo feito na legislação civil portuguesa e no direito comercial de países estrangeiros, porque só mais tarde, na regência de D. Pedro, Duque de Bragança, é que foi publicado o Código Comercial Português, por Decreto de 18 de Setembro de 1833, da autoria de José Ferreira Borges.

²⁷⁷ “*As cartas de comércio, no tempo da antiga Academia de Marinha do Porto, foram sempre passadas pela Junta inspectora. A última de que há registo é datada de 1825, o que não admira, porque à grande maioria dos alunos dêste curso valia o saber, de pouco lhes valia a carta.*” Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 64.

²⁷⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 26 que cita § 51 dos Estatutos de 29 de Julho de 1803.

²⁷⁹ SANTOS, Cândido dos – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto, 1996. p. 51.

²⁸⁰ *Idem*. *Ibidem*. p. 47.

²⁸¹ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 26.

²⁸² Representação da Junta da administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 4 de Janeiro de 1803.

²⁸³ Cfr. Alvará de 9 de Fevereiro de 1803.

²⁸⁴ Estatutos de 29 de Julho de 1803, § 57.

por força estatutária, admitir os alunos à matrícula;²⁸⁵ regular o horário das aulas, depois de ouvidos os professores;²⁸⁶ propor, consultado o parecer do conselho académico, as reformas convenientes;²⁸⁷ propor a nomeação e demissão de professores²⁸⁸ e dirigir a administração das obras do edifício e cobrar os impostos e receitas que constituem a dotação do estabelecimento, dando anualmente conta ao Governo.²⁸⁹

Reparo que o cargo de director literário²⁹⁰ criado a 27 de Agosto de 1817 viria a possibilitar um primeiro passo para a emancipação da tutela da Companhia, tal como acontecera definitivamente em Julho de 1834.

Atravessando, no seu percurso institucional, um período de grandes conturbações nacionais caracterizadas pela contextualização histórica da Revolução Liberal e das mutações sociais, culturais, políticas e económicas que lhe estiveram adjacentes, a Academia ressentia-se pelas contrariedades impostas, forçada que é, durante o Cerco do Porto a instalar-se noutro espaço, facultando o seu para servir de Hospital Militar.²⁹¹ A década de 30, além de marcar uma perseguição aos lentes defensores do regime político anterior, ora exonerando-os ora exilando-os, reserva ainda o fim da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro que, ao ser integrada no regime dos demais estabelecimentos públicos, leva a terminar a sua intervenção nos negócios e destinos académicos, missão que procurara servir ao longo de cerca de 80 anos. Por outro lado, agora financiada que é por verbas do Orçamento do Estado, deixa para a responsabilidade do Governo o cumprimento em assegurar o funcionamento da Academia Real da Marinha e Comércio que, pela primeira vez o faz em 1825.

Assim, a Academia Real da Marinha e Comércio vai, até 1837, chamar a si a responsabilidade de instruir os Caixeiros e Marçanos que um dia sonhavam tomar os destinos da loja.

²⁸⁵ *Idem. Ibidem.* § 6.

²⁸⁶ *Idem. Ibidem.* § 14.

²⁸⁷ *Idem. Ibidem.* § 50.

²⁸⁸ *Idem. Ibidem.* § 57.

²⁸⁹ Alvará de 9 de Fevereiro de 1803.

²⁹⁰ O cargo de Director Literário será abolido pelo Decreto de 19 de Outubro de 1836 que o substituiu pela figura do Director, obrigatoriamente um lente da Academia e nomeado pelo Governo. Foram directores literários: Joaquim Navarro de Andrade (nomeado por Carta Régia de 9 de Setembro de 1817); Sebastião Correia de Andrade (nomeado por Carta Régia de 3 de Fevereiro de 1832); Agostinho Albano da Silveira Pinto (nomeado por Carta Régia de 6 de Dezembro de 1834); João Baptista Ribeiro (nomeado por Carta Régia de 22 de Outubro de 1837).

A reforma do plano geral de estudos da iniciativa de Passos Manuel transforma, por Decreto de 13 de Janeiro de 1837, a Academia Real de Marinha e Comércio em Academia Politécnica do Porto,²⁹² segundo o qual esta ficaria com várias funções, entre as quais, a de implantar as ciências industriais,²⁹³ em oposição aos estudos clássicos, científicos e teóricos, desenvolvendo-as pela experimentação científica como finalidade do ponto de vista pedagógico e formar, pelos onze Cursos criados, bons comerciantes,²⁹⁴ desempenhando igualmente papel importante no desenvolvimento científico-técnico da cidade.²⁹⁵ Uma forte aposta no ensino superior técnico “*inspirado no modelo politécnico napoleónico*”²⁹⁶ satisfazendo as inúmeras vozes que pediam reformas no ensino, insistindo na criação, no Porto, de estabelecimentos de ensino superior onde se ministrassem cursos que suprissem as necessidades de desenvolvimento do país, na linha de defesa do ensino técnico e científico, apelando à descentralização do ensino, monopolizado que estava em Coimbra e Lisboa.



Fig. 36 – Academia Politécnica do Porto (1837)

²⁹¹ A 13 de Outubro de 1834 a Academia Real da Marinha e do Comércio instala-se no Palacete do Visconde da Trindade, situado na actual Praça de Carlos Alberto, onde viria a permanecer até 1836, ano em que o hospital abandona as salas.

²⁹² Seria apenas em 15 de Março de 1837, dois meses depois da sua criação que a Academia de instalara. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 157.

²⁹³ RIBEIRO, José Silvestre – Op. Cit. vol. VI, p. 160.

²⁹⁴ GUIMARÃES, Francisco - Ensino Técnico: Instituto Industrial e Comercial do Porto. *A Voz do Comercio*. 1º ano, nº9, (1 de Maio de 1929), p. 130. Ver Também BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 152, e Artº 155 do Decreto de 13 de Janeiro de 1837.

²⁹⁵ LOPES, E. – *Genealogia duma escola: origem e tradições da Academia Politécnica, actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1762-1911)*, p. 67.

²⁹⁶ ALVES, Jorge Fernandes – José Joaquim Rodrigues de Freitas. *Novas páginas avulsas*. Op. Cit. p. 11.

Da anterior Academia Real, a Academia Politécnica herda as mesmas cadeiras²⁹⁷ - embora estranhemos, tal como já o fizera Artur de Magalhães Basto, o facto de no Relatório²⁹⁸ solicitado por Portaria do Ministério do Reino antes de dar lugar à nova Academia Politécnica, referenciar a relação de cadeiras em exercício, omitindo “a Cadeira do Comércio (o 10º Curso), visto ter Proprietário e Substituto nomeados”,²⁹⁹ - o mesmo corpo docente³⁰⁰ que se manifesta insuficiente para as pretensões de cariz de ensino profissional que este estabelecimento de ensino pretendia dar através de um maior número de cursos de “engenheiros civis de todas as classes, taes como os engenheiros de minas, os engenheiros constructores e os engenheiros de pontes e estradas,”³⁰¹ oficiais de marinha, pilotos, agricultores, comerciantes, directores de fábricas e artistas. Por outro lado, a nova estrutura dos cursos em *superiores* (de 5 anos, para oficiais de marinha e engenheiros) e *médios* (de 3 anos, para pilotos da marinha mercante, comerciantes e agricultores) exige, juntamente com um maior corpo docente, outras condições materiais que, não satisfeitas, tornava inviável a concretização dos princípios que deveriam orientar o funcionamento da nova Academia. O reduzido número de salas, a inexistência de locais específicos para as cadeiras e trabalhos práticos,³⁰² a falta de meios – técnicos e humanos – que possibilitasse o funcionamento dos laboratórios e gabinetes, a insuficiência de verbas e os vencimentos reduzidos dos lentes, seriam condicionalismos presentes, de difícil resolução, num período marcado pela instabilidade político-militar. Sem instalações condignas e com os vencimentos dos professores em eterno atraso,³⁰³ o Director da Academia Politécnica do Porto, João Baptista Ribeiro, inicia um longo caudal de correspondência com as instituições de poder, no sentido de garantir, condignamente, que o estabelecido no Decreto de 13 de Janeiro de 1837 fosse tornado realidade. No entanto e apesar do Director da Academia ameaçar denunciar publicamente que era da responsabilidade do poder central o não funcionamento dos estudos, o Estado permaneceu *surdo e mudo*, indiferente aos apelos chegados de uma cidade que “pagava, havia trinta e quatro anos, um avultadíssimo tributo exclusivamente destinado ao custeio das despesas da

²⁹⁷ Artilharia, Tática Naval, História Natural, Física e Química, Botânica, Mineralogia, Agricultura, Economia Rural e Industrial, Veterinária, Desenho e Comércio.

²⁹⁸ Relatório de 30 de Março de 1837.

²⁹⁹ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 159.

³⁰⁰ Artº 166 do Decreto de 13 de Janeiro de 1837. Em relação à Academia Real da Marinha e Comércio, estabelece o Artº 162 do mesmo Decreto que os lentes catedráticos venceriam 700\$000 anuais e os substitutos 400\$000.

³⁰¹ RIBEIRO, José Silvestre – Op. Cit. vol. VI. p. 178.

³⁰² Embora o edifício da antiga Academia Real da Marinha e Comércio estivessem já desobstruídas desde finais de 1836, o certo é que “a Academia não podia voltar para lá enquanto o não reparassem dos enormes estragos causados pelo bombardeamento do tempo do Cérco e por quatro anos de ocupação pelo Hospital Militar.” Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 167.

³⁰³ *Idem*. *Ibidem*. p. 168.

*Academia*³⁰⁴ e que assistiu, depois de inúmeras reclamações, à imposição que o próprio Director tomara em avançar com as obras, adiantando as verbas necessárias, rompendo com a inércia a que a Academia chegara. Conseguiu pois, que o novo ano lectivo desse início a 18 de Setembro de 1837 com a abertura das matriculas, e nele avançasse o 8º Curso – Comércio. Escrituração Mercantil³⁰⁵ começando as aulas a 6 de Novembro de 1837.

Os candidatos ao Curso de Comércio. Escrituração Mercantil era-lhes pedido a certidão de aprovação no 1º, e nas Línguas Francesa e Inglesa, pagando igualmente o valor de 19\$200 rs, metade no início e o restante no fim do ano.³⁰⁶ Os alunos deviam ter 14 anos de idade completos.³⁰⁷ Neste ano lectivo de 1837-1838, "*apenas seis dos oito cursos para que tinham sido abertas matrículas tiveram alunos*"³⁰⁸ contando o Curso de Comércio com cinco admitidos. Este ano, o primeiro da Academia Politécnica, viria a demarcar-se dos anos anteriores de forma bastante notória. O número de alunos matriculados passou de 229 para 163, deixando algumas cadeiras vazias e, o mais importante, recolocava a questão do alto custo das propinas que impossibilitava aos alunos das classes pouco abastadas, frequentar os Cursos. Uma relevante transformação na frequência se tivermos em conta que na Antiga Academia de Marinha a inscrição era gratuita. Esta questão da inacessibilidade torna-se mais pertinente quando "*muitos Estudantes, que frequentam como Ouvintes, de certo prefeririam frequentar como Ordinários, se as suas posses lho permitissem*"³⁰⁹ tal como acontecia na Cadeira de Comércio que, em Dezembro de 1838, além dos alunos matriculados, havia mais de trinta Ouvintes.³¹⁰ Mas se o Conselho Académico remetia para os condicionalismos da lei o motivo da fraca frequência dos seus Cursos, outras razões encontramos, dentro da própria Academia que, não devidamente calculadas, em muito contribuíram para aumentar o abandono escolar. O ano lectivo de 1838-1839 que iniciara a 22 de Outubro de 1838, apresentava a cadeira de Comércio³¹¹ e Francês, das 8 às 9 e ½ da manhã.³¹² Sabendo da rigidez de horário que os patrões impunham aos Caixeiros e Marçanos aquando da abertura das suas lojas e outros estabelecimentos, é de prever que da parte destes não houvesse qualquer facilidade

³⁰⁴ *Idem. Ibidem.*

³⁰⁵ *Idem. Ibidem.* p. 172.

³⁰⁶ Artº 163, Decreto de 13 de Janeiro de 1837. No Relatório de 30 de Março de 1837 enviado ao Ministério do Reino, a Academia lembrava ao Governo da necessidade de tornar mais acessíveis em preços os curso da Academia porque, considerando-os demasiados caros, "*atenta a escassês dos meios pecuniários na classe de alunos*". Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 161.

³⁰⁷ *Programa dos Estudos da Academia Polytechnica do Porto no anno lectivo de 1838 para 1839.* Porto: Imprensa Constitucional, 1838, p. 6.

³⁰⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 176.

³⁰⁹ *Idem. Ibidem.* pp. 177-178.

³¹⁰ *Idem. Ibidem.* p. 178.

³¹¹ Manuel Joaquim Pereira da Silva é o primeiro professor designado para reger, no ano lectivo 1838-39, a 11ª Cadeira. Cfr. *Programa dos Estudos da Academia Polytechnica do Porto no anno lectivo de 1838 para 1839.* Porto: Imprensa Constitucional, 1838, p. 31.

³¹² BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 208.

perante um sistema educativo longe de criar a figura jurídica do *trabalhador-estudante*.³¹³ Da mesma forma, aqueles que podiam contar com a benevolência dos patrões³¹⁴ mas que residiam fora da cidade do Porto, muito dificilmente acompanhariam com regularidade, um Curso cujo Decreto de Janeiro de 1837 se esquecera de mencionar quais as garantias e vantagens dadas aos diplomados que obtivessem Carta de Capacidade nos Cursos de Academia.³¹⁵ Por outro lado, tal como refere Maria de Lourdes Lima Santos, a abertura que o Liberalismo pretende estabelecer com a expansão da instrução, cria nas famílias portuguesas responsáveis pela colocação e educação de seus filhos nos estabelecimentos de ensino uma recém criada preocupação nas despesas da economia familiar:

"Não seria fácil façanha para a família que precisava custear as propinas onerosas, a compra dos compêndios e prover às despesas de alojamento e alimentação. Aos estudantes nesta situação restavam duas hipóteses – levar vida recolhida e entregue ao estudo (nas fontes biográficas consultadas, várias vezes aparecem qualificados como estudantes particularmente distintos aqueles que vinham de famílias de condição social modesta) ou vir a socorrer-se dos expedientes que a praxe académica facultava (a exploração do caloiro e a entrada nos séquitos de colegas ricos permitiriam a alguns pobretanas usufruir dos prazeres e ócios académicos, bebendo, jogando e enchendo-se de 'manjar branco' por conta de outrem)."³¹⁶

Sendo da competência do Conselho Académico a elaboração dos Programas das Cadeiras, a Academia Politécnica do Porto torna público,³¹⁷ a 7 de Agosto de 1838, embora sem assinalável sucesso manifestado no reduzido número de matriculas efectuadas o primeiro Programa dos Cursos. Neste, estabelecia para o Curso de Comerciantes quatro disciplinas,³¹⁸ leccionadas em três anos³¹⁹ cujo conteúdo das

³¹³ No entanto, quarenta anos depois, a colocação da Cadeira de Comércio às primeiras horas da manhã não pareceu merecer grande atenção. Assim aconteceu nos anos lectivos 1877-78 e 1878-79 à 2ª, 3ª, 4ª, 6ª feira e Sábado, das 08.00 às 09.30 horas na Cadeira leccionada por José Joaquim Rodrigues de Freitas. Apenas no ano lectivo seguinte esta Cadeira, com carga horária semanal de 6 horas, foi leccionada às 3ª, 5ª e Sábados, das 12.30 às 14.30 horas. Cfr. *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1877-78*, pp. 48-49; *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-79*, pp. 86-87 e *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1879-80*, pp. 80-81.

³¹⁴ "A reivindicação de uma escolaridade para os adultos trabalhadores compatível, em termos de horário, com o trabalho e o ganho diário, percorre todo o século XIX português." Cfr. CORREIA, Luís Grosso – *A Escola nocturna de Cedofeita (1888-1890). Fazer e ensinar História da Educação em Portugal*. Actas do 2º Encontro de História da Educação. 1996. p. 229.

³¹⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 178. No Relatório Anual de 25 de Novembro de 1843, enviado pela Academia Politécnica ao Governo, esta, através do seu Conselho Académico pede à Rainha para "determinar com toda a clareza as vantagens que tenam os alunos que fizessem os cursos da Academia, não só os de Comércio e Agricultura" mas também aos restantes Cursos. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. pp. 241-242.

³¹⁶ SANTOS, Maria de L. C. Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. Op. Cit. p. 41.

³¹⁷ Publicado em Folheto com trinta e duas páginas, pela Imprensa Constitucional no ano 1838.

³¹⁸ Curso de Comerciantes: 1º Ano: 1ª cadeira – 1º ano da 11ª cadeira; 2º ano: 2º ano da 11ª cadeira e Desenho de figura e paisagem, na 4ª cadeira. 3º Ano: 3º ano da 11ª cadeira. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 186 e *Programa dos Estudos da Academia Polytechnica do Porto no anno lectivo de 1838 para 1839*. Porto: Imprensa Constitucional, 1838, p. 9. Ver Também SANTOS, Cândido dos – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto, 1996. p. 99.

³¹⁹ 1º Ano – Escripuração dos principais livros de comércio por partidas dobradas, os princípios em que se funda a teoria deste método, e as regras porque se executa: a natureza e necessidade das contas gerais, as diversas espécies de balanços, etc.; 2º Ano – Código Comercial no que pertence às matérias compreendidas na parte do comércio terrestre e do comércio marítimo, exemplificando-as quanto à prática dos diferentes contractos com as fórmulas dos documentos que as legalizam e tornam valiosas. Redução dos Câmbios. Pesos e medidas

matérias e explanação dos seus exercícios foi laboriosamente preparado.³²⁰ No ano seguinte³²¹ é aprovado e confirmado pelo Governo o *Regulamento para os Actos* através do qual agrupa as onze cadeiras da Academia em quatro secções: Matemática, Filosofia, Desenho e, finalmente, a Secção de Comércio.³²² Em 1844, através do Decreto de 20 de Setembro, são apresentadas novos planos de organização dos cursos, procurando reajustar o estabelecido no primeiro programa dos cursos da Academia apresentado em 1838 e tentar resolver os apelos e reclamações saídos da Academia Politécnica “para que fôsem decretadas algumas das providências de que ela mais urgentemente carecia.”³²³ Pois, tal como nos anos anteriores, as propinas continuavam elevadas, o número de matriculas descia, os alunos, findos os seus cursos, não tinham garantias, o Jardim Botânico, os Gabinetes e Laboratórios continuavam a não existir e a Academia parecia definhando... Este Decreto, repondo algumas das pretensões solicitadas, reduz as propinas para 2\$400 reis/ano³²⁴ e concede aos “indivíduos que apresentarem Carta de capacidade de algum dos cursos da Academia Politécnica do Porto, em igualdade de circunstâncias terão preferência no provimento dos empregos públicos, cujas funções forem mais análogas às disciplinas de cada um desses Cursos.”³²⁵ Aliás, o mesmo Decreto vinha já afirmando que “só poderão ser providos nos logares de aspirantes do thesouro publico e alfandegas os alumnos, que tiverem diploma da antiga Aula de Commercio, da Escola de Commercio, ou do Curso correspondente da Academia Polytechnica do Porto”³²⁶ seguindo o estabelecido no Código Comercial de Ferreira Borges para o lugar de Escrivão dos Tribunais de Comércio.³²⁷

estrangeiras, regra conjunta, etc. 3º Ano – 1ª parte – Geografia Comercial. Descrição topográfica e comercial dos principais portos comerciais e especialmente dos que nogueiam com Portugal e Domínios. Descrição das nossas estradas mais próprias para o trânsito de artigos comerciais. Movimento dos nossos Portos. 2ª parte – Economia industrial com referência ao obreiro, fabricante, comerciante e cultivador, aplicando os princípios especiais e particulares da mesma economia a cada classe e mais largamente à comerciante. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. pp. 194-195 e *Programa dos Estudos da Academia Polytechnica do Porto no anno lectivo de 1838 para 1839*. Porto: Imprensa Constitucional, 1838, pp. 19-20. Ver Também SANTOS, Cândido dos – *Universidade do Porto*. Op. Cit. p. 106.

³²⁰ Propunha o referido Programa de 7 de Agosto de 1838 que no âmbito da componente teórica e prática que todas as ciências dispunham, o Lente da 11ª Cadeira tivesse em conta as práticas necessárias à melhor aprendizagem: “Exercitará os Estudantes o respectivo Lente na arte de escripturar os livros por Partidas Dobradas á medida que for enunciando os seus preceitos, fazendo-lhes sentir a preferencia que este methodo merece sobre o das Partidas singelas. Adestará os Estudantes no uso e forma de escripturação dos diversos livros auxiliares. Exemplificará as materias do Codigo Commercial comprehendidas na parte do Commercio terrestre e marítimo em quanto á prática dos diferentes contractos, com as formulas dos documentos que os legalisam e tornam valiosos. Acompanhará a theoria do Commercio do Banco com a prática de suas respectivas operações, afim de facilitar o conhecimento dos diferentes cambios e saber como se regulam, e operam seus Arbitros e as vantagens que d’elles resultam, etc.” Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 203.

³²¹ A 15 de Junho de 1839 o Conselho Académico aprovou o Regulamento para os Actos que é confirmado pelo Governo através do Decreto de 6 de Novembro de 1839.

³²² BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 213.

³²³ *Idem*. *Ibidem*. p. 241.

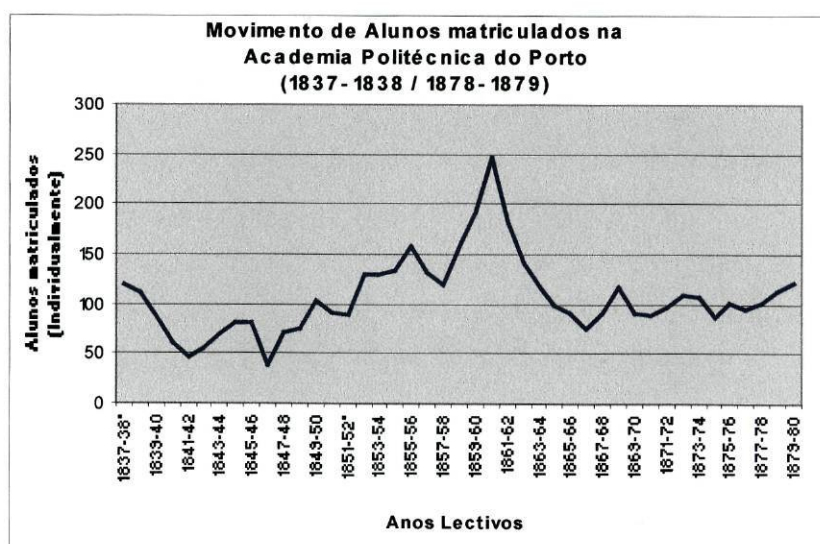
³²⁴ Artº 143 do Decreto de 20 de Setembro de 1844.

³²⁵ Artº 145 do Decreto de 20 de Setembro de 1844. Cfr. *Anuário da Academia Politécnica do Porto: anno lectivo 1878-1879*, p. 91 e *Anuário da Academia Politécnica do Porto: anno lectivo 1879-1880*, p. 85.

³²⁶ Artº 74 do Decreto de 20 de Setembro de 1844.

Mas se as boas novas que este diploma procurava dar possibilitava criar novos ânimos e esperar dias melhores para a Academia, a realidade tornou-se mais penosa quando, com o passar dos anos, tudo se mantivera... silenciosamente inalterável. Apenas o aumento do número de alunos estimulados pela redução das propinas contrastava com a menor intensidade de reclamações, queixas e apelos que identificara o período antecedente à saída da disposição legal que concedia ao Director da Academia uma gratificação igual à concedida a cada um dos Directores da Escola Médico-Cirúrgica e Academia de Belas-Artes do Porto.³²⁸

Gráfico n.º4 – Movimento dos Alunos matriculados na APP (1837-38 / 1878-79)³²⁹



No difícil período que atravessa a Academia Politécnica apanhada que é nas convulsões políticas dos anos de 1846 e 1847, leva a encerrar as suas portas. Alguns Lentes da Politécnica - juntando-se aos instrumentos dos vários Laboratórios que entretanto são requisitados em prol da causa defendida pela Junta Provisória do Supremo Governo do Reino - aderem à Revolução até à assinatura da Convenção de Gramido. Terminada a guerra civil, a Academia continua na sua luta que se manifesta quando da presença de D. Maria II na cidade do Porto em Abril de 1852.³³⁰

³²⁷ "O escrivão dos tribunaes do Commercio deve ter feito o Curso das aulas de commercio de Lisboa ou da Academia do Porto com certidão de aprovação." Cfr. Código Comercial de 1833, Artº 1063.

³²⁸ Artº 144 do Decreto de 20 de Setembro de 1844 que garante ao Director da Academia Politécnica do Porto a mesma gratificação estabelecida pelo Decreto de 27 de Agosto de 1844.

³²⁹ Cfr. *Annuario da Academia Polytechnica do Porto: ano lectivo 1879-1880 (Terceiro Anno)*. Porto: Typographia Central, 1880. pp. 244-247. Ver Também Anexo C e D.

³³⁰ No dia 3 de Maio de 1852 visita a Academia Politécnica. Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. pp. 265-266.

Os Lentes da Academia aproveitam para lhe mostrar o estado lamentável em que o estabelecimento se encontrava, às portas da extinção, tal como o reclamavam os partidários da desgraça, embora o crescimento do número de alunos apresentasse tendências animadoras.³³¹ As décadas de 50 e de 60 procuram repor o normal funcionamento da Academia – agora que via a Escola Industrial do Porto a tomar-lhe parte do seu espaço³³² – através do projecto de lei de 3 de Fevereiro de 1854³³³ e Portaria de 30 de Maio de 1857, assistindo-se a uma guerra aberta entre o Conselho Superior da Instrução Pública e os Lentes da Academia, estes, insatisfeitos com as propostas de reforma profunda dos programas da Academia Politécnica.³³⁴ Apenas ao Conselho fora restituída a pretensão solicitada para a criação de uma cadeira de Economia Política para os alunos do Curso de Comércio, desejo que é satisfeito pela lei de 15 de Julho de 1857³³⁵ com a nova cadeira de *Economia Política e de Princípios de Direito Comercial e Administrativo*, cuja primeira regência esteve a cargo de Adriano de Abreu Cardoso Machado.³³⁶

Em 1864, o Ministro do Reino, Duque de Loulé, ordena por Portaria de 12 de Outubro a realização duma inspecção extraordinária à Academia, tendo sido incumbido dela o Conselheiro José Maria de Abreu, que deveria “*recolher todas as informações e esclarecimentos necessários para se conhecer o estado actual do ensino no mesmo estabelecimento, e para se formar um juízo seguro acerca das reformas que nele convenha introduzir, já no ponto de vista científico, já nas suas relações com os mais institutos de ciências naturais do País.*”³³⁷ Das recomendações apresentadas com base no estado lamentável a que chegara a Academia com “*deficiências graves motivadas na maior parte pela incompleta e viciosa organização que de início foi dada à Academia – e que nunca os Governos haviam corrigido, por mais que em seus Relatórios, Representações e Alvitres continuamente o solicitasse o Conselho Académico*”,³³⁸ José Maria de Abreu regista a necessidade da Academia Politécnica do Porto, apesar do aumento do número de alunos da Academia, ver alguns cursos suprimidos e outros reformados.³³⁹

³³¹ Cfr. Mapa Estatístico Geral em *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1879-1880*, p. 244.

³³² Portaria de 2 de Maio de 1854.

³³³ BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 279.

³³⁴ *Breve Memoria sobre a Instrução Publica no Porto e nas Provincias do Norte, offerecida aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa pelos Lentes da Academia Polytechnica do Porto*, Maio 1854.

³³⁵ A 12ª cadeira foi criada pela Lei de 15 de Julho de 1857, Artº 1º. Cfr. *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 86.

³³⁶ O Decreto de 17 de Julho de 1858 e a Carta Régia de 1 de Setembro do mesmo ano nomearam-no Lente proprietário da 12ª Cadeira. Ver Também SANTOS, Cândido dos – *A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Op. Cit. p. 26.

³³⁷ ABREU, José Maria de - *Relatório da Inspeção Extraordinaria feita á Academia Polytechnica do Porto em 1864 pelo vogal efectivo do Conselho Geral de Instrução Publica*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1865, citado por BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 361.

³³⁸ *Ibidem*. p. 364.

³³⁹ Os Cursos de Engenheiros Geógrafos, Engenheiros Construtores de Navios e de Directores de Fábricas nunca tinham tido alunos. Os Cursos de Pilotos e de Engenheiros de Minas, de Agricultores e de Artistas estavam abandonados à alguns anos ou o número de alunos diplomados era bastante baixa. Cfr. ABREU, José Maria de -

O abandono na frequência de alguns Cursos e a reduzida fornada de Diplomados, juntamente com a má organização e inutilidade reconhecida, exigia profundas reformas e reorganizações dos Cursos. De 1854 a 1864, o Curso de Comércio tinha dado apenas quatro diplomados³⁴⁰ e entre 1865 e 1878 apenas dois Comerciantes tiveram direito a obter a Carta de Capacidade.³⁴¹



Fig. 37 – Aula prática de ensino comercial

A própria Academia, inicialmente renitente à supressão de Cursos, entende que no futuro apenas deveria funcionar os quatro Cursos principais de Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Comércio e Pilotagem, além dos cursos preparatórios para as escolas médico-cirúrgicas, do exército e naval.³⁴² O Decreto de 2 de Junho de 1873 reformula a recomendação do Relatório e manda ministrar na Academia os seguintes Cursos Especiais: Curso de Engenheiros Cíveis (de Minas, de Pontes e Estradas e de Geógrafos), o Curso de Directores de Fábricas, o Curso de Comerciantes,³⁴³ o Curso de Agricultores, o Curso de Artistas e o de Pilotos, além dos Cursos Preparatórios para as Escolas Médico-Cirúrgicas, para a Escola de Farmácia igualmente nas Escolas Médico-Cirúrgicas, para a Escola Naval e para a do Exército.³⁴⁴

Relatório da Inspeção Extraordinária feita á Academia Polytechnica do Porto em 1864 pelo vogal efectivo do Conselho Geral de Instrução Publica. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, pp. 67-68, citado por BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto.* Op. Cit. pp. 365-366.

³⁴⁰ ABREU, José Maria de – Op. Cit. p. 68, citado por BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto.* Op. Cit. p. 366.

³⁴¹ *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1877-1878*, pp. 80-83.

³⁴² BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto.* Op. Cit. p. 367.

³⁴³ O Curso de Comerciantes regido em três anos apresentava o seguinte plano: 1º ano – 9ª Cadeira (Química Inorgânica) e 8ª cadeira; 2º ano – 11ª cadeira (Escrituração e Aritmética Mercantil) e 12ª cadeira (Economia Política e Princípios de Direito Administrativo); 3º ano – 11ª Cadeira (Instituições de Crédito, Sistemas Monetários, Legislação Aduaneira, Noções Gerais de Geografia Comercial, Noções Gerais da Geografia de Portugal, Deveres do Comerciante) e 12ª Cadeira de Direito Comercial. Cfr. BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto.* Op. Cit. p. 378.

³⁴⁴ BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto.* Op. Cit. pp. 376-377.

Para admissão à primeira matrícula nos Cursos Especiais de Comércio ministrados na Academia Politécnica do Porto são exigidos exames preparatórios do curso completo de português, de francês, de matemáticas elementares, de princípios de física e química e de introdução à história natural.³⁴⁵

No início da década de 80 e com base nas recomendações apresentadas no Relatório do Conselheiro José Maria de Abreu e no plano de reforma da Politécnica elaborado por Azevedo Albuquerque³⁴⁶ e por Rodrigues de Freitas,³⁴⁷ - cujo "curso [Comercial] está pessimamente organizado"³⁴⁸ - O Conselho Académico da Politécnica propõe, no ano de 1882,³⁴⁹ mas sem aparente sucesso, a fusão da Academia Politécnica e do Instituto Industrial do Porto num só Instituto Politécnico que ficaria sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, onde se ministrariam seis cursos técnicos, com ensino diurno e nocturno e gratuito dedicado aos operários. Tal solução não avançou, como contribuiu ainda para prolongar nos anos seguintes, a falta de uma política educativa fortemente enraizada que definisse, pela diferença, o ensino técnico e profissional ministrado na Academia Politécnica do Porto. Ainda na década de 80, o facto do ensino industrial, agrícola e comercial estar em desenvolvimento, leva a que os cursos similares professados na Academia ficassem desertos não obstante as reclamações da Academia, logo secundadas pela *Câmara Municipal*,³⁵⁰ *Associação Comercial*,³⁵¹ *Junta Geral do Distrito*³⁵² juntamente com os artigos que Rodrigues de Freitas e Bento Carqueja publicaram n' *O Comércio do Porto*.³⁵³ Finalmente a Reforma de 1885 ou Reforma de Wenceslau de Lima, convertida em Lei em 21 de Julho de 1885 veio alterar e reformular o Plano Geral da Academia.³⁵⁴ No mesmo ano, avança a revisão dos Programas das dezoito Cadeiras, considerando "*que os cursos legais da Academia, que devem ocupar o primeiro lugar no seu plano de estudos, são os de Engenheiro Civil e o Curso Superior de Comércio*"³⁵⁵ sendo este último professado em três anos "*e as habilitações exigidas para a matrícula nêsse curso, bem como as garantias oferecidas aos alunos*"³⁵⁶ possuidores da carta do respectivo Curso, fossem as estabelecidas na Carta de Lei de

³⁴⁵ De acordo com Artº 2º do Decreto de 22 de Maio de 1862 e Artº 2º do Decreto de 30 de Abril de 1863. Cfr. *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1877-1878*, p. 50.

³⁴⁶ Joaquim de Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque nomeado por Carta de Lei de 29 de Novembro de 1876 Lente Proprietário da 1ª Cadeira. Cfr. *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1880-1881*, p. 80.

³⁴⁷ José Joaquim Rodrigues de Freitas nomeado por Decreto de 29 de Dezembro de 1864 e Carta Régia de 6 de Abril de 1865 Lente Substituto da 11ª e 12ª cadeiras que, pouco depois, por Decreto de 15 de Maio de 1867 e apostilha de 11 de Julho de 1867 é promovido a Lente Proprietário da 11ª Cadeira onde toma posse a 16 de Agosto de 1868. Cfr. *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1880-1881*, p. 79.

³⁴⁸ ALVES, Jorge Fernandes - Rodrigues de Freitas. *Novas páginas avulsas*. p. 140.

³⁴⁹ Projecto de 12 de Janeiro.

³⁵⁰ *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1885-1886*, p. 198.

³⁵¹ *Idem. Ibidem*. p. 199.

³⁵² *Idem. Ibidem*. p. 201.

³⁵³ *Idem. Ibidem*. pp. 202-221.

³⁵⁴ MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) - *Op. Cit.* p. 14.

³⁵⁵ BASTO, Artur Magalhães - *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto. Op. Cit.* p. 422.

³⁵⁶ *Idem. Ibidem*. p. 423.

6 de Março de 1884 relativa ao Curso Superior do Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Alguns meses depois, Fontes Pereira de Melo³⁵⁷ mandava publicar a reorganização dos Cursos legais da Academia Politécnica, destinando ao Comércio a 17ª Cadeira³⁵⁸ e mantendo, tal como o fizera o Decreto de 2 de Junho de 1873, o Curso Especial de Comércio.³⁵⁹

Três anos depois, o Decreto de 28 de Junho de 1888, já na vigência de José Luciano de Castro, regulamenta o funcionamento da Academia Politécnica do Porto.³⁶⁰

Meio século depois da sua criação, a Academia Politécnica do Porto via realizadas as suas ambições, assumindo agora – depois de inúmeras reclamações, pedidos e desesperos – as responsabilidades de concretização dos projectos que estiveram na base da sua implementação.

Entretanto, em Lisboa, em 1844 Costa Cabral decide intervir na área educativa. O rigor financeiro e os interesses sociais que suportaram o Cartismo orientam o ensino comercial para uma dispersão da formação técnica nos diferentes graus de ensino.³⁶¹ A Aula do Comércio é reformada³⁶² em 1844, mantendo alguns dos antigos privilégios ficando agora – por razões que se justificam com a diminuição de custos com a área educativa – anexa ao Liceu Nacional de Lisboa³⁶³ com o nome de Escola de Comércio ou Secção Comercial,³⁶⁴ sendo constituída por quatro cadeiras, distribuídas por dois anos: 1ª cadeira – Aritmética Comercial (compreendendo moedas, pesos e medidas, além de elementos de álgebra e geometria); 2ª cadeira – Geografia Comercial e História; 3ª cadeira – Escrituração, câmbios, letras, seguros e prática e 4ª cadeira –

³⁵⁷ *Diário do Governo* nº 211, de 21 de Setembro de 1885.

³⁵⁸ 17ª Cadeira – Comércio, curso bienal. 1º ano – 1ª parte: Cálculo comercial. Escrituração em geral e especialmente dos bancos. (2 lições semanais). 2ª parte: Contabilidade industrial (1 lição semanal); 2º ano – Economia comercial e geografia comercial (3 lições semanais). Cfr. *Diário do Governo* nº 211, de 21 de Setembro de 1885. Rodrigues de Freitas, Lente Proprietário da antiga 11ª Cadeira (Comércio) assume a mesma Cadeira, agora 17ª ficando vazio o lugar de Lente Substituto de Comércio.

³⁵⁹ Artº 2º § 1º, 1 do Decreto publicado no *Diário do Governo* nº 211, de 21 de Setembro de 1885. Curso Especial de Comércio – 1º ano – Física geral. Química inorgânica geral. Física prática, especialmente trabalho com o microscópio. Química prática; 2º ano – Comércio. 1º ou 2º ano. Botânica industrial. Matérias primas de origem vegetal. Química analítica; 3º ano – Comércio, 2º ou 1º ano. Economia política. Estatística. Princípios de Direito Público, Direito Administrativo e Comercial. Zoologia industrial. Matérias primas de origem animal. Análise química comercial. Ver Também BASTO, Artur Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Op. Cit. p. 429.

³⁶⁰ PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Tomo I, Vol. II, (1991), pp. 254-263.

³⁶¹ Nos Liceus o currículo contemplava as disciplinas de "Aritmética e Geometria com aplicações às Artes" e "História, Cronologia e Geografia, especialmente a Comercial" (Artº 17º do Decreto de 20 de Setembro de 1844). Anteriormente, pela Reforma de Passos Manuel (17 de Novembro de 1836) apenas a cadeira "Princípios de Economia Política, de Comércio, e de Administração Pública" fazia parte da instrução secundária (Artº 38º). A criação de disciplinas específicas em diversos Liceus permitiu que em Lisboa e Coimbra se ensinasse "Comércio", em Braga, Évora e Faro "Economia Industrial e Escrituração" (Artº 48º do Decreto de 20 de Setembro de 1844). Cfr. ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. Op. Cit. pp. 84-86.

³⁶² Artº 51º do Decreto de 20 de Setembro de 1844, *Diário do Governo* n.º 220, de 28 de Setembro de 1844.

³⁶³ A propósito da anexação à Aula do Comércio, precedeu em mais de 75 anos a criação do ensino liceal no nosso país. Efectivamente, este último só foi introduzido em Portugal por Decreto de 17 de Novembro de 1836 tendo os primeiros estabelecimentos sido abertos, em Lisboa e no Porto, em 1839 e 1840, respectivamente.

³⁶⁴ "A Aula de Comércio, criada e regulada pelos Alvarás de 12 de Dezembro de 1756, e 19 de Maio de 1759,... ficará anexa ao Liceu de Lisboa com o nome de Escola de Comércio, ou Secção Comercial." Cfr. Artº 52º do Decreto de 20

Economia política, direito administrativo e comercial.³⁶⁵ Este regime vai vigorar durante duas décadas. Em 9 de Outubro de 1866 é promulgado o Regulamento da Escola do Comércio de Lisboa e posteriormente, entre 1869 e 1886, outras alterações legais estabelecem o funcionamento orgânico deste estabelecimento, quer com a sua desanexação do Liceu Nacional de Lisboa quer com a sua integração no então existente Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.³⁶⁶ Lembremos entretanto o Diploma de 5 de Agosto de 1870 que reparte as disciplinas do curso por duas cadeiras – uma para o Curso Elementar de Comércio e outra para o Curso Complementar de Comércio, o Decreto de 18 de Setembro de 1872 que Regulamenta o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa,³⁶⁷ o Decreto de 30 de Setembro de 1879³⁶⁸ que apresenta o plano de estudos a que se refere o Diploma de 5 de Agosto de 1870 e, finalmente, a Carta de Lei de 6 de Março de 1884 que aprova o Plano de Organização do Curso de Comércio no IICL.³⁶⁹

de Setembro de 1844, *Diário do Governo* n.º 220, de 28 de Setembro de 1844. Ver Também MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 11.

³⁶⁵ Rodrigues de Freitas em O Comércio do Porto de 07 de Setembro de 1881 acrescenta: "Criado um curso de ciências comerciais no Instituto de Lisboa, pela reforma de 1869, foi modificado por Decreto de 1 de Outubro de 1880; é bienal; no 1º ano estudam-se a física geral e suas aplicações (3ª cadeira), a aritmética mercantil, a escrituração e correspondência em francês e inglês (13ª cadeira); no 2º estudam-se química aplicada às artes, análise dos principais produtos naturais e manufacturados, prática de manipulações químicas (4ª cadeira); princípios de economia política e industrial (11ª cadeira); geografia e história comercial, direito comercial e marítimo (14ª cadeira)." Cfr. ALVES, Jorge Fernandes – Rodrigues de Freitas. *Novas Páginas avulsas. Op. Cit.* p. 139.

³⁶⁶ "(...) o ensino comercial (...) pode assim ser professado com vantagem no Instituto Industrial, que tomará a denominação de Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, suprimindo-se a escola do comércio, ou secção comercial do liceu da capital. Criando-se no instituto apenas uma nova cadeira de escrituração e contabilidade industrial e comercial, seguros, câmbios, letras, geografia comercial e exercícios práticos, pode nesse estabelecimento organizar-se um curso comercial mais completo do que o actual do liceu. Com as cadeias de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, de física e química, de economia política e industrial, direito comercial, estatística, história geral do comércio, de línguas francesa e inglesa, já estabelecidas no instituto, formar-se-á um programa conveniente para o curso de comércio (...)." Cfr. Relatório anexo ao Decreto de 30 de Dezembro de 1869. Ver Também COSTA, Carlos Baptista da – O Ensino da Contabilidade em Portugal. *Actas das Jornadas de Contabilidade*. Aveiro: Universidade de Aveiro, ISCAA. p. 548 reeditadas na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLIV, nº 176 (Outubro 1980), p. 390.

³⁶⁷ Este Decreto da autoria de António Cardoso Avelino apresenta, no seu Artigo 137º as novas habilitações necessárias para ser admitido à matrícula nos cursos de comércio: a saber – Exame de instrução primária e de Português, em qualquer dos liceus nacionais, aprovação em caligrafia, línguas francesa e inglesa, aritmética, álgebra e geometria plana e elementos de geografia e história em qualquer estabelecimento de instrução pública, ou no Instituto. Ver PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Tomo I, Vol. II, (1991), pp. 21-30.

³⁶⁸ Da autoria de Augusto Saraiva de Carvalho. Ver PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Tomo I, Vol. II, (1991), p. 63.

³⁶⁹ Com este Plano, o ensino do Comércio é dividido em dois cursos: **Curso Superior de Comércio** – com a duração de quatro anos e compreendendo as disciplinas das seguintes oito cadeiras (1ª cadeira – Contabilidade geral e operações comerciais: a) Parte teórica – Noções gerais de comércio; Instituições próprias do comércio – Cálculo comercial; Câmbios; Arbitragens – Contractos e operações mercantis e bancárias – Escrituração comercial e suas aplicações – Contabilidade pública. b) Parte prática; 2ª cadeira – Operações financeiras. a) Parte teórica – Juros compostos – Anuidades – Cálculo de probabilidades – Seguros de vida – Rendas vitalícias – Caixas Económicas – Montepios – Operações de Bolsa – Fundos Públicos e particulares. b) Parte prática; 3ª cadeira – Física geral e suas aplicações; 4ª cadeira – Química industrial: parte teórica e parte prática; 5ª cadeira – Tecnologia rural. a) Parte teórica – estudo comercial dos principais produtos naturais e manufacturados – Legislação Aduaneira – Tratados de comércio. b) Parte prática; 6ª cadeira – Geografia comercial e história do comércio – comunicações terrestres e marítimas – Colónias – Regime Colonial – Emigração e colonização; 7ª cadeira – Economia política – Legislação industrial – Privilégios de invenção – Marcas de Fábrica e de comércio – Noções gerais de direito civil e administrativo – Direito Internacional – Legislação consular. **Curso Elementar de Comércio** – com a duração de um ano e compreendendo parte das disciplinas da 1ª cadeira; o ensino prático da 5ª cadeira e os trabalhos práticos de escritório. Ver PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Tomo I, Vol. II, (1991), pp. 138-139.

3.3 - O Instituto Industrial e Comercial do Porto e a institucionalização do Ensino Comercial (1886)

Juntamente com a Regeneração, Fontes Pereira de Melo dá ao ensino técnico e profissional na Invicta novo alento com a institucionalização³⁷⁰ do Ensino Industrial em 1852, consolidado que é em 1864 na conversão da Escola Industrial do Porto em Instituto Industrial do Porto.³⁷¹ Manteve-se ainda, na Academia Politécnica do Porto, o curso de Comércio, mas viu-se, no final do séc. XIX – conforme já referenciado – que ele não tinha razão de existir³⁷² pelo facto de a reforma de Emídio Navarro ter organizado ensino análogo no Instituto Industrial do Porto que passou a ter a denominação, a partir de 1886 de Instituto Industrial e Comercial do Porto, tal como acontecera já em 1869 com o de Lisboa.³⁷³

A criação no Instituto Industrial e Comercial do Porto do ensino comercial, fora aproveitada pelo Conselho Académico³⁷⁴ da Academia Politécnica do Porto que ministrando os cursos de Engenharia³⁷⁵ procuraram reclamar, em 1889, alterações ao Governo, através do Conselho Superior de Instrução Pública no sentido de propôr “a supressão da cadeira de Comércio e a sua substituição por outra de Física e Química Industrial” mais tarde substituída pela cadeira de Tecnologia Industrial.³⁷⁶ Quatro anos depois,³⁷⁷ é “*elaborado um relatório e Projecto de Reforma dos Cursos da Academia Politécnica do Porto onde voltou a ser pedida a substituição da cadeira de Comércio por uma de Tecnologia Industrial, distribuída por dois anos.*”³⁷⁸ Não correspondido o pedido, em 2 de Abril de 1895 é enviado ao Governo novo Relatório e Projecto sobre Reorganização dos Cursos da Academia Politécnica, dando lugar ao Decreto de 8 de Outubro de 1897 que suprime o Curso de Comércio na Academia,³⁷⁹ sendo assim a cadeira de Comércio substituída pela cadeira de Tecnologia Industrial, integrada no

³⁷⁰ Decreto de 30 de Dezembro de 1852.

³⁷¹ Decreto de 20 de Dezembro de 1864.

³⁷² MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 14.

³⁷³ Decreto de 30 de Dezembro de 1869.

³⁷⁴ Sessão de 5 de Novembro de 1889. Cfr. GUEDES, Manuel Vaz – Centenário do início do ensino da Electrotecnia na Academia Politécnica do Porto. *Memórias da FEUP: no início do funcionamento das novas Instalações*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2001. p. 117.

³⁷⁵ Regidos por Regulamento de 1888, modificado por Decretos de 1890 e 1894.

³⁷⁶ GUEDES, Manuel Vaz – *Op. Cit.* p. 117.

³⁷⁷ Em 8 de Maio de 1893. Cfr. GUEDES, Manuel Vaz – *Op. Cit.* p. 117.

³⁷⁸ GUEDES, Manuel Vaz – *Op. Cit.* p. 117.

³⁷⁹ Cfr. MAGALHÃES, Alfredo Coelho de (Org.) – *Op. Cit.* p. 14. Ver Também BASTO, Artur de Magalhães – *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. *Op. Cit.* pp. 464-465 e SANTOS, Cândido dos – *A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas*. *Op. Cit.* p. 25.

ensino da Electrotecnia e das Indústrias Químicas³⁸⁰ embora a cadeira de Contabilidade Industrial permanecesse no Curso de Engenheiros Civis Industriais, obrigatoriamente leccionada no 5º ou 6º ano do Curso.³⁸¹

Por outro lado, não fora estranho a petição que em 22 de Dezembro de 1882 a Associação Comercial de Lisboa fizera ao Governo no sentido de reorganizar o ensino no já criado Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e a quem o ministro António Augusto de Aguiar mandara publicar, em 1883, um decreto³⁸² "*criando dois museus industriais e comerciais, um em Lisboa e outro no Porto, destinados a exposições públicas de colecções de produtos e matérias primas, com esclarecimentos da sua origem, nome do fabricante ou comerciante, preços na origem, etc*".³⁸³ Enquanto o ensino industrial assistia, através das escolas de desenho industrial e escolas industriais que eram criadas por todo o país,³⁸⁴ à sua gradual implementação, o ensino comercial encontra no Decreto de 6 de Maio de 1884 uma ténue esperança de, também ele, um dia poder nascer.

Será assim interessante verificar a sua evolução desde que, em 1886, o ministro Emídio Navarro fundou o Instituto Industrial e Comercial do Porto que, apenas com a parte industrial, já existia, no entanto, desde 1864,³⁸⁵ como resultado da transformação da Escola Industrial do Porto, a primeira escola do país do género, nascida por iniciativa da Associação Industrial desta cidade e oficializada pelo Governo, em 1866.

³⁸⁰ GUEDES, Manuel Vaz – *Op. Cit.* p. 117.

³⁸¹ Decreto de 15 de Setembro de 1885. Cfr. GUEDES, Manuel Vaz – *Op. Cit.* p. 122.

³⁸² Decreto de 24 de Setembro de 1883.

³⁸³ OLIVEIRA, Eduardo Maria Baptista de – *Evolução do Ensino Técnico Comercial em Portugal. Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXV, n.º 97 (Jan.-Mar. 1957), p. 63.

³⁸⁴ O Decreto de 3 de Janeiro de 1884 cria 3 escolas de Desenho Industrial em Lisboa, outras 3 na cidade do Porto, 1 nas Caldas e outra em Coimbra e uma escola industrial na Covilhã. Nos anos de 1888 e 1889, treze novas escolas industriais nasceram em diferentes localidades do país. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Maria Baptista de – *Op. Cit.* p. 64.

³⁸⁵ Em 1883, podemos encontrar no Decreto de 24 de Dezembro, claros sinais de apontam para a pretensa descentralização do ensino comercial, já reclamado em 1864 mas temporariamente perdido. A criação dos dois museus industriais e comerciais, com sedes um em Lisboa e o outro no Porto denotam uma convergência no sentido de corresponder às necessidades locais, novamente invocadas aquando da publicação do Decreto de 3 de Janeiro de 1884, agora que foram criadas "*uma escola industrial na Covilhã e varias escolas de desenho industrial: três em Lisboa, três no Porto, uma nas Caldas da Rainha e outra em Coimbra*." Cfr. ARROIO, António José – *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e commercial*. Lisboa: Ministério do Fomento, 1911. p. 11.

Por outro lado, o Regulamento Geral dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, promulgados a 6 de Maio de 1884 e de cujas escolas de desenho criadas junto desses museus e subordinadas às suas respectivas direcções, adverte não ser a uniformidade de programas dos cursos, condição necessária dos regulamentos das diferentes escolas, pelo que "*se deve ter em vista o attender as condições locais praticas, por essencia variaveis*." Ver Artº 26º do Decreto de 6 de Maio de 1884.

Estamos pois perante uma concepção de organização do ensino direccionado para as especificidades com cariz descentralizador e utilitário onde os museus industriais e comerciais de Lisboa e Porto foram, à falta de iniciativa particular, meros *lobbies* independentes fora da acção política do poder central. Uma intervenção que António Augusto de Aguiar possibilitou perdurar até aos resultados visíveis do inquérito industrial como barómetro da realidade dos sectores de actividade económica onde a nú sai a situação do operariado. Embora a acção de António Augusto de Aguiar terminada que foi à frente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria com a ainda criação na cidade de Braga de uma Escola de Desenho Industrial, pouca intervenção produziu no âmbito do ensino comercial, é inegável que a sua influência no ensino técnico registou assinalável contributo para a implementação institucional do aguardado ensino industrial e comercial.

3.3.1 - O DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1886 E A ORGANIZAÇÃO GERAL DO ENSINO COMERCIAL

Este Decreto vem colocar um ponto de ordem no ensino industrial e comercial dando-lhe legalmente a chancela de primeira organização geral compreendendo os Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. Lança assim, nesta data, o ministro Emídio Navarro, por Decreto de 30 de Dezembro,³⁸⁶ as bases teóricas da organização do ensino industrial e comercial no nosso país. No que à parte comercial diz respeito, o plano deste ministro considera o ensino dividido nos graus elementar, preparatório e superior ou especial. De acordo com o plano do referido Decreto, o ensino elementar destinava-se a *"dar noções geraes sobre operações de commercio e especiaes sobre contabilidade mercantil,"*³⁸⁷ o ensino preparatório era destinado *"a dar a instrução preliminar necessária aos indivíduos que se dediquem ao curso superior de commercio,"*³⁸⁸ o superior ou especial visava *"habilitar aquelles que se dediquem ás carreiras de negociantes, banqueiros, guarda-livros, empregados superiores de estabelecimentos commerciaes e industriaes, ou a logares da administração publica determinados nas leis."*³⁸⁹

Destes graus eram ministrados no Instituto Industrial e Comercial do Porto o *elementar* e o *preparatório*, ficando o *superior* ou *especial*³⁹⁰ confinado ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa!... A razão desta desigualdade encontrar-se-á, porventura, na habitual macrocefalia lisboeta, mas é possível que também concorresse o facto de no Porto já existirem estudos superiores de índole semelhante na Academia Politécnica, cujos diplomados podiam, inclusive, concorrer aos lugares de lentes e professores de algumas das cadeiras professadas no ensino superior dos Institutos. No ano seguinte, são publicadas instruções³⁹¹ sobre a aplicação do Decreto de 30 de Dezembro de 1886, nomeadamente, sobre as disciplinas que devem constituir cada curso, a sua divisão e forma de frequência.

³⁸⁶ Publicado no *Diário do Governo* n.º34, de 14 de Fevereiro de 1887.

³⁸⁷ *Plano de Organização do Ensino Industrial e Commercial: aprovado por Decreto de 30 de Dezembro de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Capítulo III, p.3.

³⁸⁸ *Idem. Ibidem*.

³⁸⁹ *Idem. Ibidem*.

³⁹⁰ O grau superior ou especial compunha-se de três cursos: Curso Superior do Comércio, Curso Especial de Verificadores de Alfândegas e Curso Especial de Cônsules. As matriculas e os exames eram gratuitos e foram criados prémios pecuniários para os alunos que frequentassem um dos dois últimos anos de qualquer Curso Superior ou Especial e que o Conselho Escolar entendesse serem dignos dessa distinção. Cfr. RODRIGUES, Virgílio – Apontamentos para a história do ensino médio comercial. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano VI, nº 21 (Jan.-Mar. 1938), p. 99.

³⁹¹ Através da Portaria de 23 de Setembro de 1887. Ver PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Tomo I, Vol. II, (1991), pp. 197-198.

O primeiro Relatório conjunto do Instituto Industrial e Comercial do Porto avança já com alguns indicadores expressivos da tipologia de alunos que procuram a instrução comercial,³⁹² pese embora estarmos perante o *ano zero* do ensino comercial.

Quadro nº 19 – Movimento de Alunos no IICP (1886-1892)

Ano Lectivo	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	10ª	17ª	20ª	21ª	22ª	23ª	24ª	25ª	27ª ⁽³⁹³⁾	Introdução	Total	Alunos Matriculados no IICP	%
1886-87 ³⁹⁴	32	34	1	1	-	-	1	7	46	-	-	-	-	-	-	-	-	3	50	521	9.6%
1887-88 ³⁹⁵	2	1	-	18	-	-	-	-	-	27	5	-	1	25	12	1	-	-	39	463	8.4%
1888-89 ³⁹⁶	3	1	-	7	-	-	-	-	2	11	9	-	-	15	4	-	-	-	19	321	5.9%
1889-90 ³⁹⁷	8	-	1	5	-	1	1	-	-	23	3	1	2	22	11	2	1	-	33	403	8.2%
1890-91 ³⁹⁸	2	-	-	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	6	-	-	-	-	7	396	1.8%
1891-92 ³⁹⁹	5	4	1	1	1	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	196	4.6%

No ano lectivo 1886-87, das profissões que exerciam os alunos que se matricularam nas diversas cadeiras do Instituto Industrial e Comercial do Porto, os Caixeiros constituíam 9.6% (50 alunos) dos alunos matriculados, canalizando a frequência maioritariamente nas 1ª, 2ª e 10ª cadeiras.⁴⁰⁰ Apenas os Empregados com 15.2% (79 alunos) e os Estudantes 17.9% (93 alunos) reuniam maior número de matrículas.⁴⁰¹ Já no ano seguinte – o primeiro da reforma – os caixeiros representam 8.4% (39 alunos) do total de alunos matriculados, continuando os Empregados e os Estudantes com maior número de matrículas, 15.3% (71 alunos) e 30.2% (10 alunos) respectivamente.⁴⁰² Nos anos lectivos 1888-89 e 1889-90, os Caixeiros perfazem 5.9%

³⁹² PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 19, 1888, pp. 297-304.

³⁹³ 27ª Cadeira – Direito Comercial e Marítimo. Princípios de Direito Internacional e Legislação Consular. O Lente Catedrático desta Cadeira é Eduardo Augusto de Sousa Pires de Lima, nomeado por Decreto de 3 de Outubro de 1889, cfr. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, pp. 11 e 14.

³⁹⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 9. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 19, 1888, p. 298.

³⁹⁵ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 10. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1889, p. 113.

³⁹⁶ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, pp. 16-17. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1890, p. 47.

³⁹⁷ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p. 15.

³⁹⁸ *Appendice ao Diário do Governo*, nº 1, 1893, p. 3. Em relação ao presente ano lectivo, o Relatório apresenta-nos dados bastante imprecisos, nomeadamente de classificar *Sem profissão designada*, 316 alunos de um universo de 396. Nada a fazer...

³⁹⁹ *Appendice ao Diário do Governo*, nº 6, de 14 de Maio de 1894, pp. 105 e 110.

⁴⁰⁰ 1ª Cadeira – Arithmetica, algebra e geometria, trigonometria e levantamento de plantas; 2ª Cadeira – Desenho linear, geometria descriptiva applicada à industria, estereotomia etc; 10ª Cadeira – Lingua francesa e lingua inglesa. Cfr. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 19, 1888, p. 298.

⁴⁰¹ *Idem. Ibidem*.

⁴⁰² PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, pp. 10-11. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1889, p. 113.

e 8.2% contra 12.8% e 8.2% dos Empregados e 27.5% e 29.8% dos Estudantes,⁴⁰³ respectivamente. No Porto como em Lisboa, decorridos que são os primeiros anos da implementação do ensino comercial, a diversificação das profissões dos alunos é menor, subindo a percentagem de alunos que se declaram somente estudantes. Em Lisboa, quer nos finais da década de 90 quer já no início do século XX, a proveniência social dos matriculados é-nos ilustrada "*com o leque de actividades dos alunos reduzido a 23 profissões, quase metade das de uma década atrás, a presença de estudantes é ainda de 70% e a de empregados públicos de 7.4%. Cerca de um terço destes procura cursos comerciais.*"⁴⁰⁴ No ano seguinte, o leque das profissões desce para 12 e os estudantes preenchem 76.9% dos inscritos.⁴⁰⁵

Do total de alunos matriculados com idades extremas dos 12 aos 41 anos de idade, 58% do corpo discente do IICP possui entre 12 e 18 anos de idade,⁴⁰⁶ descendo no ano seguinte para 54%⁴⁰⁷ e tornando a aumentar nos anos lectivos 1888-89 e 1889-90 para 59.8% e 62%, respectivamente.⁴⁰⁸ Para o primeiro ano lectivo da última década do século XIX, este valor, agora compreendido entre alunos com 11 até 18 anos, atinge 63.6%⁴⁰⁹ e 55% no ano seguinte entre alunos dos 13 aos 18 anos de idade.⁴¹⁰ Uma realidade não muito longe do que então se passava no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Tal como refere Mário Costa

"no ano lectivo de 1891-1892, os alunos inscritos no IIICL tinham idades compreendidas entre os 12 e os 46 anos. Predominavam os alunos com cerca de 16 anos, seguidos dos de 20, 19 e 15 anos, depois os alunos de 18 e 14 anos, como se duas gerações próximas seguissem, paralelas, o mesmo caminho."⁴¹¹

Estranho foi a omissão dos valores do movimento escolar apresentados no Mapa nº 7 do referido Relatório que o seu Director, *Gustavo Adolpho Gonçalves e*

⁴⁰³ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, pp. 16-17. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1890, p. 47 e PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p. 15.

⁴⁰⁴ COSTA, Mário Alberto Nunes – *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900: subsídios para a sua história*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990, p. 189, citando *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa referente ao ano lectivo de 1897-98*.

⁴⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

⁴⁰⁶ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. *Op. Cit.* p. 12. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 19, 1888, p. 299.

⁴⁰⁷ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. *Op. Cit.* p. 13. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1889, p. 114.

⁴⁰⁸ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. *Op. Cit.* p. 20. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1890, p. 48 e PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. *Op. Cit.* p. 17.

⁴⁰⁹ *Appendice ao Diário do Governo*, nº 1, 1893, p. 4.

⁴¹⁰ *Appendice ao Diário do Governo*, nº 6, de 14 de Maio de 1894, p. 111.

⁴¹¹ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Op. Cit.* pp. 186-187.

Sousa, por esquecimento, - o que já não acontecera nos anos seguintes,⁴¹² nomeadamente nos Relatórios de 1888-89 e 1889-90 onde as prováveis causas surgem, pela primeira vez, explícitas e identificadas através da condição de alunos em regime de *trabalhador-estudante*,⁴¹³ por um lado, e à superlotação das turmas, à sobrecarga das matérias e longos horários dos trabalhos práticos das cadeiras comerciais leccionadas,⁴¹⁴ por outro - nada referenciara aquando da análise do ano lectivo na introdução deste documento enviado ao Director Geral do Comércio e Indústria.⁴¹⁵ Na realidade, depois de aplaudir a reforma do ensino comercial que “desde há muito se impunha como urgente necessidade economica e social”⁴¹⁶ difícil seria de explicar o porquê da alta percentagem dos alunos que depois de matriculados, abandonaram o ensino naquele mesmo ano lectivo e atingindo o índice geral de 77%, alargando-se esta sangria a 76% dos Caixeiros,⁴¹⁷ menos que no ano lectivo de 1887-88 que atingira 87%⁴¹⁸ voltando a descer em 1888-89 para 73.7%,⁴¹⁹ para se agravar novamente em 1889-90 em 82%.⁴²⁰ No ano lectivo 1887-88, o “trigésimo quarto da criação d'este estabelecimento de instrução industrial e commercial, o primeiro depois da nova organização que lhe deu o decreto de 30 de dezembro de 1886”⁴²¹ o número de Cadeiras ascende a vinte e cinco,⁴²² mantendo-se

⁴¹² PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. Op. Cit. p. 4. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1889, p. 111 e PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Op. Cit. pp. 3-4. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1890, p. 44.

⁴¹³ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. Op. Cit. p. 5. De acordo com o *Anuário da Academia Politécnica do Porto: ano lectivo 1878-1879*, p. 128, perde o ano todo o estudante que na 12ª Cadeira tiver 16 faltas justificadas.

⁴¹⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Op. Cit. pp. 3-5. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1890, p. 44 e PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. Op. Cit. pp. 7-8.

⁴¹⁵ Em cumprimento do disposto no Artº 11º do Regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa de 18 de Setembro de 1872, mandado por em execução no Instituto Industrial do Porto, por Decreto de 20 de Novembro de 1872

⁴¹⁶ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. Op. Cit. p. 4. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1889, p. 111.

⁴¹⁷ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. Op. Cit. pp. 13-14. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 19, 1888, p. 299.

⁴¹⁸ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. Op. Cit. p. 18. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1889, pp. 115-116.

⁴¹⁹ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Op. Cit. pp. 26-27. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1890, pp. 49-50.

⁴²⁰ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890*. Op. Cit. p. 21.

⁴²¹ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. Op. Cit. p. 3. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1889, p. 111.

⁴²² 1ª Cadeira – Rudimentos de mathematica; 2ª Cadeira – Rudimentos de physica, de chimica e de electrotechnia; 3ª Cadeira – Rudimentos de mechanica; 4ª Cadeira – Arithmetica, algebra e geometria synthetica; 5ª Cadeira – Geometria descriptiva e stereotomia, topographia; 6ª Cadeira – Trigonometria plana, principios de geometria analytica, de algebra superior e de calculo infinitesimal; 7ª Cadeira – Physica geral e suas applicações á industria; 8ª Electrotechnia, telegraphia e outras applicações da electricidade; 9ª Cadeira – Chimica mineral e organica, analysi

a predominância de frequência nas mesmas cadeiras do ano anterior, agora com nova renumeração e que fazem parte dos cursos elementares e preparatório: 1^a, 4^a, 17^a, 20^a e 23^a Cadeiras. No entanto, se a Reforma de 1886 possibilitou a existência no IICP de cursos diversificados que anteriormente não existiam fazendo aumentar o numero de matrículas, o ano lectivo 1891-1892 registou uma notável diminuição de alunos matriculados devido à *"falta dos cursos de construcções civis e de minas, que foram supprimidos no instituto do Porto pela reforma de 8 de outubro de 1891, e que sempre foram, desde a criação do ensino industrial, os mais frequentados."*⁴²³ Nos Relatórios de 1888-89, 1889-90 e 1891-92, o Director do IICP, já mais preocupado com as supostas causas da grande *desertificação escolar* no Instituto, nomeadamente nos Cursos Elementar e Secundário de Comércio, acrescenta:

"esta falta de alumnos em um curso que devia attrahir um grande numero de alumnos n'uma terra em que o commercio tem um grande desenvolvimento, merece ser notada, principalmente se attendermos a que ao mesmo tempo que os alumnos faltam n'este curso do instituto, existem pela cidade aulas particulares de commercio que são regularmente frequentadas apesar de não serem gratuitas como são as d'este estabelecimento."⁴²⁴

Aliás, nem só o ensino estatal estava longe de assumir exclusivamente o monopólio da instrução em ensino comercial como noutros escolas, nomeadamente do ensino industrial registava inúmeros Caixeiros e Comerciantes nos seus cursos. Vamos encontrá-los, quer na Escola de Desenho Industrial "Passos Manuel" em Vila Nova de Gaia nos anos lectivos de 1884-85, 1885-86 e 1886-87⁴²⁵ quer na Escola de Desenho Industrial "Faria Guimarães", no Bonfim, nos anos lectivos 1885-86 e 1886-87.⁴²⁶ Numa leitura mais atenta, no período de 25 anos – entre 1885 e 1910 – das profissões declaradas pelos alunos matriculados na Escola Industrial Infante D.

chimica; 10^a Tecnologia chimica (ceramica, tinturaria, estamparaiae outras applicações da chimica); 11^a Cadeira – Zoologia e botanica elementares, hygiene das industrias e das construcções; 12^a Cadeira – Mechanica geral e sua applicação ás machinas; 13^a Cadeira – Materias de construcção e processos geraes de construcção, resistencia das materias e estabilidade das construcções , edificios, hydraulica urbana; 14^a Cadeira – Estradas e caminhos de ferro, pontes, legislação de obras publicas, rios e canaes, hydraulica agricola; 15^a Cadeira – Mineralogia e docimazia, geologia; 16^a Cadeira – Arte de minas, legislação mineira, metallurgia; 17^a Cadeira – Desenho linear e de ornato (1^a parte); Desenho de figura e paizagem do natural (2^a parte); Modelação (3^a parte); 18^a Cadeira – Desenho de machinas, construcções de peças elementares das machinas e respectiva tecnologia; 19^a Cadeira – Desenho architectonico, topographico, côrtes e plantas de minas; Geographia geral e historia elementar (1^a parte); 20^a Cadeira – Geographia e historia commercial (2^a parte); 21^a Cadeira – Economia politica e principios de direito administrativo, legislação industrial; 22^a Cadeira – Contabilidade geral e operações commerciaes; 23^a cadeira – Lingua franceza; 24^a Cadeira – Lingua ingleza; 25^a Cadeira - Lingua allemã. Cfr. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto: ano lectivo 1887-1888*. Op. Cit. pp. 8-9. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1889, p. 112; *Plano de Organização do Ensino Industrial e Commercial: aprovado por Decreto de 30 de Dezembro de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Capitulo V, pp.4-5.

⁴²³ *Appendice ao Diário do Governo*, nº6, de 14 de Maio de 1894, p. 105 e Decreto de 3 de Fevereiro de 1888, publicado no *Diário do Governo* de 9 de Fevereiro de 1888, nº 32 que aprova e manda observar o Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto.

⁴²⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Op. Cit. p.7. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1890, p. 45.

⁴²⁵ ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. Anexo I. Porto: FLUP, 1998. pp. 139-141.

Henrique, somente as profissões de Serralheiro / Funileiro (1642), Carpinteiro / Marceneiro (1416) e Pedreiro/Trolha (910) reúnem mais alunos. A classe comercial constituída pelos Caixeiros e Comerciante/Despachante são 8.2% (785) do total dos 9 592 alunos matriculados. Merece especial atenção que mais de metade dos Caixeiros que frequentaram esta escola portuense (55.6%) tinham entre 15 e 19 anos de idade, sendo a profissão que maior número de alunos possui neste escalão etário.

Quadro nº 20 – Alunos Matriculados (M/F) por Profissão e Idade (1885-1886 a 1909-1910) Escola Industrial Infante D. Henrique (Porto)⁴²⁷

	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	> 30	Indeterminado	Total
Caixeiro	-	167	429	111	48	14	3	772
Comerciante / Despachante	-	1	5	1	3	3	-	13
Outras Profissões	119	3350	3266	1254	538	251	29	8807
Totais	119	3518	3700	1366	589	268	32	9592

Por outro lado a categoria dos alunos Voluntários é manifestamente superior aos alunos Ordinários o que explica a dificuldade em simultaneamente coordenar a presença nas aulas com a profissão. Esta ideia é-nos confirmada por Luís Alberto Alves *“a predominância de Caixeiros na mesma categoria – 541 voluntários num total de 772 – e situando-se 91.5% entre os 10 e os 24 anos, pode-nos permitir associar as características desta profissão à impossibilidade de se garantir uma assiduidade que assegurasse uma frequência sem sobressaltos.”*⁴²⁸

Quadro nº21 – Alunos Matriculados por Categoria e Profissão (1885-1886 a 1909-1910) Escola Industrial Infante D. Henrique (Porto)⁴²⁹

	Ordinário	Voluntário	Extraordinário	Indeterminado	Total
Caixeiro	149	541	5	77	772
Comerciante / Despachante	-	9	-	4	13
Outras Profissões	4144	3215	53	1395	8807
Totais	4293	3765	58	1476	9592

Nos começos do século XX *“quase 40% dos alunos liceais frequentavam colégios particulares ou recebiam instrução em casa, indo depois fazer os exames aos liceus do Estado.”*⁴³⁰ Entre muitas,⁴³¹ o ensino particular, que representava no Porto

⁴²⁶ *Idem. Ibidem.* pp. 142-143.

⁴²⁷ *Idem. Ibidem.* p. 294.

⁴²⁸ *Idem. Ibidem.* p. 298.

⁴²⁹ *Idem. Ibidem.* p. 297.

⁴³⁰ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, S.d., p. 542.

⁴³¹ Vejam-se, por exemplo, os sucessivos anos do *Anuário Commercial*, onde as listas e os anúncios de colégios não faltam.

*“um negócio assaz lucrativo e disseminado”*⁴³² a Escola Prática Comercial Raúl Dória destacou-se no panorama do ensino comercial portuense.

No entanto e como refere Mário Costa *“nos últimos 20 anos do século XIX são conhecidas, quer em Lisboa, quer no Porto, taxas de abandono do ensino ao longo do ano que atingem mais de 70% dos alunos inscritos e, nos exemplos colhidos, entre 53% e 83% das matrículas feitas.”*⁴³³

Voltando às causas da fuga dos alunos de Comércio para a *concorrência*, estas, segundo o mesmo Director do IICP, estavam patentes na exigência dos conhecimentos preliminares⁴³⁴ impostos aos alunos de Comércio por parte do Regulamento do IICP, mais benevolente para os alunos do ensino industrial. Tornar o Curso Elementar do Comércio menos de elementar e mais de iniciação e transferir para o Curso Secundário de Comércio as matérias mais completas e específicas, não só complementava a aprendizagem do aluno como lhe garantia o conhecimento e a preparação para qualquer dos ramos da carreira comercial.⁴³⁵ As exigências regulamentares além de não estimular trazer o Caixeiro e o Marçano de trás do balcão da loja, como também os penalizava por não possuírem os requisitos. É importante pois, a transcrição da constatação que o Director do IICP faz do Caixeiro portuense:

“Os indivíduos que se têm apresentado a solicitar a matricula n'estes cursos, pela maior parte caixeiros, que não se tendo destinado a carreiras litterarias, não têm exame de portuguez nem mesmo de admissão aos lyceus, não podem por este facto frequentar este curso, e por esse motivo ficam privados de adquirir a instrução que ali lhes é facultada.”⁴³⁶

São pois, remata o Director do IICP *“estes individuos que por falta d'aquelles preparatorios vêem fechadas as portas do instituto e vão engrossar os cursos particulares.”*⁴³⁷ No final do ano lectivo de 1889-90, o mesmo director sublinha no seu relatório anual, olhando para a caracterização da cidade do Porto, encontra nela um *divórcio triste* (!) entre a escola, as associações comerciais⁴³⁸ e a população que carece de instruir-se com um saber prático e útil, ainda muito longe dos *Ratios* que o estrangeiro apresenta para escolas análogas.⁴³⁹ Das 120 000 almas existentes, esse

⁴³² SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) – *Op. Cit.* p. 542.

⁴³³ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Op. Cit.* p. 209.

⁴³⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889. Op. Cit.* pp. 7-8. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, nº 4, 1890, p. 45.

⁴³⁵ *Idem. Ibidem.*

⁴³⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴³⁷ *Idem. Ibidem.*

⁴³⁸ *“que adormecem sobre esta grave questão e restringem as suas exigencias imperativas ás melhorias materiaes grossamente visiveis.”* Cfr. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890. Op. Cit.* p. 7.

⁴³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 4.

ano apenas recebera 403 alunos, dos quais sete (1.73%) se destinaram ao ensino comercial, menos muito menos que os 3.47% que o curso recebera de 1887 a 1891.⁴⁴⁰

A preparação exigida aos alunos principiantes afastava-os para outros cursos comerciais existentes na cidade.

Quadro n.º 22 – Relação de Alunos matriculados nos Cursos Comerciais por ano lectivo (Instituto Industrial e Comercial do Porto – 1887-88 a 1892-93)

Ano Lectivo	Elementar de Comércio	Secundário de Comércio	Verificador de Alfândega	Consul	Superior de Comércio	Escrituração e Contabilidade para Guarda-Livros	Negociantes de Pequeno Trato	Contabilidade Financeira ⁴⁴¹	Negociantes de Grosso Trato	Total
1887-88 ⁴⁴²	8	7	-	-	-	-	-	-	-	15
1888-89 ⁴⁴³	2	9	-	-	-	-	-	-	-	11
1889-90 ⁴⁴⁴	4	3	-	-	-	-	-	-	-	7
1890-91 ⁴⁴⁵	3	5	2	2	10	-	-	-	-	24
1891-92 ⁴⁴⁶	-	-	-	-	13	48	9	6	56	132
1892-93 ⁴⁴⁷	-	-	-	-	3	17	3	5	48	78

Apesar do iniludível interesse da reforma de Emídio Navarro, cuja regulamentação⁴⁴⁸ ocorre em Fevereiro de 1888, não demora muito que tais ideias sejam postas de lado pela estreita visão de João Franco. Com efeito, este tão controverso ministro dos finais da Monarquia, no propósito de reduzir ao mínimo as despesas,⁴⁴⁹ suprime os cursos elementar e superior do comércio, ficando assim o ensino comercial reduzido a dois níveis ou graus. Para João Franco era quanto bastava “para fazer a educação do pessoal dirigente da classe comercial”!⁴⁵⁰ Em 1891, as reformas⁴⁵¹ do ensino técnico operadas por João Franco mantiveram inalteráveis as

⁴⁴⁰ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Op. Cit.* p. 239.

⁴⁴¹ Designação completa – Contabilidade Financeira para empregados superiores de Contabilidade.

⁴⁴² PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1887-1888. Op. Cit.* p. 15. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1889, p. 114.

⁴⁴³ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889. Op. Cit.* p. 21. Ver Também *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 4, 1890, p. 48.

⁴⁴⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1889-1890. Op. Cit.* p. 18.

⁴⁴⁵ *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 1, 1893, p. 4.

⁴⁴⁶ *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 6, de 14 de Maio de 1894, pp. 107 e 111.

⁴⁴⁷ *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 7, de 17 de Setembro de 1894, p. 143.

⁴⁴⁸ Cfr. Decreto de 3 de Fevereiro de 1888 publicado no *Diário do Governo* de 9 de Fevereiro de 1888, n.º 32. Ver Também PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889. Tomo I, Vol. II*, (1991), pp. 217-242.

⁴⁴⁹ De 1887-1888 a 1890-1891 a média anual de despesas no IICP foi de 40 690\$544 réis, baixando as despesas para a média de 35 859\$126 réis nos anos lectivos 1891-1892 e 1892-1893. Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 7, de 17 de Setembro de 1894, p. 137.

⁴⁵⁰ TEIXEIRA, Alfredo Luis Portocarrero Pinto – *Contributos para a definição do perfil do Contabilista dos anos 90. Porto: ISCAP, 1995*, p. 5. (Trabalho de fim de CESE em Contabilidade e Administração).

⁴⁵¹ Decreto de 8 de Outubro de 1891, *Diário do Governo* de 19 de Outubro de 1891, n.º 235. **Secção Comercial** – 1ª Cadeira – Economia política, legislação industrial portuguesa, noções gerais de comércio; 2ª Cadeira – Geografia e história económica e comercial de Portugal e suas colónias (1ª e 2ª parte); 3ª Cadeira – Escrituração e Contabilidade Comercial geral; Lei do selo e Contabilidade Financeira; 4ª Cadeira – Organização e Instalação comerciais; comércio interior; Comércio exterior; 5ª Cadeira – Direito Comercial Português: Direito Comercial Marítimo e Internacional; Legislação Consular; 6ª Cadeira – Geografia e História Económica Comercial geral, Emigração e Colonização; 7ª Cadeira – Merceologia; Estudo e verificação das Mercadorias; Legislação fiscal e aduaneira; 8ª Cadeira – Língua Inglesa (1ª e 2ª parte); 9ª Cadeira – Língua Alemã (1ª e 2ª parte); 10ª Cadeira – Aritmética, geometria plana, álgebra, geometria no espaço e trigonometria plana; 11ª Cadeira – Elementos de Cálculo infinitesimal e geometria analítica; 12ª Cadeira – Física Experimental; 13ª Cadeira – Química Experimental mineral e orgânica; 14ª Cadeira – Tecnologia Industrial geral e Higiene Geral e Colonial. Cfr. *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 7, de 17 de Setembro de 1894, p. 142 e Instituto Industrial e Comercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matrículas*. Porto:

duas secções (a Industrial e a Comercial) do Instituto Industrial e Comercial do Porto, não as transformando em escolas independentes. Desapareceram os cursos elementares de comércio e o curso superior fica reduzido a três anos e dividido em dois níveis ou Graus distribuídos por três classes de alunos – alunos ordinários,⁴⁵² voluntários⁴⁵³ e livres.⁴⁵⁴ O primeiro Grau com os Cursos Comerciais de Escrituração e Contabilidade para Guarda-Livros e o Curso Comercial de Negociantes de Pequeno Trato. Do segundo Grau fazem parte os Cursos Comerciais de Contabilidade Financeira para Empregados Superiores de Comércio, Curso de Negociantes de Grosso Trato e o antigo Curso Superior de Comércio.⁴⁵⁵

Não aumentou, no entanto, com a reforma de 1891, a frequência de alunos à Secção Comercial do IICP, apesar das *Recompensas e Garantias* publicitadas aos alunos que em tempo de paz podiam ver adiado o alistamento ao serviço militar⁴⁵⁶ e as garantias de que estavam reservados para “os indivíduos habilitados com qualquer dos cursos do Instituto serão preferidos pelo governo para o desempenho de serviços de penderes de qualquer ministério”,⁴⁵⁷ habilitando o Curso de Comércio do 2º Grau para o lugar de Verificador da Alfândega e para o de Cônsul.⁴⁵⁸

Se com a extinção de alguns os Cursos Industriais o número de matrículas desceu, é agora no ensino comercial que a quebra de novos alunos de faz sentir ao ponto de *Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa* não aguardar para os anos seguintes, perspectivas animadoras, pois, “a vida do instituto mantém-se á custa dos antigos alumnos”⁴⁵⁹ que foram responsáveis pelas 100 matrículas das 116 registadas. Apenas se matricularam 16 novos alunos.⁴⁶⁰

Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894. pp. 8-10 e Artº 9º do Decreto de 8 de Outubro de 1891 publicado no *Diário do Governo* de 9 de Outubro de 1891, n.º 227.

⁴⁵² *Alunos Ordinários* são os que estão matriculados em todas as disciplinas de qualquer ano de um Curso e têm aprovação em todas as disciplinas dos anos antecedentes do mesmo Curso. Cfr. Instituto Industrial e Commercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894. p. 14.

⁴⁵³ *Alunos Voluntários* são os que apenas frequentam as disciplinas segundo a ordem de precedências. Cfr. Instituto Industrial e Commercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894. p. 14.

⁴⁵⁴ *Alunos Livres* são os que frequentam qualquer disciplina sem ordem de preferência. Cfr. Instituto Industrial e Commercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894. p. 14.

⁴⁵⁵ *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 7, de 17 de Setembro de 1894, p. 143. Ver Também Instituto Industrial e Commercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894 e Artº 7º do Decreto de 8 de Outubro de 1891 publicado no *Diário do Governo* de 9 de Outubro de 1891, n.º 227.

⁴⁵⁶ Instituto Industrial e Commercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894. p. 18.

⁴⁵⁷ *Idem. Ibidem*. p. 19.

⁴⁵⁸ Instituto Industrial e Commercial do Porto – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1894. p. 19 referenciando o Artº 31º do Decreto de 8 de Outubro de 1891.

⁴⁵⁹ *Appendice ao Diário do Governo*, n.º 7, de 17 de Setembro de 1894, p. 137.

⁴⁶⁰ *Idem. Ibidem*.



Fig. 38 – No interior de uma sala de aulas

O sentido do pensamento pedagógico, atento e actualizado⁴⁶¹ de Bernardino Machado,⁴⁶² quando ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, no Ministério de Hintze Ribeiro, leva a modificar, em 25 de Outubro de 1893, o ensino nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto,⁴⁶³ brindando, três dias depois, a cidade do Porto com a criação de uma Escola Elementar de Comércio junto da Associação Comercial do Porto, sendo esta fiscalizada pelo Estado. O Decreto de Outubro de 1893 procura reafirmar a vontade do Governo para “*promover o maior desenvolvimento da parte prática do ensino professado nos institutos*”⁴⁶⁴ tal como acontecera com o *Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto* de 3 de Fevereiro de 1888,⁴⁶⁵ o presente diploma legal estabelece um ensino comercial simultaneamente teórico e prático em espaços destinados para o efeito e apetrechados de equipamento próprio⁴⁶⁶ sendo os “*exercícios práticos dirigidos superiormente pelos professores, coadjuvados pelo pessoal auxiliar.*”⁴⁶⁷

⁴⁶¹ FERNANDES, Rogério – *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985. p. 163

⁴⁶² A necessidade de promover a formação profissional teve em Bernardino Machado, um acérrimo defensor. Desde 1883, nas suas intervenções públicas o reconhecido pedagogo analisou e defendeu, por diversas vezes, a causa do ensino profissional. Partidário, como era, do ensino activo, considerava que deveria existir uma estreita relação entre escola e trabalho, preconizando, por isso, a introdução do ensino profissional, logo a partir da escola primária, pela inserção nos currículos de actividades manuais e práticas que assumiriam feições distintas conforme a natureza do meio local, para assim promover a ligação entre escola e trabalho. Os seus combates pelo ensino profissional levaram João Franco a convidá-lo, em 1891, para colaborar no plano de reforma do ensino técnico. Cfr. PROENÇA, Maria Cândida – *A Reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. pp. 74-75. Ver Também BENTO, Fernando Hernâni – *Op. Cit.* p. 15.

⁴⁶³ *Diário do Governo* de 26 de Outubro de 1893, nº 243. No Artigo 1º diz que a Secção Comercial mantendo as disciplinas a que se referem os Artigos 6º e 9º do Decreto de 8 de Outubro de 1891 apresenta agora, no âmbito da Secção Comercial, algumas modificações na sua distribuição: 3ª Contabilidade geral. Instituições comerciais. Comércio interior e exterior (1ª e 2ª parte); 4ª Cálculo comercial e financeiro (1ª e 2ª parte).

⁴⁶⁴ Artigo 5º, § 7º do Decreto de 25 de Outubro de 1893. *Diário do Governo* de 26 de Outubro de 1893, nº 243.

⁴⁶⁵ Artigo 4º, § 3º do Decreto de 3 de Fevereiro de 1888.

⁴⁶⁶ Artigo 5º, alínea 1 do Decreto de 25 de Outubro de 1893. *Diário do Governo* de 26 de Outubro de 1893, nº 243.

⁴⁶⁷ Artigo 5º, alínea 2 do Decreto de 25 de Outubro de 1893. *Diário do Governo* de 26 de Outubro de 1893, nº 243.

Por outro lado, não é de estranhar a preocupação em ministrar um ensino eminentemente profissional, identificado e ajustado às necessidades do mercado de trabalho quando determina que para os alunos do ensino comercial “desde o 2º anno dos cursos commerciaes haverá trabalhos de escriptorio commercial, a fim de que os alumnos se orientem nos serviços de expediente das casas de commercio, e no emprego e circulação dos documentos commerciaes, e bem assim se exercitem em contabilidade applicada a diversos ramos, taes como: mercadorias, empresas de navegação, negócios bancários, companhias de seguros e outros. No ultimo anno de cada curso haverá trabalhos profissionaes nos estabelecimentos publicos ou particulares.”⁴⁶⁸ Encontramos aqui, a necessidade imposta como desafio ao aluno que antes de terminar o curso, é ele sujeito a ver validado o seu conhecimento teórico e prático pelos procedimentos e práticas existentes no espaço laboral que, mais tarde ou mais cedo, irá recebê-lo.

O difícil período de crise económico-financeira que Portugal atravessava e os constantes apelos às reduções de despesas públicas que os Decretos de 1891 e 1893 repetidamente mencionavam explicam a impossibilidade da sua realização em toda a extensão, substituindo frequentemente as expressões de *organização* e *reorganização* do ensino comercial pela palavra *reforma* que sendo aplicada exigia alterações estruturais em toda a linha escolar. Perante esta realidade económico-financeira, o ensino técnico oficial continuava a demonstrar dificuldades em afirmar-se.⁴⁶⁹

Ao Instituto Industrial e Comercial do Porto, era reconhecido em 1896, cursos superiores, e equiparados para todos os efeitos aos demais cursos superiores das outras escolas, o antigo Curso Superior de Comércio criado pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1886 e o Curso Superior ministrado nos Institutos Industriais e Comerciais.⁴⁷⁰

Porém, o ministro posterior Augusto José da Cunha, tendo presente que era importa ao menos estabelecer esse ensino (profissional) em bases seguras e dar-lhe adequada organização, aproveitando para tal fim o exemplo das outras nações e a lição dos factos decorridos no nosso país, faz reviver, por Decreto de 30 de Junho de 1898, o Curso Superior do Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa que passou a ministrar os Cursos Secundário e Superior de Comércio⁴⁷¹ – o primeiro de três anos e o segundo de cinco – deixando promessa que idêntico tratamento teria o

⁴⁶⁸ Artigo 5º, § 5º do Decreto de 25 de Outubro de 1893. *Diário do Governo* de 26 de Outubro de 1893, nº 243.

⁴⁶⁹ Quando em Janeiro de 1894 o Governo Civil do Porto pede à Câmara de Gaia apoio financeiro para a realização de cursos profissionais, a resposta é negativa, invocando a falta de meios. Cfr. GUIMARÃES, Gonçalves – *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia, 1998, p. 112.

⁴⁷⁰ Lei de 23 de Abril de 1896.

⁴⁷¹ RODRIGUES, Virgílio – Apontamentos para a história do ensino médio comercial. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano VI, nº 21 (Jan.-Mar. 1938), p. 99.

Instituto Industrial e Comercial do Porto.⁴⁷² Para Augusto José da Cunha este Instituto e o de Lisboa constituem dois estabelecimentos de ensino, análogos pela sua natureza, mas que divergem pelo fim peculiar que têm em mira, de harmonia com as necessidades das regiões que eles são especialmente destinados a servir.

Alguns meses passados, Elvino José de Sousa e Brito pensando que “o ensino nas escolas industriais e comerciais não corresponde, a despeito de sucessivas reformas, às necessidades do País”⁴⁷³ organiza no Instituto Industrial e Comercial do Porto o curso preparatório para prosseguimento de estudos no próprio Instituto e relança, por António Arroio, a ideia de um inquérito rigoroso, em todo o país para determinar a verdadeira orientação a seguir.⁴⁷⁴

Continuando a ser menos lembrado pelos governantes que o seu congénere de Lisboa, o Instituto do Porto queda-se numa certa inferioridade relativamente àquele quanto à organização de estudos até que, em resultado de sucessivas exposições do seu Conselho Escolar, um Decreto de 3 de Novembro de 1905,⁴⁷⁵ de responsabilidade de D. João de Alarcão Velasquez Sarmiento Osório, vem colocar os dois Institutos em igualdade de circunstâncias. Com efeito, por Carta de Lei de 5 de Junho de 1900, foi o Governo autorizado a aplicar as bases da reforma de 1898 do Instituto de Lisboa ao Instituto do Porto, o que só cinco anos depois é concretizado. Assim, o Instituto Industrial e Comercial do Porto cuja necessidade de modificar a organização do IICP fora já reconhecida em 1898 quando foi reformado o IICL⁴⁷⁶ terá, ao lado de vários cursos secundários industriais e de comércio, estudos superiores⁴⁷⁷ em ambas aquelas áreas frequentados por alunos ordinários e voluntários.⁴⁷⁸ Aparece deste modo corrigida a inferioridade curricular do Instituto do Porto em relação ao de Lisboa e definitivamente ultrapassada quando os governantes decidem olhar o ensino comercial como uma realidade própria no Norte do País e em particular no Porto. É o que se constata com o facto de António Aurélio da Costa Ferreira, por Portaria de Julho de 1912, ter autorizado o engenheiro civil Francisco Xavier Esteves, lente do Instituto Industrial e Comercial do Porto, de proceder a um inquérito com a finalidade de reorganizar e remodelar o ensino comercial professado na cidade do Porto, tendo em vista as necessidades da sua praça e de toda a região do norte.

Durante a primeira década do século XX, além da Carta de Lei de 1900 e o Decreto de 1905, apenas o Decreto de 29 de Maio de 1907 que estabelece pensões

⁴⁷² COSTA, Mário Alberto Nunes – *Op. Cit.* p. 71.

⁴⁷³ *Idem. Ibidem.*

⁴⁷⁴ ARROIO, António José – *Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial*. Lisboa, 1911, p. 7.

⁴⁷⁵ Publicado no *Diário do Governo* de 13 de Dezembro de 1905, n.º 282.

⁴⁷⁶ Cfr. Relatório que serve de Preâmbulo ao Decreto de 3 de Novembro de 1905 que aprova a organização do Instituto Industrial e Comercial do Porto, publicado no *Diário do Governo* de 13 de Dezembro de 1905, n.º 282.

⁴⁷⁷ Arts 1º e 2º do Decreto de 3 de Novembro de 1905.

⁴⁷⁸ Artº 4º do Decreto de 3 de Novembro de 1905. Este Decreto suprime a classe dos alunos livres.

para estudo no estrangeiro a indivíduos habilitados nos Institutos Comerciais, constitui caso isolado num período de escassa publicação de legislação sobre o ensino comercial. Tal facto é explicado pelas sucessivas remodelações governamentais que se sucediam com pequenos intervalos, aniquilando qualquer tentativa de preparação, elaboração, aprovação e publicação de diplomas sobre a instrução comercial.

Por outro lado não é estranho a falta de políticas consistentes no que ao ensino técnico e profissional diz respeito. A Primeira República, depois de nova reorganização do ensino comercial efectuada pelo Decreto 5029 de 1 de Dezembro de 1918, tardou a dar respostas se Portugal deveria ser, essencialmente, um país de indústrias, de comércio ou um país agrícola. Uma indefinição que se manteve até às décadas de 40 e 50 e que se reflectiu na tardia consolidação das estruturas do ensino comercial.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Chegamos, julgamos nós, ao fim deste trabalho, ainda que este possa constituir apenas um novo ponto de partida. Tratando-se de um mero contributo para a produção e consolidação de conhecimentos científicos na área que nos propusemos entrar, ao longo das nossas deambulações científicas encontramos caminhos e atalhos até então desconhecidos, porventura a precisar de maior tráfego. Nalguns, tocados pela aventura de desbravar florestas menos conhecidas, entramos e observamos, mas rapidamente recuamos ao nos apercebermos do longo percurso que exigia a caminhada. Sabíamos que um estudo aprofundado do ensino comercial portuense, em vésperas de comemorar dois séculos de existência, pedia uma longa e morosa maratona. Corrê-la, desenfreadamente, não nos encorajava por tão longe ficar a meta. Mandava o contido consenso alinhar à partida com a suficiente consciência de, conseguidos os *mínimos*, não nos deixarmos descolar do pelotão da frente, palmilhando ruas, passeios, avenidas, praças e atalhos até alcançar a meta. E assim fizemos... ou procuramos fazer.

Vê-se agora mais claramente, segundo cremos, as vantagens da extensão temporal adoptada. O período Oitocentista oferece-nos de facto, uma alargada gama de variações da problemática das práticas da produção e difusão dos saberes comerciais. À medida da recolha da informação, a consciência de tais variações foi a pouco e pouco constituindo o principal núcleo problemático da pesquisa.

Desta forma entendemos percorrer uma linha metodológica que nos restringisse o tempo mas alargasse as vertentes contextualizadoras. Nesta caminhada acompanhara-nos três preocupações de sentido metodológico: consolidar e corporizar através deste estudo o interesse, os contributos e a pertinência para a instrução comercial do Porto Oitocentista; acompanhar e contextualizar – estrutural e conjunturalmente – as diferentes propostas que consubstanciadas em projectos, medidas legislativas e debates, procuraram institucionalizar o ensino comercial; encontrar e reencontrar realidades e saberes comerciais que procuraram acompanhar a adesão a este tipo de ensino em consonância com os Códigos Comerciais 1833 e 1888 e a efectiva práxis estabelecida na actividade caixeiral.

Desde já e antes de nos configurarmos numa matriz político-social e histórico-cultural do período estudado, entendemos encontrar três razões que nos sugerem igualmente o carácter excepcional do período compreendido. Em primeiro lugar não

foram apenas as profundas transformações na estrutura social e na economia que o atravessaram, mas igualmente as mudanças de regime político, a constituírem factores de variações de primeiro plano na emergência e implementação do ensino comercial. Em segundo lugar, a escassez de recursos estatais atribuídos ao ensino que condicionados pela crise económico-financeira conduziu os responsáveis pela política de ensino a escolher prioritariamente medidas cuja afectação alterou a criação de infra-estruturas inexistentes. Por fim as sucessivas medidas legislativas não foram acompanhadas, de imediato, por mudanças na estrutura social e profissional enraizada que estava na ausência das práticas da escrituração comercial e no estabelecimento de uma aprendizagem consolidada pela literatura contábil que ia surgindo no mercado português. Demonstramos pois que o estudo das relações inerentes às práticas comerciais fora da educação formal e institucional não são inseparáveis dos restantes segmentos de ensino, nem tão pouco dos grandes debates que desde meados do século XIX tomaram a dianteira na discussão de um país que cedo se habituara a comparar-se com a restante Europa.

Ao longo destas páginas procuramos abordar a contextualização política, económica, social e cultural que presidiu aos destinos de Portugal de Oitocentos. A **Primeira Parte** prende-nos ao *estúpido século XIX*, que na sua generalista concepção histórica dá-nos, para o primeiro capítulo, um *Portugal de antanho*, ele próprio longe da consensual interpretação dos nossos historiadores. Sem nos prestarmos a grandes e morosas considerações, procuramos analisar e brevemente confrontar novas propostas de abordagem em face das múltiplas variações estabelecidas pela especificidade da realidade Oitocentista, maior ainda quando indubitavelmente comparada com o processo histórico de outros países europeus. Procuramos, neste mosaico analisar diferentes indicadores de crescimento na realidade portuguesa para nos confrontarmos com a ideia expressa que afinal, o país evoluía, crescia, mas devagar... devagarinho.

Aconselhados pelas leituras mais tradicionais de autores como Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira e Vitorino Magalhães Godinho, recuamos até meados de Setecentos para que numa análise de Longa Duração fosse possível encontrar a génese explicativa da sociedade portuguesa. Jaime Reis, Maria Filomena Mónica, Maria de Lourdes Lima, Manuel Villaverde Cabral e Luís Reis Torgal, impunham outras leituras, mais recentes, determinando em nós a busca de outras abordagens que se complementarizavam.

Onde se encontrava a burguesia comercial que no Porto Oitocentista reclamava mais e melhores direitos, reivindicando que na prática fosse concretizado o título de cidade comercial e montra de um mercado de trabalho? De onde vinha esta

emergente classe média que ganhava foros de notória intervenção junto dos poderes instituídos? Como justificar a sua menor intervenção – ou então mais visível influência após a implementação do liberalismo?

Sabemos que as disposições do Marquês de Pombal para criar uma burguesia e uma classe empresarial poderosas tiveram acentuada expressão no primeiro terço do reinado de D. Maria I e por vias bem distintas das preconizadas pelo primeiro-ministro do rei D. José. O autoritarismo económico cedeu lugar a uma maior flexibilização das relações comerciais em consequência da liberalização do comércio com o Brasil e da conjuntura internacional altamente favorável. Essa grande classe de comerciantes sonhada por Pombal aí estava, empreendedora e ganhadora. A época de esplendor de D. Maria I conheceu um colapso dramático. As ideias da Revolução Francesa abriram novos rumos e dimensionaram o papel do Estado numa configuração interventora diferente, modificando, antes de mais, a paz dos espíritos comerciais, agora tabelados pelas políticas proteccionistas e livre cambistas. As invasões napoleónicas que provocaram a fuga da família real para o Brasil e o envolvimento na Guerra Peninsular e a (in)gerência dos Ingleses no País desarticularam a vida económica. Terminada a guerra e reposta a legalidade institucional, o sentimento de crise num ambiente geral de grande depressão acabaria por agudizar a luta política e abriria caminho ao liberalismo, embora de difícil implantação, instalada a instabilidade até 1843. Embora o triunfo do liberalismo fosse uma realidade, somente a partir de 1851 surge a prosperidade, mais aparente que real. A segunda metade do século XIX, graças à estabilidade política conseguida à custa da consolidação do regime liberal, que se assiste a um renascimento – sempre tímido, se avaliado pelos padrões das sociedades industrializadas – da classe média, maioritariamente vestida de interesses económicos e financeiros.

Contextualizada que se encontrava a burguesia mercantil, encontramos com o naturalismo de Júlio Dinis, uma cidade do Porto nascida e aberta ao comércio, que no capítulo seguinte, se adapta às arritmias das novas e emergentes profissões da actividade comercial. A cidade cresce e muda-se acompanhando o novo tecido urbano, cais de uma emigração que do Noroeste para o Brasil, vê embarcar sonhos e saudades que marcaram uma época, muitas vidas e várias gerações.

Para a **Segunda Parte** deste trabalho, procuramos descobrir na típica figura do Marçano e do Caixeiro, a essência das suas origens e os percursos que delimitavam as práticas e os contextos profissionais. A riqueza das descrições de vários autores que sobre a matéria nos legaram apaixonados testemunhos remeteu-nos para a melhor compreensão do importante papel exercido na actividade comercial do Porto Oitocentista. No primeiro capítulo, encontramos em Francisco José de

Almeida, Henrique Almeida, Horácio Marçal e Augusto de Santa-Rita, entre outros, as vivências e convivências deste personagem, longe da escola e perto do balcão.

O Marçano e o Caixeiro foram de facto o objecto da centralidade do nosso estudo. Se nas suas humildes origens encontramos a causa de uma ambição enorme, sofredora e arrebatadora de dimensão económica e financeira, capaz de assegurar, anos depois, os destinos do negócio comercial, encontramos igualmente nos seus percursos e práticas estabelecidas, hábitos comuns que numa cultura de aprendizagem doméstica e caseira, não escondem as naturais resistências às alterações formais de uma escrita comercial cuidada, atenta e fiel. Os seus comportamentos e atitudes, conforme nos fomos referenciando ao longo deste estudo, obriga-nos a equacionar algumas das impossibilidades de conclusões, abrindo-se aqui, novas e variadas pistas de trabalho para futuras opções de investigação. Eis pois, um exemplo de uma apelativa interdisciplinariedade com a História, a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Educação. Esta razão, permite-nos acentuar, uma vez mais, a complexidade da compreensão do fenómeno educação/instrução perante uma matriz económica e social que é a emergência e o enquadramento estrutural e conjuntural das novas profissões e a sua compleição face das recentes estruturas organizacionais.

Encontraremos, mais adiante, um raciocínio de cariz estatal que deixa para melhores oportunidades, a relação entre o Caixeiro e a Escola, a escrita e a aprendizagem. Para já, e de regresso ao Marçano e ao Caixeiro, foi possível estabelecer, para o espaço e período em análise, uma tipologia definidora da sua presença na cadeia de relações entre o patrão e a clientela, o espaço público e o privado, a vida e o infortúnio... A cidade absorvia-os para o mundo do trabalho. Embora não constituísse modelo, do Noroeste e do mundo rural partiam presos à esperança de uma vida melhor, menos penosa e mais triunfante. Novos, baratos, incultos e desprotegidos, muitos *estagiavam* no Porto o sonho e o desejo de um dia partir para o Brasil, porta escancarada para a emigração portuguesa.

"A razão da maior emigração da gente do Minho encontra-se facilmente no grande numero de negociantes e logistas d'essa Província, que hoje se acham estabelecidos no Rio de Janeiro, e n'outros portos, os quaes, pelas suas relações de parentesco, vizinhança e amizade atraem muitos mancebos, aquella corte, onde são quasi exclusivamente empregados como caixeiros em lojas e armazens."¹

Por lá, os Caixeiros-Viajantes, nessa raça estranha que inspirou Jorge Amado, configuravam algumas semelhanças com os que por cá ficavam. Se o baixo grau de escolaridade acompanhava o seu perfil sócio-económico, casos houve onde a

preocupação de Caixeiros instruídos e portadores de carta de recomendação e conhecedores da escrita comercial.² Lá, tal como cá, os exemplos multiplicam-se no sucesso do Caixeiro ora pelo definitivo estabelecimento na actividade comercial, mormente assegurando a longevidade da casa de negócio através da passagem dentro da mesma família de geração em geração, ora através do casamento, perpetuando a permanência por mais alguns anos, senão para sempre.

Na procura de um perfil do Marçano e do Caixeiro portuense alguns traços fisionómicos e psicológicos existentes ao longo do século XIX possibilitam-nos talhar nele uma figura autodidacta, determinada e exposta às agruras do irregular mas contínuo horário de trabalho que, enquanto moço e na permanência da tirania e desconfiança do patrão, é um ser predestinado ao trabalho do balcão e à disciplina imposta quer pelo patrão quer pelos Caixeiros mais velhos. Mas nesta figura encontramos também o timbre do comerciante trabalhador que, sacrificado pela ausência do descanso semanal, sente-se orgulhosamente feliz por acreditar que um dia, após a caminhada da ascensão no ritual que lhe dará a tão esperada gravata, será recompensado e coroado de êxito, chamando a si a ostentação económica, financeira e social que se habituara a ver na imagem do patrão ou na concorrência.

Os meios que frequenta e as relações que estabelece no circuito dos interesses comerciais, fazem dele o protagonista de uma vivência janotista, portador de um guarda-fatos extravagante, sinais de um tempo curto que a precocidade do rápido triunfar o identifica dos demais portuenses e forasteiros. Da então Sociedade Nova Euterpe ao Ateneu Comercial do Porto, o Caixeiro liberta-se das tarefas do balcão e parte à conquista da folia, do divertimento e da liberdade que o trabalho lhe coarctava. O outrora moço franzinho, obediente e recatado Marçano conhecedor do mundo em torno do balcão, saía agora, como fizera muitos outros, da casca do ovo, arregalando os olhos, teimando querer ver para amais além.

A este Marçano e Caixeiro não lhe sobrava tempo, vontade nem estímulos para a instrução comercial. Não obstante a própria imprensa do comércio e alguns sectores comerciais mais esclarecidos apelar à contenção da folia e bradar aos Caixeiros para transferir as suas energias para o estudo e aplicação na vida comercial, a realidade é que nem o Estado nem a incipiente legislação patronal-laboral se preocupava em definir o enquadramento das competências quer dos patrões quer da classe caixeiral.

Não é pois de estranhar que na segunda metade de Oitocentos possamos assistir a uma crescente preocupação do sector comercial que através de manuais e

¹ Emigração. *Revista Universal Lisbonense*, 1843, 3º Tomo, p. 231, citado por ALVES, Jorge Fernandes – Os Brasileiros. *Op. Cit.* p. 347.

publicações várias, procurem moralizar a actividade caixeiral, difundindo medidas básicas e elementares do seu comportamento e forma de estar perante os clientes propagandeando exemplos de casos de sucesso que outrora, tal como eles, também foram Marçanos e Caixeiros.

O segundo capítulo desta segunda parte esclarece-nos sobre este ponto. A distância entre a actividade caixeiral, a sua importância no ciclo de desenvolvimento comercial e o reconhecimento das preocupações do Estado para a institucionalização das práticas e saberes comerciais através da implementação da educação e instrução comercial, era pois enorme. Esta profissão, embora reconhecida nos documentos oficiais e denominada como tal, assumia ainda foros de preocupação menor, nada importante para a economia local, tão definhada estava a *economia-formiga*, não alinhada nas estruturas de peso económico, porventura justificada igualmente pela ausência de uma cultura instituída e suportada pela escrita comercial e regular auditoria contábil. Práticas de uma escrita organizada que, a par do ensino comercial, não se encontravam enraizadas no espírito da actividade comercial, embora já estabelecidas a partir do Código Comercial de 1833 e reforçadas com a contribuição de Veiga Beirão em 1888 na sistematização das necessidades comerciais (regulamentação, uniformização, racionalização, profissionalização e codificação). A regulamentação da carreira caixeiral não encontrava quer nas estruturas profissionais quer na (in)coerência dos programas curriculares do ensino público como do particular e privado, a correspondente formação com base na definição de competências e responsabilidades no exercício das funções e dos actos comerciais. Apenas no Guarda-livros se reconhecia alguma competência de suporte jurídico, embora com uma regulamentação que entrava em conflito com a violação de áreas de domínio de tributação fiscal face à emergência das Sociedades Comerciais.

Perante este enquadramento, a prossecução do nosso estudo confrontou-se com uma nova abordagem. Esta inoperância de regulamentação das carreiras dos profissionais da actividade caixeiral escondia ou não o facto de estarmos perante um pressuposto e precoce domínio dos economistas sobre os contabilistas? Teria sido o saber que justificou a estratificação profissional e daí a nova configuração empresarial e organizacional que estabeleceu o cosmos empresarial do século XX? E neste sentido, a consubstancialidade de natureza judicial e fiscal inerente às atribuições e competências do Guarda-livros na configuração dada pela Legislação Comercial conferiu-lhe tributos por ser o Homem da Razão *versus* Livro da Razão? Sendo o Livro da Razão a imposição da racionalização da actividade comercial perante a lei, estava reforçado o papel do Guarda-livros como personificador do efeito doloso-litigioso do

² ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Op. Cit.* p. 294.

acto comercial em Tribunal? A necessidade social e a construção social permitem-nos visualizar o surgimento de trajectórias profissionais? Houve receios?...

Não nos permitiu o tempo aventurar-nos na relação de causalidade da emergência das novas profissões do século XIX e a sua abrangente conexão com as da actividade comercial onde o Caixeiro e o Guarda-Livros à muito se debatiam por um espaço profissionalmente identificado. Resta-nos, no futuro, a possibilidade de partilhar este desafio...

A Terceira Parte dá-nos a conhecer que foi na sociedade civil que encontramos maior vontade e dinamismo na implementação da produção e difusão de saberes comerciais. Embora o século XIX nos reserve, no primeiro capítulo, uma população portuense maioritariamente identificada por baixos níveis de cultura e de escolaridade, a cidade, como que *amuada* pelo esquecimento que a capital lhe parecia nutrir, as *forças vivas comerciais* unem-se em torno dos interesses comuns e lançam-se na implementação da instrução e educação não formal através das Academias, Sociedades e Associações. O capítulo seguinte mostra-nos como nas bibliotecas públicas, privadas e escolares e nos Gabinetes de Leitura a par da imprensa especializada e das livrarias, assistimos à proliferação de iniciativas tendentes a estimular a instrução comercial e assegurar a defesa dos interesses da classe caixeiral. O descanso dominical recebeu honras de larga discussão e debate. Finalmente triunfa e dá à actividade comercial, pergaminhos reivindicativos. A Associação Comercial e o Ateneu Comercial do Porto assumem o prestígio institucional por constituírem ecos de ressonância dos interesses comerciais da cidade. A primeira, privilegiada parceira dos poderes instituídos, avança, nos últimos anos do século XIX, com a escola elementar do comércio – futura Escola Comercial Oliveira Martins. Na segunda, intimamente ligada ao recreio e lazer dos Caixeiros, anos houve, que estes constituíam 90% do total de sócios admitidos. Como já referenciado, a imprensa de cariz comercial na segunda metade do século XIX mostrou-se preponderante na produção e difusão de saberes comerciais. O Porto – entre 1826 e 1919 – colocou nas bancas 103 novos títulos sobre a actividade e instrução comercial, centrando-se o maior fluxo de publicações durante o reinado de D. Luiz I (1862-1889) com 48 títulos. As exposições comerciais e o museu comercial dimensionaram visivelmente este novo interesse pelas questões da actividade comercial. No terceiro e último capítulo desta terceira parte, encontramos igualmente uma resposta satisfatória das Associações e Escolas particulares e privadas à difusão da instrução comercial. As escolas particulares, as que já existiam e as que continuavam a surgir, procuravam colmatar a insuficiência da oferta estatal, face à procura existente. Apesar do reconhecido aumento do parque escolar verificado na

segunda metade de Oitocentos, nunca os governos conseguiram satisfazer as diferentes necessidades sociais nem em termos qualitativos nem quantitativos. Para anular essas carências recorre-se a outras escolas. Administradas por sociedades ou geridas pelos próprios professores como empresas pessoais, com objectivos filantrópicos ou lucrativos, as escolas particulares e privadas são o resultado de uma procura existente no interior da sociedade portuguesa. Os diferentes estratos de que se compunha essa sociedade encontram-se plasmados na amálgama de estabelecimentos revelados pelas inspecções. No topo, encontravam-se os colégios. Dirigidos para satisfazer as necessidades das elites, dos grupos sociais dominantes, em regime de internato ou externato, ofereciam um conjunto de disciplinas bastante diversificado a crianças que pretendiam prosseguir os estudos para além do ensino primário. Seguia-se-lhes o grosso das escolas particulares que funcionavam, normalmente, sob a direcção e docência de um único professor. Pelas instalações e modo de funcionamento, matérias ensinadas e metodologia utilizada, são as que se encontram mais próximas das escolas oficiais. Mas estes traços distintivos quer das escolas particulares quer das escolas oficiais, em vez de sugerirem alternativa, vêm reforçar ainda mais a ideia de complementariedade. Distribuições dissemelhantes significam que um conjunto ocupa os espaços que o outro deixava por preencher. Escolas particulares e escolas oficiais complementavam-se, vigiavam-se, faziam concorrência entre si. Não nos escapou, embora cronologicamente localizada nos inícios do século XX, a Escola Prática Comercial Raúl Dória e o seu contexto no ensino prático comercial.

Destinadas a proporcionar as luzes da instrução àqueles que não podiam frequentar os estabelecimentos escolares diurnos, ou pela idade, ou pelo horário de trabalho, foram surgindo escolas nocturnas, algumas das quais por iniciativa de associações de classe e de particulares mas com uma efémera existência.

A terminar esta capítulo, abraçamos uma pertinente abordagem apresentada por António Almodôvar e Maria de Fátima Brandão, reveladora da inconsistente ausência de um projecto definidor e regulador por parte do Estado em relação à efectivação plena da actividade contabilística, razão que justificava os receios na implementação prática dos diplomados com os cursos comerciais. À falta da iniciativa estatal para criar na Administração a institucionalização da carreira do Contabilista – como prática e tradição – aumentava o estigma instalado na sociedade de (re)tardar em atribuir a este a credibilidade desejada para o igual incremento do ensino comercial e sua ramificação no mercado de trabalho, rompendo com a relação das forças tradicionais, renitentes aos novos saberes e práticas comerciais.

Pedia-se ao Estado que desse o primeiro empurrãozinho...

Remetemos para a **Quarta Parte** a institucionalização do ensino comercial. Entendemos mostrar que a literatura contábil e comercial existente no mercado antecipava a difusão através dos saberes formais. Durante os séculos XVIII e XIX são muitos os autores portugueses que prestam à causa da instrução comercial o seu contributo na publicação de obras dedicadas à temática em estudo. Novamente a cidade do Porto acusa a circulação de manuais escolares que, impressos e editados pela Escola Prática Comercial Raúl Dória, se destinam e são adoptados por outros estabelecimentos. Na tentativa de definir um mercado-leitor específico, a Aprendizagem... Sem Mestre abre a discussão das metodologias de ensino e traz a público a falta de organização que se instalara no ensino comercial público e privado. A apresentação de algumas referências bibliográficas – exemplares únicos – até então fora do conhecimento e domínio público, traduzido na existência/descoberta de alguns novos/velhos títulos foi, para nós, parte aliciante deste primeiro capítulo, também ele, mero contributo para o enriquecimento do espólio bibliográfico no âmbito das ciências económicas e contabilísticas dos séculos XVIII-XIX. O segundo capítulo lança-nos na procura das propostas e soluções para o ensino comercial público. Exemplo é a inexperiência das medidas defendidas por Passos Manuel que, desfasadas e longe de se adaptar a um Portugal real, – do interior ao litoral – denota a ignorância e incapacidade de poder fazer da política – ou Forum político – o laboratório das ideias e das tendências mais ou menos representativas de camadas, grupos ou estratos sociais com interesses determinados e geograficamente radicados. Assim, Passos Manuel pouco ou nada adiantara. O tempo foi curto para a longa caminhada que lhe era exigida. Rodrigues de Freitas abanou, abalou e acelerou a discussão pública e parlamentar que veio a dar luz reforçada pelas posições de Bernardino Machado, sequencialmente aproveitadas por Emídio Navarro e João Franco. O debate instalara-se e a realidade impunha já a impossibilidade de adiar a sua implementação.

O terceiro capítulo formaliza o fecho deste estudo com a implementação do ensino comercial público. Reconhecendo o desenvolvimento na institucionalização do ensino no período do século XIX a nível do país, constata-se que, à distância entre o Portugal de Lisboa e o Portugal da província, o Porto acompanhou a lenta ascensão do ensino em geral e do ensino comercial em particular. O início do século XIX consagra as primeiras aulas de ensino comercial, embora longe, muito longe das exigências proclamadas nomeadamente pelas Associações Comerciais. Desde meados do século XVIII, primeiro em Lisboa e meio século depois, no Porto, assistimos a medidas consistentes das dinâmicas de implementação deste nível de ensino, causa de muitas ruínas em casas comerciais. Sempre que a conjuntura política o permitia, algumas fornadas de legislação despertavam interesses

reclamados. A implantação definitiva do liberalismo, ao introduzir uma nova ordem política e social, implicava o estabelecimento de novas práticas educativas, parte integrante de qualquer sociedade e factor decisivo nos processos de mudança. O poder político, por seu turno, apercebeu-se facilmente do enorme potencial que a educação lhe poderia conceder, e daí a preocupação dos governos, e dos políticos em geral pelas questões educativas, não sob o ponto de vista de uma efectiva melhoria das práticas culturais do país, mas para, através dos agentes educativos, recrutar clientelas políticas e assegurar favores eleitorais. Esta íntima ligação entre política e educação que os governos procuraram assegurar, surge-nos na própria estrutura do sistema do ensino português onde as instituições educativas estavam dependentes do Ministério do Reino, retardando a implementação de políticas de reformas educativas. Por outro lado se aos limites culturais impeditivos da formação de uma forte classe média que exigisse mais e melhor educação e aos problemas institucionais da organização estrutural do sistema de ensino acrescentarmos as dificuldades económicas e financeiras que condicionaram a evolução do Portugal de Oitocentos, não nos é difícil conjugarmos uma desorganização que retardava a implementação de medidas educativas, indicadores de atraso próprios das sociedades onde a fraca dinâmica económica é factor de bloqueio nos processos de mudança. A falta de uma consensual consonância motivada pela ausência da conjugação de factores económico-financeiros, políticos, culturais e mentais não facilitava que a uma só voz, as diferentes facções políticas sentissem motivadas para operar significativas mudanças nas questões pedagógicas e práticas educativas que o sistema escolar e educativo à muito reclamava. A partir da década de setenta, a divulgação do positivismo contribuiria para centrar a discussão dos problemas pedagógicos em torno da necessidade de modificação de currículos pela introdução de disciplinas de carácter técnico-científico ganhando a causa do ensino comercial maior alento e justificada acção reivindicativa.

Na década de 80, na contemporaneidade do Código Comercial de 1888, o ensino comercial público conhece a sua autonomia como que suportado pelas pressões que a fecunda produção de literatura comercial e contábil exigia ao Estado tomar a iniciativa institucional de criar o ensino comercial no Porto. Antes, a Academia Real da Marinha e do Comércio de 1803 a 1837 e posteriormente a Academia Politécnica do Porto, chamaram a si a responsabilidade de ministrar a instrução comercial, mas longe dos enquadramentos exigíveis e nada conciliadoras com as práticas estabelecidas fora das escolas. Ao longo de todo o século XIX a assiduidade era baixa, as dificuldades aumentavam ao mesmo ritmo das reclamações dos Directores que viam na falta de instalações condignas, no desfaseamento de horários e

na concorrência de escolas privadas e particulares a grande causa da fuga dos alunos e do insucesso nas escolas estatais.

A importância que o processo de escolarização assume na sociedade, quer como via de ascensão social, quer pela interiorização do fenómeno de escolarização dos saberes, provém dos pólos urbanos e é alimentada, sobretudo pelas Associações Comerciais ou de Classe. Apesar dos objectivos das escolas comerciais sugerirem, à partida, um maior protagonismo dos agentes económicos na sua fundação, este estudo mostrou que a criação dos diferentes estabelecimentos de ensino comercial no Porto do século XIX, resultou da pressão exercida por sectores mais politizados e cultos da população (primeiro a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, depois a Associação Comercial do Porto), e não do vigor do próprio Estado, como aliás se esperava.

Nos factores assinalados entrecruzam-se duas características da realidade nacional da segunda metade de Oitocentos, ambas catalisadoras do processo evolutivo do ensino comercial: primeiramente, o incipiente desenvolvimento do país, associado à posição económica periférica que este ocupava que, ao traduzir-se numa atrofia da burguesia comercial, condicionou a implantação, mormente a nível regional, de uma mentalidade liberal burguesa, nomeadamente no que diz respeito à concepção valorativa da instrução aliada à escola pública; seguidamente, mas decorrente do atrás exposto, a transferência para o Estado da condução de todo o sistema de ensino, incluindo o ensino comercial.

Por outro lado, o sistema de ensino comercial português Oitocentista, encerrou uma contradição de fundo: impulsionado pelo Estado e por este sujeito a uma forte e progressiva centralização, não se flexibilizou em função das necessidades de formação profissional e das condições de frequência específicas, ditadas pelas determinações estabelecidas nos Códigos Comerciais de 1833 e 1888. As dificuldades financeiras com que se debatia o Estado português, particularmente na década de noventa, ao traduzirem-se em severas restrições nos orçamentos dos Ministérios, determinaram dotações de verbas, ao MOPCI, sistematicamente insuficientes para uma ampla implementação daquele ensino. Deste modo, tornou-se suposto que a sobrevivência das escolas fosse assegurada pelas Associações locais, o que se verificou em alguns casos, mas não lhes foi proporcionada a contrapartida de uma estrutura de ensino mais adequada às suas reais carências e condições. Mercê desta contradição, o ensino comercial público Oitocentista esvaziou-se das suas finalidades primárias, por não ter respondido cabalmente às necessidades de formação profissional da classe caixeiral.

As Associações reivindicaram, os poderes locais reclamaram e o governo aprovou, legislou e concedeu.

O Decreto de 30 de Dezembro de 1886 saído das reformas de Emídio Navarro institucionaliza o ensino comercial no Norte, conferindo ao Instituto Industrial e Comercial do Porto os graus elementar e o preparatório, cujas bases teóricas da sua organização são desde logo traçadas.

O ensino comercial, de facto, realizou-se. A sua aceitação fez-se com entusiasmo, acreditou-se nele como solução para o desenvolvimento das práticas comerciais, mas também com reservas, das quais a mais pesada nos parece ser a da sua inadequação à realidade portuguesa.

Finalmente... para terminar, as conclusões deste estudo assumem, pelo seu âmbito restrito, um carácter provisório, constituindo, sobretudo, hipóteses, que devem ser completadas, acrescentadas e reformuladas, não só por via de um aprofundamento da investigação de outros estabelecimentos comerciais do Porto do século XIX, mas também pelo desenvolvimento de estudos sobre o ensino comercial em face das propostas de reforma da Primeira República e do Estado Novo.

Em síntese, ficou traçado o percurso de investigação suscitado pela figura d' **O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista** e que, tem andado longe das preocupações e preferências da investigação. Julgamos agora estar mais capazes de entender não só o fenómeno do ensino comercial no Porto, como o enquadramento de muitas profissões que criadas/convertidas durante o século XIX, tiveram a sua emergência a partir da Aula de Comércio de Lisboa, afinal, longe de ter sido a primeira escola de ensino comercial instituída em todo o mundo.³

À satisfação perante o trabalho concluído, junta-se a expectativa de que ele possa servir de patamar para outros, acrescentando informação, colocando novas questões, abrindo novos percursos... enfim atingir outras metas.

Esperamos tê-lo conseguido!...

³ Entendemos, tal como lembra Rómulo de Carvalho ao citar Jácome Ratton, existir algum exagero ao defender ter sido a Aula do Comércio a primeira escola de ensino comercial instituída em todo o mundo. Este *seguidismo* que encontramos em muitos autores portugueses – e o qual apresentamos uma breve referência na página 00 – deixa de fazer sentido quando o próprio Ratton “ao enumerar vários negociantes estrangeiros em Portugal, ou de origem estrangeira, diz que eles mandavam os filhos lá para fora para aprenderem as regras do comércio” o que evidencia a existência, - Europa anterior a 1759 – de escolas comerciais. Cfr. CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. pp. 460-461.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

"Nós, forçoso é confessá-lo, somos a única nação que não tem escritores comerciais."

BORGES, José Ferreira. Prefácio do *Dicionário Jurídico-Comercial*, 1856. p. VI.

"Independentemente da natureza da investigação e dos dados empíricos a recolher, será sempre necessário recorrer a fontes bibliográficas."

AZEVEDO, Carlos; AZEVEDO, Ana – *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*, p.24.

ASPECTOS GERAIS DE UMA BIBLIOGRAFIA

Longe de poder corresponder aos objectivos deste trabalho, o presente levantamento biblio-documental não deixa de ser um instrumento de pesquisa sempre necessário no suporte das diferentes fontes de informação. Quando deparamos com quilómetros e quilómetros de informação, aumentam as dificuldades de pesquisa. É, muitas vezes, no decurso das investigações que as pistas vão continuamente surgindo, motivadas pelo saber e pela criatividade do investigador, a cada momento ditadas pela perspectiva em que cada um encara os dados oferecidos. Neste sentido, o tratamento bibliográfico dos documentos é, para o utilizador, sempre genérico; constitui, contudo, fundamental ponto de partida, porque lhe possibilita uma delimitação mais exacta dos seus campos de interesse.

Conscientes de que os objectivos fundamentais de uma bibliografia são a diminuição do tempo de recuperação da informação, garantia da variação máxima de aquisição dessa informação e a existência de um grande número de itens possíveis a encontrar, dispusemos a informação documental subdividindo-a em **FONTES** (Manuscritas e Impressas) e **BIBLIOGRAFIA** (Geral e Específica), de acordo com as mais recentes sugestões metodológicas¹ permitindo uma melhor “arrumação,” operacionalidade e indexação das diferentes fontes de informação pelos tipo de documentos a que pertencem e face ao seu conteúdo mais ou menos específico. Assim, a apresentação da bibliografia obedece a uma estrutura básica:

O nosso fundo documental englobará ainda as *Normas* da ISO que assentam na descrição bibliográfica e algumas referências à *Legislação* do Ensino Comercial que, pela sua grande extensão, será apresentada integralmente em Anexo E.

Da relação bibliográfica apresentada apenas fazem parte as obras/fontes de informação que foram consultadas ao longo do nosso trabalho sustentando a validação referenciada por outros autores.

¹ AZEVEDO, Carlos; AZEVEDO, Ana – *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. 3ª edição. Porto: C. Azevedo, 1995. pp. 84-85.

FONTES

MANUSCRITAS

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

Livro de Actas da Assembleia Geral	- 1834-1899
Livro de Actas da Direcção	- 1834-1899
Livro Copiador de Correspondência Expedida	- 1834-1899
Correspondência Recebida avulsa	- 1834-1899

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Fundo da Escola Prática Comercial Raúl Dória.

ARQUIVO DO GOVERNO CIVIL DO PORTO

UNIÃO DOS EMPREGADOS DE COMÉRCIO DO PORTO

Actas da Assembleia Geral	- 285 -	1904-1910	- Livro de Registo de Actas
Actas da Comissão Administrativa	- 291 -	1904-1908	- Livro de Registo de Actas
Correspondência	- 308 -	1904-1906	- Copiador de Correspondência Expedida
Cursos	- 317 -	1901-1913	- Livro de Registo de Matrículas

ENSINO

Criação de Escolas	M 1201	1855-1880	- Maço com Documentos relativos à criação de escolas
--------------------	--------	-----------	------------------------------------------------------

IMPRESSAS

TEXTOS LEGISLATIVOS

- BEIRÃO, Francisco António da Veiga – *Código Comercial: projecto apresentado à Câmara dos Senhores Deputados em sessão de 17 de Maio de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.
- FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia – *Colecção de legislação industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Código Comercial Português de 1833*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Código Comercial Português*: aprovado pela Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 e mandado publicar oficialmente pelo decreto de 23 de Agosto do mesmo ano seguido de um apêndice contendo o relatório do ministro da justiça, os pareceres das comissões das câmaras dos deputados e pares do reino e a discussão em ambas estas câmaras sobre o projecto daquele código. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889.

- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Código Comercial Português*: seguido de um apêndice que contém a legislação que tem alterado alguns de seus artigos publicada até ao fim do ano de 1878. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1879.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Código dos Comerciantes contendo, por ordem alfabética e com anotações, toda a legislação comercial*. Lisboa: S.n., 1911.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Colecção de Legislação Portuguesa*. Coimbra: Publicada pela Revista de Legislação e de Jurisprudência de Coimbra, Tipografia de F. França Amado. 1868-1919. 31 vols.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa: anos de 1893 – 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894-1911.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Diário da Câmara dos Deputados: 1885/1897*. Lisboa: Imprensa Nacional, 18 vols.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Diário da Câmara dos Deputados: extracto das Sessões, 1887/1897*. Lisboa: Imprensa Nacional. 10 vols.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Diário da Câmara dos Pares. Extracto das Sessões, 1890/1897*. Lisboa: Imprensa Nacional. 5 vols.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Diário da Câmara dos Pares: 1885/1897*. Lisboa: Imprensa Nacional. 11 vols.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Diário do Governo: Apêndice de 1887/1897*. Lisboa: Imprensa Nacional. 7 vols.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Disposições em vigor em 1894-95 sobre matriculas*. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1894.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Organização do Instituto Industrial e Comercial do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Programa das cadeiras do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa para o ano lectivo 1872-1873*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa*. Lisboa: Imprensa nacional, 1872.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Colecção da legislação portuguesa publicada pela empresa do Jornal O Direito*. Lisboa: Tipografia Lisbonense, 1869/1874.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrução Pública. *Legislação de Instrução secundária desde 1895 até Março de 1901*.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrução Pública. *Legislação de Instrução superior e especial desde 1871 até 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrução Pública. *Legislação de Instrução superior e especial desde 1860 até 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrução Pública. *Legislação de Instrução superior e especial desde 1881 até 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- PORTUGAL. Ministério da Educação. – *Reformas do ensino em Portugal: 1835-1869*. Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria Geral, 1989. Vol. I, Tomo I.
- PORTUGAL. Ministério da Educação. – *Reformas do ensino em Portugal: 1870-1889*. Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria Geral, 1991. Vol. I, Tomo II.

RELATÓRIOS, ANUÁRIOS E ESTATÍSTICAS

- ABREU, José Maria de – *Relatório da Inspecção Extraordinária feita à Academia Politécnica do Porto em 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.
- ANUÁRIO Estatístico de Portugal: 1904-1905. S.l.: S.n., S.d.
- ARROIO, António José - *Relatórios sobre o ensino elementar industrial e comercial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.
- ASSOCIAÇÃO de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa – *Relatório da Comissão de Sindicância e Projecto da reforma da contabilidade*. Lisboa: S.n., 1905.

- BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre alguns estabelecimentos de instrução e escolas de desenho industrial em Itália, Alemanha e França e na exposição de Turim de 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre as escolas industriais e profissionais na Exposição Universal de Paris de 1889*.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo 1891-1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo 1893-1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo 1893-1900*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895-1901.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo de 1895-1896*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *Relatórios do Conselho Superior e Instrução Pública: 1844-1859*. Coimbra: INIC, 1985.
- LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva – *Relatórios sobre as aulas industriais e de desenho industrial da circunscrição do norte 1884-1885 a 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- PORTO. Academia Politécnica – *Anuário: ano lectivo 1877-1911*. Porto: Tipografia Central, 1878-1912.
- PORTO. Associação de Classe dos Empregados de Comércio do Porto – *Relatório e Contas*. Porto: ACECP, 1900.
- PORTO. Escola Prática Comercial Raúl Dória – *Anuário da Escola Raul Dória: ano lectivo 1911-1912*. Porto: Escola Raúl Dória, 1912.
- PORTO. Escola Prática Comercial Raúl Dória – *Anuário da Escola Raul Dória: ano lectivo 1912-1913*. Porto: Escola Raúl Dória, 1913.
- PORTUGAL. Direcção Geral do Comércio e Indústria – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- PORTUGAL. Direcção Geral do Comércio e Indústria – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- PORTUGAL. Estatística de Portugal: *População: censo no 1º de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.
- PORTUGAL. Estatística de Portugal: *População: censo no 1º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- PORTUGAL. Ministério da Fazenda – *Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Parte I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.
- PORTUGAL. Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais. *Anuário Estatístico de Portugal: 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.
- PORTUGAL. Ministério da Fazenda. Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais – *Anuário Estatístico de Portugal 1900*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Estatística Geral – *Anuário estatístico de Portugal 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. – *Anuário estatístico de Portugal 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1886-1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo de 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto: ano lectivo de 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção Geral do Comércio e Indústria. *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: ano lectivo de 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Repartição de Estatística – *Anuário estatístico de Portugal 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Repartição de Estatística – *Anuário estatístico de Portugal 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

PERIÓDICOS

- ABRANTES, António – Academia Politécnica: actual Faculdade de Ciências. *O Tripeiro*. VI Série, ano XII, n.º2, (Fev 1972).
- ACADEMIA (A) Politécnica. *O Comércio do Porto*. (5 Nov. 1880).
- ACONTECEU há 50 anos... *O Tripeiro*. V Série, Ano VII, n.º7, (Nov 1951).
- ACONTECEU há 50 anos... *O Tripeiro*. V Série, Ano XV, n.º7, (Nov 1959).
- AFONSO, José António – A Escola Prática Comercial Raúl Dória (1902-1921): elementos para a análise das práticas educativas. *População e Sociedade*. n.º3 (1997).
- ALMEIDA, David Azevedo de – Subsídios para a história do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. *O Tripeiro*. Vol. IV, n.º3, (Mar. 1985), pp.70-72.
- ALMEIDA, João Ferreira de – Sobre a monografia rural. *Análise Social*. Vol. XIII, n.º52, (Out/Dez 1977). pp. 789-803.
- ALMODOVAR, António – Ciência com consciência: a economia política de Rodrigues de Freitas. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XV, n.ºs 6/7, (Jun/Jul 1996).
- ALVES, Jorge Fernandes – Analfabetismo e emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. II Série, Vol. X, (1993).
- ALVES, Jorge Fernandes – Armazéns do anjo: uma história de comércio a retalho. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XIV, n.º 11, (Nov 1995).
- ALVES, Jorge Fernandes – Interesses industriais e clivagens associativas: a União dos Industriais do Norte (1897-1900). *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. II Série, Vol. XIII, (1996).
- ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20. (1999).
- ALVES, Jorge Fernandes – O Emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social*. 4ª Série. Vol. XXXI, n.ºs 136/137, (2º, 3º 1996). pp. 527-544.
- ALVES, Jorge Fernandes – O Porto e as suas instituições. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XVI, n.ºs 6/7, (Jun/Jul 1997).
- ALVES, Jorge Fernandes – Operários para França e Inglaterra (1914-1918): experiências da emigração portuguesa intra-europeia. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. II Série, Vol. V, (1988).
- ALVES, Jorge Fernandes – Rodrigues de Freitas: percurso bibliográfico. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XV, n.ºs 6/7, (Jun/Jul 1996).
- ALVES, Jorge Fernandes – Emigração portuguesa: o exemplo do Porto de meados do século XIX. *Revista de História*. Vol.9. Porto. (1989).
- ALVES, Jorge Fernandes; GONÇALVES, Carlos – Economista: perspectivas sobre uma profissão. *O Tripeiro*. 7ª Série. Ano XIX. n.º1 (Jan. 2000). p. 23-27.
- Ao Comércio. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º12, (7 Fev 1897), p.3
- Aos Comerciantes. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º44, (19 Set 1897), p.1
- Aos Empregados de Comércio. *A Voz do Comércio*. Ano1, n.º44, (19 Set 1897), p.1
- ARANTES, Armando Almeida – Assuntos pedagógico-comerciais. *Revista de Contabilidade*. Ano 1, n.º18, (1 Nov 1916).
- ARESTA, António – A Revista O Tripeiro (1908-2000) e a história regional da instrução pública: um subsídio bibliográfico. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XX, n.º7-8 (Jul.-Ago. 2001).

- AULA de Comércio. *O Informador Comercial*. Ano 1, nº7, (Abr. 1870), p.3.
- AURORA Comercial – Ano 1, n.º4, (22 Jan. 1888)
- AURORA Comercial – Ano 1, n.º5, (29 Jan. 1888)
- AURORA Comercial – Ano 1, n.º6, (5 Fev. 1888)
- AZEVEDO, Mário C. – A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo. *Escolas Técnicas*. N.º28 (1961).
- BARROS, Joaquim José de – Museus comerciais. *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*. Ano II, (Jun 1919).
- BASTO, Artur de Magalhães – José Luciano Castro no Porto. *O Tripeiro*. V Série, Ano II, n.º10 (Fev. 1947).
- BEÇA, Humberto – O GUARDA-LIVROS. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 42, (1 Fev 1911). pp. 81-82.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX). *Análise Social*. Vol. XXII, n.º 91, (2º 1986). pp. 331-367.
- BOTO, Carlota – O Mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999).
- CAIXEIRO (O) do Norte. Ano 2, (21 Nov. 1908)
- CAIXEIRO (O) do Norte. Ano 2, n.º83 (5 Dez. 1908)
- CAIXEIRO. *Aurora Comercial*. Ano 1, (12 Fev. 1888), p.3
- CAIXEIRO. *Aurora Comercial*. Ano 1, (29 Jan. 1888), p.3
- CALDAS, José – Caixeiro. *O Caixeiro do Norte*. Ano 3º, nº141, (5 Fev 1910), p.1
- CARVALHO, A. L. de – A Alvorada do anúncio nos jornais portuenses de há 100 anos. *O Tripeiro*. V Série, Ano III, n.º12 (Abr. 1948).-
- CARVALHO, A. L. de – O Caixeiro do Porto e os seus parentes remotos. *O Tripeiro*. V Série, Ano II, n.º 10 (Fev 1947). pp. 227-229.
- CARVALHO, Manuel de Sousa – Comercialização do ensino da contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXI, n.º 81, (Jan/Mar 1953).
- COELHO, Virginia – Subsídio para um estudo da mentalidade portuguesa em 1870: modelos, valores e sentimentos na conduta da Segunda metade do século XIX. *Revista de História Económica e Social*. n.º1 (Jan.-Jun. 1978).
- COLÉGIO de Nossa Senhora dos Remédios. *O Informador Commercial*. Ano 1, nº17, (6 Jun 1870), p.1
- Comércio (O) do Porto*. (12 Jan. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (12 Mar. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (14 Ago. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (20 Jun. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (20 Mar. 1886).
- Comércio (O) do Porto*. (21 Mar. 1886).
- Comércio (O) do Porto*. (23 Mar. 1886).
- Comércio (O) do Porto*. (24 Mar. 1886).
- Comércio (O) do Porto*. (25 Abr. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (26 Mar. 1885).
- Comércio (O) do Porto*. (28 Nov. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (30 Out. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (31 Jan. 1884).
- Comércio (O) do Porto*. (5 Jul. 1885).
- Comércio (O) do Porto*. (7 Jul. 1885).
- Comércio (O) do Porto*. (9 Mar. 1886).
- Comércio (O) do Porto*. (9 Out. 1885).
- COSTA, Carlos Baptista da – O Ensino da contabilidade em Portugal: a necessidade duma licenciatura em contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vol. XLIV, n.º 176, (Out 1980).
- COSTA, Fernando Marques da – Aspectos da vida de um burguês (1870-1915). *Análise Social*. Vol. XVI, nº 61-62, (1980), pp. 157-171.
- COSTA, Laurindo – A Primeira Escola de Comércio no Porto. *O Tripeiro*. 3ª Série, (15 Mar. 1926).
- COSTA, Laurindo – Museu e Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. *O Tripeiro*. 3ª Série. Ano 2º, nº48, (15 Dez. 1927). p. 377-379.

- CRUZ, António – Os Mercadores do Porto e o ensino. *O Tripeiro*. Nova Série, Vol. I, n.º 0 (Out. 1981).
- CRUZ, António – Os Mercadores do Porto e o ensino. *O Tripeiro*. Vol. I, n.º0, p.7.
- CRUZ, António – Os Mercadores do Porto e o ensino. *O Tripeiro*. Vol. I, n.º1, p.17.
- CRUZ, Maria Antonieta – Aspectos da cultura oitocentista. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999).
- CRUZ, Maria Antonieta – Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração portuguesa à luz da imprensa portuense. *Revista de História da Faculdade de Letras*. 1991.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda; PEREIRA, R. Silva – Cronologia histórica das universidades portuguesas: 1759-1968. *Análise Social*. Vol. VI, n.ºs 22/23/24, (1968). pp. 837-899.
- CURSO (O) de Caixeiros Viajantes. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 57, (10 Set 1911). pp. 334-336.
- CURSO (O) de Caixeiros Viajantes. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 59, (30 Set 1911). pp. 355-357.
- CURSO (O) de Caixeiros Viajantes. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 3º, n.º 70, (1 Ago. 1912). pp. 355-357.
- CURSO de Caligrafia. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º24, (2 Maio 1897), p.3
- CURSO de Caligrafia. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º47, (9 Out. 1897), p.3
- CURSOS (Os) da União. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, (5 Dez. 1908), p.1.
- D., A C. – Os Caixeiros e a Instrução. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, (21 Nov. 1908), p.2
- DACIANO, Bertino – A Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal: esboço histórico. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*. Ano II, n.º 4 (1952).
- DOMINGOS, Manuela D. – Livros de viagem portuenses do século XIX. Alguns exemplos. *Revista de História Económica e Social*. n.º7 (Jan.-Jun. 1981).
- DÓRIA, António Álvaro – A Escola Raúl Dória. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vols. XLVII/XLVIII, n.ºs 187/192, (1983-84).
- DÓRIA, António Álvaro – O Prof. Raúl Dória e a sua escola. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXXIV, n.º134, (Abr./Jun. 1967).
- DÓRIA, António Álvaro – O Prof. Raúl Dória e a sua escola. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXXIV, n.º135, (Jul./Set. 1967).
- DÓRIA, António Álvaro – Prof. Raúl Dória. *O Tripeiro*. VI Série, Ano XII, n.º9, (Set. 1972).
- EDUCAÇÃO económica: as profissões. *O Crédito*. Ano 1, n.º11, (29 Out. 1891). pp.4-5.
- EDUCAÇÃO Profissional. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, n.º81, (21 Nov. 1908), pp. 1-2.
- ELEUTÉRIO, Victor Luís – A Imprensa portuense no final do século XIX. *O Comércio do Porto*. Porto. (7 Out. 1991).
- EMPREGO. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º19, (28 Mar. 1897), p.3
- ENCERRAMENTO (O) das lojas ao Domingo. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º 33, (4 Jul. 1897), p.3
- ENSINO comercial. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 45, (15 Mar. 1911). pp. 129-130.
- ESCOLA de Marçanos. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º35, (18 Jul. 1897), p.3
- ESCOLA de Marçanos. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º36, (25 Jul. 1897), p.3
- ESCOLA Prática Comercial Raúl Dória. *A Luz do Comércio*. Ano IV, (3 Dez. 1905), p.4
- ESCOLA Prática Comercial. *O Caixeiro do Norte*. Ano 1º, (30 Jun. 1907), p. 4
- ESCOLA Prática de Commercio Alcântara Carreira. *O Caixeiro do Norte*. Ano 1º, (8 Fev. 1908), p. 4
- ESCOLA Prática de Commercio Alcântara Carreira. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, (2 Maio 1908), p. 4
- ESTABELECIMENTOS de Instrução no Porto, em 1864. *O Tripeiro*. V Série, Ano IV, n.º 9, (Jan. 1949).
- ESTEVES, Rosa – Gabinetes de Leitura em Portugal no século XIX (1815-1853). *Revista da Universidade de Aveiro*. n.º1 (1984).
- ESTEVES, Silva – Aulas da União. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, n.º76, (17 Out. 1908), p.1
- ESTEVES, Silva – Aulas da União. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, n.º83, (5 Dez. 1908), p.1
- FALCON, José Francisco C. – Historiografia contemporânea: balanço e perspectivas. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série. Vol. XI. 1994.
- FELISMINO, Aureliano – No duplo centenário da Aula do Comércio. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade*. n.ºs 21/22 (Out./Jan. 1959-1960).
- FERNANDES, José Alberto Rio – As grandes feiras da cidade do Porto nos séculos XVIII e XIX. *Comércio portuense*. 5ª Série, n.º 88, (Maio/Jun. 1990).

- FERNANDES, José Alberto Rio – O comércio retalhista na cidade do Porto nos finais do século XIX (I). *O Tripeiro*. Série Nova. Vol. X, n.º7, (1991). pp.210-214.
- FERNANDES, José Alberto Rio – O comércio retalhista na cidade do Porto nos finais do século XIX (II). *O Tripeiro*. Série Nova. Vol. X, n.º8, (1991). pp.234-239.
- FERNANDES, José Alberto Rio – O comércio retalhista na cidade do Porto nos finais do século XIX (III). *O Tripeiro*. Série Nova. Vol. X, n.º10, (1991). pp.304-309.
- FERNANDES, José Alberto Rio – O comércio retalhista na cidade do Porto nos finais do século XIX (IV). *O Tripeiro*. Série Nova. Vol. X, n.º11, (1991). pp.338-341.
- FERNANDES, José Alberto Rio – O comércio retalhista na cidade do Porto nos finais do século XIX (V). *O Tripeiro*. Série Nova. Vol. X, n.º12, (1991). pp.376-380.
- FERNANDES, José Alberto Rio – O Porto e as feiras no século XIX. *Comércio portuense*. 5ª Série, n.º 91, (Nov./Dez. 1990).
- FERNANDES, José Alberto Rio – Os mercados e o comércio não fixo no Porto dos últimos cem anos. *Comércio portuense*. 5ª Série, n.º 91, (Nov./Dez. 1990).
- FERNANDES, José Alberto V. Rio – As Feiras e os mercados no tecido comercial do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série, Vol. 7/8 (1989/90).
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho – Os Vadios no Porto de início do século (1901-1906). *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. II Série, Vol. XI, (1994).
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes – A Cidade do Porto na 1ª metade do século XIX: população e urbanismo. *População e Sociedade*. n.º2 (1996).
- FERNANDEZ CLEMENTE, Eloy – A História económica de Portugal (séculos XIX e XX). *Análise Social*. Vol. XXIV, n.º103-104, 1988. p. 1297
- FERREIRA, Armando Gomes – José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896). *O Tripeiro*. Ano X, V Série, n.º6 (Out. 1954).
- FERREIRA, Rogério Fernandes – Contabilidade: passado e presente, olhando a futuro. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vol. LIV, n.º 216 (4º 1997).
- FISCALIZAÇÃO das Sociedades Anónimas. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 44, (1 Mar. 1911). pp. 113-114.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – A Indústria e a ciência. *O Comércio do Porto*. (28 Out. 1880).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – A Indústria e a ciência. *O Comércio do Porto*. (29 Out. 1880).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – A Indústria e a ciência. *O Comércio do Porto*. (6 Nov. 1880).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Ensino Comercial. *O Comércio do Porto*. (24 Jun. 1885).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Estudos Comerciais. *O Comércio do Porto*. (3 Jan. 1880).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Estudos Comerciais. *O Comércio do Porto*. (8 Jan. 1880).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (1 Nov. 1879).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (3 Set. 1881).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (22 Ago. 1881).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (7 Set. 1881).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (24 Fev. 1887).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (26 Ago. 1881).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (27 Ago. 1881).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (3 Mar. 1887).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Instrução Industrial e Comercial. *O Comércio do Porto*. (5 Mar. 1887).

- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – Museu Industrial e Comercial do Porto. *O Comércio do Porto*. (22 Nov. 1885).
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – O Centenário de Froebel. *O Comércio do Porto*. (16 Abr. 1882).
- GUARDA-LIVROS (O) e o ensino comercial. *O Guarda-Livros*. Ano 3º, n.º 61, (1 Nov. 1911). pp. 1-2.
- GUARDA-LIVROS (O). *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 37, (15 Nov. 1910). pp. 1-2-15.
- GUARDA-LIVROS (O). *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 41, (15 Jan. 1911). pp. 65-66.
- GUARDA-LIVROS (O). *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 43, (15 Fev. 1911). pp. 97-98.
- GUARDA-LIVROS (O). *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 60, (10 Out. 1911). pp. 369-370.
- GUARDA-LIVROS (O). *O Guarda-Livros*. Ano 1º, n.º 2, (20 Ago. 1908). pp. 17-18.
- GUERRA, Carlos José – Querer é poder. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XVI, n.ºs61-62 (Jan.-Jul.).
- GUERRA, Franklin – A Academia Politécnica no fim do século XIX. *O Tripeiro*. Vol. X, n.º7, p.202.
- GUERRA, Rui Moreira Sá e – Homenagem a Horácio Marçal. *O Tripeiro*. Vol. XII, n.º 12, p.367.
- GUIMARÃES, Francisco – Ensino técnico: Instituto Industrial e Comercial do Porto. *A Voz do Comércio*. Ano 1º, n.º 9 (1 Maio 1929). pp. 129-131.
- GUIMARÃES, Joaquim Fernandes da Cunha – Ensino da História da Contabilidade e sua actualidade em Portugal. *Jornal de Contabilidade*. Ano XXIII, n.º262 (Jan. 1999).
- GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha e outros – História e teoria da contabilidade: resultados de um questionário. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Anexo ao n.º221, Vol. LVI, (1º 1999).
- GUSMÃO, F. A Rodrigues de – Estado da instrução primária no Concelho de Alpedrinha no ano lectivo de 1848-1849. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. 9º Ano, 2ª Série, (1849).
- INDÚSTRIA Portuguesa: órgão da Associação Industrial Portuguesa. Ano 11º, n.º121 (Mar. 1938).
- INSTITUTO da Educação e Instrução Primária, literária e preparatória. *Annuncios da Typographia Commercial Portuense*. Ano 1º, (8 Out. 1840), p.1
- INSTRUÇÃO e Ensino. *O Caixeiro do Norte*. Ano 3º, n.º130, (13 Nov. 1909), p.1
- INSTRUÇÃO popular - *Revista de Educação e Ensino*. n.º 7, (Jul. 1890).
- JANEIRA, Ana Luísa – *Fazer-ver para fazer-saber*. Os Museus das Ciências. Lisboa, 1995.
- JORGE, Ricardo – Bento Fernandes: o primeiro aritmético do Porto. *O Tripeiro*. Ano I, n.º5 (10 Ago.).
- JUNIO – Os Marçanos. *A Voz do Comércio*. Ano 1, (27 Dez. 1896), p.2
- LOPES, Fernando da Conceição – História da Contabilidade, a Aula do Comércio primeira escola de gestores em Portugal. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*. Ano 24, n.º320, (Maio 1992).
- M., A – Os Marçanos. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º21, (4 Abr. 1897), p.2
- MACHADO, João Afonso – O Porto em 1849 segundo um almanaque da época. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XX, n.º2 (Fev. 2001).
- MAGALHÃES, Alfredo Coelho de – Os Institutos Comerciais e a formação do contabilista. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano VII, n.º 27, (Jul./Set. 1939).
- MAGALHÃES, Barbosa – Guarda-Livros e Caixeiros. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano X, n.º 37, (Jan./Mar. 1942).
- MAIA, Cristina – A Livraria da Congregação do Oratório do Porto (1765). *Bibliotheca Portucalensis*. IIª Série, n.ºs11/12 (1995-1997), p. 65.
- MALPIQUE, Cruz – O Porto nos signos da aritmética comercial. *O Tripeiro*. Vol. VIII, n.º2, p.47.
- MARÇAL, Horácio – A Vida comercial portuense de antanho. *O Tripeiro*. VI Série, Ano I, n.º 5, (Maio 1961).
- MARÇAL, Horácio – A Vida comercial portuense de antanho. *O Tripeiro*. VI Série, Ano I, n.º 2, (Fev 1961).
- MARÇAL, Horácio – Aspecto etnográfico do comércio portuense de outrora. *O Tripeiro*. Vol. II., n.º7, p.202.
- MARÇAL, Horácio – Aspecto etnográfico do comércio portuense de outrora. *O Tripeiro*. Vol. II., n.º8, p.238.
- MARÇAL, Horácio – O comércio portuense de outros tempos. *O Tripeiro*. Vol.V, n.º1, p.9.
- MARÇANOS (Os). *O Caixeiro do Norte*. Ano 3º, n.º128, (30 Out. 1909), p.1

- MARQUES, Álvaro Duarte de Sousa – Questões de ensino comercial. *Revista de Comércio*. N.º 6, (15 Dez. 1914).
- MARTINHO, António Paiva – Aspectos historiográficos da contabilidade em Portugal no período compreendido entre o séc. XVII e XIX.. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*. Ano 23, n.º 404, (Maio 1999).
- MARTINS, Conceição Andrade – Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Vol. XXXII, n.º142, (Jul./Set. 1997). pp. 483-535.
- MARTINS, Oliveira – Usos do Comércio. *Revista de Comércio*. N.º11 (15 Maio 1915).
- MARTINS, Rodrigo Manuel de Everard – *A Aula do Comércio (1759): na comemoração do segundo centenário da sua abertura*. Lisboa: S.n., 1960.
- MARTINS, Rodrigo Manuel de Everard – *A Aula do Comércio*. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano V, n.º 18, (Abr./Jun. 1937).
- MATIAS, Maria Goretti – Inventário da imprensa patronal: 1850-1970. *Análise Social*. Vol. XXIII, nº99, (1987), pp. 1019-1044.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de – Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. *Análise Social*. Vol. XXXI, n.º 136/137, (Abr./Set. 1996). pp. 397-412.
- MATOS, Luís Salgado de – Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934). *Análise Social*. Vol. XVII, nº 67-68-69, (1981), pp. 1013-1078.
- MEDEIROS, Carlos Laranjo – Da tradição e das lojas do Porto. *O Tripeiro*. Vol. XIII, n.º2, p.35.
- MEIRELES, Maria Adelaide – A Actividade livreira no Porto do século XVIII: contribuição para o seu estudo. *Revista de História*. Porto. Vol. 4. (1981).
- MENDES, José Amado – Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. O Século XIX em Portugal. *Análise Social*. Vol. XVI, n.º61-62, (1980).
- MÓNICA, Maria Filomena – Um político, Fontes Pereira de Melo. *Análise Social*. Vol. XXXII, n.ºs 143/144, (Abr./Set. 1997). pp. 731-745.
- MONTEIRO, Hernani – Joaquim de Vasconcelos e o Museu Industrial e Comercial do Porto. *O Tripeiro*. V Série, Ano VIII, n.º 12, (Abr. 1953).
- MONTEIRO, Hernani – Joaquim de Vasconcelos e o Museu Industrial e Comercial do Porto. *O Tripeiro*. V Série, Ano VIII, n.º 11, (Mar. 1953).
- MOREIRA, José G. Pinto – No 81º Aniversário da Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. *O Tripeiro*. V Série, Ano XII, n.º8 (Dez. 1956).
- MUITO útil aos empregados de comércio. *O Caixeiro do Norte*. Ano 1º, (30 Jun. 1907), p. 4.
- MUITO útil aos empregados de comércio. *O Caixeiro do Norte*. Ano 1º, (8 Fev. 1908), p. 4.
- MUITO útil aos empregados de comércio. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, (2 Maio 1908), p. 4.
- MUSEU Comercial do Porto - *O Trabalho Nacional*. Ano II., n.º 30, (Jun. 1917).
- NEVES, Pedro Almiro – A Escolarização dos saberes elementares em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Notícias do Instituto Politécnico do Porto*. Porto: IPP, 9, (19 Dez. 1996).
- OLIVEIRA, César – Imprensa operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905. *Análise Social*. Vol. X, nº39, 1973. pp. 552-577.
- OLIVEIRA, Eduardo Maria Baptista de – Evolução do ensino Técnico comercial em Portugal. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXV, n.º 97, (Jan./Mar. 1957).
- PEIXOTO, Jorge – Gabinetes de leitura em Portugal nos começos do século XIX. *O Comércio do Porto*. (24 Out. 1967).
- PEIXOTO, Jorge – Para a História do Livro em Portugal. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. T. XIV, (1974).
- PEREIRA, Gaspar Martins – A População de Cedofeita em meados do século XIX. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série. Vol. V. (1988).
- PEREIRA, Gaspar Martins – Casa e família: as ilhas no Porto em finais do século XIX. *População e Sociedade*. n.º2 (1996).
- PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Grosso – Casamento e condição social no Porto Oitocentista. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série. Vol. XIII. (1996).
- PEREIRA, Jorge Alves – Evolução do ensino do comércio em Portugal. *Boletim do Comércio Interno*. n.º19 (Jan./Mar. 1990).
- PEREIRA, Jorge Alves – Evolução do ensino do comércio em Portugal. *Boletim do Comércio Interno*. n.º20 (Abr./Jun. 1990).

- PESSOA, Ana Maria – A Biblioteca na(s) escola(s): de um desnecessário passado a um futuro cheio de esperança? *Cadernos BAD*. Lisboa, n.º2 (1996).
- PIMENTA, Pedroso – O Marquês de Pombal regulamentou as profissões de técnicos de contas. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vol. II, n.º 8, (Out./Dez. 1934).
- PINTO, A Sousa – A Fundação da Universidade do Porto. *O Tripeiro*. VI Série, Ano I, n.º 11, (Nov. 1961).
- PORTELA, António Farinha – A evolução histórica do ensino das ciências económicas em Portugal. *Análise Social*. Vol. VI, n.ºs 22/23/24 (1968). pp. 787-836.
- PUBLICIDADE jornalística no século XIX. *O Tripeiro*. VI Série, Ano XII, n.º4 (Abr. 1972).
- QUEIROZ, Francisco – Os monumentos a José Ferreira Borges e D. Manuel de Santa Inês. *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XVII, n.º11, (Nov. 1998).
- RAMOS, Luís A de Oliveira – A Associação Comercial do Porto e a liberdade de comércio no séc. XIX. *O Tripeiro*. Vol. X, n.º12, p. 362.
- RAMOS, Rui – A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). *Análise Social*. Vol. XXVII, n.ºs 116-117, (1992). pp. 483-528.
- REFORMA (A) do ensino comercial. *O Guarda-Livros*. Ano 3º, n.º 66, (1 Abr. 1912). pp. 107-109.
- REFORMA (A) do ensino comercial. *O Guarda-Livros*. Ano 3º, n.º 69, (1 Jul. 1912). pp. 165-166.
- REFORMA (A) do ensino comercial. *O Guarda-Livros*. Ano 3º, n.º 72, (1 Out. 1912). pp. 213-215.
- REIS, Jaime – A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*. n.º 23, (1987). pp. 207-227.
- REIS, Jaime – O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*. Vol. XX, n.º 80, (Jan./Mar. 1984). pp. 7-28.
- REPÚBLICA (A) e o comércio. *O Guarda-Livros*. 2ª Série, Ano 2º, n.º 52, (1 Jul. 1911). pp. 241-242.
- RIBEIRO, Guilherme – O Marçano. *A Voz do Comércio*. Ano 1, n.º35 (18 Jul. 1897), p.1
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Ideias*. Vol. 20 (1999).
- RIOS, Alice – Jornalismo foi o alvo da dinastia Carqueja. *Jornal de Notícias*. (21 Nov. 1999).
- RODRIGUES, Teresa – A Dinâmica populacional da cidade do Porto em finais do século XIX.. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. II Série, Vol. X, (1993).
- RODRIGUES, Virgílio – Apontamentos para a história do ensino médio comercial. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano VI, n.º 21, (Jan./Mar. 1938).
- SÁ, António Lopes de – Raízes da literatura contábil em idioma português. *Boletim Informativo da Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior*, n.º8 (Out./Dez. 2000).
- SÁ, Victor de – A subida ao poder da burguesia em Portugal: dificuldades e condicionalismos. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. IIª Série. Vol. V. (1988).
- SÁ, Victor de – Notas sobre o ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto. *Revista de História da Faculdade de Letras*. Porto. IIª Série, Vol. III, (1986).
- SAMUEL, Paulo – Lojas de tradição do Porto: o espaço e a memória das vivências portuenses. *O Tripeiro*. Vol. XIII, n.º2, p.38.
- SAMUEL, Paulo – Rodrigues de Freitas visto pelos seus contemporâneos. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XV, n.ºs 6/7, (Jun./Jul. 1996).
- SARDICA, José Miguel – A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. *Análise Social*. Quarta Série. Vol. XXXII, n.º143/144 (Abr./Set. 1997). pp. 747-777.
- SEQUEIRA, Joaquim José de – Escrituração por partidas dobradas. *Revista de Contabilidade*. Ano 1, n.º 13, (15 Ago. 1916).
- SEQUEIRA, Joaquim José de – Obrigatoriedade de escrituração comercial. *Revista de Contabilidade*. Ano 1, n.º 19, (15 Nov. 1916).
- SEQUEIRA, Maria do Carmo Castelo Branco de – Passos de uma tese. *Notícias do Instituto Politécnico do Porto*. Porto: IPP, 9, (19 Dez. 1996).
- SILVA, Álvaro Ferreira da – A evolução da rede urbana portuguesa: 1801-1940. *Análise Social*. Vol. XXXII, n.º 143/144 (Abr./Set. 1997). pp. 779-814.

- SILVA, António José da – A Educação do Marçano. *A Voz do Comércio*. Ano 1, nº35 (18 Jul. 1897), p.1
- SILVA, Augusto Santos – A burguesia comercial portuguesa e o ensino da economia política: o exemplo da escola do Porto – (1837-1838). *Análise Social*. Vol. XVI, n.º61/62, (1980). pp. 361-381.
- SILVA, F. V. Gonçalves da – A questão do ensino técnico. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vol. II, n.º5, (Jan./Mar. 1934).
- SILVA, F. V. Gonçalves da – O Tratado sobre as partidas dobradas de 1764. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Vol. XXXVII, n.º 146, (Abr./Jun. 1970).
- SILVA, F.V. Gonçalves da – Livros de contabilidade portugueses dos começos do século XIX. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Ano XXV, n.º 100, (Out./Dez. 1957).
- SILVA, Francisco Ribeiro da – A geografia do comércio portuense nos finais do século XVIII: parceiros, produtos e capitais. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XIV, n.ºs 6/7, (Jun./Jul. 1995).
- SILVA, Francisco Ribeiro da – A geografia do comércio portuense nos finais do século XVIII: a fiscalidade e o contrabando. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XIV, n.º 12, (Dez. 1995).
- SILVA, Francisco Ribeiro da – A geografia do comércio portuense nos finais do século XVIII: movimento de navios e rumos da marinha mercante. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XIV, n.º 3, (Mar. 1995).
- SILVA, Francisco Ribeiro da – O Colégio da Irmandade da Lapa: um elo histórico da ligação portuense ao Brasil. *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XIX, n.º4 (Abr. 2000).
- SILVA, Germano – O caixeiro foi uma típica figura da cidade. *Jornal de Notícias*. Ano 113, n.º17 (18 Jun. 2000).
- SILVA, Luís Henrique da – O Centenário do nascimento do prof. Dr. Alfredo Henrique da Silva. *O Tripeiro*. Ano XII, VI Série, n.º1 (Jan. 1972).
- SILVA, Margarido e – Ensino Comercial. *A Voz do Comércio*. Ano 1, nº22 (18 Abr. 1897), p.1
- SILVA, Margarido e – Ensino Comercial. *A Voz do Comércio*. Ano 1, nº23 (25 Abr. 1897), p.1
- SILVA, Francisco de Almeida e – O Porto já teve o seu Museu Industrial e Comercial. *O Tripeiro*. Vol. XII, n.º2, p. 34.
- TEIXEIRA, Manuel C. – A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transição de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. *Análise Social*. Vol. XXIX, n.º127 (Jul./Set. 1994). pp. 555-579.
- TRIPEIRO (O). Série V, Ano V, n.º5 (Set. 1949).
- UNIÃO dos Empregados de Comércio do Porto: abertura solene das aulas. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, nº83, (5 Dez. 1908), p.2.
- UNIÃO dos Empregados do Comércio do Porto. *O Caixeiro do Norte*. Ano 1º, (30 Jun. 1907), p.4
- UNIÃO dos Empregados do Comércio do Porto: pela instrução. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, nº76, (17 Out. 1908), p.2.
- UNIÃO dos Empregados do Comércio. *O Caixeiro do Norte*. Ano 1º, (8 Fev. 1908), p. 4
- UNIÃO dos Empregados do Comércio. *O Caixeiro do Norte*. Ano 2º, (2 Maio 1908), p. 4
- VALÉRIO, Nuno – A Imagem do “brasileiro” na obra de Júlio Dinis. *Ler História*. n.º39 (2000).
- VASCONCELOS, Osório de – Letras e artes. *Anuário do Arquivo Pitoresco*. n.º30 (Jun. 1886).
- VIANA, Mário – David Corazzi, um editor português do século XIX. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. 2ª Série, Vol. 5, n.º2 (Jul.-Dez. 1990).
- VITERBO, Sousa – Archeologia Industrial Portuguesa. Os moinhos. *O Archeologo Português*. Vol. 11. N.º 8 e 9 (1896).
- VOZ (A) do Commercio. Ano 1, n.º24 (2 Maio 1897).
- VOZ (A) do Commercio. Ano 1, n.º35 (18 Jul. 1897).
- VOZ (A) do Commercio. Ano 1, n.º36 (25 Jul. 1897).
- VOZ (A) do Commercio. Ano 1, n.º47 (9 Out. 1897).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carlos; BRANCO, Francisco – *O Associativismo: tradição e arte do povo de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1984.
- ADÃO, Áurea – A História do ensino secundário-liceal português: balanço da investigação realizada nas últimas décadas. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- AFONSO, José António – Os Ofícios do Comércio: notícia do “Dicionário Prático do Comércio” (1917) de Raúl Dória. *A Indústria portuense em perspectiva histórica*. ALVES, Jorge Fernandes (Coord.) Actas do Colóquio. Porto: FLUP-CLC, 1997.
- ALBUQUERQUE, Luís de – *Notas para a história do ensino em Portugal*. Coimbra: Textos Vértice, 1960.
- ALCOCHETE, Nuno Daupías d’ – Uma fonte importante para a História da Educação em Portugal: o “Núcleo do Reino” do Arquivo das Secretarias de Estado. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- ALMEIDA GARRETT – *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte, S.d.
- ALMEIDA, Francisco José de – *Apointamentos da vida de um homem obscuro*. 2ª edição. Lisboa: A Regra do Jogo, 1985.
- ALMEIDA, Henrique – *O Marçano e o caixeiro do século XIX: uma obra*. Porto: Edição do Autor, 1959. (Palestra que o médico Henrique Almeida proferiu em 22 de Outubro de 1959 na Sede da Associação Benéfica dos Empregados de Comércio no Porto).
- ALMODOVAR, António – *José Joaquim Rodrigues de Freitas: obras económicas escolhidas (1872-1889)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1996.
- ALMODOVAR, António; ALVES, Jorge Fernandes (Org.) – *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. Actas do Colóquio realizadas no Palácio da Bolsa em 28 e 29 de Outubro de 1996. Porto: CLC-FLUP, 1996.
- ALMODOVAR, António; BRANDÃO, Maria de Fátima – O Ateneu e a economia política nos finais do século XIX. *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – Porto: Porto: ACP, 1995.
- ALVES, Jorge Fernandes – A Contrução interior. Rodrigues de Freitas e a questão da instrução. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. (Actas do colóquio organizado por ALMODOVAR, António; ALVES, Jorge Fernandes; GARCIA, Maria do Pilar). Porto: Palácio da Bolsa, 1996.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.
- ALVES, Jorge Fernandes (Coord.) – *A Indústria portuense em perspectiva histórica*. Actas do colóquio realizado em 4 e 5 de Dezembro de 1997 no Palácio da Bolsa. Porto: CLC-FLUP, S.d.
- ALVES, Jorge Fernandes (Recolha e Introd.) – *Rodrigues de Freitas: intervenções parlamentares (1870-1893)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea.
- ALVES, Luís Alberto Marques – O Brasileiro: ausência e presença no Portugal Oitocentista. *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses, 2000.
- AMORIM, Jaime Lopes – *Digressão através do vetusto mundo da contabilidade*. Porto: Livraria Avis, 1968.
- ANALYSE sobre a *escripturação commercial*. Porto: Typographia de Francisco Gomes da Fonseca, 1857.

- ANGIOLINI, Franco; ROCHE, Daniel (Dir.) – *Cultures et formations négociantes dans l'Europe moderne*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales. S.d.. ISBN-2-7132-1023-2.
- ANSELMO, Artur – *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.
- ANTAS, Azeredo; MONTERROSO, Manuel – *A Salubridade habitacional no Porto*. Porto: S.n., 1934.
- ANTERO, Adriano – *Comentário ao Código Comercial Português*. 2ª edição. Vol. II. Porto: Companhia Portuguesa Editora, S.d.
- ANTUNES, Maria do Rosário – Breve notícia sobre a existência do Arquivo Histórico do Ministério da Educação. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- ARAÚJO, Fernando – *Adam Smith: o conceito mecanicista de liberdade*. Coimbra: Almedina, S.d.
- ARAÚJO, Helena Costa – *Pioneiras na educação: as professoras primárias na viragem do século (1879-1933)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- ARRIAGA, José de – *História da revolução portuguesa de 1820*. Vol. 3. Porto: Livraria Portuense, 1888.
- ARTE de Tachygraphia – Porto Typ. d'Almeida Junior & Irmão, 1861.
- ASSOCIAÇÃO Comercial do Porto – *Resumo cronológico especial dos factos e documentos mais importantes a considerar no estudo da origem da Associação Comercial do Porto...* Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1910.
- ASSOCIAÇÃO Comercial do Porto - *Resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias (1834-1940)*. Porto: ACP, 1942.
- ATENEU Comercial do Porto - *Estatutos do Ateneu Comercial do Porto*. Porto: Tipografia de Artur José de Sousa e Irmão, 1888.
- ATENEU Comercial do Porto no 50º Aniversário da sua fundação: 1869-1919. Edição Comemorativa.
- AZEVEDO, Carlos A Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves – *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. 3ª ed. revista. Porto: C. Azevedo, 1996.
- AZEVEDO, Mário da Conceição – *A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo*. Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.
- BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve...* Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822.
- BARBOSA, Francisco Ferreira – *Elucidário do viajante no Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1864.
- BARBOSA, Raúl Tamagnini – *Economia política*. 2ª edição correcta e aumentada. Famalicão: Tipografia Minerva de Cruz, Sousa & Barbosa, L.da, 1920.
- BARBOSA, Raúl Tamagnini – *Modalidades e aspectos do cooperativismo*. Porto: Imprensa Social, 1930.
- BASTO, Artur de Magalhães – *Memória histórica da Academia Politécnica do Porto*. Precedida da "Memória sobre a Academia Real da Marinha e Comércio" pelo Conselheiro Adriano de Abreu Cardoso Machado. Porto: Universidade do Porto, 1937.
- BEÇA, Humberto – *Borrão n.º2 de Escripuração Comercial*. Porto: S.n., 1917.
- BEÇA, Humberto – *Correspondência comercial*. Porto: S.n., 1922.
- BEÇA, Humberto - *Noções de Comércio: 2º ano*. Porto: Escola Secundária de Comércio. 1917.
- BELL, Judith – *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. 1ª edição. Lisboa: Gradiva, 1997. ISBN-972-662-524-6
- BENTO, Fernando Hernâni – *Bernardino Machado: pensamento sociopolítico e educativo*. Maia: Instituto Superior da Maia, 2000.
- BERNARDINO, Teresa – *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: INCM, 1986.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- BORGES, José Ferreira – *Das fontes, especialidade, e excelência da administração comercial segundo o Código Comercial Português*. Porto: Tipografia Comercial Portuense, 1835.
- BRAND, Jaime Perena – *Direcção e gestão de projectos*. Porto: LIDEL, 1992.

- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Teologia, filosofia e direito na Diocese do Porto nos séculos XIV e XV: alguns subsídios para o seu estudo*. Porto: S.n., 1960.
- BRUYNE, Paul e outros – *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. S. d.
- C., J. J. – *Escreituração commercial por partidas simples e dobradas...* Porto: Na Ttypographia de Manoel José Pereira-Editor, 1866.
- C., J. J. – *Escreituração completa dos livros Diario e Razão em Partidas Dobradas:...* Porto: Typ. de Manoel José Pereira, 1862.
- C., J. J. – *O Guarda-livros portuense em partidas dobradas: escreituração no estylo moderno*. Porto: Imprensa da Livraria Nacional, 1871.
- CABRAL, Alexandre – *Notas oitocentistas*. Lisboa: Plátano Editora, 1973.
- CABRAL, Manuel Villaverde – *Capitalismo em Portugal no séc. XIX*. Lisboa: Ed. A Regra do Jogo, 1976.
- CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- CAIADO, António Campos Pires – *A Vida e obra de Cabral de Mendonça*. Actas das Sétimas Jornadas de Contabilidade e Auditoria realizadas em Coimbra de 19 a 21 de Novembro de 1998. Coimbra: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 1998. Tomo I.
- CALDER, Antonio Caetano – *Manual do Guarda Livros ou Novissimo Secretario, commercial portuguez*. Porto: Tipographia Constitucional, 1853.
- CALHEIROS, Francisco Xavier – *Escrepta sem letras ou novo systema d'escripta syllabica*. Porto: Typ. de José Pereira da Silva, 1866.
- CAMPOS, Bárto Paiva (Org.) – *A Investigação educacional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. (Ciências da Educação, 7). ISBN-972-9380-53-8.
- CANDEIAS, António – *Educar de outra forma: a escola oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1930)*. 1ª edição. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994. ISBN-972-9380-32-5.
- CARQUEJA, Bento – *O Comércio do Porto: notas para a sua história*. Porto: Of. O Comércio do Porto, 1924.
- CARVALHO, Jorge Leopoldo de – *Tratado de Stenographia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.
- CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. ISBN-972-31-0173-4.
- CASTANHEIRA, António (Dir.) – *Almanaque histórico, comercial, administrativo e industrial da cidade do Porto para 1883*. Porto: S.n., 1882.
- CASTANHEIRA, Maria Elvira do Couto Rodrigues – *O Jornal da Associação Industrial Portuense: contributos para o estudo do publicismo tecnológico no séc. XIX (1822-1864)*. Porto: FLUP, 1996.
- CASTANHEIRA, Maria Elvira Rodrigues – *A Imprensa industrial do Liberalismo à crise económica de 1876: contributos para um roteiro da imprensa económica portuense. A Indústria portuense em perspectiva histórica*. ALVES, Jorge Fernandes (Coord.). Actas do Colóquio. Porto: FLUP, 1997.
- CASTRO, Armando de – *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*. Porto: Ed. Limiar, 1978.
- CASTRO, Armando de – *Estudos da história sócio-económica de Portugal*. Porto: Ed. Limiar, 1980.
- CASTRO, Claudio de Moura – *Modernização e ensino técnico: a Aula do Comércio na Era Pombalina. A Aula do Comércio: nas comemorações do bicentenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.
- COELHO, José Joaquim Pinto – *Os bancos em Portugal em 1875: reflexões sobre o rápido aumento do número das instituições bancárias no fim do ano de 1874*. Porto: Ernesto Chardron, 1875.
- CORREIA, Francisco António – *História contemporânea de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1930.
- CORREIA, Luís Grosso – *A Escola nocturna de Cedofeita (1888-1890). Fazer e ensinar História da Educação em Portugal*. Actas do 2º encontro de História da Educação. 1996.
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *O Ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900: subsídios para a sua história*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

- COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. Porto: Oficina de António Alvares Ribeiro, 1789.
- COSTA, Laurindo – *A Evolução do ensino profissional: séculos XVIII a XX*. Porto: Imprensa Nacional, 1925.
- COSTA, Laurindo – *A Organização do ensino industrial e comercial*. Porto: Tipografia Artes & Letras, 1914.
- COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi (1889-1944): arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- CUSTÓDIO, Jorge – *Os museus industriais e a arqueologia industrial. Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projectos*. Lisboa: S.n., 1991.
- DAVID, H. – *Brado a favor dos caixeiros*. Lisboa: Typographia do Commercio. 1884.
- DINIS, Júlio – *Uma família inglesa: cenas da vida do Porto*. Porto: Porto Editora, S.d.
- DISA, Luís Pereira – *As Outras Escolas: o ensino particular das primeiras letras entre 1859 e 1881*. Lisboa: EDUCA, 2000.
- DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.
- DÓRIA, António Álvares – *O prof. Raúl Dória e a sua escola*. Porto: S.n., 1968.
- DÓRIA, Raúl – *Guia prático de correspondência commercial: em portuguez e Francez*. Porto: Typographia da Escola Commercial raúl Dória, 1908.
- DÓRIA, Raúl – *Verbetes e folhas móveis*. Porto: Tipografia da Escola Raúl Dória, 1916.
- ESCOLA PRÁTICA COMERCIAL RAÚL DÓRIA – *Escola Raúl Dória*. Porto: Ed. da Escola Raúl Dória, 1910.
- ESTEVEENS, Matilde – *Das origens do comércio em Portugal à obrigatoriedade de utilização do método das Partidas Dobradas*. Actas do VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria: resumo das comunicações. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, 2000.
- ESTEVES, Francisco Xavier – *Plano de organização do ensino técnico do Instituto Industrial e Comercial do Porto apresentado ao Conselho do mesmo Instituto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1892.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; FRAZÃO, António (Coord.) – *Guia geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte (Instituições do Antigo Regime)*. Vol. II. (Administração Central). Lisboa: ANTT, 1999.
- FEIJÓ, Rui Graça – *Liberalismo e transformação social: a região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*. Lisboa: Fragmentos, S.d.
- FELGUEIRAS, Maria Louro – *Os Brasileiros e a instrução popular. Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto: cidade e comércio*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997. (Documentos e Memórias para a História do Porto, LI).
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho – *Trabalho e habitação no Porto oitocentista (1832-1833): o Bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*. Porto: FLUP, 1996.
- FERNANDES, Rogério – *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- FERNANDES, Rogério – ESTEVES, Manuela – *Estrutura e recursos da investigação educacional. A Investigação Educacional em Portugal*. Lisboa: IIE, 1995.
- FERREIRA, Alberto – *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- FERREIRA, Alberto – *Estudos de cultura portuguesa: século XIX*. Lisboa: Moraes Editores, 1980.
- FERREIRA, Maria João Cerqueira da Costa – *A Informação estatística através do Diário do Governo (1834-1872)*. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- FRADA, João José Cúcio – *Guia prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos: teses, monografias, relatórios, currículos e projectos*. 3ª edição. Lisboa: Edição Cosmos, 1993.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Elementos de escripturação mercantil*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1882.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Notice sur le Portugal*. Paris: S.n., 1867.

- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas páginas avulsas*. ALVES, Jorge Fernandes (Recolha e Introd.). Porto: Fundação Engº António de Almeida, S.d.
- GAMEIRO, Fernando Luís – *Entre a escola e a lavoura: o ensino e a educação no Alentejo (1850-1910)*. 1ª edição. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997. (Memórias da Educação; 5).
- GARRAIO, Isilda – *Bibliotecas escolares: situação actual e perspectivas*. 2 vols. Lisboa. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo – *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.
- GISPERT, Carlos (Dir.) – *Enciclopédia geral da educação*. Vol. 1 Alcabideche: S.n., S.d.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *A Investigação em História da Educação em Portugal. A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedad Espanola de História de la Educación, 1993.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*. Coimbra: Coimbra Editora, 1979.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *Escolas comerciais e industriais criadas no século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1978.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Almedina, 1980.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Almedina, 1982.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *Para a história da educação em Portugal*. Porto: Porto Editora, 1995.
- GOMES, Joaquim Ferreira – *Situação actual da História da Educação em Portugal. Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- GOMES, Joaquim Ferreira; FERNANDES Rogério; GRÁCIO, Rui - *História da educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- GONÇALVES, Carlos Manuel da Silva – *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de Doutoramento.
- GONÇALVES, Fausto – *Inválidos do comércio e a sua obra de solidariedade*. Lisboa: Livraria Portugália, 1942.
- GONÇALVES, Júlio César da Silva – *A Aula do Comércio*. Lisboa: Instituto Comercial de Lisboa, 1959.
- GRÁCIO, Rui – *Obra completa: da educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GUEDES, Fernando – *O Livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa: São Paulo, Editorial Verbo, 1987.
- GUEDES, Manuel Vaz – *Centenário do início do ensino da Electrotecnia na Academia Politécnica do Porto. Memórias da FEUP: no início do funcionamento das novas instalações*. Porto: FEUP, 2001.
- GUIMARÃES, Gonçalves – *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia: 1897-1997*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia, 1998.
- HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Lisboa: Presença, 1983.
- HORTA, José Maria da Ponte – *Estado e crítica do nosso ensino oficial*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1881.
- JORGE, Ricardo – *Demografia e higiene da cidade do Porto*. Porto: S.n., 1899.
- JUNIOR, A. P. Antello – *Escreituração commercial-industrial sem mestre em 10 lições*. Lisboa: Silva & Carneiro, 1907.
- JUNIOR, Thomaz A. Navarrete – *O Tesouro commercial*. Porto: S.n., 1898.
- JUSTINO, David – *A Formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Veja, S.d., Vol. II.
- LABISA, António dos Santos – *A Pauta Aduaneira de 1892*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991. (História Económica, 8).
- LACERDA, Aarão de – *O Ensino profissional e a Escola Raúl Dória*. Porto: Tip. da Escola Raúl Dória, 1916.
- LAINS, Pedro – *A Economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo 1851-1913*. Lisboa: INCM, 1995.

- LEAL, José da Silva Mendes – *Discurso acerca da actual situação económica e financeira pronunciado na Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 14 de Março de 1867*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- LEITE, Joaquim da Costa – *A Viagem. Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- LIMA, Isabel Pires de (Seleccção e Prefácio) – *Trajectos: o Porto na memória naturalista*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.
- LOPES, Eduardo – *Genealogia de uma escola: origem e tradições da Academia Politécnica (1762-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.
- LOPES, João Teixeira – *A Cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *O Livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Fundação Engº António de Almeida, 1994. (Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 3).
- LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da saudade*. S.l.: S.n., S.d.
- MACHADO, Bernardino – *Instrução Pública: discurso parlamentar proferido a 16 de Julho de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- MACHADO, José Pedro – *O Grande livro dos provérbios*. Lisboa: Editorial Notícias, 1996.
- MAGALHÃES, Alfredo Coelho de – *Relatório da actividade cultural e educativa do Instituto e da situação dos seus diplomados: 1933-1945*. Porto: Imprensa Moderna, 1945.
- MAIA, José João Maduro – *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902): ensaio de demografia histórica*. Porto: Lusolivro Lda, 1994.
- MANUAL de aprendiz de commercio. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1865.
- MANUAL do Comerciante: obra necessária aos patrões e aos caixeiros. Lisboa: Livraria e Typographia de Francisco Silva, S.d.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2000.
- MARQUES, Rosário; COSME, Susana Rodrigues – *Os Primeiros anos da vida associativa. Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.). Porto: Ateneu Comercial, 1995.
- MARTI, Angelo Ramon – *Tachygrafia portugueza*. 2ª edição. Lisboa: Na Impressão Régia, 1828.
- MARTINS, Oliveira – *Dispersos: artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados pôr António Sérgio e Faria de Vasconcelos*. Tomo I. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de – *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MATOS, Campos – *Imagens de Portugal Queiroziano*. Lisboa: Terra Nova, 1976.
- MEDEIROS, Carlos Laranjo; Miranda, Jorge Augusto; MOREIRA, João José Semedo – *Lojas de tradição do Porto: o espírito das terras através das antigas casas de comércio*. Lisboa: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, 1993.
- MENDES, José Amado – *Caminhos e problemas da historiografia portuguesa. História da História em Portugal: séculos XIX-XX*. (TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (Coord.)) – Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de – *O Guarda-Livros moderno ou curso completo de instituições elementares sobre as operações do comércio, tanto em mercadorias como em banco*. Lisboa: Impressão Régia, 1823.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de – *Aula do Comércio: nas comemorações do bicentenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves – *O Ensino comercial como habilitação adequada à carreira alfandegária em Portugal: sua evolução*. Lisboa: S.n., 1971.
- MONTENEGRO, Branca Sampaio – *Breve História da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Memórias da FEUP: no início do funcionamento das*

- novas instalações*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2001.
- MORAIS, Maria José de Faria Lagoá Coelho – *O Ensino profissional no século XVIII: o exemplo do Porto*. Porto: FLUP, 1996. (Dissertação de Mestrado em História da Idade Moderna).
- MOREIRA, Isabel M. Martins – *Museus e monumentos em Portugal (1772-1974)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1989. ISBN-972-674-013-4.
- MOTA, L. Silveira da – *Horas de repouso*. Lisboa: S.n., 1880.
- NEVES, Pedro Almiro – *A Escolarização dos saberes elementares em Portugal nos finais do Antigo Regime: matérias, manuais e métodos de ensino (1772-1820)*. Porto: FLUP, 1996. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- NÓVOA, António – *História da Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1994.
- NÓVOA, António – *Le Temps des professeurs*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1997.
- NÓVOA, António – Os Professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?. *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar*. STOER, Stephen (Org.). Porto: Afrontamento, 1990. ISBN-972-36-0232-6
- NÓVOA, António – *Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal. A História da Educação em Espanha e Portugal: investigação e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Sociedad Espanola de Historia de la Educación, 1993.
- NÓVOA, António (Dir.) – *A Imprensa de Educação e Ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. (Memórias da Educação, 1). ISBN-972-9380-14-7.
- NUNES, Henrique Barreto – *Da Biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, 1996.
- NUNES, Maria de Fátima – *Leitura e Agricultura. A Imprensa periódica em Portugal (1772-1852)*. Évora: Universidade de Évora, 1994.
- NUNES, Maria de Fátima – Rodrigues de Freitas: da Academia Politécnica do Porto ao publicismo Oitocentista. Notas dispersas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. (Actas do colóquio organizado por ALMODOVAR, António; ALVES, Jorge Fernandes; GARCIA, Maria do Pilar). Porto: Palácio da Bolsa, 1996.
- OLIVEIRA, Camilo M. de – *Origem e progresso da Escola Comercial de Oliveira Martins*. Porto: Imprensa Moderna, 1941.
- OLIVEIRA, Narciso Paulo Ferreira de – *Alfredo Henrique da Silva: evangelizador de Acção e cidadão do Mundo*. Porto: FLUP, 1996. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- OUTEIRO, José Maria d'Almeida – *Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas em materia de mercadorias*. 2ª edição revista e aumentada. Porto: Typographia Lusitana, 1869.
- PACHECO, Helder (Coord.) – *Porto: do nome Portugal*. Porto: Governo Civil do Porto, 1992.
- PACIOLIA, Luca – *Summa de Arithmetica, geometria, proportioni et proportionalita. Particularis de computis et scripturis*, 1494.
- PEREIRA, Ernesto d' Albergaria – *O Guarda-livros popular*. Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça & C., 1905.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do séc. XIX: a freguesia de Cedofeita*. Porto: S.n., 1986.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: FLUP, 1995.
- PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.) – *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. Porto: Ateneu Comercial, 1995.
- PEREIRA, Joaquim – *O Pão que o diabo amassou*. Ermesinde: Edições J. Pereira, 1978.
- PEREIRA, José Manuel – *A Biblioteca do ISCAP na década de 90: relatório de actividades*. S. Mamede de Infesta: ISCAP, 2000.
- PEREIRA, José Manuel – *As Bibliotecas no ensino superior politécnico: uma leitura estatutária*. Porto: FLUP, 1997.
- PEREIRA, José Manuel – *Biblioteca Pública Municipal do Porto: uma visita de estudo ou o estudo de uma visita?* Porto: FLUP, 1996.

- PEREIRA, José Manuel – *O Registo das Associações do Distrito do Porto (1927-1949)*. Porto: FLUP, 1996.
- PEREIRA, José Manuel; MARQUES, Maria Gracinda – *Bombeiros Voluntários de Ermesinde: 1921-1996*. Ermesinde: AHBVE, 1996.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre Câmbio e desenvolvimento económico*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1973.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições: estudo e documentos*. Lisboa: ISCTE, 1992.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Revolução, finanças, dependência externa: de 1820 à Convenção de Gramido*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.
- PHILLIPS, Estelle M.; PUGH, D. S. – *Como preparar um mestrado ou doutoramento: um manual prático para estudantes e seus orientadores*. S.l.: Lyon Edições, S.d.
- PIMENTA, Carlos – *Os Salários em Portugal*. Lisboa: Caminho, 1989. (Coleção Universitária, 38).
- PIMENTEL, Alberto – *O Porto há trinta anos*. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1893.
- PIMENTEL, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Anotações ao Código de Comércio Português*. 2ª edição. Tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.
- PIRES, António Machado – *O século XIX em Portugal: cronologia e quadro de gerações*. Amadora: Livraria Bertrand, 1975.
- PONA, António Pereira de Paiva e – *Arte de Tachygraphia*. Porto: Typographia Nacional, 1876.
- PORTO. Arquivo Distrital - *Guia do Arquivo Distrital do Porto: uma experiência de tratamento documental – 1990/92*. Porto: ADP, 1993.
- PORTO. Instituto Politécnico. *Util 1: como organizar currículos, projectos, teses, trabalhos, relatórios, bibliografias*. Porto: IPP-Serviços de Documentação e Publicações, 1996.
- PROENÇA, Maria Cândida – *A Independência do Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999.
- PROENÇA, Maria Cândida – *A Reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- PROENÇA, Maria Cândida (Coord.) – *O Sistema de ensino em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro – *Da Reconciliação à Queda da Monarquia*. REIS, António (Dir.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- QUEIROZ, Carlos Sanches de – *A Aula do Comércio. A Aula do Comércio: nas comemorações do bicentenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.
- QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc – *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998. ISBN-972-662-275-1.
- RAMOS, Luís A de Oliveira – *Da Ilustração ao Liberalismo: temas Históricos*. Porto: Lello & Irmão Editora, 1979.
- RAMOS, Luís A de Oliveira (Dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.
- RATTON, Jácome – *Recordações*. Lisboa: S.n., 1813.
- REIS, António do Carmo – *A Imprensa do Porto Romântico (1836-1850): Cartismo e Setembrismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- REIS, Jaime – *O Analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada. Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- RIBEIRO, Joaquim Torcato Alvares – *Discurso recitado na Academia Politécnica do Porto na abertura do ano lectivo de 1846 para 1847*. Porto: Livraria Alvares Ribeiro, 1847.
- RIBEIRO, Jorge; CONRADO, Júlio – *Lisboa: as lojas de um tempo ao outro*. 1º vol. (1994), 2º vol. (1997). Lisboa: Editorial Notícias.
- RIBEIRO, José Lopes – *O Edifício da Faculdade de Ciências: quatro séculos de retratos institucionais*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências, 1871-1889. (Tomo I – 1871; Tomo II – 1872; Tomo II. – 1873; Tomo IV – 1874; Tomo V – 1876; Tomo VI – 1876; Tomo X – 1882; Tomo XI – 1883; Tomo XII – 1884; Tomo XIV – 1885; Tomo XVII – 1892;).

- ROCHA, Idorindo Vasconcelos – O Carvão numa economia nacional: o caso das Minas do Pejão. Porto: FLUP, 1997. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- RODRIGUES, Adriano Duarte – *As Técnicas da comunicação e informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- RODRIGUES, Carlos Eduardo Teixeira – *Breve história da contabilidade e da auditoria: um contributo ao estudo e busca das raízes deste ramo do conhecimento humano*. Porto: ISCAP, 1997. Trabalho de fim de Curso de Estudos Superiores Especializados em Auditoria.
- ROSADO, Ribeiro – *Manual do processo commercial*. 3ª edição. S.l.: S.n., 1882.
- ROWLAND, Robert – Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *História da expansão portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas & Debates, S. d.
- ROWLAND, Robert – O Problema da emigração: dinâmicas e modelos. *História da expansão portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas & Debates, S. d.
- ROWLAND, Robert – Portugueses no Brasil: projectos e contextos. *História da expansão portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas & Debates, S. d.
- S., J. M. P. e – *Postilla do Commercio*. Paris: Na Officina Typographica de Firmin Didot, 1817.
- S., M. A. – *Novo secretario universal commercial portuguez*. Lisboa: José Joaquim Bordalo, 1891.
- SÁ, António Lopes de – *História geral das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.
- SÁ, Artur Moreira de – *O Porto e a cultura nacional nos sécs. XII e XIII*. Lisboa: S.n., 1968.
- SÁ, B. Moreira de – *Guia de correspondencia e escripturação commercial*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1878.
- SÁ, Eduardo Alves de – *Primeiras explicações do Código Comercial Português de 1888*. Vol. I. Lisboa: Tipografia de Cristóvão A Rodrigues, 1888.
- SÁ, Ricardo de – *Vocabulario de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez*. Lisboa: La Becarre, 1889.
- SÁ, Victor de – *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SÁ, Victor de – *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- SANTANA, Francisco Gingeira – A Aula do Comércio. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. S.d. Vol. I (atualização).
- SANTANA, Francisco Gingeira – *Contributo para um dicionário de professores e alunos das aulas de comércio*. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa, 1974.
- SANTANA, Francisco Gingeira – *Documentos do cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1976.
- SANTANA, Francisco Gingeira – Fontes para o estudo dos primórdios do ensino do comércio. *Encontro da História da Educação em Portugal*. 1º. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- SANTA-RITA, Augusto de – *De Marçano a milionário*. Lisboa: Edições Europa, 1937.
- SANTOS, Cândido dos – A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas. *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*. (Actas do colóquio organizado por ALMODOVAR, António; ALVES, Jorge Fernandes; GARCIA, Maria do Pilar). Porto: Palácio da Bolsa, 1996.
- SANTOS, Cândido dos – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Univ. do Porto, 1996.
- SANTOS, Eugénio dos – *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses, 2000.
- SANTOS, Luís M. dos – *Tratado de contabilidade commercial*. Rio de Janeiro, Lisboa: Editora-Empreza Literaria Fluminense, 1893.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988. (Métodos, n.º 26).
- SANTOS, Maria José Moutinho – *O Ensino nas prisões: o exemplo da cadeia da Relação do Porto no séc. XIX*. Porto: FLUP, 1993. (Separata da Revista da Faculdade de Letras. IIª Série, Vol. XX, 1993).
- SANTOS, Rogério – *Olhos de boneca: uma história das telecomunicações 1880-1952*. Lisboa: Ed. Colibri, Portugal Telecom, 1999.

- SARAIVA, António Fernando Martins Garcia – *A Formação profissional enquanto investimento em capital humano: contextualização técnica, metodologia de avaliação do seu impacto económico e evidência empírica portuguesa*. Porto: Faculdade de Economia, 1997.
- SARAIVA, José Hermano – *História concisa de Portugal*. 1978.
- SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*. Vol. 5 e 6. Lisboa: Publicações Alfa, 1983.
- SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista. História do Porto*. RAMOS, Luís A Oliveira (Dir.). Porto: Porto Editora, 1994.
- SÉRGIO, António – *Antologia dos economistas portugueses do século XVII*. Lisboa: S.n., 1924.
- SERRÃO Joel; MARTINS, Gabriela – *Da Indústria portuguesa: do Antigo Regime ao capitalismo*. Lisboa: S.n., 1978.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Universidade Técnica de Lisboa: primórdios da sua história*. Vol. I. Lisboa: UTL, 1980.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: a instauração do liberalismo (1807-1832)*. Vol. VII. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: a Primeira República (1910-1926)*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: a Primeira República (1910-1926)*. Vol. XII. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: a queda da monarquia (1890-1910)*. Vol. X. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. Vol. VIII. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: o despotismo iluminado (1750-1807)*. Vol. VI. Lisboa: Editorial Verbo, S.d.
- SERRÃO, Joel – *Estrutura social, ideologias e sistema de ensino. Sistema de ensino em Portugal*. SILVA, M.; TAMEN, M. Isabel (Coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- SERRÃO, Joel – *Temas oitocentistas: para a história de Portugal no século passado, I e II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Lisboa: Presença, 1991.
- SIDERI, Sandro – *Comércio e poder*. Lisboa: S.n., 1978.
- SILBERT, Albert – *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- SILBERT, Albert – *Portugal na Europa oitocentista*. Lisboa: Edições Salamandra, 1998. ISBN-972-689-130-2.
- SILVA, Fernando Vieira Gonçalves da – *A Regulamentação legal da escrituração mercantil*. Lisboa: S.n., 1938.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos. História do Porto*. RAMOS, Luís Oliveira (Dir.). Porto: Porto Editora, 1994.
- SILVA, J. F. Azevedo e - *Comentário ao novo Código Comercial Português*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1888.
- SILVA, J. F. Azevedo e - *Estudos de Direito Commercial*. Lisboa: Biblioteca da Revista de Direito, 1906.
- SILVA, Manuela; TAMEN, M. Isabel (Coord.) – *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *História da colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- SILVA, Paulo Jorge de Sousa Santos; PEREIRA, Gaspar Martins – *a vida associativa nos anos de ouro. Quotidiano e grandes realizações. Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994)*. PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (Coord.). Porto: ACP, 1995.
- SILVEIRA, J. Fontana da – *Como triunfar no comércio: conselhos úteis a patrões e empregados*. Porto: Livraria Escolar Progredior, 1942.
- SOUSA, Fernando de – *A População portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979.

- SOUSA, Fernando de – *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: INE, 1995. ISBN-972-673-129-1.
- SOUSA, Fernando de – *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa Jornal de Notícias, 1988.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes – *A Associação Industrial Portuense: para a história do associativismo empresarial*. Porto: Associação Industrial Portuense, Câmara de Comércio e Indústria, 1997.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge; PEREIRA, Gaspar Martins; RIBEIRO, Jorge – *O Arquivo do Governo Civil do Porto*. Porto: Ed. Cândido Rocha, 1988.
- SOUSA, Ivo Carneiro de – *Aritmética comercial e cultura mercantil no séc. XVI: hipóteses para uma investigação*. (Provas de Aptidão Pedagógica).
- SOUSA, Jaime Rios de – *Faculdade de Ciências do Porto: 1762-1803, 1837-1911*. Porto: S.n., 1969.
- SOUSA, José Fernandes – *Luca Pacioli (1447-1517): alguns aspectos da vida e da obra no quinto Centenário da publicação do 1º Tratado impresso de Contabilidade*. Actas das V Jornadas de Contabilidade realizadas no Porto, de 9 a 12 de Novembro de 1994. Porto: ISCAP, 1995.
- SOUSA, José Ferreira Marnoco e – *Economia nacional*. França: Amado Ed. 1909.
- TAVARES, Amândio Faustino Ferreira – *A influência de Jaime Lopes Amorim no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1999. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria.
- TEIXEIRA, Alfredo Luís Portocarrero Pinto – *Contributos para a definição do perfil do Contabilista dos anos 90*. Porto: ISCAP, 1995. (Trabalho de fim de CESE em Contabilidade e Administração)-
- TENGARRINHA, José – *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.
- TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Editorial, 1989.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.); MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Quinto volume. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre – *A Revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto: Paisagem Editora, 1984.
- TRATADO de Contabilidade civil e escrituração mercantil. Porto: Na Typographia de Sebastião José Pereira, 1860.
- TRATADO sobre as Partidas Dobradas... Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1792.
- VALE – *Calculo dos câmbios de Portugal com varas praças estrangeiras*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1792.
- VALENTE, Vasco Pulido – *O Estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1973.
- VALENTE, Vasco Pulido – *Uma educação burguesa...: notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- VEIGA, Manoel Luis da – *Novo methodo das partidas dobradas, para uso daquelles que não tiverem frequentado a Aula do Commercio*. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1803.
- VIEIRA, António Soares – *Luz universal da arithmetica...* Lisboa: Na Offic. de Miguel Manescal da Costa, 1763.
- VIEIRA, Joaquim – *Portugal século XX: 1900-1910*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. ISBN-972-42-1909-7.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

- BESSA, Alberto - *Enciclopédia do comerciante e do industrial*. Porto: Livraria Portuense, 1915.
- BORGES, José Ferreira - *Diccionario juridico-commercial*. Porto: Typ. De Sebastião José Pereira, 1856.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vols. I, II., IV, V, VII, VIII, IX, XI, XII, XXII, XXX, XXXII e XXXIII. Lisboa: Editorial Enciclopédia, S.d.
- LEMONS, Maximiano - *Enciclopédia portuguesa ilustrada: dicionário universal*. Vol. I, II, II., V e VI. Porto: Lemos & Cª Sucessor, S.d.
- LISBOA, Eugénio (Coord.) - *Dicionário cronológico de autores portugueses*. Vols I, II e II. Lisboa: Publicações Europa-América, S.d..
- ROCHA, Ilídio (Coord.) - *Dicionário cronológico de autores portugueses*. Vol. IV. Lisboa: Publicações Europa-América, S.d.
- ROQUETE, J. I.; FONSECA, José da - *Dicionário dos sinónimos poético e de epítetos da língua portuguesa*. Paris: Em casa de Aillaud, S.d.
- SANTOS, Maria Alice Moreira dos - *Dicionário de provérbios, adágios, ditados, máximas, aforismos e frases feitas*. Porto: Porto Editora, 2000.
- SERRÃO, Joel (Dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas., S.d.
- SILVA, Inocêncio Francisco da - *Dicionário bibliográfico português (1854-1914)*. 21 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- SILVEIRA, J. Fontana da - *Dicionário Comercial: teórico, prático e ilustrado*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1945.

NORMAS

NORMAS INTERNACIONAIS

ISO 5966-1982 (F) - Documentação - Apresentação de relatórios científicos e técnicos.

ISO 7144-1986 (F) - Documentation - Présentation des thèses et documents assimilés.

NORMAS PORTUGUESAS

NP 139 (1964) - Publicações Periódicas. Abreviaturas dos títulos.

NP 2023 (1986) - Documentação. Numeração Internacional Normalizada de Publicações em Série. (ISSN)

NP 405-1. 1994 - Informação e Documentação - Referências Bibliográficas de documentos impressos.

NP 419 - 1966 - Apresentação de artigos em publicações periódicas.

NP 950 (1984) - Tratamento da Informação. Escrita numérica de datas.

PORTUGAL. Ministério da Indústria e Energia. Instituto da Qualidade. NP 405 (Norma Portuguesa para Referências Bibliográficas). Lisboa: Instituto Português de Qualidade. 1997)

ABREVIATURAS

Sentindo a necessidade, por economia de espaço, de abreviar algumas expressões frequentemente surgidas nos textos, quadros, gráficos e notas de rodapé, apresentam-se, seguidamente, e por ordem alfabética, as mais utilizadas:

-	- Não existe (em quadros estatísticos); a, até (na citação de páginas e datas).
AACP	- Arquivo da Associação Comercial do Porto
Abr.	- Abril
ADP	- Arquivo Distrital do Porto
AGCP	- Arquivo do Governo Civil do Porto
Ago.	- Agosto
APP	- Academia Politécnica do Porto
ARMC	- Academia Real da Marinha e do Comércio
Artº	- Artigo
BPMP	- Biblioteca Pública Municipal do Porto
Cfr.	- Confronte. Confira
Dec.-Lei	- Decreto-Lei
Dez.	- Dezembro
Ed.	- Edição
Fev.	- Fevereiro
Fig.	- Figura
Ibidem	- O mesmo autor e a mesma obra
ICP	- Instituto Comercial do Porto
Idem	- O mesmo autor
IICP	- Instituto Industrial e Comercial do Porto
ISBN	- International Standard Book Number
ISCAP	- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Jan.	- Janeiro
Jul.	- Julho
Jun.	- Junho
Mar.	- Março
ME	- Ministério da Educação
MOPCI	- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
Nº	- Número
Nov.	- Novembro
Obs.	- Observações
Off.	- Oficina
Op. Cit.	- Obra citada
Out.	- Outubro
p.	- Página
pp.	- Páginas
S.d.	- Sem data
S.l.	- Sem local
S.n.	- Sem nome
Set.	- Setembro
T.	- Tomo
Tip.	- Tipografia
Vol.	- Volume
X	- Não apurado

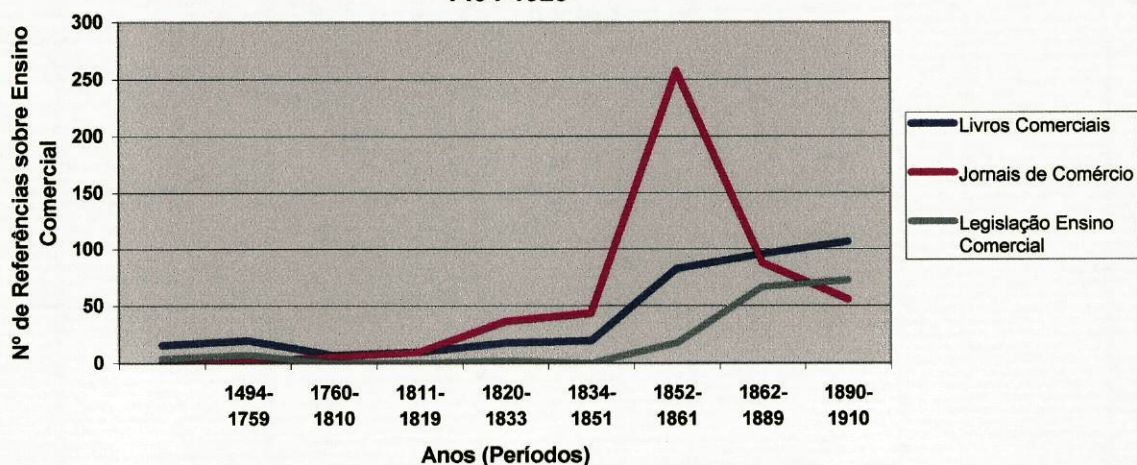
ANEXOS

- Mapas, Quadros e Gráficos (Anexos A a D)
- Lista da Legislação do Ensino Comercial: 1755-1920 (Anexo E)

FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE ENSINO COMERCIAL (1494-1920) ANEXO A

	Período	Livros Comerciais	Jornais de Comércio	Legislação Ensino Comercial
1494-1759	Antes da Criação da Aula do Comércio	16	0	4
1760-1810	Antes da dominação estrangeira	20	1	7
1811-1819	Dominação estrangeira	7	6	0
1820-1833	Lutas Liberais	10	10	0
1834-1851	Período Cartista e Setembrista	18	37	2
1852-1861	Regeneração	20	44	0
1862-1889	Reinado D. Luiz I	83	258	18
1890-1910	Crise e decadência da Monarquia	96	88	67
1911-1920	1ª República	107	56	73
1494-1920		377	500	171

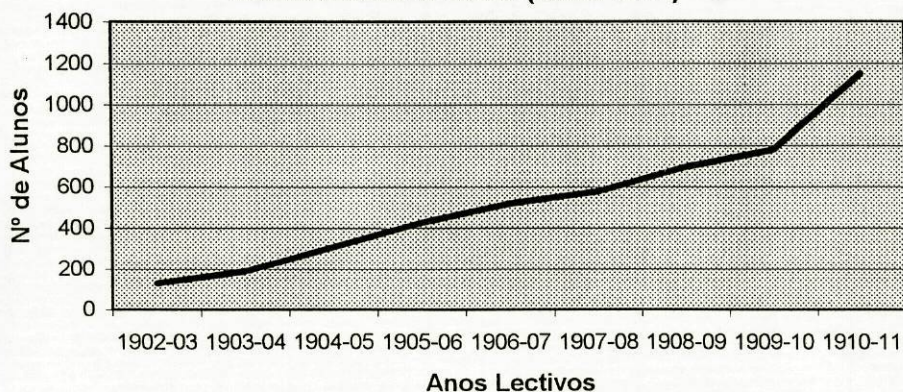
**Fontes de Informação sobre Ensino Comercial
1494-1920**



ESCOLA PRÁTICA COMERCIAL RAÚL DÓRIA
Relação de Alunos Matriculados (1910-11 / 1911-12)
ANEXO B

Alunos Matriculados																		
Cursos	1910			1911				Total	1911			1912						Total
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.		Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	
Preparatório	14	4	-	4	-	-	1	23	17	4	1	3	3	3	1	-	-	32
Elementar	15	16	-	1	-	1	-	33	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Complementar	4	9	1	1	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarda-Livros	75	-	-	9	4	4	2	94	79	38	6	10	5	3	3	2	2	148
Secundário de Comércio	3	-	-	-	-	-	-	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Alunos Livres	28	-	1	6	6	8	1	50	14	13	7	9	12	10	7	6	4	82
Empregado de Escritório	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
TOTAL	139	29	2	21	11	13	4	219	116	56	14	22	20	18	11	8	6	271
Frequência de Aulas																		
Português	81	21	1	14	4	6	3	130	69	28	3	10	6	8	4	3	2	133
Francês	104	25	1	18	6	6	4	164	102	45	10	16	10	10	5	2	3	203
Inglês	65	6	-	5	5	1	-	82	68	27	7	8	4	6	4	-	-	124
Alemão	7	1	-	-	-	-	-	8	10	1	-	-	1	-	-	-	-	12
Escrituração	125	26	2	20	9	11	6	199	108	50	12	22	15	16	11	5	9	248
Contabilidade	87	20	1	16	5	6	4	139	96	46	8	16	10	12	4	5	3	200
Cálculo Comercial	16	1	-	-	-	-	-	17	13	4	-	1	-	-	-	-	1	19
Caligrafia	107	22	1	19	6	9	3	167	98	47	9	14	13	13	8	4	3	209
Dactilografia	79	16	1	12	6	5	2	121	71	39	5	12	5	6	5	3	2	148
Estenografia	22	1	-	3	1	-	-	27	31	10	1	2	-	-	-	-	1	45
Direito Comercial	9	-	-	-	-	-	-	9	12	8	1	1	-	-	-	-	1	23
Economia Política	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	1	-	-	-	-	-	-	8
Direito Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Geografia Económica	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	11
História Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	702	139	7	107	42	44	22	1 063	699	306	57	102	64	71	41	22	26	1 388

**Relação de Alunos matriculados na Escola Prática
Comercial Raúl Dória (1902-1911)**



MOVIMENTO DE ALUNOS DA ACADEMIA POLITÉCNICA DO PORTO
(1837-1838 / 1880-81) - ANEXO C

Anos Lectivos	Alunos Matriculados Contados		Aprovados	Reprovados	Não Examinado	Alunos Distintos com		Total dos distintos por cadeiras	Observações
	Indivualmente	Por cadeira				Prémio accessit	Menção honrosa		
1837-38*	120	163	123a)	-	40b)	-	-	-	* Não houve exames; o n.º a) representa os habilitados para gosarem da dispensa de exame, e o n.º b) os não habilitados.
1838-39	112	177	121	3	53	8	-	8	
1839-40	88	139	97	8	34	6	-	15	
1840-41	60	105	81	1	23	7	-	16	
1841-42	46	81	58	4	19	5	11	16	
1842-43	54	101	63	5	33	6	-	14	
1843-44	68	110	77	4	29	8	16	24	
1844-45	81	146	86	3	57	1	12	13	
1845-46	82	142	91	4	47	3	-	6	
1846-47*	39	60	-	-	-	-	-	-	* Não houve frequência por motivos políticos
1847-48	71	125	67	1	58	5	10	15	
1848-49	76	149	95	2	52	6	11	17	
1849-50	103	189	111	1	77	6	10	16	
1850-51*	91	165	145a)	-	20b)	-	-	-	
1851-52*	90	172	147a)	-	25b)	-	-	-	
1852-53	129	221	157	4	60	6	14	20	
1853-54	129	245	184	2	59	11	14	25	
1854-55	133	261	189	3	69	8	20	28	
1855-56	158	296	172	7	117	8	12	20	
1856-57	132	253	154	9	90	9	13	22	* Não houve exames; o n.º a) representa os habilitados para gosarem da dispensa de exame, e o n.º b) os não habilitados.
1857-58	119	223	148	5	71	11	17	39	
1858-59	158	321	188	14	119	12	17	32	
1859-60	193	395	183	15	197	15	24	46	
1860-61	248	462	240	28	194	16	25	46	
1861-62	182	321	195	18	108	16	29	54	
1862-63	142	283	185	8	92	16	23	42	
1863-64	117	237	165	-	73	14	19	38	
1864-65	100	224	154	-	70	16	22	50	
1865-66	91	199	160	1	38	17	20	45	
1866-67	76	177	137	1	39	9	23	38	N.º de cartas de capacidades conferidas - 85
1867-68	92	211	188	1	22	14	20	49	
1868-69	117	247	215	5	30	7	29	40	
1869-70	91	193	166	1	26	9	21	40	
1870-71	90	204	191	-	14	7	9	16	
1871-72	98	221	196	-	25	14	10	25	
1872-73	109	227	208	2	17	4	14	30	
1873-74	107	246	230	1	23	3	13	25	
1874-75	88	235	223	-	15	6	13	38	
1875-76	101	256	215	4	37	2	18	28	
1876-77	95	256	241	7	11	-	19	41	N.º de cartas de capacidades conferidas - 85
1877-78	102	244	187	18	42	2	14	22	
1878-79	113	285	205	23	58	1	9	9	
1879-80	121	303	232	9	73	2	13	28	
1880-81	149	359	255	8	99	1	20	31	
TOTAL	4 761	9 629	6 925	230	2 455	317	613	216	1 146

Cfr. Annuário da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880 (Terceiro Anno). Porto: Typographia Central, 1880, pp. 244-247.

Cfr. Annuário da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1880-1881 (Terceiro Anno). Porto: Typographia Central, 1881, pp. 113-123.

**- ALUNOS DA ACADEMIA POLITÉCNICA DO PORTO -
MATRICULAS POR CADEIRAS
(1837-1838 / 1881-82)
ANEXO D**

Anos Lectivos	Cadeiras													Total	Cartas Conferidas	Fontes
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º			
1837-38	29	14	-	2	-	-	-	48	-	65	-	-	-	163	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 250-251.
1838-39	19	7	2	18	-	1	37	9	34	47	3	-	-	177	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 252-253.
1839-40	8	7	4	11	2	4	27	7	33	30	6	-	-	139	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 254-255.
1840-41	8	2	3	8	4	1	21	3	23	27	5	-	-	105	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 256-257.
1841-42	7	2	-	5	1	1	25	4	15	19	2	-	-	81	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 258-259.
1842-43	16	2	1	14	1	1	17	2	26	13	8	-	-	101	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 260-261.
1843-44	22	-	1	11	3	-	23	4	22	20	4	-	-	110	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 262-263.
1844-45	18	4	1	24	2	-	35	6	26	20	10	-	-	146	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 264-265.
1845-46	41	1	2	31	2	-	19	4	20	15	7	-	-	142	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 266-267.
1846-47	15	3	-	12	-	2	9	5	10	4	-	-	-	60	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 268-269.
1847-48	35	6	2	36	-	-	3	10	11	12	11	-	-	125	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 270-271.
1848-49	39	3	5	29	7	-	9	13	20	11	13	-	-	149	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 272-273.
1849-50	46	2	5	34	-	-	28	15	24	17	18	-	-	189	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 274-275.
1850-51	36	7	5	38	-	-	14	17	20	12	16	-	-	165	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 276-277.
1851-52	40	2	7	33	1	-	12	23	26	13	15	-	-	172	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 278-279.
1852-53	55	4	5	43	3	-	28	22	30	16	15	-	-	221	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 280-281.
1853-54	57	4	5	56	2	-	17	23	32	31	18	-	-	245	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 282-283.
1854-55	61	7	3	67	1	-	26	24	24	26	22	-	-	261	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 284-285.
1855-56	63	2	5	48	1	-	32	34	53	43	15	-	-	296	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 286-287.
1856-57	59	8	5	53	3	-	25	23	38	31	8	-	-	253	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 288-289.
1857-58	40	2	9	33	2	-	28	30	28	45	6	-	-	223	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 290-291.
1858-59	93	4	7	47	1	-	31	9	63	46	8	12	-	321	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 292-293.
1859-60	130	5	9	68	2	-	13	31	64	58	10	5	-	395	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 294-295.
1860-61	167	7	11	63	4	-	37	27	76	53	10	7	-	462	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 296-297.
1861-62	88	8	11	25	3	-	34	33	57	54	4	4	-	321	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 298-299.
1862-63	58	15	12	29	2	-	32	30	63	63	4	5	-	283	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 300-301.
1863-64	41	7	17	30	5	-	25	25	36	38	1	12	-	237	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 302-303.
1864-65	27	11	17	32	6	-	44	27	17	32	3	8	-	224	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 304-305.
1865-66	36	5	16	24	7	-	36	14	28	23	1	9	-	199	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 306-307.
1866-67	29	5	12	27	4	-	32	23	22	14	4	5	-	177	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 308-309.
1867-68	20	4	9	20	6	-	21	56	39	31	1	4	-	211	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 310-311.
1868-69	16	7	10	15	4	-	47	59	49	30	3	7	-	247	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 312-313.
1869-70	12	3	6	17	1	-	38	29	33	45	2	3	4	193	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 314-315.
1870-71	5	2	3	14	6	-	30	50	46	33	3	2	7	204	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 316-317.
1871-72	9	1	5	12	1	-	42	51	45	39	1	8	7	221	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 318-319.
1872-73	12	1	1	7	-	-	36	66	64	32	3	4	1	227	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 320-321.
1873-74	27	3	1	17	2	-	51	48	35	52	3	5	2	246	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 322-323.
1874-75	17	3	19	-	-	-	42	45	43	28	1	18	2	235	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 324-325.
1875-76	8	4	7	21	3	-	57	54	39	34	1	14	4	256	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 326-327.
1876-77	6	4	3	23	6	-	63	35	36	50	-	7	11	256	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 328-329.
1877-78	15	4	4	29	4	-	32	47	47	41	-	10	11	244	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 330-331.
1878-79	15	6	3	25	4	-	37	63	67	40	-	18	7	285	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 332-333.
1879-80	17	5	6	24	5	-	62	54	66	50	2	22	7	303	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1879-1880. pp. 334-335.
1880-81	21	3	6	30	4	-	77	64	70	65	2	13	7	362	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1880-1881. pp. 113-123.
1881-82	30	7	4	37	1	-	60	66	71	66	4	16	7	369	-	Cfr. Anuario da Academia Polytechnica do Porto: anno lectivo 1881-1882. pp. 177-182.
TOTAL																

* - Não houve frequência por motivos políticos (Revolução Poular de 9 de Outubro).

A 12ª Cadeira foi criada pela Lei de 15 de Julho de 1857.

A 13ª Cadeira foi criada pelo Artº 35º, do Decreto de 31 de Dezembro de 1868, considerado em vigor pela Lei de 2 de Setembro de 1869.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL

(Anexo E)

LEGISLAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL

Data	Norma	Descrição
1755.09.30	Decreto	Aprova os Estatutos da Junta do Comércio.
1756.12.12	Alvará	Promulgação dos Estatutos da Junta do Comércio.
1757.11.14	Alvará	Alteração aos Estatutos da Junta do Comércio.
1757.12.13		Estatutos dos Mercadores de Retalho.
1758.07.29	Alvará	Interdição ao comércio particular, aos comerciantes que serviram a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão.
1759.04.19	Alvará	Confirmação dos Estatutos da Aula do Comércio.
1761.03.07	Carta de Lei	Criação e Estatutos do Real Colégio dos Nobres. ¹
1770.08.30	Carta de Lei	Habilitações da Aula do Comércio. ²
1779.08.05	Carta de Lei	Criação da Academia Real da Marinha para um curso de Matemática.
1779.12.24	Carta de Lei	Criação da Academia Real das Ciências de Lisboa.
1782.12.14	Carta de Lei	Criação da Academia dos Guardas-Marinhas.
1793.06.03	Alvará	Extinção do ofício de Provedor e criação do Intendente e nova Contadoria.
1796.04.01	Carta de Lei	Estatutos da Real Academia dos Guardas-Marinhas.
1798.06.06	R. Régia	Habilitações dos alunos da Academia Real da Marinha.
1800.01.08	R. Régia	Alteração dos Estatutos da Real Academia dos Guardas-Marinhas.
1802.04.01	R. Régia	Criação de uma biblioteca para uso dos Guarda-Marinhas da Real Armada. ³
1803.02.03	Alvará	Academia Real do Porto. ⁴
1803.02.09	Alvará	Criação da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto. ⁵
1803.07.29	Alvará	Estatutos da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto. ⁶
1803.10.07	R. Régia	Criação de uma Aula de Matemática na Brigada Real da Marinha. ⁷
1821.03.31	Decreto	Regulamenta as habilitações para leccionação na Academia Real da Marinha. ⁸
1822.07.26	Decreto	Regulamenta a nomeação dos lentes na Academia da Marinha de Lisboa. ⁹
1825.08.16	Alvará	Algumas providências para o bom funcionamento da Academia Real da Marinha. ¹⁰
1825.11.03	R. Régia	Regula a equivalência das cadeiras na Real Academia do Exército e da Marinha. ¹¹
1825.11.12	R. Régia	Sobre a documentação que deve acompanhar os alunos da Academia Real da Marinha nos finais dos cursos. ¹²
1833.09.17	Decreto	Organização das Alfândegas. ¹³
1835.08.11	Decreto	Cria as Escolas Nacionais Primárias de Lisboa e Porto.
1835.09.07		Regulamento geral da Instrução Primária.
1835.11.07	Decreto	Cria o Instituto das Ciências Físicas e Matemáticas. ¹⁴
1836.11.15	Decreto	Plano da Instrução Pública. ¹⁵
1836.11.17	Decreto	Reforma de Passos Manuel. Aprova o Plano dos Liceus Nacionais. ¹⁶

¹ *Colecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelíssimo D. José I desde o anno de 1761 até o de 1769.* Tomo II. Lisboa: Officinas António Rodrigues Galhardo, 1793. p.1.

² Importância da matricula de negociantes de Lisboa e o acesso a empregos públicos mediante a aprovação da Aula do Comércio. Cfr. *Colecção de Legislação Portuguesa*, 1829. pp. 491-495.

³ *Colectânea de Legislação*. 1988. p. 94.

⁴ Criação na Cidade do Porto de Aulas de Matemática, de Comércio, das Línguas Inglesa e Francesa, a juntar às já criadas Aulas de Náutica e de Desenho. Cfr. *Colecção de Legislação Portuguesa*, 1826. pp.148-149.

⁵ CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. pp. 517-518.

⁶ *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1826. pp. 232-242.

⁷ *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1826. p. 243.

⁸ *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1843. pp. 22-23.

⁹ *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1843. p. 197.

¹⁰ *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1843. pp. 24-27.

¹¹ *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1843. pp. 36-37.

¹² *Colecção de Legislação Portuguesa*. 1843. p. 40.

¹³ PIMENTEL, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Anotações ao Código de Comércio Português*. Tomo VI. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866. p.5.

¹⁴ PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1835-1869*. Tomo I, Vol. I. Lisboa: M. E., 1989. p.12.

¹⁵ *Idem. Ibidem*. p.37.

¹⁶ *Idem. Ibidem*. p.42.

1836.12.05	Decreto	Aprova o Plano de Estudos dos Cursos superiores da Universidade de Coimbra. ¹⁷
1837.01.11	Decreto	Criação da Escola Politécnica de Lisboa. ¹⁸
1837.01.13	Decreto	Reforma da Academia Real da Marinha e Comércio. ¹⁹
1837.01.13	Decreto	Criação da Academia Politécnica do Porto. ²⁰
1840.12.15	Portaria	Determina o encerramento das Escolas Politécnicas de Lisboa, Porto e Escola do Exército. ²¹
1844.09.20	Decreto	Reforma de Costa Cabral. Reforma da Instrução Pública. ²²
1845.08.13	Portaria	Sobre a Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa.
1845.11.10	Decreto	Regulamento do Conselho Superior da Instrução Pública. ²³
1846.07.11	Portaria	Aprova normas de funcionamento da Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa. ²⁴
1846.10.03	Portaria	Sobre a Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa.
1848.10.11	Decreto	Sobre a Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa.
1850.12.20	Decreto	Regulamento das Escolas de Instrução Primária.
1852.11.28	Portaria	Solicita aos Governadores Civis informações sobre o estado de instrução elementar dos operários das fábricas. ²⁵
1852.12.16	Decreto	Regulamenta o ensino agrícola em Portugal e cria as primeiras escolas. ²⁶
1852.12.30	Decreto	Criação de Escolas Industriais em Lisboa e Porto. ²⁷
1853.12.01	Regulamento	Regulamento provisório para o Instituto Industrial de Lisboa e Escola Industrial do Porto. ²⁸
1857.07.15	Lei	Cria na Academia Politécnica do Porto, uma cadeira de Economia Política e outra de Direito Comercial e Administrativo. ²⁹
1859.06.07	Lei	Reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. ³⁰
1859.11.25		Regulamento Provisório do Instituto Industrial de Lisboa. ³¹
1860.04.10	Decreto	Reforma de Fontes Pereira de Melo. Regulamento para os Liceus Nacionais. ³²
1860.12.31	Portaria	Nomeia uma comissão para examinar o edifício da Academia Politécnica do Porto e informar quais as obras que se devem ali fazer e que escolas podem lá ficar colocadas. ³³
1861.08.22	Lei	Diz que não é considerado negociante por grosso aquele que só vende a retalho, ainda que importe em pequena escala géneros nacionais ou estrangeiros.
1862.07.09	Portaria	Regulamenta equivalências entre cadeiras da Escola de Comércio e dos Liceus. ³⁴
1863.09.09	Decreto	Reforma de Anselmo Brancamp
1864.12.20	Portaria	Regulamenta o ensino industrial em Lisboa, Porto, Guimarães, Covilhã e Portalegre. ³⁵
1866.10.09	Decreto	Regulamenta a Escola de Comércio de Lisboa. ³⁶
1868.12.31	Decreto	Reforma a Instrução Pública. ³⁷
1869.09.02	Lei	Suspende a execução do Decreto de 31.12.1868, que reforma a Instrução Pública. ³⁸
1869.12.20	Portaria	Declara quais são as lojas que precisam de licença para poderem estar abertas depois da hora de recolher.
1869.12.30	Decreto	Reforma do Ensino Industrial e Comercial. ³⁹

¹⁷ *Idem. Ibidem.* p. 56.

¹⁸ *Colecção de Leis e outros documentos oficiais.* 1837. pp. 52-61.

¹⁹ *Colecção de Leis e outros documentos oficiais.* 1837. p. 69.

²⁰ *Idem. Ibidem.* pp. 94-96. Substitui Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto.

²¹ *Colecção de Leis e outros documentos oficiais.* 1840. p. 146.

²² Conhecida pela Reforma de Costa Cabral. Define o Ensino Primário, Secundário, Liceal, Particular, Normal e Superior.

²³ *Diário do Governo* de 20 de Setembro de 1845, n.º274.

²⁴ *Colecção de Leis e Decretos.* 1838-1851. pp. 281-282.

²⁵ *Diário do Governo* de 11 de Dezembro de 1852, n.º293.

²⁶ PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1835-1869.* Op. Cit. p. 167.

²⁷ *Diários do Governo* de 1 e 3 de Janeiro de 1853, n.ºs 1 e 2.

²⁸ *Diário do Governo* de 13 de Dezembro de 1853, n.º293.

²⁹ *Diário do Governo* de 22 de Julho de 1857, n.º170.

³⁰ *Diário do Governo* de 5 de Julho de 1859, n.º155.

³¹ *Diário de Lisboa* de 29 de Dezembro de 1851, n.º51.

³² PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1835-1869.* OP. Cit. p. 241.

³³ *Diário de Lisboa* de 11 de Janeiro de 1861, n.º9.

³⁴ *Diário de Lisboa* de 12 de Julho de 1862, n.º154.

³⁵ *Diário de Lisboa* de 2 de Janeiro de 1865, n.º1.

³⁶ *Diário de Lisboa* de 19 de Outubro de 1866, n.º238.

³⁷ *Diário do Governo* de 1868, n.º11 de 15 de Janeiro de 1869.

³⁸ *Diário do Governo* de 1869, n.º200, de 4 de Setembro de 1869.

³⁹ *Diário do Governo* de 3 de Janeiro de 1870, n.º1.

1870.06.15	Decreto	Torna livre o estabelecimento de escolas para o ensino das matérias de Instrução Superior, Secundária e Primária.
1870.06.22		Criação do Ministério dos Negócios da Instrução Pública.
1870.08.03	Decreto	Cria o Instituto de Educação do sexo feminino. ⁴⁰
1870.08.05	Decreto	Organiza o Curso do Comércio professado no Instituto Industrial de Lisboa. ⁴¹
1870.08.05	Decreto	Altera o Currículo do Instituto Industrial do Porto. ⁴²
1870.08.16	Decreto	Reforma da Instrução Primária. ⁴³
1870.11.25	Decreto	Reforma do Bispo de Viseu.
1872.05.23	Decreto	Nomeia alguns membros da comissão encarregada de rever a Legislação Comercial.
1872.09.18	Decreto	Aprova o regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ⁴⁴
1872.09.23	Decreto	Reforma de Rodrigues Sampaio.
1873.03.31		Regulamento para os Liceus Nacionais. ⁴⁵
1873.06.02	Decreto	Regulamento da Academia Politécnica do Porto. ⁴⁶
1878.01.16	Portaria	Ordena que os fundos a cargo do oficial pagador do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sejam guardados em cofre de três chaves, e que o livro de caixa seja conferido todos os dias.
1878.05.02	Lei	Reforma e reorganiza o Ensino Primário. ⁴⁷
1879.09.30	Decreto	Regulamenta o ensino no Instituto Industrial de Lisboa. ⁴⁸
1880.06.11	Lei	Modifica, altera e acrescenta a Lei da Reforma e reorganização do Ensino Primário de 2 de Maio de 1878.
1880.06.14	Lei	Organiza a Instrução Secundária. Reforma de José Luciano de Castro.
1880.07.28	Regulamento	Introduz a possibilidade de se ensinar, nas escolas primárias, consoante as necessidades das localidades, as disciplinas de Noções elementares de Agricultura, Escrituração e Princípios de Economia Rural, Industrial ou Comercial. ⁴⁹
1880.10.01	Decreto	Altera o Curso do Comércio professado no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ⁵⁰
1880.12.06	Portaria	Dá instruções para a execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880, relativas à Instrução Primária.
1881.06.23	Decreto	Nomeia novas vogais para a comissão encarregada de rever a Legislação Comercial.
1883.05.10	Decreto	Autoriza a criação da Escola Industrial e de Correção do Distrito do Porto.
1883.05.17	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio de 1ª instância na Comarca de Penafiel.
1883.05.23	Decreto	Reforma de Tomás Ribeiro.
1883.06.04	Lei	Autoriza os industriais e comerciantes a assinar os produtos da sua indústria e os objectos do seu comércio, usando de marcas especiais, e a fazê-los carimbar pelo Estado.
1883.10.23	Decreto	Aprova o regulamento da Lei sobre marcas de fábrica e de comércio.
1883.12.24	Decreto	Cria dois Museus Industriais e Comerciais em Lisboa e Porto. ⁵¹
1884.01.03	Decreto	Cria na Covilhã uma Escola Industrial e Escolas de Desenho Industrial em várias terras do Reino. ⁵²
1884.01.14	Circular	Auto da Inauguração do Museu Industrial e Comercial de Lisboa. ⁵³
1884.01.31	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio na Comarca de Portalegre.
1884.03.06	Decreto	Aprova o plano de organização do curso de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ⁵⁴
1884.05.06	Portaria	Aprova o Regulamento Geral dos Museus Industriais e Comerciais. ⁵⁵
1884.05.06	Portaria	Aprova o Regulamento Geral das Escolas Industriais e das Escolas de Desenho Industrial. ⁵⁶
1884.05.23		Criação de um Conselho Superior de Instrução Pública e Extinção da Junta

⁴⁰ *Diário do Governo* de 16 de Agosto de 1870, n.º181.

⁴¹ *Diário do Governo* de 23 de Agosto de 1870, n.º187.

⁴² *Diário do Governo* de 23 de Agosto de 1870, n.º187.

⁴³ *Diário do Governo* de 31 de Agosto de 1870, n.º194.

⁴⁴ *Diário do Governo* de 26 de Setembro de 1872, n.º217.

⁴⁵ PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Tomo I, Vol. II. Lisboa: M. E., 1991. p. 35.

⁴⁶ *Diário do Governo* de 1873, n.º146.

⁴⁷ PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Op. Cit. p. 51.

⁴⁸ *Diário do Governo* de 1 de Outubro de 1879, n.º222.

⁴⁹ *Diário do Governo* de 1 de Agosto de 1880, n.º169.

⁵⁰ *Diário do Governo* de 5 de Outubro de 1880, n.º227.

⁵¹ *Diário do Governo* de 31 de Dezembro de 1883, n.º297.

⁵² PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Op. Cit. p. 137.

⁵³ *Diário do Governo* de 26 de Janeiro de 1884, n.º21.

⁵⁴ *Diário do Governo* de 11 de Março de 1884, n.º57.

⁵⁵ *Diário do Governo* de 7 de Maio de 1884, n.º103.

⁵⁶ *Diário do Governo* de 7 de Maio de 1884, n.º103.

1884.12.03	Decreto	Consultiva de Instrução Pública.
1884.12.05	Portaria	Cria na cidade de Guimarães uma Escola Industrial.
1884.12.11	Decreto	Dá diferentes nomes às Escolas Industriais e às de Desenho Industrial da circunscrição do norte.
1885.06.11	Instruções	Cria na cidade de Braga uma Escola de Desenho Industrial.
1885.09.10	Decreto	Regula a inspeção das Escolas industriais e das de Desenho Industrial da circunscrição norte.
1885.10.15	Decreto	Determina as cadeiras e os cursos da Academia Politécnica do Porto de acordo com a Lei de 11 de Junho de 1885. ⁵⁷
1885.12.03	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio de 1ª estância na Comarca de Torres Novas.
1886.04.09	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio na Comarca de Mirandela.
1886.07.29	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio na Comarca de Tavira.
1886.08.12	Decreto	Reforma os Estudos Secundários e os Cursos dos Liceus. Reforma de José Luciano de Castro.
1886.09.10	Portaria	Reforma de José Luciano de Castro.
1886.10.22	Portaria	Aprova o regulamento provisório para o ensino profissional na Escola "Francisco da Silveira" em Portalegre.
1886.10.22	Portaria	Aprova o regulamento provisório para o ensino profissional na Escola de Desenho Industrial "Marquês do Pombal", em Alcântara.
1886.12.30	Decreto	Aprova o regulamento provisório para o ensino profissional na Escola de Desenho Industrial "Gil Vicente", em Belém.
1887.01.13	Decreto	Plano de organização do Ensino Industrial e Comercial. ⁵⁸
1887.01.15	Portaria	Cria um Tribunal de Comércio com sede na cabeça da comarca de Gouveia. ⁵⁹
1887.02.03	Decreto	Anula o concurso para o lugar de Guarda-Livros ou Professor Auxiliar do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ⁶⁰
1887.09.23	Portaria	Cria o Conselho Superior de Comércio e Indústria e regula as suas atribuições. ⁶¹
1888.02.03	Decreto	Manda observar nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto as instruções e as tabelas a ela juntas sobre as disciplinas a ensinar naqueles Institutos. ⁶²
1888.02.23	Decreto	Aprova e manda observar o regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ⁶³
1888.06.20	Decreto	Regulamento das Escolas Industriais e de Desenho Industrial. ⁶⁴
1888.06.24	Carta de Lei	Manda que os livros de escrituração das casas de empréstimo sobre penhores sejam apresentados à autoridade policial no fim de cada semestre. ⁶⁵
1888.06.28	Carta de Lei	Código Comercial Português. ⁶⁶
1888.06.28	Decreto	Aprova o novo Código Comercial e consigna diversas disposições relativas ao mesmo Código. ⁶⁷
1888.09.21	Portaria	Aprova e manda executar o regulamento da Academia Politécnica do Porto. ⁶⁸
1888.10.05	Portaria	Regulamenta alguns aspectos dos exames finais nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ⁶⁹
1888.10.13	Decreto	Estabelece certas providências sobre a concessão das cartas do curso aos alunos dos Institutos Industriais e Comerciais. ⁷⁰
1888.10.13	Aviso	Regula o modo por que há-de ser constituída e funcionar a comissão encarregada de promover o melhoramento do Código Comercial. ⁷¹
1888.10.13	Decreto	Fixa o dia 18 de Outubro de 1888 para a instalação da comissão encarregada de promover o melhoramento do Código Comercial. ⁷²
		Nomeia a comissão encarregada de promover o melhoramento do Código Comercial. ⁷³

⁵⁷ *Diário do Governo* de 21 de Setembro de 1885, n.º211.

⁵⁸ *Diário do Governo* de 14 de Fevereiro de 1887, n.º34.

⁵⁹ *Diário do Governo* de 17 de Janeiro de 1887, n.º12.

⁶⁰ *Diário do Governo* de 12 de Fevereiro de 1887, n.º33.

⁶¹ *Diário do Governo* de 10 de Fevereiro de 1887, n.º31.

⁶² *Diário do Governo* de 24 de Setembro de 1887, n.º214.

⁶³ *Diário do Governo* de 9 de Fevereiro de 1888, n.º32.

⁶⁴ PORTUGAL. Ministério da Educação – *Reformas do Ensino em Portugal: 1870-1889*. Op. Cit. p. 243.

⁶⁵ *Diário do Governo* de 22 de Outubro de 1888, n.º242.

⁶⁶ Mandado publicar oficialmente pelo Decreto de 23 de Agosto de 1888.

⁶⁷ *Diário do Governo* de 6 de Setembro de 1888, n.º203.

⁶⁸ *Diário do Governo* de 5 de Julho de 1888, n.º150.

⁶⁹ *Diário do Governo* de 24 de Setembro de 1888, n.º218.

⁷⁰ *Diário do Governo* de 8 de Outubro de 1888, n.º230.

⁷¹ *Diário do Governo* de 15 de Outubro de 1888, n.º236.

⁷² *Diário do Governo* de 15 de Outubro de 1888, n.º236.

⁷³ *Diário do Governo* de 15 de Outubro de 1888, n.º236.

1888.10.20	Decreto	Reforma de José Luciano de Castro.
1888.11.15	Decreto	Aprova o Regulamento do Registo Comercial.
1888.11.20	Portaria	Manda que os livros de inventário e diário dos negociantes, já começados a escrever antes do novo Código Comercial, sejam neste estado admitidos à legalização preconceituada do artigo 32º deste Código. ⁷⁴
1888.12.19	Decreto	Altera a organização dos Museus Industriais e Comerciais adequando-os à organização do Ensino Comercial aprovado em 30.12.1886. ⁷⁵
1889.01.31	Decreto	Aprova o Regulamento dos Serviços Aduaneiros.
1889.02.08	Portaria	Registo das Sociedades Anónimas.
1889.03.09	Decreto	Aprova o regulamento da biblioteca da Academia Politécnica do Porto. ⁷⁶
1889.08.08	Portaria	Aprova e ordena que sejam executadas as instruções regulamentares para os trabalhos práticos dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ⁷⁷
1889.10.08	Decreto	Aprova o Regulamento das Bolsas Comerciais. ⁷⁸
1889.12.26	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede em cada uma das comarcas de Vale Passos e Vila Pouca de Aguiar. ⁷⁹
1890.01.09	Decreto	Cria Tribunais do Comércio com sede em cada uma das comarcas de Castro Daire, Mangualde, Moimenta da Beira, Santa Comba Dão, Cinfães e Tondela. ⁸⁰
1890.01.09	Decreto	Cria Tribunais do Comércio com sede em cada uma das cabeças das comarcas de Anadia e Feira. ⁸¹
1890.01.09	Decreto	Cria Tribunais do Comércio com sede em cada uma das cabeças das comarcas de Celorico de Basto, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão. ⁸²
1890.01.09	Decreto	Cria Tribunais do Comércio com sede em cada uma das comarcas de Seia, Celorico da Beira, Meda, Pinhel, Trancoso e Vila Nova de Foz Coa. ⁸³
1890.01.30	Portaria	Aprova o regulamento para os exames de habilitação dos alunos da Academia Politécnica do Porto. ⁸⁴
1890.01.31	Portaria	Aprova o regulamento e as instruções para o trabalho de missões dos alunos da Academia Politécnica do Porto. ⁸⁵
1890.02.27	Decreto	Cria um Tribunal de Comércio na comarca de Cabeceiras de Basto. ⁸⁶
1890.02.27	Decreto	Modifica e substitui várias disposições do regulamento da Academia Politécnica do Porto de 28 de Junho de 1888. ⁸⁷
1890.03.13	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio com sede na cabeça de comarca de Abrantes. ⁸⁸
1890.03.13	Decreto	Cria um Tribunal do Comércio com sede na cabeça da comarca de Mação. ⁸⁹
1890.03.13	Decreto	Cria um Tribunal de Comércio com sede na cabeça da comarca de Benavente. ⁹⁰
1890.03.13	Decreto	Cria um Tribunal de Comércio com sede na cabeça da comarca de Cartaxo. ⁹¹
1890.03.13	Decreto	Cria um Tribunal de Comércio com sede na cabeça da comarca da Golegã. ⁹²
1890.03.13	Decreto	Cria um Tribunal de Comércio com sede na cabeça da comarca de Vila Nova de Ourém. ⁹³
1890.03.20	Decreto	Desdobra em duas a 4ª cadeira dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ⁹⁴
1890.03.27	Decreto	Cria um Tribunal de Comércio com sede na cabeça da comarca de Torres Vedras. ⁹⁵

⁷⁴ *Diário do Governo* de 29 de Novembro de 1888, nº274.

⁷⁵ *Diário do Governo* de 18 de Janeiro de 1889, nº15.

⁷⁶ *Diário do Governo* de 19 de Março de 1889, nº146.

⁷⁷ *Diário do Governo* de 17 de Agosto de 1889, nº183.

⁷⁸ *Diário do Governo* de 11 de Outubro de 1889, nº230.

⁷⁹ *Diário do Governo* de 9 de Janeiro de 1890, nº6.

⁸⁰ *Diário do Governo* de 14 de Janeiro de 1890, nº10.

⁸¹ *Diário do Governo* de 14 de Janeiro de 1890, nº10.

⁸² *Diário do Governo* de 14 de Janeiro de 1890, nº10.

⁸³ *Diário do Governo* de 14 de Janeiro de 1890, nº10.

⁸⁴ *Diário do Governo* de 3 de Fevereiro de 1890, nº26.

⁸⁵ *Diário do Governo* de 3 de Fevereiro de 1890, nº26.

⁸⁶ *Diário do Governo* de 1 de Março de 1890, nº48.

⁸⁷ *Diário do Governo* de 3 de Março de 1890, nº49.

⁸⁸ *Diário do Governo* de 17 de Março de 1890, nº61.

⁸⁹ *Diário do Governo* de 17 de Março de 1890, nº61.

⁹⁰ *Diário do Governo* de 18 de Março de 1890, nº62.

⁹¹ *Diário do Governo* de 18 de Março de 1890, nº62.

⁹² *Diário do Governo* de 18 de Março de 1890, nº62.

⁹³ *Diário do Governo* de 18 de Março de 1890, nº62.

⁹⁴ *Diário do Governo* de 26 de Março de 1890, nº68.

⁹⁵ *Diário do Governo* de 29 de Março de 1890, nº71.

1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Cuba, Mértola, Moura, Odemira, Ourique e Serpa. ⁹⁶
1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Fundão e Idanha a Nova. ⁹⁷
1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Estremoz, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsarás. ⁹⁸
1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Lagos, Loulé, Olhão, Silves e Vila Nova de Portimão. ⁹⁹
1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Alcobaça, Ancião, Caldas da Rainha, Leiria, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós. ¹⁰⁰
1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Alcácer do Sal, Aldeia Galega do Ribatejo, Almada, Sintra, Mafra, S. Tiago do Cacém e Vila Franca de Xira. ¹⁰¹
1890.03.27	Decreto	Cria Tribunais de Comércio com sede nas cabeças das comarcas de Fronteira e Niza. ¹⁰²
1890.03.29	Decreto	Cria em cada comarca um Tribunal do Comércio e reforma a competência dos Tribunais do Comércio. ¹⁰³
1890.08.11	Portaria	Aprova e manda pôr em execução os horários para o serviço escolar dos Institutos Industrial e Comercial do Porto. ¹⁰⁴
1890.08.11	Portaria	Aprova e manda pôr em execução os horários para o serviço escolar dos Institutos Industrial e Comercial de Lisboa. ¹⁰⁵
1891.04.14	Decreto	Regulariza o trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas. ¹⁰⁶
1891.10.08	Decreto	Reorganiza o Ensino Industrial e Comercial. ¹⁰⁷
1891.10.13	Portaria	Aprova e manda observar, no corrente ano, as instruções regulamentares provisórias para o exame de admissão à matrícula nos Institutos Industriais e Comerciais. ¹⁰⁸
1891.10.26	Decreto	Aprova o horário a ser seguido no Instituto Industrial e Comercial do Porto no ano lectivo 1891-1892. ¹⁰⁹
1891.10.26	Decreto	Determina que durante o ano de 1891-1892 sejam ensinadas no Instituto Industrial e Comercial do Porto, transitória e extraordinariamente, as disciplinas completas 12ª e 13ª (Física e Química). ¹¹⁰
1891.10.26	Portaria	Regula algumas disposições de carácter transitório, tendentes a garantir a alguns alunos dos Institutos Industriais e Comerciais certas condições, que lhes eram asseguradas pela legislação anterior. ¹¹¹
1891.12.17	Decreto	Determina a forma como devem regular-se os trabalhos nas sessões dos conselhos escolares dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ¹¹²
1892.02.13	Portaria	Projecto de reorganização do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.
1892.09.07	Portaria	Aprova o horário para o serviço escolar do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, no ano lectivo 1892-1893. ¹¹³
1892.09.07	Portaria	Aprova o horário para o serviço escolar do Instituto Industrial e Comercial do Porto, no ano lectivo 1892-1893. ¹¹⁴
1893.07.28	Portaria	Concede à Câmara de Comércio de Lisboa auxílio para a fundação de uma Escola Elementar de Comércio pelo modo estabelecido na mesma portaria. ¹¹⁵
1893.08.10	Decreto	Aprova e manda executar as instruções e programa dos concursos para os lugares do quadro geral das Alfândegas. ¹¹⁶

⁹⁶ *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

⁹⁷ *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

⁹⁸ *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

⁹⁹ *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

¹⁰⁰ *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

¹⁰¹ *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

¹⁰² *Diário do Governo* de 2 de Abril de 1890, nº74.

¹⁰³ *Diário do Governo* de 7 de Abril de 1890, nº76.

¹⁰⁴ *Diário do Governo* de 14 de Agosto de 1890, nº183.

¹⁰⁵ *Diário do Governo* de 14 de Agosto de 1890, nº183.

¹⁰⁶ *Diário do Governo* de 22 de Abril de 1891, nº88.

¹⁰⁷ *Diário do Governo* de 9 de Outubro de 1891, nº227.

¹⁰⁸ *Diário do Governo* de 14 de Outubro de 1891, nº231.

¹⁰⁹ *Diário do Governo* de 27 de Outubro de 1891, nº242.

¹¹⁰ *Diário do Governo* de 27 de Outubro de 1891, nº242.

¹¹¹ *Diário do Governo* de 27 de Outubro de 1891, nº242.

¹¹² *Diário do Governo* de 21 de Dezembro de 1891, nº288.

¹¹³ *Diário do Governo* de 10 de Setembro de 1892, nº204.

¹¹⁴ *Diário do Governo* de 15 de Setembro de 1892, nº208.

¹¹⁵ *Diário do Governo* de 4 de Agosto de 1893, nº174.

¹¹⁶ *Diário do Governo* de 17 de Agosto de 1893, nº183.

1893.09.09	Portaria	Aprova e manda executar o horário para o serviço escolar do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, no ano lectivo de 1893-1894. ¹¹⁷
1893.10.25	Decreto	Modifica o ensino nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ¹¹⁸
1893.10.28	Portaria	Concede à Associação Comercial de Lisboa auxilio para a fundação de uma Escola Elementar de Comércio. ¹¹⁹
1893.10.28	Portaria	Concede à Câmara Municipal da Figueira da Foz auxilio para a fundação de uma Escola Industrial e Comercial. ¹²⁰
1893.12.30	Portaria	Manda que os livros de comerciantes já em parte escriturados paguem por meio de guias a diferença da taxa do selo. ¹²¹
1894.01.19	Decreto	Nomeia um vogal para a comissão encarregada de propôr as providências necessárias para a execução do Código Comercial.
1894.02.10	Decreto	Cria em Lisboa uma Câmara de Comércio e Indústria, e autoriza o governo a criar outras nas localidades em que julgar conveniente. ¹²²
1894.02.20	Decreto	Aprova o regimento da administração da justiça nas províncias ultramarinas, e declara extensivo às mesmas províncias o novo Código Comercial, e estabelece algumas disposições quanto a penas.
1894.03.09	Decreto	Aprova e manda executar o regulamento da Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa. ¹²³
1894.07.28	Decreto	Define as atribuições e encargos da Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa. ¹²⁴
1894.07.28	Portaria	Concede à Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa auxilio para a fundação de uma Escola Elementar de Comércio. ¹²⁵
1894.08.23	Decreto	Diz respeito aos exames finais dos alunos dos Institutos Industriais e Comerciais, podendo estes ser admitidos a exame final quando tenham uma classificação que não seja inferior a sete valores. ¹²⁶
1894.09.01	Portaria	Aprova o regulamento da Escola Elementar do Comércio de Lisboa. ¹²⁷
1894.09.27	Decreto n.º3	Reorganiza as Alfândegas do continente, do reino e das ilhas adjacentes. ¹²⁸
1894.09.27	Decreto n.º5	Aprova o Regulamento do Tráfego Aduaneiro
1894.10.26	Portaria	Considera as equivalências das escolas superiores com as dos Institutos Industriais e Comerciais, para os efeitos das matriculas e exames. ¹²⁹
1894.11.12	Portaria	Esclarece algumas dúvidas suscitadas pelo disposto no capítulo II., Secção IX, do decreto n.º3 de 27 de Setembro de 1894, relativamente à faculdade concedida aos caixeiros de comércio para despachos aduaneiros. ¹³⁰
1894.11.31	Decreto	Dissolve as Associações Comercial e Industrial de Lisboa. ¹³¹
1894.12.15	Decreto n.º6	Regula a garantia dos títulos da propriedade industrial e comercial. ¹³²
1894.12.22	Decreto n.º 1-2	Reforma os serviços da Instrução Primária e Secundária. ¹³³ Reforma de Jaime Moniz.
1895.01.24	Decreto	Aprova e manda executar desde 1 de Julho de 1895 o Código de Processo Comercial. ¹³⁴
1895.05.18	Decreto	Regulamenta a Reforma de Jaime Moniz.
1895.05.31	Portaria	Autoriza os alunos Livres do Instituto Industrial e Comercial do Porto a realizar os exames nas mesmas condições dos alunos Ordinários. ¹³⁵
1895.08.14	Decreto	Aprova o Regulamento Geral do Ensino Secundário. Regulamenta a Reforma de Jaime Moniz.
1895.09.14	Decreto	Regulamenta a Reforma de Jaime Moniz.
1895.09.17	Portaria	Altera alguns artigos do regulamento da Escola Elementar de Comércio de Lisboa, de 1 de Setembro de 1894. ¹³⁶
1895.09.28	Decreto	Cria, junto da Associação Comercial do Porto, uma Escola Elementar

¹¹⁷ *Diário do Governo* de 11 de Setembro de 1893, n.º204.

¹¹⁸ *Diário do Governo* de 26 de Outubro de 1893, n.º243.

¹¹⁹ *Diário do Governo* de 1 de Dezembro de 1893, n.º273.

¹²⁰ *Diário do Governo* de 1 de Dezembro de 1893, n.º273.

¹²¹ *Diário do Governo* de 2 de Janeiro de 1894, n.º1.

¹²² *Diário do Governo* de 12 de Fevereiro de 1894, n.º32.

¹²³ *Diário do Governo* de 10 de Março de 1893, n.º55.

¹²⁴ *Diário do Governo* de 4 de Agosto de 1894, n.º174.

¹²⁵ *Diário do Governo* de 4 de Agosto de 1894, n.º174.

¹²⁶ *Diário do Governo* de 31 de Agosto de 1894, n.º196.

¹²⁷ *Diário do Governo* de 4 de Setembro de 1894, n.º199.

¹²⁸ *Diário do Governo* de 29 de Setembro de 1894, n.º221.

¹²⁹ *Diário do Governo* de 27 de Outubro de 1894, n.º245.

¹³⁰ *Diário do Governo* de 14 de Novembro de 1894, n.º259.

¹³¹ *Diário do Governo* de 1 de Fevereiro de 1894, n.º25.

¹³² *Diário do Governo* de 21 de Dezembro de 1894, n.º290.

¹³³ *Diário do Governo* de 24 de Dezembro de 1894, n.º292.

¹³⁴ *Diário do Governo* de 29 de Janeiro de 1895, n.º23.

¹³⁵ *Diário do Governo* de 1 de Junho de 1895, n.º122.

¹³⁶ *Diário do Governo* de 18 de Setembro de 1895, n.º210.

	Comercial. ¹³⁷
1895.10.31 Portaria	Aprova o regulamento da Escola Elementar Comercial Portuense. ¹³⁸
1895.11.28 Decreto	Aumenta para 2 500 réis a despesa da Escola Elementar Comercial Portuense para aí se professar a Língua Inglesa. ¹³⁹
1896.04.03 Carta de Lei	Cria em Lisboa uma Câmara de Comércio e Indústria. ¹⁴⁰
1896.04.23 Lei	Considera cursos superiores e equiparados, para todos os efeitos, aos demais cursos superiores das outras escolas do reino, os antigos cursos superiores de comércio, e o actual curso completo do 2º grau ou superior dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ¹⁴¹
1896.05.13 Carta de Lei	Aprova o Código de Processo Comercial. ¹⁴²
1896.05.21 Carta de Lei	Garante a Propriedade Industrial e Comercial. ¹⁴³
1896.05.28 Carta de Lei	Organiza a Instrução Secundária. ¹⁴⁴
1896.09.19 Decreto	Localização de Liceus Centrais.
1897.02.27 Portaria	Determina que os alunos matriculados nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto sejam dispensados do exame de Economia Política, quando já o tenham feito na Universidade de Coimbra, Escola Politécnica de Lisboa e Academia Politécnica do Porto. ¹⁴⁵
1897.04.13 Aviso	Ordena aos industriais e comerciantes, que requeiram pedidos de registo de marcas de comércio e de indústria ou de desenhos, que depositem mais um exemplar dos respectivos modelos. ¹⁴⁶
1897.08.24 Portaria	Determina que as Escolas Industriais Rodrigues Sampaio em Lisboa, e Infante D. Henrique no Porto examinem os alunos que requeiram para fazer os preparatórios necessários para a matrícula nos Institutos Industriais e Comerciais. ¹⁴⁷
1897.09.30 Portaria	Autoriza, excepcionalmente, que haja exames em Outubro nos Institutos Industriais e Comerciais. ¹⁴⁸
1897.10.08 Decreto	Suprime o curso de comércio da Academia Politécnica do Porto, substituindo a respectiva cadeira por uma de Tecnologia Industrial. ¹⁴⁹
1897.12.14 Decreto	Reorganiza as Escolas Elementares do Comércio de Lisboa e Porto. ¹⁵⁰
1898.06.30 Decreto	Reorganiza o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ¹⁵¹
1898.08.24 Decreto	Determina que os Presidentes da Associação Comercial, do Centro Comercial do Porto, da Associação Comercial do Logistas de Lisboa façam parte do Conselho Superior do Comércio e Indústria. ¹⁵²
1898.09.03 Decreto	Manda pôr em execução no Instituto Industrial e Comercial do Porto a organização do curso preparatório para o Instituto Industrial e Comercial do Porto. ¹⁵³
1898.10.06 Decreto	Permite que os antigos alunos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa fiquem dispensados, para efectuarem as matrículas dos diversos cursos, das precedências adoptadas para a nova organização do mesmo Instituto. ¹⁵⁴
1898.11.24 Decreto	Aprova o plano de inquérito técnico e económico para a remodelação do Ensino Industrial e Comercial do país. ¹⁵⁵
1899.09.02 Portaria	Ordena que em cada um dos Distritos do reino se organizem comissões a fim de procederem a inspecções sanitárias em todos os edifícios onde funcionam as Escolas Agrícolas, Industriais e Comerciais. ¹⁵⁶
1899.11.16 Decreto	Define as atribuições da nova comissão superior do Ensino Industrial e Comercial. ¹⁵⁷
1899.11.23 Decreto	Nomeia as duas comissões centrais incumbidas do inquérito que servirá de

¹³⁷ *Diário do Governo* de 5 de Outubro de 1895, nº225.

¹³⁸ *Diário do Governo* de 4 de Novembro de 1895, nº249.

¹³⁹ *Diário do Governo* de 29 de Novembro de 1895, n.º271.

¹⁴⁰ *Diário do Governo* de 8 de Abril de 1896, nº77.

¹⁴¹ *Diário do Governo* de 29 de Abril de 1896, nº95.

¹⁴² *Diário do Governo* de 19 de Maio de 1896, nº111.

¹⁴³ *Diário do Governo* de 28 de Maio de 1896, nº119.

¹⁴⁴ *Diário do Governo* de 5 de Junho de 1896, nº125.

¹⁴⁵ *Diário do Governo* de 1 de Março de 1897, nº47.

¹⁴⁶ *Diário do Governo* de 14 de Abril de 1897, nº82.

¹⁴⁷ *Diário do Governo* de 4 de Setembro de 1897, n.º198.

¹⁴⁸ *Diário do Governo* de 1 de Outubro de 1897, nº221.

¹⁴⁹ *Diário do Governo* de 13 de Outubro de 1897, nº231.

¹⁵⁰ *Diário do Governo* de 15 de Dezembro de 1897, nº283.

¹⁵¹ *Diário do Governo* de 12 de Julho de 1898, n.º150.

¹⁵² *Diário do Governo* de 26 de Agosto de 1898, n.º188.

¹⁵³ *Diário do Governo* de 9 de Setembro de 1898, n.º200.

¹⁵⁴ *Diário do Governo* de 8 de Outubro de 1898, n.º225.

¹⁵⁵ *Diário do Governo* de 3 de Dezembro de 1898, n.º272.

¹⁵⁶ *Diário do Governo* de 4 de Setembro de 1899, n.º198.

¹⁵⁷ *Diário do Governo* de 27 de Novembro de 1899, nº269.

		base à reorganização do ensino técnico das Escolas Industriais, Profissionais e Comerciais. ¹⁵⁸
1899.12.23	Decreto n.º2	Estabelece providências sobre a inspecção do Ensino Técnico em todas as Escolas Industriais e Comerciais. ¹⁵⁹
1899.12.23	Decreto	Extingue os Museus Industriais e Comerciais criando em sua substituição a Comissão Superior de Exposições. ¹⁶⁰
1901.12.24	Decreto	Aprova a organização do Ensino Elementar Industrial e Comercial. ¹⁶¹
1901.12.24	Decreto	Aprova o regulamento dos concursos para provimento de lugares de professores das Escolas de Ensino Elementar, Industrial e Comercial. ¹⁶²
1902.04.24	Decreto	Institui na Academia Politécnica do Porto, um prémio escolar intitulado "Prémio Rodrigues de Freitas". ¹⁶³
1902.05.06	Portaria	Regula a admissão a exame dos alunos dos Institutos Industriais e Comerciais que hajam obtido média inferior a 10 valores. ¹⁶⁴
1902.05.24	Decreto	Cria uma nova disciplina (Noções Gerais de Comércio, Escrituração e Cálculo Comercial) na Escola Industrial Bernardino Machado, da Figueira da Foz. ¹⁶⁵
1902.12.11	Portaria	Autoriza o director do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa a aceitar o legado de 4 000réis deixado pelo falecido João António Vieira, para com o rendimento instituir dois prémios aos alunos mais distintos do Curso Elementar e Superior de Comércio. ¹⁶⁶
1903.06.27	Decreto	Determina a abertura de um crédito especial de 300 000réis para o pagamento de vencimentos de pessoal das Escolas Industriais, de Desenho Industrial e Elementares de Comércio. ¹⁶⁷
1903.07.09	Decreto	Aprova e manda executar o Regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ¹⁶⁸
1905.08.29	Decreto	Modifica o regime vigente sobre Instrução Secundária. ¹⁶⁹
1905.11.03	Decreto	Aprova a organização do Instituto Industrial e Comercial do Porto. ¹⁷⁰
1905.12.14	Decreto	Aprova a nova publicação oficial do Código de Processo comercial.
1907.04.25	Decreto	Modifica a organização da 16ª cadeira e de vários cursos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ¹⁷¹
1907.05.28	Decreto	Determina que sejam admitidos a fazer exame das matérias leccionadas os alunos dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e do de Agronomia e Veterinária, que não tenham perdido o ano à data de 8 de Abril. ¹⁷²
1907.09.09	Portaria	Nomeia uma comissão para apresentar um projecto de reorganização do ensino Elementar Industrial e Comercial. ¹⁷³
1907.12.19	Decreto	Determina que continue a ser permitida a nomeação temporária de professores para a regência das turmas em que hajam de desdobrar-se os Cursos das Escolas Industriais, de Desenho Industrial, Preparatórias e Elementares de Comércio. ¹⁷⁴
1908.10.08	Decreto	Aprova o regulamento para a aplicação das dotações dos estabelecimentos autónomos de Instrução Superior. ¹⁷⁵
1910.03.02	Decreto	Extingue a Escola de Instrução Secundária "Manuel António de Seixas" da Vila de Moncorvo e cria, na mesma Vila, uma Escola Elementar de Comércio, com igual denominação. ¹⁷⁶
1911.02.07	Decreto	Manda passar para a posse da Câmara Municipal do Porto o Palácio da Bolsa e do Tribunal do Comércio daquela cidade. ¹⁷⁷
1911.02.07	Portaria	Manda pôr provisoriamente em execução no Instituto Industrial e Comercial do Porto o regulamento em vigor do Instituto de Lisboa. ¹⁷⁸

¹⁵⁸ *Diário do Governo* de 24 de Novembro de 1899, n.º267.

¹⁵⁹ *Diário do Governo* de 28 de Dezembro de 1899, n.º294.

¹⁶⁰ *Diário do Governo* de 28 de Dezembro de 1899, n.º294.

¹⁶¹ *Diário do Governo* de 30 de Dezembro de 1901, n.º295.

¹⁶² *Diário do Governo* de 30 de Dezembro de 1901, n.º295.

¹⁶³ *Diário do Governo* de 30 de Abril de 1902, n.º95.

¹⁶⁴ *Diário do Governo* de 9 de Maio de 1902, n.º102.

¹⁶⁵ *Diário do Governo* de 12 de Junho de 1902, n.º129.

¹⁶⁶ *Diário do Governo* de 15 de Dezembro de 1902, n.º283.

¹⁶⁷ *Diário do Governo* de 3 de Julho de 1903, n.º143.

¹⁶⁸ *Diário do Governo* de 3 de Agosto de 1903, n.º169.

¹⁶⁹ *Diário do Governo* de 30 de Agosto de 1905, n.º194.

¹⁷⁰ *Diário do Governo* de 13 de Dezembro de 1905, n.º282.

¹⁷¹ *Diário do Governo* de 1 de Maio de 1907, n.º96.

¹⁷² *Diário do Governo* de 29 de Maio de 1907, n.º119.

¹⁷³ *Diário do Governo* de 16 de Setembro de 1907, n.º207.

¹⁷⁴ *Diário do Governo* de 28 de Dezembro de 1907, n.º294.

¹⁷⁵ *Diário do Governo* de 10 de Outubro de 1908, n.º229.

¹⁷⁶ *Diário do Governo* de 4 de Março de 1910, n.º49.

¹⁷⁷ *Diário do Governo* de 10 de Fevereiro de 1911, n.º33.

1911.02.08	Circular	Prescreve a orientação a dar ao ensino ministrado nos Institutos de Instrução Secundária. ¹⁷⁹
1911.02.24	Decreto	Regula a regência interina de quaisquer cadeiras das Escolas de Desenho Industrial, Industriais, Preparatórias, ou Elementares do Comércio. ¹⁸⁰
1911.02.24	Decreto	Estabelece a nomeação de auxiliares do ensino teórico e prático das cadeiras do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ¹⁸¹
1911.03.17	Portaria	Torna facultativa a frequência do 1º ano dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto aos alunos com aprovação no 7º ano do curso dos liceus, e indica os casos em que qualquer aluno pode repetir uma exame Quarta vez. ¹⁸²
1911.03.29	Decreto	Cria o Ensino Primário Superior. ¹⁸³
1911.04.03	Portaria	Estabelece vários preceitos relativamente a exames nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. ¹⁸⁴
1911.04.08	Decreto	Determina várias providências para a execução dos decretos relativos à passagem para o Estado do custeio da Escola Elementar do Comércio do Porto. ¹⁸⁵
1911.04.10	Decreto	Cria a Faculdade de Comércio do Porto.
1911.05.23	Decreto	Remodela o ensino industrial e comercial.
1911.05.23	Decreto	Divide o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em duas escolas autónomas, e estabelece as bases para a respectiva reorganização. ¹⁸⁶
1911.05.24	Decreto	Regula a colocação de professores e mestres estrangeiros nas Escolas de Ensino Elementar Industrial e Comercial. ¹⁸⁷
1911.09.21	Lei	Autoriza uma época extraordinária de exames no mês de Outubro em todos os estabelecimentos de instrução secundária e superior e na Escola de Comércio de Lisboa. ¹⁸⁸
1911.10.03	Portaria	Permite que na área em que foi escolhida para descanso semanal a 4ª feira de cada semana seja livre ao Domingo o exercício de todo o comércio. ¹⁸⁹
1911.10.14	Decreto	Determina que provisoriamente seja professado no Instituto Superior Técnico o Ensino Superior e Comercial e o Ensino Secundário Comercial e Industrial. ¹⁹⁰
1912.03.02	Decreto	Aprova o regulamento do Museu Agrícola Comercial. ¹⁹¹
1912.05.07	Decreto	Organiza o Instituto Superior de Comércio. ¹⁹²
1912.10.03	Portaria	Dá novas denominações a diferentes Escolas de Desenho Industrial e Elementares de Comércio. ¹⁹³
1912.10.12	Decreto	Estabelece os trabalhos escritos e práticos a que são obrigados os alunos das diferentes cadeiras da Escola Colonial e os da cadeira de comércio anexa à mesma Escola.
1912.12.26	Portaria	Aprova o programa dos concursos para admissão e promoção nos quadros de serviço interno das Alfândegas.
1913.02.22	Lei	Estabelece um subsídio de 2 500 escudos para despesas do pessoal e material da Escola Elementar de Comércio do Porto. ¹⁹⁴
1913.03.05	Lei	Extingue a Escola de Instrução secundária da Vila de Moncorvo e cria, em sua substituição, uma Escola Elementar de Comércio. ¹⁹⁵
1913.04.10	Lei	Autoriza o Governo a vender dois prédios situados na cidade do Porto e a aplicar o produto na compra dum terreno e na construção dum edifício para o Instituto Industrial e Comercial do Porto. ¹⁹⁶
1913.06.05	Lei	Aprova as bases para a organização do Instituto Superior de Comércio. ¹⁹⁷
1913.06.05	Lei	Organiza o Instituto Superior de Comércio de Lisboa.

¹⁷⁸ *Diário do Governo* de 21 de Fevereiro de 1911, nº42.

¹⁷⁹ *Diário do Governo* de 9 de Fevereiro de 1911, nº32.

¹⁸⁰ *Diário do Governo* de 3 de Março de 1911, nº50.

¹⁸¹ *Diário do Governo* de 3 de Março de 1911, nº50.

¹⁸² *Diário do Governo* de 20 de Março de 1911, nº64.

¹⁸³ *Diário do Governo* de 30 de Março de 1911, nº73.

¹⁸⁴ *Diário do Governo* de 11 de Abril de 1911, nº83.

¹⁸⁵ *Diário do Governo* de 10 de Abril de 1911, nº82.

¹⁸⁶ *Diário do Governo* de 25 de Maio de 1911, nº121.

¹⁸⁷ *Diário do Governo* de 27 de Maio de 1911, nº123.

¹⁸⁸ *Diário do Governo* de 22 de Setembro de 1911, nº222.

¹⁸⁹ *Diário do Governo* de 6 de Outubro de 1911, nº233.

¹⁹⁰ *Diário do Governo* de 6 de Outubro de 1911, nº241.

¹⁹¹ *Diário do Governo* de 5 de Março de 1912, nº53.

¹⁹² *Diário do Governo* de 13 de Maio de 1912, nº111.

¹⁹³ *Diário do Governo* de 4 de Outubro de 1912, nº234.

¹⁹⁴ *Diário do Governo* de 26 de Fevereiro de 1913, nº46.

¹⁹⁵ *Diário do Governo* de 14 de Março de 1913, nº60.

¹⁹⁶ *Diário do Governo* de 12 de Abril de 1913, nº85.

¹⁹⁷ *Diário do Governo* de 9 de Junho de 1913, nº133.

1913.07.05	Decreto n.º22	Aprova o regulamento do Instituto Superior de Comércio. ¹⁹⁸
1913.08.16	Decreto	Determina que transitoriamente continuem a professor-se os cursos secundários industriais e comerciais do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, os quais funcionarão na Escola Industrial Marquês de Pombal. ¹⁹⁹
1913.08.28	Portaria	Autoriza a concessão de bilhetes de identidade aos sócios da Associação Académica do Instituto Superior do Comércio, para o efeito da redução de 50 por cento nos preços de 2ª classe das tarifas gerais das linhas férreas do Estado. ²⁰⁰
1913.09.08	Decreto n.º121	Organiza a secção secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e regula o seu funcionamento. ²⁰¹
1913.09.18	Decreto n.º143	Abole os protocolos dos despachantes oficiais e caixeiros de comércio em todas as Alfândegas das colónias. ²⁰²
1913.10.02	Portaria	Concede uma segunda época de exames a certos alunos do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ²⁰³
1913.10.16	Portaria	Permite uma segunda época de exames para certos alunos do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ²⁰⁴
1913.11.10	Portaria	Manda que os alunos que estavam matriculados em qualquer dos cursos secundários do antigo Instituto Superior do Comércio sejam admitidos à matrícula na Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ²⁰⁵
1914.01.22	Decreto n.º292	Altera a composição dos cursos do Instituto Superior de Comércio. ²⁰⁶
1914.02.21	Lei n.º113	Regula a situação dos alunos que estavam matriculados no curso superior de comércio do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa à data da publicação da lei que organizou o Instituto Superior do Comércio. ²⁰⁷
1914.03.04	Decreto n.º350	Determina que as disciplinas a que se refere o artigo 4º do decreto nº121 de 8 de Setembro de 1913, sejam frequentadas na Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. ²⁰⁸
1914.04.04	Lei n.º133	Permite aos alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que estavam matriculados no curso superior de indústria à data da criação do Instituto Superior Técnico, concluir esse curso nos termos do regulamento de 9 de Julho de 1903. ²⁰⁹
1914.04.06	Decreto n.º408	Regula a situação das praças de pré que cursavam, com licença do Ministério da Guerra, nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto as disciplinas preparatórias para o curso de administração militar da Escola de Guerra, exigidas em Maio de 1911. ²¹⁰
1914.04.22	Decreto n.º446	Determina que a Secção de Ensino Industrial e Comercial do antigo Conselho Superior do Comércio e Indústria seja substituída pelo Conselho do Ensino Industrial e Comercial, que funcionará junto da Repartição Industrial e Comercial do Ministério de Instrução Pública. ²¹¹
1914.05.05	Aviso	Dá notícia do acordo celebrado entre Portugal e Bélgica para dispensa de certas formalidades em relação às amostras de objectos sujeitos a direitos, conduzidos pôr caixeiros-viajantes belgas ou portugueses, e submetidas a despacho, em Portugal ou na Bélgica.
1914.05.08	Lei n.º158	Permite aos alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que se encontrem em certas circunstâncias, concluírem os seus cursos nos termos do regulamento de 9 de Julho de 1903. ²¹²
1914.05.30	Lei n.º177	Cria em cada uma das cidades de Lisboa e Porto uma escola sob a denominação de Escola de Construções, Indústria e Comércio. ²¹³
1914.06.01	Lei n.º180	Anula a contribuição de classe dos caixeiros, relativa ao ano de 1912. ²¹⁴
1914.06.22	Decreto n.º586	Cria o ensino elementar comercial na Escola Industrial Brotero, de

¹⁹⁸ *Diário do Governo* de 5 de Julho de 1913, nº155.

¹⁹⁹ *Diário do Governo* de 22 de Agosto de 1913, nº196.

²⁰⁰ *Diário do Governo* de 2 de Setembro de 1913, nº205.

²⁰¹ *Diário do Governo* de 8 de Setembro de 1913, nº210.

²⁰² Cfr. Decreto 137 de 17 de Setembro de 1913, o D. G. a partir de 1 de Janeiro de 1914 passa a publicar-se em três séries.

²⁰³ *Diário do Governo* de 4 de Outubro de 1913, nº233.

²⁰⁴ *Diário do Governo* de 20 de Outubro de 1913, nº245.

²⁰⁵ *Diário do Governo* de 18 de Novembro de 1913, nº270.

²⁰⁶ *Diário do Governo* de 22 de Janeiro de 1914, 1ª Série, nº13.

²⁰⁷ *Diário do Governo* de 21 de Fevereiro de 1914, 1ª Série, nº27.

²⁰⁸ *Diário do Governo* de 4 de Março de 1914, 1ª Série, nº34.

²⁰⁹ *Diário do Governo* de 4 de Abril de 1914, 1ª Série, nº52.

²¹⁰ *Diário do Governo* de 6 de Abril de 1914, 1ª Série, nº53.

²¹¹ *Diário do Governo* de 22 de Abril de 1914, 1ª Série, nº62.

²¹² *Diário do Governo* de 8 de Maio de 1914, 1ª Série, nº70.

²¹³ *Diário do Governo* de 30 de Maio de 1914, 1ª Série, nº86.

²¹⁴ *Diário do Governo* de 1 de Junho de 1914, 1ª Série, nº87.

	Coimbra. ²¹⁵
1914.06.25	Decreto n.º604 Cria o ensino comercial na Escola Industrial Bernardino Machado (Figueira da Foz).
1914.07.04	Portaria n.º195 Esclarece as disposições do ponto 2 do artº 3º do decreto nº636 de 9 do mesmo mês relativo ao provimento de vagas de professores nas Escolas de Ensino Elementar Industrial e Comercial. ²¹⁶
1914.07.09	Decreto n.º636 Regula o provimento de vagas de professores nas Escolas de Ensino Elementar Industrial e Comercial. ²¹⁷
1914.07.09	Decreto n.º638 Determina que possam ser admitidos a exame oficial os alunos de quaisquer Escolas Particulares de Ensino Comercial. ²¹⁸
1914.09.30	Decreto n.º905 Estabelece os requisitos a que devem satisfazer os candidatos aos concursos para inspectores de finanças de 2ª classe. ²¹⁹
1914.10.06	Portaria n.º247 Determina a forma por que devem ser interpretadas algumas disposições dos regulamentos dos Institutos Superiores Técnico e de Comércio. ²²⁰
1914.10.15	Decreto n.º954 Aprova as bases para a organização da Escola de Construções, Indústria e Comércio de Lisboa. ²²¹
1914.11.05	Decreto n.º1028 Modifica o quadro II das disciplinas e cursos das escolas de ensino elementar industrial e comercial, e insere disposições relativamente ao provimento de lugares de professores e mestres de oficinas das referidas escolas. ²²²
1914.11.19	Decreto n.º1069 Aprova o regulamento da Escola de Construções, Indústria e Comércio. ²²³
1915.01.04	Decreto n.º1247 Fixa o quadro dos professores substitutos das Escolas de Ensino Elementar, Industrial e Comercial. ²²⁴
1915.01.22	Lei n.º295 Regula o tempo de trabalho diário para os empregados no comércio. ²²⁵
1915.01.22	Lei n.º296 Regula o tempo de trabalho diário nos estabelecimentos industriais.
1915.01.22	Lei n.º297 Modifica vários artigos do regimento do trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais.
1915.03.17	Decreto n.º1415 Determina que aos professores provisórios das escolas de ensino elementar industrial e comercial não possam ser concedidas licenças para estar ausentes do serviço durante os dois anos do respectivo tirocinio. ²²⁶
1915.03.30	Decreto n.º1470 Declara nulo o decreto nº 1 427, que fixou o quadro dos professores substitutos das Escolas de Ensino Elementar Industrial e Comercial. ²²⁷
1915.04.20	Decreto n.º1520 Estabelece as condições em que os Institutos particulares de ensino comercial podem apresentar os seus alunos a exames das escolas oficiais. ²²⁸
1915.04.21	Portaria n.º345 Concede aos sócios, alunos da Associação Académica dos cursos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, bilhetes de identidade, para o efeito da redução de 50 por cento nas passagens de 2ª classe dos caminhos de ferro do Estado. ²²⁹
1915.05.25	Portaria n.º369 Prorroga até 31 de Maio de 1915 o prazo fixado para a entrega dos requerimentos dos alunos das escolas particulares que desejem ser examinados oficialmente nas disciplinas do curso comercial. ²³⁰
1915.09.09	Lei n.º402 Equipara os cursos da Casa Pia de Lisboa aos das Escolas Elementares de Comércio. ²³¹
1915.09.09	Decreto n.º1872 Fixa o número máximo de livros de aulas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial e insere novas disposições sobre a fixação do quadro dos professores substitutos. ²³²
1915.09.11	Decreto n.º1878 Regula a elaboração de programas das disciplinas professadas nas Escolas de Ensino Elementar Industrial e Comercial. ²³³
1915.09.23	Decreto n.º1909 Reorganiza os serviços de ensino do Instituto Superior de Comércio. ²³⁴

²¹⁵ *Diário do Governo* de 22 de Junho de 1914, Iª Série, nº101

²¹⁶ *Diário do Governo* de 24 de Julho de 1914, Iª Série, nº125.

²¹⁷ *Diário do Governo* de 9 de Julho de 1914, Iª Série, nº113.

²¹⁸ *Diário do Governo* de 9 de Julho de 1914, Iª Série, nº113.

²¹⁹ *Diário do Governo* de 30 de Setembro de 1914, Iª Série, nº177.

²²⁰ *Diário do Governo* de 6 de Outubro de 1914, Iª Série, nº181.

²²¹ *Diário do Governo* de 17 de Outubro de 1914, Iª Série, nº190.

²²² *Diário do Governo* de 17 de Novembro de 1914, Iª Série, nº215.

²²³ *Diário do Governo* de 19 de Novembro de 1914, Iª Série, nº217.

²²⁴ *Diário do Governo* de 4 de Janeiro de 1915, Iª Série, nº2.

²²⁵ *Diário do Governo* de 22 de Janeiro de 1915, Iª Série, nº16.

²²⁶ *Diário do Governo* de 17 de Março de 1915, Iª Série, nº53.

²²⁷ *Diário do Governo* de 30 de Março de 1915, Iª Série, nº63.

²²⁸ *Diário do Governo* de 20 de Abril de 1915, Iª Série, nº77.

²²⁹ *Diário do Governo* de 21 de Abril de 1915, Iª Série, nº78.

²³⁰ *Diário do Governo* de 25 de Maio de 1915, Iª Série, nº97.

²³¹ *Diário do Governo* de 13 de Setembro de 1915, Iª Série, nº184.

²³² *Diário do Governo* de 11 de Setembro de 1915, Iª Série, nº183.

²³³ *Diário do Governo* de 11 de Setembro de 1915, Iª Série, nº183.

²³⁴ *Diário do Governo* de 23 de Setembro de 1915, Iª Série, nº193.

1915.09.29	Lei n.º465	Permite a matricula nos cursos especiais do Instituto Superior Técnico aos alunos aprovados nas cadeiras do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e nas do curso da Escola de Construções, Indústria e Comércio. ²³⁵
1915.10.11	Portaria n.º545	Programas provisórios das disciplinas professadas nas Escolas Elementares de Comércio.
1915.10.13	Decreto n.º1955	Determina que só possam ser admitidos a exames das disciplinas professadas nas Escolas de Ensino Elementar, Industrial e Comercial os alunos matriculados nessas disciplinas. ²³⁶
1915.10.20	Decreto n.º1982	Anula o decreto nº 1 955 sobre admissão de alunos ao exame das disciplinas professadas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial, e insere outras disposições sobre o mesmo objecto. ²³⁷
1915.10.20	Decreto n.º1983	Insera o plano dos estudos do Curso Preparatório para a Escola de Construções, Indústria e Comércio, professado na Escola de Rodrigues Sampaio. ²³⁸
1915.11.08	Decreto n.º2031	Aprova o regulamento para os concursos para os lugares de professores e assistentes da Escola de Construções, Indústria e Comércio.
1915.11.08	Decreto n.º2032	Aprova o regulamento para o serviço interno da Escola de Construções, Indústria e Comércio.
1915.11.08	Portaria n.º515	Aprova provisoriamente e manda pôr em execução os programas das disciplinas professadas nas Escolas Elementares de Comércio.
1915.12.15	Portaria	Plano de Reforma do Ensino Superior de Comércio no Porto e Lisboa.
1915.12.31	Decreto n.º2164	Cria na Escola Industrial de Leiria um Curso Elementar de Comércio, e determina que a mesma Escola passe a denominar-se Escola Industrial e Comercial. ²³⁹
1917.02.27	Decreto n.º3004	Regula a organização do cadastro do pessoal dos estabelecimentos de ensino, dependentes da Repartição de Instrução Industrial e Comercial. ²⁴⁰
1917.08.20	Lei n.º777	Organiza o quadro da secretaria e do pessoal menor da Escola Comercial de Ferreira Borges. ²⁴¹
1917.09.03	Lei n.º801	Torna extensivas aos caixeiros viajantes e de praça todas as disposições da Lei n.º83 de 24 de Julho de 1913, sobre accidentes de trabalho.
1917.10.30	Portaria n.º1128	Suscita a observância das disposições legais que não permitem aos caixeiros de comércio promover despachos ou agenciar negócios nas respectivas estações fiscais para mais de uma casa comercial, nem exercer as funções de ajudantes de despachante. ²⁴²
1917.11.19	Decreto n.º3573	Cria em Lisboa uma Segunda escola de ensino elementar comercial, que se denominará "Escola Industrial e Comercial Benevides". ²⁴³
1918.03.02	Decreto n.º3935	Aprova e manda pôr em execução o regulamento dos concursos para provimentos de lugares de professores extraordinários e assistentes do Instituto Superior de Comércio. ²⁴⁴
1918.05.08	Decreto n.º 4366	Fixa o quadro das disciplinas da Escola Industrial e Comercial de Brotero, em Coimbra. ²⁴⁵
1918.05.08	Decreto n.º 4368	Confere autonomia administrativa a várias Escolas de Ensino Elementar Industrial e Comercial. ²⁴⁶
1918.07.11	Decreto n.º 4676	Permite à mulher portuguesa o desempenho de várias funções públicas.
1918.09.23	Decreto n.º 4845	Cria em Lisboa, junto do Instituto Superior do Comércio, um Museu Comercial, destinado a ensinamento do público em geral e especialmente dos alunos daquele estabelecimento de instrução. ²⁴⁷
1918.09.26	Decreto n.º 4889	Autoriza o Secretário de Estado do trabalho a contratar um diplomado com o curso superior de comércio ou de ciências exactas para desempenhar as funções de actuário nos serviços de cálculos relativos a associações mutualistas e a quaisquer outras instituições de previdência social.
1918.09.30	Decreto n.º4860	Regula as funções do cargo de assistente no Instituto Superior de Comércio. ²⁴⁸
1918.10.08	Portaria n.º 1552	Determina que os despachos de consumo, importação, reexportação e

²³⁵ *Diário do Governo* de 29 de Setembro de 1915, Iª Série, nº197.

²³⁶ *Diário do Governo* de 13 de Outubro de 1915, Iª Série, nº207.

²³⁷ *Diário do Governo* de 20 de Outubro de 1915, Iª Série, nº213.

²³⁸ *Diário do Governo* de 22 de Outubro de 1915, Iª Série, nº215.

²³⁹ *Diário do Governo* de 31 de Dezembro de 1915, Iª Série, nº265.

²⁴⁰ *Diário do Governo* de 27 de Fevereiro de 1917, Iª Série, nº30.

²⁴¹ *Diário do Governo* de 20 de Agosto de 1917, Iª Série, nº138.

²⁴² *Diário do Governo* de 30 de Outubro de 1917, Iª Série, nº187.

²⁴³ *Diário do Governo* de 19 de Novembro de 1917, Iª Série, nº202.

²⁴⁴ *Diário do Governo* de 18 de Março de 1918, Iª Série, nº54.

²⁴⁵ *Diário do Governo* de 7 de Junho de 1918, Iª Série, nº125.

²⁴⁶ *Diário do Governo* de 7 de Junho de 1918, Iª Série, nº125.

²⁴⁷ *Diário do Governo* de 27 de Setembro de 1918, Iª Série, nº211.

²⁴⁸ *Diário do Governo* de 3 de Outubro de 1918, Iª Série, nº215.

		cabotagem, pôr entrada ou pôr saída, sejam processados pôr um caixeiro de comércio e um despachante oficial, e provê os referidos cargos.
1918.12.01	Decreto n.º 5029	Organiza o Ensino Industrial e Comercial. ²⁴⁹
1919.08.25	Portaria n.º 1963	Insere várias disposições acerca do decreto nº5 029, de 1 de Dezembro de 1918, que reorganizou o Ensino Industrial e Comercial. ²⁵⁰
1919.09.13	Lei n.º 877	Insere várias alterações ao decreto nº5 029 (Organização do Ensino Industrial e Comercial), publicado no Diário do Governo nº263, de 5 de Dezembro de 1918. ²⁵¹
1919.10.03	Decreto n.º 6147	Aprova o regulamento das Aulas Comerciais. ²⁵²
1919.10.14	Decreto	Regulamento provisório do Curso Superior e Médio de Comércio e Médios Industriais, no Instituto Superior Técnico.
1919.10.15	Decreto n.º 6167	Aprova o regulamento de sanidade escolar das Escolas do Ensino Industrial e Comercial. ²⁵³
1919.12.19	Decreto n.º 6283	Aprova o regulamento para as Escolas Preparatórias do Ensino Industrial e Comercial. ²⁵⁴
1919.12.19	Decreto n.º 6284	Aprova o regulamento das Escolas Comerciais. ²⁵⁵
1919.12.19	Decreto n.º 6285	Regulamento das Escolas Preparatórias para o Ensino Comercial e Industrial. ²⁵⁶
1920.10.29	Decreto n.º 7073	Regulamento do Instituto Comercial do Porto. ²⁵⁷

²⁴⁹ *Diário do Governo* de 5 de Dezembro de 1918.

²⁵⁰ *Diário do Governo* de 25 de Agosto de 1919, 1ª Série, nº169, com rectificações no D. G. de 15 de Setembro de 1919, 1ª Série, nº186.

²⁵¹ *Diário do Governo* de 13 de Setembro de 1919, 1ª Série, nº185.

²⁵² *Diário do Governo* de 3 de Outubro de 1919, 1ª Série, nº201, com rectificações no D. G. de 25 de Novembro de 1919, 1ª Série, nº240.

²⁵³ *Diário do Governo* de 15 de Outubro de 1919, 1ª Série, nº209.

²⁵⁴ *Diário do Governo* de 19 de Dezembro de 1919, 1ª Série, nº258.

²⁵⁵ *Diário do Governo* de 19 de Dezembro de 1916, 1ª Série, nº258.

²⁵⁶ PORTUGAL. Ministério do Comércio e Comunicações – *Regulamento das Escolas Preparatórias para o Ensino Comercial e Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.

²⁵⁷ PORTUGAL. Ministério do Comércio e Comunicações – *Regulamento do Instituto Comercial do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.

INDICES

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1 – Títulos de Periódicos Comerciais distribuídos por Localidade de Publicação (1750-1920).....	176
Gráfico nº2 – Periódicos Comerciais publicados em Lisboa e Porto (1750-1920)...	177
Gráfico nº3 – Manuais Escolares existentes por localidades de publicação.....	219
Gráfico nº4 – Movimento dos alunos matriculados na APP (1837-38 / 1878-79)....	287

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 – O Porto Comercial.....	71
Fig. 2 – As montras estendiam-se até à rua.....	71
Fig. 3 – Os anúncios nos jornais portuenses.....	78
Fig. 4 – O Marçano.....	78
Fig. 5 – A actividade dentro de um estabelecimento comercial.....	101
Fig. 6 – O balcão... mundo de todos os negócios.....	103
Fig. 7 – A loja e o passeio... misturam-se.....	105
Fig. 8 – A rua e o passeio são-lhe familiares.....	105
Fig. 9 – Lentamente... a mulher conquista um espaço maioritariamente masculino	107
Fig. 10 – Manuais que ensinam o comercialmente... correcto.....	112
Fig. 11 – A relação empregado/cliente assume contornos de <i>bem servir</i>	112
Fig. 12 – O Ateneu Comercial do Porto.....	161
Fig. 13 – Catálogo bibliográfico do Ateneu.....	161
Fig. 14 – A Associação Comercial do Porto.....	190
Fig. 15 – Escola Prática Comercial Raúl Dória.....	206
Fig. 16 – Escola Prática Comercial Raúl Dória.....	206
Fig. 17 – Cabeçalho do jornal da Escola Prática Comercial Raúl Dória.....	207
Fig. 18 – Logotipo da Escola.....	207
Fig. 19 – Luz Universal da Arithmetica.....	221
Fig. 20 – Arithmetica Pratica.....	221
Fig. 21 – Tratado sobre as Partidas Dobradas.....	222
Fig. 22 – Primeira Página do Tratado.....	222
Fig. 23 – O Guarda-Livros Moderno de Manoel Teixeira Cabral de Mendonça.....	224
Fig. 24 – Postilla do Commercio.....	226
Fig. 25 – Repertorio Commercial.....	226
Fig. 26 – Analyse sobre a Escripuração Commercial.....	227
Fig. 27 – Escripuração Completa dos Livros.....	227
Fig. 28 – Escripuração Commercial por Partidas Simples e Dobradas.....	227
Fig. 29 – Estudos sobre Escripuração Mercantil.....	228
Fig. 30 – Elementos de Escripuração Mercantil.....	228
Fig. 31 – O Guarda-Livros Portuense em Partidas Dobradas.....	229
Fig. 32 – Secretaire des Negociants (italiano e francês).....	231
Fig. 33 – Estatutos da Aula do Comércio.....	271
Fig. 34 – Estatutos da Aula do Comércio.....	271
Fig. 35 – Academia Real da Marinha e do Comércio (1803).....	279
Fig. 36 – Academia Politécnica do Porto (1837).....	282
Fig. 37 – Aula prática de ensino comercial.....	289
Fig. 38 – No interior de uma sala de aula.....	304

INDICE DE QUADROS

Quadro nº1 – Distribuição, por diferentes línguas, do acervo documental da Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1887-1892).	165
Quadro nº2 – Dotação Orçamental para a Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1886-1893).....	166
Quadro nº3 – Dotação Orçamental para a Biblioteca do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (1997-2000).....	166
Quadro nº4 – Dotação Orçamental para a Biblioteca do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1893-1894).....	167
Quadro nº5 – Periódicos sobre a actividade e instrução comercial publicados na Cidade do Porto (1826-1919).....	175
Quadro nº6 – Distribuição dos Periód. Comerciais por Localidade de Publicação	176
Quadro nº7 – Distribuição dos Periód. Comerciais por etapas cronológicas.....	177
Quadro nº8 – Horário do 1º ano da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto (1896).....	193
Quadro nº9 – Movimento escolar dos alunos do Curso de Comércio da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto.....	193
Quadro nº10 – Perfil dos alunos do Curso de Comércio do 1º ano da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto.....	194
Quadro nº11 – Movimento escolar dos alunos do Curso de Comércio da Escola Elementar do Comércio da Associação Comercial do Porto.....	195
Quadro nº12 – Distribuição dos alunos quanto à profissão declarada na matrícula do Curso de Comércio da Escola Elementar do Comércio da ACP...	196
Quadro nº13 – Frequência do ensino comercial nas Escolas do Porto.....	201
Quadro nº14 – Publicações da Escola Prática Comercial Raúl Dória.....	208
Quadro nº15 – Relação de Títulos de Literatura Contábil (Sécs. XVI-XVIII).....	217
Quadro nº16 – Relação de Títulos de Literatura Contábil (Séc. XIX).....	218
Quadro nº17 – Relação da Literatura Contábil por diferentes períodos (Distribuição por localidade de publicação).....	219
Quadro nº18 – Obras de Literatura Contábil publicadas na cidade do Porto.....	220
Quadro nº19 – Movimento de alunos no IICP (1886-1892).....	296
Quadro nº20 – Alunos matriculados (M/F) por Profissão e Idade (1885-1886 a 1909-1910) Escola Industrial Infante D. Henrique.....	300
Quadro nº21 – Alunos matriculados por Categoria e Profissão (1885-1886 a 1909-1910) Escola Industrial Infante D. Henrique.....	300
Quadro nº22 – Relação de alunos matriculados nos Cursos Comerciais do Instituto Industrial e Comercial do Porto (1887-1888 a 1892-1893)...	302

ERRATA

Pág.	Linha	onde se lê	deve ler-se
6	Nota rodapé 3	pp. 520.	p. 520.
44	23	ao nossos tempos	aos nossos tempos
64	27	por nacionais. Antes das	por nacionais, antes das
66	6	abuso	abusos
66	14	como	Como
81	21	nas cidades de Porto ou Lisboa	nas cidades do Porto ou Lisboa
82	26	construção covil	construção civil
94	25	Não sabemos se uma continuada	Não sabemos se se trata de uma continuada
102	2	numero	Número
104	28	sentido	Sentindo
108	20	necessário a as necessidades	necessário e as necessidades
165	15	Entre 1887 e 1882	Entre 1887 e 1892
171	26	<i>classe laborial</i>	<i>classe laboral</i>
175	8	temática em estudo.	temática em estudo (Quadro nº5)
177	12	(1750-1020)	(1750-1920)
218	2	Gráfico nº	Gráfico nº 3
262	22	Bernardino machado	Bernardino Machado
322	Nota rodapé 3	página 00	página 269